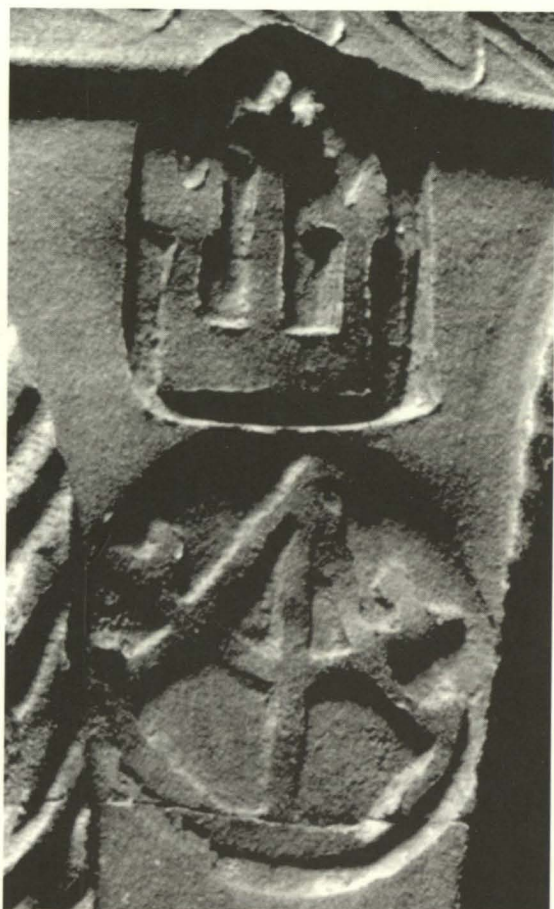


ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

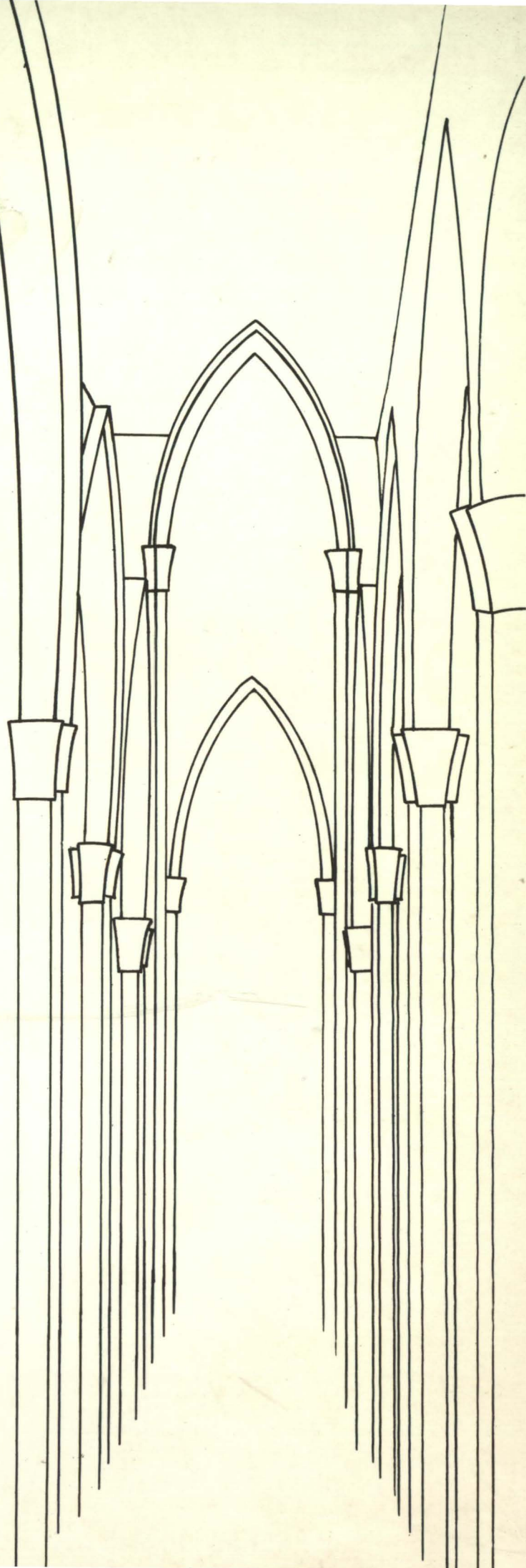
ARQVEOLOGIA E HISTÓRIA



VOLUME 52
2000
LISBOA



Edições Colibri



ARQVEOLOGIA
e
HISTÓRIA

Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Edições Colibri
Apartado 42 001
1601-801 LISBOA

Associação dos Arqueólogos Portugueses

ARQVEOLOGIA e HISTÓRIA



Volume 52
2000
Lisboa

Título ARQVEOLOGIA E HISTÓRIA: *Estudos de Lisboa – Séculos XV a XIX:*
I Colóquio Temático

Volume 52

Edição Edições Colibri e Associação dos Arqueólogos Portugueses

Redacção Comissão de Estudos Olissiponenses

Coordenação João Muralha

Paginação Albertino Calamote

Fotólito Arte & Modo, Lda

Impressão Colibri Artes Gráficas

Tiragem 600 exemplares

© Associação dos Arqueólogos Portugueses

ISSN 972/9451-39-7

Depósito Legal 73 446/93

Preço 4 200\$00
(Inclui I.V.A. à taxa de 5%)

Solicita-se permuta
On prie l'échange
Exchanged wanted
Sollecitiamo scambio
Tauschverker Erwünscht

**Os artigos publicados nesta Revista
são da exclusiva responsabilidade dos respectivos autores**

Associação dos Arqueólogos Portugueses

Estudos de Lisboa – Séculos XV a XIX

I Colóquio Temático

6 e 7 de Novembro de 1998

Comissão de Estudos Olissiponenses

Sumário

Organização do Colóquio e Participantes	7
Prefácio	9

COMUNICAÇÕES

O Museu Arqueológico do Carmo: primeiro museu arqueológico de Lisboa	11
<i>M. Conceição Rodrigues</i>	
A Câmara Municipal de Lisboa e a aclamação régia de D. Pedro V: reforma jurídica da indumentária protocolar.....	21
<i>Jorge de Matos</i>	
Percursos lisboetas de uma família francesa que se dedicou ao ensino	41
<i>Nuno Canas Mendes</i>	
Evolução histórica da Casa da Moeda de Lisboa.....	45
<i>Nestor Fátia Vital</i>	
A provável sepultura de D. Duarte Brandão	53
<i>Armando Santinho Cunha; F. E. Rodrigues Ferreira; Maria da Conceição Machado Neves</i>	
Elementos sobre o Cemitério do Adro da Igreja de S.Domingos	59
<i>Laura Trindade; A. M. Dias Diogo</i>	
Alguns aspectos da presença negra em Lisboa no século XIX	73
<i>Maria Cristina Neto</i>	
Vitry Junior, um dentista mencionado por Eça de Queiroz	79
<i>C. Oliveira-Anão</i>	
A Lisboa que Camões amou.....	83
<i>Arnaldo de Mariz Rozeira</i>	
O imóvel do Beco de S. Luís da Pena: lugar simbólico e imaginário da passagem de Camões pela cidade	97
<i>Carlos Cabaço</i>	
Fado: voz da saudade portuguesa	103
<i>Maria Teresa Pires</i>	
Paço do Lumiar: apontamentos de história	107
<i>Carlos Inácio</i>	

O Convento de Nossa Senhora das Portas do Céu em Telheiras – 1833	121
<i>Fernando Afonso Andrade Lemos</i>	
A Infanta D. Maria: a memória guardada na pedra de Carnide-Luz	131
<i>Estela Gonçalves</i>	
Património industrial em risco na cidade de Lisboa	137
<i>António Maria A. Santos</i>	
Registos de Santos em Azulejos. Inventário e Abordagem: Religiosidade e Urbanismo	147
<i>João Pedro Chaby; Tiago Pires Marques; Paulo Mendes Pinto</i>	
Notas sobre as moedas provenientes das escavações do Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa	155
<i>A. M. Dias Diogo; Nestor Fatia Vital</i>	
Lisboa 1800 – S. Julião	165
<i>Francisco Santana</i>	
Análise de alguma documentação inédita sobre a Lisboa pós-terramoto. Problemas da reconstrução (anos de 1755 a 1765)	177
<i>Teresa de Campos Coelho</i>	
Análise de alguma documentação inédita sobre a Lisboa pós-terramoto. Organização do trabalho, técnicas e materiais	207
<i>V. Córias e Silva</i>	
Sobre Arte Pública, Lisboa e os seus Cultos	219
<i>Maria Bispo; João Filipe Vieira</i>	
Alguns elementos importantes respeitantes à vida e obra de Eugénio dos Santos	227
<i>Mário de Mendóça Frazão</i>	
Intervenção arqueológica na rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa)	231
<i>A. M. Dias Diogo; Laura Trindade</i>	
Possidónio da Silva e um projecto de banhos públicos para a Lisboa de Oitocentos	255
<i>Ana C. N. Martins</i>	

BOLETIM

Relatório da Direcção, das Secções de Pré-História, História, e das Comissões de Estudos Olissiponenses e de Heráldica, respeitantes ao ano associativo de 1997/1998	277
Relatório da Direcção, das Secções de Pré-História, História, e das Comissões de Estudos Olissiponenses e de Heráldica, respeitantes ao ano associativo de 1998/1999	287

Organização do Colóquio e Participantes

Organização

PRESIDÊNCIA – A. M. Dias Diogo

VICE PRESIDÊNCIA – Maria Cristina Neto

SECRETARIADO / DIRECÇÃO – Laura Trindade

SECRETARIADO / COLABORAÇÃO – Jorge Feio, José Luís Neto e Margarida Ofélia

Participantes

Rafael Carvalho – C. M. DE PALMELA

Ana Arnaud Martins –

Ana Carvalho Dias – C. M. DE LISBOA / DMRU / GTL MOURARIA

Ana Cristina Nunes Martins – ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Ana Maria Costa Lontrão –

Ana Maria Homem Melo – C.M. DE LISBOA / GEO

Ana Maria de Jesus Rodrigues –

Ana Prista Sansão – C. M. DE LISBOA / GEO

Anabela Vale Comenda Santos – C.M. DE LISBOA / ARQUIVO ALTO DA EIRA

António A. Santos – ASSOCIAÇÃO PORT. DE ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL

António Dias Diogo – ORGANIZAÇÃO DO COLÓQUIO

António Henrique Rodrigues Miranda – C.M. DE LISBOA / DMRU

Armando Santinho Cunha – INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL

Arnaldo de Mariz Roseira –

Carlos Alberto de Martins Cabaço – C.M. DE LISBOA / DPC

Carlos Alberto Oliveira-Anão – FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA, UNIV. DE LISBOA

Carlos Frederico Martins Mendes – C.M. DE LISBOA / DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Carlos Revez Inácio – C.M. DE LISBOA / DMRU / DND

Conceição Machado –

Dina Martins – C.M. DE LISBOA/GEO

Fernando Afonso de Andrade e Lemos – CENTRO CULTURAL EÇA DE QUEIROZ

Fernando Rodrigues Ferreira – ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Florbela Maria Beco Estevão – ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Francisco Santana – ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Helder Abraços – C.M. DE TONDELA

Hugo David Silva – UNL - FAC. DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

Isabel Maria Calmeiro dos Santos –

João Carlos Faria – C.M. DE ALCÁCER DO SAL

João Catarino – ARQUEO / GEI

João Diogo – C.M. DE TONDELA

João Filipe Vieira – ESC. SECUNDÁRIA JOSÉ AFONSO

João Guilherme Mendes Fagundes – C. M. DE LISBOA / MUSEU DA CIDADE

João José Fernandes Gomes – ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

João Muralha – C. M. DE LISBOA / MUSEU DA CIDADE

João Pedro Chaby – ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE E PATRIMÓNIO

Jorge Alexandre Ribeiro Martins Ramos de Carvalho – C. M. DE LISBOA / DPC / DIV. OBRAS

Jorge Feio – ORGANIZAÇÃO DO COLÓQUIO
 Jorge de Matos – C. M. DE LISBOA / ARQUIVO HISTÓRICO
 José Batista Barreto Domingos – ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
 José Luís Neto – ORGANIZAÇÃO DO COLÓQUIO
 Judite Silva –
 Laura Trindade – ORGANIZAÇÃO DO COLÓQUIO
 Lénia Almeida Loureiro – U.N.L. / F.C.S.H.
 Luís Lopes – CENTRO DE ANTROPOBIOLOGIA DO IICT
 Luís Manuel Campos Paulo – UNIV. NOVA DE LISBOA
 Luísa Almeida e Sousa – C. M. DE LISBOA / GEO
 Luísa Silva Reis – C.M. DE LISBOA / GEO
 Manuela Leitão – C. M. DE LISBOA / MUSEU DA CIDADE
 Margarida Almeida Basto – C. M. DE LISBOA / MUSEU DA CIDADE
 Margarida Câmara Bobone – C. M. DE LISBOA / GEO
 Margarida Ofélia – ORGANIZAÇÃO DO COLÓQUIO
 Maria Amélia Martins Dias – C. M. DE LISBOA / GEO
 Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita – ASSOCIAÇÃO PROMOTORA DO ENSINO DOS CEGOS
 Maria Antonieta Xavier –
 Maria da Conceição Neves –
 Maria da Conceição Rodrigues – INST. DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL
 Maria Cristina Martinez da Cruz Alves –
 Maria Cristina Neto – ORGANIZAÇÃO DO COLÓQUIO
 Maria Estela Gonçalves – C. M. DE LISBOA / DMRU / DND
 Maria Gabriela Pinto de Carvalho – C. M. DE LISBOA / DMRU
 Maria de Jesus Caimoto Duarte – INSTITUTO MILITAR DOS PUPILOS DO EXÉRCITO
 Maria de Lurdes Calvão Borges –
 Maria Mafalda Enes Dias – C. M. DE LISBOA / DMRU
 Maria Manuela Caldas Canedo – C. M. DE LISBOA / GEO
 Maria Odete Martins – ESC. SECUNDÁRIA FILIPA DE LENCASTRE
 Maria Otilia Santos –
 Maria Paula Anastácio Gonçalves –
 Maria Teresa Freire Bispo – C. M. DE LISBOA / DPC
 Maria Teresa Pires –
 Mário de Mendóça Frazão – ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
 Nestor Fatia Vital – ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
 Nuno Campos – C. M. DE LISBOA / ARQUIVO HISTÓRICO
 Nuno Canas Mendes – INST. SUPERIOR DE C. S E POLÍTICAS
 Paulo Mendes Pinto – ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE E PATRIMÓNIO
 Raquel Dang Caçote Raposo – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
 Rodrigo Banha da Silva – C. M. DE LISBOA / MUSEU DA CIDADE
 Rui Manuel da Silva Matos – C. M. DE LISBOA / DMRU / GTL DE ALFAMA
 Salete Salvado – C. M. DE LISBOA / DPC / GPT
 Sílvia Belo Costa –
 Sónia Duarte Ferreira – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
 Teresa Campos Coelho – UNIVERSIDADE ABERTA
 Tiago Pires Marques – ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE E PATRIMÓNIO
 Vasco Silva –
 Vera Teixeira de Assunção – UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
 Vítor Córias e Silva – OZ / MONUMENTA

Prefácio

Este volume 52 de ARQVEOLOGIA E HISTÓRIA, além dos Relatórios da Direcção e das Secções e Comissões, referentes aos anos associativos de 1997-98 e 1998-99, publica as Actas do *I Colóquio Temático Estudos de Lisboa – Séculos XV a XIX*, que teve lugar a 6 e 7 de Novembro de 1998. A Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses tem dado, desde a primeira hora, todo o seu apoio à Comissão de Estudos Olisiponenses, criada em 1993 com o objectivo de retomar a actividade desenvolvida nesta área entre 1912 e 1933 pela Secção de Estudos Olisiponenses, que congregou os mais ilustres olisipógrafos da época, entre os quais me permito destacar Gustavo de Matos Sequeira, Júlio de Castilho e Vieira da Silva. Com efeito, embora existam outras instituições dedicadas ao estudo da cidade de Lisboa, tais como o Grupo de Amigos de Lisboa e o Gabinete de Estudos Olisiponenses da Câmara Municipal de Lisboa, e o âmbito de actividade desta Associação seja de nível nacional, entendeu-se conveniente retomar estes estudos, de modo autónomo, devido à iniciativa de um núcleo de sócios que têm desenvolvido investigações sobre a cidade de Lisboa, quer de um ponto de vista estritamente arqueológico, quer do ponto de vista histórico. Esta Comissão, embora agregada à Secção de História, constitui, assim, um fórum de convergência entre investigadores com formações muito diversificadas, o qual assume particular importância numa altura em que, por um lado, se assiste a um surto de desenvolvimento da arqueologia urbana na cidade de Lisboa, e por outro se verifica que as reservas arqueológicas ainda existentes no subsolo da Cidade estão cada vez mais ameaçados de destruição devido à construção de infra-estruturas urbanas.

A diversidade de temas e perspectivas de abordagem, e o nível científico dos trabalhos apresentados ao I Colóquio Temático Estudos de Lisboa (Séculos XV a XIX), cujas actas agora se publicam, são uma prova da vitalidade da Comissão de Estudos Olisiponenses, que assim dá um importante contributo para a revitalização da Associação dos Arqueólogos Portugueses, num momento particularmente difícil da sua já longa História, ironicamente provocado pela construção não devidamente acautelada de uma infra-estrutura cuja importância para a Cidade de Lisboa é incontestável.

Resta-me saudar a Comissão de Estudos Olisiponenses por esta iniciativa, e desejar-lhe uma longa e produtiva vida.

José Morais Arnaud

Presidente da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses

O Museu Arqueológico do Carmo Primeiro museu arqueológico de Lisboa

M. CONCEIÇÃO RODRIGUES*

1 – Introdução

Este nosso trabalho centra-se no sítio musealizado – Ruínas do Carmo ou ex-Museu Arqueológico do Carmo, designação porque era conhecido em diversas partes do Mundo, desde o século XIX. Vamos apreciar construtivamente quais as razões que levaram ao nascer deste museu, bem como à preservação e salvaguarda do património imóvel e do móvel que ali teve o seu fulcro. Trabalho pioneiro dos homens de Oitocentos, visão que levou não só à preservação do que hoje designamos por equipamento cultural urbano, como à criação de um núcleo museológico.

Pretendíamos assinalar, ou melhor, gostaríamos de poder assinalar “agora” em 1998, o centenário da criação deste primeiro Museu Arqueológico de Lisboa, o qual permitiu inscrever Portugal no roteiro da museologia europeia, mas, acontece que, desde 1995, este “sítio único em Lisboa”, que “tinha vida e oferecia uma visão rasgada de um passado distante”, como refere Norberto Araújo (*Peregrinação em Lisboa*, 1953) foi, pelo contrário, como sítio musealizado apagado do mapa da cultura em vez de ser valorizado como memória histórico-arqueológica de Lisboa. Propomo-nos por isso apresentar os interesses que congregou para tornar este local num espaço musealizado e testemunho de evocação da espiritualidade da Lisboa Quatrocentista, dado que todo aquele património parecia ter sido “salvo da lei da morte” desde os finais do século XIX.

2 – Lisboa. Aspectos do seu passado histórico

2.1 – A igreja de Santa Maria do Carmo (século XV ao XIX)

No alvorecer da Lisboa do século XV, estava a ser erguida no alto da colina fronteira ao Castelo de S. Jorge, a Igreja de Nossa Senhora do Vencimento do Monte do Carmo ou de Santa Maria do Carmo, construção integrada num núcleo bem amplo o Mosteiro da Ordem dos Carmelitas. Este monumento de estilo dos finais do Gótico, foi mandado erigir por D. Nuno Alvares Pereira, na sequência do voto feito à Virgem aquando da batalha de Aljubarrota, travada em Agosto de 1385, segundo alguns historiadores, como Norberto Araújo (*Peregrinação em Lisboa*, 1953, livro IV) e Sá Vilela (*Ruínas do Carmo*, 1876). Outros, porém, referem que segundo a tradição, o voto teria sido feito na batalha de Valverde, em Outubro de 1385 e que o local escolhido na colina de Lisboa sobranceiro a Valle Verde, hoje Rossio/Praça D. Pedro IV, será disso um testemunho, como assinala Frei Joseph Pereira de Sant'Anna (*Chronica dos Carmelitas*, 1745).

A construção da Igreja de Santa Maria do Carmo foi iniciada após a permissão dada pelo Papa Nicolau VI, em 8 de Dezembro de 1386, com o lançamento da «1.ª pedra», certamente no dia consagrado à Virgem (16 de Junho de 1389). A fábrica começou-se pela cabeceira da igreja, com a fachada voltada a Oeste (Fig. 1). Esta edificação foi muito dificultada, dadas as características do terreno e a necessidade de reforçar os alicerces fez arrastar a sua conclusão até 1423.

Como resultado, surgiu uma construção de planta em cruz latina, com três naves, um transepto, apresentando a cabeceira uma abside ladeada por dois absidiolos de cada lado e uma sala a norte (a sacristia). O acesso fazia-se por um grande portal com seis arquivoltas ornadas de molduras finas, virado a ocidente como era habitual e por um outro portal lateral também com arquivoltas, virado a sul, cujo acesso se fazia por uma escada de pedra bem lavrada, desde Valle Verde.

* Investigador do IICT

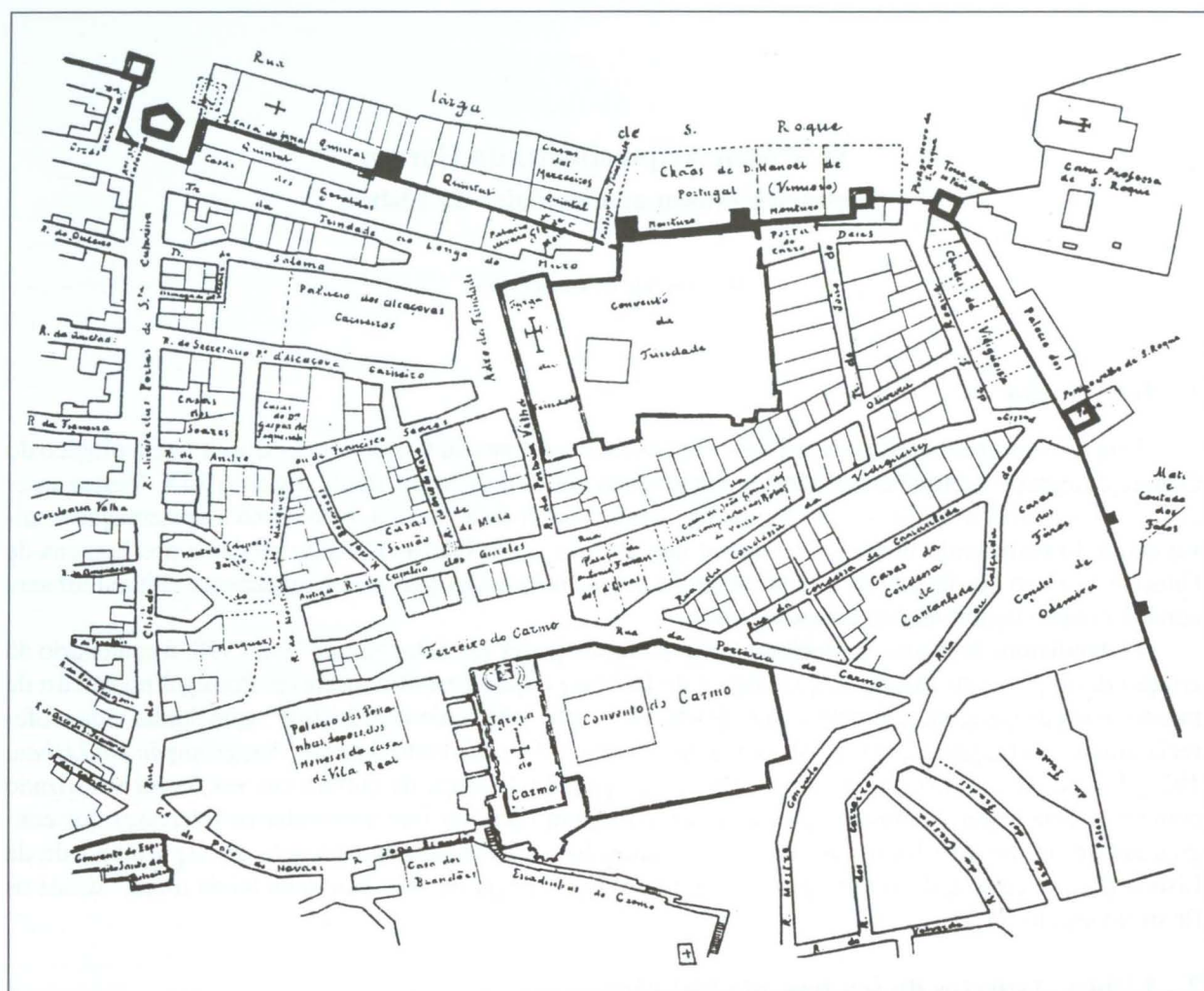


Fig. 1 – Pormenor da planta de Lisboa no final do século XVI, com a localização da Igreja de Santa Maria do Carmo

As dimensões que lhe conferiam uma grande monumentalidade apresentavam desde o portal ao terminus da capela-mor um comprimento de 71,94 metros, a largura era de 22 m; o comprimento do transepto 33 m e uma largura de 8,80 m; as naves com cinco arcos ogivais de cada lado, sustentadas por feixes de colunas, teriam na nave central uma altura de 24,64 m e as naves colaterais 18,70 m. A capela-mor tinha 15,40 m de altura e 6,60 m de largura, era saliente e de maior pé direito, sendo os absidiolos poligonais escalonados.

A cobertura das capelas da cabeceira era uma sequência em cruzaria de ogivas e, vistas do exterior, as capelas escalonadas da cabeceira, apresentavam dezasseis contrafortes de andares e um coroamento de ameias com platibandas. A cabeceira é ainda hoje o testemunho mais espectacular do edifício, foi construída para ser vista do rio Tejo, sendo por isso a sua parte mais grandiosa. Foi considerado na época um dos mais belos templos de Lisboa¹, devido às suas dimensões e traça arquitectónica.

Toda esta harmonia, riqueza e beleza foi quebrada na manhã do dia 1 de Novembro de 1755 e da Lisboa medieval muito pouco ficou de pé. Para além dos registos históricos, um dos vestígios imóveis que permaneceram foram as ruínas do Carmo, lugar que conservava uma grande envolvência e algum misticismo.

Não podemos deixar de assinalar que houve, após o Terramoto, todo o interesse em recuperar o monumento. No tempo da Rainha D. Maria I, efectuaram-se vários trabalhos, como a reconstrução da cobertura da capela-mor (Fig. 2) e a consolidação das estruturas, mantendo-se os portais, como o documentam as gravuras elaboradas por Guilherme Debrie para as (*Chronica dos Carmelitas*, de Frei Joseph Pereira de Sant'Anna, 1745) na qual a igreja de Santa Maria do Carmo surge representada dez anos antes (Fig. 3).



Fig. 2 – Tecto da ábside reconstruída no tempo de D. Maria I

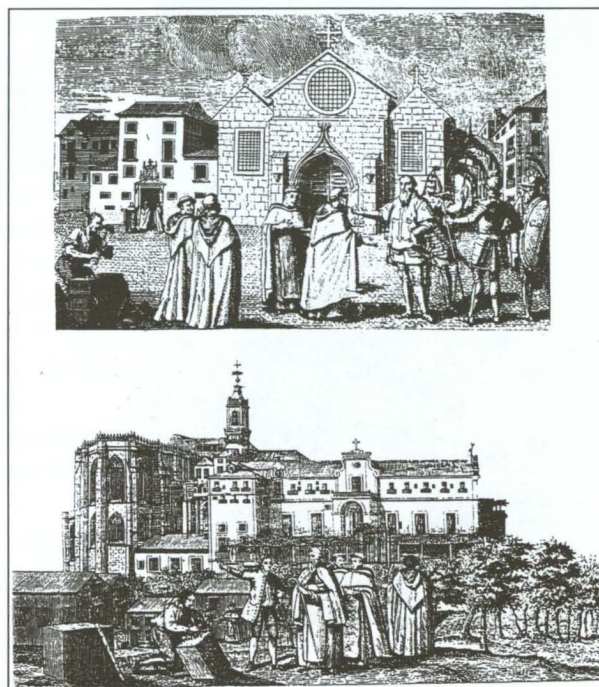


Fig. 3

O Mosteiro do Carmo em 1745, segundo gravuras de Guilherme Debrie

Por cima:
Aspecto da frontaria da Igreja de Santa Maria do Carmo

Por baixo:
Aspecto da ábside e do Convento do Carmo (vista de Este)

Esta situação vai alterar-se com a extinção das ordens religiosas, em 1834, e posteriormente por decisão da Câmara da Cidade de Lisboa, o convento passou para quartel (da então guarda municipal) e as ruínas da igreja do Carmo, muito embora conservassem toda a monumentalidade (como é do conhecimento de todos), vista do exterior, lamentavelmente, passaram a ser o vasadouro desta cidade.

E vai ser nestas degradantes condições que este monumento foi entregue a seu pedido à Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, criada em 22 de Novembro de 1863.

3 – Da Associação dos Arquitectos Portugueses à Associação dos Arqueólogos Portugueses

3.1 – O papel do arquitectos civis

As associações haviam nascido na Europa e estava em voga o interesse pela arqueologia e pela arquitectura de ruínas (em particular) o que levou o rei D. Luís a aprovar, em 29 de Janeiro de 1864, a então recém criada associação, denominando-a Real Associação dos Arquitectos Civis Portugueses, que deve ter sido a primeira instituição a iniciar a salvaguarda e defesa do património em Portugal, tendo como primeiro presidente o arquitecto da casa real Joaquim Possidónio da Silva.

Estes foram os primeiros e os mais significativos passos que conduziram à salvaguarda das ruínas da igreja de Santa Maria do Carmo e permitiram a criação do primeiro Museu Arqueológico de Lisboa, por iniciativa de um grupo de oito arquitectos.

3.2– Recuperação e ocupação das ruínas do Carmo

Naquele longínquo ano de 1864, houve à partida que libertar toda a igreja dos entulhos e lixos que já tinham vários metros de altura, tapando todos os degraus do vestíbulo e parte das colunas das naves. Consta que terão sido retirado do seu interior oito mil carradas / carroças, de lixo.

Na grande nave estavam bem patentes os resultados do terramoto e do grande incêndio que daí resultou. Da construção original restava parte da frontaria, os pórticos, parte da capela mor, os absidiolos e a sacristia. O portal axial estava e está no seu lugar, é o primitivo, isto é anterior ao Terramoto, formado por seis arcos ogivais apoiados em finos colonelos de pequenos capitéis de ornamentação vegetalista e com pequenas cabeças humanas em relevo. É enquadrado por um arco contracurvado que se termina num ápice conical rematado por uma flor-de-lis e inscreve-se num corpo saliente ou gablete de forma retangular reforçado por dois contrafortes, apresentando cada um deles uma mísula (Fig. 4). Nos topos do transepto apresentam-se estruturas de janelões em arco ogival e no lado sul, um portal com três arcos ogivais que se



Fig. 4
Aspecto actual
do Pórtico Axial e Adro
(visto do exterior)



Fig. 5
Pormenor
do Portal Sul
– colonelos e capitéis
(exterior)

inscrevem num gablete triangular, apresentando entre os colonelos uma decoração em relevo em forma de flor-de-lis. (Fig. 5)

O vestíbulo com os seus quatorze degraus de mármore que dão acesso ao interior são igualmente originais, o mesmo se verificando com os dois vãos de arcos à direita da entrada originais, como documenta a (Fig. 6), apresentada por Norberto Araújo (*Peregrinação em Lisboa*, 1953, livro IV). A sacristia dotada de abóbadas de ogiva e dois janelões góticos, que comunicava com o convento, não foi afectada pelo Terramoto de acordo com os dados existentes.

Depois de tudo bem limpo, a construção pôde ser vista e avaliada. As ruínas mostravam como resultado das reconstituições sobreposições de uma arquitectura recriada, um pseudo-neogótico apenas ornamental, que denota transições e contradições estéticas (tratou-se de recriar em vez de reconstruir), isto é soluções de outra época e para as quais os recursos financeiros não deviam também ter avultado, mas permitiram, que a imagem daquele monumento se eternizasse na memória de Lisboa.

Foram feitos então alguns melhoramentos como para tornar mais visível o Portal Principal: construiu-se um adro que separava o portal e criava um espaço entre este e a calçada no Largo do Carmo (ainda hoje existente), permitindo deste modo uma melhor visualização dos fustes das colunas do pórtico (Fig. 4 e 7).



Fig. 6 – Gravura antiga representando o interior das Ruínas do Carmo



Fig. 7 – Pormenor do Portal Principal – colunas e capitéis (exterior)

Este monumento pôde ser reaproveitado pela Real Associação dos Architectos Civis Portugueses que ali se instalou, em 1865, e tudo naquela respeitável ruína quatrocentista (onde até o “imortal” São Francisco Xavier havia dito missa) passou a ter uma nova vida, depois de ter perdido o seu esplendoroso prestígio na cidade medieval do passado, sendo deste modo, à data, salva de um futuro incerto e liberto de uma situação degradante. Passou a ser um equipamento cultural urbano.

Assim, a partir daquela recuperação, os homens de Oitocentos puderam alargar a sua actividade de valorização e defesa do património, ao iniciar também a recolha de património móvel abandonado por Lisboa e seu termo, criando assim o primeiro ponto fulcral de um núcleo arqueomusológico em Portugal. Este foi apresentado como colecção pública de “Objectos Arqueológicos” em 1866, segundo as palavras de José Amador de Los Rios (*Museu especial de Antiguidades*, tomo II : 230). A Associação transformou aquelas ruínas num ponto de convergência de todos os estudiosos e onde funcionaram também aulas de arquitectura .

A recuperação das ruínas do Carmo foi, à data, a maior obra de salvaguarda de património medieval de Quatrocentos que se havia feito em Lisboa, depois da recuperação do Mosteiro dos Jerónimos e da sua conclusão já no tempo da República.

As actividades da Associação desenvolveram-se e alargaram-se e por Alvará Régio de D. Luís, datado de 14 de Novembro de 1872, passou a ter o título de Real Associação dos Architectos Civis e dos Arqueólogos Portugueses. Em 1909, com a separação dos architectos, passou a denominar-se Real Associação dos Arqueólogos Portugueses. Com o advento da República tomou o nome de Associação dos Arqueólogos Portugueses, designação que ainda mantém, contudo, e, contrariamente ao que aconteceu no passado, revela hoje extrema dificuldade na defesa, restauro e conservação daquela significativa herança cultural e como vem sendo dito é preciso “*Dar Futuro ao Passado*”.

4 – O sítio musealizado / Museu Arqueológico do Carmo em Lisboa

4.1– Percursos e valorização do sítio

Após a reabilitação corajosa daquele monumento, acto pioneiro e de grande visão dos homens de Oitocentos na defesa do património histórico-arqueológico imóvel, trabalho de grande honra e mérito para a cidade de Lisboa, deu-se seguidamente início à recolha dos vestígios patrimoniais móveis espalhados e em risco por esta cidade e seu termo – missão de grande alcance e significado, além de morosa e difícil, dado existirem apenas veículos de tracção animal. Este interesse pela defesa do património foi premiado na Exposição Internacional, que teve lugar na cidade do Porto , em 1865, onde a Associação obteve uma medalha de prata pela qualidade e apresentação dos materiais / testemunhos que havia salvo e expôs naquela manifestação socio-cultural.

Não podemos deixar de assinalar que foi o interesse pelo objecto, sua raridade ou beleza que conduziram à criação de museus de objectos móveis na Europa e Portugal estava também naquela data a entrar nesse quadro. Os testemunhos eram vistos como manifestações físicas de uma cultura – deu-se assim, início à relação homem-meio permitindo a sua valorização cultural e a salvaguarda do património.

Aquele monumento pôde também ser classificado de “Nacional”(conforme *Diário do Governo* n.º 62, de 1881)², o que lhe reforçou o sentido histórico e aponta para o interesse que estava patente entre os architectos-arqueólogos-intelectuais e os governantes. Esta valorização demonstra a preocupação da Associação com o (então) presente e futuro, sem esquecer os valores, a experiência e o saber anterior do povo a que pertencem – memórias de um país e o cunho de uma civilização.

Fazendo jus a um dos objectivos da Arqueologia, que era o de esta ser considerada como uma ciência classificadora, a Associação reuniu e proporcionou a apresentação de um significativo espólio – o primeiro núcleo museológico de arqueologia – apresentado como colecção pública, o que lhe permitiu adquirir algum peso social e cultural e podia contar já com um significativo número de sócios nacionais e estrangeiros.

Estavam assim dados os primeiros passos para a criação de um museu arqueológico em Lisboa (e o primeiro em Portugal), como tudo parece indicar.

O presidente da Associação era, em 1898, o Conde de S. Januário e será ele a apresentar uma estrutura que mereceu todo o apoio e contribuição do governo de então (na pessoa do Ministro das Obras

Públicas, Augusto José da Cunha), permitindo com a realização de obras criar um espaço museológico, no qual a memória histórica de Lisboa fosse preservada e ainda digno de ser considerado à altura dos museus arqueológicos da Europa. Este foi estruturado e organizado segundo os conceitos museológicos da época (1898). A cabeceira foi adaptada a salas de exposição, tendo sido atribuído a cada divisão um nome, homenageando deste modo diferentes personalidades, assim: o primeiro absidiolo do lado norte foi chamado Sala André de Rezende; o segundo, Sala D. Fernando II (na qual se construiu a Biblioteca/Livraria); a absíde, Sala D. Nuno Alvares Pereira; o terceiro absidiolo, Sala Possidónio da Silva; o quarto, Sala Afonso Domingues. A Biblioteca/Livraria tinha grande significado, porque era não só um local de ordenação de obras literárias e sala de leitura, mas também nela se apresentavam os diferentes objectos ou testemunhos do longo passado do homem. Ali se reuniam os membros da Associação e faziam leituras colectivas.

Os aspectos turísticos também não foram esquecidos, pois pensou-se no acesso do público ao terraço da absíde / Capela-mor de onde se disfrutaria de uma vista privilegiada da cidade de Lisboa.

4.2 – O espólio – sua importância

Aquele lugar mítico, com todo o encanto e fascínio que as ruínas lhe conferem, ainda mais reforçava a unidade entre sítio e o espólio. O desenvolvimento do museu pode, em parte, considerar-se como o resultado da importância histórica do lugar e os conceitos museológicos da época. Não era um museu temático, mas nele estavam presentes diferentes realidades socio-culturais e não parece que tenha havido um programa, mas sim uma salvaguarda e defesa do património. Não era também um museu com um processo evolutivo, mas podia considerar-se como um espaço de comparação, no qual os objectos documentavam um longo passado histórico

O seu espólio abarcava um largo espectro no qual se interligavam vários interesses e foi ainda enriquecido com ofertas de várias proveniências. Procurou-se reunir objectos esparsos, em perigo de destruição e mesmo abandonados, bem como conjuntos completos, como foi o caso das pedras tumulares, dos elementos de heráldica e de estações Pré-Históricas, permitindo preservar ao longo dos tempos todo um imenso património, que teve o grande mérito de abrigar e do qual destacamos:

- janela gótica geminada (encastrada no centro da parede do transepto)
- estatuária de madeira e pedra de vulto perfeito como as imagens de S. Roque, da Virgem, de S. António, dos Evangelistas (do século XVIII) e de S. João de Nepumoceno (esta datada de 1743).
- estatuária em relevo como os alabastros de Nottingham e de madeira representando o nascimento de Cristo.
- busto de D. Afonso Henriques, com legenda relativa à tomada de Lisboa
- múmias peruanas (trazidas e oferecidas na época pelo Conde S. Januário)
- um sarcófago e múmia egípcia (estudada e datada)
- sarcófago romano
- marcos miliários
- grande colecção de pedras tumulares
- uma janela de canto de estilo Renascença (actualmente desmantelada)
- escultura independente – um cruzeiro sem imagem (de 1609) e outro com a imagem de Cristo
- pias de água benta (sendo uma delas do século XVI)
- duas mísulas de púlpito
- dois suportes de púlpito com cabeças de anjo
- capitéis de diferentes estilos
- colunas de fuste espiralado – salomónicas em pedra
- pias baptismais (sendo uma delas a utilizada no baptizado dos filhos de D. João VI)
- colecção de instrumentos musicais chineses
- colecções de medidas, sendo uma delas de bronze e do século XVI
- uma prensa de bronze de cunhar moedas portuguesas (exemplar único do reinado de D. Pedro II).

O acervo existente denota um alargado leque de estilos e proveniências, mas são principalmente de Portugal e inclui testemunhos que vão desde a Pré-História, ao período Etrusco, ao Romano, ao Visigótico, ao Românico, ao Gótico, à Renascença e ao Barroco, bem como materiais originários de França, Inglaterra, Suíça, Egipto, Peru, México e África, alguns deles documentado nas (Figs. 8-a – 8-f).

Os materiais e as colecções foram ordenados em 1898, nas salas criadas para esse fim (como referimos), na antiga cabeceira da igreja e outros locais, tais como nas paredes das antigas capelas, no transepto e ao longo das naves. Os dados estão referenciados/ estudados em publicações que permitem ligar populações de diferentes partes do mundo à História, que afinal não era só nossa.

Fig. 8 – Algumas das peças do acervo do ex-Museu Arqueológico do Carmo



Fig. 8-a – Utensílios de metalurgia do Castro de Vila Nova de S. Pedro (cerca 3.000 a. C.)



Fig. 8-b – Pilastra bizantina de Chelas (Século VIII-IX)

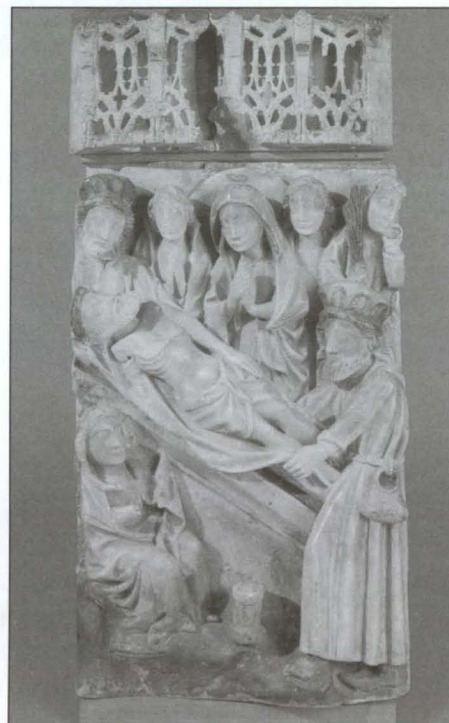


Fig. 8-c – Descida da Cruz, alto relevo, painel de alabastro de Nottingham (Século XV)



Fig. 8-d – Pormenor em alto relevo do túmulo de Fernão Sanches (Século XIV)



Fig. 8-e – Pedra de armas do túmulo de Simão Pinto (Século XVI)

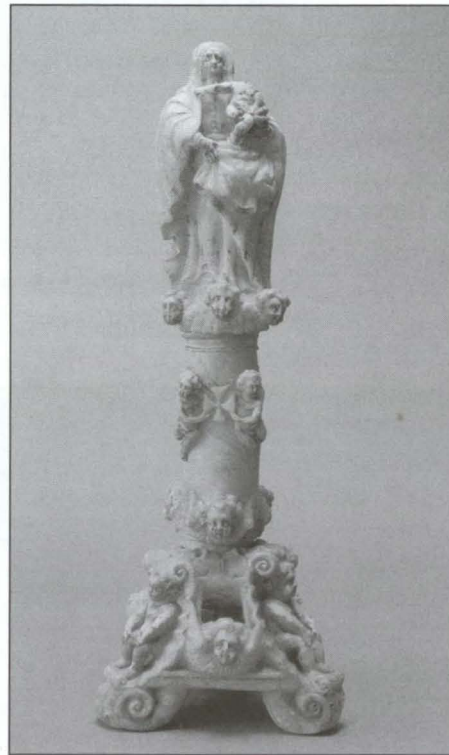


Fig. 8-f – Escultura de jaspe, Nossa Senhora da Bafa (Século XVIII)

Pode considerar-se que aquele sítio musealizado havia parado no tempo, ou antes, parecia continuar a mostrar a memória da nossa Lisboa, sendo ele em si mesmo já um elemento da própria história e visitado como uma relíquia, muito embora houvesse algum desinteresse e falta de efeitos de valorização museológica, provavelmente considerados “supérfluos”. O silêncio que naquele local se sentia, fazia reflectir sobre os homens que, com o seu saber e perseverança conseguiram dar harmonia àquele núcleo tão heterogéneo e simultaneamente tão próximo, em que aspectos do longo passado de Portugal e em particular de Lisboa estão presentes. Hoje para permitir a construção de novos interesses sociais, concretamente o alargamento da rede do metro, os homens com poder de decisão, no limiar do século XXI “apagaram” toda esta procura consciente de uma valorização da nossa memória colectiva.

5. – Considerandos

Como balanço, podemos concluir que numa primeira fase, os testemunhos materiais do longo passado do homem foram salvaguardados de modo a permitir o seu estudo, por um grupo de personalidades, cujo ideal era o de valorizar aspectos da vida de um povo.

As ruínas do Carmo / sítio musealizado adquiriram uma auréola de prestígio ao serem salvas na década de 60 do século XIX da destruição, primeiro como elementos imóveis da Lisboa de Quatrocentos, bem como o museu criado e estruturado para a salvaguarda e valorização dos materiais arqueológicos, desde 1898. Graças ao esforço conjunto dos arquitectos e dos arqueólogos, inicialmente e depois apenas destes últimos (desde os finais da primeira década do século XX), as ruínas tinham-se tornado num polo de grande impacto na valorização socio-cultural de uma cidade como Lisboa e cem anos depois (1998), a situação está completamente invertida e este “sítio musealizado” parece ter sido entregue de novo à má sorte.

O brilhante e longo passado deste sítio levou a que a direcção da Associação dos Arqueólogos tivesse posto o maior empenho na salvaguarda de todo aquele património histórico-arqueológico, posto em causa de um modo tão gravoso e que levou ao encerramento daquele local musealizado em 1995, situação que se mantém.

O património imóvel necessita de ser revisto: o Portal Sul apresenta-se desfigurado (Fig. 9), dispunha de um bom enquadramento e hoje apresenta uma envoltória degradante que abraça igualmente o único botaréu original completo (Fig. 10), entre outros.



Fig.ª 9 e 9-a

Aspecto actual do Portal Sul
e pormenor dos arcos (ex)ogivais
(após o restauro? – Outubro de 1998)

Fig. 10
Aspecto da envoltória
do único Arco botante ou Botaréu
(lado Sul)



Ao determo-nos no espólio museológico (parte da nossa memória histórica), verificamos que está “encarcerado” em vez de ser objecto de trabalhos de restauro e conservação. A sua centenária Biblioteca, como imóvel, foi destruída e o recheio encontra-se armazenado de uma forma precária e como tal muito preocupante. Em 1994/95, o corpo directivo da Associação considerou que aquela situação seria por um período de curta duração, mas tal não aconteceu, o que está a pôr em risco esse valioso património e com ele também aspectos do nosso passado cultural.

O sítio musealizado do Carmo jaz completamente despido de todo o seu significado, quer como bem patrimonial³, quer como sítio arqueomuseológico, quando tudo apontava para que este local da velha Lisboa, onde a História e os homens se haviam reencontrado há mais de cem anos, estivesse a salvo.

Por tudo o que aqui se apresenta, consideramos que esta herança deixada primeiro pelos Homens de Quatrocentos, acrescida da mais valia dos de Oitocentos deve voltar a ter vida e aquele sítio musealizado, Ruínas / Museu Arqueológico do Carmo, são o resultado do que hoje se considera uma corrente etnomuseológica inovadora, designada de “musealização de sítios”. Este novo conceito parece ter sido iniciado aqui há cem anos atrás.

Neste ano de 1998, em que a *Expo '98* trouxe a Lisboa inúmeros visitantes, este Museu centenário (largamente procurado por centenas de pessoas) não emergiu para ser um complemento às modernas tecnologias naquela apresentadas, apesar de ter sido um dos pontos de partida da valorização socio-cultural da cidade de Lisboa, desde o século passado.

Lisboa, Novembro de 1998

NOTAS

¹ Para mais dados consultar: *O Carmo e a Trindade*, 1939, de Gustavo de Matos Sequeira; *A História da Arte em Portugal*, vol II, 1952, coordenada por Aarão de Lacerda e *Comemoração dos 600 anos da Fundação do Convento do Carmo em Lisboa*, 1989.

² Classificação que veio a ser reconfirmada já no tempo da República.

³ Aproveitamos ainda o ensejo para citar, que embora exista hoje um Regime Jurídico do Património Cultural datado de 1985 – Lei n.º 13, de 6 de Julho – o qual desenvolve o princípio que todos têm o dever de preservar, defender e valorizar o Património Cultural, a realidade é bem diferente.

BIBLIOGRAFIA

SÁ VILELA – 1876, *Ruínas do Carmo*, Tipografia Universal, Lisboa.

Boletins de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos e Archeólogos Portugueses:

1889 – Tomo IV, 2.ª série, n.º 5.

1890 – Tomo VI, 2.ª série, n.º 5 e n.º 8.

1898 – Tomo VIII, 3.ª série, n.º 3 e n.º 4.

1900 – Tomo VIII, 3.ª série, n.º 9 e n.º 10.

ROCHA DIAS, Eduardo – 1907, *A Real Associação dos Architectos e dos Archeólogos desde a sua Fundação até 11 de Outubro de 1889*. Casa da Moeda, Lisboa.

ARAÚJO, Norberto – 1953, *Peregrinação em Lisboa*, Livro IV, Vega, Lisboa.

PEREIRA, Paulo – 1989, «A Igreja e o Convento do Carmo: do Gótico ao Revivalismo», in *Actas do Colóquio – Comemorações dos 600 anos da Fundação do Convento do Carmo em Lisboa*. pp. 87-115, Associação dos Archeólogos Portugueses, Lisboa.

PEREIRA, Paulo – 1994, «O Convento do Carmo», in *O livro de Lisboa*, pp. 129-137, Livros Horizonte, Lisboa.

LUÍS ARAÚJO, Manuel – 1993, *O Sarcófago e a Múmia do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa.

PÁSCOA, Mário – 1994, *O Convento do Carmo. O Sítio da Baixa / Chiado*, pp. 29-32, Metropolitano de Lisboa.

SANTANA, Francisco e SUCENA, Eduardo – 1994, *Dicionário da História de Lisboa*, pp. 111-112 e 594-596, Lisboa.

A Câmara Municipal de Lisboa e a aclamação régia de D. Pedro V: reforma jurídica da indumentária protocolar

JORGE DE MATOS

Introdução

Em 1855, nas vésperas da aclamação do Rei D. Pedro V, a Câmara Municipal de Lisboa solicita à Coroa a aprovação legal dos novos modelos de fardamentos oficiais dos seus Vereadores e funcionários superiores, em lógica substituição dos anteriores.

No âmbito de uma conjuntura político-institucional concreta, esta reforma jurídica da indumentária protocolar autárquica lisiponense oitocentista projecta-se numa obviamente mais que justificada funcionalização cívico-litúrgica de Estado, procurando actualizar a sua exterioridade cerimonial há muito ultrapassada e típica do Absolutismo moderno face ao Liberalismo monárquico-constitucional contemporâneo.

O objectivo funcional desta comunicação consiste assim em reconstituir evidenciadamente a génese processual desta reformulação oficial e o consequente relacionamento jurídico-institucional entre a autarquia e o Governo, bem como as implicações simbólicas do seu pragmatismo utilitário e as características plástico-iconográficas dos referidos trajes – ambas estas denunciando o implícito protagonismo nacionalista ambicionado pela edilidade lisboeta.

1 – A autarquia lisboeta e a evolução dos fardamentos

Ainda que seja lógico considerar-se a existência de distinções externas funcionais na indumentária dos Vereadores ou funcionários superiores da Câmara Municipal de Lisboa desde, pelo menos, a época tardo-medieval, patentes na identificação individualizante dos cidadãos que desempenham empossada e legitimamente esses cargos, é somente no séc. XVI que encontramos os primeiros indícios concretos que permitem aferir uma comprovação documental explícita de tais elementos comprovativos.

Assim, face a uma evidente conjuntura de refundação jurídica reformante do Estado moderno português e da progressiva centralização política absoluta do Poder Real, surge, sob o patrocínio régio de D. Manuel I, a divulgação artística de iconografia simbólica num contexto liturgicamente messiânico-imperial¹. Paralelamente, acentua-se a utilização instrumentalizante de insígnias simbólico-funcionais, identificativas do desempenho protocolar de altos cargos públicos, com inerente codificação normativa explícita (denotante da sua evidente importância legal) – como no caso da primeira autarquia do país.

Com efeito, no *Regimento da Câmara Municipal de Lisboa* de 30 de Agosto de 1502, prescreve-se no Capítulo das Cerimónias a utilização cívica exclusiva de varas vermelhas pelos seus Vereadores em todas as celebrações rituais e festividades públicas, nomeadamente no acompanhamento processional do Rei sob o pálio, após a sua entrada oficial na capital e eventual entrega da chave da cidade².

Por outro lado, e segundo o testemunho ocular do cronista espanhol Izidro Velasquez Salamantino, descrevendo pormenorizadamente a entrada régia de Filipe II de Espanha (I de Portugal) em Lisboa, ocorrida em 29 de Junho de 1581, a comissão municipal de recepção ao monarca espanhol, composta de Vereadores efectivos e cessantes e do Corregedor e Conservador da edilidade, trajavam a indumentária oficial autárquica «(...) *segundo o estylo da cidade* (...)» – cujos documento e data de instituição legal se ignoram –, composta de «(...) *uns capotes antigos, a que chamam tabardos, largos, de raxa [seda sarjada] preta, com um capuz de corte à castelhana, mangas vestidas do mesmo, tendo um golpe ao comprimento, por onde saía o braço, com manga de raso [seda lisa] pavonaço [roxo], e deste raso o forro da manga do tabardo, e por baixo roupetas largas de raso preto. Na cabeça meias gorras de tres esquinas e de volta à franceza de terciopelo preto; e calçados uns burzeguins da mesma cor, com sapatos de terciopelo preto*»³.

Noutras celebrações públicas posteriores de exaltação régia, é constatável a utilização de indumentária protocolar análoga pela Câmara Municipal de Lisboa, virtualmente relacionável com o bicromatismo branco e negro oficial da cidade e da autarquia (assunto demasiado extenso e sectorial para aqui ser devidamente desenvolvido), presente quer na vexilologia, quer nos fardamentos dos Vereadores e Oficiais. Aquando da entrada solene do Rei Filipe III de Espanha (II de Portugal) em Abril de 1619, os dignitários municipais presentes no pátio processional trajavam «(...) *opas de setim negro empresado com pasamanes de ouro e prata, forrado em tela branca e roupetas e calças de obra negras, anteforros de tela, gorras e sapatos e cinto de veludo negro, gibões de tela (...)*»⁴ ou «(...) *garnaches de setim negro emprasado e picadas, forradas em tela de prata, calças de obra forradas da mesma tela, sapatos e gorra de veludo de pelo (...)*» por apresentarem as cores de Lisboa e serem os trajas oficiais da edilidade em todas as entradas, levantamentos e casamentos régios, nascimentos e juramentos de príncipes⁵.

Também no levantamento de D. João IV em Lisboa, em 15 de Dezembro de 1640, a vereação lisboeta trajava igualmente de «(...) *veludo negro forrado em tela branca (...)*»⁶.

Mantendo-se inalterado ao longo de todo o regime monárquico absoluto, procura-se substituir este figurino da indumentária protocolar autárquica lisboeta subsequentemente ao advento do Liberalismo político em Portugal. Assim, na sua sessão de 16 de Julho de 1855, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu unanimemente, sob a presidência de Manuel Salustiano Damasceno Monteiro, enviar uma representação ao Rei Regente D. Fernando II, através do Ministério dos Negócios do Reino, requerendo a reforma legal da indumentária protocolar da vereação da autarquia com uma iconografia explicitante (encontrando-se ambos os documentos actualmente desaparecidos), então constituída pela capa e volta acima descrita.

O novo fardamento assemelhar-se-ia ao dos Deputados da Nação, contudo distinguindo-se por serem as golas dos uniformes bordados com as Armas da Cidade (a nau de S. Vicente e os corvos – como surge rasurado no original manuscrito da acta municipal), em lógica substituição dos castelos das Armas Reais, e a adição de uma faixa azul e branca à cintura em vez de a tiracolo (como surge igualmente rasurado no mesmo documento)⁷.

Posteriormente, na sua sessão de 6 de Agosto do mesmo ano, a vereação recebe uma Portaria da 2.^a Repartição da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios do Reino (não numerada e subscrita pelo Ministro Rodrigo da Fonseca Magalhães), datada de 4 do corrente, informando-a da promulgação de um Decreto régio do Ministério dos Negócios do Reino, de 25 de Julho, que autoriza a autarquia à substituição dos seus uniformes protocolares, despachando com deferimento consequente a sua representação requerente datada de 19 de Julho, determinando ainda o envio remetente e urgente dos respectivos figurinos iconográficos alusivos à Secretaria ministerial (agora devolvidos), para a devida rubrica autenticante do Ministro, com exemplares duplicados para os arquivos de ambas as instituições, (instituinte ainda fardamentos para os cargos de Escrivão e Oficiais da Secretaria municipal, Tesoureiro e Guarda-Mór – inovação introduzida pelo protocolo do institucionalismo liberal –, devendo a edilidade enviar com premissência os seus modelos respectivos)⁸.

Mais tarde, na sua sessão de 22 de Agosto, a Câmara Municipal de Lisboa é informada da recepção das Portarias n.º 375 da 2.^a Repartição da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios do Reino, datadas de 20 e 21 do mesmo mês e subscritas pelo seu titular, remetendo em anexo uma cópia manuscrita autenticada do Decreto supramencionado e de cada um dos modelos inerentemente descritos e devolvendo ainda os desenhos aprovados das bordaduras das fardas dos funcionários superiores da autarquia, rubricados pelo então Ministro de Estado dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, para o arquivo da edilidade⁹.

O referido Decreto de 25 de Julho de 1855 determinava o estabelecimento dos novos fardamentos municipais de Lisboa para utilização exclusiva dos Vereadores da edilidade, Escrivão e Oficiais da Secretaria, Tesoureiro do Concelho e Guarda-Mór da Câmara – regulando-se ainda os pormenores diferenciadores das respectivas graduações – sendo acompanhado dos respectivos figurinos correspondentes (litografados no estabelecimento de A. C. Lemos, Rua dos Gatos n.º 3, em Lisboa). Contudo, o único uniforme descrito e constante do texto legal é o dos Vereadores, constituído de farda direita de pano azul ferrete, com uma única ordem de oito botões *prateados* representando as Armas Municipais – sendo a gola, os canhões, as portinholas e os interstícios respectivos bordados em *prata* com um silvado de ramos de carvalho (totem simbólico-fitomórfico indo-europeu da fortaleza e da sabedoria) –, calça do mesmo

tecido com uma lista de galão *prateado* de largura normal sobre ambas as costuras, colete branco de corte direito com quatro botões idênticos aos da farda, chapéu armado de plumas brancas com presilha e laço nacional, gravata e luvas brancas, florete com bainha preta e guarnições de *prata*, faixa de seda de três listas iguais para a cintura, sendo a do centro branca e as periféricas azuis ferretes e com borlas das mesmas cores, em que o centro branco é de prata)¹⁰.

Quanto aos outros cargos mencionados no Decreto e cujos modelos a autarquia submeteria oportunamente ao Governo para aprovação legal, a já mencionada Portaria n.º 375, de 21 de Agosto de 1855, determina à autarquia, em nome do Rei Regente D. Fernando II, que os fardamentos dos Escrivão e Oficiais da Secretaria, do Tesoureiro do Concelho e do Guarda-Mór da Câmara Municipal de Lisboa sejam idênticos aos dos Vereadores, sendo contudo de ouro as bordaduras, os botões, os galões das calças (ainda que apenas mais pequenos), a presilha do chapéu e as guarnições do florete e exceptuando-se ainda o uso da faixa bicolor azul e branca dos Vereadores (invertendo assim deliberadamente a superioridade hierárquica do aparato do traje daqueles)¹¹.

Mais tarde, na sua sessão de 27 de Agosto, a vereação aprova autonomamente um modelo de indumentária para os seus contínuos, composto de casaca preta direita, calção e colete de casimira preta, chapéu de pasta e colar de prata com as Armas Municipais (conservados na tutela do Guarda-Mór) – decidindo ainda, por esta ocasião, custear o erário municipal a sua execução¹².

Contudo e posteriormente, na sua sessão de 26 de Abril de 1866, sob a presidência do 2.º Marquês e 3.º Conde de Ficalho, António de Mello Breyner Telles da Silva, deliberou-se a aprovação de um requerimento apresentado pelos cinco contínuos do quadro do Município, solicitando o deferimento sancionante de um modelo anexo (através da atribuição do montante de 250\$000 para a respectiva confecção até ao dia da celebração pública da liturgia processional do Corpo de Deus e contra a oposição não fundamentada do Vereador Gregório Vaz Rans de Campos Barreto Fróis) – cujos conteúdo e localização actualmente se ignoram, ainda que se conheçam os esboços dos pormenores dos botões armoriados municipais com uma espécie de cadeia entrelaçada de ondulações serpenteantes e o modelo de um eventual canhão¹³.

Entretanto, na sua sessão de 13 de Setembro de 1855, a vereação toma conhecimento da recepção da Portaria n.º 456 da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios do Reino, de 10 do corrente e subscrita pelo seu titular, que remete uma cópia manuscrita autêntica do Decreto régio do mesmo Ministério, datado do dia 5, determinante das celebrações oficiais em que se utilizaria a indumentária antiga e moderna dos Vereadores¹⁴.

Este Decreto de 5 de Setembro de 1855 estabelece, segundo determinadas considerações alusivas ao Decreto anterior de 25 de Julho apresentadas ao Governo, que a vereação lisboeta trajaria o novo uniforme na generalidade dos eventos protocolares, ao passo que o modelo antigo, tradicionalmente em vigor (durante cerca de, pelo menos, trezentos anos), seria utilizado apenas nas festividades oficiais mais solenes – como a aclamação régia de D. Pedro V, agendada proximamente para 16 de Setembro desse mesmo ano¹⁵.

É curioso verificar parcelarmente que, mais tarde, o Município de Belém, sério rival autárquico-institucional do de Lisboa, empreende o processo jurídico-legislativo de aprovação e consolidação prestigiante dos seus símbolos heráldicos, num claro contexto de progressiva afirmação autónoma, em relação com o qual decidiu enviar, em 12 de Setembro de 1862, uma representação ao Rei D. Luís (cuja localização e consequências actualmente se desconhecem), através do Ministério dos Negócios do Reino, solicitando curiosamente a mercê de concessão privilegiante do uso de um traje idêntico ao da Câmara Municipal da capital, bem como o direito às mesmas honras protocolares desta – apenas um dia após tomar conhecimento oficial da legalização governamental do seu brasão de armas e da recusa da edilidade lisboeta em integrá-lo nas decorações da Praça do Comércio para a cerimónia do casamento do monarca, agendada para 5 de Outubro¹⁶.

Vigorando aquela situação jurídico-protocolar reformulante pelo menos até à abolição do regime monárquico-constitucional em 5 de Outubro de 1910 (contudo desconhecendo-se qualquer acto jurídico alusivo expressamente revogatório, quer pela autarquia, quer pelo governo), importa-nos agora perceber o contexto conjuntural político-institucional envolvente da génese deste processo, permitindo-nos ainda compreender as inerentes causas profundas dos efeitos visíveis.

2 – A indumentária institucional e a simbólica protocolar

Através de uma evolução assimilante dos procedimentos litúrgico-protocolares das diversas jovens monarquias constitucionais europeias, o Liberalismo português procura conduzir a reforma integral das instituições do Estado absolutista até às derradeiras e pormenorizadas consequências simbólico-representativas da sua imagem política. É neste contexto que as funções exercidas pelos dignitários das estruturas do Constitucionalismo liberal recém-nascido e em progressiva definição necessitam de fundamentar o seu prestígio consolidante através de insígnias tipificantes e de uma indumentária identificativa.

Os membros integrantes da administração governante do poder executivo e do corpo diplomático obtêm a consagração legal dos seus fardamentos através da Carta de Lei de 17 de Janeiro de 1822. Segundo este diploma, os Ministros e Secretários de Estado terão uma indumentária de grande gala com casaca de pano azul com bordadura de prata e forro idêntico, calção branco e meias brancas, tendo a bordadura na fímbria, gola e canhão da casaca com folhagem simples e emblemas em diagonal para cada Ministério (folha de hera e espigas de trigo – Negócios do Reino, símbolos de eternidade e fecundidade; folha de carvalho e machada com feixe de varas – Justiça, símbolos de sabedoria e fortaleza; folha de murta e âncora – Marinha, símbolos de fidelidade e firmeza; folha de cipreste e cornucópia – Fazenda, símbolos de longevidade e abundância; folha de louro e próprio – Guerra, símbolo de imortalidade; folha de oliveira e caduceu – Negócios Estrangeiros, símbolos de paz e mediação diplomática), chapéu com plumas brancas, espadim ou florete comprido com fiador.

Por seu turno, os embaixadores e os ministros diplomáticos de 2.^a ordem, terão o mesmo fardamento que o Ministro dos Negócios Estrangeiros (de quem dependem hierarquicamente – (excepto a fímbria bordada, no caso destes últimos), os Encarregados diplomáticos de Negócios e os Oficiais superiores das Secretarias de Estado terão os mesmos uniformes respectivos (excepto a bordadura, substituída por um simples cordão) e os adidos, cônsules e funcionários das Secretarias de Estado terão os mesmos uniformes ministeriais com os emblemas e um cordão mais simples. Por outro lado, o fardamento menor é composto da mesma casaca, colete branco, calção preto e meias pretas, plumas pretas no chapéu e terçado ou espada curta¹⁷. Esta legislação fora revogada pela Carta de Lei de 18 de Julho de 1823, influenciada pela retoma absolutista da revolta político-militar da Vilafrancada e posteriormente reassumida face à queda do Miguelismo¹⁸.

Mais tarde, aplica-se o mesmo processo aos representantes e funcionários distritais da administração central, através do Decreto governamental do Ministério dos Negócios do Reino de 10 de Outubro de 1835. Este diploma determina que os Governadores Civis terão um fardamento normal de tipo militar, assertuado de pano azul ferrete com forro branco e duas ordens de botões dourados no peito com as Armas Reais, a gola cortada em ângulo à frente (sendo esta, os canhões e as portinholas bordados com *duas* cercaduras de ramos de carvalho – tal como mais tarde os Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa face aos funcionários superiores da autarquia), calças azuis com galão de ouro nas costuras exteriores, botas, chapéu armado com presilha e borlas de ouro, espada direita com bainha preta em talim com pala, faixa de seda azul com borlas de canotão de ouro; um fardamento de gala simples idêntico (excepto a calça de casimira branca com galão de ouro); e um fardamento de grande gala de tipo militar direito da mesma cor com bordado e forro idênticos de *duas* cercaduras de carvalho e oliveira (símbolos de fortaleza, sabedoria e paz), calça de casimira branca, galão de ouro nas costuras exteriores, botas, chapéu com plumas brancas agalado de ouro, espada direita com bainha branca e faixa idêntica à anterior.

Por sua vez, os Secretários dos Governos Civis terão também um fardamento idêntico ao anterior (sendo a gola e os canhões bordados com uma cercadura de ramos de oliveira – símbolo de mediação diplomática – e dois outros semelhantes entre os botões), chapéu de plumas pretas com presilhas de ouro e faixa usada apenas em regime de substituição interina¹⁹.

Contudo, toda esta reforma liberal da indumentária protocolar radica justamente na génese da soberania parlamentar constitucional vintista, enquanto dignificação prestigiante da deputação nacional representativa. Assim, justificando-se plenamente com o uso circunstanciado de paramentos eclesiásticos, académicos, judiciais e honoríficos, o cidadão espanhol Juan Cabrera propõe, em 20 de Setembro de 1821, às Cortes constituintes portuguesas um modelo de indumentária para o Rei e os deputados da Nação – sendo, neste último caso, mantos capitulares vermelhos com golas brancas²⁰.

Posteriormente, com a promulgação da Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa em 29 de Abril de 1826, outorgada pelo Rei D. Pedro IV, as Cortes, como órgão de soberania representativa do Poder legislativo, assumem uma constituição bicameral nos termos do seu artigo 14.º – as Câmaras dos Deputados da Nação e dos Pares do Reino – cuja duplicidade estrutural se procura dignificar de forma distinta daquela. Assim, o Decreto régio de 8 de Outubro de 1826, que aprova o programa protocolar da sessão inaugural das Cortes bicamarais para o próximo dia 27 de Outubro, estabelece a sequência detalhada do protocolo cerimonial do cortejo dos Deputados e dos Pares, dos aristocratas e dos eclesiastas, dos Oficiais-Móres da Casa Real e dos Oficiais de Armas, da Infanta Regente D. Isabel Maria de Bourbon e Bragança e dos Ministros de Estado e a forma do juramento constitucional da Infanta Regente, determinando ainda, nos seus artigos 22.º a 24.º, que os Deputados e os Pares deverão trajar o antigo traje nacional de capa e volta de seda preta, em vigor para as maiores solenidades, bem como um chapéu de cocar para aqueles (exceptuando-se os eclesiastas, que trajarão as respectivas vestes canónicas)²¹.

Mais tarde, estabelecem-se no *Regimento interno da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, promulgado em 23 de Janeiro de 1827, as disposições transitórias do seu título X, artigos 94.º e adicional, referentes ao Projecto alusivo do Governo, de 2 de Novembro do ano anterior, vigente até à definição do relacionamento institucional da Câmara dos deputados com aquele, bem como a dos Pares. Os Deputados utilizarão assim o grande uniforme para as Sessões Reais de gala de abertura das Cortes, prescrito no Decreto anterior, e o pequeno uniforme para assistência às sessões ordinárias e constituição de quaisquer deputações, composto de casaca de pano azul com gola e canhões bordados de quinas e castelos de prata das Armas Reais, botões prateados lisos, calças azuis justas, botinas, chapéu armado com laço azul e encarnado e presilha de prata e colete branco – bem como calção branco e meias brancas para as deputações ao Paço²².

Subsequentemente, o novo Regimento interno de 25 de Fevereiro de 1896, no seu artigo 215.º, adiciona ao uniforme dos Deputados o uso explícito da faixa bipartida azul e branca (representativa das cores nacionais), independentemente do traje empregue²³.

Especificamente quanto à Câmara dos Dignos Pares do Reino, o seu Regimento interno de 3 de Janeiro de 1880 (contudo remontante a 1865) explicita, no seu título XIV, artigos 101.º a 103.º, o estabelecimento igualmente de um uniforme de gala e outro de cerimónia. Com efeito, o grande uniforme para utilização exclusiva nas aberturas régias solenes das Cortes Gerais compor-se-ia de um gibão comprido de veludo preto forrado de seda branca com as mangas golpeadas e botões prateados, com renda recortada sobre os canhões, capa curta de veludo preto forrada de branco (podendo arbitrariamente ser de seda lisa, bordado ou de arminhos), murça de arminhos, coleira de rendas, banda larga de setim branco com laço grande de roseta e pontas franjadas de cordão de seda, calção de seda preta com liga de roseta, meias brancas e sapatos pretos com roseta branca larga, espada antiga de cruz branca, chapéu de cocar com aba frontal levantada e plumas grandes brancas – sendo significativa e obviamente mais nobre que o dos Deputados.

Por seu turno, o pequeno uniforme para uso nas deputações da Câmara e noutras ocasiões eventuais (também mais rico que o da outra Câmara legislativa) constituiu-se de uma casaca de pano azul ferrete com gola e canhão bordados de quinas e castelos reais de ouro, botões de ouro com as Armas Reais (evidentemente denotando superioridade hierárquico-institucional face à prata do uniforme dos Deputados), colete branco, calça azul agaloada de ouro, chapéu com presilha de ouro, laço nacional e plumas brancas²⁴.

Finalmente, cumprirá aqui analisar um último aspecto significativo de representatividade político-institucional, enquanto insígnia simbólico-ideológica do cromatismo liberal presente em quase todos os modelos dos fardamentos analisados: o laço nacional e a faixa bipartida. Com efeito, o Príncipe Regente D. João promulgou a Ordem Régia de 17 de Janeiro de 1796, que determinava a utilização do binómio cromático azul e vermelho da libré serviçal da Casa Real nos laços dos chapéus dos seus oficiais e criados domésticos e dos militares do exército, bem como nos fiadores e borlas das suas espadas, tendo sido revogada pela Carta de Lei constituinte de 23 de Agosto de 1821, que estabeleceu um laço nacional azul e branco (justificadas então como cores genésicas da heráldica nacional portuguesa, aqui salvaguardadas num contexto de emergência liberal) – essencialmente para uso militar do Exército e do funcionalismo público – sendo também subsequentemente revogada pela já referida Carta de Lei absolutista de 18 de Junho de 1823 que restaurou a legislação vigente anterior²⁵.

Embora este bicromatismo radique expressamente com esta mesma simbolicidade heráldico-nacionalista no Alvará régio de 10 de Setembro de 1819, publicado por D. João VI, que institui a Real Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa (especificamente no seu ponto VIII), ainda em pleno Absolutismo, só atinge plena consagração com a promulgação do Decreto liberal de 18 de Outubro de 1830, que institui a primeira bandeira nacional bicolor (azul e branca e sobreposta ao centro simétrico das Armas Reais) e restaurou definitivamente a utilização identificativa do laço nacional prescrito na Carta de Lei de 23 de Agosto de 1821²⁶.

Entretanto, este mesmo bicromatismo do laço nacional figura também já no ponto 1.º das propostas legislativas do Deputado constituinte Filipe José Pereira Fortuna, dirigida ao Rei D. João VI em 22 de Agosto de 1821, para colorir as fitas das cruces de campanha da Guerra Peninsular – influenciando assim também directamente a mesmíssima determinação legislativa do Aviso governamental do Ministro Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque ao 7.º Conde de Vila Flor, D. António José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, de 4 de Dezembro de 1830 – e do Deputado constituinte António Gamarra, enviada ao soberano em 16 de Setembro de 1822, sobre o cerimonial parlamentar de juramento constitucional, descrevendo adereços de indumentária de figurantes do respectivo cortejo alegórico com o bicromatismo nacional azul e branco²⁷.

Toda esta conjuntura legislativo-protocolar manteve-se vigente até à implantação revolucionária do regime republicano em Portugal, tendo sido tácita e implicitamente revogada pela abolição legal do parlamento monárquico-constitucional bicameral, mediante a promulgação dos Decretos ditatoriais do Governo provisório de 17 e 24 de Outubro de 1910²⁸.

3 – O Estado liberal e a aclamação régia

Nascido do matrimónio consorciado entre a Rainha D. Maria II e o Rei consorte D. Fernando II de Saxónia-Coburgo-Gotha, em 16 de Setembro de 1837, o Rei D. Pedro V assume efectivamente o Trono de Portugal ao atingir a maioridade civil do seu 18.º aniversário natalício, em virtude do disposto no artigo 91.º da Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa, então em vigor, após uma regência interina de quase dois anos exercida por seu pai desde a morte prematura de sua mãe, ocorrida em 15 de Novembro de 1853.

Solenemente aclamado em 16 de Setembro de 1855, o jovem monarca é, desde a infância, revestido de uma aura estatutária de messianismo político-nacionalista. Sendo o primeiro soberano português nascido sob o Liberalismo constitucional, simpático, culto e dedicado à sua causa régia da administração pública em prol da Nação, D. Pedro V é auspiciosamente acolhido por todas as correntes ideológicas liberais como o grande redentor dos conflitos extremistas e das perturbações revolucionárias que caracterizam os quatro reinados precedentes, sendo isento de quaisquer parcialidades sectárias e continuador da regência conciliadora de seu pai²⁹.

É neste sentido que o Governo liberal procurará assinalar legislativamente com pompa e circunstância patrióticas a génese do seu reinado com originalidade protocolar e singularidade pioneira. Assim, o Decreto governamental do Ministério dos Negócios do Reino, de 13 de Julho de 1855, define a prorrogação das Cortes Gerais da Nação Portuguesa para que o Rei preste juramento de aclamação em Sessão Real extraordinária do parlamento bicameral dos Pares do Reino e dos Deputados da Nação, reunido nesta última Câmara e sob a presidência daquela em 16 de Setembro próximo futuro³⁰.

Um Decreto governamental seguinte do mesmo Ministério, de 29 de Agosto, proclama a referida data e os dois outros dias subsequentes como feriados e de grande gala para o funcionalismo da administração pública, sendo consagrados a todas e quaisquer celebrações oficiais e colectivas de regozijo, e disso informando todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas nacionais³¹.

Entretanto, é publicada a Ordem do Ministério dos Negócios do Reino, de 28 de Julho, subscrita pelo seu titular e contendo o Programa oficial para a entrada solene de D. Pedro V e do seu irmão, o Infante D. Luís de Bragança, Duque do Porto, definitivamente regressados em 14 de Agosto a Lisboa da sua digressão europeia – data igualmente proclamada feriado nacional de gala, bem como o dia seguinte, para o funcionalismo da administração pública³². Finalmente, um último Decreto do Ministério dos Negócios do Reino, datado de 7 de Setembro e subscrito pelo respectivo titular, estabelece o Programa oficial para a cerimónia de juramento e aclamação de D. Pedro V em 16 de Setembro³³.

Por outro lado, também a Câmara Municipal de Lisboa, como personalidade jurídica de administração pública, responsável pela gestão geo-territorial do Município da cidade capital do Reino, manifestou, através do regular funcionamento dos seus mecanismos institucionais, um interessado protagonismo no âmbito contextual da aclamação régia.

Assim, surgem-nos inicialmente as determinações governamentais manifestas das Portarias n.º 209 da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Ministério dos Negócios do Reino, de 28 de Julho, e n.º 456 da mesma Repartição da Secretaria Geral ministerial, de 10 de Setembro, nas quais se estabelecem respectiva e oficialmente à autarquia lisboeta que proceda à competente e imediata fiscalização urbana viária no centro histórico da Baixa Pombalina e prepare a mobiliação decorativa do Pavilhão protocolar a instalar na Praça do Comércio, quanto à recepção ao Rei e ao seu irmão, e da aclamação e juramento daquele em 16 de Setembro³⁴.

Seguem-se os programas oficiais celebrativos do Ministério dos Negócios do Reino (subscritos pelo seu titular) de 28 de Julho de 1855 sobre a recepção a 14 de Agosto, e de 7 de Setembro sobre a aclamação de 16 – em que a autarquia, solicitada pelas Portarias governamentais supramencionadas, deveria cumprir a sua função protocolar de anfitriã institucional do monarca na progressiva consolidação cerimonial pública do exercício inaugural da sua soberania político-constitucional efectiva.

Desta forma, na entrada régia prescrevem-se as manifestações públicas de júbilo e as salvas de honra, o desembarque e as paradas militares na Praça do Comércio ornamentada e limpa e o respectivo acolhimento municipal ao soberano sob o pátio até ao Pavilhão Real aí armado (onde o Presidente Manuel Salustiano Damasceno Monteiro lhe dirigiria o adequado discurso panegírico de gratas boas-vindas), o cortejo até à Sé Patriarcal com o acolhimento pelo metropolitano e o seu cabido e a realização da inerente liturgia solene de acção de graças alusiva, além da recepção no dia seguinte às autoridades administrativas, militares, eclesiásticas, diplomáticas, autárquicas e corporativas no Palácio das Necessidades.

Por outro lado, na aclamação define-se a ordem hierárquico-sequencial dos dignitários, funcionários e veículos integrantes do cortejo viário e o seu percurso da Praça do Comércio ao Palácio de S. Bento, à Sé Patriarcal e ao Terreiro do Paço, a higiene urbana e o ornato patrimonial particular do roteiro previsto e o seu guarnecimento militar permanente, a cerimónia de juramento e aclamação régias nas Cortes bicamarais, a decoração sumptuosa interior e a liturgia solene de acção de graças na Sé Catedral, a ornamentação heráldica e vexilológica do Pavilhão Real na Praça do Comércio e a distribuição geográfica das janelas dos respectivos edifícios ministeriais para os convidados assistentes, a recepção da Câmara Municipal de Lisboa ao Rei e a cerimónia da entrega da chave da cidade, as paradas militares de continência ao soberano e a iluminação nocturna do recinto nos três dias feriados³⁵.

Adicionalmente, surgem-nos ainda os Editais municipais de 3 de Agosto e 14 de Setembro de 1855, ambos subscritos pelo Presidente Manuel Salustiano Damasceno Monteiro e solicitando respectivamente aos munícipes a iluminação exterior nocturna das suas residências no dia do regresso de D. Pedro V a Lisboa e determinando, aquando do período feriado da aclamação régia, a interdição da circulação viária do Cais do Sodré à Sé Patriarcal, os sentidos de acesso pedestre nocturno à Praça do Comércio (a pedido de ofício do Governo Civil de Lisboa à vereação), o incentivo público ao engalanamento das fachadas residenciais e à manifestação cívica de regozijo geral e o apelo ao encerramento dos estabelecimentos comerciais não prioritários aí situados.

Acrescentam-se também os programas municipais do espectáculo naval de manobras diurnas no Tejo e do fogo de artifício nocturno e respectivo acompanhamento musical militar para a aclamação régia (assinalando com salvas o trânsito do cortejo e simulando no rio a conquista portuguesa de Arzila de 1471)³⁶.

Além destas decisões oficiais, cumpre-nos ainda perspectivar evolutivamente a preparação interna das celebrações pela autarquia, tendo a recepção funcionado como autêntico «balão de ensaio» político-protocolar do grande protagonismo cívico-institucional da vereação na aclamação e decalcando-se este conjunto de celebrações das antigas cerimónias absolutistas de levantamento e juramento e das entradas régias com a inerente entrega da chave da cidade (como sucedeu com o regresso de D. João VI a Lisboa, em Junho de 1821) – sendo contudo esta a sua primeira ocorrência sob a égide ideológica do Liberalismo constitucional.

Assim, na sessão autárquica de 18 de Junho de 1855, o Vereador Ayres de Sá Nogueira propõe que o Presidente Manuel Salustiano Damasceno Monteiro acorde com o Ministro dos Negócios do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, o programa da aclamação (quase um mês antes da promulgação do

respectivo Decreto governamental); nas de 10 e 19 de Julho, decide-se oficial aos Vereadores Ayres de Sá Nogueira, António Esteves de Carvalho e Francisco Manuel de Mendonça, constituídos como comissão municipal responsável pela celebração do regresso de D. Pedro V a Lisboa; nas sessões de 23 e 24 de Julho, prosseguem os preparativos da recepção; na de 2 de Agosto, a mesma comissão é incumbida da celebração da aclamação; na de 6, recebe-se a Portaria governamental do Ministério dos Negócios do Reino, de 28 de Julho, com o Programa oficial da recepção ao Rei; na de 16, o Presidente anuncia ter lido o discurso de acolhimento ao monarca e ao Duque do Porto, chegados a 14; nas de 20 e 30 de Agosto e 3 de Setembro, prosseguem os preparativos da aclamação com a aquisição de adereços, a apresentação do programa municipal oficial e a cobertura das despesas respectivas pela autarquia; nas de 11 e 14 de Setembro, recebe-se respectivamente a Portaria governamental do Ministério dos Negócios do Reino, de 10 do corrente, quanto à higiene urbana e à projecção protocolar da aclamação, e com cópia do discurso do Presidente ao Rei; e, na de 20, o Presidente informa a vereação dos acontecimentos passados, discutindo-se as despesas apenas posteriormente³⁷.

É justamente neste contexto nuclear de preparação cerimonial que ressalta o assumido protagonismo protocolar e institucional da autarquia lisboeta, para além da pura e mera responsabilidade higiénico-ornamental da gestão urbana e algum policiamento auxiliar do itinerário das celebrações. Na recepção ao regresso de 14 de Agosto, cumpre à autarquia, como óbvia anfitriã e entidade administrante do Município da cidade capital do Reino, liderar o acolhimento ao soberano, sob o pátio (como no Regimento manuelino de 30 de Agosto de 1502) até ao Pavilhão Real erguido na Praça do Comércio, e aí homenageá-lo com um discurso de boas-vindas, ainda cumprimentando-o respeitosamente no dia seguinte no Palácio das Necessidades. Por outro lado, na cerimónia da aclamação de 16 de Setembro, a edilidade incorpora-se no cortejo rumo ao Parlamento (logo após os veículos dos conselheiros e magistrados) e, na celebração da liturgia solene de acção de graças (fora da capela-mór, junto aos parlamentares e diplomatas), conduzindo o Rei sob o pátio na escadaria do templo (novamente segundo o Regimento municipal manuelino), destacando-se a cerimónia da entrega da chave da cidade no Pavilhão armado na Praça do Comércio, significando o Presidente ao monarca tal simbolizar (com evidente e indevido pendor nacionalista) a posse do Império português e dos corações de todos os seus cidadãos, e aclamando-o novamente com a elevação do estandarte municipal – cumprimentando-o ainda no dia seguinte na recepção no Palácio da Ajuda³⁸.

Este Pavilhão, por sua vez, representava a perfeita unidade política e nacional em torno do núcleo do Liberalismo monárquico-constitucional, sendo ornamentada a Praça do Comércio com 124 brasões municipais das principais cidades e vilas portuguesas³⁹, da autoria do funcionário municipal João Maria Alves Costa (tal como os figurinos dos fardamentos da vereação – cuja reforma se decidiu na primeira sessão imediatamente posterior à data de promulgação do Decreto governamental que fixa a data da cerimónia da aclamação régia – pelo que foi recompensado com a gratificação única de 10 libras)⁴⁰ – conceito aliás expresso no discurso dirigido pelo Presidente ao Rei, tal como no dia seguinte o discurso apresentado no Palácio da Ajuda reflecte o providencialismo nacionalista projectado no jovem soberano e aqui protagonizado pelo Município da capital, ao que D. Pedro V proporcionalmente agradeceu⁴¹.

É desta forma que a Câmara Municipal de Lisboa, como autarquia da capital do Reino, assume uma verdadeira função de representatividade nacional no protocolo de Estado junto do monarca recém-entronizado, emulando e substituindo parcialmente a administração central na liturgia institucional, aqui aclamando-o de novo em público e empossando-o como soberano de Lisboa, epicentro político-simbólico de Portugal.

Conclusão

Com o advento do Liberalismo monárquico-constitucional, a Câmara Municipal de Lisboa procura recuperar minimamente e com total pluralidade o seu protagonismo nacionalista face ao poder aglutinante da administração central da Coroa, aí sediada na capital, remanescente desde a união dualista espanhola vigente entre 1580 e 1640, quando deteve um papel fulcral na gestão delegada do Reino durante a vacância do Trono independente – em função da jurisprudência vigente do Código Administrativo de 1842 (apenas revisto em 1878), postulando a mera representatividade governamental fiscalizante das autarquias locais, completamente desprovidas de qualquer autonomia administrativo-institucional e electividade demográfica directa.

É neste contexto que a edilidade lisboeta procura dignificar crescente e progressivamente a sua imagem pública de prestigiada instituição geo-administrativa circunscrita do Constitucionalismo, solicitando à Coroa a utilização privilegiada de um uniforme exclusivo do executivo municipal – qual fardamento civil identificativo – canonicamente conforme e semelhante aos padrões dos fardamentos liberais dos diplomatas e dos representantes distritais e nacionais dos Poderes executivo e legislativo (ainda que distinto daqueles por uma certa idiossincrasia simbólico-heráldica olisiponense) – em substituição reformante da tradicional capa e volta centenária do Absolutismo abolido.

Aproveita-se assim a conjuntura politicamente consolidante da aclamação régia de D. Pedro V para a realização desta emergência (ocorrida apenas quatro anos após a Regeneração de 1851), como pretexto implícito na sessão autárquica seguinte à publicação do Decreto governamental promulgante da data da inauguração do novo reinado – cujo programa celebrativo era pioneiro desde a emergência do Liberalismo, sintetizando a anterior ritualística régia absolutista à luz de um novo contexto político-ideológico, em que a autarquia entrega ao novo Rei já ajuramentado e investido dos seus poderes constitucionais a soberania simbólica da capital do seu Reino.

Contudo, após deferir o objecto requerido através da promulgação de um Decreto governamental, o Governo publica, poucos dias antes da realização da aclamação régia e do seu programa, um segundo diploma legislativo relegando o novo uniforme para as festividades secundárias e mantendo o anterior para cerimónias estatais de grande gala. Tal resolução conduziu, quanto à aclamação régia de 1855, a uma evidente ambiguidade institucional, por um lado permitindo uma aparente assimilação identificante com o grande uniforme dos parlamentares nas sessões gerais das Cortes (descendente directo do antigo traje nacional da capa e volta) e, por outro, totalmente impedindo uma deliberada confusão imediata e implícita com os trajes governamentais, diplomáticos e distritais, em que a Câmara Municipal de Lisboa protagonizaria uma excepção institucional única a um privilégio singular da administração central, como verdadeiro mecanismo ritualístico de afirmação política de um micropoder capital paralelo ao executivo monárquico do Liberalismo oitocentista.

NOTAS

- ¹ Ver Ana Maria Alves, *Iconografia do Poder Real no período manuelino – à procura de uma linguagem perdida*, Colecção Temas Portugueses, Imprensa Nacional, Lisboa, 1985;
Paulo Pereira, *A Obra Silvestre e a Esfera do Rei – Iconologia da Arquitectura Manuelina na Grande Estremadura*, Colecção Subsídios para a História da Arte Portuguesa n.º XXXII, Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990;
Manuel Cardoso Mendes Atanázio, *A Arte do Manuelino – mecenas, influências, espaço*, Colecção Métodos n.º 19, Editorial Presença, Lisboa, 1984;
Jorge de Matos, «Heráldica, Arte, Poder e Mentalidade no Portugal Manuelino: notas introdutórias», in *Armas & Troféus – Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, Instituto Português de Heráldica, Lisboa, VI Série, Tomo VI, Janeiro – Dezembro de 1995, pp. 55-60.
- ² Ver *Livro Carmesim*, fls. 17v-20, patente no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (cota: Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa – Chancelaria Régia, Livro n.º 37, Documento n.º 2);
Miguel Gomes Martins, *A Administração Municipal de Lisboa – Pelouros e Vereações*, Divisão de Arquivos do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1996, pp. 156-159.
- ³ Cit. in Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Typographia Universal, Lisboa, 1885, Tomo II, pp. 42-46 (principalmente p. 44).
- ⁴ Ver nota marginal ao registo da Carta régia de 20 de Maio de 1619, in *Livro 5.º de Registo de Provisões*, fl. 133v (cota: AHCML – Ch. R., Lv n.º 56), cit. in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, 1882, vol. I, p. 82.
- ⁵ Ver Consulta régia de 1 de Maio de 1619, in *Livro 2.º de Assuntos*, Cópia, fl. 129, in Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, cit. in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, vol. I, p. 83.
- ⁶ Ver José Justino de Andrade e Silva, *Collecção da Legislação Portuguesa*, Imprensa de F. X. de Souza, Lisboa, 1856, 2.ª série (1640-1647), p. 6, cit. in Eduardo Freire de Oliveira, *op. cit.*, vol. I, p. 83.
- ⁷ Ver Documento n.º 1.
- ⁸ Registada no *Livro 4.º de Registo de Portarias Régias*, fl. 112, no Arquivo Municipal, subscrita em 6 de Agosto de 1855 pelo Vereador substituto António Esteves de Carvalho;
Ver Documentos n.ºs 2 e 3.
- ⁹ Registadas no *Livro 13.º da Secretaria Geral do Ministério* e no *Livro 1.º dos Decretos*, fls. 26 e 27, no Arquivo Municipal, subscritas em 22 de Agosto de 1855 pelo Presidente Manuel Salustiano Damasceno Monteiro;
Ver Documentos n.ºs 4 e 5a.

- ¹⁰ Ver Documento n.º 6;
Figuras n.ºs 1 a 4 (cota: AHCMML – Miscelânea, Cx «Documentos Diversos – Pasta 1 [5 (dentro)]», 29/5, antiga pasta PA – N.º 8).
- ¹¹ Ver Documento n.º 5b.
- ¹² Ver Documento n.º 7.
- ¹³ Ver Documento n.º 8;
Figura n.º 5 (cota: AHCMML – Miscelânea, Cx «Documentos Diversos» – Pasta 1 [5(dentro)]«, 29/5, antiga pasta PA – N.º 10, actual P5 – N.º 5).
- ¹⁴ Registada no *Livro 13.º da Secretaria Geral do Ministério* e no *Livro 1.º dos Decretos*, fl. 28, no Arquivo Municipal, subscritas em 13 de Setembro de 1855 pelo Presidente Manuel Salustiano Damasceno Monteiro;
Ver Documentos n.ºs 9 e 10.
- ¹⁵ Ver Documento n.º 11.
- ¹⁶ Ver Jorge de Matos, *A Heráldica autárquica do extinto município de Belém*, Hugim Editores, Lisboa, 1998;
Documento n.º 12.
- ¹⁷ Ver *Colecção da Legislação das Cortes de 1821 a 1823*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1843, pp. 97-98;
Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *Dicionário dos Símbolos*, Editorial Teorema, Lisboa, 1994, pp. 363-364, 302-303, 659-660, 165, 429-430, 64-65, 201, 486-487, 141-142.
- ¹⁸ Ver *Colecção da Legislação das Cortes de 1821 a 1823*, pp. 6-7.
- ¹⁹ Ver *Colecção de Leis e outros Documentos oficiais publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835*, Quarta Série, Imprensa Nacional, Lisboa, 1837, pp. 361-362.
- ²⁰ Ver Miriam Halpern Pereira (dir.), *A crise do Antigo Regime e as Cortes Constitucionais de 1821-1822*, Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1991, vol. I (Benedicta Maria Duque Vieira, «O problema político português no tempo das primeiras Cortes liberais»), pp. 77-86.
- ²¹ Ver *Colecção de todas as leis, alvarás, decretos, etc. impressas na Regia Officina Typographica – 2.º semestre de 1826*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1843, Parte I – Folheto VII, pp. 39-42.
- ²² Ver *Diário das Sessões da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 2 e 14 de Novembro de 1826;
Regimento interno da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa, Imprensa Nacional, Lisboa, 1827.
- ²³ Ver José Marcelino de Almeida Bessa, *Manual Parlamentar para uso dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1901, p. 90.
- ²⁴ Ver *Regimento interno da Câmara dos Dignos Pares do Reino*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1884, 5.ª edição, p. 20;
Esteves Pereira, Guilherme Rodrigues, *Portugal – Dicionário historico, chorographico, biographico, bibliographico, heraldico, numismatico e artistico abrangendo a minuciosa descripção historica e choreographica de todas as cidades, villas e outras povoações do continente do reino, ilhas e ultramar, monumentos e edificios mais notaveis, tanto antigos como modernos; biographias dos portuguezes illustres antigos e contemporaneos, celebres por qualquer titulo, notaveis pelas suas acções ou pelos seus escriptos, pelas suas invenções ou descobertas; bibliographia antiga e moderna; indicação de tôdos os factos notaveis da historia portugueza, etc.. Obra illustrada com centenares de photogravuras e redigida segundo os trabalhos dos mais notaveis escriptores*, João Romano Torres & C.ª Editores, Lisboa, 1911, vol. V, p. 454.
- ²⁵ Ver António Delgado da Silva, *Colecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações – Legislação de 1791 a 1801*, Typografia Maignrense, Lisboa, 1828, p. 258;
Colecção da Legislação das Cortes de 1821 a 1823;
António Maria Seabra de Albuquerque, *O Laço da Nação Portuguesa: estudo histórico*, Imprensa Independência, Coimbra, 1890;
Nota 18.
- ²⁶ Ver António Delgado da Silva, *Colecção da Legislação Portuguesa, desde a última compilação das Ordenações*, Typographia Maignrense, Lisboa, 1825, pp. 693-699;
Colecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832, 2.ª edição, I Série, Imprensa Nacional, Lisboa, 1836, p. 54;
Decreto constituinte de 23 de Agosto de 1821.
- ²⁷ Ver Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República, Secção I e II, Cx n.º 76, Docs. n.ºs 65 e 59; cit. in Miriam Halpern Pereira, *op. cit.*, pp. 77, 79-86;
Colecção de Decretos e Regulamentos publicados durante o governo da Regência do Reino estabelecida na Ilha Terceira desde 15 de Junho de 1829 até 28 de Fevereiro de 1832, p. 78.
- ²⁸ Ver A. Morgado, *Legislação Republicana ou as primeiras leis e disposições da República Portuguesa*, Empreza do Almanach Palhares, Lisboa, 1910, I Tomo, pp. 26, 59-60;
Diário do Governo, Imprensa Nacional, Lisboa, 18 e 26 de Outubro de 1910.
- ²⁹ Ver Inácio Vilhena Barbosa, *As cidades e villas da monarchia portugueza que teem brasão d'armas*, Typographia do Panorama, Lisboa, 1860, vol. I, pp. III-IV.
- ³⁰ Ver José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, *Colecção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1855*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1856, p. 170.
- ³¹ Ver *idem*, *ibidem*, p. 305.
- ³² Ver *Decretos e Portarias Régias (1845-1859)*, Caixa n.º 448, Maço n.º 11, Documento n.º 19 (cota: AHCMML – Ch. R., Cx 448, Mç 11, Doc. 19).

- ³³ Ver José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, *op. cit.*, pp. 311-319.
- ³⁴ Registadas respectivamente no *Livro 12.º da Secretaria Geral do Ministério do Reino* e no *Livro 4.º do Registo de Portarias Régias*, fl. 111, do Arquivo Municipal, bem como no *Livro 13.º da Secretaria Geral do Ministério* e no *Livro 4.º do Registo de Portarias Régias*, fl. 113, do Arquivo Municipal – sendo devidamente subscritos pelo Vereador substituto presidencial interino António Esteves de Carvalho e pelo Presidente Manuel Salustiano Damasceno Monteiro; Ver *Decretos e Portarias Régias (1845-1859)*, Cx n.º 448, Mç n.º 11, Doc. n.º 17 (cota: AHCML – Ch .R., Cx 448, Mç 11, Doc. 17); «Documentos da entrega das chaves da Cidade de Lisboa pela sua Camara Municipal a EL-Rei D. Pedro V na Praça do Comércio em 16 de Setembro de 1855» (cota: AHCML – Miscelânea, Cx. «Autos n.ºs 1-90», Mç 1, Doc. 6-11).
- ³⁵ Ver notas 32 e 33;
O discurso do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa dirigido ao Rei D. Pedro V por ocasião do seu regresso a Lisboa em 14 de Agosto de 1855 encontra-se in *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa (minutas) – 1855*, fl. 145 (cota: AHCML – Chancelaria da Cidade, Lv n.º B-48, Doc. 145).
- ³⁶ Ver *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa (minutas) – 1855*, sessão de 13 de Setembro de 1855, Documento 165 (cota: AHCML – Ch. C., Lv n.º B-48, Doc. 165);
Editais municipais de 3 de Agosto e 14 de Setembro de 1855, «Programa para a festa marítima que deve ter lugar no Tejo, por ocasião da aclamação de Sua Magestade El-Rei o Senhor D. Pedro V» (1855) e «Distribuição das musicas na noite em que deve ter lugar o fogo d'artificio no Tejo por ocasião da aclamação de Sua Magestade o Senhor D. Pedro V» (1855), in *Collecção de Editais da Câmara Municipal de Lisboa (1853-1861)*, Lv C-52, Docs. 54, 57-59 (cota: AHCML – Ch. C, Lv n.º C-52, fls. 74-77).
- ³⁷ Ver *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa (minutas) – 1855*, fls. 107 v, 123, 129v, 131v, 132, 138, 140v, 145, 147v, 155v, 158, 164, 166, 168;
Quanto às intervenções e despesas da Câmara Municipal de Lisboa para a preparação das cerimónias da aclamação de D. Pedro V em 16 de Setembro de 1855, ver «1855 – Aclamação de El Rei D. Pedro V – Offícios e outros documentos acerca dos festejos pela», Pasta 9 – n.º 177, in *Documentos diversos – Pasta n.º 5 (1834-1867) – continuação n.º 2* (cota: AHCML – Miscelânea, Cx 271);
Nota 2;
Sobre a adopção do cerimonial do *Regimento da Câmara Municipal de Lisboa* de 30 de Agosto de 1502, ver o ponto 3.º do Aviso endereçado em 16 de Junho de 1821 pelo Deputado constituinte João Baptista Salgueiros ao Conde de Sampaio, in *Collecção da Legislação das Cortes de 1821 a 1823*, pp. 39-40.
- ³⁸ Ver notas 2 e 32, pontos 3.º, 11.º, 15.º e 16.º;
Nota 33, pontos 3.º, 8.º, 31.º, 32.º e 35.º
- ³⁹ Ver Inácio Vilhena Barbosa, *op. cit.*, vol. I, pp. IV-V.
- ⁴⁰ Ver Documento n.º 13.
- ⁴¹ Ver o «Auto da entrega da chave da cidade pela Câmara Municipal de Lisboa a D. Pedro V», 22 de Setembro de 1855, e os discursos da autarquia e do Rei no dia seguinte, in *Documentos da entrega das chaves da cidade de Lisboa pela sua Camara Municipal a El Rei D. Pedro V na Praça do Comércio em 16 de Setembro de 1855 e Collecção de Providencias Municipaes da Camara de Lisboa*, Typographia de Silva, Lisboa, s. d. (1853-1856), Tomo II, pp. 128-131.

Anexo documental

Documento n.º 1

Excerto de acta de sessão da Câmara Municipal de Lisboa alusivo à reforma dos fardamentos dos Vereadores (16 de Julho de 1855):

(in *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa (minutas)* – 1855, sessão de 16 de Julho de 1855, Documento n.º 126, fólio 2; cota: AHCML – Ch. C., Lv n.º B-48, Doc. 126, fl. 2)

«Resolveu-se unanimemente/ que se represente pelo Ministerio do Reino pedindo a alteração dos uniformes da Vereação da Capa e volta, para hum fardam[en]^o identico ao dos S[e]n[ho]r^{es} Deputados da Nação/ com a diferença de serem as golas das fardas bordadas com as Armas da Cidade [[humas Nãos]] em logar dos Castellos, e huma facha azul e branca posta á cinta/ [[a tiracollo]], devendo ser/ acompanhada a representação de hum figurino bem desenhado, (...)».

Documento n.º 2

Excerto de acta de sessão da Câmara Municipal de Lisboa alusivo á Portaria do Ministério do Reino que informa sobre o Decreto governamental determinante da reforma dos fardamentos dos Vereadores (6 de Agosto de 1855):

(in *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa (minutas)* – 1855, sessão de 6 de Agosto de 1855, Documento n.º 140, fólio 1; cota: AHCML – Ch. C., Lv n.º B-48, Doc. 140, fl. 1)

«Portaria do Ministerio do Reino de 4 do corr[en]^{te}, participando que p[o]^r Decreto de 25 de Julho ultimo, houve S. [ua] Mag.[esta]^{de} por bem authorizar à Camara para usar do uniforme constante da sua representação de 19 do d.[it]^o mez, ordenando que se remetão á Secr[e]t[ari]^a do Reino os respectivos figurinos e modelos das bordaduras, e bem assim os dos Empregados. Mandou-se-lhe dar cumprimento com urgencia.»

Documento n.º 3

Portaria do Ministério do Reino alusiva ao Decreto governamental que determina a reforma dos fardamentos dos Vereadores (4 de Agosto de 1855):

(in *Decretos e Portarias Régias (1845-1859)*, Caixa n.º 448, Maço n.º 11, Documento n.º 19; cota: AHCML – Ch. R., Cx 448, Mç 11, Doc. 19)

«Ministerio
do Reino

Secr[e]t[ari]^a Geral

2.^a Repartição

Sua Magestade El Rei, Regente em Nome do Rei, Attendendo ao que Lhe representou a Camara Municipal de Lisboa, Houve por bem, por Decreto de 25 de Julho ultimo, authorisal-a para usar do uniforme constante da sua representação de 19 do mesmo mez; e Determina que, para poder ter effectiva execução o citado Decreto, a Camara Municipal remetta a este Ministerio em duplicado os modelos das bordaduras para a gola da farda, e para os canhões, portinholas, e espaço entre elas comprehendido, assim como outro exemplar do figurino que se lhe devolve, a fim de serem uns e outros authenticados com a rubrica do Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, ficando d'elles um exemplar neste Ministerio, e sendo depois o outro reenviado à Camara com a copia do respectivo Decreto.

O mesmo Augusto Regente Resolveo outro sim estabelecer um fardamento para o Escrivão e Offi

[fl. v.]

ciaes da Secretaria da Camara, para o Thesoureiro do Concelho e para o respectivo Guarda-Mór; ficando porem a designação do uniforme destes Empregados, que deverá ser regulado pelas graduações de cada um, dependente dos modelos que a Camara submitter á approvação do Governo.

O que assim se lhe participa para seu conhecimento e effeitos devidos.

Paço de Cintra em 4 d'Agosto de 1855 ./.

R[odrigo da] Fonseca Magalhães

Cumpra-se e regista-se.

Camara 6 de Agosto de 1855

Como Presidente

Carvalho

Reg[istad]º a f[o]l[ha] 112 do L[ivr]º 4.º»

Documento n.º 4

Excertos de acta de sessão da Câmara Municipal de Lisboa alusivos a Portarias do Ministério do Reino que remetem cópia do Decreto governamental determinante da reforma dos fardamentos dos Vereadores (22 de Agosto de 1855):

(in *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa (minutas)* – 1855, sessão de 22 de Agosto de 1855, Documento n.º 119, fólio frente e verso; cota: AHCML – Ch. C., Lv n.º B-48, Doc. 119, fl. ft. e v.)

«Port[a]r[i]ª do Ministerio do Reino de 20 do corr[en]ª transmittindo copia do Decreto de 25 de Julho ultimo acompanhado de hum exemplar de cada hum dos modelos a que se refere o art[ig]º 2.º § unico do mesmo Decreto com respeito ao fardam.[en]º dos S[e]n[ho]rªs Vereadores. mandou-se archivar.

(...)

[fl. v.]

(...)

Recebeo-se huma Portaria do Ministerio do Reino de 21 do corrente, devolvendo os modelos das bordaduras para as fardas dos Empregados da Camara que forão approvados, e baixão rubricados pelo Ministro d'Estado d'aquella Repartição.»

Documento n.º 5a

Portaria do Ministério do Reino remetendo cópia manuscrita autêntica do Decreto governamental determinante da reforma dos fardamentos dos Vereadores (20 de Agosto de 1855):

(in *1855 – fardamentos dos Vereadores e Empregados da Camara Municipal de Lisboa (Desenhos dos) – Decretos, portarias e outros documentos referentes a este assumpto*; cota: AHCML – Miscelânea, Cx. «Documentos diversos – Pasta n.º 1 [5 (dentro)]», 29/5, Pasta 5 – N.º 10)

«Ministerio
do
Reino

Secretaria
Geral

2.ª Repartição

N.º 375

L[ivr]º 13.º

Sua Magestade El Rei, Regente em Nome do Rei, Manda pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, remetter á Camara Municipal de Lisboa, para sua intelligencia e execução, a inclusa copia authentica do Decreto de 25 de Julho ultimo, acompanhada de um exemplar de cada um dos modelos a que se refere o Artigo 2.º § unico do mesmo Decreto, com respeito ao fardamento dos Vereadores da mencionada Camara Municipal.

Paço de Cintra em 20 d'Agosto de 1855.

R[odrigo da] Fonseca Magalhães

[fl. v.]

Registe-se e archive-se.

Camara 22 d'Agosto de 1855.

Mont[ei]rº

Reg[ista]dº no L[ivr]º 1.º dos Decretos a fl. 26»

Documento n.º 5b

Portaria do Ministério do Reino alusiva ao Decreto governamental determinante da constituição dos fardamentos dos funcionários superiores da Câmara Municipal de Lisboa (21 de Agosto de 1855):

(in 1855 – *Fardamentos dos Vereadores e Empregados da Camara Municipal de Lisboa (Desenhos dos) – Decretos, portarias e outros documentos referentes a este assumpto*; cota: AHCML – Miscelânea, Cx «Documentos diversos – Pasta n.º 1 [5 (dentro)]», 29/5, pasta 5 – N.º 10)

«Ministerio

do

Reino

Secret[ari]º Geral

2.ª Rep.[arti]ção

N.º 375 – L[ivr]º 13.º

Sua Magestade El Rei, Regente em Nome do Rei, Sendo-Lhe presente a proposta que a Camara Municipal de Lisboa, em observancia do Artigo 3.º do Decreto de 25 de Julho ultimo, dirigio a este Ministerio á cêrca do fardamento para os Empregados da mesma Camara; Ha por bem Determinar o seguinte:

1.º *O fardamento do Escrivão da Camara Municipal de Lisboa, dos Chefes de Repartição da respectiva Secretaria, do Thezoureiro do Concelho, dos Officiaes da mesma Secretaria, e do Guarda Mor da Camara, será conforme á designação que se segue.*

– *Farda direita de pano azul ferrete com uma só ordem de oito botões de metal amarello com as Armas da Camara, devendo a gola, os canhões, as portinholas, e o espaço entre ellas comprehendido ser tudo bordado a ouro com um silvado de ramos de carvalho.*

– *Calça do mesmo pano com uma lista de galão de ouro de largura ordinaria nas costuras dos dois lados.*

[fl. 1v.]

– *Colete branco de corte direito com quatro botões correspondentes aos da farda.*

– *Chapeu armado de plumas brancas com presilha de ouro e laço nacional. Gravata e luva branca.*

– *Florete com bainha preta e guarnições amarellas.*

2.º *As bordaduras das fardas de que acima se trata terão os padrões dos três modellos adjuntos, que vão rubricados pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino, e nos quaes se designam as graduações dos diversos Empregados a que respeita cada um dos mesmos modellos.*

3.º *A Camara Municipal de Lisboa dará as necessarias ordens para o effectivo cumprimento das presentes disposições.*

Paço de Cintra em 21 d'Agosto de 1855.

R[odrigo da] Fonseca Magalhães

[fl. 2]

Cumpra-se e registe-se.

Camara 22 d'Agosto de 1855.

Mont[ei]rº

Reg[ista]º no L[ivr]º 1.º dos Decretos a fl 27».

Documento n.º 6

Decreto governamental do Ministério do Reino determinante dos modelos dos novos fardamentos dos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa (25 de Julho de 1855):

(in José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, *Collecção Official da Legislação Portuguesa – Anno de 1855*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1856, p. 236;

Diário do Governo, Imprensa Nacional, Lisboa, 6 de Agosto de 1855, N.º 183;

Registado no *Livro 1.º dos Decretos*, fl. 26, do Arquivo Municipal de Lisboa, in *1855 – Fardamentos dos Vereadores e Empregados da Camara Municipal de Lisboa (Desenhos dos) – Decretos, Portarias e outros documentos referentes a este assumpto*; cota: AHCML – Miscelânea, Cx «Documentos diversos – Pasta n.º 1 [5(dentro)]», 29/5, Pasta 5 – N.º 10)

«MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

Attendendo ao que Me representou a Camara Municipal de Lisboa, ácerca da conveniencia de novamente se estabelecer, em harmonia com os costumes da epocha, o uniforme de que, d'ora ávante, devam usar os Vereadores, e os Empregados da mesma Camara: Hei por bem, em Nome d'EL-REI, Decretar o seguinte:

Artigo 1.º É estabelecido um fardamento para uso dos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, e bem assim outro para o Escrivão e Officiaes da respectiva Secretaria, para o Thesoureiro do Concelho, e para o Guarda-Mór da Camara, sendo regulado o uniforme d'estes Empregados pelas graduações de cada um d'elles.

Artigo 2.º O fardamento dos Vereadores da Camara Municipal será conforme á designação que se segue:

1.º Farda direita de panno azul ferrete, com uma só ordem de oito botões de metal branco, com as armas da Camara; devendo a gola, os canhões, as portinholas, e o espaço entre ellas comprehendido, ser tudo bordado com um silvado de ramos de carvalho.

2.º Calça do mesmo panno, com uma lista de galão de largura ordinaria, nas costuras dos dois lados.

3.º Colete branco de corte direito, com quatro botões correspondentes aos da farda.

4.º Chapéu armado de plumas brancas, com presilha e laço nacional. Gravata e luva branca.

5.º Florete com bainha preta. Para a cintura facha de seda de três listas iguais – a do centro branco, e as outras azuis ferretes – com borlas das mesmas côres, sendo de prata a parte branca.

§ unico. As bordaduras da farda, o galão da calça, a presilha do chapéu, e as guarnições do florete serão de prata, devendo todo o fardamento, nas suas diversas partes, ser igual ao padrão dos Modelos, que baixam com este Decreto, rubricados pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino.

Artigo 3.º Os Modelos para o uniforme dos Empregados mencionados no artigo 1.º serão pela Camara Municipal submettidos á aprovação do Governo.

O mesmo Ministro e Secretario d'Estado assim o tenha entendido, e faça executar. Paço de Cintra, em 25 de Julho de 1855. = REI, Regente. = Rodrigo da Fonseca Magalhães.»

Documento n.º 7

Excerto de acta de sessão da Câmara Municipal de Lisboa alusivo à aprovação de um modelo de fardamento para os contínuos (27 de Agosto de 1855):

(in *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa (minutas) – 1855*, sessão de 27 de Agosto de 1855, Documento n.º 153, fólio frente; cota: AHCML – Ch. C., Lv n.º B-48, Doc. 153, fl. ft.)

«Approvou-se o fardamento seguinte para os continuos = Casaca preta direita = Calção e colete/ de Casimira preta direita = [[Colete de pano]] = e Chapeo de pasta; uzando nos actos publicos de um colar de prata com as Armas da Camara, cujos colares serão conservados em poder do Guarda Mor.

Resolveo-se em seguida que por esta vez somente fossem fardados os Continuos por conta da Camara.»

Documento n.º 8

Excerto de acta de sessão da Câmara Municipal de Lisboa alusivo à reforma dos fardamentos dos contínuos (26 de Abril de 1866):

(in *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa*, n.º 37, fl. 245, sessão de 26 de Abril de 1866; cota: AHCML – Ch. C., Lv n.º B-61, fl. 245;

Arquivo Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, N.º 332, 12 de Maio de 1866, p. 2666, sessão de 26 de Abril de 1866)

«Lêo-se um requerimento dos cinco continuos desta Camara, apresentando o plano para um novo fardamento, conforme o figurino que aquelle acompanhava. – A vereação approvou o pedido, e deliberou que aos requerentes se conferisse a quantia de 250\$000 réis para, até ao dia da procissão de Corpus Christi apromptarem o dito fardamento. – O S[enho]r Vereador Vaz Rans mandou declarar que votava contra. —»

Documento n.º 9

Excerto de acta de sessão da Câmara Municipal de Lisboa alusivo à Portaria do Ministério do Reino remetendo cópia manuscrita autêntica do Decreto governamental determinante da utilização dos novos fardamentos dos Vereadores (13 de Setembro de 1855):

(in *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa (minutas)* – 1855, sessão de 13 de Setembro de 1855, Documento n.º 165, fólio frente; cota: AHCML – Ch. C., Lv B-48, Doc. 165, fl. ft.)

«Portaria do Ministerio do Reino de 10 do corrente, transmittindo copia do Decreto de 5 tambem deste mez, pelo qual são indicadas as funções publicas em que a Camara se ha de apresentar com o Vestuario de que usava antigam[en]⁶, e as festividades em que ha-de servir-se do uniforme estabelecido pelo Decreto de 25 de Julho ultimo. A Camara ficou inteirada.»

Documento n.º 10

Portaria do Ministério do Reino remetente de cópia manuscrita autêntica do Decreto governamental determinante da utilização dos novos fardamentos dos Vereadores (10 de Setembro de 1855):

(in 1855 – *Fardamentos dos Vereadores e empregados da Camara Municipal de Lisboa (Desenhos dos)* – Decretos, portarias e outros documentos referentes a este assumpto; cota: AHCML – Miscelânea, Cx «Documentos diversos – Pasta n.º 1 [5 (dentro)]», 29/5, Pasta 5 – N.º 10)

«Ministerio
do Reino
Secret[a]r[i]^a G.[er]^a
2.ª Rep.[artíc]^{do}
N.º 456 L[ivr]^o 13.º

Manda Sua Magestade El Rei, Regente em Nome do Rei, remetter á Camara Municipal de Lisboa, para sua intelligencia e execução, a inclusa copia authentica do Decreto de 5 de Setembro corrente, pelo qual são indicadas as funções publicas em que o Presidente e Vereadores da mesma Camara se hão de apresentar com o vestuario de que esta corporação usava antigamente, e as festividades em que hão de servir-se do uniforme estabelecido pelo Decreto de 5 (sic) de Julho ultimo.

Paço das Necessidades em 10 de Setembro de 1855.

R.[odrigo da] Fonseca Magalhães

[fl. v.]

Cumpra-se e registe-se.
Camara 13 de Setembro de 1855.
Mont[ei]^r^o

Reg[ista]^d^o com a Copia do Decreto
nesta Portaria mencionado no
L[ivr]^o 1.º dos Decretos a fl. 28.»

Documento n.º 11

Decreto governamental determinante da utilização dos novos fardamentos dos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa (5 de Setembro de 1855):

(in José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, *Collecção Official da Legislação Portugueza – Anno de 1855*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1856, p. 308;

Diário do Governo, Imprensa Nacional, Lisboa, N.º 217, 14 de Setembro de 1855;

1855 – *Fardamentos dos Vereadores e empregados da Camara Municipal de Lisboa (Desenhos dos)* – Decretos, portarias e outros documentos referentes a este assumpto; cota: AHCML – Miscelânea, Cx «Documentos diversos – Pasta n.º 1 [5 (dentro)]», 29/5, Pasta 5 – N.º 10)

«MINISTERIO DOS NEGOCIOS DO REINO

Attendendo ás considerações que Me foram presentes sobre a disposição do Decreto de 25 de Julho ultimo: Hei por bem, em Nome d'EL-REI, Declarar e Ordenar que o Presidente e Vereadores da Camara Municipal de Lisboa, na proxima solemnidade da Aclamação de Sua Magestade Fidelissima o Senhor DOM PEDRO QUINTO, hão de apresentar-se com o vestuario de que esta Corporação usava antigamente, podendo continuar a fazer uso d'elle nas funções publicas mais sollemnes, e que o uniforme, que, pelo citado Decreto, foi de novo estabelecido, servirá para quaesquer outras festividades em que a Camara tenha de comparecer.

O Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino assim o tenha entendido, e faça executar. Paço de Cintra, em 5 de Setembro de 1855. = REI, Regente. = Rodrigo da Fonseca Magalhães.»

Documento n.º 12

Excerto de acta de sessão da Câmara Municipal de Belém alusiva à intenção de representação requerente junto do Governo de um fardamento para os seus Vereadores idêntico ao dos da Câmara Municipal de Lisboa, bem como das mesmas honras e privilégios protocolares (12 de Setembro de 1862):

(in Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Belém, n.º 5, fl. 88v, sessão de 12 de Setembro de 1862; cota: AHCML – CMB, Lv n.º 9/5; ARQBase SC02-SRO5-UI02)

«Que se represente a Sua Magestade pelo Ministerio do Reino pedindo a graça de lhe ser concedido o uso de um uniforme igual ao dos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa, e bem assim as honras digo as mesmas honras de que goza a dita Camara.»

Documento n.º 13

Excerto de acta de sessão da Câmara Municipal de Lisboa alusivo à confecção dos novos fardamentos dos Vereadores e da decoração heráldica da Praça do Comércio aquando da aclamação régia de D. Pedro V (13 de Dezembro de 1855):

(in Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Lisboa (minutas) – 1855, sessão de 13 de Dezembro de 1855, fl. 219v; cota: AHCML – Ch. C., Lv n.º B-48, Doc. 219v)

«O S.[enho]r Presid.[en]te disse que havendo o Empregado João M.[ari]s Alves Costa copiado os desenhos das Armas e tropheos que se poserão na Praça do Commercio pela occasião da Acclamação do S.[enho]r D.[om] Pedro 5.º e sendo tambem os figurinos e desenhos p.[ar]a os Fardam.[en]tos da Vereação/ cujos trabalhos forão m.[ui]to arduos e importantes, pedia por isso que se lhe votasse huma gratificação em harmonia com taes trabalhos. Entrou em discussão e depois de algumas observações resolveo-se que se lhe dessem dez Libras por huma só vez de gratificações. [[por taes trabalhos]]».

Anexo iconográfico

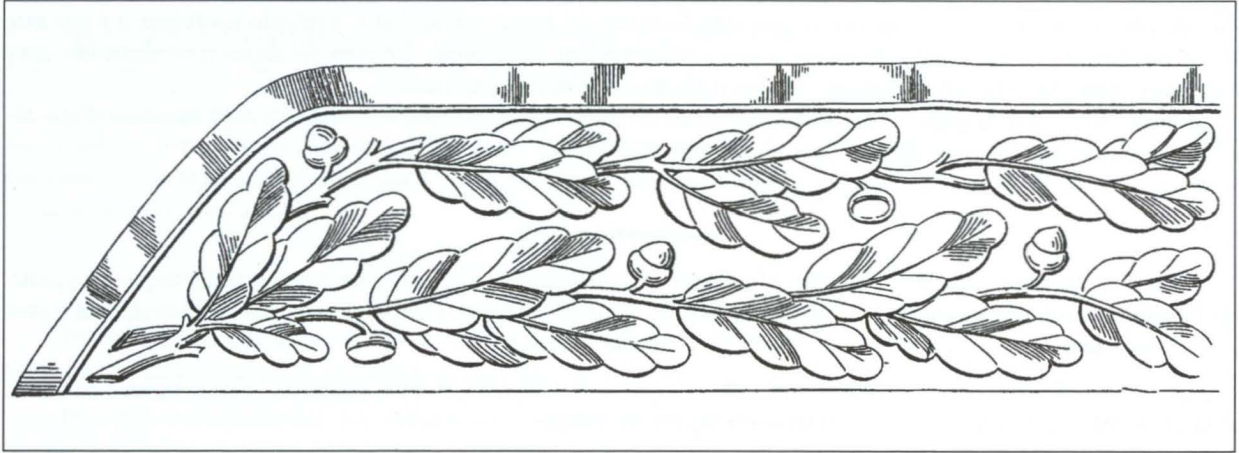


Figura n.º 1: Modelo da gola do novo fardamento dos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa (João Maria Alves Costa – 16 a 19 de Julho de 1855)



Figura n.º 2: Modelo do bordado dos interstícios entre as portinholas e os botões do novo fardamento dos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa (João Maria Alves Costa – 16 a 19 de Julho de 1855)

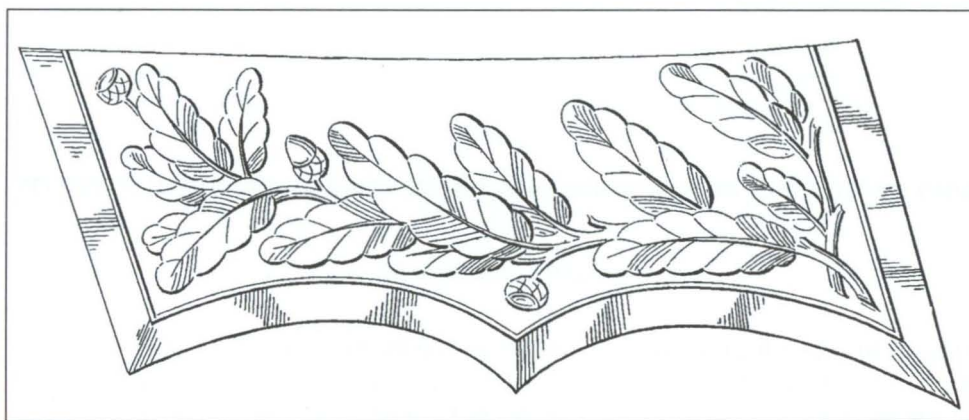


Figura n.º 3: modelo da portinhola do novo fardamento dos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa
(João Maria Alves Costa – 16 a 19 de Julho de 1855)

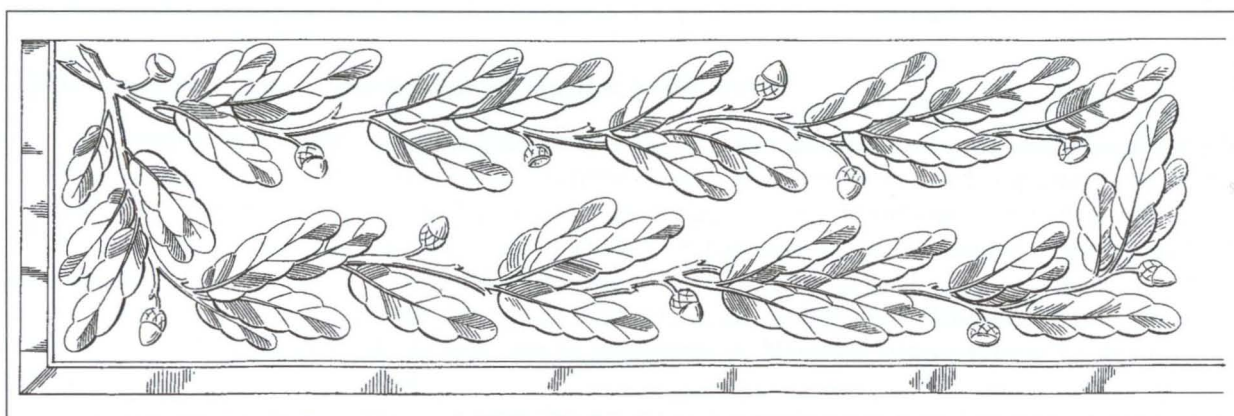


Figura n.º 4: modelo do canhão do novo fardamento dos Vereadores da Câmara Municipal de Lisboa
(João Maria Alves Costa – 16 a 19 de Julho de 1855)

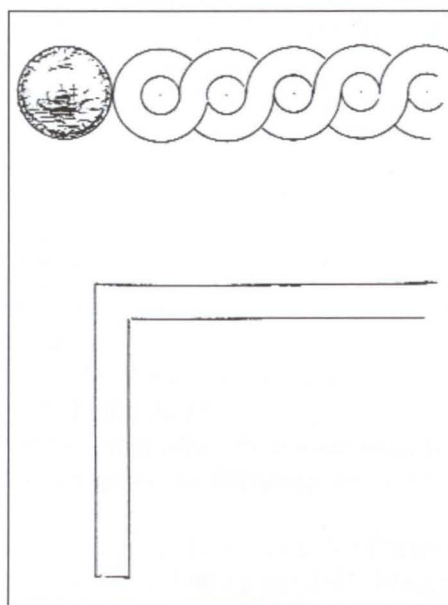


Figura n.º 5: Esquisso de modelo de eventual canhão do novo fardamento dos Vereadores
da Câmara Municipal de Lisboa (autor anónimo – Abril de 1866)

Percursos lisboetas de uma família francesa que se dedicou ao ensino

NUNO CANAS MENDES

Venho falar-vos de uma família francesa que se estabeleceu em Portugal no primeiro quartel do século passado, e da geografia dos locais por onde viveu e passou. Da história desta família – os Mauperrin – inferir-se-á a importante tradição da capital em acolher refugiados políticos, tema já estudado pelo eminente investigador Castelo Branco Chaves a propósito da emigração francesa em Portugal no período subsequente à Revolução. Não menos importante parece ser a necessidade de averiguar de uma forma mais sistemática o papel desempenhado pelas famílias estrangeiras em Portugal – e muito especialmente em Lisboa –, enquadrando-as devidamente na textura social e histórica em que viveram, o que parece ser fundamental como contributo para a História Económica, Cultural e das Mentalidades¹.

Percorso genealógico e geográfico da família Mauperrin

O primeiro desta família a procurar a terra das muitas e desvairadas gentes foi Jean Mauperrin, oficial do 15.º regimento de Hussards do exército francês, natural da província de Champagne, onde nasceu no ano de 1764. Depois da queda de Napoleão I e da Restauração dos Bourbons, «é provável que tivesse sido posto a meio-soldo como sucedeu aos oficiais bonapartistas n'essa ocasião e sobrecarregado de encargos de família resolveu vir para Portugal onde o Rev.º P.º Paterno de Pontivy (...) exercia as funções de Superior dos Capuchinhos Franceses de Lisboa (...). Desembarcou em Lisboa aos 27 de Março de 1816, com sua família, de bordo de uma escuna procedente de Nantes»². Veio a falecer na Rua do Poço dos Negros, a 9 de Março de 1818³.

Ruy Dique Travassos Valdez – investigador de assuntos genealógicos, heráldicos e também olissipógrafo – informa que o P.º Paterno de Pontivy, figura curiosa, tratada por Francisco Leite de Faria no opúsculo *O Padre Paterno de Pontivy, último Capuchinho francês de Lisboa*⁴, era cunhado de Jean Mauperrin, pois era irmão da mulher deste, Jeanne-Françoise Le Lagadec.

Com efeito, o P.º Paterno de Pontivy chamou-se no século Yves-Joseph-Marie Le Lagadec e nasceu em Pontivy em 1767, tendo tomado o hábito de Capuchinho em 1786. Por força das perseguições do tempo da Revolução, Fr. Paterno, que se recusou a jurar a Constituição Civil do Clero, resolveu refugiar-se em Portugal, onde talvez tenha sido ordenado sacerdote. Em 1809 era, pelo menos interinamente, o superior do Convento dos Capuchinhos Franceses. De 1816 em diante destacou-se pelos sermões em S. Luís dos Franceses, bastante apreciados pela *Nação Francesa*, e em particular, pelos encarregados de negócios, Lesseps e Hyde de Neuville. Em 15 de Dezembro de 1818, foi nomeado Superior do Convento da antiga Província da Bretanha em Lisboa. Em 1824, perante D. João VI, pronunciou a oração fúnebre de Luís XVIII, a qual foi impressa em folheto e nesse mesmo ano realizou-se, na Igreja do Convento dos Capuchinhos Franceses, na Rua da Esperança, um solene *Te-Deum* em acção de graças pela subida ao trono de Carlos X. O pintor Dufourcq fez dele um expressivo retrato (1825), que se conservou durante muitos anos na posse da família⁵. Em 1829 era o único frade do seu convento da Esperança; aí faleceu, vitimado pela cólera-morbus, em 7 de Junho de 1833.

Do Jean Mauperrin, atrás referido, foram filhos Pierre-Auguste-Adolphe Mauperrin e Françoise-Hortense Mauperrin, ambos nascidos em Vannes, na Bretanha, em 1795 e 1798 respectivamente, os quais acompanharam os pais no exílio.

A filha Françoise-Hortense veio a casar em Lisboa, em S.ª Catarina (onde era freguesa, por viver na Rua do Poço dos Negros), em 1817, com um súbdito piemontês, Francisco António de Michelis, voluntário no Exército Português durante a Guerra Peninsular e professor da Casa Pia. O casal viveu com os filhos na quinta da Torrinha⁶, que se localizava na zona nascente do actual Parque Eduardo VII. Na sua prole, destacou-se Alexandre de Michelis, que nasceu em Lisboa em 1818 e foi baptizado na Igreja do Loreto.

Foi desenhador, pintor e litógrafo, tendo ilustrado a obra de Carlos Ribeiro, *Vues de la côte portugaise entre l'estuaire de la rivière de Maceira e Pedra do Frade, à l'ouest de Cezimbra*. Pintou vários retratos a óleo e deixou um apreciável número de litografias a cores no jornal de modas *O Correio das Damas*, publicado por volta de 1880.

O filho Pierre-Auguste-Adolphe prestara serviço como voluntário no exército francês, o que parece atestar uma licença militar, passada em 1815, para embarcar para Portugal, por se achar abaixo da idade da conscrição. Como meio de subsistência e porque era essa a sua vocação, começou, em 1816, a ensinar a sua língua materna. Em 5 de Novembro de 1825 foi nomeado lente da cadeira de Língua Francesa no Colégio dos Nobres, pelo «distinto zelo, inteligência e assiduidade» ou, nas palavras de Inocêncio Francisco da Silva, «attendendo à sua viveza e às boas informações que existiam a seu respeito»⁷, recebendo um ordenado de 300 mil réis anuais. Pela extinção daquele estabelecimento de ensino, foi transferido para a secção oriental do Liceu Nacional de Lisboa.

Para além da carreira docente e do ensino da língua francesa, teve actividade político-militar activa em Portugal, pois participou no ataque a Lisboa, como soldado cartista, tendo assentado praça a 13 de Agosto de 1833. Pelos seus serviços foi promovido a capitão do 4.º Batalhão Nacional Fixo a 10 de Outubro desse ano. Mas a estabilização do regime fê-lo retomar a sua actividade principal, onde se destacou pela publicação de uma *Grammaire française*, com quatro edições⁸. Foi condecorado pelo governo de Napoleão III com a Medalha de Santa Helena, instituída para galardoar os sobreviventes das campanhas da Revolução e do 1.º Império.

Conhecem-se-lhe três residências em Lisboa: na Rua da Procissão, n.º 8, freguesia das Mercês, e as outras duas em casas diferentes da Rua da Trindade – de 1853 a 1860 no lado poente, do troço que liga a Trindade a São Roque; de 1860 a 1870, no n.º 12, do troço que liga a Trindade ao Chiado.

Casou em Lisboa, em 1822, com D. Mariana Inácia Rebelo, nascida em Lisboa, na rua da Cruz de Pau, a 13 de Julho de 1790. Era filha de Luís Cipriano Rebelo, «homem de negócio», capitão de navios, Familiar do Santo Ofício, proprietário da Quinta do Lagoal, em Caxias (que adquiriu em 1811), natural de Oeiras, e de sua mulher D. Bernarda Joaquina da Cunha Ferreira, natural do Rio de Janeiro. D. Mariana, diz-nos Ruy Dique Travassos Valdez, *pertencia a uma opulenta família que desbaratou os seus bens em ostentação e luxo*⁹. A dita família Rebelo estabeleceu residência na freguesia de S.ª Catarina, onde viveu em diferentes ruas e casas¹⁰.

Pierre Mauperrin faleceu em Lisboa a 7 de Abril de 1872. Foram seus filhos Gustavo Adolfo Mauperrin e Elizabeth Mauperrin, nascidos respectivamente em 1829 e 1831 e ambos baptizados na Igreja de S. Luís dos Franceses.

Gustavo Adolfo foi funcionário do Ministério da Fazenda, exercendo por muitos anos as funções de tesoureiro do Correio Geral. Começou por ser praticante efectivo da Sub-Inspecção Geral dos Correios e Postas do Reino (7.11.1856) e, mais tarde, foi promovido a oficial de 3.ª classe da Administração-Geral dos Correios (20.8.1861). O *Almanach Commercial de Lisboa*, de 1881 (p. 455), atribui-lhe as funções de Tesoureiro Pagador da Contadoria da Direcção-Geral dos Correios, Telégrafos e Faróis. Casou com Leonor White, de família irlandesa fugida às perseguições religiosas, de quem teve descendência. Sabe-se que em determinada altura deixou o Chiado, onde sempre vivera, e se mudou para uma zona mais desafogada e quase campestre, tendo ido residir para um prédio na Rua do Vale do Pereiro, onde faleceu em 1909. Não se sabe qual a razão de ter preferido o Vale do Pereiro – talvez a proximidade da casa dos primos Dique, na Rua do Visconde de S.º Ambrósio, a S.ª Isabel (a sua prima Carolina de Michelis casara com António Ladislau Dique da Fonseca, também ele funcionário do Ministério da Fazenda).

A Escola Académica

Elizabeth Mauperrin, filha do professor de Francês Pierre Mauperrin, originou um ramo da família – os Mauperrin Santos – que fundaram a Escola Académica, estabelecimento privado de grande prestígio, que formou sucessivas gerações da elite portuguesa. Casou ela em Lisboa, na Igreja da Misericórdia, freguesia das Mercês, a 29 de Dezembro de 1851¹¹ com António Florêncio dos Santos, nascido em Lisboa, na freguesia de Santos-o-Velho, a 21 de Abril de 1823¹² e na mesma cidade faleceu em 21 de Setembro de 1891. António Florêncio era filho de pais humildes (galego o pai), mas conseguiu levar a bom termo os

seus estudos, tendo, aos 18 anos, começado a sua vida de professor em colégios particulares. Em 1847 fundou a Escola Académica. Com o seu estabelecimento, que prosperou e adquiriu grande importância, prestou notáveis serviços à instrução pública, pelo que recebeu a comenda de N.ª S.ª da Conceição de Vila Viçosa.

Segundo Gustavo de Matos Sequeira¹³, o primeiro «instituto de educação» de António Florêncio dos Santos situava-se no Rossio, no prédio onde se encontrava instalado o Hotel Francfort. Em 1851, o mesmo estabelecimento de ensino mudou-se para o prédio que as ruas do Carmo e Garrett e Calçada do Sacramento tornejavam (onde durante muitos anos esteve a antiga casa José Alexandre). Desde esse ano e até 1853, a Escola teve 16 alunos. Posteriormente (1855) mudou de instalações para o palácio dos Condes de Tomar, no Largo de S. Roque e em 1865 fixou-se na Calçada do Duque (n.º 20), no edifício onde hoje estão dependências da Santa Casa da Misericórdia. Nesse local existira o palácio Nisa, que foi arrasado pelo terramoto. Foi aí que Caldas Aulette construiu a sua residência, que Júlio de Castilho refere com pormenor em *Lisboa Antiga*. Esta casa foi adquirida em 1863 por António Florêncio dos Santos e profundamente transformada pelas obras do colégio, *com todas as condições hygienicas e accomodações proprias para as aulas, gabinetes, escriptorio, sala de jantar, dormitorios, casas de banhos, etc.*¹⁴

Júlio de Castilho informa-nos¹⁵ que o edifício da Escola Académica foi concebido pelo arquitecto Miguel Evaristo de Lima Pinto: *A sua escola viera em boa hora. O bom pedagogo, a pouco e pouco, conseguiu dar-lhe notório desenvolvimento*. A inauguração deu-se a 8 de Janeiro de 1865, com sessão solene assistida pelos reis D. Luís e D. Fernando, Infante D. Augusto, ministros, altos funcionários do Estado, representantes do professorado secundário e universitário, imprensa e muitos outros convidados

Em 1866 tinha 62 alunos; em 1869, 109, começando-se a ministrar a Educação Física, por iniciativa do antigo aluno Luís da Costa Monteiro. A alta qualidade das matérias e dos métodos, levou a que o número de alunos fosse crescendo sempre. O corpo docente de que dispunha era rigorosamente seleccionado e por esta conjugação de factores, a Escola Académica tornou-se uma instituição de sólida reputação. Tanta fama grangeou a qualidade do seu ensino que, testemunha Matos Sequeira, *correndo as listas de estudantes, topamos frequentemente com nomes conhecidos e ilustres, literatos, professores, políticos, generais, médicos, advogados, industriais, artistas, comerciantes. É que as melhores famílias de Lisboa mandavam os seus filhos para a Escola Académica*¹⁶.

O filho de Elizabeth Mauperrin e de António Florêncio dos Santos, Jaime Mauperrin Santos nasceu em Lisboa, na freguesia da Encarnação, a 13 de Junho de 1857. Bacharel formado em Medicina e Filosofia, pela Universidade de Coimbra, exerceu a medicina nos hospitais civis de Lisboa. Mantendo paralelamente as carreiras clínica e docente, apresentou, em 1883, a dissertação *Miriapodos (Organização e Classificação)* no concurso para a cadeira de Zoologia da Escola Politécnica de Lisboa. Foi lente do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa e director da Escola Académica, onde instituiu, em 1895, um Curso Comercial que teve grande fama e projecção. Grande adepto do desporto e da *mens sana in corpore sano*, fez incluir na brochura de apresentação dos programas e cursos ministrados na escola, algumas palavras sobre esta sua convicção, que, à epoca, talvez ainda fosse de *avant-garde*:

«Todos os alumnos teem, diáriamente, das 12 ás 2 horas da tarde, um intervallo de descanso intellectual, destinado ás aulas de exercícos elementares de gymnástica sueca, de dança e música. (...) Todos os alumnos são obrigados a frequentá-los, por isso que a Escola reconhece que, para a intelligência poder ser enriquecida de conhecimentos múltiplos, é preciso que o corpo esteja são e vigoroso. E uma criança physicamente atrophiada nunca poderá ser um bom estudante e muito menos um homem util de futuro.

Em resumo: a Escola, a par de uma desenvolvida educação intellectual, pretende dar a todo o alumno uma robustez physica completa e sólida».

Foi presidente do Comité Olímpico Português, vice-presidente da Sociedade Promotora de Educação Física e um dos fundadores da Escola de Educação Física, o que atesta o seu verdadeiro empenho em desenvolver o desporto em Portugal. Por este motivo e pelos serviços prestados à Educação, o governo atribuiu-lhe a comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. Faleceu em Lisboa, a 15 de Dezembro de 1913. Do seu casamento com D. Emília de Vasconcelos Barbosa, foram filhos Frederico Mauperrin Santos, que como se viu sucedeu ao pai, e Bertha, mulher de José Basílio de Castelbranco, o derradeiro director da escola nesta família¹⁷.

Observações finais

A Revolução Francesa e Napoleão tiveram efeitos muito profundos na vida quotidiana de Portugal, para onde vieram muitos refugiados políticos, os quais – muitos – foram integrados, com relativa facilidade, na sociedade portuguesa. Foi o caso da família em análise, onde encontramos desde o sacerdote que recusa jurar a Constituição Civil do Clero e vem pronunciar a oração fúnebre de Luís XVIII, até ao voluntário do exército francês que vem alinhar com os liberais de D. Pedro, passando pelo oficial bonapartista obrigado a abandonar o país natal por força da Restauração borbónica.

A um período conturbado, de transição da ordem europeia, ultrapassadas as revoluções, sucede uma fase intensamente marcada pelas exigências da industrialização e pela influência de variadas doutrinas políticas e sociais. A educação ganha importância, começa a preocupar a elite bem pensante, e Portugal vive sob a hegemonia da cultura e da língua francesas. Nestas circunstâncias, os Mauperrin vão dar provas de grande sentido de oportunidade, de dinamismo e de enorme vocação pedagógica. Escolhem para locais de residência e de actividade docente, o coração da cidade de Lisboa e seu centro cultural – o Chiado e imediações. Têm casas na Trindade, em S. Roque, no Príncipe Real, em S.^{ta} Catarina, e alguns membros da família, já perfeitamente assimilados pela sociedade portuguesa preferem locais mais afastados do centro da cidade. Se as primeiras gerações são claramente estrangeiras, pelo registo e participação nas instituições da comunidade francesa de Lisboa, até pelos casamentos (com ligações a piemonteses e descendentes de irlandeses e de flamengos), não foram necessários muitos anos para se perder o elo de nacionalidade. A 4.^a geração vive e comporta-se socialmente como uma vulgar família da burguesia lisboeta.

NOTAS

¹ Têm sido publicadas algumas obras que colmatam esta lacuna, como a de Jean-François Labourdette, sobre a importância da comunidade francesa em Lisboa durante o Antigo Regime, intitulada *La Nation Française à Lisbonne de 1669 à 1780, entre Colbertisme et Libéralisme*, Paris: Centre Culturel Portugais – Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, a de Fernando Guedes sobre a actividade e dinamismo cultural dos livreiros franceses intitulada *O livro e a leitura em Portugal: subsídios para a sua história, séculos XVIII e XIX*, Lisboa: Editorial Verbo, 1987.

² VALDEZ, Ruy Dique Travassos – *Título Genealógico de Mauperrin*, in Apontamentos Genealógicos e Heráldicos, de Jorge de Moser, tomo VI, p. 378.

³ Registos Paroquiais, Lisboa, freg. de Santa Catarina, livro 15 de Óbitos, f. 31.

⁴ Francisco Leite de Faria – «O Padre Paterno de Pontivy, último Capuchinho francês de Lisboa», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, XXIX, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa-Paris/1991, pp. 489-510.

⁵ Este quadro foi vendido, em Novembro de 1986, pelo Conde da Ponte, sobrinho (por afinidade) e herdeiro de Helena Mauperrin Ferrão de Castelo-Branco, sobrinha-trineta do Pe Paterno.

⁶ V. Ruy Travassos Valdez, «A Quinta da Torrinhã ao Vale de Pereiro (em Lisboa, S. Sebastião da Pedreira)», separata de *Olisipo*, n.º 83, ano XXI, 1958, pp. 13 e segts.

⁷ SILVA, Inocêncio Francisco da – *Diccionario Bibliographico Portuguez*, tomo XVII, pp. 185-186.

⁸ Datas das edições da Grammaire Française: 1.^a – 1846, 2.^a – 1852, 3.^a – 1857, 4.^a – 1862.

⁹ De D. Mariana foram irmãos Francisco José Rebelo, coronel graduado, comandante do 4.º Batalhão Nacional Fixo de Lisboa e Luís António Rebelo, que casou com a filha de José de Abreu Campos, juiz do Povo da cidade de Lisboa em 1803, 1804 e 1808, foi negociante de grosso trato, matriculado na praça de Lisboa, deputado às cortes constituintes, tenente-coronel do regimento de artilheiros nacionais e coronel do 4.º Batalhão Nacional Móvel de Lisboa, fidalgo de Cota d'Armas, por carta de 2.3.1812. Foi pai do primeiro barão (por casamento), visconde e conde de Prime, condecorado pela sua actuação durante a epidemia de febre amarela que afectou Lisboa.

¹⁰ Na Rua Direita dos Paulistas, na rua de Pedro Dias (1783, 1788), junto aos Poiais de São Bento, na Rua da Cruz de Pau (1787, 1790), na Rua da Igreja (1792, 1793), na Rua do Lambas (1795, 1800, 1804) e na Rua do Poço dos Negros (1812)

¹¹ Registos Paroquiais, Lisboa, freg. das Mercês, livro 9C, f. 25 v.º.

¹² Registos Paroquiais, Lisboa, freg. de Santos-o-Velho, livro 36 B, f. 176. Foi baptizado na Igreja de Santos-o-Velho como *pobre* a 29 de Abril, tendo por padrinho António José de Miranda. Seus pais moravam então na Rua Fresca, nessa freguesia.

¹³ Gustavo de Matos Sequeira, *O Carmo e a Trindade*, vol. III, pp. 165, 173.

¹⁴ *Diccionario de Portugal*, vol. VI, pp. 638-639.

¹⁵ *Apud* Matos Sequeira, *op.cit.*, vol. III, pp. 173-174.

¹⁶ *Id.*, *ibid.*

¹⁷ Em 1927, os edificios e terrenos da Escola foram vendidos à CP, tendo depois passado para a Penha de França.

Evolução histórica da Casa da Moeda de Lisboa

NESTOR FATIA VITAL

Introdução

Não considero mero acaso o facto de ter sido em Lisboa que ocorreu, em 9 de Outubro de 1261, o nascimento do príncipe Dinis. Seu pai, D. Afonso III, que subira ao trono em 4 de Janeiro de 1248, tornava cada vez mais amiúde e prolongada a permanência nesta cidade, o que demonstra a intenção de vir a transferir a sede da sua corte e governação do Mondego coimbrão para o Tejo olisiponense.

A confirmação mais relevante desse propósito está, sem dúvida, na decisão tomada de transferir a oficina monetária, única à época, bem como do Tesouro régio, do Mosteiro de Santa Cruz, conimbricense, para o Castelo de S. Jorge, em Lisboa, passando o monarca e a sua corte a residir na respectiva Alcáçova.

Desde a segunda metade do século XII, a *moeda* desempenhou a função de um dos principais factores de coesão do território que, aos poucos, ia sendo alargado, na afirmação soberana do poder régio identificado na exclusividade do direito de emissão de moeda legal, ou *jus monetæ*. Também, na transição do terceiro para o último quartel de Duzentos, a Casa da Moeda seria um alicerce essencial na afirmação de Lisboa como capital do reino.

Ainda, e quanto se refere ao termo capital, permito-me discordar de Gama Barros¹, quando afirma:

«(...) Mas falando rigorosamente, capital do país, no sentido que ligámos hoje a esta phrase, era cousa que não existia então, porque o governo central não podia ter séde própria e permanente, não a tendo o monarca em quem se consubstanciava toda a jurisdição (...).»

Salvo melhor opinião, entendo que as deslocações régias, que conhecemos pelo respectivos *Itinerários*, normalmente de curta duração de estadia e, de facto, realizadas por exigências jurisdicionais, para concessão de forais, realização de cortes ou por outros motivos, não se podem comparar com a permanência do monarca, e da sua corte, em Coimbra, antes, e depois em Lisboa.

A Casa da Moeda de Lisboa teve várias localizações no casco urbano, mudanças que tiveram causas diversas como adiante apresentamos.

Conquanto os limites temporais deste Colóquio estejam fixados dos séculos XV a XIX, período a que dedico maior desenvolvimento, permito-me aflorar o percurso da nossa oficina monetária nos dois séculos anteriores.

Castelo de S. Jorge

A «velha Moeda»² do Mosteiro de Santa Cruz, de Coimbra, teria iniciado a sua derradeira amoedação, a dos chamados «dinheiros novos»³, de bolhão, em 13 de Novembro de 1260 e a respectiva última fornaça a 4 de Abril de 1261, tendo como abridor dos cunhos o ourives da cidade, Pedro Martins⁴.

É bem natural que D. Afonso III, após o referido último lavramento em 1261, tenha fixado a corte na Alcáçova, no Castelo de S. Jorge, em Lisboa, aliás, ano em que nasceria seu filho. Porém, o Tesouro régio continuaria no Mosteiro de Coimbra, em grande parte, pois que, desde aquele ano (17.VII) até 1270 (15.III), são conhecidas cartas régias ordenando pagamentos, recebimento de impostos, doações pecuniárias e pedidos de remessa para satisfazer necessidades pessoais. Só naquela última data seria entregue a Frei Martinho de Alcobaça todo o material, ferramenta, dinheiro e metais que ainda existia no Tesouro de Coimbra, sendo entregue na Torre Albarrã do Castelo de S. Jorge.

Não se conhecem fontes seguras quanto à data do início da amoedação em Lisboa, nem quanto à localização exacta da respectiva oficina monetária. Quanto a esta última dúvida há quem indique que teria sido instalada em casa perto da Alcáçova e da referida Torre do Haver ou Albarrã, no castelo lisboeta.

Quanto ao fabrico de moeda, temos as seguintes indicações. Por carta régia de 30.XI.1264, é dada quitação aos magistrados e moedeiros de Coimbra, bem como o pagamento aos operários, quanto à «moeda nova» ali feita e a que já nos referimos, o que nos leva a concluir que a actividade monetária coimbrã ficava definitivamente arrumada.

Fazendo as contas ao compromisso régio nas Cortes de 1261, D. Afonso III poderia ter efectuado nova amoedação, já em Lisboa, em 1265, mas disso não existe qualquer referência. Existe, sim, do anúncio feito pelo monarca através da carta régia de 6.III.1270, assinada em Lisboa⁵, de ir «(...) *acrezentar a minha moeda nova* (...)» e pelo próprio conteúdo se pode presumir que não tenha havido amoedação, entretanto.

A última fornaça dessa nova emissão, com a legenda terminada em ALBARBII, deu-se em 31.III.1272. De que haja conhecimento, seria a única amoedação, em Lisboa, de D. Afonso III, que veio a falecer a 16.II.1279, ficando D. Beatriz regente.

Campo da Pedreira

Esta segunda fase da existência da Casa da Moeda de Lisboa vai estar directamente relacionada com o *studo* ou *scolla*, de criação dionisiana, precursor da primeira universidade portuguesa.

De facto, do referido relacionamento não iremos, por agora, esclarecer ou aprofundar se êle existiu em termos de alternância de ocupação ou coexistência de utilização das instalações, pois que as fontes consultadas ainda não nos permitem afirmações definitivas.

Mas, consideramos de interesse referir os dois primeiros períodos em que o *Estudo Geral* esteve funcionando no Campo da Pedreira⁶, em Lisboa.

1.III.1290 – Fundação régia⁷ dos Estudos Gerais em local confirmado pela doação que D. Dinis fizera, em 22 de Julho de 1291, a Martim Gil, de umas casas nos terrenos *a par da Pedreira*, onde mandara fazer as suas escolas⁸ em terreno pertencente ao Capítulo ou Cabido da Sé de Lisboa, o chamado «campo da Pedreira», e que o rei trocou por outras casas situadas algures⁹. Aí se manteve o *Estudo Geral* até 1308, ano em que foi transferido para Coimbra.

1338-1354 – Regressado a Lisboa, aqui permanece, durante os dezasseis anos, nas antigas casas da Pedreira, junto à Porta da Cruz, voltando a Coimbra naquela última data.

Ora, os estudiosos da história de Lisboa e os numismólogos, sem excepção, reconhecem a dificuldade de fixar datação em que a nossa oficina monetária teria estado nas casas da Pedreira, existindo, porém, conquanto controversas, indicações (D. Rodrigo da Cunha, Júlio de Castilho e outros) que nelas estivera instalada a «moeda antiga», isto é, no reinado de D. Dinis, o que é indiscutível. O «tesouro régio», esse, continuaria na *Torre Albarrã*¹⁰ de cuja proximidade sairia a oficina monetária para o campo da Pedreira, mas quando?

A amoedação da denominação *dinheiro*, de bolhão, por D. Dinis, foi intensa e a maior de toda a primeira dinastia. As condições precárias, por certo, proporcionadas pelo pai, em termos oficiais, não poderiam responder à necessidade de tão volumosos e acelerados lavramentos pelo que é de admitir que o monarca tenha decidido aproveitar as instalações por si construídas para as «escolas» e agora, em 1308, vagas, para transferir para a Pedreira a Casa da Moeda de Lisboa.

Mas o «Estudo Geral», digamos, a *Universidade*, regressaria a Lisboa em 1338, como referido, já no reinado de D. Afonso IV, ocupando as velhas instalações no Campo da Pedreira, junto à Porta da Cruz, desalojando a Casa da Moeda.

Conquanto as cunhagens do *Bravo*, em *dinheiros*, tenham sido limitadas, é de admitir que o monarca as tenha executado em novo local, pelo menos em parte.

Paço dos Infantes (Apar S. Martinho – Limoeiro)

De facto, a oficina monetária foi então instalar-se num edifício um pouco acima da Sé, perto da Igreja de S. Martinho, demolida em 1838, no local onde foi a antiga Cadeia do Limoeiro e é o actual Centro de Estudos Judiciários.

Essa edificação apalaçada teria, assim, dupla função: residencial, conhecida por *Paço-a-par-de-S. Martinho* ou Paços dos Infantes – D. Pedro, filho de D. Afonso IV; D. Fernando e D. João, filhos de D. Pedro, o último, natural – ; e oficial, como Casa da Moeda, nos baixos ou noutra dependência da edificação, pois que da sua existência aí existem testemunhos dos nossos cronistas¹¹ e, ainda, que ao palácio mandado construir no mesmo local, posteriormente, por D. Fernando I, para sua habitação real, e onde foi morto o Conde de Andeiro, em 1383, lhe chamaram os *Paços da Moeda*. Também num documento datado de 1401, referindo-se àqueles paços, se diz: «(...) *nos paços dos infantes onde soiam fazer a moeda* (...)».

Repare-se na forma de pretérito a que o documento refere a existência da Casa da Moeda – *soiam* –, prova que a mesma, nos princípios do século XV, já ali não se encontrava a operar.

No reinado de D. Fernando, a Casa da Moeda de Lisboa perde a exclusividade da amoedação, pois é criada a do Porto e efectuadas cunhagens (ambulantes) noutros locais: Miranda, Tui, Corunha, Samora, Cória e Valência de Alcântara.

Rua Nova (dos Mercadores)

Em relação à seguinte notícia: «(...) *e no reinado de D. João I vamos encontrá-la (a Casa da Moeda) alojada na Rua Nova, quase em frente da Ermida de N. S. da Oliveira*»¹², justifico essa mudança com base no seguinte.

De acordo com uma planta da cidade de Lisboa, de 1650, a *Rua Nova* corria desde a *Calcetaria*, a ocidente, até ao largo do Pelouro Velho e da antiga Misericórdia, a oriente, indo nela desembocar a *Rua da Ouriujzaria* onde moraram, e teriam oficinas privadas, diversos ourives e moedeiros, tais como João da Granja, Afonso Anes e Francisco Anes, no reinado de D. Afonso IV; Domingos Anes, moedeiro no tempo de D. Fernando; João Martins, ao serviço de D. João I.

Também, em todo ou em parte do lado Sul da Rua Nova, separando-a do rio Tejo, existiriam as *tarcenas*¹³ joaninas para apoio logístico das mercadorias chegadas por via fluvial. Quando, em Dezembro de 1505, D. Manuel I inaugurou os novos *paços reais*, conhecidos por Paço da Ribeira, aquelas áreas de armazenagem foram ampliadas, pois o paço, do lado da Rua Nova, dispunha, no piso térreo, dos armazéns das Casas da Índia e Mina.

Ora, a decisão de D. João I apresenta-se-nos correcta ao aproximar o local da Casa da Moeda da zona urbana de residência dos respectivos artífices, sendo de admitir que para tal decisão régia possa ter intervido o conselho da corporação dos moedeiros que, sabemos, tinha privilégios e protagonismo de *classe*, importantes, desde que D. Dinis lhes concedeu direitos e isenções muito especiais, por carta régia de 7.VII.1324, de Alverca¹⁴, privilégios aliás confirmados e aumentados em reinados posteriores.

Por outro lado, e como é natural, toda essa zona ribeirinha estava sendo rapidamente valorizada, tendo aí também os seus depósitos negociantes e fornecedores da Casa da Moeda – metais, carvão, etc. – resultando menor custo de transportes. Não é por acaso que o arruamento da nova Casa da Moeda era conhecido por *Rua Nova dos Mercadores*.

Poderíamos ainda aduzir que em consequência de no reinado de D. João I a nossa numária ter sofrido mais do que uma dezena de alterações ou mutações, de vária natureza: *mutatio in matéria* ou *in proportionem* (variação na liga), *mutatio in pondere* (variação ponderal), *mutatio in appellatione* (variação de curso legal)¹⁵ e, além disso, a própria amoedação de novas denominações como, por exemplo, a nova moeda do *real de 3½ libras* (1398) ou o *meio real cruzado*, de 35 soldos, lavramento que substituiu aquela denominação mandada *desfazer* (Cortes de Évora, 1408), por tudo isso, o monarca tenha tido necessidade de novas instalações fabris modernizadas e mais amplas do que as anteriores nos Paços dos Infantes.

Rua da Calcetaria

Se repararmos na planta da cidade de Lisboa, a que já nos referimos, a *Calcetaria* situava-se, sensivelmente, na continuidade, a oeste, da Rua Nova, com cruzamento no sentido norte da referida Rua dos Ourives do Ouro (Ouriujzaria), nas traseiras dos Paços Reais, manuelinos, portanto, na área baixa da actual Calçada de S. Francisco.

Seria lógico que, no decorrer dos tempos, as fontes informativas fossem cada vez mais seguras para este escorço histórico. Porém, no século XVII, aquelas continuam escassas e algumas deduções, em estudos publicados, são controversas. Mas há que progredir.

Nos arquivos da Casa da Moeda de Lisboa não se encontra documento possibilitando datar a transferência da mesma para a *Rua da Calçetaria*, mas apresenta-se-nos indiscutível que a mudança teve por causa, desta vez, um acontecimento memorável da nossa história numismática.

Na regência de D. Pedro, é nomeado, em 1675, vedor do Conselho da Fazenda, D. Luís de Meneses, 3.º Conde da Ericeira, grande fomentador das artes fabris, industriais e também do comércio. Deve-se-lhe a ordem daquele Conselho, datada de 24 de Março de 1677, mandando lavrar moeda de ouro, cujo fabrico seria efectuado já pelo processo mecânico de *balancé* de prensa, atribuindo-se-lhe, assim, o fim do processo de cunhagem por batimento a martelo.

Como é natural, e Teixeira de Aragão afirma¹⁶, o novo processo mecânico levou a que D. Luís de Meneses introduzisse na Casa da Moeda, na Rua da Calçetaria, notáveis melhoramentos. Refere, ainda, que o primeiro engenho de bronze – *balancé* –, de que chegou até nós a parte central, apresenta a data de 1678.

É indiscutível que, no tempo de D. Pedro, a Casa da Moeda se encontrava a laborar na Rua da Calçetaria. Disso temos testemunho de Baptista de Castro¹⁷ que faz menção do tesouro da capela real, mandada construir por aquele governante junto «(...) à casa da moeda, na rua da Calçetaria (...)».

Batalha Reis¹⁸ veio introduzir novos dados ao problema da eventual datação da mudança de local das oficinas monetárias os quais, em nosso entender, pecam por interpretação ligeira, pouco consistente, quando escreve:

«(...) Dos Paços da Ribeira é a Moeda transferida para a *Rua da Calçetaria* (pouco mais ou menos onde hoje é a Calçada de S. Francisco) e, muito embora se tenha tido por incerto o ano em que essa mudança teve lugar, alvitaremos a data de 1685 baseando-nos num decreto de 7 de Janeiro 1686 que manda efectuar o pagamento das despesas feitas com essa mudança, além de que outro do ano seguinte (10 de Março de 1687) ordena que se fabrique «... tantos (engenhos) quanto se acomodassem na casa que se acabava de construir». E finalmente, a corroborar esta conjectura, temos ainda o *Regimento* que El-Rei D. Pedro II deu à Casa da Moeda em 1686” ... por estar impraticável o antigo (como ali se diz) ... tanto pelas alterações do tempo, como pela *nova forma que se deu ao lavramento do dinheiro*”. É muito para notar a coincidência da mudança da Casa da Moeda para a *Rua da Calçetaria* com a nova fase que por esse tempo se iniciou na arte da amoedação. Isto é, o abandono do martelo pela adopção dos engenhos, E, natural é que assim fôsse, pois as instalações desse novo processo de fabrico demandariam certamente mais espaço do que aquele que reservado lhe estava nos velhos *Paços da Ribeira*».

Não nos preocupemos com a sua insistência de que a «Moeda» estaria anteriormente nos paços reais e a sua inexplicável omissão à estadia na Rua Nova dos Mercadores, em vez dos Paços Reais.

Interessa, sim, analisar a justeza, ou não, das referidas bases para a condução final do raciocínio do A., fixando a data de 1685 para a mudança de local.

Em primeiro lugar pomos em dúvida a interpretação dada pelo A. ao que, de facto, a ordenação de 7.I.1686 nos diz¹⁹, isto é, que o Conselho da Fazenda ordenou o pagamento das despesas feitas com os engenhos e com a sua mudança, *sua* (deles engenhos) e mudança dos engenhos para a Casa da Moeda da Rua da Calçetaria, provenientes, talvez, do Arsenal onde se trabalhava o bronze.

Também, em relação ao alvará régio de 10.III.1687, a interpretação do A. se nos apresenta abusiva, pois que nele se ordena o seguinte²⁰:

«Por ser conueniente que na caza da moeda haja bastantes engenhos, para com breuidade se laurar o dinheiro da noua fabrica, ordene o conselho da Fazenda que de mais dos que ao prezente se achão nella, se fação os que se poderem acomodar na caza que de nouo se fez para o recebimento das patacas: em Lx.º 10 de Março de 1687». (Rubrica de S. Mag.^{de}).

Ora, Batalha Reis não fez mais do que citar Teixeira de Aragão²¹, com a frase encurtada, e retirada do contexto, «... tantos quanto se acomodassem na casa que se acabava de construir ...», sem ler o documento. O que lá está é: «... na caza que de nouo se fez para o recebimento das patacas». No meu entender aquela *caza* deverá ser uma nova sala ou anexo da existente Casa da Moeda, ampliação que fora feita para o *recebimento das patacas*. E que patacas eram essas? Eram as *patacas-marias*²², designação das moedas de prata espanholas que tinham no reverso o monograma da Virgem Maria e foram emitidas pela

Ordenação de Carlos II, datada de 14.X.1686, com a diminuição de $\frac{1}{4}$ do peso, na moeda de prata, muito embora se conservasse o seu valor nominal anterior, um claro exemplo de *mutatio in pondere*. Tal decisão do monarca espanhol obrigou a que em Portugal fosse publicado o alvará de 20.VII.1687, ordenando que essas patacas-marias, não estando cerceadas, corressem no nosso país a 500 réis e, na mesma proporção, as suas fracções. As cerceadas seriam recolhidas para fundição da prata.

Diz-nos Aragão²³ que

«(...) O cerceamento da moeda tornara-se calamidade; todas as medidas para o impedir tinham sido infrutíferas. Uma das que mais sentiram esse dano foram as patacas espanholas, chegando a ter metade do valor intrínseco que devia ter. Por isso, conhece-se vária legislação obrigando à recolha, para fundição não só das “patacas” como de toda a moeda de prata, mesmo da antiga ou moderna *fábrica*²⁴, de que podemos destacar os seguintes diplomas: de 17.X.1685, 8.VII.1686, 26.X.1686, 23.VIII.1687, etc.²⁵».

Pelo exposto e documentação referida, no afluxo de moeda cerceada, com particular incidência da pataca espanhola e respectiva moeda divisionária, encontra-se justificação para que a sua recepção e fundição se processasse em compartimento fabril separado das instalações para a amoedação legal portuguesa.

Temos assim, justificada, em face do grande afluxo da moeda cerceada, a ordem de 10.III.1687 para o fabrico de novos engenhos, bem como a medida cautelar da publicação de um novo *Regimento* da Casa da Moeda de Lisboa, datado de 9.IX.1686 e assinado pelo Conde da Ericeira, substituindo o anterior de D. Manuel, de 23.III.1498.

As casas, da Moeda da Calçetaria, começaram a ser demolidas em Abril de 1751, para aí se construir o edifício do Tribunal da Congregação da Patriarcal²⁶.

Ribeira da Junta do Comércio (a S. Paulo)

Entretanto, nas duas primeiras décadas do século XVIII, no reinado de D. João V, o lançamento da nova moeda, o aumento de quantidade amoedada, nomeadamente de ouro, pelo impulso do crescimento demográfico, a recolha e fundição do produto circulante cerceado e, até, o avanço tecnológico de fabrico que se sabia existir no estrangeiro, nomeadamente na Casa da Moeda de Paris, forçou a nova mudança da Casa da Moeda de Lisboa.

E, assim, é assinado o seguinte Aviso²⁷ em 1720:

«S, Magestade, que Deus guarde, me ordenou avisasse a V. Ex.^a era servido que a Casa da Moeda se mudasse para a Ribeira da Junta do Commercio, informando-se V. Ex.^a da forma em que são as Casas da Moeda de fóra d'este reino, para que se possa fabricar esta na que mais fôr conveniente. Deus guarde a V. Ex.^a, Paço, 11 de março de 1720. – Diogo de Mendonça Corte Real – Snr. marquez de Fronteira.»

O local da nova Casa da Moeda de Lisboa situava-se na actual Rua de S. Paulo ainda hoje existindo, aí, uma transversal denominada Rua da Moeda.

Nas velhas instalações da Companhia Geral do Comércio de Estado do Brasil, como também se chamaram, existia nas traseiras, à beira-rio, um cais privativo onde eram descarregadas toneladas de ouro e pedrarias preciosas vindas do Novo Mundo.

Quanto à data da mudança da *Moeda* da Rua da Calçetaria para a nova morada, Teixeira de Aragão, na sua monumental obra²⁸, erra por duas vezes, inexplicavelmente.

De facto, o que lemos, em documento autêntico, é o seguinte:

«Aos doze dias do mes de Setembro do anno de mil sette centos e vinte se fes mudança da fabrica e mais materiaes e o cofre da Caza da Moeda desta Cidade de Lisboa a qual estava situada em a rua da Calsetaria pa o chão em q. estava situada a Junta do Comercio Geral, em o qual chão se adeficou noua Caza da Moeda (...).»²⁹

Assim, desde os últimos meses de 1720, a Casa da Moeda reiniciou a laboração com os engenhos antigos pois que só em meados de 1835 chegou de Inglaterra uma nova máquina de cunhar a vapor³⁰, a qual, aliás, por dificuldades de montagem, só começou a funcionar em princípios de 1838. Essa máquina teria sido encomendada para a amoedação dos novos espécimes ordenados pelo histórico decreto de D. Maria II, de 24.IV.1835, implementando a reforma monetária pelo sistema decimal, em Portugal.

Outro facto a assinalar, a fusão das Repartições do Papel Selado e Casa da Moeda, decretada em 28.VII.1845, sendo publicado novo Regulamento em 22.XI desse ano.

Em 1866 entrariam as poderosas prensas da marca Ulhorn nas já exíguas instalações do complexo funcionamento oficial, instalações que, recordemos, tinham sido implantadas em 1720, mesmo que, entretanto, possam ter recebido ampliações e beneficiações.

À amplitude crescente da quantidade amoedada e variedade tipológica, a Casa da Moeda foi sobrecarregada com outras responsabilidades. Com a introdução do selo postal, em Portugal, no ano de 1853, ela é incumbida da respectiva preparação das chapas e da estampagem, o que forçou a nova reforma em 1864, como resultado do Decreto de 13.VIII.1862 que nomeara uma comissão para elaborar o respectivo projecto³¹.

Também, em 1882, as Contrastarias, na garantia de qualidade dos metais nobres, são integradas na Casa da Moeda e Papel Selado.

Chegara-se a um ponto de rotura em que as dificuldades, em termos de espaço e de funcionalidade, eram já extremas pois que fabricava moeda, medalha, selos postais, valores selados e, até, papel moeda.

Assim, e no mesmo local da Rua de S. Paulo, foi construída uma nova Casa da Moeda, sendo seu director, à época, o Conselheiro José Augusto da Cunha. O respectivo projecto, da autoria do Arquitecto José António Gaspar, foi aprovado em 1889, segundo declaração feita pelo vice-presidente da Comissão Executiva, Eduardo Ferreira Pinto Basto, no próprio original.

Escreve Batalha Reis³²:

«(...) Em 1891 foi inaugurada a nova fachada. (...) À data dessa inauguração, dizia um testemunho da época: “No pateo acham-se localizadas as oficinas de cunhagem, ensaio e fundição, recorte, tempera, branqueio, laminagem, laboratório e fieira”. Quanto ao corpo central, esse mesmo testemunho dizia: “A frente, no andar nobre, fica a oficina e aula de gravura, da qual é actualmente chefe o Sr. Venâncio Alves”, salas onde muito mais tarde se instalou o Museu Numismático.»

Este último viria a ser enriquecido com a transferência do recheio do Gabinete Numismático do Palácio da Ajuda, por força do Decreto 9 730, de 26.V.1924.

A Casa da Moeda e Papel Selado receberia sucessivas reformas dos seus serviços em 1911, 1920, e já com a nova designação de Casa da Moeda e Valores Selados, a partir de 1923, em 1929 e 1938.

Actual Casa da Moeda

Meio século após a reedificação da Casa da Moeda, na Rua de S. Paulo, é inaugurado, em 28 de Agosto de 1941, o moderno e actual conjunto de edifícios fabris e administrativos, incluindo o Arquivo Histórico Nacional, abrangendo todo o vasto quarteirão das Avenidas Novas delimitado pelas ruas D. Estefânia e João Crisóstomo, Avenida dos Defensores de Chaves e com fachada para a Avenida Miguel Bombarda, sendo o respectivo projecto da autoria do Arquitecto Jorge Segurado, sendo Ministro das Obras Públicas, o Eng.º Duarte Pacheco.

A nova Casa da Moeda, actualmente a única oficina monetária portuguesa, está dotada do mais moderno equipamento mecânico e tem-se imposto, em prestígio de nível internacional, pela excelência das suas emissões monetárias, nomeadamente das séries comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, galardão da melhor moeda mundial, de 1991 (Prémio COTY'91, 200 Escudos, Garcia de Orta) e, até, diplomas internacionais de mérito por precursoras inovações tecnológicas no campo monetário e numismático.

Em Julho de 1972, pelo Decreto-Lei 225/72, a Casa da Moeda funde-se com a Imprensa Nacional, que se tornara empresa pública em 1969, dando origem à actual INCM, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, EP.

Para finalizar, uma referência especial ao actual Museu Numismático Português, que se encontra integrado na Casa da Moeda e, infelizmente, encerrado ao público desde há anos. A origem da sua existência remonta ao Aviso de 25.I.1777, assinado pelo Marquês de Pombal, e que teria até ao nosso século várias vicissitudes de enriquecimento das respectivas colecções³³.

O Museu, com aquela designação (MNP), foi criado pelo Decreto-Lei 22 682, de 14.VI.1933, para o que fora nomeado seu conservador o Dr. Pedro Batalha Reis, que iniciou a inventariação do seu acervo, trabalho continuado pelo Prof. Doutor Damião Peres, a partir de 1937, e, muito mais tarde, por Almeida do Amaral.

O MNP foi inaugurado e aberto ao público em 28.V.1946, e o seu património integrado na INCM, por força do Decreto-Lei 333/81, de 7 de Dezembro.

NOTAS

- ¹ GAMA BARROS, Henrique Manuel, in *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 2.ª ed., 1945-1954, T. III, p.199.
- ² Na medievalidade portuguesa a palavra «Moeda», integrada na frase «Moeda Velha» ou «Velha Moeda», significava oficina monetária, isto é, antiga Casa da Moeda.
- ³ O «dinheiro», denominação do primeiro numisma português e, também, a primeira moeda de bolhão, sofreu, como a maioria das outras através da nossa história monetária, sucessivas desvalorizações de vária ordem, incluindo a liga cada vez mais pobre em metal nobre, neste caso a prata. Além disso, essa prática foi utilizada por D. Afonso III com emissões exageradas de numário, sendo os referidos conhecidos por «dinheiros novos». Ora, nas Cortes de Coimbra o monarca, perante as reclamações apresentadas, vê-se forçado a declarar no documento *Instrumentum super facto monete* (11.IV.1261) respeitar prazos nas *renovaciones monetæ* periódicas pois só decorridos quatro anos se tornaria a fabricar durante dois anos, (...) não ultrapassando as vinte fornaças.
- ⁴ «Em vários docs. de Afonso III: 'petro martinj Aurifice et monetario Colibriense (...)' ou 'Petrus martini mej Monetarij in meo thesouro sancte Crucis et Martinum Matheum Magistrum de mea moneta'». AZEVEDO, Pedro de, in «O Tesouro de D. Afonso III no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra», *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. VII.
- ⁵ «Don Afonso pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve. A vos honrrados em Christo Padres, o Arcebispo, e a todos (...) e Concelhos de todo meu Regno, saude e graça. Vos bem sabedes que Eu puis com vosco, que quando Eu quizesse acrezentar a minha moeda nova, que vo-lo fizesse ante saber. Unde sabede que Eu quero acrezentar essa moeda e começar-la-ei acrezentar primeiro dia de Abril, este primeiro que vem. E faço-vo-lo ante saber por seerdes certos do dia que mando acrezentar, e fazer essa moeda. E quem quer que aduga prata, ou outros cambios a essa minha moeda, dar-le-iam por lo marco de prata quatorze libras da minha moeda velaha (...). El-Rei o mandou. Martim Anes a fez (...)», in GAMBETTE, Eng.º Agostinho Ferreira, *História da Moeda*, Lisboa, A.P.H., 1978, I, p.551.
- ⁶ O sítio do chamado «Campo da Pedreira» era nos arredores da antiga Porta da Cruz, da posterior muralha fernandina, que ficava no extremo ocidental da actual Rua dos Remédios (Alfama), sobre a lapa ou escarpa da praia. Hoje ainda ali existem a Rua da Cruz de Santa Apolónia e, perto, a da Cruz da Pedra.
- ⁷ PINTO, Américo Cortez, in *Diónisos – Poeta e Rey*, Lisboa, I.C.L.P., 1982, P304.
- ⁸ FERREIRA, Leitão, in *Not. Chron.*, pp. 48 e 58, citando a *Monarchia Lusitana*.
- ⁹ CASTILHO, Júlio de, in *Lisboa Antiga*, Lisboa, S. Ind. da C.M.L., 1937, Vol. VII, p. 205.
- ¹⁰ Entre outras fontes, citamos as seguintes:
Rui de Pina, na sua *Chron. de D. Diniz*, cap. XXXI, diz haver no tempo de el-Rei D. Denis «(...) a torre do thesouro, de Lisboa, que agora (séc. XV, no tempo do A.) é do Tombo»; também, Duarte Nunes, na sua *Chron. de D. Diniz*, fls. 134, col. 1.ª, refere que el-Rei D. Denis mandou se tirasse certa soma «(...) da torre de seu thesouro de Lisboa, qua agora [no tempo do cronista] é do Tombo».
No testamento de D. Dinis, se faz referência à *Torre Albarrã* ou *Alvarran*, quando menciona o dinheiro que aí tem. In *Hist. Gen.*, Prov.; tomo I, p. 103.
«(...) Julgou el-Rei D. Fernando dever centralizar os arquivos nacionais, que segundo tôda a probabilidade, existiam dispersos pelos vários sítios onde a corte do reis antigos tivera residência; entendeu que tão precioso depósito cabia bem em Lisboa, na tôrre do Haver, ou Albarrã; trocando-se-lhe então o título no de tôrre do Tombo». In CASTILHO, *ibidem*, 1936, Vol. IV, p. 147.
- ¹¹ Além de referências de Duarte Nunes de Leão, na sua *Crónica de El-Rei D. Afonso V*, temos a afirmação bem clara do cronista Damião de Goes que nos diz: «Fez de nouo em Lisboa, junto da Igreja de sam Martinho hos Paços da casa da suplicaçã, & do çiucl, & cadea do limoeiro, obra muito magnifica, & sumptuosa, onde dantes fora ha casa da moeda, & depois paços de Reis, atte ho tempo delRei dom Denis, que fez hos Paços Dalçaçoua.». GOES, Damião de, *Crónica do Felicissimo Rei D. Manuel*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926, Parte IV, cap. xxv, p. 205.
- ¹² RAMOS, Dr.ª Margarida Ortigão, entr. «Casa da Moeda», in *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, 1994, p. 220.
- ¹³ *Taracena*, em tempo de D. João I; *tarracena*, *terracena*, *tarrecena* ou *tercena*, no de D. Manuel I, significava armazém.
- ¹⁴ PERES, Damião, in *História dos Moedeiros de Lisboa como Classe Privilegiada*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, (Subsídios para a História Portuguesa, 8), MCMLXIV, Tomo I, pp. 23-24.
- ¹⁵ MARQUES, Mário Gomes, in *Introdução à Numismática*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982, p. 159.
- ¹⁶ ARAGÃO, Dr. Augusto C. Teixeira de, in *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, Porto, Liv. Fernando Machado, (1964), Tomo I, p. 62.
- ¹⁷ CASTRO, P.º João Baptista de, in *Mapa de Portugal*, Lisboa, V Partes, 1745-1758, T. III, p. 181.
- ¹⁸ REIS, Pedro Batalha, in *Cartilha da Numismática Portuguesa*, Lisboa, ed. do A., 2 Vols., MCMXLVI, pp. 217-217.
- ¹⁹ Arq. da Casa da Moeda de Lisboa, registo geral, liv. I, fol. 433 v.
- ²⁰ Idem, *ibidem*, liv. I, fol. 446 v.
- ²¹ In ARAGÃO, *ibidem*, Tomo I, p. 62.
- ²² *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, s.d., Vol. XX, p. 590.
- ²³ In ARAGÃO, *ibidem*, Tomo II, p. 53.
- ²⁴ O termo *fábrica*, tem aqui o significado de emissão, fornaça ou, mesmo, denominação ou tipo monetário.
- ²⁵ Lei régia, em impresso avulso. Arq. da Casa da Moeda de Lisboa, reg. geral, liv. I, fol. 430-A.
- ²⁶ CASTRO, *ibidem*, tomo III, p. 182.

- ²⁶ Arq. da Casa da Moeda de Lisboa, reg. geral, livro II, fol. 247.
- ²⁷ ARAGÃO, *ibidem*, Tomo I, p. 65: «A mudança da fábrica e cofres efectuou-se a 16 de Setembro do dito ano»; Tomo II, p. 82: «A mudança da Casa da Moeda para o edifício que actualmente ocupa, efectuou-se a 16 de Setembro desse ano».
- ²⁸ Arq. da Casa da Moeda de Lisboa, reg. geral, liv. II, fol. 253 v.
- ²⁹ Foi fornecedora, a firma inglesa Boulton & Watt.
- ³⁰ In *Diário de Lisboa*, n.º 184, de 18.VIII.1862.
- ³¹ BATALHA REIS, *ibidem*, vol. I, pp. 217-218.
- ³² VITAL, Nestor Fatia, «Damião Peres», in *O Dia*, 18.IV.1986.
Idem, «Passado e Futuro do Museu Numismático Português», in rev. *Numisma*, n.º 52, VII.1989, pp. 1-7.
Idem, «Museu Numismático Português reabre as suas portas em 1992?», in *Correio da Manhã*, 2.VII.1989.

BIBLIOGRAFIA

- ARAGÃO, Dr. Augusto C. Teixeira de, *Descrição Geral e Histórica das Moedas Cunhadas em nome dos Reis, Regentes e Governadores de Portugal*, Porto, Liv. Fernando Machado, 1964.
- AZEVEDO, Pedro de, «O Tesouro de D. Afonso III no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra», in *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, Vol. VII.
- CASA DA MOEDA DE LISBOA, Arquivos da, *Registo Geral*.
- CASTILHO, Júlio de, *Lisboa Antiga*, Lisboa, S. Ind. da C.M.L., 1937.
- CASTRO, P.º João Baptista de, *Mapa de Portugal*, Lisboa, 1745-1758.
- FERREIRA, P.º Francisco Leitão, *Notícias Chronológicas da Universidade de Coimbra*, Lisboa, 1729.
- GAMA BARROS, Henrique Manuel, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, Lisboa, Liv. Sá da Costa, 2.ª ed., 1945.
- GAMBETTA, Eng.º Agostinho Ferreira, *História da Moeda*, Lisboa, A.P.H., 1978.
- GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA.
- MARQUES, Mário Gomes, *Introdução à Numismática*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1982.
- PERES, Damião, *História dos Moedeiros de Lisboa como Classe Privilegiada*, Lisboa, Academia Portuguesa de História (Subsídios para a História Portuguesa, 8), MCMLXIV.
- PINTO, Américo Cortez, *Diónisos – Poeta e Rey*, Lisboa, I.C.L.P., 1982.
- RAMOS, Dr.ª Margarida Ortigão, entr. «Casa da Moeda», in *Dicionário da História de Lisboa*, Lisboa, 1994.
- REIS, Pedro Batalha, *Cartilha da Numismática Portuguesa*, Lisboa, ed. do A., MCMXLVI.
- VITAL, Nestor Fatia, «Damião Peres», in *O Dia*, 18.IV.1986.
- VITAL, Nestor Fatia, «Casa da Moeda», in *O Dia*, 26.IX.1987.
- VITAL, Nestor Fatia, «Casa da Moeda de Lisboa – Uma história de séculos», in *Correio da Manhã*, 18.VI.1989.
- VITAL, Nestor Fatia, «Passado e Futuro do Museu Numismático Português», in rev. *Numisma*, n.º 52, VII.1989, pp. 1-7.
- VITAL, Nestor Fatia, «Museu Numismático Português reabre as suas portas em 1992?», in *Correio da Manhã*, 2.VII.1989.

A provável sepultura de D. Duarte Brandão

ARMANDO SANTINHO CUNHA

F. E. RODRIGUES FERREIRA

MARIA DA CONCEIÇÃO MACHADO NEVES

D. Duarte Brandão ou Sir Edward Brampton – não sabemos exactamente onde e quando nasceu, uma vez que as fontes não são unânimes.

Duarte Nunes do Leão (1530-1608) di-lo natural de Lisboa, onde terá morto um homem e fugido à justiça para Inglaterra. Aí terá dado conta do seu caso ao rei de Inglaterra. Este tê-lo-á tomado sob a sua protecção por ele ser «... *homem de grande corpo, bem disposto e que dava mostras de ser homem de bom espirito...*».

Assim, terá servido este rei nas guerras contra a França, como general de uma grande armada. Ainda em Inglaterra terá casado com uma «senhora de vassalos».

Garcia de Resende (1470-1536) na sua obra *Miscellania* diz-nos o seguinte:

“vijmos Duarte Brandam
tam valente capitam,
e valer tanto na guerra
em ho reino de Ingraterra,
que honrou ha geraçam.”

Outro autor, Felgueiras Gayo (séc. XVIII), refere que D. Duarte Brandão era natural de Alhandra, filho bastardo de um nobre e de uma judia, Mariana, mulher de um ferreiro. Terá fugido para Inglaterra com um tal Henrique Brandão, embaixador. Confessando ao rei de Inglaterra, D. Duarte, que era judeu, foi aconselhado ao baptismo e como o rei foi seu padrinho, adoptou-lhe o nome, passando a usar o apelido do embaixador: Brandão.

Desconhecemos a versão correcta. Possuímos, no entanto, uma cópia da carta de naturalização e privilégios de D. Afonso V, passada em Évora, a 3 de Agosto de 1479, e depois confirmada por D. João II em 8 de Agosto de 1485, no Convento da Penhalonga, e, posteriormente, por D. Manuel I, em 30 de Outubro de 1497, em Évora¹.

Sabemos que D. Duarte Brandão, em Inglaterra, pelos feitos militares cometidos, foi nomeado capitão-governador da ilha de Guernesey, na Mancha, e armado cavaleiro da Ordem da Jarreteira². Tomou o partido de Ricardo III, e, após a morte deste, na batalha de Bosworth (1485), teve de fugir para os Países Baixos e depois para Portugal. Mais tarde regressará novamente a Inglaterra.

Em Portugal, D. Duarte Brandão foi dos Conselhos de D. Afonso V (com quem se encontrou em França em 1476), de D. João II e de D. Manuel I. Em nome do rei de Inglaterra foi portador das insígnias da Ordem da Jarreteira para D. João II, que o nomeou administrador das capelas de D. Afonso IV.

Foi igualmente Senhor da Vila de Buarcos, Foz do Mondego, Marinhas de Tavadre, Dízima Nova de Montemor-o-Velho e Comendador de S. Veríssimo de Lagares, no Arcebispado de Braga.

É provável que tenha sido armado cavaleiro da Ordem de Cristo, por D. Manuel I, na igreja de S. Julião, em Lisboa, a 18 de Dezembro de 1496.

Homem poderoso, influente e de largos haveres e privilégios comerciais, detinha, entre outros, o monopólio do escambo da cortiça nos mercados de Inglaterra, da Flandres e da França.

Adiantou a D. João II a quantia de cerca de 28 mil ducados de ouro, para pagamento do dote de casamento da Imperatriz da Alemanha, D. Leonor de Portugal, (tia de D. João II), ao Imperador Maximiliano e que D. Afonso V não havia pago³.

Os religiosos carmelitas deram a D. Duarte Brandão e à sua segunda mulher, D. Margarida de Beamonde, a primeira capela colateral, do lado do Evangelho, onde foi instituído morgado em 1497, e que veio a ser jazigo de família.

Na *Crónica dos Carmelitas*, Frei José de Santa Ana refere que

«... na dita capela mandou Duarte Brandão fabricar seu jazigo numa grande campa que tem as armas dos Brandões e um letreiro que dizia “Aqui jaz Duarte Brandão, cavaleiro da Garrotêa, a qual ganhou no reino de Inglaterra por muitos afamados servicos que fez a el-rei Duarte, que a este tempo era no reino do conselho dos reis de Portugal: o qual faleceo aos 18 dias de Novembro de 1508” ...».

São aliás as armas assinadas pelo rei D. Duarte IV de Inglaterra que estão registadas no *Livro do Armeiro-Mor*, de 1509.

A provável sepultura de D. Duarte Brandão

Escavação da Primeira Capela do Evangelho da Igreja do Carmo

Esteve esta capela, desde finais do século XIX, transformada em biblioteca da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

Com o início das obras de consolidação efectuadas pelo Metropolitano de Lisboa, houve necessidade de proceder à prévia escavação de algumas áreas da Igreja do Carmo, denominadamente à da primeira capela do Evangelho, onde teria sido instalado o carneiro de Duarte Brandão e sua família.

Nesta sequência, foi possível verificar uma série de situações que já haviam caído no total esquecimento e sobre as quais não havia sido efectuado nenhum registo.

Começámos por verificar que a sua cota estava artificialmente subida ao nível da capela-mor, em consequência das obras de restauro iniciadas no século XVIII.

Depois de desmanchadas as estantes que cobriam as paredes, foi possível verificar que elas haviam sido propositadamente feitas para aquela capela, tendo sido lá montadas. Por alguma razão que desconhecemos, a parte superior das estantes foi cheia com calça proveniente de demolições, facto de que só agora também se tomou conhecimento. Admitimos como provável que se tratasse de uma prática para evitar a acção de insectos (pela presença de cal).

O pavimento era, como o das restantes capelas, de tijoleira. Na zona ocupada pelas estantes não havia pavimento; elas foram construídas directamente sobre a terra.

A escavação desta capela foi particularmente trabalhosa, já que existiam muitos vestígios e variadas inumações até uma cota de -195, o que nos obrigou a estabelecer, para facilidade de registo e de interpretação, cinco níveis artificiais.

O primeiro nível, a uma cota de -15, era constituído por um murete de pedra e cal e areia, de meio metro de altura, que cercava toda a sala, apresentando também um septo central. Destinava-se a suportar um vigamento, substrato de um pavimento de madeira que, tal como a capela-mór, deve ter possuído; era obra recente.

A partir da cota -50 começaram a surgir infra-estruturas que nos permitiram imaginar parcialmente a disposição e aspecto geral do interior da capela durante o século XVIII, provavelmente até ao terramoto.

Sigamos a *Crónica dos Carmelitas*:

«... Augmentou-se a Capella, porque tirado o retabolo antigo, e feito de novo todo o adorno interior, chegou a tal perfeição, que nenhuma das particulares da Igreja a excede.

Para o Altar se sóbe por quatro degrãos de pedra lavrada, em cujo pavimento superior ha hum proporcionado Presbyterio: e assim este como o primeiro corpo do retabolo, e tambem a banquetta do Altar, que nelle encosta, he tudo de fina pedraria de varias cores embutidas com distinctos labores, que representaõ huma curiosa composição. O resto da parede até o alto em considerável distancia he occupado de hum retabolo de talha dourada, feito ao moderno com todo o primor da arte. Abre no meyo huma fermosa Tribuna obra-da com singular idéa para a introdução da luz, que por ella se communica a toda a Capella. Na parte superior de hum trono, formado tambem de talha dourada, dentro da Tribuna, está huma Santa Imagem da Mãe de Deos, a qual ficou com o titulo de Senhora da Encarnação, e aos lados em lugar pouco inferior, a da Senhora Santa Anna da parte direita, e da outra a de S. Joaquim. Fóra da Tribuna em dous nichos à face, se collocáraõ as estatuas dos Gloriosos Pays da Senhora Santa Anna: a saber a de Santo Estolano da parte do Evangelho, e da parte da Epístola a de Santa Emerenciana. ... As paredes dos lados estão todas cubertas de talha dourada: e nos meyos de ambas se abrião Santuarios, que se compoem de alguns meyos corpos de Santos com differentes Reliquias. O arco exterior he tambem cuberto de preciosa talha, obra admiravel, que comprehende muitas figuras de relevo, e outras sacadas: o que tudo se acabou de dourar no anno de 1724...».

Efectivamente nos quadrados D-E-F 32 encontrámos vestígios da fundação de uma provável balaustrada que delimitaria a zona do presbitério, embora não tenhamos encontrado vestígios dos referidos degraus.

Por altura dos quadrados D31 e F31, adossadas às paredes, existiam as fundações do que poderiam ter sido os santuários referidos na crónica e onde se guardavam relíquias de vários santos.

No quadrado D31, a uma cota de -60, ou seja à cota do que já concluímos ser o pavimento antigo, encontrámos um pavimento de *parquet* carbonizado, de que foram retiradas amostras, bem como da terra de coloração avermelhada, pelo efeito do fogo, que se encontrava imediatamente por debaixo da madeira. Entre o pavimento carbonizado e a terra que lhe estava adjacente, foi encontrada uma moeda de três réis de D. João V (143D331-60).

Parece assim poder considerar-se como provável que o pavimento da capela 4 tenha sido de madeira, ou pelo menos fosse de madeira a partir das obras de 1724 que o cronista refere; não sendo de excluir a possibilidade do pavimento do presbitério ser talvez de pedra. Aliás, esta alteração dos pavimentos faz parte de um largo movimento peculiar do século XVIII e que tem como elemento inspirador o aumento do conforto da igreja, porque o pavimento de pedra, de Inverno, torna-se muito frio.

Até a uma cota de -105, apenas foram encontrados ossos dispersos, resultantes da abertura de covais para proceder a novos enterramentos. Mas de quem eram estes enterramentos? Seguindo a *Crónica dos Carmelitas*:

«... Depois da morte do inclyto fundador (D. Nuno Álvares Pereira), os Religiosos a derão ao grande Duarte Brandão, e a sua mulher Dona Margarida de Beamonda, que por serem devotos do Glorioso Martyr S. Sebastião, lha consagrãrão, e nella instituirão Morgado, aos 30 de Outubro de 1497. Seu filho Joaão Brandaõ o ratificou, e poz em execução, por huma Escritura feita pelo Tabelião Braz Affonso, aos 17 de mez de Março de 1528 [...] No jazigo desta Capella estão sepultados os descendentes de Duarte Brandão [...] Como a pessoa de tanta distinção, lhe fizeraõ os Religiosos o gosto de lhe darem a dita Capella e com effeito nella mandou fabricar o seu jazigo, onde foi sepultado debaixo de huma grande campa, que ainda existe no pavimento da mesma Capella. Na dita campa se vê hum escudo com as Armas dos Brandões seus descendentes, que são dous Dragões batlhantes, com hum Cavallo Marinho por timbre. Tem hum leteiro, que diz: Aqui jaz Duarte Brandaõ, Cavalleiro da Garrotêa, a qual ganhou no Reyno de Inglaterra por muitos afamados serviços, que fez a ElRey Duarte, que a este tempop era no Reyno, do Conselho dos Reys de Portugal: o qual faleceo aos 18 dias de Novembro de 1508 [...] de sorte, que passando as casas aos seus herdeiros, nellas mora actualmente seu neto Fernando de Lima Brandaõ de Alcaçova, nosso amantissimo devoto, casado com Dona Francisca Joana de Portugal, cujo filho de menor idade, chamado D. Martinho Antonio de Portugal, foy o ultimo descendente do grande Duarte Brandão, que nesta sua Capella teve sepultura ...».

À cota -110, que é a cota correspondente à fundação das bases dos relicários quadrados D - F 31, foram encontrados, bastante fragmentados, nove pequenos potes de cerâmica, datáveis de finais sec. XVI até sec. XVII pleno, dos que eram também comumente utilizados para transporte de azeite. Pensamos que a sua inclusão nas fundações dos muretes dos relicários deverá corresponder ao início das obras da capela, que terão ocorrido, provavelmente, em finais do sec. XVII (os fragmentos em falta são poucos).

A partir da cota -122 até à cota -195, desenvolvem-se os enterramentos no interior da capela 4, praticamente em toda a sua extensão, à excepção do presbitério e de uma faixa central. Esta faixa central só foi utilizada em duas inumações, à cota -170 e -195, correspondentes, respectivamente, às sepulturas 38 e 42. A sepultura 38 admitimos ser possível relaciona-la com D. Duarte Brandão.

Considerando a tipologia geral das inumações, admitimos a existência de dois grandes momentos temporais ainda perceptíveis na generalidade da capela:

- 1.º momento – anterior a 1497, representado pelas sepulturas 40, 41, 42 e 43, e que a numismática confirma;
- 2.º momento – posterior a 1497, após a atribuição da capela a D. Duarte Brandão e seus descendentes.

A sepultura em nosso entender atribuível a D. Duarte Brandão situava-se, rigorosamente, a meio do chão da capela, com os pés orientados a nascente (quadrícula E 30-31) e desenvolvia-se a uma cota de -170.

O corpo foi inumado em caixão, de que apenas foram visíveis fragmentos.

Encontrava-se em perfeita conexão anatómica, embora achássemos estranha a colocação da cabeça óssea, que nos parecia francamente deslocada da sua posição natural.

Os fechos do caixão também não estavam na posição que seria presumível, o que nos convenceu da possibilidade de uma violação.

Tratava-se indiscutivelmente de um indivíduo do sexo masculino, em decúbito dorsal, com a mão direita na cintura e a esquerda também por essa altura, mas abraçando os copos de uma espada, atribuível ao século XV.

No peito, no lado direito, existia uma estrela de quatro pontas, em folha de ferro, com indícios de ter sido recoberta de tecido, e que deveria ter sido a base de uma condecoração (a que faltariam, por posterior remeximento, alguns elementos) eventualmente até a da Ordem da Jarreteira.

Existiam dispersos na terra muitos fragmentos de caixão, que nos sugeriam tratar-se do próprio.

A lâmina da espada havia totalmente desaparecido.

Tinha esporas, estando a do pé direito inteira e a do pé esquerdo partida.

Na terra de enchimento da sepultura foi encontrado 1/2 real de D. João I (1409-1415) – 322E31-170.

Porque achámos francamente estranha a mandíbula, guardámos a cabeça óssea de D. Duarte Brandão na Associação dos Arqueólogos Portugueses, para posterior estudo, de que apresentamos agora, e sinteticamente, o resultado.

Exame antropológico – Duarte Brandão

O material de estudo é constituído por uma caveira e uma mandíbula.

1 – Caveira do tipo ovóide e doliocrânia na norma occipitofrontal

- Conservação da parte inferior da sutura metópica e da próxima do bregma, continuando pela sutura sagital (crânio cruciforme). A sutura metópica e a sagital são dentadas.
- Sutura coronal linear nos dois terços internos e serreada nos externos; sutura lambloideia labiríntica.
- Acentuadas rugosidades supraorbitárias e da nuca.
- Apófises mastoideias e protuberância occipital exterior bem desenvolvidas. Ramo da arcada zigomática ultrapassando o porion.
- Ossos próprios do nariz altos e curvos, abertura piriforme estreita e septo nasal de convexidade direita.
- Espinha nasal antero-inferior saliente, sutura palatomaxilar ondulada e perpendicular à sutura intermaxilar.
- Estafilion pouco marcado.
- Fractura em vida, com regeneração óssea, da apófise estilohioideia direita.
- Perda dos dentes da arcada superior em vida, com excepção de 23, cujo alvéolo está desabitado.
- Mutilação depois da morte, da base do crânio, incluindo o buraco occipital e o côndilo occipital esquerdo.

2 – Mandíbula com mento saliente, bordo inferior do corpo anguloso e ângulo goníaco direito rectificado. Rugosidades ósseas acentuadas nas áreas de inserção do pterigoideu interno e masseter

- Orifícios mentonianos ao nível dos quintos dentes, um de cada lado.
- Abrasão dos côndilos e moderada osteofitose no esquerdo.
- Perda em vida de 32, 36 e 48.
- Atrição de todos os dentes.
- Cárie oclusomesial de 38.
- Mesialização e anteversão de 38.
- Côr vermelha de 35.
- Periodôncia com quase esfoliação dos dentes.
- Tártaro nas faces linguais e vestibulares.

- Abrasão acentuada das faces vestibulares dos dentes do lado direito, ao nível da metade inferior das coroas, sendo mais acentuada nos anteriores.
- Mutilação, após a morte, do ângulo goníaco esquerdo e parte inferior do ramo desse lado.

Conclusões

São dois indivíduos do sexo masculino (a mandíbula é mais robusta do que a caveira e não articulam entre si) – Figura 4, de prováveis idades diferentes (caveira até 45 anos e mandíbula compatível com 60 ou mais anos).

O indivíduo a quem pertencia a mandíbula, usava instrumentos muito abrasivos para limpar os dentes e, sendo estas lesões mais acentuadas à direita, sugerem que era esquerdino.

Nasceu em 1440.

Morreu em 18.11.1508.

Idade 68 anos.

Conclusões gerais

Face ao exposto, admitimos como muito provável estarmos perante a sepultura de D. Duarte Brandão.

Foi amplamente verificada, durante a escavação, a situação generalizada de violação da sepultura, facto que não podemos deixar de achar bastante estranho, já que estávamos no interior de um convento.

A constatação de que a caveira não correspondia à mandíbula, pode eventualmente pôr-nos perante outra situação relativamente típica dos tempos de outrora e que poderia explicar tão estranha situação. O homem sempre teve grande curiosidade de conhecer o passado e, no passado, muito naturalmente, o dos seus antepassados. É provável que um descendente de D. Duarte Brandão, por mera curiosidade, tivesse mandado abrir a sua sepultura. Os coveiros, por natural falta de vocação, poderão ter danificado a cabeça óssea de D. Duarte Brandão e tê-la-ão, provavelmente, substituído por outra em melhores condições.

Esta é uma das hipóteses possíveis, que nos parece, considerando as mentalidades da época, perfeitamente possível de ter acontecido, explicando-se, assim, este insólito acontecimento.

NOTAS

¹ Torre do Tombo, Livro 2 da Estremadura, Fls.48 e 48 V

² A Ordem Militar da Jarreteira (ou da Garrotêa), foi instituída em Inglaterra em meados do século XIV, pelo rei D. Duarte III. O distintivo desta ordem é uma liga de veludo azul escuro bordada a oiro e com a divisa Honni soit Qui mal y pense, presa com uma fivela abaixo do joelho esquerdo, Os Cavaleiros usam no lado esquerdo do peito uma placa de prata ou uma estrela de oito pontas representando a cruz de S. Jorge cercada pela jarreteira. Usam ainda um colar de oiro composto de vinte e seis peças em forma de jarreteiras, esmaltadas de azul, no qual está suspensa a imagem de S. Jorge abatendo o dragão. Ostentam ainda uma banda de cor azul escura que passa no ombro direito e pendente da qual figura uma jóia de oiro em forma de jarreteira cercando a imagem de S. Jorge, com a divisas da Ordem.

³ Documentos da Chancelaria de D. João II – Livro 21, Fls. 24, 34 e 35 (Torre do Tombo).

BIBLIOGRAFIA

ANA, Frei José de Santa, *Crónica dos Carmelitas*, Lisboa, 1745.

BAENA, Visconde de Sanches de, *Archivo Heráldico-Genealógico*, Lisboa, 1872.

BARATA, António Francisco, *Évora Antiga*, Évora, 1909.

CROS, João du, *Livro do Armeiro-Mor*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956.

DEOS, Frei Jacinto de, *Escudo dos Cavaleiros das Ordens Militares*, Lisboa, 1670.

Encyclopaedia Judaica, Vol. IV, Israel, 1979.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, «Cartas de Quitação del Rei Dom Manuel?», in *Archivo Histórico Português*, Vol 3.

GAYO, Manuel José da Costa Felgueiras, *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol III, tomos VII, VIII e IX, 3.ª Ed. de Carvalhos de Basto, Braga, 1992.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Vols. V e XIV, Ed. Enciclopédia.

LEÃO, Duarte Nunez do, *Descrição de Portugal*, Cap. 87, Lisboa, 2.^a Ed., Oficina de Simão T. Ferreira, 1785.

LEMONS, Maximiano, *Encyclopédia Portuguesa Illustrada*, Vol. VI, Ed. Lemos e Sucessor, Porto.

MATTOS, Armando de, *Brasonário de Portugal*, Vol I, ed. Livraria Fernandes Machado, Porto, 1940.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea*, Ed. INCM, Lisboa, 1973.

VITERBO, «D Leonor de Portugal, Imperatriz da Allemanha», in *Archivo Histórico Portuguez*, vol. VIII, n.º 1 e 2, de Jan. e Fev. de 1910.

Elementos sobre o cemitério do adro da Igreja de S. Domingos

LAURA TRINDADE
A. M. DIAS DIOGO

Localizada no largo de São Domingos, no enfiamento da rua das Portas de Santo Antão, a presente intervenção arqueológica decorreu entre 8 de Outubro de 1991 e 20 de Novembro do mesmo ano. Tratou-se de uma escavação de emergência provocada pelo aparecimento de ossos humanos durante as obras de substituição do colector da rua das Portas de Santo Antão, da responsabilidade da Direcção Municipal de Infra-estruturas e Saneamento. A implantação dos cortes foi registada a partir da esquina sudeste do Teatro D. Maria II e da esquina nordeste do Rossio.

A nossa intervenção iniciou-se numa fase já adiantada da obra, em que quase toda a área já se encontrava escavada, com a excepção das zonas das sepulturas 11 e 12 e do esgoto pós-pombalino. Tratou-se essencialmente assim, não de uma intervenção de acompanhamento de obra, mas de simples registo e salvaguarda dos vestígios arqueológicos visíveis nas barreiras da escavação. Por outro lado, esta era uma obra de substituição de um colector já existente, cujas origens são um cano real de construção anterior a 1471¹, mas que foi substancialmente alterado após o terramoto de 1755, com a natural destruição de evidência arqueológica que nos possibilitaria definir o limite Oeste do cemitério e precisar a cronologia através do estudo da sua articulação com o cano real. De qualquer modo, a inexistência de vestígios de sepulturas nos cortes ocidentais da escavação, aponta para que o cemitério estivesse delimitado a Oeste pelo cano.

Estratigraficamente toda a área registada apresenta grande homogeneidade. Várias camadas do aterro pombalino, feito para aumentar a cota da praça e evitar as inundações provocadas pelas cheias frequentes, separam o pavimento actual de um empedrado pré-pombalino, actualmente situado a uma profundidade média de 1,06 m. Fundamentalmente constituído por seixos basálticos, os materiais e as características das camadas que se lhe sobrepõem não nos deixam quaisquer dúvidas sobre a datação da sua vida útil: trata-se do pavimento da época do terramoto de 1755.

Questão mais controversa é o da cronologia da sua construção e se cobriria toda a praça. Zuzarte, na conhecida água-tinta em que pretende retratar o Rossio visto de Oeste antes do terramoto de 1755, mostra-nos a praça rodeada por um empedrado, tipo passeio, nos seus lados Sul e oriental, rodeando um amplo terreiro com o chão em terra. Esta representação é perfeitamente verosímil dado que não havia qualquer justificação para a pavimentação de todo o Rossio, o que traria custos inoportáveis para a sua conservação², já que as características do empedrado o tornavam particularmente frágil em zonas de enxurradas. Note-se que nem o próprio Terreiro do Paço, naturalmente à altura a praça mais nobre da cidade, era todo ele pavimentado.

No que diz respeito à cronologia da sua construção, uma coisa é absolutamente certa: seja qual for a cronologia de um possível primitivo empedrado, este é datável dos finais do século XVII, primeira metade do século XVIII, datação a que chegámos a partir da análise das cerâmicas encontradas na camada 10 (pequenos fragmentos de faianças portuguesas, alguidares vidrados e porcelanas chinesas), uma camada horizontal, muito homogénea, com cerca de 10 cm. de altura média, aí colocada para servir de base às pedras. Não podemos deixar aqui de referir que a homogeneidade estratigráfica se prolongou por toda a intervenção, numa extensão de 26 m.

Também sob a camada de implantação do empedrado pré-pombalino a estratigrafia apresenta uma grande uniformidade na área observada. Imediatamente sob a camada 10 surgiram-nos camadas horizontais de terrapleno que atingiam os 20 cm. de profundidade. Destas, a 1.^a, que denominámos de camada 12, apresentava as características morfológicas para ter constituído o pavimento em terra batida, anterior ao empedrado.

Este último terrapleno tinha nivelado os topos das sepulturas que foram a nossa razão de entrada na obra. Não temos dúvidas que elas pertenciam ao cemitério do adro da igreja de São Domingos mas, tam-

bém aqui, a questão coloca-se em precisar a sua cronologia. Sabemos que esta igreja, embora de fundação anterior, sofreu importantes alterações no reinado de D. Manuel, acompanhadas pelo saneamento da zona, que encanaram o ribeiro existente, procurando evitar as frequentes enxurradas. É desta época que datamos a origem desta área do cemitério e que terá persistido até ao terramoto de 1531 que «abriu de alto a baixo todas as naves da igreja».

A reduzida sobreposição dos enterramentos confirma a curta datação para a vida útil do cemitério. Para além dos esqueletos, nada mais recuperámos das sepulturas do que pequenos fragmentos cerâmicos dispersos na terra que os cobriam. Além dos que publicamos (Catálogo e Fig. 8) recolhemos ainda vários reconhecíveis como sendo de panelas, mas todos com paralelos noutras escavações nossas em níveis do terramoto de 1531 (veja-se, por exemplo, DIOGO e TRINDADE, «Intervenção Arqueológica na rua de São Nicolau, n.º 107/111»).

Na sua totalidade, foi-nos possível registar doze sepulturas, correspondentes a vinte e um enterramentos. As sepulturas encontravam-se orientadas com a cabeça a Oeste e os pés a Este, tendo os cadáveres sido enterrados com as mãos cruzadas sobre a zona pélvica. Foram escavadas numa profunda camada de areolas provenientes de depósito aluvionares. O seu topo encontrava-se à profundidade média de 1,30 m, variando a sua altura conservada entre os 60 e os 70 cm. Separadas por uma distância média que também variava entre os sessenta e os setenta centímetros. Tratavam-se de sepulturas muito pobres, em covacho, onde os corpos seriam enterrados simplesmente amortalhados, sem caixão.

Embora os esqueletos ainda se encontrem em estudo pelo Dr. Luís Lopes, é-nos já possível afirmar com base nos estudos preliminares do referido Antropólogo, que foram aqui enterrados indivíduos de ambos os sexos, variando a sua idade entre os cerca de seis e os mais de cinquenta anos. A generalidade das sepulturas foi reaberta, apresentando mais de um enterramento, chegando a atingir os quatro indivíduos na sepultura n.º 4. A sepultura 11 apresenta-nos dois enterramentos em covacho cuja abertura não foi totalmente coincidente, pertencendo o mais recente a um indivíduo do sexo masculino, de tipo físico negróide, com a idade compreendida entre os dezassete e os dezanove anos. Não apresenta a sequência de desgaste dentário normal para a época, pelo que provavelmente terá vivido pouco tempo na Europa. Também relativamente pouco vulgar para a época é o enterramento de um negro no adro de uma igreja, o que terá de significar que estamos em presença de um cristão, escravo ou homem livre. Até D. Manuel os corpos dos escravos negros pagãos eram simplesmente abandonados, geralmente lançados do Alto de Santa Catarina. A partir desse rei e por razões higiénicas, passaram a ser sepultados no «poço dos negros».

Por fim, é ainda de referir o facto de termos encontrado pequenos fragmentos de sigillatas sudgálicas e de claras D depositados nas areolas, a cerca de 2,10 m de profundidade, para além de, na zona sul da intervenção (corte F – G, figs. 6 e 17) termos podido registar um esgoto em cantaria calcárea, proveniente de Oeste e já anteriormente desactivado. De abóbada e de soleira direita, com a altura interna de 130 cm e a largura interna de 84 cm, este esgoto entroncava com o colector das Portas de Santo Antão e a sua construção foi posterior ao terramoto de 1755, dado que violou e tinha uma cota superior ao pavimento empedrado dessa época.

Catálogo

Dos fragmentos encontrados nesta intervenção, publicamos aqui três que conservam o bordo. Todos eles são de fabricos locais ou regionais e pertencem a peças que nos têm surgido em níveis do terramoto de 1531. No caso do fragmento n.º 3, cuja funcionalidade interrogámos como sendo de um copo, ele integra-se numa forma monoansada, de paredes carenadas e fundo alto de base em bolacha, que frequentemente nos surge com grafitos feitos após a cozedura, representando numerais latinos, cujo significado ainda se encontra em investigação (GASPAR e AMARO, 1997, p. 341; DIOGO e TRINDADE, em publicação, n.º 37).

1 – (Fig. 8) Fragmento de bordo e colo de panela.

Lábio em aba rectangular. Colo introvertido e troncocónico.

Pasta laranja-avermelhada, de textura folheada, com pequenos quartzos e calcites. Superfícies revestidas com engobe vermelho-acastanhado. Diâmetro da boca: 170 mm.

Proveniente da sepultura 2.

2 – (Fig. 8) **Fragmento de boca e parede de taça.**

Lábio introvertido, boleado e de secção subtriangular, separado da parede por duas caneluras largas.

Pasta alaranjada, com largo cerne acinzentado, de textura folheada, com pequenos quartzos e calcites. Diâmetro da boca: ?

Proveniente da sepultura 8.

3 – (Fig. 8) **Fragmento de boca e parede de copo ?**

Lábio extrovertido, curto e boleado.

Pasta alaranjada, de textura folheada, com quartzos e calcites. Superfície externa revestida com engobe rosado. Diâmetro da boca: ?

Proveniente da sepultura 10.

NOTAS

¹ OLIVEIRA, 1887, I, p. 548 a 552, n. 2, transcreve parcialmente o *regimento sobre os ordenados e mantimentos dos oficiais da cidade* de 1471, em que é referido «o canno real que se começa de tras dos estaãos, de ffora dos muros, e vem ao longo do Rosyo pela caldeiraria e p^a a rua noua dellRey, ao topo da rua noua dos mercadores, e pasa p^a baixo da casa de çeita». Este cano volta a ser referido em 1685 na *Notícia dos canos antigos d'esta cidade* como sendo um cano de cuja conservação era de obrigação da cidade (OLIVEIRA, 1887, I, p. 553, n. 2): «Cano de S. Sebastião da Pedreira – Outro cano real que começa a S. Sebastião da Pedreira, que toma as aguas de todas aquellas ruas do chafariz de Andaluz, e Santa Martha, e vem por entre as hortas da Annunciada metter-se por baixo da Inquisição, e vem por Valverde metter-se por cano real da rua dos Ourives do Ouro, que vae pela rua Nova e Confeitaria, beco do Jardim e Terreiro do Paço, até ao mar».

² A questão do pagamento do arranjo das calçadas chegou a ser dramático para a Câmara de Lisboa nos finais do século XVII e primeira metade do XVIII, que se via sem dinheiro para as poder efectuar. Veja-se OLIVEIRA, XIII, p. 48, 445, 447 e XIV, p. 15, 586, 587 e especialmente XIII, p. 90 (carta de 28 de Junho de 1735 do escrivão do Senado da Câmara) e XIII, p. 239 (consulta da Câmara a el-Rei em 5 de Fevereiro de 1737).

BIBLIOGRAFIA

- CARMONA, Mário, 1954, *O Hospital Real de Todos-os-Santos da Cidade de Lisboa*, s/l, s/e.
- DIAS, Marina T. (dir.), 1990, *O Rossio*, (Guias de Lisboa pelos olisipógrafos, 1), Lisboa, Ibis Editores, Lda.
- DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura, 1998, «Intervenção arqueológica na rua João do Outeiro, n.º 36/44, na Mouraria, em Lisboa», *Actas das II Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Tondela, C. M. de Tondela, pp. 257-265.
- DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura, 1999, «Estudos arqueológicos efectuados pelo G. T. T. R. L. no Martim Moniz e sua envolvente», *Olisipo*, II Série, 8, pp. 44-54.
- DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura, em publicação, «Intervenção arqueológica na rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa)», *Actas do I Colóquio Estudos de Lisboa*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- GASPAR, Alexandra e AMARO, Clementino, 1997, «Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa», *La Céramique Médiévale en Méditerranée*, (Actes du VI^e Congrès de l'AIECM2), Aix-en-Provence, Narration Éditions, pp. 337-345.
- LOURINHO, Manuel H., 1972, «A Ermida de Nossa Senhora da Escada nas suas Relações com a Igreja e o Convento de S. Domingos», *Olisipo*, 134, pp. 32-45.
- LOURINHO, Manuel H., 1973, «A Igreja de S. Domingos de Lisboa», *Olisipo*, 136, pp. 38-47.
- OLIVEIRA, Eduardo F. de, 1882-1911, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 17 vols., Lisboa, Tipografia Universal.
- ROLLO, Raul, 1994, «Igreja e Convento de S. Domingos», *Dicionário da História de Lisboa*, Sacavém, Carlos Quintas & Associados – Consultores, Lda., pp. 794-797.
- RUELA, Rosa, 1991, «Cemitério medieval vem à luz no Largo de São Domingos», *A Capital*, 11 de Outubro de 1991, p. 11.

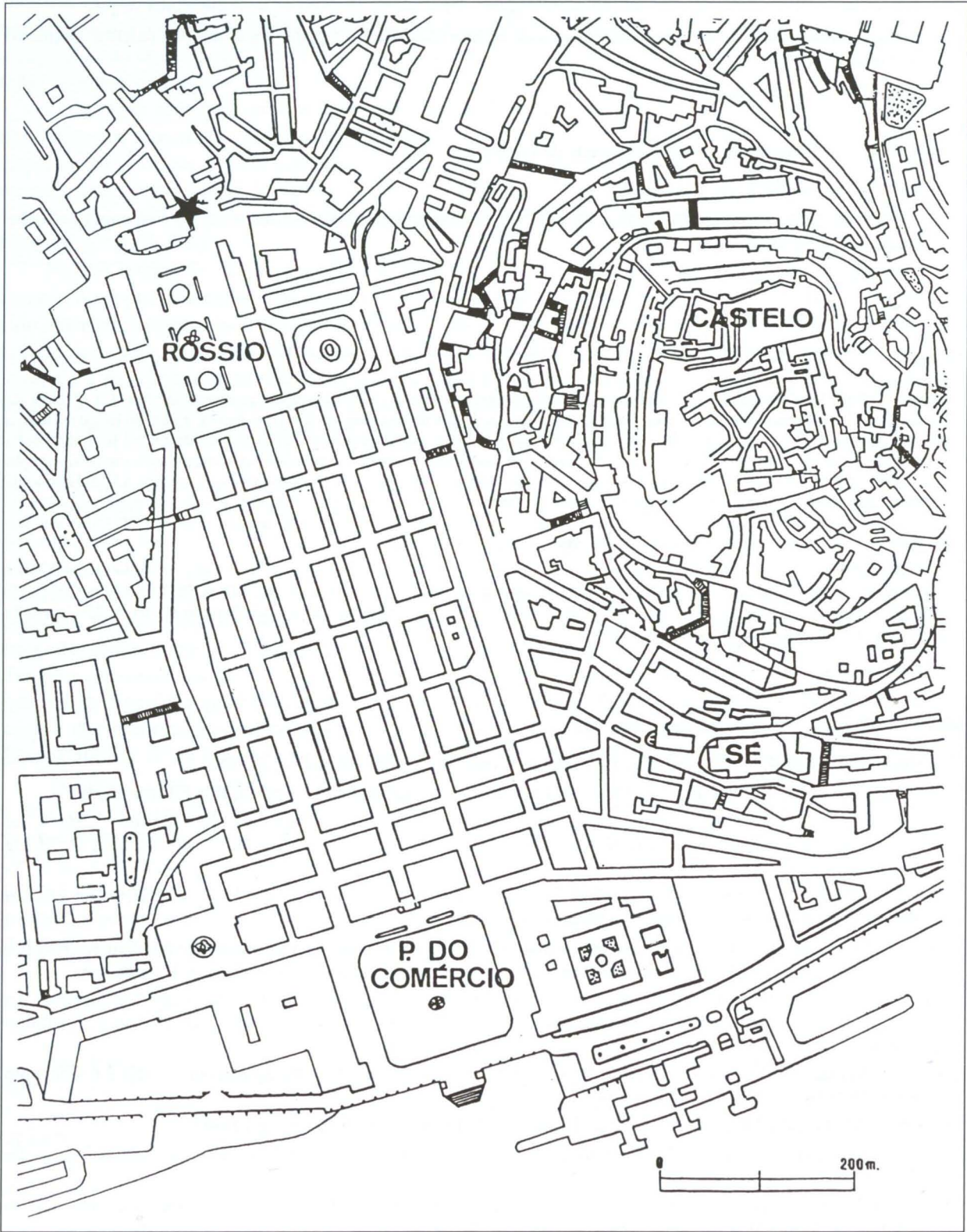


Fig. 1. Planta de localização geral da intervenção

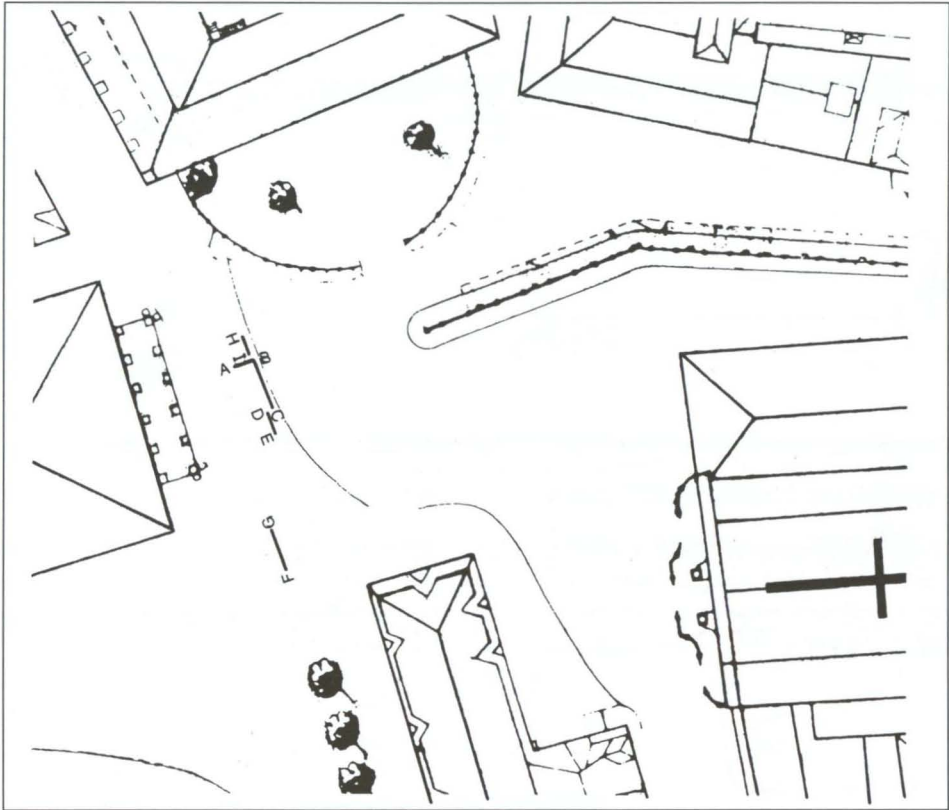


Fig. 2. Planta de localização dos cortes (Esc. 1:500)

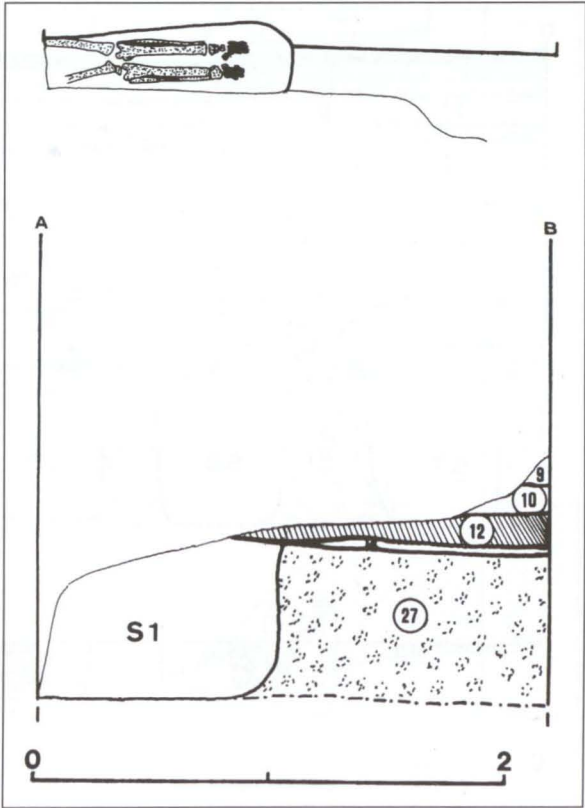


Fig. 3. Planta e perfil do corte Norte (A – B). Sepultura 1

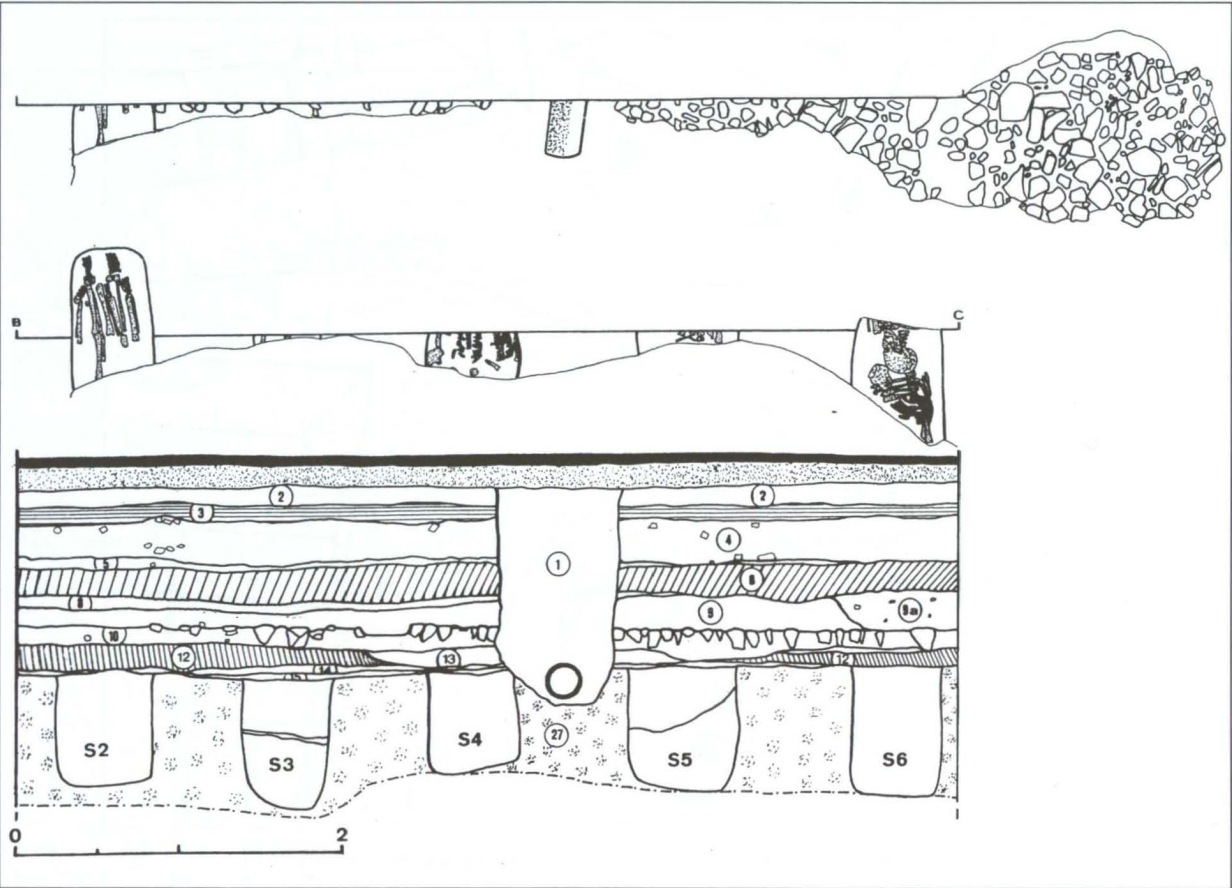


Fig. 4. Plantas e perfil do corte Este (B – C). Sepulturas 2 a 6

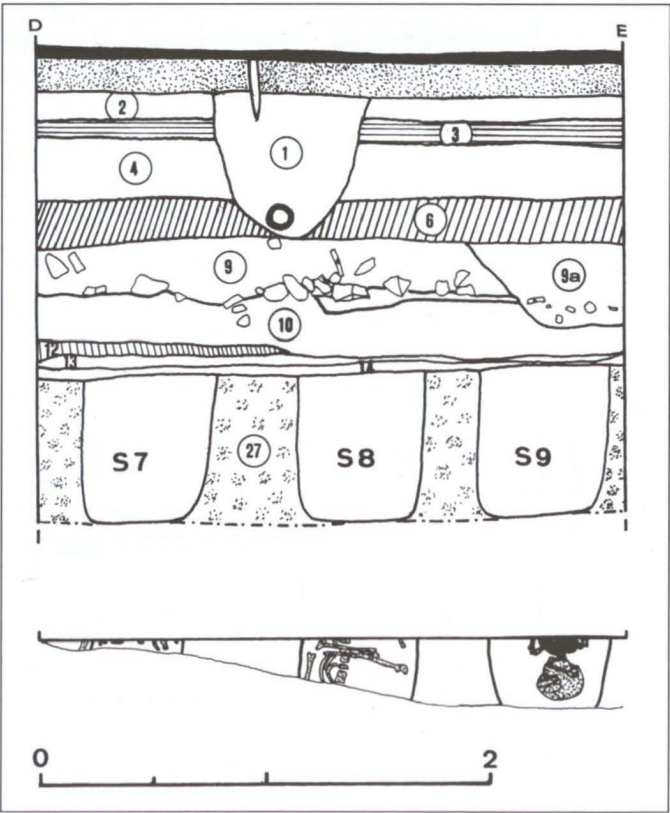


Fig. 5. Planta e perfil do corte Este (D – E). Sepulturas 7 a 9

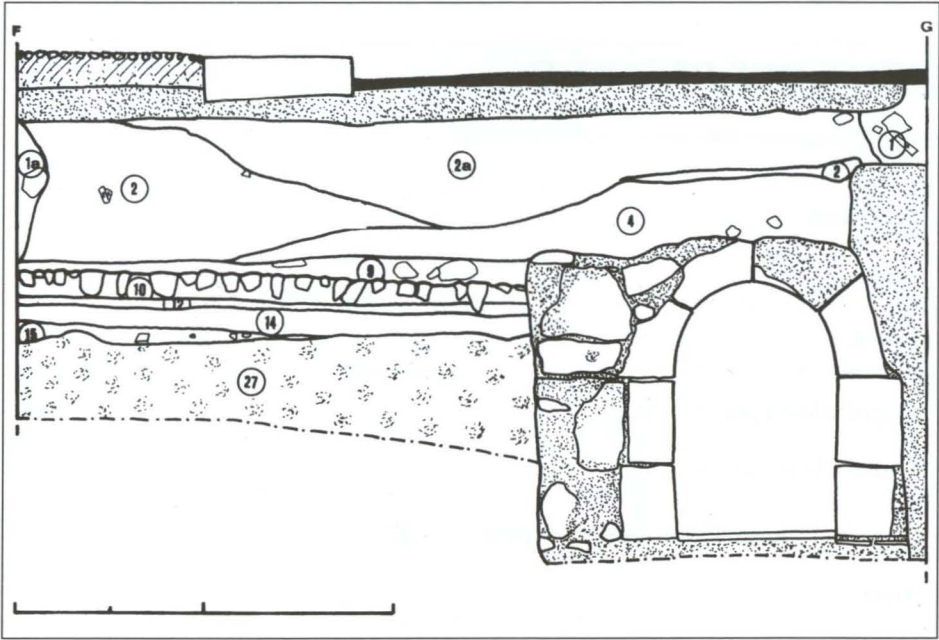


Fig. 6. Perfil do corte Oeste (F - G)

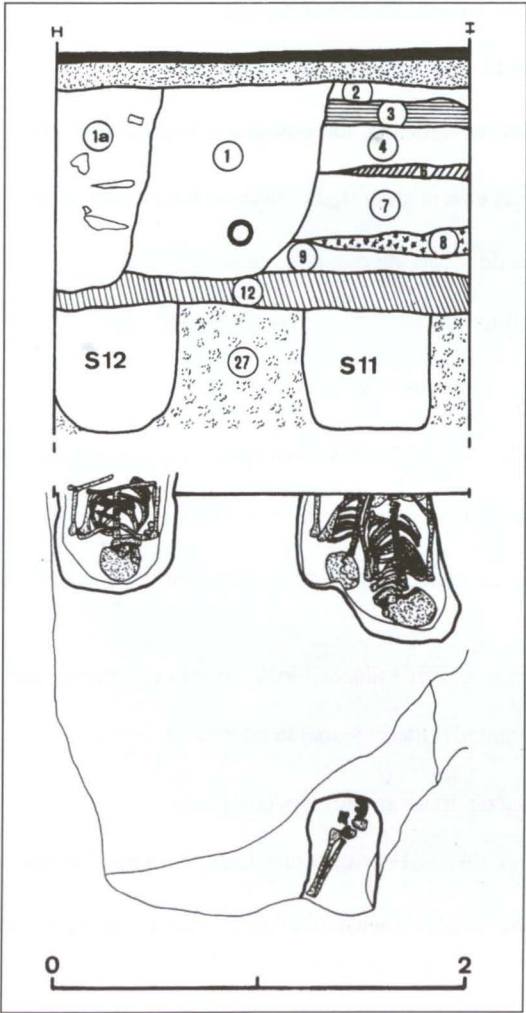


Fig. 7. Planta e perfil do corte Este (H - I). Sepulturas 10 a 12

LEGENDAS DOS DESENHOS



Alcatrão.



Argamassa.



Cano.



Lancil.



Empedrado do passeio actual.



Esgoto pós-pombalino.



Empedrado do pavimento pré-pombalino.



Areia.

- 1** - Camadas 1 e 1ª. Camadas heterogéneas, de violações provocadas por valas para implantação das tubagens.
- 2** - Camada 2. Terra cinzenta, medianamente compacta.
- 2a** - Camada 2a. Terra cinzenta, muito solta, com areão.
- 3** - Camada 3. Terra cinzento-esverdeada, um pouco argilosa e compacta.
- 4** - Camada 4. Areias, pedras e terra amarelada, muito solta e heterogénea.
- 5** - Camada 5. Camada fina de areão, medianamente solta.
- 6** - Camada 6. Terra cinzenta, muito escura e compacta.
- 8** - Camada 8. Camada de argamassas amareladas, solta.
- 9** - Camada 9. Terra amarelada, com argamassas desagregadas e pequenas pedras.
- 9a** - Camada 9a. Terra cinzenta, com pedras, muito compacta.
- 10** - Camada 10. Terra escura, compacta, base do assentamento das pedras da calçada pré-pombalina.
- 12** - Camada 12. Terra cinzento-esverdeada, argilosa e muito compacta, com pedras e conchas.
- 13** - Camada 13. Terra acastanhada, medianamente compacta.
- 14** - Camada 14. Camada fina de areão amarelado, compacto.
- 15** - Camada 15. Camada fina, de areolas cinzentas claras, com minúsculos calhaus rolados.
- 27** - Camada 27. Areolas esverdeadas e acastanhadas. Estrato de implantação das sepulturas.

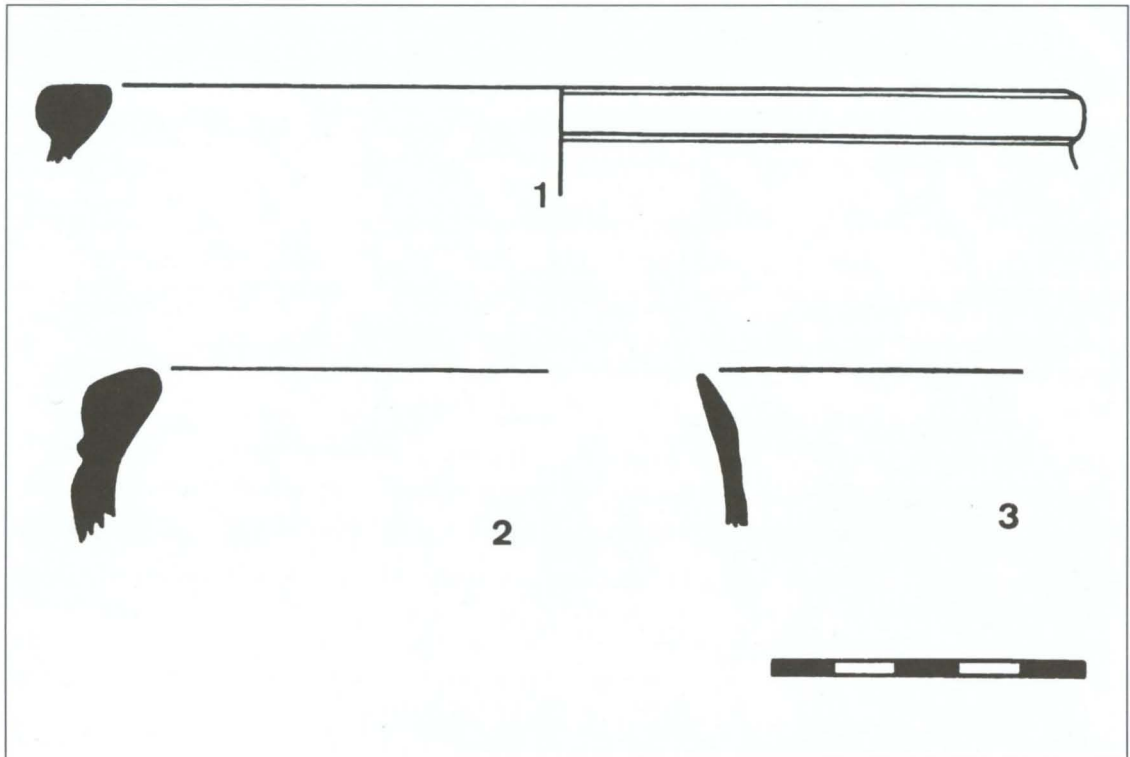


Fig. 8. Materiais provenientes da intervenção

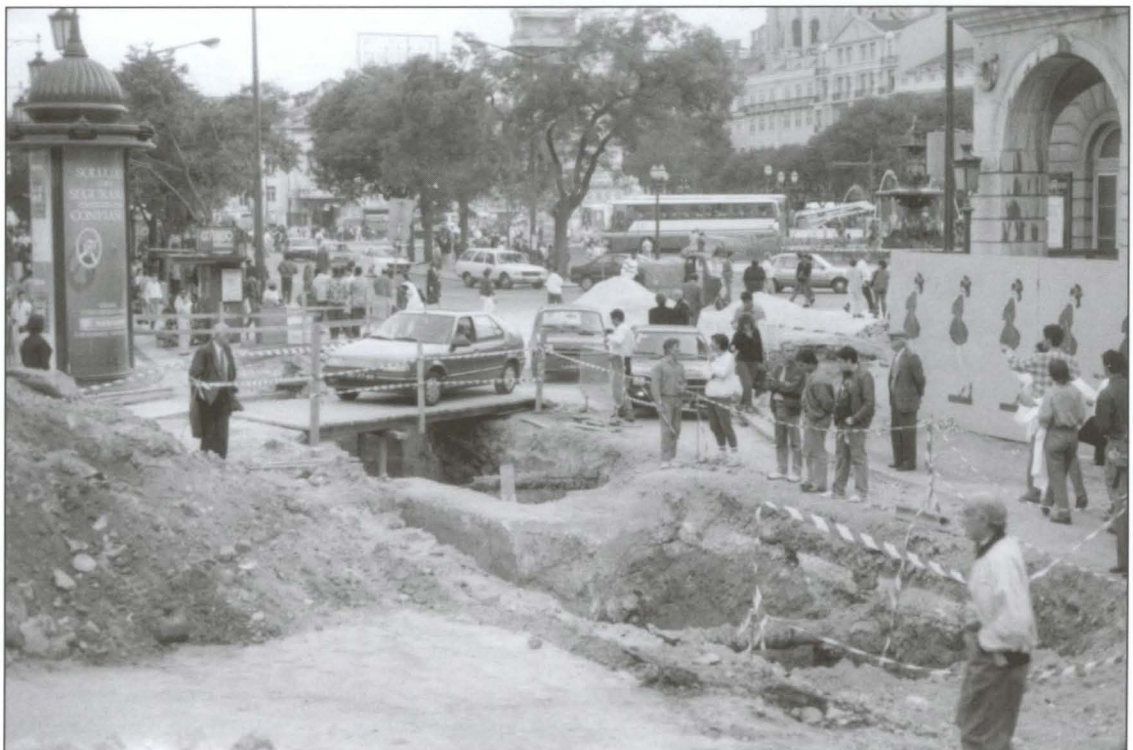


Fig. 9. Vista geral da intervenção, tirada de Nordeste



Fig. 10. Vista de Oeste das sepulturas 1 (a Norte) e 2 a 4 (a Este)



Fig. 11. Sepultura 1 e corte estratigráfico Norte, vistos de Sul



Fig. 12. Vista de Oeste das sepulturas 2 a 6
A um nível superior às sepulturas é visível o empedrado do pavimento pré-pombalino



Fig. 13. Vista de Oeste da sepultura 4



Fig. 14. Vista superior, tirada de Este, da sepultura 6



Fig. 15. Vista de Oeste das sepulturas 10 a 12



Fig. 16. Sepulturas 11 e 12 vistas de Este



Fig. 17. Vista de Este do cano de esgoto

Alguns aspectos da presença negra em Lisboa no século XIX

MARIA CRISTINA NETO

Este trabalho baseia-se na leitura das notícias do *Jornal do Comércio* ao longo do século XIX, desde o seu primeiro número datado de 17 de Outubro de 1853, uma 2.^a Feira.

Infelizmente, o mau estado parcial em que está, na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde o consultámos, não nos permite a sua leitura integral, nomeadamente os anos de 1890 e 1891, e os segundos semestres de 1893, 1895 e 1899.

Excluem-se desta análise as estatísticas da mortalidade dos Cemitérios Ocidental e Oriental de Lisboa, os movimentos marítimos e o problema da escravatura nos territórios ultramarinos.

Incluem-se, contudo, algumas muito pouco frequentes notícias fora de Lisboa, pela sua importância.

Por terem sido já objecto de estudo particular, subtraíram-se as notícias referentes a Paulino José da Conceição, em vias de publicação.

Assim, seguem-se os temas das notícias e os anos em que se detectaram.

Em anexo e a título de exemplo, publicam-se, parcialmente uma (pela sua extensão), e nove na íntegra, a meu ver, das mais significativas, por impossibilidade total de, a todas, dar à estampa.

Escravo pardo burlado – 1855

Fuga de escravo brasileiro – 1855 (2 notícias)

Apoio português ao escravo fugido – 1855

Procissão do Corpo de Deus – 1855, 1857, 1858

Corrida de touros com “audaciosos pretos índios” – 1855

Festas e bailes dos negros – 1855, 1857(2 notícias), 1859

Eremita – 1856

Batismo de negros – 1856, 1857 (2 notícias), 1875 (2 notícias)

Visita a Lisboa de um negro do Norte do País – 1856

Tentativa de suicídio – 1856, 1863

Embriaguês – 1856, 1861(4 notícias), 1862, 1864

Associação promotora da civilização da África (Baptismos em Lisboa) – 1857

Suicídio por causa de uma carioca – 1858

Crise no Império do Congo – 1859

Tentativa de assassínio – 1859

Prisão de um curandeiro – 1860 (2 notícias)

Feito heróico – 1860

Roubo a negra pelo companheiro com esconjuro – 1860

Preto milagreiro preso por bruxaria – 1861

Escravo em Cabo Verde condenado por ofensas corporais – 1862

Falecimento de uma das Rainhas – 1862

Suicídio – 1862, 1864

Moleque perdido – 1864

Atropelamento de um menor exposto da Santa Casa – 1865

Infanticídio? – 1865

Cantora D. Maria Martinez Ponce de Leon – 1866 (3 notícias), 1867 (3 notícias)

Aula nocturna para negros – 1867

Agressão à bofetada – 1869

Tentativa de roubo a um negro – 1870

Desacato – 1871

Partida para África do Barão de Cabinda, Manuel José Puna – 1871

Quarenta negros do Brasil em trânsito para Angola – 1873

Prostituta – 1875

Pretinhos de S. Jorge – 1879

Pretos do Bié – 1879

Gonçalves Crespo – 1878, 1883

Nascimento e falecimento do filho de Maria Amália Vaz de Carvalho, viúva de Gonçalves Crespo – 1883

Negros trazidos no transporte Índia – 1884

Cozinheiro que enlouqueceu no brigue “Decidido” – 1886

Negros do Daomé oferecidos a D. Luís I – 1888 (2 notícias)

Em conclusão, e após exame de todo este manancial, poderei considerar:

- existência de negros ou mestiços em todos os estratos sociais
- o indiscutível apoio a todas as actividades anti-esclavagistas
- a influência normal dos negros na vida de Lisboa
- a sua presença na Igreja e nas corridas de touros
- as crises socio-políticas no chamado Reino do Congo nesta cidade
- uma evidente presença de problemas sociais e amorosos
- fraca evidência de crimes graves, nomeadamente de sangue ou roubo, quase sempre motivados por questões afectivas
- maior importância dos casos de embriaguês, desacatos, suicídios, agressões e prostituição, a título de exemplo
- reconhecimento dos feitos heróicos, militares e literários, que constitui, no geral, aliás, uma evidência forte da sua integração na sociedade de oitocentos.

Consideramos, contudo, que, com base nestes documentos e nos dados dos Arquivos dos Cemitérios do Alto de S. João e dos Prazeres, podemos dizer que os negros, em Lisboa, eram uma população com fraquíssima taxa de criminalidade, como já, em trabalho anterior, referi.

BIBLIOGRAFIA

- LOPES, Luís e NETO, Maria Cristina, «Algumas considerações sobre meretrizes e coristas inumadas em Lisboa no Século XIX». *Garcia de Orta*, Série de Antropobiologia, Volume 5, N.º 1 e 2, Lisboa, 1987.
- NETO, Maria Cristina, «Os Negros em Lisboa no Século XIX. Tentativa de caracterização histórico-biológica», *Garcia de Orta*, Série de Antropobiologia, Volume 7, N.º 1 e 2, Lisboa, 1994.
- NETO, Maria Cristina, «Os Negros inumados no Cemitério dos Prazeres no Século XIX», *Studia*, Lisboa.
- NETO, Maria Cristina, Maria Cristina, «Algumas achegas para o estudo de Paulino José da Conceição (1798?-1869)», *Actas do Colóquio Internacional “Escravidão e Liberdade na Península Ibérica do Século XV ao XIX”*.
- NETO, Maria Cristina, Maria Cristina, «Algumas notas avulsas sobre os Negros em Lisboa nos finais do Século XIX até cerca de meados do Século XX», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa.
- NETO, Maria Cristina, Maria Cristina, «Escravos, Forros e Negros no Século XIX através do “Livro da Irmandade dos Homens Pretos” das Mercês», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa.
- NETO, Maria Cristina, Maria Cristina, «Negros e Ultramarinos nos Livros dos Paroquianos da Freguesia de Santa Justa e Rufina de Lisboa (1851-1853)», *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, Lisboa.

Anexos

Esperteza d'um taberneiro

O *Correio Mercantil* conta o seguinte facto:= Um pardo, escravo do conselheiro Castilho, comprou um vigésimo de um bilhete da ultima loteria, e não sabendo ler, recorreu a um taberneiro seu conhecido, para examinar se o bilhete tinha sido premiado. O honesto vendilhão declarou-lhe promptamente que estava branco; mas como visse que o escravo se retirava levando o bilhete, teve a extravagante idéa de pedir uma parte no bilhete. O escravo franziu o sobr'olho, admirado daquelle desinteresse. O taberneiro mudou de plano, e perguntou quanto lhe dava o escravo se o bilhete tivesse a sorte grande. Cincoenta mil réis, respondeu o pardo. Dê cá o bilhete, disse o taberneiro; e logo depois de o examinar de novo, o entregou, tendo-lhe primeiramente escripto nas costas.

Quando o pardo se apresentou para receber o premio, este lhe foi negado, a pretexto de que pertencia ao taberneiro, cujo nome estava escripto nas costas. O escravo, conhecendo o logro de que era victima, dirigiu-se a seu senhor, e contou-lhe o acontecido.

Felizmente, a instancias do sr. Castilho, as autoridades fizeram entregar o premio ao verdadeiro dono.

O jornal *recommenda a tocanda desse honrado taberneiro*.

Jornal do Commercio, N.º 401, 22 de Fevereiro de 1855.

Praça do Campo de Sant'Anna

Domingo 1 de Julho. – Em beneficio da real Casa-pia de Lisboa. O qual sua magestade el-rei regente se digna honrar com a sua augusta presença.

Haverá uma magnifica, e interessante e variadissima corrida de optimos 15 touros, dos mais apurados e escolhidos, que possui o abastado, e curioso lavrador o illm.º sr. João de Sousa Falcão, e por este affiançado, debaixo da sua palavra de honra, que nenhum foi corrido nem picado. Cavalleiro, Diogo Henriques Bittencourt. Os melhores capinhas portuguezes, que hoje temos, incluindo o jovem capinha Sancho; escolhidos homens de forcado, e os mais audaciosos pretos indios, são os encarregados do desempenho do divertimento desta tarde, os quaes promettem esmerar se nos seus variados trabalhos, visto o meritorio fim a que o producto desta corrida é destinado.

Duas bandas de musica regimentaes, concedidas generosa e gratuitamente para tocarem neste espectáculo, bem como a dos alunmos da mesma real casa-pia na maior parte cegos, contribuirão para dar ao mesmo o mais recreativo esplendor.

Para tornar mais variado o divertimento, e para satisfazer o desejo de muitos amadores, será o mesmo dividido em duas partes, como explicitamente se annunciará nos programmas e cartazes.

A administração do mencionado estabelecimento não duvida que os habitantes da capital concorrerão gostosos ao indicado espectáculo, attendendo a piedosa applicação do producto do beneficio.

Por justos motivos não se annuncia a hora do começo do espectáculo, que não será comtudo antes das 5 horas.

Jornal do Commercio, N.º 513, 27 de Junho de 1855.

Baile de carapinha

É sabido que por este tempo do Natal, os pretos costumam dar suas «soirées» dançantes, em honra do seu augusto ascendente, o regio pae Melchior, um dos tres magos que embaçaram Herodes, e foram adorar o menino Deus.

No Domingo deram os srs. pretos o seu primeiro baile, a que assistiram as dignidades do imperio mandinga, e as princezas viuvias do Congo, Ambaca, e Cantumbella, a condessa do Bihé, a baronesa de Golungo, e demais fidalguia preta, que ainda assim lhe correrá nas veias sangue mais honrado, que muito do azul que gira nas de tantos titulares feitos á pressa, que por cá temos. Vamos a diante.

O baile, que foi dado na bem conhecida casa de Buenos Ayres, e ia correndo optimamente, tendo havido cea volante de pão com queijo, e alguns calices de marufo, faltando apenas gelados e «carapinhada» para evitar allusões pessoaes, e por aquella regra do direito dos rifões, de que em casa de ladrão não se falla em corda.

Estavam as cousas neste pé, tendo-se dançado já a quinta contradança, e não sabemos quantas polkas, vae se não quando, entra o sr. José Rodrigues de Faria, que deve ser algum fadista da gemma, e começa a fazer troça, e a implicar com todos, pretos, brancos e pardos, de sorte que foi necessario que a municipal o admoestasse, o pozesse

fóra da «sala» e o teimoso, já na rua, espancando duas mulheres de cor (nunca desmaiam)! que iam para casa, de sorte que foi mister prendel-o.

E' indecente que se vá perturbar o divertimento de uma pobre gente digna de benevolencia; e merece severa punição quem for insultar á sua propria casa, pessoas que recebem a todos os visitantes curiosos de bom grado.

Jornal do Commercio, N.º 681, 19 de Dezembro de 1855.

Chamamos a atenção para o facto do rei negro ser Baltasar e não Melchior.

Uma eremita

Contaram nos que n'uma gruta das faldas da serra de Monsanto vive uma preta, fugida ás tentações do mundo. Esta eremita, segundo nos dizem, conta vinte e oito annos, e em rasão de preta, pode considerar-se das mais bellas.

Parece que tendo sido abandonada por um narciso de côr fusca, que lhe captivára o coração e com quem vivêra durante certo tempo em boa amisade, se resolvera a fugir do mundo, indo viver longe dos homens.

Escolheu a serra de Monsanto, por não poder transportar-se para mais longe, e por um resto de affeição aos sítios onde sempre vivêra.

A anachoreta provê a sua subsistencia com o seu proprio trabalho, faz meia, fia e cose, e vende os productos da sua industria nos bairros de Belem e d'Alcantara, onde tem freguezes certos.

Chama-se Maria Bernarda, é natural da Costa d'Africa, e filha de um desalmado sova do imperio do Congo, que a vendeu a um d'esses negociantes de carne humana, mais criminosos dignos de forca, e por elle foi levada para o Brasil; contava então quinze annos de idade. Ahi teve a fortuna de encontrar um senhor humano e charidoso que a tratou com disvello: vindo para Lisboa o seu senhor trouxe-a comsigo; aqui apaixonou-se por um pretinho mui janota, fugiu com elle de casa do seu antigo senhor; abandonada como já dissemos, resolveo-se a ir viver nas brenhas.

Na sua gruta ha apenas uma pouca de palha, que lhe serve de cama, nada mais lá tem; isto diz ella, pois que ainda ninguem viu, nem sabe onde fica essa gruta, porque ela não o declarou, e affiança que nunca a descobrirá, dizendo, que essa era a unica garantia da sua solidão.

A preta, descendente de raça illustre entre a gente dos desertos d'Africa, acostumada na sua infancia a uma vida independente e agreste, sentiu renascerem-lhe os antigos habitos e agora votou-se á solidão, querendo assim apagar as memorias de um amor traido.

N'esta sua Thebaida, a preta vive feliz e contente, e protesta que findará seus dias na gruta que escolheu para sua habitação.

Quem nos contou o que acabamos de referir, conversou com a propria preta, e foi della que ouviu a sua historia.

Jornal do Commercio, N.º 723, 10 de Fevereiro de 1856.

Naufragio

Segundo dizem os jornaes de Ponta Delgada, recebidos hoje, naufragou na costa da ilha de S. Miguel no dia 21 do mez passado, o patacho nacional *Liberdade*.

.....

Um preto, ainda rapaz, nome António José Mauricio que hoje chegou no *Açoriano* fez prodigios de valor para salvar os naufragos. O valente preto, servindo-se de um cabo de vae-vem, indo e vindo por elle, salvou sette pessoas. Entre ellas conta-se uma creancinha que dois dias antes havia nascido a bordo do patacho, e que o corajoso preto trouxe para terra envolta em um lenço, e agarrada nos dentes!

.....

Para premiar a coragem do valente preto que tantas victimas arrancou á morte, reuniram-se alguns individuos de Ponta Delgada, e abriram uma subscrição, cujo producto dividiram por elle e outros naufragos mais necessitados.

.....

Jornal do Commercio, N.º 2 007, 6 de Junho de 1860.

Aula de Pretos

Segundo nos informaram, varios cavalheiros bem conhecidos tratam de promover uma subscrição entre si, para protegerem a gente de côr preta, e, especialmente, abrir uma aula nocturna para essa pobre gente obter a instrução que lhe é necessária.

Jornal do Commercio, N.º 4 016, 13 de Março de 1867.

Pretaria

No sábadò à tarde desembarcaram cerca de 40 individuos de cor preta, de ambos os sexos, pequenos e adultos, que haviam terminado a quarentena; como não tivessem pessoa alguma n'esta cidade que os guiassem, estabeleceram arraial com as suas modicas bagagens na rua, mas, aparecendo ali um individuo, condeou-se da sua situação e lhes deu um grande armazém na calçada do Marquez de Abrantes para se recolheram.

Estes viajantes vieram do Brasil e tencionam seguir para Luanda.

O ajuntamento à porta do armazem tem sido tamanho que é necessário permanecer ali uma sentinela da municipal.

Se a rainha D.Jacinta tomasse o seu lugar, não andariam os seus vassallos errantes por essas ruas em busca de abrigo.

Jornal do Commercio, N.º 5 986, 14 de Outubro de 1873.

Pretos do Bié

Hoje de tarde um dos pretos da expedição africana andou pelo Aterro bastante desordenado; agrediu a preta sua companheira, discutiu calorosamente com todos que se acercavam d'ele e com um soldado da guarda municipal, que de balde procurava socegar-o.

Quando o perdemos de vista, era acompanhado por bastante gente, e o soldado já o tinha abandonado.

Polícia civil não vimos nenhum.

Jornal do Commercio, N.º 7 682, 24 de Junho de 1879.

Os pretos do Dahomey

Os pretos que o rei do Daomé ofertou a el-rei fizeram tal choradeira quando foram despedidos do serviço da casa real que a administração resolveu distribui-los pelas quintas da casa. Os almoxarifes é que têm posto alguma duvida pela diminuta quantia que para alimento lhes é ministrada.

Jornal do Commercio, N.º 10 403, 7 de Agosto de 1888.

Os pretos do Daomé

Como dissemos no nosso número de hoje, os pretos com que o rei do Daomé presenteou S.M. o sr. D. Luís I, não chegaram a sair do serviço da casa real. Dois estão já na quinta do Alfeite e um na real ucharia. Os demais serão também distribuídos pelos diversos almoxarifados.

Jornal do Commercio, N.º 10 404, 8 de Agosto de 1888.

Vitry Júnior, um dentista mencionado por Eça de Queiroz

C. OLIVEIRA-ANÃO

Eça de Queiroz gostava de Lisboa. Gostava como se deve gostar, conhecendo as qualidades e os defeitos. Gostava da cidade e dos seus habitantes, mais daquela do que destes.

Luis de Oliveira Guimarães, no seu livro *Lisboa e Eça de Queiroz*¹, diz-nos: «Com fundamentadas razões se afirma que, fossem Lisboa e seus habitantes subvertidos por um cataclismo e fácil se tornaria reconstituir, através dos livros de Eça, toda a vida da cidade durante o tempo em que ele foi o mais encantador e, porventura o mais exacto, dos seus cronistas».

Esta é talvez uma opinião apaixonada, mas a obra de Eça de Queiroz justifica-a. Ainda reconhecemos muitos dos locais de Lisboa da segunda metade do século XIX, a Lisboa queiroziana, com pequenas ou grandes transformações próprias da sua evolução.

Quanto aos habitantes, se a ficção provinha igualmente de uma observação rigorosa dos seus contemporâneos quanto ao seu aspecto e comportamento, transformados nas inúmeras personagens da sua obra, poderei retirar um exemplo em que é citada uma figura destacada profissionalmente e existente na época. Como julgo que será menos conhecido do leitor contemporâneo, apresento alguns dados biográficos, quase todos colhidos na imprensa da época.

No que se refere à actualmente designada Medicina-Dentária há um exemplo.

No livro *O Primo Bazílio* é mencionado o nome e a localização do consultório de um dos mais célebres dentistas que exerceu em Lisboa, no século XIX. Trata-se do francês Vitry Junior.

O Primo Bazílio é editado no Porto e Braga pelos Chardon e impresso no Porto. A primeira edição aparece em Fevereiro de 1878 e esgota-se rapidamente. Uma segunda edição sai no mesmo ano. Eça de Queiroz tinha ao tempo da publicação 32 anos e encontrava-se em Newcastle para onde foi nomeado cônsul.

1878 em Portugal. O censo da população portuguesa era de 4 160 315 habitantes. Reinava D. Luis I. Começam as primeiras experiências de iluminação eléctrica em Lisboa (foram inaugurados os primeiros seis candeeiros eléctricos no Chiado). Publica-se no Porto, de 1878 a 1892, a revista *O Positivismo*, dirigida por Teófilo Braga e Júlio de Matos. No ano anterior conclui-se a construção da ponte D. Maria e o caminho-de-ferro chega ao Porto.

Na História da Medicina:

– Publica-se em Paris o livro de Marey *O Método Gráfico*, obra em que se destacam as possibilidades que se podem retirar registos gráficos nos estudos fisiológicos.

– Pasteur faz as suas primeiras observações sobre os estafilococos. Com colaboradores, comunica à Academia de Medicina de Paris “A Teoria dos Germes e suas Aplicações à Medicina e à Cirúrgia”.

Relembremos *O Primo Bazílio*. Luiza, burguesinha lisboeta, está casada com um engenheiro. Este ausenta-se para o Montijo em serviço profissional e Luísa recebe a visita de um primo com quem convivera em criança, o primo Bazílio que emigrara para o Brasil onde tinha os seus negócios. De passagem por Lisboa, sente curiosidade em visitar a familiar. Apercebendo-se da circunstância do afastamento temporário do marido, começa a visitá-la com frequência, iniciando-se uma relação adulterina, primeiro na própria casa de Luiza e depois num quarto para os lados de Arroios, eufemisticamente denominado de Paraíso. Numa manhã em que Luiza se dirige para este local, encontra um dos amigos que frequentava a sua casa, o Conselheiro Acácio, que a acompanha muito inoportunamente.

Luiza tenta despedir-se, tenta poder seguir só, usa vários subterfúgios, vai à Igreja do Loreto, mas o Conselheiro Acácio espera-a delicadamente à saída e seguem para o Rossio.

Mas demos a palavra a Eça de Queiroz²:

«Foram ao comprido do Rossio, até ao fim. Voltaram, atravessaram-no em diagonal. E pelo lado do Arco do Bandeira, aproximaram-se para a Rua do Ouro. Luiza olhava em redor, aflita, procurava uma ideia, uma ocasião, um acontecimento – e o Conselheiro, grave a seu lado, dissertava. A vista do Teatro de D. Maria levava-o para as questões da arte dramática: tinha achado que a peça do Ernestinho era talvez demasiado forte. De resto só gostava de comédias. Não que se não entusiasmasse com as belezas de um “Frei Luis de Sousa”, mas a sua saúde não lhe permitia as agitações fortes. Assim por exemplo...

Mas Luiza tivera uma ideia, e imediatamente:

– Ah! esquecia-me! Tenho de ir ao Vitry. Vou fazer chumbar um dente.

O Conselheiro, interrompido, fitou-a. E Luiza, estendendo-lhe a mão, com voz rápida:

– Adeus, apareça, hem? – E precipitou-se para o portal do Vitry.

Subiu até ao primeiro andar, correndo, com os vestidos apanhados: parou arquejando, esperou: desceu devagar, espreitou à porta... A figura do Conselheiro afastava-se direita, digna, para os lados das secretarias. Chamou um trem.

– A quanto puder! – exclamou».

Numa gravura que acompanhava um anúncio de Vitry Junior publicado em *A Revolução de Setembro*, de 15 de Setembro de 1851³ (Fig. 1) vê-se a fachada do prédio-virada para o Rossio para onde Luiza subiu, e o seu aspecto na actualidade (Fig. 2).

Entrando no 1.º andar do prédio (actualmente um escritório comercial) olhámos para o Rossio por uma das janelas (Fig.3), o que poderia ser o gabinete dentário ou a sala de espera dos pacientes. Na época da descrição de Eça de Queiroz só existia na praça o “novo” monumento a D. Pedro IV, inaugurado em 1870 (Fig. 4). Os lagos só foram inaugurados em 1889.



Fig. 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4

Breve cronologia de Vitry Junior

- 1835 – Chegada a Portugal – considerando-se acreditado nas principais capitais da Europa e anunciando dentes incorruptíveis terro-minerais.
- 1837 – Chegada do pai.
- 1838 – Instala-se no Rossio.
- 1842 – Separação do pai e do filho.
- 1847 – Anúncio sobre a Anestesia⁴.
- 1849 – Falecimento do pai.
- 1884 – Morte voluntária.

Silva Carvalho⁵ indica-nos as publicações de Vitry Junior⁶. São títulos de verdadeira cultura profissional de quem conhece os problemas e que tem a intenção de divulgar os cuidados que os seus concidadãos deviam ter para uma melhor saúde dentária, tão carenciada na sua época. O número de publicações de 1840 a 1863 é notável, constituindo uma contribuição social, que ainda nos dias de hoje é excepção.

O seu suicídio e o seu testamento aparecem noticiados no *Diário de Notícias* de 1 de Junho de 1884⁷.

A referência à cidade de Orleans no seu testamento significará que nasceu nesta cidade? Terá descendência em Portugal? Em França? Que aconteceu ao seu espólio profissional? Perguntas em que pelo menos os que se interessam particularmente pela História da Medicina-Dentária e pelos seus elementos mais representativos, poderão tentar responder.

NOTAS

¹ Luis de Oliveira Guimarães, *Lisboa e Eça de Queiroz*, Lisboa, Portugália Editora, s/d, p. 33.

² Eça de Queiroz, *O Primo Bazílio*, Lisboa, Livros do Brasil, s/d, p. 289.

³ A gravura é acompanhada pelos seguintes versos:

Promeneurs élégants qui flanez sur la place,
Vous voyez la maison que d'ici vous fait face,
Ces deux noirs écrivains chargés de lettres d'or,
Où se lit de si loin: DE VITRY JUNIOR;
C'est là, quand la douleur nuit et jour vous obsède,
Que vous pourrez trouver un prompt et sûr remède
Lorqu' aux soins d'un dentiste il faudra recourir.
C'est là, bien mieux qu'ailleurs, on pourra vous guérir;
Là sont mis en usage, avec zèle et prudence,
Les procédés nouveaux qu'indique la science;
C'est là pour réparer les injures du temps,
Pour rendre à la beauté ses plus beaux ornements
Que l'art, multipliant à son gré ses prodiges,
Rappelle la jeunesse, et ses rians prestiges.

⁴ A descoberta da eliminação da dor durante um acto cirúrgico através da inalação de determinadas substâncias está muito ligada a dois dentistas americanos. Primeiro, Horace Wells que em 11 de Dezembro de 1844 pediu a um colega que lhe extraísse um dente após inalar protóxido de azoto (gás hilariante). O segundo, William Morton em 16 de Outubro de 1846 administrou éter a um paciente operado pelo cirurgião americano Collins Warren, no hospital de Massachusetts, realizando-se assim a primeira grande intervenção cirúrgica sem dor. Seguiram-se outros ainda em Dezembro em Londres e em 1847 na França e na Alemanha. Em Portugal, também em 1847, o Prof. Dr. Luis Pereira da Fonseca da Escola Médico-Cirúrgica do Porto empregou pela primeira vez o éter em anestesia cirúrgica e em Lisboa o Dr. Bernardino António Gomes (filho) utilizou o clorofórmio, divulgado na Escócia por Dr. Simpson, médico ginecologista.

Estas breves notas sobre a História da Anestesia permitem-nos dar relevo ao anúncio de Vitry Junior, publicado no *Diário do Governo* em 5 de Março de 1847.

⁵ NOVAS DESCOBERTAS

De Vitry Junior, cirurgião-dentista pela faculdade de Paris, desejando estar sempre ao nível das descobertas as mais modernas na sua arte, annuncia que tem applicado com vantagem a inalação do vapor de ether sulphurico, como meio de prevenir as dores nas operações dentarias: tem feito grandes aperfeiçoamentos nos dentes artificiaes, e chumba os corruptos. – Rua do Ouro nº 148. esquina do Rocío.

⁶ Augusto da Silva Carvalho (1861-1957), médico que dedicou especial atenção à História da Medicina e que entre as suas pesquisas se encontra o mais importante estudo sobre a “História da Estomatologia – Dentes, dentistas e odontólogos” publicado nos primeiros números da Revista Portuguesa de estomatologia: Nº 1 – Julho de 1934; nº 2 – Dezembro de 1934; nº 3 – Março de 1935; nº 4 – abril de 1935; nº 5 – Janeiro de 1936; nº 6 – Junho de 1936 e nº 12 de ?. A imensa recolha de notícias sobre a

História da Estomatologia em Portugal tornam esta obra indispensável para quem se dedique ao seu estudo e na qual me baseei para o estudo da biografia de Vitry Junior.

Publicações de Vitry Junior, citadas por Silva Carvalho

- *Observações claramente explicadas e desenvolvidas acerca do tratamento dos Dentes e methodo de os conservar em estado de perfeição, ou remediar as affecções que soffrem*, 8.º em 1843 e o *Manual do Cirurgião dentista ao alcance de todas as classes da sociedade*, 1840, 4.º de 84 págs. Com figuras.
- *Observações sobre os dentes*. 1840.
- *Manual do Cirurgião dentista ao alcance de todas as classes da sociedade*. 1843. Apresentou este livro à Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa*.
- *Memória dedicada às pessoas que desejão e aprecião uns lindos dentes*. 1845*.
- *Propagação da medicina dental, instruções a quem deseja evitar operações dolorosas, conselhos às pessoas que tiverem a desgraça de perder os dentes*. 1847*.
- *Tratado das moléstias da boca dedicado a sua majestade El-Rei D. Fernando*. 1849.
- *Anuário familiar para o ano de 1852*. 1851.
- Folhinha contendo em verso *Hygiene de la bouche*. 1854.
- *Manual ou Vadé-Mecum de hygiene dental*. 1853.
- *Anuário de Odontechnia*. 1853.
- *Anuário para 1853 acerca da conservação dos dentes, seu tratamento e aparelhos de nova invenção, com dentes artificiais, etc.* 1863*.

* Existentes na B.N.L.

Não mencionado por Silva de Carvalho

- *Anuário familiar, para o ano de 1851*, seguido de vários artigos sobre a Odontotecnica.

7 Morte Voluntária

«O antigo cirurgião-dentista mr. Adolphe Dumarelle de Vitry, que tinha o consultório na Rua do Ouro, 292, 1º andar pos hontem termo à existência.

Hontem de manhã, a sua governanta, a srª. Margarida de Jesus, estranhando que a hora já adiantada mr. Dr. Vitry não tivesse ainda saído dos seus aposentos, foi procural-o. Não o encontrando, porém, no seu quarto de dormir, julgou que elle estivesse n'um gabinete contiguo e quis ali ir, mas viu que a porta d'esse gabinete se achava fechada por dentro.

Bateu, chamou, e como lhe não respondessem, participou o facto à policia, que compareceu, com o respectivo consul, juis ordinario do julgado e o seu escrivão, procedendo-se ao immediato arrombamento da porta.

Deparou-se então com o corpo inanimado do infeliz.

Mr. Dr. Vitry recolhera-se na noite antecedente ao seu quarto, levando para ali tambem uma escada de tesoura com que se serviu para preparar um laço de corda n'uma prateleira alta, e ali, só, vencido pela atros allucinação do seu espirito, acabou a sua existencia.

Parece que já de ha certo tempo elle mostrava sensivel alteração nas faculdades intellectuaes.

Foi-lhe encontrado num cofre, onde guardara 9.780\$740 réis em dinheiro, 6 titulos da divida hespanhola e uma porção de joias, os quaes, fechados e lacrados, foram entregues ao consul.

Deixou testamento, em que lega a sua filha Julieta metade de todos os seus bens.

Nomeia seu testamenteiro o consul de França que estiver em Lisboa por occasião da sua morte, deixando-lhe por esse serviço doze mil francos.

Ao sr. Clement Silva, actual consul de França em Lisboa, vinte e quatro mil francos.

Á cidade de Orleans, para os pobres, vinte e quatro mil francos.

Igual quantia, e para o mesmo fim, à cidade de Lisboa.

Á srª. Margarida de Jesus, sua governanta, igual quantia.

Ao sr. Pedro Maria Rebello. Escrivão supplente de fazenda do bairro central, tres mil francos.

Ao sr. Manuel Bandeira, seu serviçal, dois mil francos.

E o remanescente para dividir por todos».

Esta notícia é complementada pela seguinte informação obtida pela Drª. Maria Cristina Neto, a quem apresento os meus agradecimentos:

Livro de Enterramento do Cemitério dos Prazeres (1884) Adolphe Dumarreille de Vitry.

Natural de França, casado, 78 anos, residente na Rua do Ouro – 292-1º, morre de asfixia por enforcamento às 2 horas da manhã do dia 31 de Maio e entra no Cemitério dos Prazeres às 10h da manhã do dia 1 de Junho. O documento é assinado pelo Regedor, e vai para o Jazigo 369. Pertencia à Freguesia da Conceição Nova. Era dentista cirurgião (sic).

A Lisboa que Camões amou

ARNALDO DE MARIZ ROZEIRA

Não admirará que, ao tratar de Lisboa, se fale de Luís de Camões, especialmente se o período considerado abranger o século XVI, e tendo particularmente em conta que o Poeta refere esta cidade de modo superiormente empenhado.

Convém, no entanto, esclarecer desde já que pretendemos não tocar em assuntos que possam prender-se com a determinação da naturalidade do Vate. À luz dos documentos disponíveis nem sequer *sabemos* se Camões nasceu¹, quanto mais aonde. E, se é pacífica a presunção do seu nascimento, por evidente, já se desencontram as opiniões sobre a respectiva localidade.

É natural, e a ninguém estranhará, que qualquer pessoa, amante da terra onde nasceu, valorize e publicite e defenda opiniões e argumentos que pareçam conducentes a considerar o Autor d'*Os Lusíadas* como seu conterrâneo, pois se trata de um dos espíritos mais brilhantes – por não se poder dizer *o mais brilhante!* – que a nossa Terra produziu. Mas é só isso: natural!

De qualquer modo é assunto de que não nos ocuparemos hoje.

Faz parte da nossa natureza que, ao referirmos, oralmente ou por escrito, pessoas, locais ou coisas, que de algum modo interfiram com o nosso mundo interior, deixemos entrever, mais ou menos claramente, as emoções que em nós despertam ou que lhes associamos. Isso é particularmente verdade para os textos espontâneos, pois nos textos meditados podemos sempre manobrar de acordo com objectivos determinados, que podem contrariar ou até anular essa transparência.

Contudo, num texto poético é de esperar que as emoções se não escondam nem disfarcem, sendo de considerar os casos em que se lhes dá ênfase, para garantir que não passem despercebidos.

Conforme é sabido, n'*Os Lusíadas*, de Luís de Camões, o Canto da nossa Pátria, verdadeira enciclopédia da ciência portuguesa da sua época² é a cidade de Lisboa assunto nobre³, quer por si, quer por ser a capital do Reino e poder, portanto, representá-lo por metonímia.

Por outro lado, nos textos de Camões, mesmo em prosa, a emoção é, como sabemos, assunto privilegiado.

Talvez valha, por isso, a pena examinar o vocabulário de que se serve o Poeta da Pátria Portuguesa para expressar, espontânea ou intencionalmente, as suas emoções ao tratar da cidade que é (ainda) a terceira capital de Portugal.

Lisboa aparece referida n'*Os Lusíadas* tanto directa (*Lisboa*⁴, *Ulisseia*⁵, *Ulisseu*⁶) como indirectamente (*Tágides*⁷, *Tejo*⁸, *Ulisses*⁹ e ainda *facundo*¹⁰ e *cidade*¹¹). Estas referências provam que Camões aceita, ao menos na ordem poética, o mito da fundação da cidade por Ulisses, o herói principal da *Ilíada* e da *Odisseia*, na sua viagem mitológica, longa e inverosímil, à procura de Ítaca, para enfim regressar ao lar, na busca de repouso merecido, guardando os seus gados, vindimando os seus vinhedos, promulgando leis prudentes para o bem estar e o progresso do seu povo.

*

Pelas referências directas entendemos que a Lisboa que Camões amou era, sem contestação, a mais bela e a melhor de todas as cidades¹² do Mundo; fundada por Ulisses¹³, designa-a, por isso, por cidade Ulisseia¹⁴ e ínclita Ulisseia¹⁵. Era uma cidade nobre¹⁶, forte¹⁷, ingente¹⁸, a quem o mar profundo obedecia¹⁹, mas que não pôde, contudo, resistir²⁰ à força portuguesa²¹ de D. Afonso Henriques²², que a conquistou²³, embora ajudado por estrangeiros²⁴ a pôr o cerco aos muros Ulisseus²⁵; porém, mesmo assim, resistiu ainda durante cinco meses²⁶, mas foi finalmente entrada e rendida²⁷. Era Lisboa o destino dos Descobridores, para onde do Oriente traziam alegres novas²⁸, e tornou-se em nova Roma²⁹, por capital de novo Império.

Ao declarar que Lisboa é, incontestadamente, a principal cidade do Mundo, Camões sintetiza todas as outras alusões que n' *Os Lusíadas* faz à capital portuguesa. Não é possível deixar de notar, ao menos neste passo, a ternura, o respeito e a veneração – quase adoração! – que mostra pela cidade e pelo que ela representa; e isto mesmo para aqueles que não tenham sabido detectar transpatência dos mesmos sentimentos, quer na declaração das suas nobreza e antiguidade, porque fundada por Ulisses, quer na afirmação do seu poder, por dominar sobre os mares, ainda que dominada pelo Rei de Portugal e pelo seu exército.

*

Nas referências indirectas à cidade de Lisboa contamos as Tágides³⁰, que são as Náiades³¹ do rio onde se revê Lisboa, a capital do Reino de Portugal e do respectivo Império, a quem Camões chama devotamente³² suas³³, pois nele tinham criado, declara, um novo engenho ardente³⁴, pelo que em verso fora por ele sempre alegremente celebrado o rio Tejo³⁵, e é às Tágides, as filhas do Tejo³⁶, que pede um som alto e sublimado³⁷, um estilo grandíloco e corrente³⁸, de modo que Febo Apolo³⁹ ordene que as suas águas não tenham razão para invejar⁴⁰ as da fonte Hipocrene⁴¹, que o Pégaso⁴² fizera brotar para as Musas, no monte Hélicon⁴³, e onde os poetas gregos iam «beber a inspiração». Naturalmente, as Tágides gentis⁴⁴ têm o propósito fundamental de inspirar louvores a todo o lusitano feito⁴⁵.

O Tejo está também necessariamente presente, como o rio que, de águas abundantes⁴⁶, manando das serras de *Conca*⁴⁷, corre ao mar⁴⁸; vem lá do reino de Toledo⁴⁹, que cerca em torno⁵⁰, a banhar Lisboa, onde é morada das Tágides, depois de regar outras terras portuguesas⁵¹. A sua água dá inspiração aos poetas que dela bebem, tal como acontecia na Grécia antiga com a água de Aganipe⁵², mas a linha do rio faz fronteira com o território da mourama⁵³. Juntamente com o Douro⁵⁴, com o ignoto Minho⁵⁵ ou ainda com a fresca Guadiana⁵⁶ personaliza o Reino de Portugal; juntamente com o Batro⁵⁷ ou com o Nilo⁵⁸ significa de lés-a-lés, de Ocidente a Oriente, por todo o Mundo.

As Ninfas do Tejo e as do Mondego⁵⁹ concorrem juntas para o apoio ao Poeta. Mas há mais águas que as do Douro e Tejo⁶⁰!

Pode o rio Tejo ser duvidoso⁶¹ e até amedrontado⁶², embora ameno⁶³, suave⁶⁴, claro⁶⁵ e deleitoso⁶⁶; é caro⁶⁷ e sereno⁶⁸, mas ledó⁶⁹; doce⁷⁰, por oposição ao salgado Neptuno⁷¹, e contudo longínquo⁷²; tem campos abundosos⁷³, cria valorosos senhores⁷⁴, é rico⁷⁵ e é cantado⁷⁶; rega a terra⁷⁷ e o campo⁷⁸; e tem filhas⁷⁹, que são as Tágides⁸⁰, ou Ninfas do Tejo⁸¹. O Tejo tem terra⁸², que é pisada; é ponto de partida de armadas⁸³, que vão pelo mar descoberto pelo Gama⁸⁴; e ao pátrio⁸⁵ Tejo se vem depois de próspera vitória⁸⁶. Representa, por metonímia, toda a sua bacia portuguesa⁸⁷, conquistada aos mouros⁸⁸, e do mesmo modo representa também Portugal, como quando, por exemplo, chora os temidos Almeidas, juntamente com Albuquerque terrível, Castro forte, e outros em quem poder não teve a morte⁸⁹.

E nem deixa Camões de nos fazer notar que a Ulisses⁹⁰ facundo⁹¹, construtor de um templo em honra de Minerva⁹², o fundador mítico da cidade de Lisboa⁹³, na Europa, apesar de ter sido o destruidor da insigne cidade de Tróia⁹⁴, lá na Ásia, não falece o dom da eloquência⁹⁵, que lhe permitiu argumentar e vencer, mesmo sem razão⁹⁶, tendo língua vã, fraudulenta⁹⁷.

Conclusão

É nosso entendimento que Camões amou Lisboa como sua pátria, sem ficar, contudo, claro se por se considerar lisboeta, se por se saber português. Mas qualquer destas razões seria válida só por si.

Não faltarão, todavia, opiniões diversas e bem fundamentadas.

Do que não podem restar dúvidas é de que o nosso Épico pretendeu proclamar a quem quer que viesse a ler – e ele sabia que haveria de ser lido! – mesmo em tempo hipotético para além da vida da Língua Portuguesa⁹⁸, se o houver, que a capital de Portugal era, naturalmente, a capital do Mundo, que Portugal dominaria em nome de Deus, pois o seu Rei⁹⁹, garante da antiga liberdade lusitana¹⁰⁰, destinado a dilatar a Fé¹⁰¹ e a submeter a Mourama¹⁰², tinha sido incumbido da milagrosa¹⁰³ missão, determinada pela divindade, de dominar o Mundo todo¹⁰⁴ para o governar em nome de Cristo¹⁰⁵.

E a Fortuna – ou o Fado – de Luís de Camões anda a fazê-lo peregrinar, cantando¹⁰⁶ o Tejo e os Lusitanos. O que se tem prolongado até aos nossos dias...¹⁰⁷

NOTAS

- ¹ Foi só no concílio de Trento (1545-63) que se determinou que em cada igreja houvesse livros para assentos de baptizados, casamentos e enterros. Contudo, da decisão à execução vai sempre algum tempo, dantes mais do que hoje.
- ² A. A. Mendes Corrêa, «Os Descobrimentos Portugueses e a Etnologia», in *Da Raça e do Espírito*, Porto, 1940, p. 256.
- ³ Cujas referências, directa e indirectas, se estendem por quarenta estâncias, 4% (3,6297) d*Os Lusíadas*.
- ⁴ III-57-a, 61-b, 88-f; VI-7-b; VIII-5-d, 18-d, 24-g; IX-16-f.
- ⁵ III-74-h; IV-84-a.
- ⁶ III-58-h.
- ⁷ I-4-a; V-100-d; v. tb. VII-78-c.
- ⁸ I-14-f, 25-d; III-2-c, 42-d, 55-h, 58-e, 60-f; IV-10-c, 23-d, 28-f, 84-d; V-3-c, 99-g; VI-54-c, 60-e; VII-30-f, 61-d, 70-c, 78-c, 79-b, 82-b; VIII-4-e; X-10-b, 37-b, 144-e.
- ⁹ II-45-a; V-86-d; VIII-5-a; X-24-d.
- ¹⁰ II-45-a (Ulisses); III-57-c (substantivado, por Ulisses); IV-14-g (D. Nuno Álvares Pereira); V-86-c (Ulisses); 90-a (Vasco da Gama); VIII-5-ab (Ulisses). 66,66% das ocorrências (4 em 6) referem Ulisses, logo Lisboa; D. Nuno Álvares Pereira e Vasco da Gama têm 16,66% cada um (1 em 6).
- ¹¹ III-59-c, 74-h. Este vocábulo ocorre ainda, com outras notações, em I-103-ch; II-7-g, 9-c, 10-e, 46-a, 52-d, 80-b; III-27-b, 61-a, 63-a, 64-af, 70-a, 80-cg, 86-c, 87-d, 92-f, 117-c, 137-e; IV-10-b, 88-a, 100-e; VI-8-g, 52-a; VII-5-b, 6-bd, 16-f, 22-e, 26-g, 28-e, 35-h, 42-b, 46-e, 50-h, 70-h; VIII-21-d, 37-h, 81-d; IX-1-a, 2-f, 9-d; X-11-e, 16-d, 34-g, 39-d, 65-a, 98-b, 100-h, 103-g, 106-g, 107-g, 109-a, 120-c, 121-e, 123-a.
- ¹² III-57-ab.
- ¹³ III-57-c; VIII-5-ad.
- ¹⁴ III-74-h.
- ¹⁵ IV-84-a.
- ¹⁶ III-57-a.
- ¹⁷ III-61-abc.
- ¹⁸ VIII-5-d.
- ¹⁹ III-57-e.
- ²⁰ III-61-c.
- ²¹ III-57-f.
- ²² III-88-ef; VIII-18-cd.
- ²³ III-88-f.
- ²⁴ III-57-gh; 58-abcdef; 88-g; VIII-18-abcd.
- ²⁵ III-58-h.
- ²⁶ III-59-abc.
- ²⁷ III-59-c.
- ²⁸ IX-16-ef.
- ²⁹ VI-7-b.
- ³⁰ Vocábulo criado por André de Resende; *apud* Emanuel Paulo Ramos, «*Os Lusíadas* de Luís de Camões», Porto Editora, Porto, p. 368; Manuel dos Santos Alves, «*Dicionário de Camões*», Universitária Editora, Lisboa, 1944, p. 190.
- ³¹ As Náiades são as Ninfas do elemento líquido; enquanto as Hamadriades, as Ninfas das florestas, personificam a vida misteriosa da árvore a que estão ligadas, as Náiaes incarnam a divindade da fonte ou do curso de água que habitam; *apud* Pierre Grimal, «*Dictionnaire de la Mythologie Grèque & Romaine*», Presses Universitaires de France, Paris, 1963, pp. 173-174, 307-308, 320.
- ³² O Poeta diz «Tágides minhas» (I-4-a) tão naturalmente como diria «meu Deus».
- ³³ I-4-a.
- ³⁴ I-4-ab.
- ³⁵ I-4-cd.
- ³⁶ V-99-g.
- ³⁷ I-4-e.
- ³⁸ I-4-f.
- ³⁹ Deus da segunda geração dos Olímpicos, filho de Zeus e de Leto e irmão gémeo da vingativa Artemisa; muito devotado à mãe, matou a serpente (ou o dragão) Píton, em Delfos, por ter ameaçado Leto durante a sua gestação e da sua gémea. Deus da músi-

ca e da poesia, presidia, no monte Parnaso, aos jogos das Musas; *apud* Pierre Grimal, «Dictionnaire de la Mythologie Grèque & Romaine», Presses Universitaires de France, Paris, 1963, pp. 40-43.

⁴⁰ Por não serem menos eficazes.

⁴¹ I-4-h. Hipocrene significa «Fonte do Cavalo», assim chamada por ter sido aberta no monte Hélicon pelo Pégaso, que aí ferira uma rocha com um dos seus cascos; as Musas reuniam-se à volta dessa fonte para cantar e dançar; considerava-se que a água dessa fonte favorecia a criação poética, o que deu origem à expressão «beber inspiração»; *apud* Pierre Grimal, «Dictionnaire de la Mythologie Grèque & Romaine», Presses Universitaires de France, Paris, 1963, p. 211.

⁴² Cavalo alado, amado das Musas, que desempenha papéis em muitas lendas, principalmente nas de Perseu e de Belorofonte; *apud* Pierre Grimal, «Dictionnaire de la Mythologie Grèque & Romaine», Presses Universitaires de France, Paris, 1963, p. 351.

⁴³ Monte da Beócia consagrada às Musas; hoje Zagara Vouni, onde se encontra a fonte de Hipocrene; *apud* Manuel dos Santos Alves, «Dicionário de Camões», Universitária Editora, Lisboa, 1944, p. 129.

⁴⁴ V-100-d.

⁴⁵ V-100-bc.

⁴⁶ IV-23-d.

⁴⁷ IV-10-d. Cuenca, em Castela-a-Nova, em cujas serras nasce o rio Tejo, que desagua junto a Oeiras.

⁴⁸ IV-28-f.

⁴⁹ IV-10-a.

⁵⁰ IV-10-bc.

⁵¹ III-55-fgh.

⁵² III-2-cd. Aganipe era uma fonte do monte Hélicon, que dava inspiração aos que dela bebiam; *apud* Emanuel Paulo Ramos, «Os Lusíadas de Luís de Camões», Porto Editora, Porto, p. 412.

⁵³ III-42-cd.

⁵⁴ VI-54-c.

⁵⁵ VII-30-f.

⁵⁶ VII-70-c.

⁵⁷ VI-60-e; v. tb. II-53-f. O rio Batro, hoje Bactro (na origem da designação de Bactriana, nome de um antigo país da Ásia Central, conquistado por Ciro, que ocupava a zona setentrional do Afeganistão dos nossos dias), é um afluente do Oxus, que passa por Bactra, hoje Balque, antiga capital de Bactriana; *apud* Emanuel Paulo Ramos, «Os Lusíadas de Luís de Camões», Porto Editora, Porto, p. 495; Manuel dos Santos Alves, «Dicionário de Camões», Universitária Editora, Lisboa, 1944, p. 190; A. G. Mattoso, «Bactriana», in *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 3, col. 323.

⁵⁸ VII-61-d.

⁵⁹ VII-78-c.

⁶⁰ VI-54-c.

⁶¹ IV-28-f.

⁶² III-60-f.

⁶³ I-25 d; III-58-e; X-144-e.

⁶⁴ IV-10-c.

⁶⁵ III-42-d; III-55-h.

⁶⁶ III-42-d.

⁶⁷ V-3-c.

⁶⁸ III-55-h.

⁶⁹ IV-10-c.

⁷⁰ IV-84-d.

⁷¹ IV-84-d.

⁷² VII-30-f.

⁷³ VII-70-bc.

⁷⁴ VII-82-ab.

⁷⁵ VII-70-c.

⁷⁶ VII-79-ab.

⁷⁷ I-25-d.

⁷⁸ III-55-gh.

⁷⁹ V-99-g.

⁸⁰ Ver nota 7 supra.

⁸¹ VII-78-c; 82-a.

⁸² VIII-4-e.

⁸³ X-10-abc.

⁸⁴ X-10-b.

⁸⁵ X-37-b.

⁸⁶ X-37-ab.

⁸⁷ I-25-d.

⁸⁸ I-25-c.

⁸⁹ I-14-ef.

⁹⁰ Ver a nota 9 supra.

⁹¹ II-45-a.

⁹² VIII-5-ab.

⁹³ VIII-5-ad.

⁹⁴ VIII-5-c.

⁹⁵ Ver a nota 9 supra.

⁹⁶ X-24-d.

⁹⁷ X-24-d.

⁹⁸ Há línguas que já se não falam, que morreram, e por isso lhes chamamos *mortas*, mas que continuamos a estudar e a aprender, para podermos fruir do prazer delicioso da leitura de alguns textos imortais, tão imortais que fazem reviver essas mesmas línguas, já mortas, em que foram originalmente escritos. Camões garantiu essa mesma sobrevivência à Língua Portuguesa – nossa Pátria! – para além do tempo em que se fale, se deixar de se falar.

⁹⁹ D. Sebastião, o décimo sexto Rei de Portugal, que por ser filho póstumo mereceu o cognome de *Desejado*, que já congeminava a aventura africana em que havia de perder a vida e a independência do Reino.

¹⁰⁰ I-6-ab.

¹⁰¹ I-6-cd.

¹⁰² I-6-e.

¹⁰³ I-6-f.

¹⁰⁴ I-6-g.

¹⁰⁵ I-6-h.

¹⁰⁶ VII-79-abc.

¹⁰⁷ O texto de base para este estudo foi o estabelecido por Emanuel Paulo Ramos, Porto Editora, Porto, sem data, de que se tiraram as citações do Apêndice.

Apêndice

I	—	4
a	—	E vós, Tágides minhas, pois criado
b	—	Tendes em mi um novo engenho ardente,
c	—	Se sempre, em verso humilde, celebrado
d	—	Foi de mi vosso rio alegremente,
e	—	Dai-me agora um som alto e sublimado,
f	—	Um estilo grandíloco e corrente,
g	—	Por que de vossas águas Febo ordene
h	—	Que não tenham enveja às de Hipocrene.
I	—	6
a	—	E vós, ó bem nascida segurança
b	—	Da Lusitana antiga liberdade,
c	—	E não menos certíssima esperança
d	—	De aumento da pequena Cristandade,
e	—	Vós, ó novo temor da Maura lança,
f	—	Maravilha fatal da nossa idade,
g	—	Dada ao mundo por Deus, que todo o mande,
h	—	Pera do mundo a Deus dar parte grande.
I	—	14
a	—	Nem deixarão meus versos esquecidos
b	—	Aqueles que, nos Reinos lá da Aurora,
c	—	Se fizeram por armas tão subidos,
d	—	Vossa bandeira sempre vencedora:
e	—	Um Pacheco fortíssimo e os temidos
f	—	Almeidas, por quem sempre o Tejo chora,
g	—	Albuquerque terrível, Castro forte,
h	—	E outros em quem poder não teve a morte.
I	—	25
a	—	Já lhe foi (bem o vistes) concedido,
b	—	Cum poder tão singelo e tão pequeno,
c	—	Tomar ao Mouro forte e guarnecido
d	—	Toda a terra que rega o Tejo ameno;
e	—	Pois contra o Castelhana tão temido
f	—	Sempre alcançou favor do Céu sereno.
g	—	Assi que sempre, enfim, com fama e glória,
h	—	Teve os troféus pendentes da vitória.
II	—	45
a	—	Que, se o facundo Ulisses escapou
b	—	De ser na Ogígia Ilha eterno escravo,
c	—	E, se Antenor os seios penetrou
d	—	Ilíricos e a fonte de Timavo,
e	—	E, se o piadoso Eneias navegou
f	—	De Cila e de Caríbdis o mar bravo,
g	—	Os vossos, mores cousas atentando,
h	—	Novos mundos ao mundo irão mostrando.

- III** — **2**
- a — Põe tu, **Ninfa**, em efeito meu desejo,
b — Como merece a gente Lusitana;
c — Que veja e saiba o mundo que **do Tejo**
d — **O licor de Aganipe corre e mana.**
e — Deixa as flores de Pindo, que já vejo
f — Banhar-me Apolo na água soberana;
g — Senão direi que tens algum receio
h — Que se escureça o teu querido Orpheio.
- III** — **42**
- a — Mas já o Príncipe Afonso aparelhava
b — O Lusitano exército ditoso,
c — **Contra o Mouro que as terras habitava**
d — **De além do claro Tejo deleitoso;**
e — Já no campo de Ourique se assentava
f — O arraial soberbo e belicoso,
g — Defronte do inimigo Sarraceno,
h — Posto que em força e gente tão pequeno;
- III** — **55**
- a — Passado já algum tempo que passada
b — Era esta grão vitória, o Rei subido
c — A tomar vai Leiria, que tomada
d — Fora, mui pouco havia, do vencido.
e — Com esta a forte Arronches sojugada
f — Foi juntamente; e **o sempre enobrecido**
g — **Scabelicastro, cujo campo ameno**
h — **Tu, claro Tejo, regas tão sereno.**
- III** — **57**
- a — E tu, **nobre Lisboa**, que **no mundo**
b — **Facilmente das outras és princesa,**
c — **Que edificada foste do facundo**
d — Por cujo engano foi Dardânia acesa;
e — Tu, a quem obedece o Mar profundo,
f — **Obedeceste à força Portuguesa,**
g — **Ajudada também da forte armada**
h — **Que das Boreais partes foi mandada.**
- III** — **58**
- a — Lá do Germânico Albis e do Reno
b — E da fria Bretanha conduzidos,
c — **A destruir o povo Sarraceno**
d — **Muitos com tenção santa eram partidos.**
e — Entrando a boca já do Tejo ameno,
f — **Co arraial do grande Afonso unidos,**
g — Cuja alta fama então subia aos céus,
h — **Foi posto cerco aos muros Ulisseus.**
- III** — **59**
- a — **Cinco vezes a Lua se escondera**
b — **E outras tantas mostrara cheio o rosto,**
c — **Quando a cidade, entrada, se rendera**
d — Ao duro cerco que lhe estava posto.

e — Foi a batalha tão sanguina e fera
f — Quanto obrigava o firme prosuposto
g — De vencedores ásperez e ousados,
h — E de vencidos já desesperados.

III — 60

a — Destarte, enfim, tomada se rendeu
b — Aquela que, nos tempos já passados,
c — A grande força nunca obedeceu
d — Dos frios povos Cíticos ousados,
e — Cujo poder a tanto se estendeu,
f — Que o Ibero o viu e o **Tejo amedrontados**;
g — E, enfim, co Bétis tanto alguns puderam
h — Que à terra de Vandália nome deram.

III — 61

a — Que cidade tão **forte** porventura
b — Haverá que resista, se **Lisboa**
c — **Não pôde resistir** à força dura
d — Da gente cuja fama tanto voa?
e — Já lhe obedece toda a Estremadura,
f — Obidos, Alanquer (por onde soa
g — O tom das frescas águas entre as pedras,
h — Que, murmurando, lava) e Torres Vedras.

III — 74

a — Tornado o Rei sublime, finalmente,
b — Do divino Juízo castigado,
c — Depois que em Santarém soberbamente,
d — Em vão, dos Sarracenos foi cercado,
e — E depois que do martyre Vicente
f — O santíssimo corpo venerado
g — Do Sacro Promontório conhecido
h — À **cidade Ulisseia** foi trazido;

III — 88

a — Mas a fermosa armada, que viera
b — Por contraste de vento àquela parte,
c — Sancho quis ajudar na guerra fera,
d — Já que em serviço vai do santo Marte.
e — Assi **como a seu pai acontecera**,
f — **Quando tomou Lisboa**, da mesma arte
g — **Do Germano ajudado**, Silves toma
h — E o bravo morador destrui e doma.

IV — 10

a — Também **vem lá do Reino de Toledo**,
b — Cidade nobre e antiga, a quem **cercando**
c — **O Tejo em torno vai, suave e ledos**,
d — **Que das serras de Conca vem manando**.
e — A vós outros também não tolhe o medo,
f — O sórdidos Galegos, duro bando,
g — Que, pera resistirdes, vos armastes,
h — Aqueles cujos golpes já provastes.

IV — **14**
a — Mas nunca foi que este erro se sentisse
b — No forte Dom Nuno aluerez; mas antes,
c — Posto que em seus irmãos tão claro o visse,
d — Reprovando as vontades incostantes,
e — Aquelas duvidosas gentes disse,
f — Com palavras mais duras que elegantes,
g — A mão na espada, irado e não **facundo**,
h — Ameaçando a terra, o mar e o mundo:

IV — **23**
a — Com toda esta lustrosa companhia,
b — Joanne forte sai da fresca Abrantes,
c — Abrantes, que também da fonte fria
d — Do **Tejo** logra as **águas abundantes**.
e — Os primeiros armígeros regia
f — Quem pera reger era os mui possantes
g — Orientais exércitos sem conto
h — Com que passava Xerxes o Helesponto.

IV — **28**
a — Deu sinal a trombeta Castelhana,
b — Horrendo, fero, ingente e temeroso;
c — Ouviu-o o monte Artabro, e Guadiana
d — Atrás tornou as ondas de medroso.
e — Ouviu o Douro e a terra Transtagana;
f — **Correu ao mar o Tejo duvidoso**;
g — E as mães que o som terrível escuitaram,
h — Aos peitos os filhinhos apertaram.

IV — **84**
a — E já no porto da **íclita Ulisseia**,
b — Cum alvoroço nobre e cum desejo
c — (Onde o licor mistura e branca areia
d — Co **salgado Neptuno o doce Tejo**)
e — As naus prestes estão; e não refreia
f — Temor nenhum o juvenil despejo,
g — Porque a gente marítima e a de Marte
h — Estão pera seguir-me a toda parte.

V — **3**
a — Já a vista, pouco e pouco, se desterra
b — Daqueles pátrios montes, que ficavam;
c — Ficava o **caro Tejo** e a fresca serra
d — De Sintra, e nela os olhos se alongavam.
e — Ficava-nos também na amada terra
f — O coração, que as mágoas lá deixavam.
g — E já depois que toda se escondeu,
h — Não vimos mais, enfim, que mar e céu.

V — **86**
a — Julgas agora, Rei, se houve no mundo
b — Gentes que tais caminhos cometessem?

c — Crês tu que tanto Eneias e o **facundo**
d — **Ulisses** pelo mundo se estendessem?
e — Ousou algum a ver do mar profundo,
f — Por mais versos que dele se escrevessem,
g — Do que eu vi, a poder de esforço e de arte,
h — E do que inda hei-de ver, a oitava parte?

V — 90

a — Da boca do **facundo** Capitão
b — Pendendo estavam todos, embibidos,
c — Quando deu fim à longa narração
d — Dos altos feitos, grandes e subidos.
e — Louva o Rei o sublime coração
f — Dos Reis, em tantas guerras conhecidos;
g — Da gente louva a antiga fortaleza,
h — A lealdade de animo e nobreza.

V — 99

a — As Musas agardeça o nosso Gama
b — O muito amor da pátria, que as obriga
c — A dar aos seus, na lira, nome e fama
d — De toda a ilustre e bélica fadiga;
e — Que ele, nem quem, na estirpe, seu se chama,
f — Calfope não tem por tão amiga,
g — Nem as **Filhas do Tejo**, que deixassem
h — As telas de ouro fino e que o cantassem.

V — 100

a — Porque o amor fraterno e puro gosto
b — De **dar a todo o Lusitano feito**
c — **Seu louvor**, é somente o prosuposto
d — Das **Tágides gentis**, e seu respeito.
e — Porém não deixe, enfim, de ter desposto
f — Ninguém a grandes obras sempre o peito
g — Que, por esta ou por outra qualquer via,
h — Não Perderá seu preço e sua valia.

VI — 7

a — Via estar todo o Céu determinado
b — De fazer de **Lisboa nova Roma**;
c — Não no pode estorvar, que destinado
d — Está doutro Poder que tudo doma.
e — Do Olimpo dece, enfim, desesperado;
f — Novo remédio em terra busca e toma:
g — Entra no húmido reino e vai-se à corte
h — Daquele a quem o Mar caiu em sorte.

VI — 54

a — «Fortíssimos consócios, eu desejo,
b — Há muito já, de andar terras estranhas,
c — Por ver **mais águas que as do Douro e Tejo**,
d — Várias gentes e leis e várias manhas.
e — Agora que aparelho certo vejo,
f — (Pois que do mundo as cousas são tamanhas),
g — Quero, se me deixais, ir só, por terra,
h — Porque eu serei convosco em Inglaterra.

VI — 60

- a — Já num sublime e pubrico teatro
 b — Se assenta o Rei Inglês com toda a corte.
 c — Estavam três e três e quatro e quatro,
 d — Bem como a cada qual coubera em sorte;
 e — Não são vistos do Sol, do **Tejo** ao **Batro**,
 f — De força, esforço e de animo mais forte,
 g — Outros doze sair, como os Ingleses,
 h — No campo, contra os onze Portugueses.

VII — 30

- a — Ele começa: «O gente, que a Natura
 b — Vizinha fez de meu paterno ninho,
 c — Que destino tão grande ou que ventura
 d — Vos trouxe a cometerdes tal caminho?
 e — Não é sem causa, não, oculta e escura,
 f — Vir do **longinco Tejo** e **ignoto Minho**,
 g — Por mares nunca doutro lenho arados,
 h — A Reinos tão remotos e apartados.

VII — 61

- a — E por longos rodeios a ti manda
 b — Por te fazer saber que tudo aquilo
 c — Que sobre o mar, que sobre as terras anda,
 d — De riquezas, de lá do **Tejo** ao **Nilo**,
 e — E desde a fria plaga de Gelandia
 f — Até bem donde o Sol não muda o estilo
 g — Nos dias, sobre a gente de Etiópia,
 h — Tudo tem no seu Reino em grande cópia.

VII — 70

- a — Porque eles, com virtude sobre-humana,
 b — Os deitaram dos **campos abundosos**
 c — **Do rico Tejo e fresca Guadiana**,
 d — Com feitos memoráveis e famosos;
 e — E não contentes inda, e na Africana
 f — Parte, cortando os mares procelosos,
 g — Nos não querem deixar viver seguros,
 h — Tomando-nos cidades e altos muros.

VII — 78

- a — Um ramo na mão tinha... Mas, ó cego,
 b — Eu, que cometo, insano e temerário,
 c — Sem vós, **Ninfas do Tejo e do Mondego**,
 d — Por caminho tão árduo, longo e vário!
 e — Vosso favor invoco, que navego
 f — Por alto mar, com vento tão contrário,
 g — Que, se não me ajudais, hei grande medo
 h — Que o meu fraco batel se alague cedo.

VII — 79

- a — Olhai que há tanto tempo que, **cantando**
 b — **O vosso Tejo e os vossos Lusitanos**,
 c — **A Fortuna me traz peregrinando**,
 d — Novos trabalhos vendo e novos danos:

e — Agora o mar, agora esperimentando
 f — Os perigos Mavórcios inumanos,
 g — Qual Canace, que à morte se condena,
 h — Na mão sempre a espada e noutra a pena;

VII — 82

a — Vede, **Ninfas**, que engenhos de **senhores**
 b — **O vosso Tejo cria valerosos**,
 c — Que assi sabem prezar, com tais favores,
 d — A quem os faz, cantando, gloriosos!
 e — Que exemplos a futuros escritores,
 f — Pera espertar engenhos curiosos,
 g — Pera porem as cousas em memória,
 h — Que merecerem ter eterna glória!

VIII — 4

a — O ramo que lhe vês, pera divisa,
 b — O verde tirso foi, de Baco usado,
 c — O qual à nossa idade amostra e avisa
 d — Que foi seu companheiro e filho amado.
 e — Vês outro, que **do Tejo a terra pisa**,
 f — Depois de ter tão longo mar arado,
 g — Onde muros perpétuos edefica,
 h — E templo a Palas, que em memória fica?

VIII — 5

a — **Ulisses é, o que faz a santa casa**
 b — **A Deusa que lhe dá língua facunda**,
 c — **Que, se lá na Ásia Tróia insigne abrasa**,
 d — **Cá na Europa Lisboa ingente funda.»**
 e — «Quem será estoutro cá, que o campo arrasa
 f — De mortos, com presença furibunda?
 g — Grandes batalhas tem desbaratadas,
 h — Que as Aguias nas bandeiras tem pintadas.»

VIII — 18

a — Não vês um **ajuntamento, de estrangeiro**
 b — **Trajo, sair da grande armada nova**,
 c — **Que ajuda a combater o Rei primeiro**
 d — **Lisboa**, de si dando santa prova?
 e — Olha Henrique, famoso cavaleiro,
 f — A palma que lhe nasce junto à cova.
 g — Por eles mostra Deus milagre visto;
 h — Germanos são os Mártires de Cristo.

VIII — 24

a — Vês, vão os Reis de Córdova e Sevilha
 b — Rotos, cos outros dous, e não de espaço.
 c — Rotos? Mas antes mortos; maravilha
 d — Feita de Deus, que não de humano braço.
 e — Vês? Já a vila de Alcaçare se humilha,
 f — Sem lhe valer defesa ou muro de aço,
 g — A Dom Mateus, o Bispo de **Lisboa**,
 h — Que a coroa de palma ali coroa.

- IX** — **16**
- a — Apartadas assi da ardente costa
b — As venturosas naus, levando a proa
c — Pera onde a Natureza tinha posta
d — A meta Austrina da Esperança Boa,
e — Levando **alegres novas e reposta**
f — **Da parte Oriental pera Lisboa,**
g — Outra vez cometendo os duros medos
h — Do mar incerto, tímidos e ledos.
- X** — **10**
- a — Cantava a bela Deusa que **viriam**
b — **Do Tejo, pelo mar que o Gama abrira,**
c — **Armadas** que as ribeiras venceriam
d — Por onde o Oceano Indico suspira;
e — E que os Gentios Reis que não dariam
f — A cerviz sua ao jugo, o ferro e ira
g — Provariam do braço duro e forte,
h — Até render-se a ele ou logo à morte.
- X** — **24**
- a — Isto fazem os Reis, quando embebidos
b — Na aparência branda que os contenta:
c — Dão os prémios, de Aíace merecidos,
d — **À língua vã de Ulisses fraudulenta.**
e — Mas vingo-me: que os bens mal repartidos
f — Por quem só doces sombras apresenta,
g — Se não os dão a sábios cavaleiros,
h — Dão-os logo a aventos lisonjeiros.
- X** — **37**
- a — Mas ah! que desta **próspera vitória,**
b — **Com que depois virá ao pátrio Tejo,**
c — Quase lhe roubará a famosa glória
d — Um sucesso, que triste e negro vejo.
e — O Cabo Tormentório, que a memória
f — Cos ossos guardará, não terá pejo
g — De tirar deste mundo aquele esprito,
h — Que não tiraram toda a Índia e Egipto.
- X** — **144**
- a — Assi foram cortando o mar sereno,
b — Com vento sempre manso e nunca irado,
c — Até que houveram vista do terreno
d — Em que naceram, sempre desejado.
e — Entraram pela foz do **Tejo ameno,**
f — E a sua pátria e Rei temido e amado
g — O prémio e glória dão por que mandou,
h — E com títulos novos se ilustrou.

O imóvel do Beco de S. Luís da Pena: lugar simbólico e imaginário da passagem de Camões pela cidade

CARLOS CABAÇO

Longe se pretende, com a presente comunicação, trazer algo de inequivocamente ou materialmente novo, esforço que caberá a esforços científicos de maior fôlego, ou da contribuição de outras disciplinas, capazes de produzir outras provas de carácter material. O que se tentará aqui será apenas fazer um pouco o ponto da situação, e de lançar, se possível, o desafio ao surgimento de trabalhos de maior fôlego assim como de apontar pistas ou linhas que poderão vir a ser de investigação ou de reflexão. E foi, curiosamente, a historiografia oitocentista, – a mesma acusada de encerrar posições de irracionalismo face à cultura –, a primeira a preocupar-se com a *determinação exacta* do local onde teria o nosso maior poeta épico passado os seus últimos dias. No cerne desta pesquisa, de aspiração *positivista* tornava-se então necessário reabilitar, para efeitos nacionalistas, o Poeta que a monarquia havia desprezado e condenado a viver, segundo a tradição, na miséria, a fase final da sua vida.

Teria sido aquela a casa de Luís Vaz de Camões? Isto é, teria sido o local representado por aquele imóvel, de características e traçado *marcadamente pombalino* ou mesmo *oitocentista* algo a ver com a vida do poeta? E, na ausência daquela prova, poder-se-ia traçar, de algum modo, a “passagem” do poeta pelo local assinalado por aquela casa, remota ou proximamente pelos vestígios materiais ou documentais reportados à época do poeta? Na ausência de provas substanciais e materiais que suportem o ponto anterior, seria a estratégia da proximidade, tanto da presença nalgum ponto da vida do poeta naquela área e zona específica que servisse, por exemplo, à recuperação daquele imóvel específico e concreto?

Pela bibliografia que foi possível consultar, a qual faz referência a autores que descrevem os factos poucos anos após a morte do poeta, é apenas possível inferir a relevância da “zona específica” e da “área” (leia-se Calçada de Sant’Ana e Beco de S. Luís), no que se refere à parte final da vida do poeta, sendo, contudo, impossível inferir dela a relevância daquele imóvel específico. Pela “área” ou “zona específica”, como se disse, compreende-se todo aquele eixo Norte-Sul, que subscreve a Calçada de Sant’Ana, partindo desde o topo Norte e Beco de S. Luís, sendo, contudo, impossível determinar qual o imóvel concreto, a Este ou Oeste da mesma calçada, sem outro suporte material concreto, ou documental coevo aos factos ou que a eles faça referência de forma mais convincente. A tradição segundo a qual Camões falecera numa casa situada no lado esquerdo ou ocidental da Calçada de Sant’Ana, contígua à esquina Sul do Beco de S. Luís, tinha sido vulgarizada em 1860, pelo Visconde de Juromenha, a partir dos trechos do cap. 37 da 2.^a *Vida*, de Faria e Sousa, onde se afirma que o Padre Francisco de Macedo, em 1681, refere que Camões morrera numa casa humilde na rua de Santana, junto ao Arco de Santana e Casa da Encarnação, junto à ermida do Senhor Jesus da Salvação e Paz.



I – Imóvel onde segundo a tradição teria falecido Camões, Beco de S. Luís e Calçada Nova do Colégio, torreão da Cerca Fernandina, no Martim Moniz, e placa mandada colocar no séc. XIX no imóvel em causa

Suspeita-se que Camões terá regressado a Lisboa em 1569, e que terá morrido em 1580. Desta última fase da sua vida sabe-se também muito pouco : sabe-se apenas que publicou os *Lusíadas*, que recebeu uma tença, e que viveu na miséria. É tudo aquilo que os biógrafos nos dizem.

São desconhecidas, pois, com precisão, as circunstâncias da morte do Poeta, em Lisboa, assim como o local exacto, nesta cidade, onde tal facto terá ocorrido. Não existem certezas mesmo quanto ao tipo de instituição onde tal facto se teria dado: se num hospital, se numa confraria, como rezam as tradições, mas sabe-se como o fenómeno das confrarias conheceu uma nova pujança durante o século XVI . Sabe-se que em meados deste século existiam em Lisboa 181 confrarias administradas por leigos, que registavam um movimento anual de esmolas da ordem dos 10 000 cruzados – apesar de tudo um valor bastante abaixo do rendimento anual da misericórdia, avaliado em 30 000 cruzados, podendo ascender, como no ano de 1552, a mais de 60 000 cruzados; a identificação da composição social de muitas destas confrarias é impossível, dada a escassez da documentação para o período em estudo. Contudo, sabe-se que a lógica corporativa ou de afinidade profissional prevaleceu na constituição de muitas destas associações laicas, como é o caso da Confraria dos Homens de Mar, a dos Pilotos, etc.

Teria Camões sido recolhido numa dessas confrarias, ou teria falecido, quase abandonado, numa casa da Calçada de Santana, sendo que depois teria, para uma dessas instituições sido transportado e posteriormente inumado na Igreja do Mosteiro de Santana . De facto, o autor da *Década VIII*, atribuída a Diogo de Couto, refere que o “... o enterrou a Confraria dos Cortesãos e o depositarão à porta do Mosteiro de Santa Ana, da banda de fora, chãmente, ... lhe mandou pôr uma campa sobre a sua cova com o letreiro que declarava quem era e que obras compôs...”. Manuel Correia, em 1613, no comentário à 1.^a estância do Canto I d’ *Os Lusíadas*, escreveu que “o autor deste livro... está sepultado no Mosteiro de Santa Ana” (cit. Por Jordão de Freitas, *ob. cit.* pp. 92). Estevam Lopes, em 1595, na dedicatória que fez à 1.^a edição das *Rimas*, também refere que o Poeta se encontrava no Mosteiro, e que D. Gonçalo Coutinho “fez heróica obra em dar sepultura aos ossos... que pobre e plebeiramente jazião no Mosteiro de Santa Anna”.

Severim de Faria , em 1624, refere também que foi Camões enterrado na Igreja de Santa Ana, e acrescenta que Dom Gonçalo Coutinho, pouco depois do falecimento do Poeta, lhe colocou, no lugar da sepultura, uma campa de mármore com epitáfio. João Soares de Brito em 1645, e Francisco Barreto, em 1663, assim como nos anos que vão de 1669, 1670, 1702 e 1721, respectivamente , em biografias de Camões publicadas nestas edições sucessivas d’ *Os Lusíadas* , concordam na trasladação da rua para o interior do templo, assim como na versão segundo a qual D. Gonçalo Coutinho teria sido quem trasladou os restos mortais do Poeta para a Igreja de Santa Ana, com epitáfio.

Na lápide que quinze anos mais tarde lhe colocaram na sepultura indicava-se o ano de 1579, sem mencionar o mês e o dia. Com base nos elementos proporcionados pelos documentos relativos ao pagamento da tença à mãe do Poeta, estabeleceram a data de 10 de Junho de 1580. Esta é uma das datas prováveis, e sujeita a muitas objecções .

As circunstâncias políticas na época eram instáveis, pois o Cardeal D. Henrique tinha morrido no fim de Janeiro desse mesmo ano, e existiam movimentações no sentido da designação de um novo Rei de Portugal. Por outro lado, a Duquesa de Bragança procurava em França apoio militar para defender o seu direito ao Trono, enquanto que o exército do Duque de Alba se encontrava já na fronteira do Alentejo, na iminência de marchar sobre Lisboa. Conhece-se a agitação de alguns fidalgos, que se movimentavam em torno do partido do Infante D. Luís. É facto conhecido, também, que o Prior do Crato, em Santarém, resistia, e que em 19 de Julho fora ali aclamado Rei. O contexto político da época reunia assim as condições que permitiam que se viessem a desenvolver, mais tarde, os aspectos de uma luta surda em torno da memória de Camões. A perda da independência iria transformar *Os Lusíadas* numa espécie de evangelho nacionalista, tornando-se a admiração por Camões num símbolo de resistência.

Logo após a perda da independência, vários autores procuram, sensivelmente de 1607 e até à primeira metade do século, de algum modo, desacreditar o poeta, ou estabelecer-lhe ligações equívocas, tal como sucede com o quarto conde de Linhares, que seguira a causa espanhola logo após a Restauração.

As condições culturais instaladas após a Restauração, reduziram quase a silêncio a vida de Camões. *Os Lusíadas* tinham-se convertido em panteão das glórias cívicas, dos mitos nacionalistas, recorrentes, tal como sucede em 1807, quando o exército napoleónico invadiu Portugal, e quando Junot anunciava que os portugueses iriam ter novamente liberdade e progresso, canais e estradas, escolas para o povo, e que novos Camões nasceriam no Algarve e nas Beiras.

O culto de Camões renasce pois com romantismo, e será muitas vezes utilizado como linguagem que cada qual adaptará em nome das suas próprias causas e aos seus próprios interesses. Camões serviria para tudo. Tanto para refúgio de miguelistas exilados, para símbolo da liberdade romântica, para bandeira do Partido Republicano, para padroeiro da aspiração de uma grande comunidade das nações lusíadas, e para argumento de credos revolucionários.

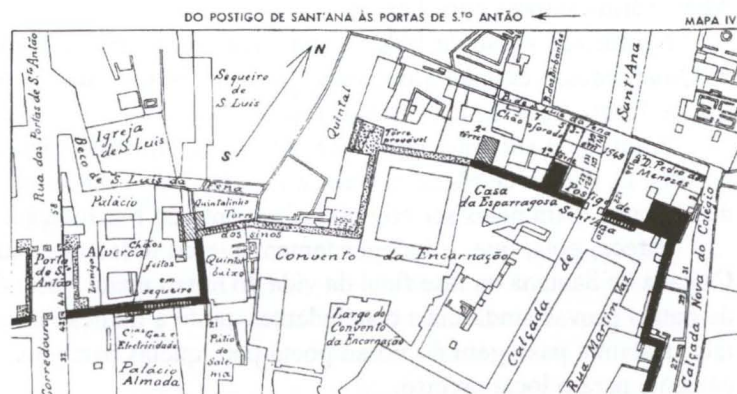
Mas voltemos ao imóvel situado na Calçada de Santana, esquina com o beco de S. Luís. Se por um lado sabemos da característica pombalina do edifício, por outro, também se sabe que em 1502 D. Manuel tinha mandado demolir todos os balcões da cidade. Na mesma altura, várias posturas municipais estabeleceram novas normas de construção. Essas normas seriam tidas em conta aquando da urbanização do Bairro Alto, por exemplo. Nos finais do séc. XV havia já terras subaforadas extramuros, e a partir de 1513 surge a cláusula da obrigação de construir as casas “... feitas de pedra e cal e madeira e pregadura e telhas sobradadas...” As fachadas que avançavam sobre a rua são igualmente proibidas ao determinar-se “... e se faça parede direita...” de tal situação facilmente se poderia deduzir a perda, paulatina, das características marcadamente medievais da cidade, e deixar adivinhar uma evolução no sentido da modernidade, já enclausurada em quinhentos, relativamente às construções particulares.

Como critério de referência, tanto espacial como histórica, sabe-se que, a propósito da Cerca Fernandina, que esta vinha do lado ocidental. Partindo da muralha do Castelo de S. Jorge, ia ao encontro da Cerca do Mosteiro da Graça. Daí, descia pela encosta da Mouraria até ao Largo do Martim Moniz, atravessava-o e voltava a subir pela encosta do monte de Santana, hoje bairro de Santana, transformada já na Cerca do Mosteiro de S. Domingos. Desceria depois o vale que é hoje a Avenida da Liberdade.

É, pois, interessante, verificar, atentando aos factos acima aduzidos e às crónicas coevas ou pouco posteriores ao falecimento do nosso poeta, a menção recorrente ao posicionamento geográfico do imóvel em causa: Para além de todas elas referirem a Calçada de Santana, ou de Sant’Ana, concretizam ainda que aquele imóvel se situaria do lado exterior ao Arco ou “Postigo” de Sant’Ana, isto é, do lado exterior da muralha. De facto, segundo vários autores, num ponto do eixo norte-sul da Calçada de Santana teria existido, de facto, na muralha, uma porta da cerca, que teve a designação de Porta ou Postigo de Santana. Mais tarde, no início do séc. XVI, chamavam-lhe “Postigo de D. Henrique”. A Porta, situada no alto do monte de Santana, dava saída da cidade para o arrabalde do norte, chamado Campo de Santana, hoje Campo dos Mártires da Pátria. A Porta ou “Postigo”, como referem vários autores, não seria fortificada, tal como sucederia com algumas da Cerca, mas estaria posicionada entre duas torres, uma das quais seria a grande torre de ss da cerca fernandina. Devia ser apenas um portal com batentes de madeira, que teria sido demolido em 1676.

Sabe-se que a Cerca Nova tinha sido equipada com uma série de dispositivos de defesa, tais como a barbacã, – uma faixa de terreno com cerca de seis metros de largura, contígua às muralhas, com torres –, (cerca de 77, segundo Fernão Lopes) e cubelos. Grande parte das torres foi arrasada, ou totalmente ou até uma certa altura, tendo-se, neste caso, sobre elas construído compartimentos dos prédios em que foram incorporados.

É o que acontece com uma torre da Rua da Misericórdia, e noutra, virada a oriente, na Calçada Nova do Colégio, por exemplo. A função defensiva da Cerca tinha terminado por altura de 1650, e as suas muralhas e torres já desde há muito haviam começado a ser aforadas pela Câmara, sua proprietária, tal como os terrenos a ela contíguos. As barbacãs ladearam-se então com edificações erigidas nos dois lados. Em 1650 já Lisboa tinha ultrapassado os limites da Cerca Nova.



II – A Cerca Fernandina segundo Vieira da Silva: vinda do Largo Martim Moniz, acompanhava a Cerca da Calçada Nova do Colégio, atravessava a Calçada de Santana, e descia depois para o que é hoje a Avenida

A comprovar a tradição da passagem do poeta por aquela zona de Lisboa, surge também a versão, no séc. XVII, em que Manuel Severim de Faria (Évora, 1624), a fls. 128 v. da sua *Vidas de Camões*, insere nos “Discursos vários Políticos”, onde se afirma que Camões fora sepultado na Igreja de Santa Ana, na rua que vira junto à Companhia ou Jesuitas, numa casa que nunca mais fora habitada (Jordão de Freitas, ob. cit., pp. 9). Contudo, e em datas posteriores, Faria e Sousa (1639), e João Franco Barreto (1663), concordam que Camões “viveu em Lisboa, (...) em uma casa pobre que está ou estava na 1.^a Travessa à mão direita, passando o postigo de Santa Ana, e he a última pegada à cerca dos Padres de Santo Antão... e aqui acabou” – (cit. Jordão de Freitas, ob. cit., pp. 9). Por outro lado, Faria e Sousa não faz nunca alusão à casa da esquina do Beco de S. Luís.

Acrescentando à importância da zona na memória do poeta, e aos testemunhos, por serem anteriores a 1755, e, por consequência, ao terramoto, os de Diogo Mouro de Sousa, em 1638, e os do cronista Fr. Fernando da Soledade, entre 1709 e 1737, que referem, curiosamente, empregando o presente do indicativo, que a sepultura de Camões “está à esquerda da entrada principal”, – da Igreja do Convento de Santana – e que na parede à esquerda dessa entrada, “se vê outra memória de Luís de Camões”. Fr. Fernando da Soledade, em 1737, afirma ainda que “Hoje – 1737 – existem estas memórias – epitáfios – dentro da clausura, em coro inferior deste Mosteiro”, corroborando a tese segundo a qual o corpo teria sido removido da sepultura situada no adro daquela igreja, em campa rasa, para o interior da mesma, consagrando uma prática habitual à época no que dizia respeito ao procedimento respeitante às inumações.

De quem seria exactamente o corpo e em que condições teria sido sepultado no adro daquela Igreja, é coisa que só outra investigação, aturada, e com dificuldade, poderia comprovar.

Qual o papel que teria tido, então, a Calçada de Santana e, nela, alguma casa, nos últimos dias da vida do Poeta, é coisa que as fontes não referem especificamente, como se disse anteriormente. É certo, contudo que todo aquele espaço não deverá ser alheio à fase final da vida do Poeta.

Daquele imóvel existe uma escritura de venda feita no ano de 1552, isto é, 28 anos antes da suposta data do falecimento de Camões (SILVA TÚLIO, *Estudos Camoneanos*, p. 71), e uma escritura de venda com a data de 1591, *12 anos depois da morte* do poeta: Aí se confronta a casa que à data tinha os n.ºs 139 e 141 na Calçada de Sant’ Anna, dizendo-se que parte com casas de um francês, rua que vai para Sant’ Ana – hoje calçada – e com a 1.^a travessa que vai para o adro do Hospital de Santa Ana (hoje Beco de S. Luís). Silva Túlio, na obra citada, refere igualmente um outro auto de posse com a data de 4 de Dezembro de 1602, 22 anos da morte do poeta, e onde se descreve o imóvel, “com duas lojas por baixo... com sobrado e telha vã, tendo na parte de trás uma casinha pequena que serve de despejos, uma escada para um pátio pequeno, coberto com telha vã” ... quer dizer, com aspecto semelhante ao que tem hoje.

Em 1622 vem a medição e confrontação da casa feita pela Câmara de Lisboa, que confere com a área que ainda tem o prédio; nesta medição se diz que a casa era enfiteuta ao morgado D. Aleixo de Meneses (aio de D. Sebastião), em 350 réis, e foreira à Cidade em 10 réis, por estar junta a uma barbacã do muro. Aliás, vários autores corroboram.

No auto de posse de 1602 assina como testemunha Jerónimo Dias, Coveiro de Sant’ Ana. Na época de Quinhentos, a casa teria um andar só, com um sobrado. Os títulos são interrompidos entre 1622 e 1829 (SILVA TÚLIO, *Estudos Camoneanos*, p. 73).

É, aliás, de sublinhar, que estes Meneses, tal como várias fontes atestam, eram os grandes senhores do sítio. D. Aleixo de Meneses teria, então, no final da sua vida, vendido os terrenos que possuía a D. Luíza de Noronha, para neles ser erigido o Convento da Encarnação.

Parece, pois, que, e independentemente de todas as controvérsias, alguma importância teria tido a Calçada de Santana na fase final da vida do nosso maior poeta épico. Sem prejuízo do necessário concurso de outras provas ainda mais concludentes, tanto a tradição como toda uma série de referências documentais atestam a passagem do nosso poeta por aquelas paragens, ainda que aqueles não apontem matematicamente para o local preciso.

Este simples facto poderia ser invocado como critério, por exemplo, para a edificação de um monumento em sua honra, ou teria esse mesmo critério que obedecer e aguardar outras provas de rigor mais comprovado? Esta é sem dúvida uma questão delicada de sugerir, assim como comprovadamente delicada de comprovar.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, Ed. Veja, 2.^a Ed., livro IV, 1992.
- BRANCO, Fernando Castelo, *Lisboa Seiscentista*, Ed. Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 3.^a Ed. Revista e aumentada, Lisboa, 1969.
- CAPITÃO, Orlando Martins, “Caminhadas Lisboetas de Camões”, in *Revista Municipal*, 2.^a Série, Lisboa, 1982.
- CUNHA E FREITAS, Eugénio de Andrea da, “Em que Ano Morreu Camões?”, in *Revista Municipal*, Lisboa, 1973.
- DIVERSOS, *Estudos Camonianos*, Ed. Biblioteca de Estudos Olisiponenses; Contribuição da CML para as Comemorações do IV Centenário da publicação de *Os Lusíadas*, Lisboa 1972.
- FREITAS, Jordão de, “Morte e Enterramento de Camões”, in *Brochura do 4.º Centenário do Nascimento de Camões*, Lisboa, 1924.
- LEITÃO, Joaquim de, “A Casa onde Morreu Luís de Camões”, in *Anais das Bibliotecas Museus e Arquivos Históricos Municipais de Lisboa*, Lisboa, 1934.
- PORTUGAL, Fernando; MATOS, Alfredo de, “Lisboa em 1758”, *Memórias Paroquiais de Lisboa*, Coimbra Editora, impress., Lisboa, 1974.
- RIBEIRO, Luciano, “Moradias em Lisboa de Alguns Membros da Família Camões”, in *Revista Municipal*, n.º 24 e 25, Lisboa, 1945.
- RODRIGUES, Maria Teresa Campos, *Aspectos da Administração Municipal de Lisboa, no séc. XV*, Ed. Separata dos números 101 a 109 da *Revista Municipal*; Impresso na Imprensa Municipal de Lisboa, Lisboa, 1968.
- SARAIVA, José Hermano, “Elementos para uma Nova Biografia de Camões”, in sep. das *Memórias da Academia das Ciências*, T. XIX, Lisboa, 1978 (recenções de Vítor M. de Aguiar e Silva e de Américo da Costa Ramalho in *Colóquio/Letras*, 47, Jan. 1979).
- SARAIVA, José Hermano, *Vida Ignorada de Camões*, Publ. Europa-América, col. Estudos e Documentos, n.º 141, Mem Martins, 1978.
- SILVA, A. Vieira da, *Dispersos*, Ed. da Biblioteca de Estudos Olisiponenses, 3 vol., Publ. Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1954.
- SILVA, A. Vieira da, *A Cerca Fernandina de Lisboa*, 2 vol., Lisboa, C. M. L., 1987, 2.^a Ed.

Fado: voz da saudade portuguesa

MARIA TERESA PIRES

As canções populares são um dos meios através dos quais um país traduz mais genuinamente o seu carácter nacional e os seus costumes. Em 1911 Teófilo Braga referia no seu *Cancioneiro Popular Português* que estavam compiladas mais de quarenta mil cantigas; cantigas soltas, de requebro, desgarrada, de despiques, diálogos ou xácaras, modinhas, cançonetas e chacotas. O Fado é também uma canção de raiz popular que começa a ser cantada, tocada e dançada em meados do século XIX. É uma forma de expressão cultural urbana única no mundo. Para os tecnomusicólogos é uma forma musical perfeitamente já diferenciada de quaisquer outros estilos da música tradicional portuguesa. Mesmo que o português da província aprecie e cante o fado, Lisboa, será sempre o modelo de referência.

Mas porque é que se denomina a uma forma de expressão musical uma palavra latina – *fatum* –, que, na nossa língua se traduz por fado? Significa destino, sorte, profecia ou mesmo providência divina.

Na nossa cultura, quer popular quer erudita, tanto em prosa como em poesia, utiliza-se esta palavra naqueles sentidos. Será, portanto, uma forma musicada que canta as ironias do destino, as dores lancinantes do amor, as crises dolorosas da ausência e do afastamento, enfim, a tristeza dolente da saudade.

Estas expressões poéticas eram, em épocas anteriores, também musicadas sobretudo na Idade Média onde existe uma tradição trovadoresca, nomeadamente, no espaço ibérico (galaico-português) que tem, em parte, uma raiz local e também uma influência da lírica provençal. Eram musicadas, sobretudo, por instrumentos de corda em que pontuavam, entre outros, a lira, a viola, o alaúde, a cítara da qual se originou a guitarra e, desta, mais tarde, a Guitarra Portuguesa que, nos nossos dias, é um instrumento genuíno único no mundo e indispensável no fado.

A aceção da palavra fado no sentido de canção, só há bem pouco tempo passou do seu sentido geral para a tecnologia musical. Só na segunda metade do século XIX é que apareceu nos dicionários com o significado de canção popular já sancionada pelo uso comum. Ainda em 1858, num dicionário compilado por Ernesto de Almeida, não se faz alusão ao fado mas sim à modinha que diz: «*Canção portuguesa que costuma cantar-se com acompanhamento à guitarra, violão ou piano*». Estamos em crer que é influenciadora do fado.

Há várias vozes discordantes quanto às suas origens, mas vamos por Pinto de Carvalho (TINOP) que diz que o fado provém duma canção marítima que se popularizou nos bairros de Alfama e Mouraria. Para ele, o fado do Marinheiro seria o primeiro. Para outros, como Alberto Pimentel e Luís Moita, o fado possui uma raiz africana através do Lundum. Teófilo Braga, por seu lado, defende uma influência árabe. Recentemente, Eduardo Sucena, coloca-o na sequência da música trovadoresca, nomeadamente, nas nossas cantigas de amigo.

Mesmo assim, a relação com o mar, o Tejo, a África e o Brasil (séculos XVIII e XIX), parecem inevitáveis nas influências sobre esta canção como manifestação cultural lisboeta. Até pela aproximação histórica destas formas musicais. O Lundum é uma canção triste e saudosa de sabor exótico de origem africana, cantada nos «navios» pelos escravos a caminho do Brasil. De lá veio para Lisboa no século XIX e até foi aristocratizado no reinado de D. José.

A modinha é uma música de salão cultivada no Brasil, que foi levada pelos fugitivos da revolução francesa e que teve grande dimensão popular, traduzindo sempre um poema saudoso e amoroso que retrata a melancolia tradicional do povo português.

É em 1874 que a palavra «fado» é referida no dicionário de Lacerda como «*uma cantiga e dança popular muito característica e pouco decente*», em Lisboa e em Coimbra. É indubitável que o fado se estabeleceu depois da segunda metade do século XIX nas ruas de Lisboa. Até então, a única «forma de fado» era, como foi dito, o fado do Marinheiro que se cantava à proa das embarcações onde andava à mistura com as canções de levantar ferro, a canção do degredado e outra cantilenas. Teria sido, aliás, no mar,

durante as longas viagens do período das navegações à vela que o fado adquiriria a sua expressão peculiar resultante da saudade dos que se viam afastados, meses e meses, dos entes queridos. A toada nostálgica que o caracteriza e que, apesar da sua evolução, ainda mantém. A sua proveniência é, como se deduz, profundamente popular, originada nas classes baixas dos bairros de Alfama, Mouraria, Bairro Alto e Madragoa. Cantado por fadistas, quer homens quer mulheres de baixa extracção social, chegou por vezes a atingir um certo grau de grosseria fruto duma fragilidade intelectual reflexo da época em que vivíamos. Os assuntos dominantes eram cenas de ciúmes, crimes passionais onde os protagonistas eram as mulheres desafortunadas, os marinheiros e os vadios. É a fase do fado da Taberna. Assim, o fado nasceu em Lisboa e na província, tanto no norte como no sul (onde é cantado), foi aceite como ditame da moda não absorvendo nem substituindo o folclore regional existente.

Em Coimbra começou-se a cantar o fado de Lisboa pelos estudantes mas rapidamente se diferencia, criando uma individualidade própria que o definiu como canção dos estudantes e da própria cidade. Mais lírico e erudito, o fado ou balada de Coimbra demarca-se do cariz popular e das temáticas do fado lisboeta, cantando em serenatas as turbulências do amor. A própria guitarra de Coimbra, sendo igual à de Lisboa tem, no entanto, uma afinação distinta. Vai-se juntar com as trovas da corte, como manifestações da tertúlia entre estudantes que vão buscar canções tradicionais das suas terras de origem, às quais dão um ritmo e uma feição que se irá consubstanciar naquilo a que se chama o Fado de Coimbra. Hilário, cantor, compositor e guitarrista, é no século XIX o seu melhor representante. Hoje continua a ser parte integrante e activa da academia.

Frederico de Freitas dá-nos nos nossos dias uma visão global do que é o fado. Define-o como uma canção essencialmente silábica, como na generalidade é a melodia popular portuguesa que se canta geralmente em verso de sete sílabas, usando também o metro maior ou menor de dez e doze sílabas, chamado «Alexandrino». Define ainda como fado corrido, o que arpeja em semi-colcheias os acordes de tónica e dominante em tom maior ou menor, improvisando o cantador segundo a sua fantasia, em quadras glosadas ou soltas que podem ser cantadas em diálogo com outro cantador, dizendo-se «à desgarrada», «a atirar» ou «ao desafio». Maneira esta de cantar que já era popular e muito anterior ao fado.

Divide a história e a evolução do fado em três períodos:

- 1.º – Período do aparecimento do fado em Lisboa, provavelmente em 1822, no qual a dança teria mais importância que o canto. É a fase de transição do Lundum para o fado.
- 2.º – Período em que o canto alcança a primazia da função. A adopção da guitarra tem grande importância para a vinculação à alma popular. É uma fase definitiva que o caracteriza e alicerça musicalmente. As características musicais da guitarra, bem diferenciadas das da viola, não deixam de trazer ao fado novas possibilidades expressivas. Da construção da guitarra e sua afinação, advém a dedilhação que permite encontrar o acompanhamento. Esta é ainda a fase do fado ginhão e canalha com acentuado fatalismo.
- 3.º – É a fase em que o teatro, as associações recreativas e até os salões, abrem as portas ao fado num movimento de adesão total do povo de Lisboa. Isto passa-se por volta de 1888. O fado torna-se uma canção urbana, vai aos Domingos para fora de portas, entra nas estroinices dos fidalgos, sobe aos salões aristocráticos e às casas proletárias. Canta-se na praia de Cascais. Enfim! O fado socializa-se: é o fado Marialva.

Hoje em dia, são já os compositores, homens de cultura musical que se ocupam de os compor em parceria com poetas letrados, com recurso a outras variantes tonais para além das duas referidas, tónica e dominante.

São estes os primeiros voos harmónicos do fado aos quais outros se haviam de seguir, mais ricos e originais. A inventiva melódica encontra assim as maiores possibilidades de expressão, uma vez que a textura harmónica se enriquece e os fados se tornam peças de música muito agradáveis.

A guitarra portuguesa, um instrumento de acompanhamento do fado por excelência, deriva do cistro que apareceu em França e na Itália no final do século XVI e se expandiu da Alemanha à Inglaterra onde, evoluindo, originou a guitarra inglesa. Em grande voga no século XVIII foi introduzida em Portugal através da colónia inglesa residente no Porto e adaptada pela alta burguesia, dedilhada por senhoras. Abandonada nos outros países, manteve-se em Portugal ligando-se definitivamente ao fado na sua afinação própria.

Resumindo, nem canção nacional, nem produto menor da arte musical portuguesa, colocado no lugar que lhe compete, espelho da sociedade que o viu nascer, o fado atingiu a maioridade, tem um lugar importante na cultura e na música portuguesa, continuará a ser um emblema do Tejo e de Lisboa e será sempre indispensável para explicar a alma do Povo Português.

BIBLIOGRAFIA

- BARRETO, Mascarenhas, *Fado. A canção portuguesa*, (1959).
BARRETO, Mascarenhas, *Fado, origens líricas e motivação poética*, (1970).
BRAGA, Teófilo, *Cancioneiro popular português*, (1911).
BRITO e CYMBRON, *História da música portuguesa*, (1992).
CARDOSO, José Maria Pedrosa, *Lisboa e o Fado*, (1993).
CARVALHO, Pinto de (TINOP), *História do Fado*, 3.^a edição, (1992).
FREITAS, Frederico de, *O Fado, canção da cidade de Lisboa. Suas origens e evolução*, Lisboa (1973).
MOITA, Luís, *O Fado, canção de vencidos*, Lisboa (1936).
PIMENTEL, Alberto, *A triste canção do sul*, Lisboa (1912).
PENEDO, Luís, *Comunicação pessoal*, 1998.
PINTO, Manuel de Sousa, «O Lundum. Avô do fado», *Revista Ilustração*, Novembro 1931.
SOUSA, Avelino de, *O Fado e os seus censores*, Lisboa (1912).
SUCENA, Eduardo, *Lisboa, o Fado e os fadistas*, Lisboa (1992).
VIEIRA, Ernesto, *Diccionario Musical*, Vol. I, Lisboa, (1890).

Paço do Lumiar: apontamentos de história

CARLOS INÁCIO

Introdução

O Paço do Lumiar é uma pequena área enquadrada dentro da freguesia do Lumiar que, tendo sido arrabalde rural de Lisboa, possui uma identidade própria.

A vocação agrícola e de lazer, caracterizada pela abundância de boas águas e pelo clima ameno, permitiu a fixação de população ligada a esse tipo de actividades (agrícola e lazer), e também a existência de comunidade eclesiástica, ligadas à história do local.

Em tempos (séc. XIII) existiu neste pequeno núcleo habitacional um paço- residência de campo da realeza – a par das grandes quintas nobiliásticas, e de um valioso património arquitectónico edificado.

Propõe-se através desta breve síntese histórica, apresentar uma evolução da vida do Paço do Lumiar, tendo, no entanto, em consideração, a escassez de fontes materiais ou escritas que permitam completar mais eficazmente esta história.

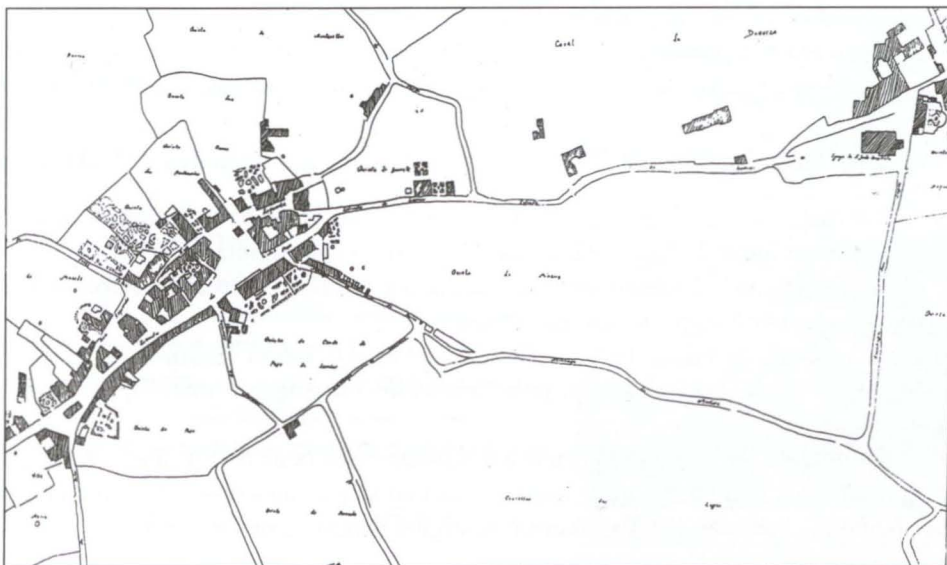
I – Pré-História Local

O Paço do Lumiar, no que se refere aos dados pré-históricos aí descobertos, está interligado com o espaço geográfico que delimita a região de Lisboa. A partir dos dados arqueológicos encontrados nessa área pode-se dizer que o Paço do Lumiar e toda a zona circundante da cidade de Lisboa foi habitada pelo homem desde épocas muito remotas. Para lá da existência de diversas estações pré-históricas no próprio solo citadino e também, nos seus arredores, em relação ao Paço do Lumiar, no que confere às jazidas paleolíticas descobertas, revelaram, geralmente, instrumentos em quartzito, e sílex pertencentes às indústrias do Abbevillense, do Acheulense (incluindo elementos de técnica Clactonense, Tayacense e Levalloisense), do Mustierense e do Paleolítico Superior.

Esses achados fazem parte das colecções valiosas dos museus arqueológicos de Lisboa, onde estão reunidos os elementos descobertos em vários sítios do país e região de Lisboa.

II – A Lenda do Nome do Lumiar

O nome *Lumiar*, no livro escrito pelo Conde de Sabugosa, *Gente d'Algo*, teve origem numa anedota atribuída ao Rei D. Dinis, publicada posteriormente no jornal *O Século*, de 5 de Maio de 1929 que refere: «*Estava naquele tempo a corte em Odivelas, tendo-se o rei apaixonado por*



Planta do Paço do Lumiar – 1910

uma formosa dama que habitava, provavelmente, nalguma das grandes quintas que ainda hoje circundam o Lumiar. E aqui vinha, ao fim de todas as tardes, entre o lusco e o fusco, o poeta-rei fazer madrigais à senhora D. Gracia. De uma vez, a noite, escura como o bréu, quasi não permitia ao amoroso cavaleiro distinguir o caminho. O cavalo porém, o favorito baio habituado ao atalho guiado pelo instinto, que o levava à abastada mangedoura, encaminhou-o sem excitação à morada da formosa Dona. Já perto D. Diniz notou com espanto, vultos suspeitos, e ao penetrar, furtivamente embuçado na ampla capa, no pátio da recatada habitação, vê romper subitamente, de várias portas, numerosos criados com a farda da casa da rainha, que lhe fazem álas empunhando tochas e archotes, com que inundaram o pátio e a fachada de luz a jorros. Ao alto da escadaria de pedra, sob o alpendre, a rainha Isabel hierática no seu véu azul, espera perturbado marido, a quem diz, mansamente: “Para que não seguisseis caminho errado, foi eu que assim vos mandei Alumiar”».

Na opinião do Conde de Sabugosa que desta forma nos conta a história dos amores ilícitos de D. Dinis, deste verbo «alumiar», empregado pela rainha D. Isabel, hoje Rainha Santa, tirou nome o sítio onde morava Dona Gracia, cujo localidade desde então se ficou chamando Lumiar. Este local, naquele tempo era conhecido por Vale de Flores, foi sempre considerado como poético, aprazível e muito pitoresco.

III – A Lenda de Santa Brígida

Na evolução dos acontecimentos relacionados com o Paço do Lumiar, importa agora fazer referência a uma notícia publicada pelo jornal *A Voz*, de 8 de Fevereiro de 1932, intitulada: «*O pavoroso incêndio que destruiu a Igreja do Lumiar*», com um espaço dedicado à Lenda de Santa Brígida: «*A Igreja Paroquial do Lumiar que a história regista como sendo fundada em 1276, pelo Bispo de Lisboa, D. Mateus, anda ligada à curiosa lenda de Santa Brígida.*

Segundo a lenda, a cabeça de Santa Brígida – que era natural de Lisboa e foi martirizada pelos bárbaros em Fevereiro de 518 – foi trazida para Portugal no reinado de D. Diniz, que tendo o monarca mandado três cavaleiros conduzissem a preciosa relíquia para o convento de Odivelas, que então se andava construindo.

Apesar da jornada não ser longa, os cavaleiros descançaram pelo caminho e, neste intervalo, a cabeça de Santa Brígida desapareceu milagrosamente, trataram logo de a procurar e foram descobri-la no alto de um pinheiro que estava junto à Igreja do Lumiar.

A vontade divina estava bem expressa naquele milagre e seria gravíssima injúria atentar contra um facto tão extraordinário. Os cavaleiros, porém, desejosos de cumprir a ordem do rei, seguiram para Odivelas, entregando a relíquia à abadessa do convento.

O milagre repetiu-se, e a cabeça da Santa tornou a aparecer no Lumiar.

Então, todos se humilharam, e a igreja ainda conservava uma lápide comemorativa deste facto, esta-va colocada na face externa de uma das paredes laterais.

Segundo nos informaram ontem no Lumiar, a preciosa relíquia a que se refere esta lenda encontrava-se religiosamente guardada na caixa forte da igreja, que não foi atingida pelo incêndio pelo fogo».

IV – Realeza: D. Afonso III / D. Dinis / D. Afonso Sanches / D. Afonso IV

Os historiadores que têm investigado a história do Paço do Lumiar, referem-nos que D. Afonso III possuía nesse lugar do Lumiar uma casa de campo com quinta.

D. Dinis em 1312 fez doação desse Paço a seu filho natural D. Afonso Sanches, pelo que, então, se passou a chamar o Paço de Afonso Sanches.

Mais tarde, a viúva de D. Afonso Sanches, D. Teresa Martins, fez doação da Igreja e do Paço de Afonso Sanches, ou do Lumiar, pelas almas de seu sogro e marido, ao novo Mosteiro de S. Dinis de Odivelas.

Entretanto, D. Afonso IV viria a confiscar esses bens de seu irmão falecido, passando o Paço a pertencer à coroa. É daí que aquele lugar do Lumiar se passou a chamar Paço do Lumiar, nome que ainda hoje se mantém, apesar de já não haverem vestígios materiais desse tempo.

V – Povoação

a) Paço do Lumiar: Julgado do termo de Lisboa

Em torno do Paço foi crescendo uma povoação que conseguiu manter uma certa autonomia em relação ao poder central, cuja propriedade, ao longo, dos tempos conheceu diferentes proprietários.

Em 1385, no reinado de D. João I, o Paço do Lumiar aparece integrado dentro dos limites do Termo de Lisboa.

Em 1495, o Paço do Lumiar foi considerado Cabeça de Julgado, à semelhança de outras localidades situadas no Termo de Lisboa. Os Julgados eram circunscrições territoriais com magistrados privativos, nomeadamente, juizes do crime e do cível, eleitos pelos seus moradores, mediante confirmação da Câmara da cidade. Ao Paço do Lumiar foram atribuídos dois juizes privativos. Das sentenças proferidas por estes oficiais de justiça havia apelação e agravo para os juizes de Lisboa.

Também os livros de *Décima da Cidade, Freguesia de S. João Baptista do Lumiar*, de 1763 até 1835, contêm informações deste sítio dos diversos arruamentos e propriedades, relativamente à cobrança desse imposto.

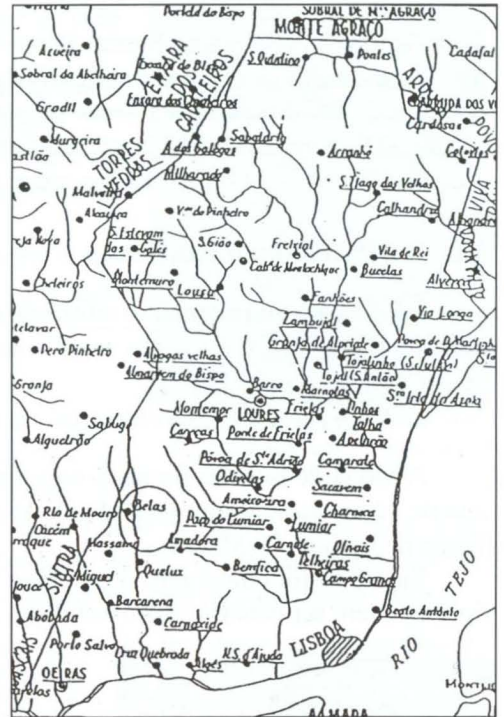


Fig. 1 – Termo de Lisboa em 1527

b) Estrutura do conjunto: Edificado urbano / Zonas rurais



Fig. 2 – Rua Direita

com uma morfologia de ocupação linear, no sentido Nascente / Poente, e com duas ruas paralelas, Direita e Esquerda, funcionando estas como elementos geradores de todo o conjunto urbano.

A norte e sul destas vias e ocupando mais de metade de área, desenvolveram-se as quintas, constituindo, normalmente, a frente das habitações nobres a fronteira entre o urbano e o rural.

Desenvolvendo-se de forma orgânica, o núcleo central entre as duas ruas, onde se localizam largos, é constituído pela casa de um a dois pisos, onde prevalece uma arquitectura sóbria de cariz popular, pontuada por alguns casos de arquitectura erudita.

Deste núcleo central partem azinhagas que estabelecem o contacto com as zonas rurais.

A população que se fixou na área do Paço do Lumiar registou ao longo dos tempos traços muito particulares na ocupação dos espaços, distribuindo-se num plano diversificado, ligado a actividades profissionais e de lazer, permanecendo ainda hoje traços muito particulares deste tipo de ocupação.

O aglomerado urbano desenvolveu-se de uma forma natural, ao longo da Estrada do Paço do Lumiar (também denomina-

da por Azinhaga do
Paço do Lumiar nos
*Levantamentos
Militares de 1827*),

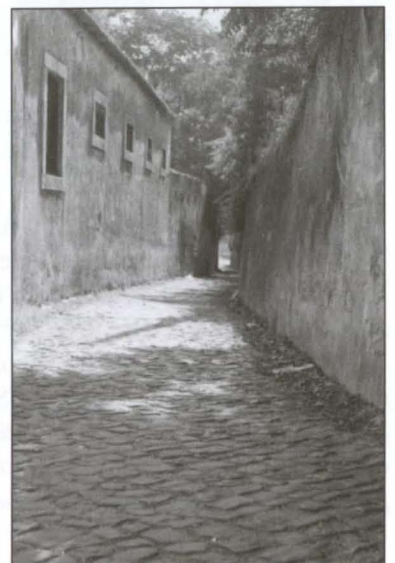


Fig. 3 – Azinhaga do Poço de Baixo

VI – Figuras Notáveis

Para lá da presença de figuras ilustres nobiliárquicas, ligadas algumas delas à gestão do País, é de se assinalar também a presença no Paço do Lumiar de importantes figuras da intelectualidade portuguesa do século XIX, nomeadamente, José Feliciano de Castilho, Cesário Verde, Almeida Garret e Júlio de Castilho, entre outros.

VII – O Património Edificado

Em relação ao património edificado existente no Paço do Lumiar, apresentam-se alguns exemplos significativos:

a) A Igreja de S. João Baptista do Lumiar

A igreja de S. João Baptista do Lumiar foi mandada construir no ano de 1276, durante o reinado de D. Afonso III. O seu fundador foi o Bispo de Lisboa, D. Mateus.

Em 1546 foi construído um púlpito de mármore na igreja. Desta época podem ser datados alguns azulejos no seu interior.



Fig. 5 – Igreja de S. João Baptista e Cruzeiro

A porta principal data de 1603. A igreja possui também uma porta lateral, no alçado norte, em estilo Manuelino.

Entre 1750 e 1803 foram feitas obras de reconstrução na igreja e capela de Santa Brígida.

As paredes estão revestidas com azulejos da época, com cenas da vida de S. João Baptista e o tecto foi pintado por Jerónimo de Barros Teixeira.

Em 1818 construiu-se na igreja um magnífico altar colateral, em estilo Império, que seria destruído por incêndio poucos anos depois. Em 1932 a igreja foi de novo devastada por um grande incêndio que levou ao seu encerramento, sendo reaberta ao público e às funções paroquiais em 1934. Após ter sido totalmente reconstruída, a igreja foi inaugurada, em termos oficiais, no dia 23 de junho de 1935.

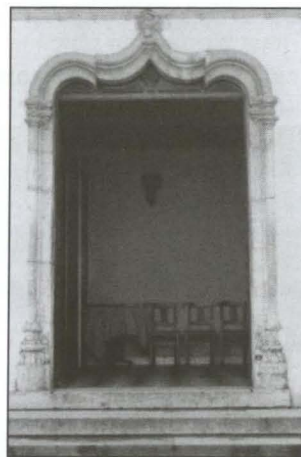


Fig. 6 – Igreja de S. João Baptista – Portal Manuelino

b) Capela de S. Sebastião

Depois de se percorrer um lanço da Estrada do Paço do Lumiar, entre muros de quintas, chega-se ao Largo de S. Sebastião. Defronte da antiga Villa Maria, actual Quinta de S. Cristovão, e ao lado de Quinta de S. Sebastião, e da Quinta do Paço, encontra-se, no meio do Largo, isolada, a Capela de S. Sebastião. Segundo J. M. Santos Simões, «... a sua fundação deve-se à piedade dos moradores locais, Quando em todo o País se popularizava a devoção a S. Sebastião, advogado contra a peste...».



Fig. 7 – Capela de S. Sebastião



Fig. 4 – Júlio de Castilho

Foi porém no século XVII que se procedeu a obras de beneficiação, sendo na altura colocada uma cruz de azulejos na parede exterior do lado norte da capela, onde se lê *Anno 1628*.

Trata-se de uma cruz de azulejos com cercadura policromática, tendo representação de Nossa Senhora do Rosário e S. Francisco de Borja.

O capitão Estevão Soares de Albergaria (falecido em 1644) contribuiu para o enriquecimento da capela, existindo, no pavimento central da mesma, uma lápide a assinalar a sua presença.

Após o terramoto de 1755, a capela teve obras de reconstrução, o que em parte justifica as diferentes épocas dos azulejos que adornam o seu interior.

c) Quinta dos Azulejos

O Palacete da quinta foi fundado na primeira metade do século XVIII, por António Collaço Torres, ourives em Lisboa e cavaleiro da Ordem de Cristo. A frente do palacete dava para o já desaparecido Largo do Poço. A quinta era conhecida nesse tempo por vários nomes: Quinta do Droguista; Quinta dos Embrexados e, depois, Quinta do Príncipe. Viria a ser baptizada por Quinta dos Azulejos, após a colocação dos primeiros azulejos na casa e muros dos jardins.



Fig. 9 – Quinta dos Azulejos – Palacete



Fig. 8 – Capela de S. Sebastião
– Cruz de azulejos



Fig. 10 – Jardins
da Quinta dos Azulejos

A importância da quinta aumentou com a visita, em 1753, do casal real D. José e D. Maria Anna Victória. Para comemorar esse facto foi mandado colocar um medalhão em azulejos, num dos alçados do edifício. Existe também uma placa comemorativa da visita real à Quinta dos Azulejos, datada de 1760.

Os azulejos dos jardins foram produzidos entre 1770 e 1790, pela Real Fábrica de Cerâmica do Rato, sendo outros importados da Holanda.

A propriedade estava ainda na posse dos descendentes da mesma família no século XIX. Foi nessa casa que Feliciano de Castilho passou uns tempos da sua infância, em convalescença de uma doença, conforme se encontra registado no seu livro *A Chave do Enigma*.

No princípio do século XX, a quinta diminuiu consideravelmente de tamanho, restando apenas os jardins e o edifício nobre. Era então seu proprietário Henrique Scholtz. Júlio de Castilho conta-nos que este negociante americano recebeu nesta sua propriedade, em 1909, a visita de Juliette Adam acompanhada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Estados Unidos da América. Depois disso pertenceu à família Mello, que revestiu com azulejos algumas partes junto ao jardim. E colocaram o seu brasão na fachada tardóz do edifício. Actualmente, está instalado no Palacete da Quinta dos Azulejos o Colégio Manuel Bernardes, fundado pelo P.^o Augusto Gomes Pinheiro.

d) Os Palácios do Duque de Palmela e do Monteiro-Mor



Fig. 11 – Palácio do Monteiro-Mor – Capela



Fig. 12 – Palácio do Monteiro-Mor – Museu do Traje

Esta propriedade, no século XVIII, pertencia ao Marquês D. Pedro de Noronha que procedeu à construção da casa apalaçada e alterou os seus limites, mandando plantar árvores exóticas, e um jardim botânico, onde foram colocadas algumas obras de arte.

A Quinta distinguiu-se sobretudo pelo seu importante jardim, onde existiu a primeira *Auracaria Excelça* que veio para Portugal, com uma copiosa colecção de árvores raras. No meio do jardim existia um pavilhão, destinado aos hóspedes, que possuía uma torre de relógio e era identificado como a casa da Quinta do Monteiro-Mor. Em 1977 é criado o Museu do Traje, no Palácio do Monteiro-Mor, sendo aberto ao público o famoso jardim botânico do Palácio. Desde 1985, na casa com torre de relógio, encontra-se instalado o Museu do Teatro.

VIII – Feira do Lumiar

No dia dedicado a Santa Brígida, santa protectora do Paço do Lumiar, celebrou-se em tempos, no largo da Igreja de S. João Baptista, uma feira de gado e de outros artigos, tempo de festa para pessoas do Paço e arredores. Essa feira deixou de se realizar nos anos quarenta do nosso século.



Fig. 13 – Feira do Lumiar – Benção do Gado

Na origem desta feira, conta-se que, em 1283, durante o reinado de D. Dinis o gado dessa região era atacado de doença. Os lavradores intercederam junto do rei, dado o especial interesse deste pelo Lumiar, para que os ajudasse. O rei tinha vontade de instalar aí uma colónia agrícola e para tal, oferecera aos lavradores muitas cabeças de gado. Assim a data e o lugar para a realização da feira passou a ser coincidente com a data da celebração religiosa dedicada a Santa Brígida.

IX – A Irmandade do Espírito Santo do Lumiar

Em 1544 foi fundada a Ordem do Espírito Santo do Lumiar e o seu respectivo códice.

O seu projecto inicial surgiu de um grupo de entusiastas que, como refere Júlio de Castilho, «*promoveram um benefício em não sei já que teatro, uns bazares de prendas no Largo S. João Baptista, nomearam entre si um thesoireiro, e obtiveram do governo uns casebres na Rua Direita. Passado tempo, via-se esses fundos convertidos n'um bonito palacete, onde se inaugurou a escola*».

«*(...) os casebres doados eram a antiga ermida do Espírito Santo, profanada, e umas habitações, que tinham sido hospital e albergaria desde séculos. (...)*» Em 1901 a ermida conservava ainda no seu interior e exterior «*... muito da sua antiga feição; o culto porém tinha desaparecido; trabalhava ahí uma serrelharia. ...*» No ano de 1903, e segundo o mesmo autor, construiu-se no sítio um prédio de muitos moradores.

X – Uma genealogia: O Conde e os Viscondes do Paço do Lumiar

Numa leitura feita à *Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, constatou-se, no volume XIX, páginas 916-917, o título: «Paço do Lumiar, sítio da periferia de Lisboa», na alínea b), «(Condes e Viscondes do)».

«Foi 1.º Visconde deste título José Maria da Costa Bueno e Nieto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso, fidalgo da casa real, comendador das Ordens de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e de Isabel a Católica de Espanha, o qual n. em Portalegre a 1-III-1816 e m. em Lisboa a 4-XII-1880, filho de João Baptista da Costa, fidalgo da casa real e capitão-mor de Portalegre e de sua mulher D. Gregória Antónia Bueno e Nieto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso, de nacionalidade Espanhola. Foi casado com D. Maria Florentina de Almeida Lima, deste casamento nasceu um único filho que lhe sucedeu.



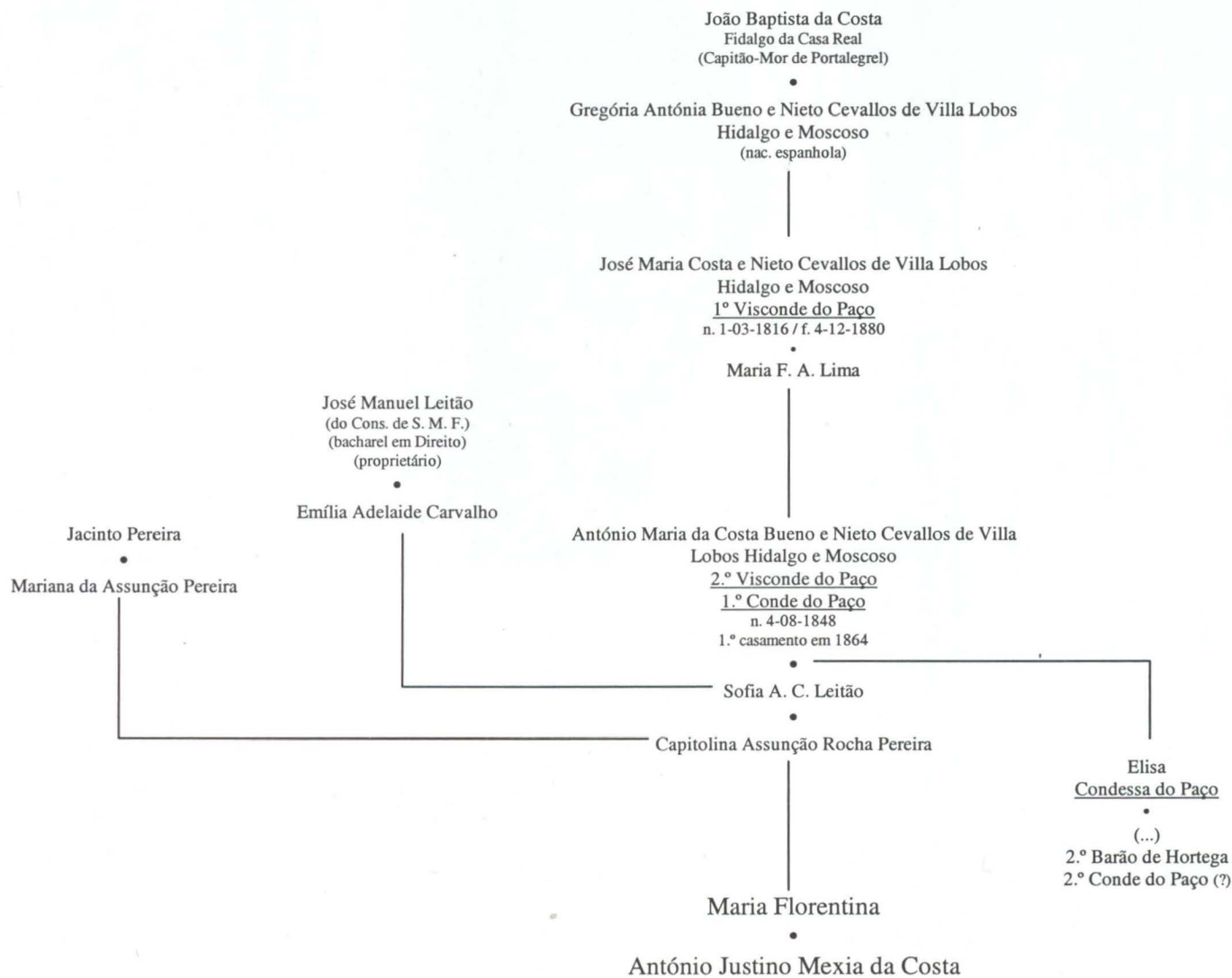
Fig. 14 – Quinta do Conde do Paço do Lumiar – Brasão

Foi 2.º Visconde e 1.º Conde do Paço do Lumiar, António Maria da Costa Bueno e Nieto Cevallos de Villa Lobos Hidalgo e Moscoso, filho dos 1.º Viscondes, moço fidalgo com exercício e grande proprietário o qual n. a 4-VIII-1848. Casou em 1864 com D. Sofia Adelaide de Carvalho Leitão, filha de José manuel Leitão, do Conselho de S. M. F., bacharel em direito e proprietário, e de sua mulher, D. Emília Adelaide de Carvalho. Tiveram uma única filha D. Elisa que casou com o 2.º Barão de Horteiga na descendência da qual está a representação do título. Passou o Conde do Paço do Lumiar a segundas núpcias com D. Capitolina de Assunção Rocha Pereira, filha de Jacinto Pereira e D. Margarida de Assunção Rocha, sua mulher, de quem teve outra filha, D. Maria Florentina que casou com António Justino Mexia da Costa Lopes Praça. A viúva do 2.º Conde passou a ulterior casamento.

O Dec. que criou o título de Visconde foi de 30-IV-1862. A renovação do 2.º Visconde teve lugar por Dec. de 4-X-1881 e a elevação à grandeza, como Conde, por Dec. de 14-X-1881.

Armas: Escudo esquartelado de Villa Lobos Buenos, Nietos e Moscosos. Coroa de Conde. São as armas concedidas por carta de brasão de 16-II-1856 ao 1º Visconde. Aham-se registadas na Torre do Tombo, no cartório da Nobreza, L.º IX (moderno)».

Genealogia do Conde do Paço (séc. XIX)



XI – Paço do Lumiar: Imóvel de Interesse Público

Procurando criar nesta área da cidade uma zona especial de protecção e salvaguarda a reabilitar, o Estado declarou o conjunto do Paço do Lumiar como Imóvel de Interesse Público, através do Decreto - Lei n.º 181/70, de 28 de Abril, após despacho do Ministro da Cultura, de 24 de Janeiro de 1996, proferido sobre parecer do Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR).

Actualmente, a C.M. de Lisboa tem a seu cargo a gestão urbanística e a reabilitação desta área, através da Divisão dos Núcleos Dispersos, instalada na Quinta de N.ª S.ª da Paz (Património Municipal).

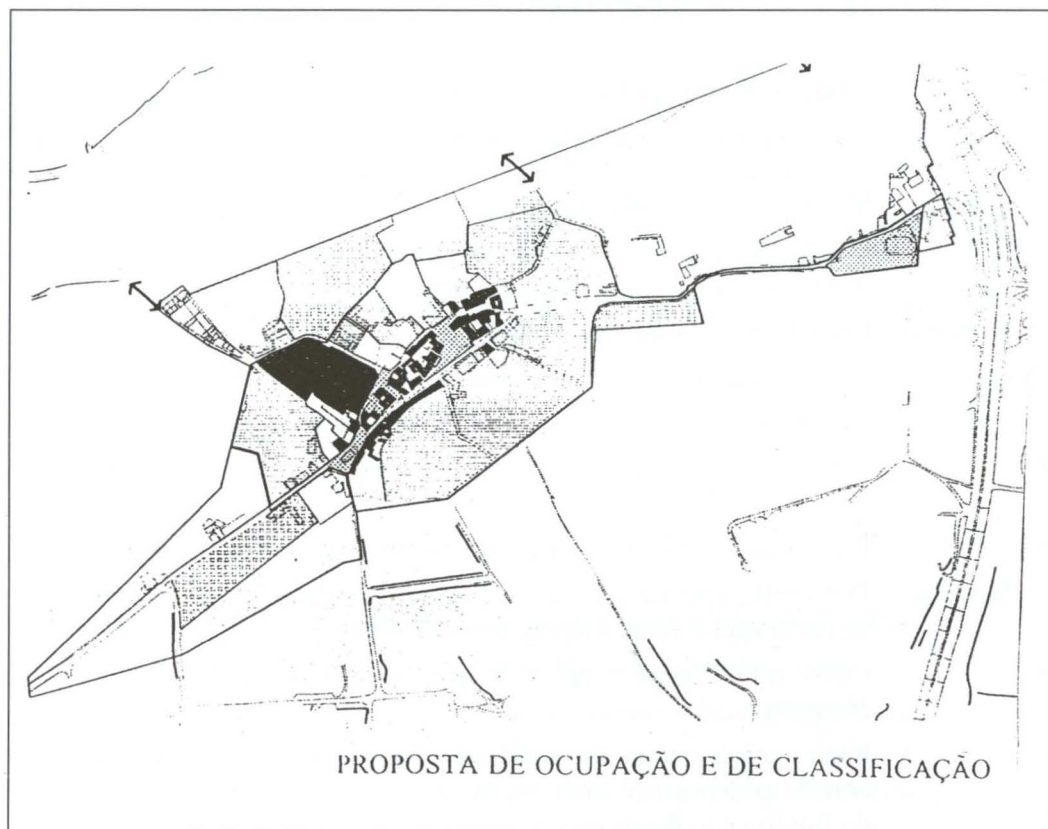


Fig. 15 – Planta do conjunto classificado como Imóvel de Interesse Público



Fig. 16 – Nicho em memória de Cesário Verde
Largo de S. Sebastião, n.º 13

Cronologia

- Pré-História Foram descobertas jazigas paleolíticas no local do Paço do Lumiar, integrando os perío-dos do Paleolítico Superior e Musteriense.
- 518 Santa Brígida é martirizada pelos Bárbaros.
- 1276 É fundada a Igreja de S. João Baptista do Lumiar, pelo Bispo D. Mateus.
- Séc. XIII (2.^a metade) D. Dinis manda proceder à transladação das relíquias de Santa Brígida para a Igreja de S. João Baptista do Lumiar.
- 1283 É criada uma Feira de Gado no Largo da Igreja de S. João Baptista do Lumiar.
- 1312 D. Dinis doou o seu Paço no Lumiar a seu filho legítimo Afonso Sanches.
- 1331 D. Teresa Martins, viúva de D. Afonso Sanches fez doação da Igreja e do Paço de Afonso Sanches, ou do Lumiar, pelas almas de seu sogro e marido, ao novo Mosteiro de S. Dinis de Odivelas.
- De 1385 a 1885 O lugar do Paço do Lumiar foi um Julgado, com dois juizes privativos, integrado dentro dos Limites do Termo de Lisboa.
- Séc. XVI (Início) Construção da Capela de S. Sebastião.
- Séc. XVI São construídas numerosas quintas ao longo da estrada do Paço do Lumiar.
- 1542 Alguns dos azulejos da Igreja de S. João Baptista são desta data.
- 1544 É fundada a Irmandade do Espírito Santo do Lumiar, com o seu respectivo Códice.
- 1546 É construído o púlpito de mármore na Igreja de S. João Baptista.
- 1551 (Outubro) D. João III, após ter assistido em Belém à transladação dos ossos do seu pai, esteve em oração a Santa Brígida, cerca de uma semana, na Igreja do Lumiar.
- 1603 Construção da porta principal da Igreja de S. João Baptista do Lumiar, em estilo Manuelino.
- 1628 Representação numa das paredes exteriores da Capela de S. Sebastião de uma cruz de azulejos, azul, com cercadura policromada, representando Nossa Senhora do Rosário e S. Francisco de Borja.
- 1662 (28 de Set.) Consulta da Câmara a El-Rei, onde também é feita referência à área do Paço do Lumiar.
- 1680 É erguido um cruzeiro na Estrada que vai do Paço do Lumiar para a Luz.
- Séc. XVIII (1.^a metade) É construído o Palacete da Quinta dos Azulejos, também denominado por Quinta do Droguista, dos Embrexados ou do Príncipe. A frente do Palácio dava para o já desaparecido Largo do Poço.
- 1750/1803 São feitas obras de reconstrução da igreja de S. João Baptista que passou a ter o tecto pintado e azulejos novos.
- 1753 O dono da Quinta dos Azulejos, António Collaço Torres, é agraciado com o grau de Cavaleiro da Ordem de Cristo, com o fundamento de ter arranjado enxoval, ou jóias, para Rainha D. Maria Anna Victória.
- Data do medalhão comemorativo da visita real de D. José e D. Maria ao Palacete da Quinta dos Azulejos.
- Séc. XVIII Construção da casa apalaçada do Monteiro-Mor.
- 1759 São desta data os azulejos existentes junto a um dos portões de ingresso no muro da Quinta do Monteiro-Mor, com a representação de N.^a Senhora do Rosário e S. Francisco de Borja.

- 1760 Na Quinta dos Azulejos é erguida uma placa comemorativa da visita Real.
- 1770/90 Decoração dos jardins da Quinta dos Azulejos, com azulejos da Fábrica de Cerâmica do Rato, e alguns importados da Holanda.
- 1818 É construído, na Igreja de S. João Baptista do Lumiar, um magnífico altar colateral, em estilo Império, que posteriormente foi destruído pelo incêndio.
- 1825 António J. C. Carceres, escrivão que foi do Tombo dos Prazos do Senado da Câmara de Lisboa, procedeu a um inquérito minucioso sobre os prazos da Câmara e outras particularidades do termo de Lisboa. Na sua lista de freguesias constava o Paço do Lumiar.
- Séc. XIX (meados) Na área que compreendia o Paço do Lumiar existiam cerca de 90 fogos e pouco mais de 320 habitantes.
- Séc. XIX Feliciano Castilho esteve hospedado na Quinta dos Azulejos.
- 1862 (1 de Jan. a 17 de Maio) O Infante D. Augusto esteve em convalescença da doença que vitimou quase toda a família real, no palácio do Visconde Villalobos, ao Paço do Lumiar.
- 1885 (18 de Julho) As freguesias de S. João Baptista e de S. Mateus (Lumiar) são incorporadas na cidade de Lisboa, na nova Reforma Administrativa levada a efeito.
- 1886 Cesário Verde morre na casa n.º 13 do Largo de S. Sebastião, ao Paço do Lumiar.
- 1909 Henrique Scholtz, negociante americano, recebe na sua propriedade, a Quinta dos Azulejos, a visita de Juliette Adam, acompanhada pelo senhor ministro dos Estados Unidos da América.
- 1919 É colocada uma lápide na Rua Pena Monteiro, n.º 24, pelos amigos de Júlio de Castilho, casa onde faleceu.
- 1932 Um incêndio devasta a igreja de S. João Baptista do Lumiar.
- 1934 (24 de Dez.) A igreja de S. João Baptista do Lumiar reabre ao culto.
- 1935 (23 de Junho) Após estar reconstruída foi inaugurada solenemente, em termos oficiais, a igreja de S. João Baptista do Lumiar.
- 1966/67 No projecto do novo Plano Director da Cidade de Lisboa, a área do Paço do Lumiar é considerado Sector a preservar.
- 1977 É criado o Museu do Traje, no Palácio do Monteiro-Mor, sendo aberto ao público o famoso jardim botânico do Palácio.
- 1985 É criado o Museu do Teatro nas instalações da Quinta do Monteiro-Mor (antiga Casa dos Hóspedes).
- 1996 O conjunto do Paço do Lumiar é considerado como Imóvel de Interesse Público pelo IPPAR.

Património do Paço do Lumiar

A) Alguns lugares a observar

Igreja de S. João Baptista (séc.XIII): Largo de S. João Baptista.

Capela de S. Sebastião (séc. XVI); Imóvel de Interesse Público, por Dec-Lei n.º 47508 de 24 de Janeiro de 1967: Largo de S. Sebastião.

Cruzeiro do Adro da Igreja de S. João Baptista (1619): Largo de S. João Baptista.

Cruzeiro do séc. XVII (1680): Rua Direita.

Chafariz do “Boneco” (1909): Lg. Júlio Castilho.

Chafariz (1901): Rua Direita, Lg. do Paço.

Placas epigráficas evocativas: de Pena Monteiro, Júlio de Castilho, Luz Soriano, Cesário Verde e Pd. Augusto Gomes Pinheiro, 3 sepulturas dos cavaleiros, alusivas à lenda de Santa Brígida.

Quinta do Monteiro-Mor (conjunto): conjunto considerado Imóvel de Interesse Público, por Dec-Lei n.º 97/78, de 12 de Setembro.

Museu Nacional do Teatro (1985): Est. Paço do Lumiar, n.º 10-12.

Palácio de Angeja-Tancos, Museu do Traje (1977): Lg. Júlio Castilho.

Parque do Monteiro-Mor (séc. XVIII): Lg. Júlio Castilho.

Quinta dos Azulejos (séc. XVIII), Espécies cerâmicas dos jardins classificadas como Imóvel de Interesse Público, por Dec-Lei n.º 44675 de 9 de Novembro de 1965: Rua Esquerda, n.º 40-46.

Quinta de S. Sebastião (séc. XVII), com o edifício principal construído nos anos 1920/21, (projecto de Raúl Lino).

Quinta Nossa Senhora da Paz (séc. XVIII), Património Municipal. Estrada do Paço do Lumiar, n.º 5. Centro Cultural e Desportivo.

Escola Primária, n.º 161.

Divisão dos Núcleos Dispersos (DMRU/CML).

Quinta de S. Cristovão / Vila Maria (séc. XVIII), Património Municipal.

Instituto Superior de Estudos Portugueses.

Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais.

Quinta do Jozé Espie (séc. XVIII)/Casal da Duquesa (séc. XIX-XX) Azinhaga das Lages/ Estrada do Lumiar.

Quinta das Hortênsias (séc. XVIII): Rua Esquerda, n.º 32.

Quinta de St.º António (1926): Rua Esquerda.

Quinta dos Condes do Paço (séc. XVIII-XIX): Rua Direita, n.º 7 e 9.

Quinta das Rosas (séc. XVIII): Rua Esquerda.

Quinta do Pizzani, (séc. XIX): Rua Direita.

Quinta dos Barros /Quinta do Leite/ INETI (Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial: Az. dos Lameiros/ Estrada do Paço do Lumiar.

Edifício de habitação (séc. XIX): Lg. de S. Sebastião, n.º 12-14 Casa com lápide evocativa da morte de Cesário Verde.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Norberto, in *Inventário de Lisboa*, Vol. X, Cap.º «Igreja do Lumiar (S. João Baptista)».
- Arquivo Histórico Português*, Vol. I, anno de 1903, Cap.º «A Extinta Irmandade do Espírito Santo do Lumiar, Estudo do seu antigo compromisso», Lisboa, 1903, pp. 97-101.
- BARROS, Henriques da Gama, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.ª ed., Tomo X, Lisboa, s/ d, p. 99.
- CÂNCIO, Francisco, *Arquivo Alfacinha*, Cap.º I «Arrabaldes de outrora», Vol. I, Caderno I, Ano de 1953, pp. 22-26.
- CASTILHO, Júlio de, *Memórias de Castilho*, Vol. I, Livro I, 2.ª ed. Instituto de Coimbra, Coimbra, 1926, pp. 5-9 e 29-53.
- Catálogo da Exposição Temporária *Lisboa Quinhentista, a Imagem e a Vida da Cidade*, Introdução à Exposição Monumentos e Vestígios da Lisboa Quinhentista, ed. C. M. L, Museu da Cidade, Direcção dos Serviços Culturais da C. M. L, Lisboa, 1983, pp. 47-49.
- COSTA, P. António de Carvalho, *Corografia Portuguesa e Descripçam Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*, Tomo III, Cap.º I «Das Freguesias de S. João Baptista do Lumiar, & dos Reys no Campo Grande», 2.ª ed. Typographia de Domingos Gonçalves Gouveia, Braga, 1869, pp. 445 e seguintes.
- COSTA, Mário, *Feiras e Outros Divertimentos Populares em Lisboa*, Cap.º «A Feira do Lumiar», pp. 55-62.
- Colecção Olisiponense*, por J. M. Cordeiro de Sousa, Vol. III, Lisboa, 1966, pp. 117-119.
- Colecção Olisiponense*, por J. M. Cordeiro de Sousa, Vol. II, Cap.º «A Igreja Paroquial de São João Baptista do Lumiar (Breves apontamentos de História)», ed. Biblioteca de Estudos Olisiponenses, Lisboa 1958, pp. 93-115, in Col. Olisiponense Vieira da Silva.
- Colecção Olisiponense*, por J. M. Cordeiro de Sousa, Vol. II, Cap.º «Uma Descrição Quinhentista do actual Palácio dos Duques de Palmela no Lumiar», ed. Publicações Culturais da C. M. L., Lisboa, s/d., pp. 113-115.
- Dicionário Chrográphico de Portugal*, (Parte Continental e Insular), Designando a população por Distritos, Concelhos e Freguesias, a superfície por distritos e Concelhos, por F. A. de Matos, ed. Depósito, Trv.ª de S. Domingos, 39, 2.º, Lisboa, pp. 400-403.
- Enciclopédia Luso Brasileira*, Vol. XIX, Cap.º «Paço do Lumiar», pp. 916-917.
- Enciclopédia Luso Brasileira*, Cap.º «Lumiar».
- Enciclopédia Portuguesa-Brasileira*, Vol. XV, p. 274.
- GARRETT, Almeida, *Folhas Caídas*, «No Lumiar», pp. 181-186.
- Guia de Portugal*, 1.º Vol. «Igreja de S. João Baptista», Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1924, p. 436.
- Jornal Ilustração Portuguesa*, de 31 de Julho de 1905, n.º 91, Art.º «Arrabaldes de Lisboa, O Lumiar».
- Jornal Diário de Notícias*, de 24 de Julho de 1905, Art.º «A Inauguração Solene da Igreja do Lumiar».
- Jornal Diário de Notícias*, de 8 de Fevereiro de 1932, Art.º «O Incêndio da Igreja do Lumiar».
- Jornal A Voz*, de 8 de Fevereiro de 1932, Art.º «O poderoso Incêndio que destruiu a Igreja do Lumiar».
- Jornal O Século*, de 7 de Fevereiro de 1932, Art.º «Um Incêndio destrói a Igreja do Lumiar».
- Jornal O Século*, de 5 de Maio de 1929, Art.º «Freguesias de Lisboa-Lumiar», por Pereira dos Santos.
- LEAL, in *Portugal Antigo e Moderno*, Cap.º «Lum-Limiar», Lisboa, 1874, pp. 476-478.
- Mappa de Portugal, Cap.º «Do Termo de Lisboa», s/d, p. 279.
- Museu Histórico e Recreativo*, Cap.º «O Paço do Lumiar», ed. Typographia Universal, Lisboa, 1861, pp. 123-124.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, Vol. VI «Consulta da Câmara a El-Rei em Setembro de 1662», pp. 365-366.
- PEREIRA, Gabriel, *De Benfca à Quinta do Correio Mor*, «Igreja de S. João Baptista», Lisboa, 1905, pp. 22-26.
- PEREIRA, G., *De Benfca à Quinta do Correio Mor*, ed. officina Typographia, Lisboa, 1905, pp. 22-27.
- Pelos subúrbios e vizinhanças de Lisboa*, Cap.º «Notícias de Carnide», s/ed., pp. 114-119.
- Portugal, Dicionário Histórico, Corográfico, Bibliográfico, Biográfico, Heráldico, Numismático e Artístico* «Igreja de S. João Baptista», Lisboa, 1909, pp. 579-580.
- PORTUGAL, Fernando e MATOS, Alfredo, *Lisboa em 1758*, Vol. XXI (1343), «Lumiar», pp. 279-291, e «Lumiar-Espírito Santo do Lumiar», pág. 355-356.
- QUEIROZ, José de, *Da Minha Terra: Figuras Gradadas, Impressões da Arte*, Cap.º «Quinta dos Azulejos-Paço do Lumiar», Lisboa, 1909, pp. 123-142.
- SANTOS, Reinaldo dos, *O Azulejo em Portugal*, Lisboa, 1957, pp. 144 e seguintes.
- Semanário Ilustrado, Archivo Pittoresco*, Vol. VI, 1863, Cap.º «Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (inédito)»,

Arrabaldes de Lisboa; Lumiar e Paço do Lumiar, Editores proprietários, Castro Irmão & C.^a, Lisboa, 1863, pp. 305-306.

SILVA Augusto Vieira da, *Freguesias de Lisboa*, Lisboa, 1943, p. 293.

SIMÕES, J. M. dos Santos, *Azulejaria em Portugal no Século XVII*, Tomo II, Elenco, 1971, pp. 114-115.

U. N. O. R. 35, Plano Director, Paço do Lumiar, Memória Descritiva e Quadros Numéricos.

VITERBO, Sousa, *A Jardinagem em Portugal*, Cap.^o «Hortos Botânicos», 2.^a Série, pp. 74 e seguintes.

VITERBO, Sousa, *A Jardinagem em Portugal*, «Apontamentos para a sua história», Propriedade e edição do Autor, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1908, pp. 128-141.

O Convento de Nossa Senhora das Portas do Céu em Telheiras – 1833

FERNANDO AFONSO ANDRADE LEMOS

Introdução

Construído por D. João, Príncipe de Cândia, o Convento de Nossa Senhora das Portas do Céu, em Telheiras, constituiu a demonstração e a garantia da cristianização portuguesa no Oriente: levámos Cristo aos gentios e estes trouxeram-nos o Templo desse mesmo Cristo. Depois de um passado faustoso, o Convento de Telheiras – como ele é mais conhecido – deveu defrontar-se com a lei do Mata-frades. Começou, nesse momento, a sua queda. Hoje tenta sobreviver debatendo-se com a ignorância alfacinha acerca do seu valor e com acordos político-religiosos ineptos e reveladores da plena instituição do nacional-miserabilismo atavicamente lusitano.

Em 1834, porém, o Convento de Telheiras respirava os derradeiros alentos no termo de uma capital ferida pelas lutas civis. Embora alguns frades se comportassem erradamente; embora a batalha de Telheiras enraivecesse ânimos e revolvesse terras úberes; embora a quase totalidade dos conventuais seguisse o partido miguelista e, secundando a soldadesca, o saqueassem; o Convento possibilitava recuperações. Mas tal não se efectuou e continuará a não se efectuar.

O processo de supressão deste convento de obediência franciscana encontra-se na Torre do Tombo, no acervo do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Caixa 2256. Em 1834, o Convento viu-se alvo do Auto n.º 394 da Junta do Exame do Estado Actual e Melhoramento Temporal das Ordens Religiosas.

Penso, neste trabalho, seguir a estrutura do Auto de Supressão. Assim, dividi-lo-ei nos seguintes capítulos:

1. Inventariação;
2. Supressão;
3. Posse e avaliação do conjunto;
4. Arrematações.

Pretendo, deste modo, transmitir um maior conhecimento de uma região onde actualmente dominam a intelectualidade e o comércio, e apelar à consciência da importância de um restauro sério e efectivo do espaço por parte das autoridades competentes, a fim de que este espaço pudesse servir uma população e não apenas fechar-se em reposteiros mais ou menos endinheirados. Que a magnanimidade da assistência desculpe qualquer falha que, desde já, afirmo involuntária!

1. Inventariação

a. Prolegómenos

Em 1833 a população do Convento encontrava-se desfalcada. Dos oito frades que a compunham, dois encontravam-se detidos no Limoeiro por conduta indevida:

Fr. Luís de S. Vicente Ferreira,
Fr. António do Rosário;

cinco haviam seguido o denominado exército rebelde, ou seja, o exército miguelista:

Fr. António Januário da Natividade, que, na altura, desempenhava as funções de Guardião;
Fr. Bernardo;
Fr. António;

Fr. António de Nossa Senhora do Carmo Portela;
Fr. Amaro de S. José Pinto;

e só 1 permanecia (certamente o de inspiração liberal) e que colaboraria em todos os actos da supressão:

Fr. António da Piedade Ferreira.

Este elemento viu-se recomendado, portanto, pela Junta do Melhoramento para usufruir de um subsídio pelo Tesouro Público, e continuar, embora dependendo da Paróquia do Lumiar, à frente da Capelania de Telheiras.

Como afirma o Auto de Supressão, a p. 11 v., o número de frades “*não bastava para fazer o número canónico, e que o Decreto de 5 de Agosto exige para dever ser conservado*”.

À ordem de execução das inventariações apõe-se a data de 30 de Outubro de 1833. Assinada pelo Conselheiro Marcos Pinto Soares Vaz, como Presidente, e ainda por José Isidoro Gomes da Silva e João Bernardo da Costa Sermenho, propõe a seguinte metodologia:

“Manda o Duque de Bragança Regente em Nome da Rainha pelo Tribunal da Junta do Exame do Estado actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares encarregada da reforma Geral Ecclesiastica, que o Bacharel Guilherme José Furtado passe ao Convento de Nossa Senhora das Portas do Céu dos Religiosos Menores Observantes de Portugal no lugar de Tilheiras suburbios desta Cidade para que com o Escrivão que deve ser um dos Ammanuenses da Secretaria da mesma Junta, e o Fiscal da Fazenda Publica, fazendo avizo ao Vigario Geral do Patriarchado entreis no dito Convento e fazendo auctuar esta Portaria defferireis juramento ao Escrivão e procedereis a indagar na prezença dos refferidos e de trez testemunhas zelosas do serviço de Deos, da Rainha e da Nação, quaes são as vantagens, que a Relligião ou o Estado alcanção na Conservação do referido Convento, se elle está na letra do Decreto de Nove de Agosto do corrente anno para ser conservado ou supprimido e finalmente qual o Numero de Religiosos que formão a Comunidade formando uma Rellação de seus Nomes, aptidão, qualidades e serviços ou desserviços feitos a Rellegião à Cauza, da Rainha e da Nação Portuguesa, ordenando que elles assignem seus proprios Nomes na mesma Rellação, e achando-se que o Convento não tem o Numero de doze Relligiosos Professos passareis a formar o Inventario Geral los proprios Autos. 1.º dos Objectos do Culto Relligioso, que entregareis ao Parocho da Freguezia do districto com a Igreja do referido Convento, para que elle guarde o Tabernaculo e as cousas Santas e sob sua mais rigorosa responsabilidade responda não só pelos Objectos religiosos, qui lhe são confiados em depozito, mas para que faça com que na Igreja do Convento se diga Missa ao Povo, assignando o Referido Parocho o mesmo Inventario = 2.º da Livraria com expressa declaração de cada uma das Obras = 3.º dos Objectos do commum do Convento, de Enfermaria Cosinha, Cerca e mais utensilios e mobilia. 4.º dos Objectos perciosos. 5.º finalmente do Cartorio, Titulos, e dividas activas e passivas, encargos pios e não pios, fóros, censos, padrões de juro e outros quaes quer rendimentos de qualquer nome ou titulo por que sejam chamados, fazendo e ordenando que cada um dos Padres do Referido Convento, ou um só com Procuração de todos, a qual será auctuada, sirva de Cabeça de Casal neste Inventario e o assignem ou assigne. Feito o que formareis treslados de cada Classe de Objectos constantes do Inventario Geral escripto nos Auctos, que serão da mesma forma assignados, como o Inventario Geral, e appensos por linha aos Auctos principaes, e feitos os Depositos com assignatura dos Depositarios, ou Depositario remetereis os Auctos á Repartição por onde esta se vos expele com o vosso informe escripto nos Auctos Principaes. Recorrereis as Authoridades competentes para vos darem a ajuda e auxilio de que necessitardes, confiando Sua Magestade Imperial da vossa prudencia, luzes, e aptidões esta importante deligencia.

Lisboa em Junta de 30 de Outubro de 1833

O Cons.º Marcos Pinto Soares Vaz Preto
Presidente

José Izidoro Gomes da Sylva

João Bernardo da Costa Sermenho”

Seguem-se, no processo, os ajuramentos: a 4 de Novembro, no edificio do Convento de Nossa Senhora das Portas do Céu, como ficou registado no Ministério das Finanças, perante o Juiz Comissário para as Diligências e Inventário, Dr. Guilherme José Furtado, jurou cumprir bem e fielmente as suas funções o escrivão José Joaquim de Santa Ana. Isto feito, por ordem do Juiz, o escrivão intimou, de imediato, os Religiosos para se apresentarem e responderem às perguntas convenientes, no dia seguinte.

Como, porém, só um se encontrava no cenóbio, só esse compareceu e só ele respondeu. Serviram-lhe de testemunhas às declarações o Prior do Lumiar, P.º Bernardo Pereira Leitão de Carvalho; o

1.º Sargento de Artilharia n.º 1, Manuel Silvério de Campos e Faria, residente na localidade; e o Fazendeiro José Fernandes.

O inventariante facilmente constatou:

“Não achei Cartorio, Livros nem outros moveis alem dos inegnegificantes descriptos no Inventario; o mais tinha sido destruido, ou roubado pelos rebeldes, como jurou perante mim o Frade inventariante (...).

A casa do convento está bem conservada, e poderá ter trinta moradores: a Igreja hé boa, e assiada; e posto q̄ a conservação do Convento não seja util à Religião, nem aos povos, a quem os Frades escandalisavam, com tudo será conveniente q̄ haja ali um capelão, q̄ diga Missa ao Povo nos Domingos, e Dias Santos, por q̄ hé numeroso, e dista de sua Freguesia, q̄ hé a de Lumiares; para o q̄ poderia servir o Frade Inventariante, q̄ não acompanhou os rebeldes, e, notei ser muito estimado do Povo d’aquelle logar.”

Daqui se inferem algumas notas:

• O Convento de Telheiras foi ocupado pelas forças miguelistas quando estas cercaram Lisboa. As tropas miguelistas, vindas de Coimbra, haviam chegado às portas da Capital no dia 4 de Setembro de 1833. Tentaram a reconquista de cidade a 5 e a 14 do mesmo mês. Neste dia, os liberais romperam o cerco lutando numa az que ia do Campo Grande à Luz. A Batalha de Telheiras, como ficou conhecida, encrumentou essencialmente esta parte do campo de luta. Encontra-se descrita nas Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna¹:

“Enquanto o Marechal Saldanha atacava o inimigo nas posições desde o Campo Grande até as Laranjeiras, compreendendo Telheiras, Palma de Cima e de Baixo, e nós sentíamos um fogo vivíssimo, tanto de fusil, como de artilharia, o Marechal Duque de Terceira entrava, com os seus Caçadores e Infantaria, na Quinta da Fonte Coberta, fazendo um movimento sobre a esquerda da estrada de Sacavém, e atacava os piquetes do inimigo com toda a vivacidade, levando-os á retaguarda, com o fim de tomar o campo entrincheirado da Portella, que era defendido por uma das brigadas do inimigo.

A cavallaria e artilharia da columna do Duque, guardada por dois Batalhões Nacionaes, avançava pela estrada sobre a Portella e nós atravessamos as vinhas entre a estrada de Sacavem e campo Grande, com grande dificuldade, tanto por causa do terreno, como pelo fogo que soffriamos duma forte linha de atiradores, sustentada por duas columnas que tinham sahido do campo entrincheirado, e observámos que o inimigo se conservava entre o Campo Pequeno e o Campo Grande, sustentando um forte tiroteio com a força que guarnecia as linhas, debaixo do commando immediato do Regente. (...)

Sentiamos e viamos um fogo terrivel na linha de Telheiras, Palma de Cima e de baixo, e isto fazia com que a força miguelista, que tiroteava em frente da nossa linha, do lado do Campo Pequeno, ficasse á retaguarda das forças commandadas pelos Marechaes.

O Marechal Duque da Terceira, sentindo o vivissimo fogo que havia entre o Campo Grande e o Campo Pequeno (...) receou (...) que lhe cortassem as comunicações (...).

[O Coronel Romão penetrou no Campo Grande, tendo-o tomado de assalto.]

Tomado o Campo, o Marechal Duque da Terceira mandou fazer hombros direitos frente ao seu Corpo de Exercito, perseguindo os que se retiravam e decidido a atacar a forte columna que lhe vinha em suporte. Travou-se então um renhido combate que durou por algumas horas, não tendo conseguido desalojar as tropas miguelistas do Campo Grande. O exército de D. Miguel ocupava igualmente o Campo Pequeno o que dificultava as communicações com Lisboa.

O Imperador sahiu pela barreira do arco do cego á frente duma força que desalojou o inimigo do Campo Pequeno e do Campo Grande, retirando-se os miguelistas para o Lumiar.”

A Livraria do Convento serviu certamente para ateamento de fogueiras, o que era comum; quanto ao mais, é natural que os soldados e frades tivessem esvaziado a Enfermaria, roubado os objectos de culto valiosos e outras preciosidades possivelmente existentes; levado paramentos para uso posterior e figitivo.

• A ideia que presidia a esta supressão encontra-se mais nítida e intensamente expressa no Requerimento que M. P. Loureiro elabora e que, datado de 20 de Novembro, se encontra a folhas 10 do Auto:

“O Juis Comissario deste inventario dis a fl. 9, quanto seja suffeciente para a supressão e extinção do convento de Tilheiras; e eu a requeiro, porque tais estabellecimentos estão em dissonancia com os principios da carta; considerando estas casas como cortiços de parasitas ociosos, que compoem a peor de todas as comunidades; por tanto sou de parecer, que não só esta só casa deve ser extinta, mas todas as outras.

MPA Loureiro”

b. Inventariação dos bens, rendimentos, e legados pios e dívidas activas, dívidas passivas

O inventário dos bens foi presidido pelo Dr. Guilherme José Furtado, Juiz Comissário para as Diligências relativas à Supressão deste Convento, e serviu de Escrivão José Joaquim de Santa Ana.

Esta acção começou no dia 5 de Novembro de 1833, com a ajuramentação de Fr. António da Piedade Ferreira pelo Juiz Comissário.

A Igreja do Convento

“A Igreja do Convento de Tilheiras bem aciada, e limpa, e Magestoza com cinco Altares, mór, e quatro latraes, dous pulpitos e guarda vento em muito bom uzo Cercada de huma Teia quazi Nova com quatro Confessionários” (p. 2 do Inventário) ...

A Igreja possuía 13 imagens:

1 Nossa Senhora das Portas do Céu	vestida de seda	vulto regular
1 São Francisco		“ “
1 São Joaquim		“ “
1 São Domingos		“ “
1 São José		“ “
1 Nossa Senhora das Portas do Céu com menino no braço		“ “
1 Santo António com menino		“ “
1 Santa Jozabel		“ “
1 Santo Amaro		“ pequeno
1 São Diogo		“ “
1 São Luis Bispo		“ “
1 Santa Rita		“ “
1 Santo Cristo		“ grande

Além disso continha ainda os seguintes paramentos e objectos de culto:

- 1 Cruz + 6 castiçais dourados de pau
- 1 Cruz com crucifixo + 6 castiçais de estanho dourado
- 1 Cruz + 6 castiçais de pau dourado e matizado de azul
- 1 Cruz
- 1 Cruz com sua cruz de pau do Brasil
- 3 Crucifixos de pau
- 23 Castiçais avulsos de vários tamanhos, de pau
- 1 Lustre de vidro em bom uso
- 5 Frontais de várias cores, em bom uso
- 4 Sanefas encarnadas de Damasco, grandes
- 1 Sanefa, volta redonda, do Altar-mor
- 4 Sanefas pequenas
- 1 Cortina grande de tafetá
- 1 Cortina de Damasco
- 7 Cortinas de Damasco pequenas
- 2 Bancas (credências) pintadas em bom uso
- 1 Escada de mão para acender a lâmpada
- 4 Moxos.
- 1 Estante grande quadrada, de pau preto (no Côro)
- 2 Estantes pequenas
- 2 Bancos de encosto em bom uso
- 2 Bancos sem encosto em bom uso
- 1 Cadeira de pano em bom uso.

A Sacristia

Na Sacristia do Convento encontravam-se 6 imagens e 2 painéis:

1 S. João Capristano	pau	vulto regular
2 S. Francisco		“ “
1 São Domingos		“ “
1 Senhor Ressuscitado		“ pequeno
1 Nossa Senhora das Portas do Céu		“ pequeno
1 Painei grande do Príncipe de Cândia		
1 Painei grande de S. Francisco		

Os Paramentos nela armariados constavam de:

1 Casula + estola e manípulo preto	lã	bom uso
1 Estola branca	damasco	
1 Estola vermelha	“	
1 Manípulo vermelho		
19 bolsas de corporais, tamanhos vários e cores		bom uso
4 Manustérgios		
5 Sanguíneos		
3 Toalhas de altar	linho	
1 Toalha de altar	algodão	
3 Véus de altar vermelhos	seda	
1 Véu de altar verde	seda	

(Gostaria de salientar a existência completa só de um paramento, próprio das missas de defuntos. Para frades em fuga era o paramento menos útil, pois os outros estariam mais de acordo com o Santoral e as festas dominicais. Os cálices e as píxides igualmente desapareceram, ou pela utilidade cultural ou pelo valor do metal).

Na Sacristia encontravam-se ainda os seguintes objectos:

- 1 Meia cómoda de pau do Brasil, com cinco parteleiras e dentro dela 11 ramos de flores, tudo novo
- 1 jogo de Sacras com vidros, e molduras douradas
- 5 jogos de Sacras de papelão
- 1 Pedra de ara avulsa
- 1 Umbela encarnada, de damasco
- 2 Pares de galhetas, em estanho
- 1 Jarro de estanho
- 2 Missais
- 4 Estantes de missais novas
- 1 Vaso de estanho para os Santos Óleos
- 6 Varas de pálio, novas, douradas, com estojo
- 6 Varas de pálio velhas
- 3 Caixões grandes, de pau, para guardar paramentos
- 2 Apagadores
- 1 Caderno de missas de defuntos
- 1 Pavilhão

Os Dormitórios

Pelo mobiliário podemos concluir que, talvez, constituam o elemento conventual menos delapidado. O mobiliário dispunha das seguintes peças:

2 Bancos com encosto		
5 Cadeiras	pau	bom uso
1 Canapé		

4 Cadeiras	palhinha	
4 Moxos	pau	bom uso
4 Estantes com armários		
1 Painel com moldura dourada		
5 Bancos que servem para cama	ferro	
2 Bancos que servem para cama	pau	
1 Banco que serve para cama (comprido)	pau	
2 Bancos	pau	

Os Bens de raíz

Constituíam os bens de raíz o edifício conventual, possuindo um rés-do-chão, as oficinas e, por cima, os dormitórios grandes; a Igreja; a Sacristia; a Cerca, que era toda murada. Estes bens de raíz explanar-se-ão posteriormente de forma mais pormenorizada.

Rendimentos

O Convento de Telheiras auferia na altura da Supressão:

800:000 rs devidos pela Casa do Marquês do Alegrete, que pagava de juro 40:000 rs anuais;

100:000 rs anuais pagos pela Administradora da Capela da Palma, de José Maria Lobo Saldanha Cabral e Paiva.

Legados Pios

Os frades deviam rezar:

30 missas anuais pela benfeitora que legou ao Convento os 800 mil rs, na posse do Marquês do Alegrete;

100 missas anuais pelos Reis de Portugal e Príncipe de Cândia.

Dívidas activas

Deviam ao Convento de Telheiras:

11 anos de juros da Casa do Marquês do Alegrete: 440:000 rs

2 anos da Administradora da Capela do Fundador: 200:000 rs

Dívidas passivas

No requerimento, apenso ao Auto, dirigido ao Tribunal do Tesouro Público o Boticário do Campo Grande, João Cardoso de Figueiredo, com data de 14 de Maio de 1834 (já, portanto, posterior à conclusão do Inventário) pede à Suprema Junta o pagamento da dívida que os Frades de Telheiras haviam contraído no seu estabelecimento de 1831 a 1833 de 32:000 rs. O boticário assegurava possuir as receitas em seu poder.

c. O encerramento do Inventário

No dia 6 de Novembro foram entregues ao Pároco do Lumiar, Padre Bernardo Pereira Leitão de Carvalho, pelo Juiz Comissário, Dr. Guilherme José Furtado, o templo e os objectos religiosos constantes da Inventariação. Ao pároco competia:

- guardar, sob a mais rigorosa responsabilidade, todo o acervo;
- dar conta dele quando a Autoridade o exigisse;
- proporcionar missa ao povo na igreja do Convento.

A 7 de Novembro encerrou-se a Inventariação. Nela se declara “*que não havia nelle [Convento], Livraria, Carthorio, utensilios de cozinha e Enfermaria, nem Objectos perciozos por ter sido tudo extra-viado pelas tropas dos Rebeldes alli aquarteladas durante o Citio de Lisboa.*”²

2. Supressão

Na sequência dos Autos pode ver-se a “*Consulta derigida a sua Magestade Imperial o Duque de Bragança Regente em Nome da Rainha*”, datada de 11 de Dezembro de 1833 e assinada pelo Presidente, Dr. Marcos Pinto Soares Vaz Preto, e ainda por Manuel Pires de Azevedo Loureiro, Licenciado José Tomás de Mendonça e Sousa, João Jorge de Oliveira Lima, Miguel do Carmo Alves do Rio, José António Mancio da Costa Ubaldo, João Bernardo da Costa Sermenho e José Isidoro Gomes da Silva.

Nela, logo após a descrição de todo o inventário – e onde surge uma descrição do convento e da cerca –, o Presidente propõe a D. Pedro IV a supressão do Convento e o futuro do frade remanescente, que passou a Capelão de Telheiras:

“E para isto propoem a Vossa Magestade Imperial o mesmo Fr. António da Piedade Ferreira por ser mui edeficante e geralmente amado do Povo. Dignando-se pois Vossa Magestade Imperial de assim o Resolver se deverá consignar-lhe huma prestação proporcionada ao serviço vantajozo que elle fez: e lembra para isso assignar-se-lhe a renda dos Cem mil reis que paga a Administradora da Capella instituida pelo Principe de Candia Fundador do mesmo Convento.”

E encontrando-se o Desembargador Fiscal igualmente de acordo com a proposta, o Conselheiro Marcos Vaz Pinto, invocando a sua “*Authoritate Appostolica*” concedida pelas “*Injuncti Nobis*” de Bento XIV, e “*Ad Appostolici Menisterii*” e “*Decet quam maxime*”, estas de Pio VI, determina: “supprimimos, extinguimos e profanamos o Convento, cerca e mais Officinas e predios rusticos e Urbanos, direitos acções e outros quaesquer bens do Convento de Nossa Senhora das Portas do Ceo do Lugar de Tilheiras no suburbio desta Cidade e os devolvemos ao Estado como próprios da Nação, com todos os seus titulos e utensilios; Mandamos que a Igreja se conserve com todas as suas Imagens na maior decencia e com os Utensilios necessarios ao culto e sejam entregues ao Parocho do districto para os conservar e guardar como cumpre á decencia do Culto Religioso.”³

O “cumpra-se” de D. Pedro IV data de 10 de Janeiro de 1834. Terminava, deste modo, a vida de um convento fundado pelo Oriente e que constituiu um dos polos da nobreza portuguesa através da Confraria de Nossa Senhora das Portas do Céu, fundada em 1625 pelo Príncipe de Cândia.

A despesa do Processo – ordenado e material – orçou nos 28:000 rs.

3. Posse e Avaliação do conjunto

Por último surge o Auto de Posse e Avaliação.

a. Auto de Posse do Convento e Cerca.

Este Auto de Posse decorreu nas Casas de Provedoria do Quarto Districto da Capital. O Termo de Juramento, datado de 29 de Maio de 1834, permite conhecer os nomes dos intervenientes

Termo de Juramento

Aos Vinte e nove dias do mez de Maio de mil oito centos trinta e cinco nesta Cidade de Lisboa e Casas da Provedoria do Quarto Districto da Capital Sendo presente o Provedor Joaquim Jose de Asevedo e Silva em Companhia de mim Escrivão do Seu Cargo Compareceu presente Jose Pereira da Cruz Escrivão do Delegado desta Provedoria das Freguesias Ruaraes da Ameixoeira e Anexas E pe lo ditto Provedor foi deferido o Juramento dos Santos Evangelhos ao referido Jose Antonio da Silva, para que no desempenho de Suas Obrigações Cumpra em Obdiencias das Leis das Autoridades de Legitimo Governo de Sua Magistade Fedellissima a Rainha as funções do Seu Cargo, o que foi asseito pelo ditto Escrivão e prometeu Cumprir. E pello haver assim ditto e declarado mandou o Provedor faser

o Presente Termo que assignou assignou
o referido. E eu Narciso Freire Carnei
Carneiro Escrivão da Provedoria dou minha
fé Se passar referido na Verdade o escrevi
e assignei Narciso Freire Carneiro

Azevedo

Jose Pereira da Cruz

O Auto de Posse constitui a melhor descrição do Convento e da Cerca. E também a última!

Auto de Posse

No anno do Nascimento de Nosso Senhor
Jesus Christo de mil oito centos e trinta e cinco aos
vinte e nove dias do mez de Maio no Sitio de Ti
lheiras freguezia do Lumiar convento dos Religiosos
da extinta Ordem de São Francisco da Cidade a
onde veio o Provedor do quarto Destricto Joaquim
Jose de Azevedo e Silva digo do quarto Destricto
da Capital Joaquim Jose de Azevedo e Silva em
companhia de mim Escrivão por elle juramenta-
do para o fim de proceder á Posse, e avaliação do
dito Convento o que fez com todas as formalidades da
Ley, declarando que tomava posse por parte
da Fazenda Nacional tanto do Predio Rustico,
Como do Urbano. Consta este Edeficio do pavimento
terreo composto de Refeitorio, Cozinha e Officinas An-
exas, e mais dois andares que são os dormitorios,
formados de hum corredor e diverças Cellas. Compõe-
se o Predio Rustico de huma Cerca com Vinha, ar-
vores de pevide, e caroço, hum pôsso com en-
genho Real corrente e seu tanque com huma peque-
na almocega e para constar mandou o Refferido
Provedor fazer este Auto que eu Escrivão Joze Perei-
Pereira da Cruz escrevi e asignei com o dito Prove-
dor de que dou minha fé se passar o Refferido
na verdade

Jose Pereira da Cruz

Azevedo

b. Avaliação do Convento e da Cerca.

Os Louvados

O Auto de Avaliação foi presidido por António Gonçalves Lamarão que, à época, exercia interina-
mente as funções de Provedor do Quarto Distrito da Capital.

Viram-se nomeados Louvados Avaliadores:

Joaquim Lopes Ferreira, mestre pedreiro;
Pedro José Ferreira, oficial de carpintaria;
José dos Santos, fazendeiro;
José António de Miranda, fazendeiro.

Avaliação do conjunto monumental

No que respeita ao edifício – convento, igreja e sacristia – fica a saber-se ainda que no 2.º pavimen-
to alto havia dois dormitórios com 12 celas e um pedaço de edifício por acabar. Quer isto significar que o
edifício estava em ampliação no andar superior? Além disso, existiam 2 casas térreas para despejos da Cerca.

Todo o conjunto ficou avaliado em 10 contos de reis, estabelecendo-se o rendimento anual em 45 mil
reis.

Avaliação da Cerca

Quanto à cerca, os Louvados Avaliadores atribuíram-lhe o valor de 450\$000 rs, com uma renda anual de 22\$500 rs.

c. Avaliação da Igreja e Sacristia

O Auto de Avaliação da Igreja e Sacristia data de 5 de Setembro de 1836. Presidiu o Provedor Interino do Quarto Distrito Administrativo da Capital, José Baptista Gastão; foi Escrivão Francisco Ferreira Coelho de Magalhães; e Louvados avaliadores:

José Joaquim dos Santos, mestre pedreiro;
Theotónio da Silva Coelho, mestre carpinteiro.

Desempenhavam o cargo de louvados avaliadores dos prédios urbanos da cidade de Lisboa e seu termo pela Câmara Municipal de Lisboa. Agiram no cumprimento da Portaria do Governo Civil de Lisboa n.º 1421, da 3.ª Repartição da 2.ª Divisão, datada de 24 de Agosto de 1836. A Igreja foi avaliada em 4 contos e quinhentos mil reis, o que permite concluir que o edifício do Convento isolado valia 5:500\$00 ($10:000\$00 - 4:500\$000 = 5:500\000)

A Sacristia, que se encontrava no fundo da Igreja servida por dois corredores laterais, e que tinha por cima 2 celas, no pavimento do dormitório do Convento, “as quais devem pertencer á mesma Sacrestia, e Igreja por se acharem dentro da Aria da mesma Igreja”, ficou avaliada (com as 2 celas) em 1 conto e quinhentos mil reis.

Ao todo, Igreja e Sacristia (esta com as duas celas) avaliaram-se em 6 contos de reis.

4. Arrematações

Apensas aos autos, surgem, indatadas, as “*Condiçoens p^a o Arrendamento da Cerca de N. S. das Portas do Céu de Telheiras*”.

Por outro lado, em lista – a 653, com data de 13 de Junho de 1841 – da Junta do Crédito Público, 3.ª Repartição, encontrei a Venda de “*Bens da Capella instituida pelo Principe de Candia*”.

No meu entender, estes dois documentos completam o Auto de Supressão e, penso, contribuem para uma mais completa visão do acontecimento.

a. As “Condiçoens...”

Transcrevo o documento por elucidativo:

“Que este Arrendam.to Será p.r tempo de 3 annos, q hão de Comessar em Janeiro de 1834 e pelo Preco e renda de \$ paga no Coffre desta Junta, ou qualquer outra repartição Fiscál que se determinar.

Que o Rendrº prestara fiança Idonea ao cumprimento de todas as Condiçoens deste contracto.

Que o Rendrº Conservará bem a vinha nova e nella fazendo-lhe os devidos amanhos de Cavas, podas, ampas, assim Como Conservará as pareiras, Arvores e mais Objectos q.e lhe pertencem no mesmo bom estado em q.e Se achão – assim como a Horta, poço nora dam.te Cerca.

Que São comprehend.os neste Arrendam.to 3 novid.s completas de fructos – assim como Se comprehendem as Officinas annexas q o Solecitor da Fazenda publica lhe deziñar em Cazo de duvida Lisboa.

Sr. Luiz Mascaranhas de Matos e Lemos

Na Thezouraria da Junta do Melhoramento”

Em nota acrescenta:

“O Snr Secretario tendo exigido as condeçoens da Cerca de Telheiras e sendo hoje o dia da Sua Arrem.ão ainda se lhe não entregarão. hé verd.e que ninguem tem procurado p.r ellas.”

b. A venda dos bens da Capela

O anúncio com o valor estipulado é o seguinte:

“Uma terra denominada Tojaleira, que outr’ora fazia parte do casal do Rebollo, no sitio do Machado, Freguezia de S. Pedro do Almagem do Bispo: tem pelo poente 219 varas, e parte com Manoel António, do Rebollo; pelo sul tem 57 varas, e parte com estrada; pelo nascente tem 218 varas, e parte com José Caetano, das Albogas; e pelo norte confronta com Antonio Duarte Loures, e tem 6 varas.
Avaliações: 48\$000.”

Este preço vigorou durante 30 dias, a contar de 11 de Abril de 1839. No dia 13 de Junho de 1841 foi posta à venda para quem desse mais.

c. Por último, no Catálogo dos Conventos Masculinos do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, p. 583 encontrei as seguintes notas:

“Igreja

Foi concedida aos moradores do lugar de Tilheiras com as imagens e mais objectos do Culto, por Decreto de 8 de Novembro de 1843.

Processo n.º 18:835 S.ço

Convento

Mandou-se proceder à sua venda por Portaria do Ministério da Fazenda de 26 de Janeiro de 1846 – Processo n.º 230 – S.ço”

Conclusão

Assim terminou o Convento de Nossa Senhora das Portas do Céu e, com ele, o período áureo de Telheiras.

Pode, com efeito, dividir-se a história de Telheiras em 3 grandes momentos: o préconventual, o conventual e o pós-conventual. Se o primeiro derivou dos tempos neolíticos ou talvez anteriores e acompanhou a nacionalidade até à perda da Independência, o segundo, surgido da queda da nacionalidade, respandeceu com os faustos da dinastia brigantina. Quanto ao terceiro... será o que Deus quiser e os homens fizerem. Talvez porque ainda não voltaram a sonhar!

NOTAS

¹ in Pedro Gomes Barbosa, Manuela Rego, *Campo Grande Revisitado*, p. 31.

² p. 6v do Inventário.

³ f. 15.

BIBLIOGRAFIA

AUTO DE SUPRESSÃO DO CONVENTO DE NOSSA SENHORA DAS PORTAS DO CÉU, A.H.M.F., Torre do Tombo, Caixa 2256.

BARBOSA, Pedro Gomes, REGO, Manuela, *Campo Grande Revisitado*, Junta de Freguesia do Campo Grande e Sociedade Lisboa 94 SA, Lisboa, 1994.

CORREIA, Lopes, *Trancoso* (Notas para uma monografia), 2.ª ed. revista e aumentada, Câmara Municipal de Trancoso, 1989.

A Infanta D. Maria: a memória guardada na pedra de Carnide-Luz

ESTELA GONÇALVES

Venho aqui falar da memória de uma infanta que viveu no século XVI e cuja existência ficou marcada na cidade de Lisboa, em particular num dos seus lugares, o de Carnide-Luz. Mas não sendo uma trabalhadora das memórias, da avaliação / classificação do património, nem da cidade, ou do país, e dizer desse modo, argumentando, sobre o que vale a pena manter vivo na memória de cada um, não posso pretender trazer novos dados históricos ou contrariar os existentes.

Tenho, contudo, aprendido a reconhecer, cada vez mais, a importância desse trabalho, não só para a comunidade de especialistas, mas, e o que me diz mais directamente respeito, reconheço que dar a conhecer a historicidade de um lugar e a história dos seus monumentos, monumentais ou não, às populações residentes importa para a estruturação da nossa identidade.

O lugar de Carnide-Luz é um pequeno agregado urbano da cidade de Lisboa, lugar crítico, doente, quer para si mesmo, para as pessoas que nele habitam, quer para a cidade de Lisboa, como a cidade que hoje tem vontade de ser e, por essa razão, se encontra em processo de reabilitação urbana.

O meu ponto de vista faz-me olhar esse lugar, a memória nele existente, a sua história, como uma preocupação, procurando saber sobre as lógicas sociais que o produziram e o que nelas estaria implicado no desencadear da doença.

E, constatando a doença desse lugar (social, humana, urbana), devo procurar chegar a um diagnóstico para que se possa tratar. Em mente, para o processo de cura, a sua reabilitação urbana, trago a ideia do que deve ser um bom lugar, um lugar acolhedor, um lugar feliz, enfim.

Comecei por procurar analisar o processo de transformação sócio urbana do lugar de Carnide-Luz, caracterizado em etapas de transformação, num tempo histórico síntese, condensado, a par, evidentemente, da realidade social actual, do modo de vida particular da sua população.

Assim, da simples constatação da degradação do seu edificado e más condições de habitabilidade passei a olhá-lo, igualmente, a partir da sua história síntese: de Termo de cidade este passou a freguesia periférica, muito afastada da urbanização que foi alterando a fisionomia da cidade de Lisboa, cidade que vinha de trás, de outros tempos históricos e modo de organização social, no interior da sociedade portuguesa em particular.

Nos últimos tempos Carnide-Luz tem vivido, perigosamente colado ao subúrbio crescente, mas ainda a respirar uma certa unidade através de uma ruralidade escondida por detrás das suas azinhas, entre quintas, há muito tempo abandonadas pelos seus proprietários, mas bem aproveitadas por emigrantes recentes de um mundo rural que já não dá alimento.

A degradação desse lugar, quase endémica, nas suas casas / edifícios e caminhos e inserção no todo que é a cidade de Lisboa, impede a tal ideia, que é uma ideia comum, ainda que possa divergir na sua materialização, de que Carnide-Luz seja, ou deva ser, um lugar acolhedor, feliz.

Tal situação obrigou-me a pensar com mais atenção na defesa da sua manutenção, com a sua morfologia própria, delimitando-o como um conjunto patrimonial, protegendo-o e articulando-o com a invasão da cidade nova, essa sim, contendo as possibilidades de se oferecer como um lugar feliz, pelo menos no plano da intenção de quem a vai fazendo.

E pensei-o a dois níveis, colocando-me as seguintes interrogações:

Que cidade nova é essa que está ser feita e como trata a totalidade dos seus cidadãos e possíveis visitantes?

Qual o lugar que ocupa hoje para a vida de cada um o esforço de preservação do seu património, para a memória a preservar da cidade, esse invólucro exterior a nós, porque historicamente nos antecedeu, mas sempre a ser refeito por quem nele vive, no qual confiamos para que nos acolha, nos faça viver, produzir,

permita sonhar, nos faça simplesmente sentir bem porque é bela, invólucro que já lá estava quando nascemos e ficará depois para todos os que virão?

No decurso destes anos de atenção sobre Carnide-Luz, do mesmo modo que, do número de residentes aprendi a reconhecer o rosto de quase todos, lhes vou escutando as histórias de vida, também passei a olhar com mais detalhe a sua temporalidade histórica, procurando, como foi o caso, o tempo de vida concreto de uma pessoa que deixou a sua marca na pedra mais poderosa e resistente de Carnide-Luz, isto é, a vida da Infanta D. Maria, fundadora do antigo convento da Luz (edificado como convento dos Freires da Ordem de Cristo entre 1575 e 1596) e de um hospital que hoje é um dos edifícios do Colégio Militar datado do mesmo período, e que diria na minha linguagem técnica, equipamentos escolar e de culto.

O povoado de Carnide, porque é quase assim que podemos entender esse pequeno aglomerado de casas, não o podendo designar como bairro urbano, como existem no centro histórico tradicional da cidade, esse lugar rural, criou e foi alimentado ao longo destes séculos, pelo menos desde o século XV, um mito fundador, feito de milagres, de acontecimentos extraordinários que suavizava o esforço da vida de quem neles reside.

No tempo em que tudo aconteceu, assim reza o mito, apesar de ter uma datação histórica, e na fonte da Machada se ergeu ermida a N.^a S.^a da Luz, a vida de cada um era precária fosse ela vida de rei, soldado, povo ou escravo. A técnica dos homens era ainda frágil para fazer face à natureza caprichosa; e as terras prometidas custavam muitas vidas de soldados ou levavam muitos anos para que voltassem.

Pêro Martins voltou ao lugar de Carnide. Esse foi o primeiro de muitos milagres que haveriam de vir, tivessem vindo entretanto ou não.

Nesse tempo as pessoas acreditariam que as suas vidas dependiam do Destino feito por mãos divinas, levantando-lhe altares para oração, preces debitadas por padres das mais diversas ordens, mas obedientes à igreja de Roma, ao Papa e aos seus dogmas. E desse modo o milagre era obra de Deus

O povoado de Carnide incorporou a partir daí um valor simbólico ao seu território, designou-se a si mesmo como Carnide-Luz, agarrando-se à força estruturante simbólica do poder milagroso da água-Luz.

Mas a vida é vida, feita de produção, conflito, criação, dúvida, movimento para a frente. Nesse tempo, portugueses, espanhóis e italianos na primeira linha, mas também todos os outros grandes da Europa, cruzavam já os mares do atlântico para chegar até às terras de abundância, provocando fluxos imensos de mercadorias.

Cada vez mais a acção dos homens era tida como causa de talento e trabalho, essa sim, capaz de ter valor de dignidade humana, bem mais do que o seu lugar de origem e a pureza da sua linhagem.

Maria, a infanta fundadora/ financiadora dos edifícios de Carnide, nasceu em época de transformações, transformações que marcaram profundamente o modo de viver actual, século de ouro como lhe chamaram alguns historiadores e marcaram fisicamente a cidade / o país, com o seu gosto e estilo arquitectónico próprio.

Filha de reis, do "Felicíssimo" D. Manuel e de Leonor da casa dos Habsburgos, irmã do imperador Carlos V, nasceu em 1521, enquanto o movimento humanista chamava para o centro das reflexões o Homem, deslocando Deus da sua centralidade inquestionável; os barcos dos navegantes cruzavam os oceanos dando a conhecer o mundo ao mundo, transaccionando mercadorias; a cristandade discutia os seus principais fundamentos dividindo-se irreversivelmente; Maquiavel escrevia os seus *Discorsi* e o *Príncipe*, cuja importância, como referiu Lefort, residiu não somente no facto de ter descrito as operações do príncipe, mas o facto de ter raciocinado sobre os sistemas de forças que incarnam os sistemas políticos, abrindo, por isso, a via ao estudo dos sistemas sociais.

O lugar de nascimento de Maria dar-lhe-ia direito a um destino particular poderoso, capaz de deixar marca na História.

Como mulher estaria destinada a ser objecto transaccionável nas estratégias de aliança ou de guerra dos senhores poderosos da europa, garante da continuação de uma linhagem, de um território-reino-império conquistado. Dotada, de acordo com o valor do casamento aliança no qual fora gerada, seria rainha deste ou daquele reino, consoante as estratégias de aliança de seu pai.

A sua principal obra seria a capacidade de gerar um herdeiro, muitos herdeiros, porque naquele tempo a vida podia ser curta, mesmo para os reis. Outras obras faria, estas de caridade, porque se trabalhava no mundo terra para a salvação das almas, e mesmo de governação, como Regente, até à maioridade do legítimo herdeiro.

E o 3.º casamento do pai da Infanta Maria, historicamente pouco explorado, como disse o seu primeiro, e principal fonte de todas as outras biografias, Frei Miguel Pacheco, em 1674:

“ não passou a essas bodas por falta de sucessão, porque a tinha afiançada em 8 filhos do 2.º matrimónio, e 6 eram filhos varões, todos de inteira saúde, nem por achar-se muito florescente em idade, pois poucos dias lhe faltavam para cumprir 51 anos de idade; menos ainda para aliar à sua coroa alguma outra; ou aumentar novos estados. Antes se consumavam os próprios com as expensas que forçosas acresceriam pelo dote e a casa que havia de pôr à grandeza de tal noiva.”

Mas Maria, como o disse outra sua biógrafa, Carolina Michaelis, em 1902:

“de sangue real, herdeira da coroa, que ainda criança viu refulgir a coroa de França, tendo sido escolhida repetidas vezes para o trono imperial, ficou ainda assim uma triste noiva. Estado tragicómico que desencadeou a simpatia dos coevos, estado que lhe foi imposto e no final aceitou com sublime altivez, aparentando tê-lo escolhido livremente.”

Afinal a *Sempre Noiva*, como ficou a ser conhecida, obra de André de Resende, escrita em 1551, louvando-a como futura rainha de Castela, dizia:

“(…) A ti não te seduz tanto a esperança de possuir um reino, como te atrai, enchendo-te de admiração, a sábia eloquência de Platão, ou como te agrada acumular livros.”

Gabriel Paiva Domingos, o tradutor e editor deste poema, em 1976, dava uma razão para aquele humanista escrever aquela obra: A. Resende procurava os favores da Infanta, dada a hostilidade do rei. E o grupo de intelectuais desse tempo necessitava, para sobreviver, do apoio dos poderosos.

Assim, lida com mais atenção a vida da Infanta, reconhece-se nela uma mulher de cultura, mecenas a seu modo, dos intelectuais do seu tempo.

Ou como refere Olga Morais Sarmiento, numa conferência no Instituto de Coimbra em 1909:

“enquanto os paços da Ribeira se transformavam numa sombria vivenda monacal, em que se extinguíam aqueles serões tão falados por Sá de Miranda, começaram os serões da Infanta, em que o esplendor da Renascença se continuava em Portugal. Talvez não fosse a academia feminina, mas um foco intelectual e artístico no qual a Infanta Maria, carteando-se com sua mãe, procurava distração na leitura do isolamento moral em que a deixava a corte beata, na qual predominava, desde 1542, a direcção jesuítica, que tudo enredava, e se tornava num instrumento de Carlos V, nas relações com Portugal.”

Mas, como diz Carolina Michaelis,

“a lenda, sempre mais indiscreta, mas muitas vezes mais humana do que a história, encarregou-se de romançar a memória da sempre-noiva erudita. (...) quanto ao mundo, em literatura a Infanta não lhe legou nada que perdurasse, mas nem por isso os seus estudos foram estéreis.”

A sua erudição era o resultado das preocupações educativas da sociedade estendendo-se da realeza, aristocracia à burguesia nascente.

“Nesses tempos preocupavam-se com a educação feminina, persuadidos de que só mulheres solidamente instruídas nas artes liberais, iniciadas no puro gosto da antiguidade, haveria de nascer uma geração de espíritos superiores, de carácter, energia e inteligência privilegiada, exigiam que as humanidades formassem parte integrante da cultura do sexo frágil.”

“De peso é apenas o facto que os seus estudos superiores, de latinidades e artes, foram, segundo costume espanhol, dirigidos por senhoras, certamente para que em contínua convivência familiar ampliasse os seus conhecimentos e aprendesse a conversar, não só em latim, mas em francês e castelhano, línguas predilectas das cortes europeias.”

Uma academia da Infanta como escola de virtudes e honestidade? Talvez tal academia não tivesse existido, nem como salão renascentista, nem como universidade feminina, mas os testemunhos da sua acção intelectual serviram de inspiração a mulheres como Olga Sarmiento, em pleno movimento intelectual positivista português.

Ou reforçando, na exemplaridade, o papel da educação científica das mulheres, como refere Teresa Leitão de Barros, em 1949, nos cadernos do SNI:

“Sem a Infanta talvez as nossas mulheres, que hoje estudam, as que entendem o latim de Cícero ou as nomenclaturas científicas, não tivessem mais uma excelente razão para tão serenamente sorrir de quem delas ainda se ri.”

Pelo menos uma das suas damas, Luisa Sigeia, deixou obra ao mundo, para ser lida hoje e capaz de nos permitir repensar, quer as duas dimensões de vida da época, a vida de corte e a vida de recolhimento, quer reflexões sobre a conduta do que deveria ser um bom príncipe ou o questionar do próprio papel feminino.

Aquela, filha de um humanista de Toledo (Diogo Sigeu) que se refugiou na corte portuguesa em 1521 e para onde mandou vir a família em 1525, foi moça de câmara da Infanta desde 1532 até 1555.

Odette Sauvage, tradutora dos seus Colloquium, escritos em 1546 e editados em 1970, diz desses textos:

“escritos por uma humanista espanhola de 30 anos, deixa-nos ver o estado de um pensamento que, apesar da prodigiosa cultura da autora, não atingira ainda a plena maturidade, mas (...) é um espelho de um pensamento alimentado pelos mais importantes autores e desejoso de expressar o fruto das suas reflexões e experiência.”

Os colóquios escritos sobre a forma de diálogo entre duas jovens, argumentando as vantagens da vida de corte ou da vida de recolhimento, correspondiam ao gosto particular dos humanistas daquele tempo, articulando fé religiosa e pensamento humanista. A sua leitura mais atenta permitiria conhecer, quer as suas reflexões sobre o exercício do poder (como deve ser o príncipe justo), quer o papel das mulheres desse tempo.

Luisa dedica a sua obra à Infanta:

“por entre tantos favores com que sempre tivestes o cuidado de me honrar, Sereníssima princesa, houve um, fruto da generosidade do vosso espírito divino, que permanecerá, enquanto viver, como o primeiro no meu coração: Enquanto outros interesses vos afastavam dos estudos para os quais recorreste aos meus serviços, permitiste, sem que o solicitasse, o prazer de me cultivar e um lugar onde fazê-lo. Aí (na vossa biblioteca) pude retomar o estudo de diversas línguas e outros conhecimentos que adquiri (com os vossos melhores livros) com esforço e muitas vigílias e enriquecer este capital de interesses, cada dia mais importantes. Como testemunho desse prazer estudioso, resolvi oferecer a V.^a Alteza *O diálogo de duas jovens*, que acabei de rever.”

Maria encontrou na Luz de Carnide o lugar para fazer perdurar a sua memória em disposição testamentária. Mesmo que o testamento não tivesse sido cumprido de acordo, ali conseguiu construir morada eterna para que nós, dela nos lembremos hoje. E este lugar se possa reforçar na sua simbolicidade porque uma infanta, Sempre Noiva e, por isso, quase rainha e erudita o escolheu como morada na sua morte.

Ter lido as suas biografias, escritas em várias épocas, ensinou-me, por um lado, que essa financiadora de dois dos edifícios nobres de Carnide-Luz fora uma pessoa capaz de agir perante o destino, fazendo obra de outro modo, fosse por razões de consolo ou simplesmente pelo prazer de conversar com pensadores eruditos, de os ler, que foi pessoa atenta à produção cultural do seu tempo e mecenas, pondo à disposição a sua biblioteca para quem quisesse pensar o mundo com a ajuda de outros pensadores, como Luisa Sigeia. E, por outro lado, que o retrabalhar da sua memória foi também um reforço de filiação, de inserção das suas identidades próprias, dos valores e problemas novos que os inquietava, nessa memória a ser contada.

É este último processo que pode servir de metáfora para o lugar doente de Carnide-Luz, ou da cidade que suburbaniza., conhecer e dar a conhecer a sua história rememorando-a, mesmo que em novas linguagens, e à luz de problemas novos permitiria a continuidade de uma identidade estruturante do lugar.

Uma das mais recentes intervenções urbanas em Carnide, a estação do metro, às mãos do pintor José de Guimarães, ainda voltou a inspirar-se no mito fundador daquele lugar, o poder milagroso da fonte de Luz, que o pintor retrabalhou fazendo metáfora daquele milagre ao milagre dos grandes encontros culturais que os portugueses fizeram através das viagens por mares, terras e oceanos em busca do desconhecido e da aventura.

Mas o laço de ligação entre Carnide e a Luz, enquanto se trabalha / constrói a nova cidade começa a desligar-se, se, na reabilitação urbana e a cidade nova junto a ela, no seu trabalho, desconhecem a memória que guardou até aqui.

Olhando em volta, para a cidade nova, que se lhe cola, interrogo-me se esta está a ser feita tendo em conta a sua identidade local, da longa memória que tem vindo a guardar ou se assenta só em valores de território abstracto, medido a partir do equivalente geral moeda, no mercado mundial do território disponível, que também tem construído não lugares como o subúrbio, no qual os habitantes deixaram de se

sentir como pertença a um lugar, a um todo, sítios que alojam residentes, sem origem e narrativa, sem identidade.

Maria não podia não acreditar no poder de Deus ou no poder soberano do homem rei seu irmão ou tio, como nós hoje talvez não possamos não acreditar na ideia de livre escolha no mercado, nem no poder da razão técnico-científica, mas se a sua mundividência não a impediu de abrir a sua existência a uma possibilidade de viver e fazer obra contra o seu destino de mulher-infanta, marcando com isso um lugar excêntrico na história do seu país, fosse ele por consolo ou vontade própria num tempo em que a vontade das mulheres se fazia por delegação.

A fisionomia do lugar de Carnide-Luz, que faz dele um lugar próprio e único na cidade é também trabalho da longa memória que Carnide-Luz guarda que importaria trazer à luz de quem projecta, reordena e reabilita aquele lugar da cidade.

Património industrial em risco na cidade de Lisboa

ANTÓNIO MARIA A. SANTOS

Lisboa atravessa um período de profundas transformações arquitectónicas e urbanas! Torna-se, por isso, urgente equacionar os problemas respeitantes ao património, desenvolvendo a investigação e intervindo activamente na sua defesa, conservação e recuperação. Em especial, no que se refere à memória mais recente da cidade, que (por força dos limites cronológicos deste colóquio) situamos no século passado.

Podemos afirmar que foi nesse período, sobretudo na segunda metade de Oitocentos, que Lisboa adquiriu a sua configuração actual. Criaram-se modernas infraestruturas urbanas, definiram-se as principais linhas de expansão, a cidade assumiu as feições de uma grande metrópole, tudo isto a partir das implicações que o processo industrial trouxe à sociedade lisboeta.

O património, directa ou indirectamente associado à industrialização, tornou-se assim um testemunho imprescindível da nossa história, quer ao nível dos artefactos e dos espólios afectos a algumas empresas, quer ao nível das próprias construções. A sua preservação impõe a mobilização de muitas vontades, antes que a voragem do tempo e da inconsciência de alguns comprometa o esforço de todos nós. E para que um dia não sejamos obrigados a fazer «arqueologia industrial»!...

A rápida degradação das instalações fabris e a acelerada renovação tecnológica imposta à própria produção, tornaram este sector extremamente sensível, sujeito às mais variadas pressões e que por isso ainda mais valoriza o esforço louvável de algumas instituições (públicas e privadas) no sentido da preservação e musealização dos seus espaços.

Alguns exemplos são dignos de referência, como são os casos das estações elevatórias de água dos Barbadinhos (1877-80) e da Praia (1868-69) – o primeiro recuperado quase na sua totalidade pela EPAL para o actual «Museu da Água», e, o segundo, recentemente transformado pela Câmara Municipal na «Casa do Fado e da Guitarra». Outro exemplo é o da Central Tejo, conservada pela EDP no âmbito do «Museu da Electricidade», enquanto no âmbito do ensino universitário privado foram recuperados recentemente dois espaços – a fábrica de lanifícios do Campo Grande (primeiro exemplar da «arquitectura do ferro» em Portugal, 1840-43) e as antigas instalações da fábrica de moagem do Bom Sucesso (onde funcionou pela primeira vez em Portugal a máquina a vapor).

Mas estes exemplos não nos podem levar a esquecer o quanto falta fazer na defesa do património industrial lisboeta. Sobretudo em zonas sensíveis da cidade, ao longo da faixa ribeirinha, alvo de um vasto processo de requalificação urbana desencadeado pela edilidade e pela Administração do Porto de Lisboa, e, na área oriental da capital motivada pela «Expo».

Ora, sendo estas, duas zonas privilegiadas de implantação fabril e encontrando-se em recuperação, facilmente se compreendem as pressões a que estão sujeitas e o risco que corre o seu valor patrimonial. Salientaria três casos que pela sua importância e gravidade requerem a necessária atenção¹.

A conhecida «Fábrica da Samaritana» ou «do Black», oficialmente denominada «Companhia de Fabrico d'Algodões de Xabregas», ocupava primitivamente uma área de 787 m², com três pisos e cobertura múltipla de quatro águas em estrutura de madeira. Possuía no alçado principal (virado a sudoeste, para o vale de Chelas), doze vãos de janela em cada pavimento, dispondo de uma sala para a modesta máquina a vapor inicial de 36 c/v³, incorporada no topo sul da planta térrea, ao lado das escadas.

A «casa das caldeiras» e a respectiva chaminé, constituindo um edifício próprio, encontrava-se adossada ao corpo principal, junto à sala da máquina. Nos pisos superiores laboravam os teares e engenhos de fiação, possuindo, ainda, iluminação a gás, fornecida por um gazómetro próprio. Apesar das dificuldades verificadas na fase de instalação e que conduziram a uma economia de esforços claramente visível nas dimensões e organização do conjunto, verificou-se um considerável crescimento após a crise algodoeira dos anos 60 do século passado, com maior incidência nos anos 80, por força da grande renovação técnica, derivada do incêndio de 1877⁴.



Companhia do Fabrico de Algodões de Xabregas, alçados poente e norte (Foto do autor)



Companhia do Fabrico de Algodões de Xabregas, 3.º piso, interior (Foto do autor)

Alexander Black, que na mesma época, foi o responsável pela montagem da ponte ferroviária de Sacavém, concebida e executada em Inglaterra⁵, assim como de uma outra importante unidade fabril que falaremos adiante, aparece associado a outros dois ingleses, para fundar a «Howorth & C.^a»⁶ e erguer este

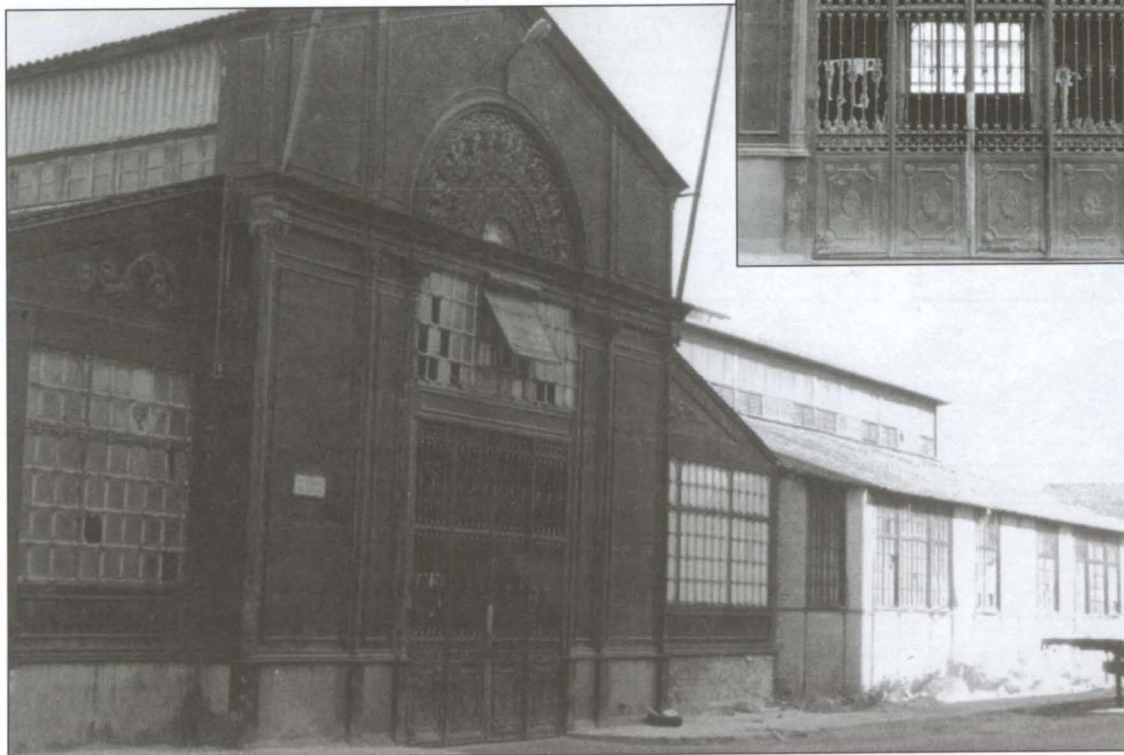
novo complexo em 1854. Esta construção constitui uma das primeiras aplicações estruturais do ferro em Portugal, tendo Black sido «o architecto e engenheiro de todo o edificio e machinismo»⁷.

No seu espaço interior, duas filas de colunas de ferro fundido⁸, formam três naves em cada piso, com uma abertura de 6,50 m e a extensão de 30 m, suportando uma estrutura, totalmente, em madeira. Espaço que se prolongaria para norte, mais do que duplicando a sua área, quando na sequência do fogo de 1877, se construiu novo edifício, com a mesma disposição e desenho do anterior, formando um único e longo bloco de 83 metros de comprimento (incluindo o compartimento para instalação das novas máquinas, incorporado no pavimento inferior da construção), a que se acrescentaria outra casa das caldeiras, no topo norte⁹. Curiosamente, seria esta a zona afectada pelo último incêndio (de 1948), continuando em ruínas na sua maior parte, ainda hoje, enquanto o edifício primitivo se mantém intacto, mas muito mal conservado e em risco mesmo de ruir.

Outro edifício a realçar pelo seu significado, é a antiga «Tabaqueira», em Braço de Prata, cujo alçado principal foi ocupado pelo pavilhão da «Empresa Industrial Portuguesa», concebido para a grande «Exposição Nacional das Indústrias Fabris», realizada na nova Avenida da Liberdade em 1888¹⁰.

Concebida como uma nave, amplo espaço polivalente de 460 metros quadrados, o edifício congregava a atenção no seu alçado principal, constituído por um imponente corpo central, que, interiormente, atingia os oito metros e meio de pé-direito, e, exteriormente, se abria num grande portal encimado por uma bandeira em volta perfeita, guarnecida de um belo motivo ornamental em ferro fundido, inscrito na empena, na qual se enquadravam, também, desenhos, no mesmo material, em forma de arabescos.

Esguias colunas, de ordem coríntia, suportavam a empena, estando todo o conjunto assente em chapa de ferro, que se prolongava, lateralmente, em corpos menores, nos quais se rasgavam dois vãos envidraçados, de cada lado. A estrutura firmava-se em prumos de ferro laminado, sendo a ventilação facilitada pelas persianas de madeira do corpo central, enquanto a iluminação ganhava maior intensidade através dos painéis de vidro que cobriam, na totalidade, os alçados laterais, assim como pelo lanternim da cobertura.



«Tabaqueira», alçado principal; ao alto, portal (Fotos do autor)

Concebido pelos engenheiros da empresa, este pavilhão impunha-se pela sua reconhecida massa volumétrica, sem se tornar tão pesado quanto o faria supor a utilização da chapa metálica, dada a generosa abertura do vão central (com quatro metros de largura) e o equilibrado desenho de pormenores. Reproduzindo um modelo morfológico que seria glosado e desenvolvido, exaustivamente, pela arquitectura industrial, numa ambivalência funcional que proporcionava uma leitura de duplo sentido, das suas virtualidades como local de produção/exposição, o edifício da «Empresa Industrial» foi bem conseguido em termos estéticos, assumindo-se como verdadeiro «manifesto» da firma e da potencial aplicação do ferro à arquitectura.

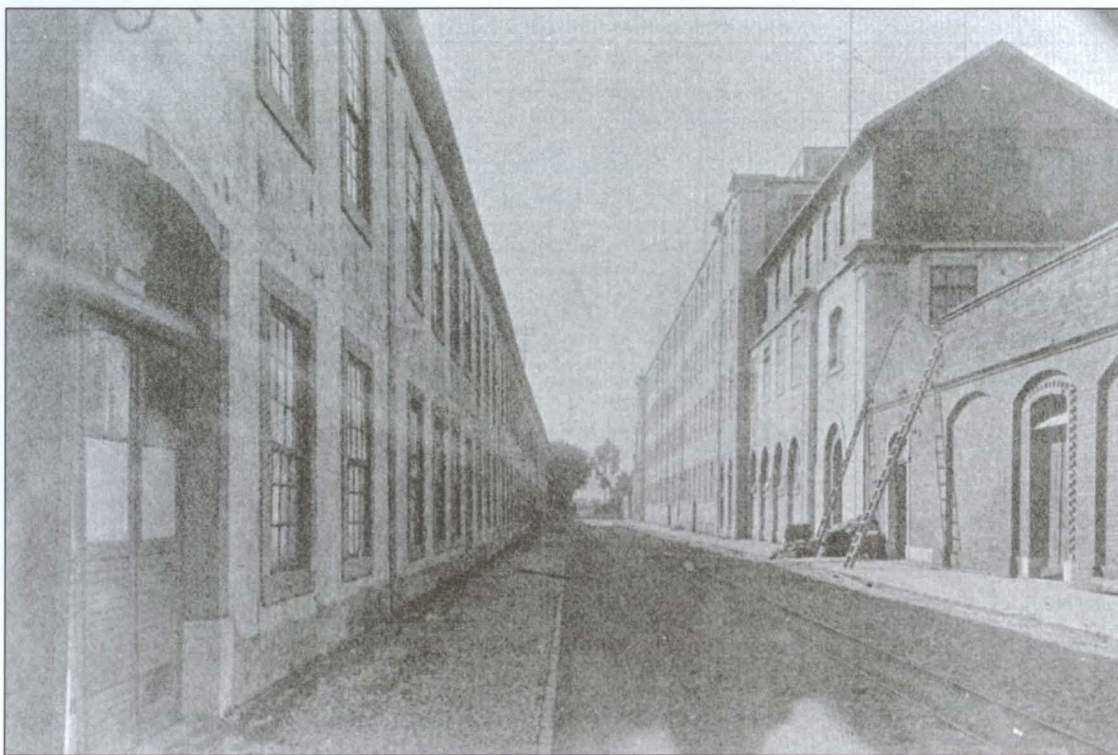
A ambivalência do projecto e o seu significado, ficaram bem demonstrados, quando, após o fecho da exposição, a «Empresa Industrial» resolveu montar de novo o pavilhão na sua própria unidade fabril, na oficina de caldeiraria em St.º Amaro¹¹, transitando para a «Tabaqueira» apenas no final dos anos 20¹². Os elevados encargos previstos para a sua recuperação, impediram o envolvimento do Programa «Caminho do Oriente» no âmbito da «Expo'98», não se conhecendo o futuro desta bela construção.

O terceiro exemplar arquitectónico em risco e porventura o mais importante de que iremos falar, é o antigo edifício principal da «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense» ao Calvário. Trata-se do primeiro grande exemplar da «arquitectura do ferro» em Portugal¹³.

A construção do edifício foi iniciada em Junho de 1846, prosseguindo com a montagem de duas máquinas a vapor e dos respectivos maquinismos, inaugurando-se a fábrica em Abril de 1849¹⁴. Um pouco apagado entre as posteriores construções fabris erigidas na zona, mas ainda assim, respeitável na sua imponente sobriedade, este edifício resultou de uma sucessão de intervenções que dificultam a sua leitura, algumas claramente identificáveis, outras muito mais subtis do que a aparência exterior denota, todas, contudo, de difícil localização no tempo.

Tal como a vemos na actualidade, a unidade fabril apresenta-se em extenso bloco paralelepípedo, de quatro pisos, a que foi acrescentada uma cobertura em fibro-cimento numa época recente¹⁵, constituindo, assim, o quinto e último piso, sobre o primitivo terraço. Sem este acrescento, tardio e francamente lamentável, mediria 16,50 m de cêrcea, para as dimensões em planta, de 123,50 por 20,70 metros.

Confrontando a documentação iconográfica e escrita com a fonte primária, que é a própria obra arquitectónica, verificamos, que para além das naturais intervenções de ampliação, nem sempre as mais correctas



Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense: fábrica «grande» (à direita) e fábrica «pequena» à esquerda (Foto Vasques, 1923, espólio de «A Nacional»)



Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense: corpo principal e oficina de tecelagem (Foto do autor)

ou apropriadas, existiu um projecto inicial, coerente e bem delineado, executado por fases, mas a que faltou, por vezes, rigor, o qual projecto julgamos nunca ter sido completado. Em 1849, quando as instalações definitivas da «Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense», foram oficialmente inauguradas, apenas estava construído cerca de metade do edifício.

O emprego de múltiplas plantas livres sobrepostas, utilizando uma estrutura metálica, provinha do modelo adoptado pelas primeiras grandes unidades de produção algodoeira inglesas, adquirindo este modelo, ao longo do tempo, significativas variações e progressos. Na «Lisbonense», quatro pisos, de 1.369 metros quadrados cada um (antes da ampliação de 1886), área nunca antes experimentada em Portugal, ofereciam condições excepcionalmente boas para a instalação de todo o processo de maquinofactura.

Genericamente, cada pavimento correspondia a um sector de transformação, seguindo a regra básica de iniciar a cadeia de produção no último andar e dar-lhe sequência pela ordem descendente dos pisos, embora as necessidades de espaço tivessem obrigado, sempre, ao estabelecimento aleatório de alguns mecanismos. No quarto pavimento, localizava-se a oficina de fiação de tramas, onde existiam, em 1874, catorze «mules» de 492 fusos cada uma¹⁶. Depois, seguiam-se as oficinas de fiação de urdiduras (com 27 bancas de 232 fusos por unidade), a oficina de cardação (com 47 cardas), e, finalmente, a oficina de tecelagem, que passou de 233 teares mecânicos, em 1874, para 580 em 1903¹⁷.

O aparelho estrutural que suportava esta imponente massa, sob o esforço acrescido dos movimentos vibratórios dos maquinismos, teria de ser constituído pela conjugação dos materiais mais resistentes. As grossas paredes de alvenaria, variando entre 1,10 e 1,50 m, não garantiam apenas a robustez do edifício fabril, mas também reforçavam a implantação no terreno, que não garantia as melhores condições de resistência. Apesar de tudo, a abertura de vãos com a mesma medida de 1,22 m. de largura (sem ombreiras) e de distância entre cada ombreira das janelas, proporcionou uma excelente qualidade de iluminação, essencial ao trabalho produtivo.

No interior, duas filas de 23 colunas cada uma, em ferro fundido, com a altura de 3,30 m. e três simples anéis (um mais largo na base e os outros dois, na parte superior e no capitel), suportam longas vigas, com mais de seis metros, do mesmo tipo das que tinham sido empregues na fábrica do Campo Grande, com a particularidade de irem estreitando do meio para as extremidades, onde se apoiam nas colunas e nas paredes, reforçando, deste modo, os pontos submetidos a maior esforço. Cada coluna, com o diâmetro de



Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense: corpo principal, interior, coluna em ferro fundido, 4.º piso (Foto do autor)



Companhia de Fiação e Tecidos Lisbonense: corpo principal visto de norte, alçado principal (Foto do autor)

0,165 m, dista entre si 3,05 m e 6,20 m entre filas, que se aproximam das medidas estandardizadas segundas neste tipo de fábrica¹⁸, definindo secções rectangulares, sensivelmente correspondentes a um duplo quadrado.

Outra das grandes inovações aqui introduzidas, foi o sistema de cobertura e revestimento dos quatro pavimentos, constituído por abobadilha de tijolo e cimento. Considerado de tal modo exemplar pelas garantias de segurança que oferecia em matéria de incombustibilidade, que a direcção da «Companhia», no cumprimento dos estatutos, ao pagar o seguro de armazéns e outras construções suas, dispensava a inclusão do edifício principal, porque reconhecia «*que não corre o risco de fogo*»¹⁹. De qualquer modo, para evitar perigos desnecessários e melhorar as condições de trabalho nocturnas, promoveu-se, na mesma altura, a iluminação a gás de todo o complexo, interior e exteriormente²⁰, três anos depois de as primeiras ruas de Lisboa receberem esta novidade. Antes de 1903, estaria a energia eléctrica a funcionar nesta fábrica têxtil²¹.

O projecto de instalação da unidade fabril, veio directamente de Inglaterra, acompanhado dos maquinismos e dos materiais de construção (ferro e cimento). A associação feita com as fábricas de Manchester e Liverpool e reproduzida nas fontes bibliográficas²², garante a procedência, não só da aparelhagem técnica, mas também da concepção do próprio espaço de trabalho, de toda uma tecnologia adquirida pela relação íntima que se estabeleceu na instalação da maquinofactura, entre o processo mecânico de transmissão do movimento e a distribuição dos lugares de cada interveniente nesse processo. O resultado é, como já vimos, uma tipologia arquitectónica estruturada por pavimentos sobrepostos, através dos quais se lançavam os volantes e as correias, libertos do constrangimento do espaço e constituindo um corpo funcionalmente disposto como um organismo.

O projecto arquitectónico, dominando uma linguagem de clara inspiração clássica, onde o emprego da pedra em cunhais e vãos desempenha um papel fundamental para marcar o ritmo e definir os corpos em que se estruturam os alçados, só poderia sair das mãos de um homem como João Pires da Fonte (1796-1873)²³, reconhecido autor deste edifício²⁴. Filho do mestre dos pedreiros do palácio da Ajuda, aí começou a sua aprendizagem aos 15 anos de idade, como discípulo do arquitecto António Francisco Rosa (c. 1775-1829), pouco depois, inspector das obras do mesmo palácio (em 1815). A nomeação para professor titular da cadeira de «Arquitectura Civil» da «Academia de Belas Artes», por decreto de 25 de

Outubro de 1836, logo que a instituição foi criada e em detrimento de Possidónio da Silva (regressado de Paris três anos antes, mas mais novo nove anos) tê-la-á obtido, mais por força das suas convicções liberais do que por mérito da sua ascensão profissional, que desde 1831 se situava na categoria de ajudante arquitecto de 1.^a classe²⁵.

A modulação subjacente ao edifício da «Lisbonense» e os dados documentais coligidos permitem concluir que a solução final não corresponde, apesar dos seus longos 123 metros, à extensão inicialmente prevista e à configuração idealizada pelo seu arquitecto. Como aconteceu muitas vezes nas construções fabris, as circunstâncias económicas e a evolução técnica acabaram por condicionar o natural processo construtivo de ampliação e conclusão do projecto, que segundo julgamos se aproximaria do desenho reproduzido na marca registada da Companhia²⁶.

Neste desenho, onde se respeita, em muitos pormenores, todas as ampliações realizadas até à construção dos corpos simétricos a norte, só se foge à realidade quando se tenta reproduzir o bloco central. Aqui, surgem algumas alterações significativas, que não duvidamos terem estado subjacentes ao pensamento e ao projecto de Pires da Fonte – um corpo tripartido, cuja unidade central, avançada em relação às outras duas, estaria coroada por um frontão triangular, ao mesmo tempo que um entablamento remataria todo o edifício. Deste modo, o enraizamento no vocabulário neo-clássico adquiriria um sentido coerente e completo, na linha da tradição «palaciana» inicialmente formulada pela «Fábrica das Sedas ao Rato», embora ao nível de um registo, cuja amplitude e dimensões o aproximam mais da Cordoaria da Junqueira.

Já quanto à modulação proposta no desenho – convertida em 27 vãos, equitativamente distribuídos pelas três unidades do bloco central – temos alguma dificuldade em aceitar, atendendo sobretudo a dois argumentos que se conjugam. Por um lado, a modulação inscrita no primeiro troço construído a sul, e, por outro lado, a quebra verificada na linha do alçado principal (desnível quase imperceptível de 15 centímetros, provavelmente consumado entre 1852 e 1857), que parece indiciar uma variação formal não prosseguida.

A importância e a singularidade do projecto, são realçadas pela amplitude do mesmo, ainda que a solução final não corresponda aos propósitos iniciais, o que parece ser confirmado pelas afirmações do economista Oliveira Marreca, logo na altura da inauguração²⁷. Segundo este informado autor, pouco depois nomeado Lente do «Instituto Industrial de Lisboa», «*só uma sexta parte do desenho primitivo está executada*»! O que não significa, necessariamente, que a extensão do bloco primitivo tivesse de ser multiplicada por seis para obter as dimensões da obra projectada.

De facto, Oliveira Marreca acrescenta, de imediato, que «*são precisos cinco edificios como aquele, guarnecidos das máquinas correspondentes para completar o plano da companhia*», dando mais a entender quais eram os objectivos idealizados pela empresa do que propriamente os pormenores construtivos de um projecto redigido e desenhado para ser executado, ainda que de forma faseada. Na verdade, outras construções acabaram por ser erguidas no espaço adjacente, embora com características diferenciadas (como aconteceu com a chamada «fábrica pequena»)²⁸, sendo de deduzir que os proprietários não deixaram de aproveitar as potencialidades do bloco principal, ampliando-o e dando-lhe um sentido global que os recursos técnicos exigiam e a expressão estética aconselhava, sobretudo nos anos 80 com técnicos e materiais já portugueses (da «Empresa Industrial Portuguesa»).

As situações descritas, a que poderíamos acrescentar outras que ultrapassam os limites cronológicos impostos neste colóquio (como é o caso da demolição prevista para os Armazéns «Abel Pereira da Fonseca» no Poço do Bispo), revelam uma grave lacuna na perspectiva da memória histórica da cidade – a inexistência de um inventário sistemático e exaustivo do património industrial.

Esperemos que da nossa insistência, do esforço de quantos se têm batido pela defesa do património lisboeta e da sensibilidade dos responsáveis, possa surgir uma visão renovada face ao património industrial.

NOTAS

¹ Cf. para os exemplos apresentados, a nossa tese de mestrado - *Para o Estudo da Arquitectura Industrial na Região de Lisboa (1846-1918)*, Universidade Nova de Lisboa, Departamento de História da Arte, 1996.

² Correspondente às dimensões de 37,50 m. por 21 m., e 12 m. de cêrcea; cf. planta de 1887 in *Obra n.º 27.400* (Beco dos Toucinheiros, 1-12), 3 vols., Arquivo de Obras da CML.

- ³ Adquirida em 1857, da mesma marca - *Fairbairn* - que os motores primitivos da «Lisbonense» em St.Amaro; *Inquérito Industrial de 1865*, Porto, doc.111, pp.233-236.
- ⁴ De cerca de 150 operários que possuía, em 1862-65, passou a dispor de 513 trabalhadores, que se serviam de 252 teares mecânicos, em 1890; *Inquérito Industrial de 1865*, pp.233-236; Albertina Ramos, «*Inventário do Património Industrial de Lisboa - Vale de Chelas*» in *1^{as} Jornadas Ibéricas do Património Industrial*, 1994, pp.174-175.
- ⁵ A.Pimentel, *A Estremadura Portuguesa*, Lisboa, I, 1908, p.97.
- ⁶ Propriedade de João Scott Howorth (mais tarde, administrador da fábrica de loiça de Sacavém) e Guilherme João Howorth, assim designados nos Estatutos aprovados pelo Governo em 7/9/1857, quando a empresa se constituiu em sociedade anónima, devendo a direcção ser composta pelo segundo Howorth, por Black e um terceiro elemento a nomear.
- ⁷ C.J.Caldeira, *Fábrica de Fiação em Xabregas* in *Archivo Pittoresco*, Lisboa, V, nº 6, 1862, p.44, c/ gravura; significativamente, Black, mesmo depois de abandonar a fábrica de Xabregas, manter-se-ia ligado à actividade construtiva, longo tempo, através de uma empresa comercial - *Alexander Black & C^a*, na rua de S.Paulo, armazéns de ferro e outros materiais (*Almanach Commercial de Lisboa*, 1881, p.162) e um dos fornecedores, por exemplo, da «Companhia Carris de Ferro de Lisboa», para a construção da central eléctrica de Santos (10.000 tijolos refractários para a chaminé), em Setembro de 1900; A. Paes de Sande e Castro, *A Carris e a Expansão de Lisboa*, s/d (1956), II, p.14.
- ⁸ Cada coluna tem 0,145 m. de diâmetro e 3,50 m. de altura, terminando na parte superior por um largo apoio ou garra, em forma rectangular, onde assentam as vigas principais em madeira.
- ⁹ Data desta época a construção de um dos primeiros bairros operários de iniciativa empresarial erigido em Lisboa, a «Vila» Flamiano, que surge na sequência da política pioneira desta fábrica no sector habitacional, iniciada em 1864; *Catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris*, 1889, II, pp.93-94; «*Relatório da Gerência de 1864*» in *Gazeta das Fábricas*, Lisboa, I, nº 3, Março 1865, p.74; *Inquérito Industrial de 1881*, 2^a Parte, Livro 1, p.120.
- ¹⁰ Sobre a importância da referida exposição, no contexto económico e industrial lisboeta, incluindo fotos do certame, como a do pavilhão da empresa de St.Amaro, pertencentes ao Museu da Cidade, ver J.Custódio, «*Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade*» in *O Livro de Lisboa*, 1994, pp.437-441; descrição arquitectónica do pavilhão in *Catálogo da Exposição*, III, 1889, p.245, nota a).
- ¹¹ Dada a completa demolição do complexo fabril, apenas é possível estudá-lo através das informações que nos ficaram, nomeadamente, dos periódicos, onde se refere, em 1893, que «a mais moderna [das oficinas] é o elegante pavilhão que constituiu a instalação da empresa na exposição industrial que, em 1888, se realizou na Avenida da Liberdade em Lisboa, e que ali serve hoje de oficina de caldeiraria» (in *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, Lisboa, VI, nº 126, 16/3/1893, p.82); «é uma das maiores oficinas, ocupando uma área de 3.108 m² e podendo ocupar 300 operários» (id., nº 395, 1/6/1904, p.180), podendo observar-se uma perspectiva fotográfica em extensão do interior da nave, publicada em 1911, onde é visível o grande vão de entrada em arco de volta perfeita (J.A.Correia dos Santos, «*Breve Notícia de Algumas Indústrias Químicas em Portugal*» in *Problemas Resolvidos e Manipulações de Química*, Lisboa, 1911, III, p.367).
- ¹² Embora tardia, já que a sua construção apenas se terá iniciado em 1928 (Norberto Araújo, *Peregrinações em Lisboa* (1939), Lisboa, Vega, Livro XV, 2^a ed., 1993, p.80) a fábrica da «Tabaqueira», que ocupa uma área superior a 5 mil metros quadrados (83 m.x 66 m.), revela-se interessante para o estudo da arquitectura industrial, valendo, sobretudo, pelo seu conjunto, constituído por duas grandes galerias sobrepostas de estrutura metálica e paramento de tijolo, que se dispõem à volta de um pátio interior (com as dimensões de 18 m. por 40 m.), cujo acesso exterior se faz pelo antigo pavilhão de 1888, o qual, representa, assim, a entrada «nobre» para o complexo, desactivado no início dos anos 60, integrado na fábrica contígua de munições («INDEP»), há vários anos em risco de demolição; *Obra nº 36.870*, Arq.Obras da CML; *Prédio Militar nº 54/Lisboa*, 2 cx., procs. nº 20 e 29, Secção do Tombo-Repatrição do Património, Arquivo da Direcção dos Serviços de Engenharia Militar.
- ¹³ O edifício da «Lisbonense», actualmente ameaçado de demolição, foi alvo de uma proposta de classificação elaborada por nós em nome da «Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial» e entregue há cerca de um ano, a qual ainda não mereceu resposta ou informações por parte do IPPAR.
- ¹⁴ Desde 1960, que as instalações fabris da antiga «Lisbonense», estão ocupadas por oficinas gráficas - primeiro, do «Anuário Comercial Português», ligado ao *Diário de Notícias*, que realizou obras de remodelação a partir do ano seguinte, e, desde 1988, pertencente à «Mirandela - Artes Gráficas, S.A.», actuais locatários; antes daquela data, fez parte das unidades de produção da «Companhia Industrial de Portugal e Colónias», que ao adquiri-la em 1920, realizou importantes modificações, como veremos adiante; *Obra nº 5.737*, 2 vols., Arquivo de Obras da CML.
- ¹⁵ Uma foto de 1923 (fotógrafo Vasques), pertencente ao espólio da empresa «A Nacional - Companhia Industrial de Transformação de Cereais S.A.», mostra o edifício ainda sem essa cobertura, na altura em que nele funcionava uma das principais unidades de produção da «Companhia Industrial de Portugal e Colónias», onde se produziu mecânicamente o pão, pela primeira vez em Portugal; actualmente, está instalado nesse último piso o refeitório da empresa, na parte sul, servindo a restante área de arrumos.
- ¹⁶ *Diário Ilustrado*, Lisboa, III, nº 506, 14/1/1874, p.1 (inclui um desenho do edifício).
- ¹⁷ No total das oficinas e fábricas (incluindo a de Olho-de-Boi), existiam na «Companhia», 387 teares mecânicos e 15.700 fusos em 1878, 669 teares mecânicos e 18.500 fusos em 1888, e, 820 teares mecânicos e 18.000 fusos em 1903; nestas três datas, o número de trabalhadores aumentou de 802, para cerca de 1.200; *Catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris*, II, 1889, p.110; *O Mundo Económico*, Lisboa, I, nº 2, Fevereiro 1903, p.18.
- ¹⁸ «(...) siguiendo el modelo de Boulton y Watt, la mayoría de fábricas de pisos en Cataluña guardan las mismas distancias: entre hileras 7 metros y entre columnas de cada hilera 3,4 metros»; J.Corredor-Matheos e J.M.Martorell, *Arquitectura Industrial en Cataluña*, 1984, p.30; para o estudo comparativo destas unidades industriais e a respectiva bibliografia, ver a tese de mestrado da nossa autoria.

- ¹⁹ «Relatório da Direcção - Gerência de 1851» (26/2/1852) in *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, 2ª série, 12º ano, tomo V, n.º 12, 30/9/1852, p.134.
- ²⁰ id., p.133.
- ²¹ *O Mundo Económico*, Lisboa, I, n.º 2, Fevereiro 1903, p.18.
- ²² «As machinas que trabalham nestes edificios vieram das fabricas de Manchester, e das officinas de Tairbairn,[Fairbairn] de John Hetherington, e outras» (*Diário Illustrado*, Lisboa, III, n.º 506, 14/1/1874); «Os machinismos d'esta fabrica foram construidos por John Hetherington & Sons, W.Smith & Brothers, Butherworth & Dickensom, Howort & Bullough, Richardson & C.º, Henry Livesy e outros fabricantes de Llverpool e Manchester» (*Inquérito Industrial de 1881*, 2ª parte, p.110).
- ²³ Nascido em Caminha (Viana do Castelo) em 16/12/1796, era filho de José Pires da Fonte e de Maria Rosa Martins da Costa, veio para Lisboa muito novo, onde passou a habitar no palácio do Marquês de Nisa, para o qual seu pai trabalhava como mestre de obras, tendo falecido em Lisboa, no dia 18 de Junho de 1873; J.A.Gaspar, «Elogio Histórico», in *Boletim de Architectura e de Archeologia*, Lisboa, 2ª série, I, n.º 2, 1874, pp.21-23.
- ²⁴ Surge referido, pela primeira vez, no artigo do *Diário Illustrado*, em Janeiro de 1874, e, pouco depois, confirmado no «Elogio Histórico» do architecto, proferido por José António Gaspar, em Maio do mesmo ano, na «Real Associação dos Architectos e Archeólogos Portuguezes»; id., p.23.
- ²⁵ Começou a carreira em 12/5/1812, como praticante da Casa do Risco das Obras Públicas, tendo-lhe sido aumentado o vencimento, sucessivamente, em Setembro de 1812, em Janeiro de 1821 e em Março de 1824; por portaria do Ministério do Reino de 17/3/1827, foi nomeado ajudante architecto de 2ª classe, e finalmente, em 20/4/1831, passou a ajudante de 1ª classe, por portaria do mesmo ministério; J.António Gaspar, *ob.cit.*, p.22; sobre o seu percurso político e profissional durante o liberalismo, ver a nossa tese citada anteriormente (pp.242-247).
- ²⁶ Imagem registada segundo a lei de 4/7/1883 e aplicada em todos os produtos da fábrica; reproduzida in *Catálogo da Exposição Nacional das Indústrias Fabris*, II, 1889, p.111.
- ²⁷ A. Oliveira Marreca, *Obra Económica*, («Fábrica de Fiação e Tecidos Lisbonense» in *A Revolução de Setembro*, Lisboa, 30/11/1848) 1983, II, p.55 – «O edificio é um vasto quadrilongo, composto de três andares. No pavimento ao nível do terreno e dos diferentes andares estão, dispostas por sua ordem, as belas máquinas de tecer, fiar e cardar, fabricadas de ferro polido. A nitidez, a perfeição, o grande número de máquinas e até o espaço que occupam concorrem ao mesmo tempo para excitar um sentimento de admiração em quem, pela primeira vez, contempla este espectáculo, que revela o génio e o poder do homem.»
- ²⁸ Unidade fabril inicialmente destinada ao fabrico de fazendas ou tecidos denominados «antigos», que se dispôs paralelamente à construção principal, formando com ela um arruamento interior a nascente; terá sido edificada em 1855 e/ou 1856, constituindo um longo bloco de dois pavimentos com colunas metálicas e cobertura de duas águas em estrutura de madeira, assim como os pavimentos; «Relatório da Direcção da Companhia» (20/2/1857) in *Revista Universal Lisbonense*, Lisboa, XIII, n.º 7, 4/6/1857, p.2.

Registos de Santos em Azulejos Inventário e Abordagem: Religiosidade e Urbanismo

JOÃO PEDRO CHABY
TIAGO PIRES MARQUES
PAULO MENDES PINTO

I – Sentido da análise

De acordo com J. Fernandes Pereira, o azulejo não deve «(...) *ser entendido como uma mera forma decorativa. Seria reduzir em muito as suas capacidades expositivas (...) o azulejo narra conceitos fundamentais de uma forma amável e aparentemente descuidada.*»¹. Este autor defende a reconstituição, através desta arte menor, de uma parte da cultura nacional setecentista, dividindo em dois grandes temas: o profano e o religioso que, naturalmente, se podem encontrar juntos; mostrando a crescente liberdade temática que se verificará ao longo do séc. XVIII para se desenvolver «*Na fase pós-terramoto (...) uma outra aplicação de azulejos, em fachadas. Têm habitualmente um carácter devoto e neles figuram imagens de santos protectores; são uma consequência devocional natural após o grande pânico do sismo de 1755*»².

O estudo que aqui trazemos tem como base um levantamento dessas imagens, que se apresentam em painéis de diferentes dimensões (o menor tem apenas um azulejo, enquanto o maior cerca de 100), e a que habitualmente se chamaram «registos de santos».

Estes «registos de santos» (como os de papel nos templos e nas festas rituais) ou «registos de azulejos», porque «registam» devoção, fixaram-se nas fachadas de moradias, e cujos proprietários, inquilinos ou usufrutuários, pessoas e bens protegem permanentemente.

Como é de esperar, e como refere Luís Chaves: «*O agrupamento vulgar de personagens de devoção é de duas; há-os também de três; e raros terão sido os de quatro*»³; é o sentido da complexidade da piedade demonstrada.

Quanto às imagens escolhidas, para figurar nos «registos», elas são inúmeras. No entanto, após a recolha e tratamento dos dados, veremos que umas são mais utilizadas que outras. Será sobre esse aspecto que nos debruçaremos.

A análise que apresentamos, e que ainda está a decorrer, pretende, assim, tratar um campo de religiosidade de difícil definição. Estamos perante uma forma exterior de piedade? ou estaremos na presença de uma forma simples de protecção, um *amuleto*? será antes um *ex-voto* por uma protecção já concedida? passando para o campo da análise social, quem pagou a obra, o registo, é o proprietário do edifício, economicamente abastado? ou é uma forma de religiosidade popular – se é que podemos fazer esta separação? mais, qual a sua relação com a geografia das paróquias e de romarias e festas da cidade? ainda, estes registos são suporte especial de qualquer tipo de religiosidade, ou aplicam-se a qualquer finalidade cultural?

Nesta comunicação apenas trataremos a última destas questões, ficando as restantes para publicação posterior.

II – Questão preliminar

Como base do nossa investigação, temos um levantamento⁴ efectuado nos anos 80 na cidade de Lisboa por José de Chaby Nunes, exaustivo. Neste momento estamos a realizar este mesmo levantamento, no sentido de o aferir, e de controlar os desaparecimentos e destruições que de então para cá se verificaram.

Pensamos que este levantamento transmite uma amostragem, ainda que apenas aproximada, de um universo que terá sido muito mais alargado; isto porque, por motivos vários (desde os estragos causados pela destruição e pilhagem, à demolição dos edifícios que os sustentavam) estes «registos» têm vindo a

desaparecer. Nunca será demais dizer que este é um problema com que se debateram, desde sempre, algumas vozes, mas que persiste, e persistirá, até ser feito algo para o resolver ou, pelo menos, minorar. Esperamos que trabalhos como este, e outros, alertem para a importância deste património cultural, que é pertença de todos nós, e para a consequente necessidade de o protegermos.

III – Ordenação dos dados

Analisando o levantamento vemos que são, como já foi referido, inúmeras as imagens escolhidas para figurar como protectores dos lugares onde foram colocadas. No entanto, se contabilizarmos as imagens, nos cento e quarenta e sete painéis identificados, e inventariados, estas totalizam duzentas e trinta e três distribuídas, por ordem decrescente, da seguinte forma⁵:

Imagem	N.º de vezes representada
São Marçal	57
N.ª S.ª da Conceição	31
St.º António	26
N.ª S.ª do Carmo	12
Cristo ⁶	11
N.ª S.ª da Piedade	7
N.ª S.ª da Penha de França	6
N.ª S.ª do Rosário	6
Sagrada Família	6
São Francisco de Borgia ⁷	6
St.ª Ana	5
Almas do Purgatório	5
N.ª S.ª da Nazaré	4
São José	4
São João	3
Cruz	3
N.ª S.ª da Atalaia	2
Custódia	2
Rainha St.ª Isabel	2
São Caetano	2
N.ª S.ª da Ajuda	1
N.ª S.ª do Amparo	1
N.ª S.ª da Boa-Hora	1
N.ª S.ª (Baracas)	1
N.ª S.ª do Livramento	1
N.ª S.ª das Necessidades	1
St.ª Gertrudes	1
Espírito Santo	1
Santo André	1
São Bento	1
São Francisco de Assis	1
São Francisco de Paula	1
São Gonçalo	1
Santo Isidro	1
São João Baptista	1
São Joaquim	1
São Mamede	1
São Martinho	1
Bento José Laber	1

IV – São Marçal – uma imagem e uma funcionalidade

De uma rápida análise ao quadro apresentado podemos concluir que são três as representações que se destacam de entre as demais trinta e nove: São Marçal (57 vezes), Nossa Senhora da Conceição (31 vezes) e Santo António (26 vezes).

Embora não seja, na nossa opinião, de estranhar a escolha da imagem de Nossa Senhora da Conceição como imagem figurativa, e protectora, pois a crença na Imaculada Virgem é algo muito radicado nas mentalidades dos portugueses em geral, e dos lisboetas em particular, desde tempos remotos, há que acrescentar que essa crença, e respectiva devoção, aumenta quando esta é jurada padroeira do reino, em cortes, no ano de 1646⁸. Igualmente o mesmo será de pensar quanto à opção de escolher Santo António como protector dos lugares onde ele figura, representado no azulejo, conquanto este santo era, e é, o padroeiro da cidade de Lisboa, cidade que o viu nascer⁹ e que lhe dedica uma festa anual, e dia feriado.

Quanto à figura mais representada, no respectivo estudo é inventariação, é São Marçal. Quem é então este personagem que, pelo menos actualmente, tão pouco conhecido é dos portugueses e, em especial dos lisboetas que, pela profusão da figura deste santo em toda a cidade, se devem cruzar com ele diariamente?

Esta pergunta foi também por nós formulada. Da análise das imagens deste santo depreende-se ao primeiro olhar dois elementos iconográficos comuns: o báculo na mão esquerda e, em segundo plano, casas incendiadas.

Com estes elementos, dispusemo-nos a procurar o que nos dizia a bibliografia específica ao estudo de santos, nomeadamente em hagiografias¹⁰, o que não se mostrou muito elucidativo. No entanto, algumas obras dedicadas à cidade de Lisboa revelaram-se essenciais para a construção de um, hipotético, quadro mental que terá levado à enorme profusão na escolha deste santo como protector das pessoas e bens, na capital. Devemos acrescentar que falamos apenas da cidade de Lisboa, pois não parece estar estudada a presente questão quanto a qualquer outro espaço, bem como não dispomos de levantamentos dos «registos de santos» em outros locais, passíveis de comparações com o apresentado. Deste modo, e voltando às primeiras obras onde detectámos referências a São Marçal, elas referem-no como uma figura que «... principalmente depois do terramoto de 1755, (...) *dominou pela protecção das casas, bens e habitantes, contra incêndios; Lisboa invocou-o em consonância de tal protecção pessoal o nome na toponímia urbana: – Rua de São Marçal*»¹¹. ou «*O painel protector de uma casa da mesma rua é datado de 1757, dois anos apenas depois do terramoto e das ruínas ali provocadas pelos desmoronamentos e incêndios. O painel apresentaria, entre as suas figuras reconhecíveis e reconhecidas para a circunstância, as que presidissem na protecção contra aquelas catástrofes. Quem eram tais entidades? São Marçal, que livrava das chamas os homens e os seus bens, aí estava, aos pés da Cruz, na cartela, como simbolizasse separadamente o Calvário e em particular o “calvário” que é o incêndio numa casa e numa família.*

*Mas o terramoto é, independentemente do incêndio ocasionado, a origem primeira da catástrofe. Haverá na hagiografia católica algum potente protector do homem contra as ruínas? Sim, há, São Francisco Borja...¹²», este autor salienta ainda na mesma obra¹³, e de acordo com o que por nós foi dito que «*Santo António de Lisboa, mais das esperanças e devoção de gente popular e da que lhe foge ao plebeísmo, havia de ter e teve sua imagem invocativa nos painéis de azulejos das frontarias de muitas casas (...)* Outra imagem pintada em azulejos, colocados também nas casas exteriormente, é a de São Marçal, advogado dos homens contra o fogo devastador. E, com ambas estas imagens ou outras, a de Nossa Senhora, qualquer que seja a invocação¹⁴, que, podendo ser de qualquer invocação, domina o grupo, quer centralizada nele, quer sobreposta a coroá-lo em ascensão».*

Devemos acrescentar que no seguimento da passagem que apresentámos, Luís Chaves descreve oito painéis, onde se verifica a presença das três figuras referidas, acrescentando que «*Há mais registos (...) Muitos desapareceram, ou por dano sofrido, ou (...), com destino a mercadoria de antiquários, ou ainda por demolição de prédios, que os ostentavam à veneração e à curiosidade*» numa concordância de ideia, relativamente ao que por nós foi veiculado, que estas obras têm vindo a desaparecer. E, nesse sentido adianta ainda que «*[...] os “registos de azulejos” com imagens pintadas, nas fachadas de casas, nas portadas, nos frontões de pórticos e de tanques ou lagos, correspondem a sentimentos antigos com expressão nova, como o homem cristão, substituiu essencialmente o homem pagão*».

Sinal de cultura, prova de arte, demonstração de fé, história, etnografia, religião, estética, é legítimo que se respeitem os «registos». E justo é pedir à Câmara Municipal de Lisboa que mande restaurar e clas-

sificar os que (ainda) podemos admirar nas ruas da cidade; de facto, eles são em Lisboa uma página do seu álbum¹⁵, opinião que partilhamos, e reforçamos, passadas que são cerca de quatro décadas e meia destas palavras, sem qualquer resultado prático, relativamente à defesa do património agora estudado.

Prosseguindo na investigação, encontrámos mais algumas referências a São Marçal que podem concorrer para uma melhor definição do seu *campo de actuação*:

– um artigo, do Padre Vítor Melícias, publicado na obra comemorativa dos 600 anos dos Bombeiros Portugueses, onde afirma que se «*divulgara e generalizara a devoção popular a S. Marçal como intercessor contra terramotos, incêndios e outros cataclismos*»¹⁶, neste artigo o autor adianta ainda uma pequena biografia do santo. Para ele, São Marçal tem duas histórias, uma lendária outra mais provável e com maior veracidade histórica. A primeira reivindicava o título e estatuto de apóstolo, e teria sido veiculada por escritores eclesiásticos ilustres de tal forma que, passando à literatura eclesiástica e litúrgica, se veio a consagrar o dia da sua morte em 30 de Junho do ano de 71. Enquanto a segunda, a mais provável na sua opinião, propõe São Marçal como um dos sete missionários evangelizadores da Gália, enviados por Roma, em meados do séc. III. De qualquer forma, a devoção popular sintetiza as várias lendas e histórias do santo, e atribui-lhe poderes milagreiros, entre conversões e curas, que se realizariam pelo toque do seu báculo episcopal. Este objecto que, como já foi referido, acompanha (e identifica) o santo, terá sido, indevidamente na opinião do Padre V. Melícias, identificado pela crença medieval (e não só como veremos adiante), como o bastão que usara S. Pedro e que oferecera ao seu, suposto, primo São Marçal. É com o simples toque deste objecto num edifício incendiado que, segundo a lenda, São Marçal teria extinguido o «pavoroso» fogo.

Como nota, deve-se acrescentar que esta devoção popular estará ainda na base de «*Após aturada investigação e aconselhamento solicitado pelo então presidente da Liga (dos Bombeiros Portugueses) ao Patriarcado de Lisboa, a partir dos anos 50 foi S. Marçal, bispo de Limoges, como padroeiro dos bombeiros portugueses ...*»¹⁷.

– no periódico *O Archeologo Portugues*, onde é redactor J. Leite de Vasconcelos, em que é referido que «*São Marçal é advogado contra incêndios, (...) e advogado dos bombeiros, derivação lógica de ser protector contra incêndios...*»¹⁸ ou, na mesma publicação em que o autor refere que os registos¹⁹ «*... representam o santo com os seus atributos do Flos sanctorum ou dos Acta martyrum, ou os passos da paixão (se são eles Cristo), episódios da vida da História Eclesiástica, do martírio, alegorias morais (mistérios da Trindade, da Conceição, do Sacramento), alegorias concretas (os santos com as mutilações do martírio, ou representações dos males de que protegem, v.g., Santa Luzia com os olhos numa salva na mão direita e palma na outra, S. Marçal e a casa em chamas, etc.)...*»²⁰.

– também na obra *Ceramica Portuguesa* de José Queiroz é referida a função de São Marçal. Assim o autor falando de motivos religiosos de fachadas de construções descreve «*... o pequeno motivo de almas suplicantes rodeadas pelo fogo, os múltiplos registos de devoção, desmonotonizam a parca moradia e o muro freirático, onde se lêem preces e nomes de santos, entre os quaes é quasi certo encontrar o advogado contra os incêndios – São Marçal*»²¹;

Por fim, encontrámos uma obra que, por ser contemporânea à época em estudo, nos parece ser de vital importância para o desenvolvimento dessa atitude mental do lisboeta de meados do séc. XVIII. Há que realçar que esta obra terá sido escrita antes do grande terramoto de 1755 o que, em termos de imaginário, é significativo.

A obra é de um frade, de nome Jozé da Quitaçam, que a escreveu para oferta a um nobre amigo. Trata-se de uma biografia de São Marçal, para o autor a verdadeira, seguida de uma novena, totalmente acompanhada pelos diversos passos que o crente deveria dar para a cumprir. Pela quantidade de informação que esta obra contém passamos a transcrever algumas passagens, remetendo para a obra quando o estudo se pretender mais aprofundado. Depois de contar a história da vida de São Marçal, localizando-o exactamente como discípulo de Jesus, que acompanhou desde criança (por ser primo mais novo de São Pedro), descreve a lenda que terá originado a crença na sua protecção contra os incêndios:

«Contemos outro milagre obrado em Burdegala por S. Marçal. Como quer que a Cidade pelas culpas dos seus moradores estivesse destruída cum hum grande incendio, e quazi toda se fosse reduzindo a cinzas, tomou Benedicta o Bordão de S. Marçal. e o lançou ao fogo dizendo. O Deos dos Chritãos, a quem prega

o Beatíssimo Marçal, nos livre deste imminente perigo, e mostre a sua clemência sobre nós. A esta voz de Benedicta de tal sôrte cessou o incendio, que nem finaes de fogo apparecerão»²².

Noutra passagem, esclarece o autor que

«... Para o grande perigo dos incêndios tem Deos deputado o Glorioso S. Marçal, Discípulo mimozo do Mesmo JESU Christo, e para sua intercessão nos livrar das grandes afflicções, em que continuadamente nos estamos vendo em tantos incêndios, como experimentamos (mais à frente veremos como isto era uma realidade). Mas porque nos não lembra São Marçal, senão quando há fogo, parece justo, que para que não haja fogo, nos lembremos de S. Marçal, e assim ajunto (...) huma Novena, para nos fazermos seus devotos, e elle nosso Advogado para com Deos, e livrarnos dos incendios.

São Muitas vezes os incendios castigo dos nossos pecados (...). E assim, ou o fogo seja vindo do Ceo, ou atheado em terra, sempre he ordenado pela Divina Providencia.

Nas letras Sagradas achamos muitos incendios com fogo vindo do Ceo para castigo de huns, e exemplo de outros.

(...)

E não só com fogo do Ceo permite Deos estes incendios, se não ainda com fogo da terra; quantas Cidades subvertidas, quantas populações arruinadas (...).

E assim para nos livrarmos dos incendios, he necessário melhorarmos a vida, e recorrermos ao Senhor S. Marçal como especial Advogado dos incendios; porque recurso ao Santo, sem a disposição necessária, he inutil, mas disposição, e recurso, a experiência mostrará, quanto proveitosa seja²³».

Considerando que o texto do qual extraímos estes excertos terá sido escrito alguns anos antes do terramoto, após o qual deflagrou talvez o maior incêndio que Lisboa conheceu, e tendo em conta aquilo que é transmitido no texto quer relativamente à quantidade de incêndios, quer aos receios provocados pelos mesmos, poderemos afirmar que o lisboeta de meados do séc. XVIII vivia com o constante receio que o fogo lhe pudesse ameaçar, não só os bens, mas a própria vida.

V – Os Incêndios e os meios de os combater na cidade de Lisboa

Numa tentativa de compreender o temor que, na capital, se sentia relativamente ao eminente perigo que representava o fogo, partimos em busca de dados sobre, por um lado notícias sobre incêndios em Lisboa, por outro a capacidade que a cidade, e os seus habitantes, tinham de minimizar os danos por eles provocados.

Segundo Ferreira de Andrade, são do reinado de D. João I as primeiras medidas preventivas e de combate a este flagelo que se conhecem. Antes, eram os habitantes que, de forma desordenada e desorganizada, acudiam sempre que era dado o alarme. Corria então o ano de 1395 quando, em Lisboa, foram promulgadas algumas determinações com o objectivo de o fogo «... *nõ fazer mayor dagno...*»²⁴. De acordo com este autor embora estas primeiras determinações pudessem ter sido alvo de alguma forma de aperfeiçoamento, elas não chegaram até nós.

Não deverão ter sido alheios à necessidade de criar um sistema minimamente organizado de combate aos incêndios, as catástrofes que, pelo fogo, aconteceram na «... *Rua da Ferraria de 1369, no incêndio pavoroso do cerco de Lisboa em 1373, no da Rua da Judiaria no mesmo ano...*»²⁵ para enumerar aqueles que nos chegaram notícia. Contudo, as referidas foram concerteza insuficientes pois os incêndios sucedem-se.

Um dos mais graves problemas com que se debatia a cidade era, sem dúvida, a falta de água. Se esta já não abundava para as normais necessidades do dia-a-dia (que eram muitíssimo menores que actualmente), imagine-se o problema que se levantava quando era precisa em grandes quantidades, como o que acontecia no caso de se ter que combater um fogo.

Os incêndios faziam parte do quotidiano de Lisboa e são inúmeros os edifícios importantes da cidade que constam no rol, descrito por F. de Andrade: «*Recordamos, entre outros o do Hospital de Todos-os-Santos, 1601, da Igreja do Loreto e do Convento de Santos. Cinquenta anos depois, os do Mosteiro de Santa Maria, do Arco dos Pregos, das Portas de Alfaja, do Alto da Cotovia e do Teatro do pátio da Rua das Arcas, estes ainda no século XVII; e, depois, na primeira metade da centúria seguinte, os da Casa do Linho, do Real Convento de São Francisco, do Mosteiro da Trindade, da Rua do Corpo Santo, do Palácio do Marquês de Angeja, do Arsenal do Exército, da Casa do Marquês de Valença e do Estanco Real do Tabaco, da Rua das Flores e do Paço da Ribeira.*»²⁶; por seu lado José Estevam fala-nos dos mesmos, mas de outros: «*Em 29 de Março de 1651 (...) se queimou a igreja do Loreto (...) Em 17 de Agosto de 1652 (...)*

incendiou-se o Convento das Inglesinhas (...) 20 de Setembro de 1654, ardeu parte do convento das freiras de Chelas (...) 1670, o fogo consumiu a sacristia do Convento da Rosa (...) Durou três dias o incêndio que demorou a devorar o Convento da Trindade (...) Deram-se três incêndios em Lisboa no mesmo dia, no ano de 1734, um na Rua Nova do Almada (...) que arrasou as moradias de 59 famílias (...) outro no Mosteiro das Comendadeiras da ordem de Aviz ...»²⁷, estes são apenas alguns, muitos outros de menor monta (tanto pela dimensão do sinistro, como pela pouca importância dos afectados) ficarão no esquecimento. Todavia, destas descrições e dos relatos dos seus autores fica-se com a ideia que no século XVIII, não obstante já existirem meios de combate²⁸, os incêndios são um terrível flagelo. Assim em 1750, de novo arde o Hospital de Todos-os-Santos desta vez quase por completo, acabando por desaparecer aquando do terramoto de 1755.

Este terramoto, ao qual se segue o maior de todos os incêndios de que há memória, foi descrito por diversos contemporâneos como algo realmente devastador. Um frade que o terá presenciado refere-se-lhe como um «*fogo que se via em Santarém*» e que «*parecia efeitos de incêndios infernais*»²⁹. Para Moreira Mendonça, que também o descreve, o fogo terá consumido cerca de uma terça parte da cidade³⁰. O fogo que assolou grande parte da cidade parece ter tomado várias direcções, consoante foram as respectivas mudanças na direcção do vento³¹, e teria demorado cerca de vinte dias a extinguir-se por completo³².

Lisboa, depois do cataclismo estava irreconhecível. Ainda, segundo Moreira de Mendonça «*O incêndio reduziu a cinzas huma grande porção da Cidade antiga, e huma grande parte da Cidade moderna. O terreno destruído pelo fogo occupa mais de huma legoa de circunferência...*»³³.

O Marquês de Pombal parece ter assistido à catástrofe que, cinco anos antes, tinha destruído quase por completo o Hospital de Todos-os-Santos e, embora tomando medidas contra a repetição do acontecido, não foram suficientes, nem de perto nem de longe, para o que se teria de enfrentar nesses primeiros dias de Novembro de 1755.

Aliadas ao problema da falta de meios de combate aos fogos, outras causas contribuíam para o início, ou o agravamento, destes. Deste modo, a proximidade das casas umas das outras, ruas estreitas, a existência de fábricas e depósitos de carvão, e pior ainda, de pólvora, faziam com que qualquer pequeno foco de incêndio pudesse, muitas vezes, resultar numa enorme desgraça.

«*Para acudir a tudo isto (...) Lisboa dispunha de meia dúzia de bombas avariadas e a devoção a São Marçal advogado contra os fogos*»³⁴. Esta era, quase certamente, uma realidade.

Mesmo logo depois de 1755 quando, no ano seguinte, se investe cerca de 40 vezes mais do que o que se tinha feito naquele fatídico ano, Lisboa continua a arder. Desta feita serão edifícios na Rua Jardim do Tabaco e o Edifício da Alfândega. E continuam com o correr do tempo, também o Convento de Santa Joana, a Ribeira Velha ou Rua da Madalena sofrem as agruras do fogo.

A falta de confiança que existia no poder de resposta dos serviços de combate aos incêndios (que estavam sob a responsabilidade do Senado da Câmara) era tão grande, que se conhecem Palácios, e até serviços públicos, que organizam meios próprios, com material e pessoal preparados para o efeito.

Uma das principais preocupações que existia quando era declarado um incêndio consistia na sua localização exacta, com vista a que se intervisse o mais depressa possível. Entre várias soluções, determinava-se que o alarme seria dado por badaladas nos diversos sinos que existiam um pouco por toda a cidade. Saber então o número de badaladas que corresponderia à freguesia onde se residia, deveria ser tão importante como hoje é saber o número de telefone.

Talvez devido a essa importância, desenvolve-se uma espécie de mnemónica, em verso, que ajudaria a lembrar as respectivas correspondências.

Apesar de tudo, Lisboa continuava com dificuldades em deter a repetição de incêndios. O final do século XVIII e o século seguinte decorrem com altos e baixos nas capacidades de combates aos incêndios. São tomadas muitas e diversas medidas ao longo destes anos mas a eficácia é, demasiadas vezes, posta em causa.

Pelo século XIX os incêndios repetem-se mas nunca com a violência de outros tempos. A este facto não será alheio o desenvolvimento dos serviços de bombeiros, o melhor abastecimento de água à cidade e, até, a construção imobiliária efectuada com outros cuidados. No entanto, em 1866, Lisboa ainda se assusta com o incêndio no Rossio, pelas proporções assumidas.

Quanto ao século XX, o incêndio que destruiu a Sala do Risco, em 1916, ou o incêndio do Chiado em 1988, mostram que numa cidade como Lisboa, há sempre a possibilidade de o fogo fazer grandes estragos.

NOTAS

- ¹ José Fernandes Pereira, «O Barroco do Séc. XVIII», *História da Arte Portuguesa*, (dir. Paulo Pereira), III Vol., Paulo Pereira (dir.), "Do Barroco à Contemporaneidade", p.127.
- ² Idem, *Ibidem*, p. 132.
- ³ Luís Chaves, *Lisboa nas Auras do Povo e da História. Ensaio de Etnografia*, (artigos publicados em revistas e jornais), Vol. IV, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara de Lisboa, 1969, p. 175.
- ⁵ Treze imagens não foram possíveis de identificar, no entanto nove eram de Nossas Senhoras.
- ⁶ Das quais 5 vezes crucificado.
- ⁷ Metade das quais em conjunto com São Marçal.
- ⁸ Antes da eleição de Nossa Senhora da Conceição para padroeira do Reino de Portugal, já era antiga a crença no mistério da Imaculada Conceição da Virgem Maria.
Em 1618, A Câmara Municipal manda gravar em pedra, nas principais portas da cidade de Lisboa, letreiros onde se afirmava a concepção da Virgem Maria sem pecado original.
As cortes de 1645-6 tomam a decisão de assumir a Imaculada Conceição como padroeira do Reino, tendo o Rei ficado de obter a confirmação da Santa Sé.
Após aquela eleição, e durante o período de que datarão os registos em estudo, não parou, nem sequer abrandou, a devoção à padroeira do Reino, assim por exemplo:
 - em 1717, D João V recomenda a todos os prelados e colegiadas do reino que, nas suas igrejas, celebrassem a festa da Imaculada Conceição com a maior solenidade e grandeza;
 - em 1733, é a vez dos militares da guarnição do Porto que, com grande solenidade, celebram a festa da Imaculada Conceição, elegendo-a para sua padroeira;
 - neste mesmo ano, a Academia Real de História determina que todos os seus académicos jurem o mistério da Imaculada Conceição.
- ⁹ Santo António chamava-se na realidade Fernando Bulhões e nasceu em Lisboa por volta de 1190. Os seus pais dedicam-no, desde pequeno, ao serviço da Igreja onde dá provas de grande virtude. Parece ter sido uma personagem dotada de grande modéstia e humildade mas, também de enorme sabedoria. Considerado, pelo Papa Gregório IX, uma «arca viva do Sagrado Testamento» ou, por um seu contemporâneo (Tomás Galo), uma «Lâmpada ardente e brilhante», é-lhe concedido o título de «Pai da ciência mítica» (título que a liturgia ainda lhe consagra ao considerá-lo o «Pai da ciência».)
Após a sua morte, com cerca de quarenta anos, cresceu ainda mais a devoção que inspirava nos fieis. Foi beatificado no dia 1 de Junho de 1232, menos de um ano passado da sua morte em 13 de Junho de 1231. Refira-se, em conclusão, que o dia da sua morte é, ainda hoje, celebrado em Lisboa com festas em sua devoção.
- ¹⁰ Cf. hagiologias consultadas na secção de Fontes e Bibliografia.
- ¹¹ Cf. Luís Chaves, *op. cit.*, p. 176.
- ¹² Cf. Luís Chaves, *op. cit.* pp.179-180.
- ¹³ Cf. Idem, *Ibidem*, Vol. III, p. 277.
- ¹⁴ Embora o autor não faça referência a qualquer preferência na invocação, podemos nós propor, através dos dados do estudo apresentado, que a da Imaculada Conceição seja, nitidamente, a preferida.
- ¹⁵ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 275.
- ¹⁶ Cf. Bombeiros Portugueses (falta a ref. Bibliog.), pp. 109-114.
- ¹⁷ Idem, *Ibidem*, p.109
- ¹⁸ Cf. *O Archeologo Portugues*, J. Leite de Vasconcelos (red.), Vol. XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917, pp. 366-7.
- ¹⁹ Relativamente a estes registos, estes não são, especificamente, os de «azulejos», mas outros que, em papel, estariam na base, ou os imitariam. De qualquer forma, parecem ter idêntico papel simbólico de devoção e protecção.
- ²⁰ Cf. *O Archeologo Portugues*, J. Leite de Vasconcelos (red.), Vol. XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917, p. 37.
- ²¹ Cf. José Queiroz, *Cerâmica Portuguesa*, Lisboa, Typographia do Anuário Commercial, 1907, pp. 231-232.
- ²² Cf. Fr. Jozé da Quietaçam, *Vida, e Novena do Glorioso S. Marçal. Discípulo de Jesu Christo. Inclito Bispo, e Especial Advogado Contra os Incendios*, Lisboa Occidental, Officina de Mauricio Vicente de Almeida, 1736, pp. 52-53.
- ²³ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 78-83.
- ²⁴ Ferreira de Andrade, *Lisboa E Os Seus Serviços De Incêndios (1365-1868)*, 1.º Vol., Lisboa, [s.e.], 1969, p. 10.
- ²⁵ Idem, *Ibidem*, p. 8.
- ²⁶ Cf. Ferreira de Andrade, *op. cit.*, pp. 9-10.
- ²⁷ Cf. José Estevam, «Incêndios em Lisboa. Nos Séculos XVII e XVIII», *Revista Municipal*, ano XIV, n.º 58, 3.º trimestre, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1953, pp. 63-64.
- ²⁸ De acordo com o artigo de Francisco Alves de Azevedo, «Subsídios para a História do batalhão de Sapadores Bombeiros», *Revista Municipal*, ano XLVII, 2.ª série, n.º18, 4.º trimestre, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1986, p. 41: «De 1714 a 1748 o serviço de extinção de incêndios em Lisboa é melhorado por várias formas com a publicação de novas disposições e pela compra em Inglaterra de moderno (para a época) material para combater os incêndios».
- ²⁹ Cf. A. Vieira da Silva (ed.), *Memórias curiosas em que, por estes annos de 1758, se acham as principaes cousas da corte de Lisboa*, por Frei António do Sacramento, Lisboa, [Officina do Tombo Histórico], 1929.

³⁰ Cf. Matos Sequeira (dir. e org.), *Lisboa. Oito Séculos De História*, Lisboa, Publicações Comemorativas do 8.º Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, 1957, p. 496.

³¹ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 494.

³² Cf. Idem, *Ibidem*, p. 497.

³² Joachim Joseph Moreira de Mendonça, *História Universal Dos Terramotos, Que Tem Havido No Mundo, De Que Há Notícia, Desde A Sua Creação Até O Século Presente*, Lisboa, Oficina de António Vicente da Silva, 1758, p. 117.

³³ Cf. Idem, *Ibidem*, p. 484.

Fontes e Bibliografia

FONTES

CARDOSO, Jorge, Lic., *Agiologio Lvsitano. Dos Santos E Varões Ilvstres Em Virtude Do Reino De Portugal E Svas Conquistas. Consagrado Aos Gloriosos S. Vicente e S. António Insignes Patronos Desta Inclyta Cidade Lisboa, E A Sev Ilvstre Cabido Sede Vacante*, Tomo I, [Oficina de António Craesbeeck de Mello], 1652.

CARDOSO, Jorge, Lic., *Agiologio Lvsitano. Dos Santos E Varões Ilvstres Em Virtude Do Reino De Portugal E Svas Conquistas. Consagrado Aos Gloriosos S. Vicente e S. António Insignes Patronos Desta Inclyta Cidade Lisboa, E A Sev Ilvstre Cabido Sede Vacante*, Tomo III, Lisboa, [Oficina de António Craesbeeck de Mello], 1666.

LIMA, Manuel, *Agiologio Dominico. Vidas Dos Santos, Beatos, Martires E Outras Pessoas Veneráveis Da Ordem Dos Pregadores*, 4 Tomos, Lisboa, [Oficina de Pedrozo Galvram], 1700 - 1712.

MENDONÇA, Joachim Joseph Moreira de, *História Universal Dos Terramotos, Que Tem Havido No Mundo, De Que Há Notícia, Desde A Sua Creação Até O Século Presente*, Lisboa, Oficina de António Vicente da Silva, 1758.

QUIETAÇAM, Fr. Jozé da Quietaçam, *Vida, e Novena do Glorioso S. Marçal. Discípulo de Jesu Christo. Inclito Bispo, e Especial Advogado Contra os Incendios*, Lisboa Occidental, Oficina de Mauricio Vicente de Almeida, 1736.

SILVA, A. Vieira da (ed.), *Memórias curiosas em que, por estes annos de 1758, se acham as principaes cousas da corte de Lisboa*, por Frei António do Sacramento, Lisboa, [Oficina do Tombo Histórico], 1929.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Ferreira, *Lisboa E Os Seus Serviços De Incêndios (1365-1868)*, 1.º Vol., Lisboa, [s. e.], 1969.

O Archeologo Portugues, J. Leite de Vasconcelos (red.), Vol. XXII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1917,

AZEVEDO, Francisco Alves de, «Subsídios para a História do batalhão de Sapadores Bombeiros», *Revista Municipal*, ano XLVII, 2.ª série, n.º 18, 4.º trimestre, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1986, p. 41.

CHAVES, Luís, *Lisboa Nas Auras Do Povo E Da História. Ensaio de Etnografia*, (artigos publicados em revistas e jornais), Vol. IV, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara de Lisboa, 1969.

ESTEVAM, José, «Incêndios em Lisboa. Nos Séculos XVII e XVIII», *Revista Municipal*, ano XIV, n.º 58, 3.º trimestre, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1953, pp. 63-64.

PEREIRA, José Fernandes, «O Barroco Do Séc. XVIII. O azulejo», *História da Arte Portuguesa*, (dir. Paulo Pereira), III Vol., Paulo Pereira (dir.), «Do Barroco À Contemporaneidade», [s.l.], Círculo de Leitores, [imp. 1995].

QUEIROZ, José, *Ceramica Portuguesa*, Lisboa, Typographia do Annuário Commercial, 1907.

SEQUEIRA, Matos (dir. e org.), *Lisboa. Oito Séculos De História*, Lisboa, Publicações Comemorativas do 8.º Centenário da Tomada de Lisboa aos Mouros, 1957.

Notas sobre as moedas provenientes das escavações do Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa

A. M. DIAS DIOGO
NESTOR FATIA VITAL

Das várias intervenções arqueológicas que efectuámos no Gabinete Técnico do Teatro Romano de Lisboa (C.M. de Lisboa) entre 1989 e a sua extinção em 1998, publicamos aqui um quadro comparativo das moedas portuguesas medievais e modernas, encontradas na Baixa e na Colina do Castelo.

Podendo ser objecto de vários tipos de estudo, interessou-nos mais imediatamente a sua contribuição para a datação de estruturas e contextos arqueológicos, fornecendo-nos balizas para o estabelecimento das cronologias das várias fases de ocupação dos sítios e de artefactos ainda pouco conhecidos da nossa arqueologia. Aspectos mais relacionadas com questões de circulação monetária, apenas os iremos tratar após os estudos dos dois conjuntos mais importantes, recolhidos nas nossas escavações do Palácio Penafiel e da Rua das Pedras Negras (Termas dos Cássios). É ainda de referir que, em sítios fortemente urbanizados e não se tratando de entesouramentos, o achado das moedas está essencialmente ligado aos níveis de construção, remodelação ou destruição das estruturas e infra-estruturas.

Se cada um dos conjuntos estudados, antes de mais, caracteriza o seu sítio de achado, na sua globalidade eles apontam-nos para duas grandes épocas de construção e saneamento urbanos, ligadas às políticas de D. Manuel I e de D. João V, assim como para dois períodos imediatos de destruição e reconstrução, ligados por sua vez aos terramotos de 1531 e 1755 e às políticas de D. João III e D. José.

Nos casos das ruas dos Correeiros (RDC) e de São Nicolau (RSN), onde foram encontradas cerâmicas islâmicas, imediatamente anteriores à reconquista da cidade, as moedas recolhidas apontam para alterações urbanísticas significativas ocorridas após a construção da “cerca fernandina”. Estando os vestígios dos terramotos de 1531 e de 1755 aqui particularmente bem definidos, seja através dos vestígios arqueológicos, seja através dos numismas.

Ainda dentro da “cerca fernandina”, na rua de São Pedro Mártir (SPM) a estratigrafia que pudemos registar deverá reportar-se aos terramotos de 1531 e 1755. Aqui foram recolhidas sete moedas, todas em entulhos do terramoto de 1755. Distribuem-se por dois grupos, definindo duas épocas: dois dinheiros de D. Sancho II e D. Afonso III e cinco moedas de D. João III e D. Sebastião.

Já dentro do perímetro da “cerca moura”, na rua de São Mamede ao Caldas n.º 9, onde escavámos um pequeno troço de uma rua anterior ao terramoto de 1755 e um silo islâmico entulhado após 1147, das sete moedas encontradas apenas poderam ser classificadas duas: um dinheiro de D. Dinis nos entulhos de enchimento do silo, e um ceitil de D. Afonso V nos terraplenos posteriores ao terramoto de 1755.

Por fim, no caso do teatro romano (TRL), de onde é proveniente o maior conjunto aqui apresentado, o que é explicável não apenas pela maior dimensão ou características metodológicas da intervenção, mas sobretudo pela complexidade da ocupação que se sobrepôs às ruínas do edifício romano. As moedas que aqui nos interessam distribuem-se fundamentalmente pelos níveis ligados aos terramotos de 1531 e de 1755, tendo as de D. Luís sido encontradas no nível do pavimento de uma fabriqueta de metais. Ainda em estudo, os dois dinheiros de D. Sancho I e de D. Fernando, poderão estar relacionados com construções datáveis do reinado deste último monarca, o que apenas poderemos confirmar após o estudo exaustivo dos materiais que se lhe encontravam associados.

Quadro das moedas por intervenção

REINADO/ Tipo	RDC		SMC		SPM		RSN		TRL	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
SANCHO I									1	1,6
Dinheiro									1	1,6
SANCHO II					1	14,3				
Dinheiro					1	14,3				
AFONSO III					1	14,3				
Dinheiro					1	14,3				
DINIS			1	14,3						
Dinheiro			1	14,3						
FERNANDO I	2	6,6							1	1,6
Dinheiro	2	6,6							1	1,6
JOÃO I							1	12,5		
Meio r. 10 sol.										
Real de 3 1/2							1	12,5		
DUARTE I										
Meio real pre.										
AFONSO V	4	13,3	1	14,3			3	37,5	5	7,8
Meio real pre.									1	1,6
Ceítal	4	13,3	1	14,3			3	37,5	4	6,3
MANUEL							1	12,5	3	4,7
Ceítal							1	12,5	3	4,7
JOÃO III	3	10			2	28,6			3	4,7
Ceítal	2	6,6			2	28,6			1	1,6
Três reais	1	3,3							2	3,1
SEBASTIÃO					3	42,9			1	1,6
Real					1	14,3			1	1,6
Três reais					1	14,3				
Cinco reais					1	14,3				
PEDRO II	1	3,3							1	1,6
Real e meio									1	1,6
Três réis	1	3,3								
JOÃO V	5	16,6					2	25	5	7,8
Três réis	1	3,3					2	25		
Cinco réis	1	3,3							1	1,6
Dez réis	2	6,6							4	6,3
Meio tostão	1	3,3								
JOSÉ I									1	1,6
Cinco réis										
Dez réis									1	1,6
LUÍS I									3	4,7
Cinco réis									2	3,1
Vinte réis									1	1,6
OUTRAS	1	3,3							33	51,6
INDETERM.	14	46,6	5	71,4			1	12,5	7	10,9
TOTAL	30	100	7	100	7	100	8	100	64	100

REINADO/ Tipo	RAR		CCV	
	#	%	#	%
SANCHO I				
Dinheiro				
SANCHO II				
Dinheiro				
AFONSO III				
Dinheiro				
DINIS				
Dinheiro				
FERNANDO I				
Dinheiro				
JOÃO I				
Meio r. 10 sol.			1	33,3
Real de 3 ½				
DUARTE I				
Meio real pre.			1	33,3
AFONSO V				
Meio real pre.				
Ceutil				
MANUEL I				
Ceutil	1	25		
JOÃO III				
Ceutil				
Três reais				
SEBASTIÃO				
Real				
Três reais				
Cinco reais				
PEDRO II				
Real e meio				
Três réis				
JOÃO V				
Três réis				
Cinco réis	1	25		
Dez réis				
Meio tostão				
JOSÉ I				
Cinco réis	1	25		
Dez réis				
LUÍS I				
Cinco réis				
Vinte réis				
OUTRAS	1	25	1	33,3
INDETERM.				
TOTAL	4	100	3	100

Apêndices

Moedas encontradas na intervenção arqueológica da Rua dos Correeiros

Tendo decorrido durante o ano de 1991, a intervenção arqueológica de emergência que efectuámos na Rua dos Correeiros processou-se ao longo de toda a sua extensão, acompanhando as obras de instalação de novas condutas de água e gás, assim como de cabos eléctricos e telefónicos, no âmbito de um projecto municipal de repavimentação da rua.

Na sua grande maioria, as valas apenas violaram os estratos até aos pavimentos da época do terramoto de 1755, tendo ocasionalmente e já em situações completamente controladas sob o ponto de vista arqueológico, atingido níveis mais antigos, que chegaram a contextos ibero-púnicos.

É dentro desses parâmetros que tem de ser interpretado o conjunto de moedas encontrado na rua dos Correeiros. Acresce ainda que, na sua generalidade, foram perdidas ou abandonadas em contextos muito orgânicos, sendo assim natural o seu estado de degradação.

Do total de trinta moedas, apenas dezasseis se encontravam em estado de ser classificadas. Destas, uma é um dinheiro de Castela e Leão, a que podemos atribuir uma cronologia dos séculos XII e XIII. Também de um dinheiro são as únicas duas moedas de D. Fernando (1367-1383). Do reinado de D. Afonso V (1438-1481) foram encontrados quatro ceitis. De um período de grandes remodelações na cidade, em grande parte provocadas pelo terramoto de 1531, apareceram-nos três moedas de D. João III (1521-1557), duas de ceitil e uma de três reais. Por fim, do século XVIII, de uma época caracterizada por importantes construções régias e intensas obras de saneamento em Lisboa e pelo terramoto de 1755, foi-nos possível identificar seis moedas, 37,5 % das classificáveis, sendo uma de três réis de D. Pedro II (1703) e as restantes de D. João V, todas, portanto, de cunhagem anterior ao terramoto.

Catálogo

1 – Dinheiro. B. Atribuível aos séculos XII-XIII.

(Castela e Leão).

Anv.: Ilegível.

Cruz cantonada por espadas.

Rev.: Ilegível.

Tronco ou pilar ladeado de pontos.

Metr.: 0,1 g.; 10 mm. (cerceada); indeterminado.

Ref.: -

Prov.: RDC, S34, C5.

2 – Dinheiro. B. D. Fernando I.

Lisboa. ND.

Anv.: [+F:REX:PORT]VGA[LI]

Cruz de Cristo cantonada por crescentes e rosetas, alternados.

Rev.: [AL]GA RB[II] (com início à 1 h).

Quinas cortando a legenda. Quina central encimada por ponto.

Metr.: 0,7 g.; 15 mm.; 12 h.

Ref.: FV Fe.112.

Prov.: RDC, S12, C7.

3 – Dinheiro. B. D. Fernando I.

Lisboa. ND.

Anv.: [...]PORTVG[...]

Cruz de Cristo cantonada por crescentes e rosetas, alternados.

Rev.: [...]AL[...]

Quinas cortando a legenda.

Metr.: 0,9 g.; 15 mm.; 5 h.

Ref.: AG 01.02.

Prov.: RDC, S29, C4.

4 – Ceitil. AE. D. Afonso V.

Lisboa. ND.

Anv.: Ilegível.

Castelo de três torres altas. Com muralha baixa e mar de ondas irregulares.

Rev.: Ilegível.

Metr.: 1,3 g.; 20 mm.; indeterminado.

Ref.: FM 5.5.

Prov.: RDC, disperso.

5 – Ceitil. AE. D. Afonso V.

Lisboa. ND (Moeda de pequeno módulo).

Anv.: Ilegível.

Castelo de três torres com muralha e mar de ondas contínuas.

Rev.: Ilegível.

Escudo rodeado por cruces de Malta.

Metr.: 0,9 g.; 18 mm.; 12 h.

Ref.: FM 6.1.8.

Prov.: RDC, S27, C3.

6 – Ceitil. AE. D. Afonso V.

Lisboa. ND.

Anv.: [AIFONSO:REIS PORTU]GAI

Castelo de três torres, muralha alta e mar de ondas rectas.

Rev.: Ilegível.

Metr.: 1,4 g.; 19 mm.; indeterminado.

Ref.: FM 6.4.7.

Prov.: RDC, V158/160, C4.

7 – Ceitil. AE. D. Afonso V.

Lisboa. ND.

Anv.: Ilegível

Castelo de três torres, muralhas e mar de ondas côncavas.

Rev.: [ADIVTORIVM]:NO

Escudo sobre Cruz de Aviz.

Metr.: 1,6 g. (fragmentada); 21 mm.; 12 h.

Ref.: FM 8.3.5.

Prov.: RDC, S24A, C3.

8 – Ceitil. AE. D. João III.

Lisboa. ND.

Anv.: [x I]OANE[S 3.POR:] (A aberto).

Castelo de três torres, muralha e mar de ondas soltas.

Rev.: [x.IO]ANE[S.3...R PORT] (A aberto).

Escudo rodeado por pontos.

Metr.: 1,3 g.; 20 mm.; 1 h.

Ref.: FM 5.2.5.

Prov.: RDC, S18, C4.

9 – Ceitil. AE. D. João III.

Lisboa. ND.

Anv.: Ilegível.

Escudo clássico, com quatro castelos, ladeado por aneletos.

Rev.: Ilegível.

Três torres, com muralha recta contínua e mar de ondas soltas.

Metr.: 1,2 g.; 17 mm.; 7 h.

Ref.: FM 7.2.9.

Prov.: RDC, S20, C8.

10 – Três reais. AE. D. João III.

Lisboa. ND. (Moeda de módulo menor).

Anv.: [:]PO[RTVGAL.ETALGARB.REX.AFFRIC]

No campo: [I]OIII

Rev.: Anepígrafa.

Escudo.

Metr.: 3,8 g. (fragmentada); 28 mm.; 6 h.

Ref.: AG 14.03.

Prov.: RDC, disperso.

11 – Três réis. AE. D. Pedro II.

Lisboa. 1703.

Anv.: D.G.PORT.ETAL.GREX

No campo: P.II coroado e com florão debaixo.

Rev.: 1703+VTILITATI+PVBLICAE+ (AE em nexa).

No campo: marquilha III.

Metr.: 4,2 g.; 27 mm.; 6 h.

Ref.: AG 02.07.

Prov.: RDC, S14, C7.

12 – Três réis. AE. D. João V.

Lisboa. 1724.

Anv.: Ilegível.

Rev.: [*PORTUG]ALIAE.[ET.ALGARBIORUM.REX] (AE em nexa).

No campo: marquilha III, encimando a data.

Metr.: 2,3 g. (partida); 27 mm.; indeterminado.

Ref.: AG 03.02.

Prov.: RDC, V196/198 (violação da calçada).

13 – Cinco réis. AE. D. João V.

Lisboa. 1743 (moeda de módulo menor).

Anv.: IOANNES.[V.]DEI.[GRATIA]

Escudo ornamentado e coroado.

Rev.: [*PORTUGALIAE.ET.ALGARBIO]RUM.RE[X] (AE em nexa).

No campo: marquilha V encimando a data.

Metr.: 4,3 g. (partida); 29 mm.; 12 h.

Ref.: AG 05.22.

Prov.: RDC, disperso.

14 – Dez réis. AE. D. João V.

Lisboa. 1713.

Anv.: D.G.PO[RT.ET.ALG.REX]

No campo: monograma JV, coroado, com um ponto sobre o J.

Rev.: 1713*VTILITATI*PVBLICAE* (AE em nexa).

No campo: marquilha X ladeada de rosetas.

Metr.: 12,4 g.; 35 mm.; 6 h.

Ref.: AG 06.10.

Prov.: RDC, S26, C1 (por baixo da calçada).

15 – Dez réis. AE. D. João V.

Lisboa. 1738 (moeda de módulo menor).

Anv.: [IO]ANNES.[V.]DEI.GRATIA

Escudo ornamentado, coroado.

Rev.: [*P]ORTUGALIAE.ET.ALGARBIO[RU]M.R[E]X (AE em nexa).

No campo: marquilha X ladeada por rosetas, encimando a data.

Metr.: 11,9 g.; 33 mm.; 12 h.

Ref.: AG 07.22.

Prov.: RDC, V214/216, C3.

16 – Meio tostão. AG. D. João V.

Lisboa. ND.

Anv.: [+IOANNES.V.]D.G.PETALG.REX (A aberto).

No campo: marquilha XXXX, coroada, tendo por baixo um florão ladeado por ponto.

Ver.: *I[N.HOC.SI]GNO.VINCES

Metr.: 1,4 g. (partida); 18 mm.; 6 h.

Ref.: AG 10.05.

Prov.: RDC, S1, C1 (sobre a calçada).

Moedas encontradas na intervenção arqueológica da Rua Augusto Rosa, n.º 40

Efectuada entre Julho de 1993 e Janeiro de 1994, esta intervenção de emergência foi provocada por obras de reabilitação da Cavalaria do Cabido da Sé, instalada no espaço térreo do n.º 40 da Rua Augusto Rosa, um edifício seiscentista com multiplas alterações posteriores.

Embora a nossa principal preocupação, nesta intervenção, fosse a da recuperação e salvaguarda da Cavalaria, não deixámos de efectuar sondagens arqueológicas, que se revelaram importantes para o conhecimento da história do edifício. Nessas sondagens pudemos recuperar as quatro moedas aqui descritas e cuja importância apenas poderá ser estabelecida após o estudo completo da intervenção.

Catálogo

1 – Ceitil. AE. D. Manuel I.

Lisboa. ND.

Anv.: +EMA[...]GVINE (A aberto).

Castelo de três torres, com muralha bipartida e mar de ondas contínuas.

Rev.: +MA[...]INE (A aberto).

Escudo de chefe recto (4.º tipo), com aneletes laterais e superior.

Metr.: 1,6 g.; 18 mm.; 7 h.

Ref.: FM 2.1.2.ª

Prov.: RAR, alargamento da S1/3, C2.

2 – Cinco réis. AE. D. João V.

Lisboa. 1746.

Anv.: IOANNES.V..DEI.GRATIA

Escudo coroado, interceptando a legenda.

Rev.: *PORTUGALIAE.ET.ALGARBIORUM.REX (AE em nexa).

Marquilha V rodeada de duas rosetas, com cercadura de coroa de louros e data na base.

Metr.: 6,1 g.; 29 mm (módulo menor); eixo vertical.

Ref.: AG 05.26.

Prov.: RAR, S2, C6.

3 – Cinco réis. AE. D. José I.

Lisboa. 1764.

Anv.: JOSEPHUS.I..DEI.GRATIA

Escudo coroado interceptando a legenda.

Ver.: *PORTUGALIAE.ET.ALGARBIORUM.REX (AE em nexa).

Marquilha V rodeada de duas rosetas, com cercadura de coroa de louros e data na base.

Metr.: 6,2 g.; 30 mm.; eixo vertical.

Ref.: AG 04.04.

Prov.: RAR, camada de cobertura do empedrado.

4 – Dez centavos. BR. República.

Lisboa. 1924.

Anv.: REPUBLICA PORTUGUESA

No campo: 10/CENTAVOS. Data no excergo.
Rev.: Efigie da República, à esquerda (anepígrafo).
Metr.: 4 g.; 22 mm.; eixo vertical.
Ref.: AG 09.01.
Prov.: RAR, junto ao arco.

Moedas encontradas na intervenção arqueológica da Calçada do Correio Velho

Esta intervenção foi realizada no âmbito dos nossos trabalhos no sítio das “Termas dos Cássios”, tendo decorrido em Junho de 1993. Tratou-se essencialmente, do acompanhamento arqueológico da abertura das valas, para instalar os cabos telefónicos de serviço da nova sede do Ministério das Obras Públicas, no Palácio Penafiel.

A colocação dos cabos obrigou à abertura de uma vala, com cerca de 60 cm. de largura e 1,50 m. de profundidade, em toda a extensão da Calçada do Correio Velho, no leito da via e acompanhando os lancis do seu passeio Oeste. A construção da calçada, aberta após o terramoto de 1755 e próxima do sentido máximo do declive da colina, com uma inclinação de cerca de 12°, implicou a remoção da generalidade das camadas posteriores à construção das termas romanas. Na zona da vala de onde são provenientes as moedas agora publicadas, de época posterior à romana, apenas restava o alicerce de um muro pertencente a uma construção portuguesa, que já tínhamos encontrado nas escavações do Palácio Penafiel. Foi neste alicerce que recolhemos as duas moedas portuguesas aqui estudadas, de D. João I e de D. Duarte.

Catálogo

1 – Semisse. AE. Tibério

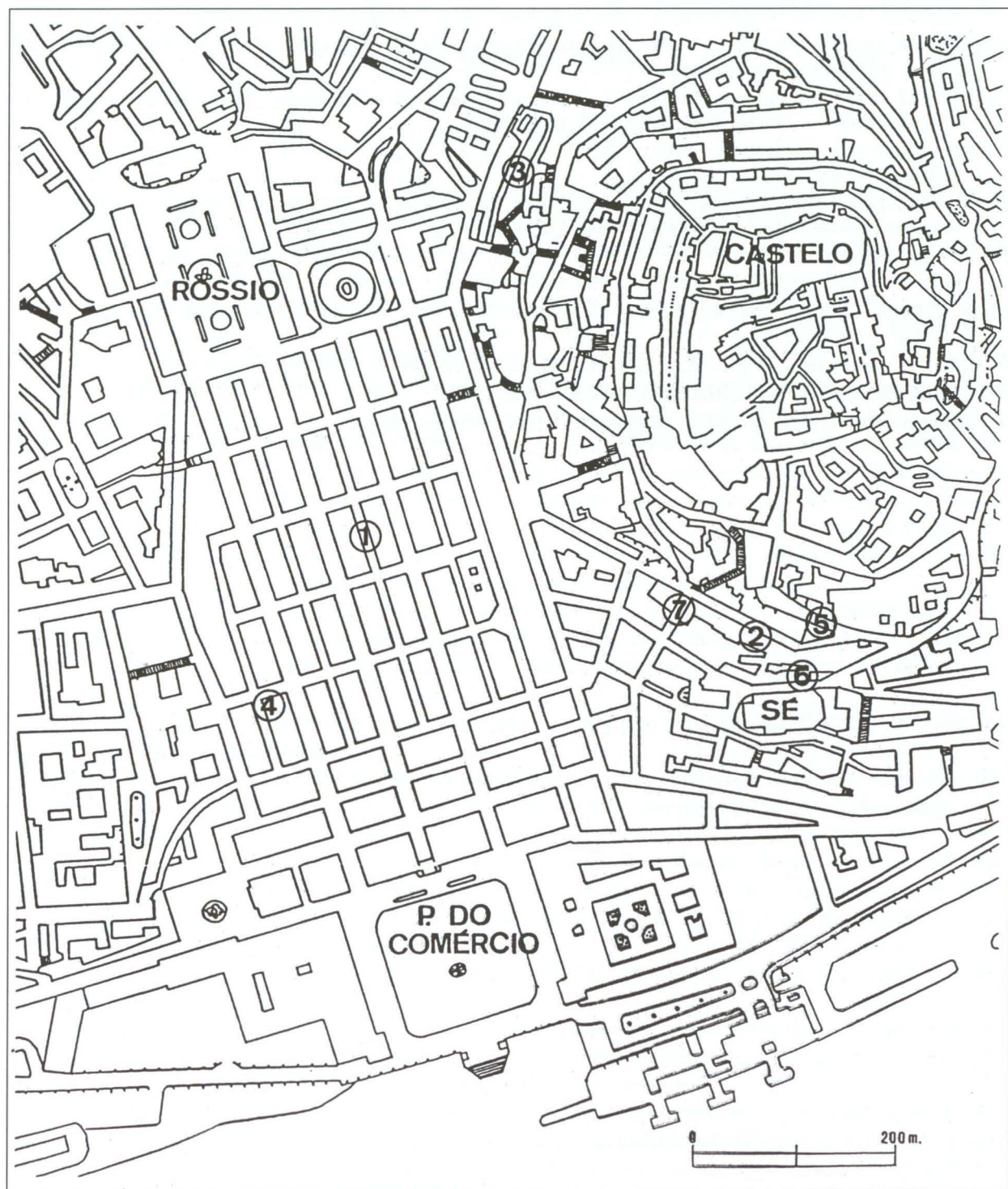
Insula Augusta (Ebusus). ND.
Anv.: Ilegível.
Cabeça nua de Tibério, à direita.
Rev.: Ilegível.
Bes, de frente, com serpente e martelo.
Metr.: 4,9 g.; 19 mm.; 4 h.
Ref.: AMG 102.
Prov.: CCV, C. 4.

2 – Meio real de dez soldos. B. D. João I.

Lisboa. ND.
Anv.: +IHNS[...]RACIA
Monograma régio IHNS, coroadado, com letra monetária L, entre arruelas, na base.
Rev.: +[...]DIVTORI[...]
Quinas soltas dentro de cercadura tetracurvilinear ligada por arruelas.
Metr.: 0,9 g.; 17 mm.; eixo vertical.
Ref.: AG 16.02.
Prov.: CCV, alicerce do muro.

3 – Meio real preto. AE. D. Duarte.

Lisboa. ND.
Anv.: Ilegível.
Inicial régia E (gótica), coroadada, com letra monetária L à direita.
Rev.: Ilegível.
Quinas soltas cantonadas por castelos.
Metr.: 0,8 g.; 20 mm.; 10 h.
Ref.: AG 01.02.
Prov.: CCV, alicerce do muro.



LEGENDA

1 – Rua dos Correiros.

2 – Rua de São Mamede ao Caldas.

3 – Rua de São Pedro Mártir.

4 – Rua de São Nicolau.

5 – Teatro Romano.

6 – Rua Augusto Rosa.

7 – Calçada do Correio Velho.

Fig. 1 – Planta de localização das intervenções

BIBLIOGRAFIA

- DIOGO, A.M. Dias e TRINDADE, em publicação, «Intervenção arqueológica na rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa)», *Actas do I Colóquio de Estudos de Lisboa*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- DIOGO, A.M. Dias e VITAL, Nestor Fatia, 1996 «Moedas da intervenção arqueológica da Rua de São Mamede ao Caldas, n.º 9 (em Lisboa)», *Artefactos*, 2, p. 15-17.
- DIOGO, A.M. Dias e VITAL, Nestor Fatia, 1997, «Moedas da intervenção arqueológica da Rua de São Pedro Mártir, n.º 24 em Lisboa», *Numismática*, II série, 72, p. 17-20.
- DIOGO, A.M. Dias e VITAL, Nestor Fatia, 1998. «Moedas da intervenção arqueológica da Rua de São Nicolau, em Lisboa», *Moeda*, XXIII, n.º 1, p. 27-29.
- DIOGO, A.M. Dias e VITAL, Nestor Fatia, 1998 a, «Estudo das moedas encontradas nos silos do Largo do Jogo da Bola, em Carnide, Lisboa», *Olisipo*, II Série, 6, p. 49-52.
- DIOGO, A.M. Dias e VITAL, Nestor Fatia, em publicação, «As moedas das escavações arqueológicas do Teatro Romano de Lisboa (1989-1993)», *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 4.
- GOMES, Alberto, 1996, Moedas Portuguesas e do Território Português Antes da Fundação da Nacionalidade, Lisboa, 2.ª ed. (= AG).
- GUADÁN, Antonio M. de, 1980, La Moneda Iberica, Madrid, Cuadernos de Numismática (= AMG).
- MAGRO, Francisco, 1986, Ceitis, Sintra, Instituto de Sintra (= FM).
- VAZ, Ferraro e SALGADO, Javier, 1987, Livro das Moedas de Portugal, Braga.

Lisboa 1800 – S. Julião

FRANCISCO SANTANA

A *Décima da Cidade de Lisboa e seu Termo* é um dos mais valiosos núcleos do Arquivo do Tribunal de Contas e representa, para os estudiosos do passado lisbonense, fonte de valor inestimável.

O imposto, decretado em 1641, suspenso e, depois, restabelecido, por alvará de 26 de Setembro de 1762, foi cobrado ininterruptamente até às reformas fiscais posteriores à implantação do Liberalismo. Os livros em que, neste último período, ele era registado, pela diversidade das situações que consideram, pela minúcia dos dados que facultam e pelo seu carácter serial, ao longo de bem largas dezenas de anos, constituem documentação do maior valor informativo.

É, de facto, evidente o interesse de uma fonte que contém o completo relacionamento dos arruamentos da cidade, dos prédios e respectivos proprietários, dos inquilinos e suas ocupações, das instalações fabris, dos estabelecimentos comerciais, dos prestamistas e seus devedores, de uma fonte que permite percorrer toda a massa anónima da cidade e encontrar os notáveis dela, que permite verificar a distribuição da gente dos ofícios e outros agentes económicos e escaloná-los com base nos quantitativos da incidência fiscal, que permite uma mais segura caracterização das diversas zonas urbanas (populares ou aristocráticas, residenciais ou já sensivelmente marcadas por actividades diversas, abertas ao campo ou constituindo incipientes áreas industriais) e permite também acompanhar as suas transformações.

A riqueza das possibilidades adivinhadas é, sem dúvida, entusiasmante. Mas rapidamente esse entusiasmo esfria porque, mesmo esquecendo o termo e considerando só a cidade, trata-se de 40 freguesias, de um período de cerca de três quartos de século e de um acervo documental que vizinha os seis milhares de códices.

Um investigador isolado tem de dimensionar os seus projectos com algum realismo, o que implica restringir, restringir drasticamente.

Optou-se por privilegiar uma perspectiva sincrónica: escolher um ano e fazer nele como que um «corte» na vida da cidade. O ano escolhido foi o de 1800. Julga-se que esta escolha não é demasiado arbitrária e que ultrapassa não só o gosto pelos números redondos como a verificação do facto de, com ela, nos colocarmos na viragem de um para outro século e, também, a constatação de que *Lisboa – 1800* não será um mau título. O que determinou a opção feita foi, sobretudo, a convicção de que a Lisboa de 1800 é uma cidade que já vai recuperando (poderia dizer-se, com igual verdade e um pouco de pessimismo, que ainda ia recuperando...) da catástrofe de 1755, é uma cidade revitalizada pelo último grande surto do comércio brasileiro, é uma cidade ainda não marcada pelos factores recessivos que afectarão o País em épocas próximas.

Outra escolha, também esta pouco fácil, havia que fazer: dos elementos fornecidos pela documentação seriam estudados os respeitantes a que zona da cidade e, mais delimitadamente, a que freguesia? Múltiplos critérios poderiam seguir-se, muitas zonas poderiam ter jus à prioridade.

Debrucei-me, há anos, sobre a freguesia do Socorro¹. Alarguei depois esse estudo às freguesias dos Anjos e Arroios, assim recolhendo e tratando as informações facultadas pela *Décima* relativamente a uma extensa zona (do Martim Moniz ao Areeiro, aproximadamente) em que se transitava da ocupação densa de bairro popular acercado ao centro urbano para o que tinha já as características de um alfoz rural. Era essa zona no dealbar do séc. XIX, e continuou a sê-lo até hoje, uma daquelas em que mais se fazia sentir o crescimento da cidade. Opto agora por S. Julião, assim iniciando (será que continuarei?) a abordagem de outra e mais antiga zona de expansão de Lisboa, com a análise, na diversidade das suas características funcionais, das freguesias ribeirinhas ocidentais.

A paróquia de S. Julião terá sido criada ainda em finais do séc. XII ou em data não bem determinada da centúria seguinte. Foi transferida em 1802 para a igreja que, depois do terramoto e ultrapassado o recurso a instalações provisórias, foi a sua sede; devido a incêndio do edifício, ocorrido em 1816, passou

para a ermida de Nossa Senhora da Oliveira, aí permanecendo até 1855; o edifício reconstruído foi vendido ao Banco de Portugal em 1933 e a paróquia regressaria à Oliveirinha em 1938².

Resumamos em poucas palavras o que há a dizer quanto aos limites, população e características da paróquia.

No *Plano da Divisão, e Transladação das Paroquias de Lisboa assignado pelo Eminentíssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Fernando de Sousa e Silva, Cardial Patriarca, aprovado, e confirmado por Sua Magestade em 19 de Abril de 1780* é atribuído a S. Julião o território seguinte:

«Começará o destricto desta Paroquia, sahindo da Porta da Igreja, pelo lado Occidental até à Calçada de S. Francisco inclusive, e Convento da Boa-Hora; retrocederá a nova Travessa de S. Julião por huma, e outra parte; e entrando na Rua Aurea até á Travessa de S. Nicolão, voltará sobre o lado direito até chegar á Rua Augusta, e dali seguirá o mesmo lado até á Travessa da Conceição, em que entrará pela parte direita até á Rua Bella da Rainha; voltará para o mar por ambos os lados, e seguirá toda a Praça do Commercio, Praça das Arrematações, Ribeira das Nãos, e a Rua do Arsenal até á primeira Travessa, que se encontra do lado direito, onde acabará; pertencendo-lhe todas as mais Ruas, e Travessas comprehendidas nesse destricto».

No mesmo plano se acentua que a paróquia «*excede em grande número de Fógos, e Pessoas a todas as Paroquias suas confinantes*» e que «*Conta ao presente 629 Fógos, e 3374 Pessoas*» (e, realmente, a freguesia dos Mártires tinha, de acordo com a mesma fonte, 410 fogos, S. Nicolau 404, a Conceição 337 e a Madalena 232).

Mas se, comparada com as paróquias vizinhas, S. Julião parecia razoavelmente habitada, confrontada consigo mesma, com o que era por ocasião do terramoto, o recuo do número de habitantes é bastante significativo. Nessa altura distribuir-se-iam 1630 fogos por um dédalo de arruamentos que ocupava superfície não demasiado diferente da de 1800.

Aliás, embora não se adivinhe ainda o que será a desertificação da Baixa, verificada no nosso século, há já, comparativamente, uma diminuição do peso demográfico das freguesias do centro da cidade e S. Julião é desse fenómeno exemplo bem marcante. Confrontando dados separados por dois séculos (os valores fornecidos por Fr. Nicolau de Oliveira para 1620 e o recenseamento de 1820 levado a cabo pela Comissão Estatística do Arquivo Militar), Raquel Soeiro de Brito verifica

«que no conjunto a cidade apenas cresce 86% e que a variação da população por freguesias foi muito irregular. De certo, o Terramoto, ocorrido apenas sessenta anos antes deste apuramento de população, foi a causa primordial desta irregularidade e acelerou a via do que teria de ser forçosamente a expansão da cidade: o caminho dos planaltos. Assim, são as freguesias da Baixa que diminuem em conjunto, sendo a freguesia de S. Julião a que sofre maior redução, 74% (...)»³.

Mas, antes e depois do terramoto, mais ou menos povoada, a freguesia de S. Julião tinha as características de um núcleo dinâmico onde se concentravam poder político e poder económico. Nela se adensavam as «*unidades comerciais, empresas que melhor definem o centro (...)*»⁴, as tafularias das lojas da Capela, os grandes mercadores da Rua Nova, nela se adensa hoje o comércio bancário, numa continuidade de que Mário Costa bem acentuou em *Da Rua Nova à Rua dos Capelistas*. Nela se situava a residência régia e alguns serviços importantes (Casa da Índia, alfândegas, estaleiros). E se o terramoto destruiu o paço da Ribeira, a freguesia voltou a ser frequentemente habitada pela família real entre 1780 e 1792. Esta presença, que se prolongou ainda por alguns anos, poucos, só por ocasião de cerimónias ou festividades, verificava-se no chamado paço da Praça do Comércio que compreendia o quarteirão hoje ocupado pelo Ministério da Justiça e pelo Banco Espírito Santo bem como o que correspondia (inexistente que era a Rua Henriques Nogueira) aos actuais Ministério da Administração Interna e Câmara Municipal de Lisboa. Nestes edificios de S. Julião funcionaram, antes e depois da presença régia, a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação e suas dependências, a Junta da Sereníssima Casa de Bragança, o Conselho da Fazenda, o Senado da Câmara, etc.⁵

Detenhamo-nos agora na análise dos dados disponiveis a respeito dos habitantes de S. Julião. Vejamos em primeiro lugar quais os trabalhadores que operavam no sector industrial e cuja indicação nos é dada pelo livro de Maneios. E, desde já, registre-se que, quer quanto a este quer quanto aos outros sectores de actividade, sigo na discriminação das actividades profissionais as categorias estabelecidas pelo Prof. Borges de Macedo no seu sempre prestante *Problemas da História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*.

Trabalho de couro – 9 sapateiros, 2 correeiros (total – 11)

Trabalho de madeira – 1 carpinteiro de carros, 1 merceneiro (total – 2)

Construção civil – 3 vidraceiros e 1 pedreiro que, por pobre, nada pagava (total – 4)

Vestuário – 28 algibebes (2 sem indicação de maneio, 3 com indicação de terem loja de algibebe), 2 alfaiates, 1 com fábrica de toucados (total – 31)

Trabalho de metais comuns – 4 torneiros, 3 funileiros, 3 latoeiros, 2 picheleiros, 1 cutileiro, 1 espadeiro, 1 espingardeiro, 1 serralheiro (total – 16)

Barbeiros e cabeleireiros – 13 barbeiros (um dos quais não pagava maneio), 10 cabeleireiros (total – 23)

Tecelagem – 3 passamaneiros, 2 com fábrica de meias, 2 sirgueiros, 1 fabricante de fitas (total – 8)

Trabalho de pedras e metais preciosos – 25 ourives (sem discriminação), 25 ourives do ouro (havia ainda 4 que não pagavam maneio), 9 ourives da prata, 2 lapidários, 1 fabricante de casquinha (total – 66)

Panificação – 1 aletrieiro, 1 padeiro (total – 2)

Doçaria – 3 confeitores, 1 chocolateiro, 1 pasteleiro (total – 5)

Tipografia – 4 livreiros

Trabalho de osso, tartaruga e madrepérola – 3 fabricantes de botões, 1 penteeiro (total – 4)

Trabalho de cera e cebo – 1 cerieiro

Fabrico de chapéus – 1 sombreireiro

Trabalho artístico e de precisão – 5 relojoeiros

Fabricantes não discriminados – 1 bainheiro que não pagava maneio.

O total apurado de 184 artífices é superior ao indicado na décima de 1763 (76) mas nem por isso deixará de ser, provavelmente, inferior à realidade. O facto de, diferentemente do que acontece no Socorro e nos Anjos, o número respeitante a 1800 ser superior ao de 1763⁶ resultará de duas circunstâncias: o estado precário da paróquia neste ano, a menos de uma década do terramoto; o facto de serem em menor número os artífices isentos de maneio em zona da cidade vocacionada para a produção e transacção de artigos de preço elevado (esta característica de S. Julião ressalta nitidamente do confronto entre a inexistência de artífices dedicados ao trabalho de pedras e metais preciosos nas outras freguesias mencionadas e os 66 nesta recenseados).

Façamos agora discriminação idêntica à anterior mas a partir dos dados do livro de Arruamentos e distinguindo entre os que estavam instalados nas lojas e os que habitavam os andares.

Trabalho de couro – 10 e 1 sapateiros (e 1 em água-furtada); 3 correeiros em lojas. Total: $13+1+1=15$

Trabalho de madeira – em lojas, 3 marceneiros, 1 carpinteiro de segos, 1 tanoeiro; 2 oficiais de carpinteiro em águas-furtadas. Total: $5+0+2=7$

Construção civil – em lojas 3 vidraceiros (dos quais 1 vidraceira) e 1 pedreiro (e outro em água-furtada). Total: $4+0+1=5$

Vestuário – em lojas 28 algibebes e 1 que «trabalha por Alfayate»; em andares 7 alfaiates (tenha isso ou não algum significado, de 2 não se indica que o são mas sim que trabalham por alfaiate), 6 algibebes, 1 fabricante de toucados; em águas-furtadas 9 alfaiates (de 2 se diz que o são, de 5 que são oficiais de alfaiate, de 2 que trabalham por alfaiate), 7 algibebes. Total: $29+14+16=59$

Trabalho de metais comuns – em lojas 4 torneiros, 3 funileiros, 2 latoeiros (de folha branca um deles), 2 picheleiros, 1 cutileiro, 1 espingardeiro, 1 serralheiro; 1 latoeiro em andar; 1 espadeiro em água-furtada, outro em vão de escada. Total: $14+1+2=17$

Barbeiros e cabeleireiros – 13 barbeiros em lojas, 2 em águas-furtadas; 10 cabeleireiros em lojas, 1 em andar, 1 em águas-furtadas: Total: $23+1+3=27$

Tecelagem – em lojas 4 sirgueiros e 2 com fábrica de meias; em andares, 2 passamaneiros, fabricante de chitas, fabricante de fitas, sirgueiro (outro em água-furtada, outro em vão de escada). Total: $6+5+2=13$

Trabalho de pedras e metais preciosos – em lojas 30 ourives, 26 ourives do ouro, 8 ourives da prata, 2 lapidários, 1 fabricante de casquinha; em andares, 17 ourives, 1 cravador de diamantes; em águas-furtadas 4 ourives (2 deles oficiais), 1 lapidário. Total: $67+13+5=90$

Panificação – em lojas, 1 fabricante de aletria e 1 padeiro; 1 fabricante de aletria (talvez o mesmo) em andar. Total: $2+1=3$

Doçaria – em lojas 5 confeitadores, 2 chocolateiros, 1 pasteleiro; em andares 1 confeitador (outro em armazém de escada), 1 pasteleiro. Total: $8+2+1=11$

Tipografia – 4 e 3 livreiros. Total: $4+3=7$

Trabalho de osso, tartaruga e madrepérola – em lojas 3 fabricantes de botões e 1 penteeiro. Total: $4+0=4$

Trabalho de cera e sebo – 2 cerieiros em lojas

Fabrico de chapéus – 1 sombreireiro em loja

Trabalho artístico e de precisão – 5 e 2 relojoeiros. Total: $5+2=7$

Fabricantes não discriminados – 1 banheiro em vão de escada.

Incertos – 1 construtor em andar.

No número de 270 artífices estabelecidos em lojas e, em quantidade menos significativa, residindo em andares e águas-furtadas (e em muitos casos, como no dos alfaiates, certamente aí trabalhando também) haverá a realçar a presença significativa dos ourives.

Registe-se ainda que a classificação como artífices de alguns dos profissionais relacionados suscita dúvidas, num ou noutro caso. Por exemplo, em prédio da Rua Áurea duas lojas contíguas aparecem ocupadas por um algibebe e por um indivíduo «*com loja de algibebe*». Também entre os livreiros (e refira-se que, na sua modéstia numérica, eles não deixam de ter, comparativamente com as outras freguesias já estudadas, presença relevante em S. Julião) aparece João Henriques, «*que vende livros*». Em qualquer dos casos (e o facto de João Henriques ser cego⁷ reforçará esta hipótese) parece tratar-se não de artífices mas de comerciantes.

E serão os comerciantes que iremos agora procurar nos Maneios. São os seguintes os grupos comerciais que se encontram no respectivo livro:

Produtos alimentares – 2 com açougue, 2 que vendem frutas, 1 comissário de trigos, 1 que vende hortaliças, 1 que vende pão pelas ruas (total – 7)

Bebidas e comidas – 8 com bebidas (e 2 com armazém de vinhos e 3 com vinhos), 2 com casa de pasto, 7 com taberna (total – 22)

Tendeiros – 8 tendeiros e 10 com tenda (total – 18)

Vendas de tecidos e vestuário – 2 com fazenda da Índia, 2 com fazenda de lã, 31 retroseiros (total – 35)

Outros produtos de indústria – 40 capelistas (1 é indicado como estabelecido «*com fazenda de cappella*»), 5 com louça (1 deles «*com lousa e ferragem*»), 3 com papéis pintados, 3 com vidros, 2 droguistas, 1 quinquilharia, 1 que vende contas, 1 que vende fitas, 1 que vende linhas (total – 57)

Mercearias – 3 com mercearia

Comércio de transportes terrestres – 3 com seges de aluguer

Materiais de construção – 7 com ferragem (1 não indica manejo, 1 «*com venda de ferro em bruto*»)

Cultura e diversão – 2 «*com jogo de bilhar*»

Diversos – 1 armador, 1 com loja de caixas, 1 com loja de lantejoulas, 1 passarinho (total – 4)

Designações gerais – 34 mercadores, 19 negociantes (total – 52)

Neste total de 210 (que, tal como no caso dos artífices, é mais do dobro que o respeitante a 1763) destacam-se, sem que isso constitua objecto de surpresa, os vendedores de tecidos e outros produtos de indústria bem como os mercadores e negociantes. Recorde-se como no Socorro e nos Anjos avultava o comércio de artigos destinados à alimentação, remetido aqui para posição bem mais discreta.

Insistamos no confronto de duvidosa utilidade com a presença dos mesmos profissionais no livro de Arruamentos.

Produtos alimentares – em lojas, 2 com açougue, 2 que vendem fruta (1 mulher), mulher que vende hortaliça, 1 que vende pão; 3 comissários de trigos em andares. Total: $6+3=9$

Bebidas e comidas – em lojas, 10 com bebidas, 7 com taberna, 3 com armazém de vinhos, 3 com vinhos (1 deles com vinhos engarrafados); em andares, 2 com bebidas, 1 armazenista de vinhos, 1 mulher com casa de pasto; 1 «*com caza de pasto*» ocupando loja, quartos interiores, 1.º andar. Total: $23+4+1=28$

Tendeiros – 8 tendeiros e 1 tendeira, 11 com tenda (dos quais 1 mulher), todos em lojas. Total: $20+0=20$

Vendas de tecidos e vestuário – em lojas, 34 retroseiros (entre os quais 1 mulher «*com loja de retrós*» e «*D. Isabel em que vende Retros*»), 2 com fazenda da Índia, 1 com fazenda de lã e seda: 10 retroseiros em andares; 1 retroseiro em água-furtada. Total: $37+10+1=48$

Outros produtos de indústria – em lojas, 38 capelistas (1 deles indicado como estabelecido com fazenda de capela), 5 com loiça (1 deles mulher que «*vende lousa*»), 3 com papéis pintados, 2 com vinhos, 2 droguistas, 1 com loja de caixas, 1 «*com loja de lantijolas*», 1 quinquilharia, 1 que vende contas, mulher que vende fitas, 1 que vende peles, mulher que vende linhas; em andares, 18 capelistas, 1 com loja de papéis, 1 com vidros, 1 droguista, 1 que vende peles; 2 capelistas em águas-furtadas. Total: $57+22+2=81$

Mercearias – em lojas, 4 com mercearia; em andar, 1 com loja de mercearia. Total: $4+1=5$

Comércio de transportes terrestres – em lojas 5 e em andares 2 «*com ceges de aluguel*». Total: $5+2=7$

Materiais de construção – em lojas, 7 com ferragem (1 deles «*com lousa e ferragem*») e 1 «*com venda de ferro em bruto*». Total: $8+0=8$

Produtos coloniais – em loja, mulher com estanco

Cultura e diversão – 1 com jogo de bilhar em loja, outro em andar. Total: $1+1=2$

Diversos – em loja, 1 passarineiro; em andar, 1 armador, 1 «*que vende Passaros*». Total: $1+2=3$

Designações gerais – em lojas, 28 mercadores e 4 negociantes (aliás, em um dos casos trata-se de armazém, em outro o negociante ocupa 2 lojas e também andar); em andares, 18 mercadores, 47 negociantes (1 deles é designado como «*Negociante embarcação*», de 6 é indicada nacionalidade: alemão, hamburguês, hebraico, inglês, italiano, marroquino); em água-furtada encontra-se indivíduo «*que negoceya*» (modo de designar aplicado também a dois dos aqui incluídos como negociantes ocupadores de andares). Total: $32+65+1=98$

Caixeiros – em andares, 8 caixeiros («*caixeiro de commercio*» é o modo como são designados 6 deles). Total: $0+8=8$

Destes 318 muitos estarão contados duas vezes (como ocupantes de loja e andar no mesmo ou em diferente prédio), o que não interessa tanto que valha a pena tentar apurá-lo com rigor. Sublinha-se que se verifica o predomínio das mesmas actividades já detectado nos Maneios, agora ainda mais nitidamente no que respeita a mercadores e negociantes.

Os elementos já discriminados respeitam a muitos dos ofícios e actividades comerciais que foram distribuídos pelos arruamentos da zona que designamos por Baixa e a que, há muito já, deixámos de chamar Cidade Nova. Do *Mappa, e distribuição das Ruas, q estão abertas, e cortadas no Terreno, q jaz entre a Praça do Commercio, e do Rocío*⁸ transcreve-se seguidamente o que respeita às ruas que, por inteiro ou parcialmente, pertenciam a S. Julião:

«Rua nova d'ElRey

Tem esta Rua, mil seiscientos e trinta palmos; dos quaes, abatidas as entradas das Ruas, que partem para o Rocío, ficam livres os vãos para mais de cem Logens que parece se devem assignar aos Mercadores da Classe da Capela, na qual se contão prezentemente outenta e duas Logens, applicando-se as mais, q sobejarem, para os Mercadores de Louça da Índia e Chá.

Rua Augusta

Tem mil novecentos e dez palmos, para Edificios, e nelles, cento e vinte Logens, que parece se devem applicar aos Mercadores de Lã, e Seda; e como nesta Classe há cento cincoenta e nove Logens, se lhes applicão tambem as da Rua de Santa Justa, como abaixo se declara (...).

Rua Aurea

Tem o mesmo comprimento da Rua Augusta, e nella se podem accomodar os Ourives do Ouro, em cujo Offício há prezentemente outenta Logens; concedendo-se os sobejos aos Relojoeiros, e Volanteiros (...).

Rua dos Çapateiros

Em hum dos lados desta Rua, que hé a que deve mediar, entre as Ruas Augusta, e Aurea, se podem accomodar os Çapateiros; deixando o outro lado livre para os misteres do Povo, como fica referido; e suposto que este Officio tem mais de quatro centas Logens, só costumaõ arruar-se as que servem a Plebe.

Rua de São Juliaõ

Denominando-se assim a primeira das seis Travessas, e principiando pela parte do Nascente, se podem accommodar nesta Rua os Algibebes, cujas vendas são principalmente dependentes dos Marinheiros, e mais gente do Mar: Deste Officio há sessenta Logens, que podem ter lugar na referida Rua.

Rua da Conceição

A segunda Travessa, sendo assim denominada parece propria para as Logens de Retroz, que tambem são sessenta.

Rua de São Nicoláo

A terceira Travessa, se póde aplicar para as Logens de Quincalharia; e como esta Classe tem cento e trinta e huma Logens, se deve tambem assignar para o mesmo Commercio a Rua immediata (...)

Temos, então, que a Rua Nova de El-Rei era destinada aos mercadores da Classe da Capela. Os artigos cuja venda era permitida aos diversos mercadores constam da «*Pauta dos Generos pertencentes a cada huma das Classes dos Mercadores comprehendidos*» nos estatutos dos mercadores de retalho⁹; aos «*Mercadores de meyas de seda, chamados da Cappela*», era lícito vender: «*Aventáes, e Algibeyras, e Adereços p.^a mulherez sendo permittidos*», bengalas, «*Boldries de seda, Bolsas de Cabeleyras*», cambraias finas lisas, «*Cassas de Flores, e Listadas*», chapéus de seda, «*Esguioens, e Holandas finas*», «*Espadins de prata, e todas as mais peças, e diches de prata, ou ouro fundido, ainda q tenhaõ engastadas pedras finas, madre perola, barro, ou esmalte*», «*Fitas de seda de Italia, de Castella, e de França, sendo permitidas*», fumos finos, galões de seda ou retrós, gravatas e voltas feitas, «*Garças, Guardapés acolxoados*», hábitos das Ordens, lós, leques finos, lenços e punhos bordados («*sendo dos permittidos*»), lenços de algodão finos, ligas de seda, «*Manguitos de retroz, e luvas, e meyas de seda*», «*Paletinas*», plumas de toda a qualidade, «*Volantes Lizos, e dos lavrados, sendo feitos no Reyno*», «*Chifarrotez, ou Facas de Mato, de marca*», «*E todas as miudezas de seda, q não estiverem añexas a outras Corporaçõens. Como tambem Louça da India, Chà, e Cafê, e Xarão commulativamente com as Logens de Louça*».

Por muito que as determinações quanto ao arruamento dos misteres não tivessem podido ser objecto de um cumprimento estrito¹⁰, não deixa de ser na Rua Nova de El-Rei que se encontra o maior número de capelistas (20), metade do total existente na freguesia; todavia, eram nela mais numerosas as lojas ocupadas por ourives.

Aos mercadores de lã e seda se destinava a Rua Augusta (e, subsidiariamente, a de Santa Justa) e competiam-lhe os artigos seguintes: baetas, camelões, barbariscos, droguetes, «*Panos de toda a sorte, comprehendidas as Çaragossas*», «*E toda a mais fazenda de laã, simplez, ou com mescla, fabricada nestes Reynos, ou nas Fabricas dos Reynos Estrangeiros, cujos lanificios sam permittidos para terem despacho*» e «*Sedas de toda a sorte, assim as fabricadas nestes Reynos, e vindas da Azia, sendo carregadas em Naus Portuguezas, como as de Fabricas Estrangeiras, a que se dà despacho*»; esclarece-se que «*De huma, e outra generalidade ficaõ exceptuadas as Branquetas, Bureis, Panos, e Çaragossas de varas, Picotes, e Serguilhas, que pertencem ao Officio de Algibebe: e os Fumos, Los, Garças e outras semelhantes miudezas, q são anexas ás Logens da Capella*».

Os Maneios indicam-nos neste seu arruamento 2 lojistas com fazendas de lã e seda e 34 mercadores não discriminados (que constituem, de qualquer modo, a totalidade dos recenseados na freguesia e, seguidos a alguma distância por 19 capelistas, a actividade mais representada na Rua Augusta).

A Rua Áurea era prioritariamente destinada aos ourives do ouro. Todavia, ao menos na parte dela que a S. Julião pertencia, nenhum se encontra; eles estão em maior número (27) na Rua Nova de El-Rei e encontram-se também (2) na Rua de S. Julião. Também os relojoeiros não demonstravam grande preferência pela Rua Áurea, só ali se encontrando um (insisto em que me refiro só à parte pertencente a S. Julião); outro havia na Rua de S. Julião e 3 na Rua Nova de El-Rei. Além dos ourives do ouro e dos da prata (9) há também ourives não discriminados (27), estes últimos tendo na sua totalidade optado pela Rua Nova de El-Rei.

Aos sapateiros era, obviamente, destinada a Rua dos Sapateiros. Todavia, ao menos na parte a S. Julião pertencente, nenhum desses artífices se encontra.

Já quase metade dos algibebes (13 em 28) se encontram na Rua de S. Julião, onde constituem também o grupo mais numeroso, a distância apreciável seguidos por 4 ourives da prata.

Situação aproximada é a que se verifica na Rua da Conceição, onde 13 retroseiros constituem o grupo predominante e com posição ponderável no conjunto da freguesia (onde, recorde-se, o seu total é de 32).

Aos retroseiros, que até aos nossos dias viram o seu nome com frequência atribuído à Rua da Conceição e, mais do que isso, nela mantém presença significativa, competia o comércio dos artigos seguintes: «*Retroz de toda a qualidade*», «*Seda de pello, Trama, e Cadarço*», torçais de lã e de seda, botões e ligas, bocassins, holandilhas, ruões e holandas cruas em retalho, panos de pregas, peneiras de enchimento, barbas de baleia, tafetás ordinários «*E tudo o mais, q athe agora se costumava vender nas ditas Logens*». A esta distribuição acrescenta a pauta algumas aclarações, agrupadas em 4 parágrafos. O 3.º estabelece: «*Para mayor commodo dos Compradorez, e facilidade de se acharem promptamente os retrozes p.^a o uzo quotidiano, se poderá continuar a vender nas Tendas como sempre se praticou, sendo cortado, e de nenhum modo por meadas inteiraz*». O 4.º, ponderando o facto de estarem as mulheres excluídas das corporações de mercadores e ser «*justo q tambem possaõ continuar, ou entrar de novo em algum commercio*», indica quais os artigos que, exclusiva ou cumulativamente com outras lojas, poderiam vender. Artigos que lhes estavam reservados: toalhas de Torres, franjas brancas de linha, coifas de linha e de rendas da terra, ataduras de pano de linho, assentos de punhos, flores de seda e de penas, «*Tigellas de côr, e Carmim*», pomadas. Eram artigos vendáveis nas suas como noutras lojas: linhas de toda a qualidade (feitas no Reino), meias de linha, rendas feitas no Reino, fitas de linho ou de nastro (feitas no Reino), botões de linha.

E terminemos este confronto verificando, sem surpresa, que não surgem «*Logens de Quincalharia*» na Rua de S. Nicolau, dado que dela pertencia a S. Julião unicamente o quarteirão que, na parte meridional dela, ligava as Ruas Áurea e Augusta.

A presença das profissões liberais é, nos Maneios, insignificante (embora haja a ponderar a inexistência de qualquer destes profissionais na freguesia em 1763):

Saúde – 2 boticários (e ainda a viúva de outro, não tributada), 1 cirurgião (Total – 3)

Procuradoria – 2 procuradores

Advogados – 3

O mesmo grupo profissional estava, nos Arruamentos, representado por um número de residentes que orçava pelo triplo:

Saúde – 3 boticários em lojas e 2 em andares (designado um deles como «*Boticario Ingles*»); 1 cirurgião em andar e 2 em águas-furtadas; 2 médicos em andares. Total : 3+5+2=10

Procuradoria – em andares, 2 procuradores de causas e 1 «*Procurador da Saude*» (a incluir aqui ou na categoria acima?); 2 procuradores de causas em águas-furtadas. Total: 0+3+2=5

Advogados – 4, em andares

Música e dança – mestre de dança, em andar

Ensino – lente da Aula do Comércio, em andar

Funções no comércio – 4 guarda-livros, em andares

Diversos – intérprete de línguas, em água-furtada

Não se encontram nos Maneios de S. Julião quaisquer indivíduos dedicados aos transportes. O facto é curioso, nesta zona ribeirinha, parece atribuível ao custo elevado das rendas e pode pôr-se a par da também significativa inexistência, aqui, de operários da construção naval. No livro de Arruamentos, com actividade exercida no sector dos transportes, há 1 marítimo em andar, 1 «*ponteiro de carros*» em loja e 1 «*guardião das Naos*» em água-furtada.

Aparece nos Maneios e pertence, sem dúvida, ao funcionalismo, um escrivão da Ouvidoria da Alfândega; funcionário da administração municipal será um medidor de panos; enquadrado obviamente no terciário embora mais do que duvidosamente no funcionalismo, temos o escrivão da Conservatória Espanhola; o gazeteiro António Manuel Policarpo será um livreiro como os outros ou o privilégio para a venda da *Gazeta de Lisboa* aproximá-lo-á do estatuto de funcionário?

Já nos Arruamentos a presença de funcionários excede largamente os 4 mencionados, ascende a 35. Em lojas só se encontra um desembargador e o já mencionado gazeteiro. Em andares habitavam 3 «*com ocupação no Erario*» mais 2 escriturários do mesmo, 1 com ocupação nas Sete Casas, 1 ocupado no Arsenal (e também «*o comprador do Real Arcenal*» e «*o Chefe do Arcenal Real*»), «*continuo da Junta*», desembargador, vários escrivães (da Conservatória Espanhola, dos Contrabandos, das Marcas, da

Ouvidoria da Alfândega, das Tenças, do Terreiro), «*ocupado em Alfandega*», «*ocupado no pescado*» (e ainda 1 «*Feitor do Pescado*» e 1 ocupado na Ribeira), guarda da Casa da Índia e guarda da Sala da mesma, guarda da Praça, «*O Juis de fora da Caxoeira*», medidor de panos, oficial da Junta do Comércio, 2 pagadores das obras públicas. Em águas-furtadas viviam 2 indivíduos com ocupação na Alfândega, outro ocupado no Senado, outro na Moeda.

Nos Arruamentos afloram ainda outros grupos, frequentemente não muito bem definidos. Em andares habitavam indivíduo que «*vive de sua agencia*» (sem mais especificação) e outro que, menos laboriosamente, «*vive de suas rendas*», 3 indivíduos, sem outra ocupação, ocupavam andares e 3 homens habitavam em águas-furtadas.

Os criados, grupo com excessivo peso social mas escassa presença nestes registos, estão representados unicamente por um membro qualificado da classe, o mordomo do marquês da Fronteira, instalado em um andar.

Um capitão e um capitão-tenente ocupavam andares, assim como 3 padres (outro habitava uma água-furtada).

Arrendatárias de andares e águas-furtadas eram, respectivamente, 42 e 11 mulheres, além de uma «*Madama de Aro*», que ocupava 3 andares e água-furtada de prédio na Travessa de S. Nicolau. Das ocupantes de andares, 11 eram indicadas como viúvas e 14 designadas como «*donas*»; nas águas-furtadas só uma ostentava este título e uma outra era indicada como viúva. Comparando com as freguesias anteriormente estudadas, verifica-se que a presença do sexo feminino no arrendamento de andares e águas-furtadas é muito inferior (10,9%, contra 29,59% no Socorro e 22,21% nos Anjos) e completamente desaparece nas lojas (isto, evidentemente, porque em S. Julião as lojas eram estabelecimentos comerciais e, nas outras freguesias tratadas, por lojas se designava o que normalmente eram casas térreas de habitação).

Discriminemos agora os montantes dos maneios e aqueles que os pagavam.

\$100 – 2 capelistas, mercador, retroseiro, torneiro

\$200 – alfaiate, 12 barbeiros, 9 cabeleireiros, 2 capelistas, com bebidas, 6 com tenda, espadeiro, fabricante de botões, latoeiro de folha branca, mercador, 2 ourives de ouro, padeiro, 2 passamaneiros, retroseiro, 7 sapateiros, 4 tendeiros, torneiro, 2 que vendem frutas, vende hortaliça, vende pão

\$300 – cabeleireiro, capelista, retroseiro

\$400 – 8 algibebes, armador, 4 capelistas, carpinteiro de carros, chocolateiro, cirurgião, 2 com bebidas, 2 com fábrica de meias, com loja de lantejoulas, com mercearia, 3 com papéis pintados, 3 com taberna, 4 com tenda, 2 correeiros, cutileiro, droguista, escrivão da Ouvidoria da Alfândega, espingardeiro, 2 fabricantes de botões, fabricante de casquinha, 3 funileiros, 2 lapidários, 2 latoeiros, 2 livreiros, 2 mercadores, 11 ourives, 9 ourives do ouro, 3 ourives da prata, passamaneiro, passarinho, penteeiro, picheleiro, 2 procuradores, quinquilha, relojoeiro, 12 retroseiros, 2 sapateiros, serralheiro, sirgueiro, sombreireiro, 2 taberneiros, 4 com tendas, torneiro

\$600 – alfaiate, 9 algibebes, boticário, capelista, cerieiro, com fábrica de aletria, com fazenda de lã e seda, com ferragens, com mercearia, com segos de aluguer, com taberna, 2 com vinhos, confeiteiro, fabricante de fitas, marceneiro, medidor de panos, mercador, 3 ourives, 4 ourives do ouro, 4 ourives da prata, picheleiro, 10 retroseiros, torneiro

\$800 – 2 advogados, 6 algibebes, 11 capelistas, com açougue, com casa de pasto, com fábrica de toucados, com ferragem, com jogo de bilhar, com loja de caixas, com mercearia, com segos de aluguer, com taberna, 3 com vidros, confeiteiro, gazeteiro, 3 mercadores, 3 negociantes, 6 ourives, 3 ourives do ouro, 2 ourives da prata, pasteleiro, 3 relojoeiros, 5 retroseiros, sirgueiro

1\$000 – advogado, 2 algibebes, capelista, 2 com bebidas, mercador, ourives, ourives do ouro, retroseiro

1\$100 – escrivão da Conservatória Espanhola

1\$200 – algibebe, 10 capelistas, com açougue, com bebidas, com fazenda da Índia, com fazenda de lã e seda, com ferragem, 5 com louça, com vinhos, confeiteiro, 2 livreiros, 13 mercadores, 4 negociantes, 4 ourives, 6 ourives do ouro, relojoeiro, vende contas, vende peles

1\$400 – droguista

1\$600 – boticário, 7 capelistas, com casa de pasto, com fazenda da Índia, 3 com ferragem, com jogo de bilhar, com segos de aluguer, comissário de trigos, 10 mercadores, 9 negociantes

2\$400 – capelista, 2 negociantes

2\$800 – com bebidas

3\$200 – armazém de vinhos

4\$800 – armazém de vinhos

5\$600 – mercador

6\$400 – com bebidas, negociante

O confronto destes maneios com os cobrados no Socorro e nos Anjos conduz a resultados talvez um pouco surpreendentes. Tal como na modesta freguesia do Socorro, a contribuição mais frequente é a de \$400, enquanto nos Anjos é de 1\$200. Depara-se com contribuições de \$100, inexistentes nas outras freguesias, e as mais elevadas (6\$400) ficam aquém das encontradas nas mesmas (8\$000 no Socorro, 20\$000 nos Anjos). Finalmente, a média das contribuições, quase atingindo \$770, se ultrapassa os cerca de \$650 do Socorro, fica a ponderável distância dos ligeiramente mais de 1\$380 encontrados nos Anjos.

Não há livro de Juros respeitante a 1800, sendo o mais próximo desta data o que respeita à «*decima dos Juros particulares da freguesia de S. Julião desta Cid.^e dos trez mezes ultimos do anno prez.^{te}, e do pr.^o e seg.^{do} semestre do anno seguinte de 1763*».

Os juros incidentes sobre os empréstimos eram, normalmente, de 5 ou 6¼%, consistindo a tributação em 10% do juro recebido. A receita líquida do período considerado ascendeu somente a 69\$130½¹¹. Vejamos agora que outros dados nos faculta o livro de Arruamentos.

Quanto ao montante das rendas de 397 lojas ou instalações equiparáveis vai de 4\$000 a 173\$200, sendo os valores mais frequentes 33\$600 (58), 28\$800 (23) e 24\$000 (23) e situando-se a média desses valores, praticamente, em 55\$470.

Os andares de que é possível determinar a renda (há que excluir os dos prédios isentos e também aqueles cujos arrendatários o são de diversas instalações englobadas na mesma renda) são 344, as importâncias mais frequentes são 48\$000 (29), 38\$400 (26) e 40\$000 (24). Os primeiros andares são, normalmente e como é natural, mais caros¹² e, com alguma frequência, habitados pelos próprios senhorios. A média das rendas dos andares ligeiramente excede 59\$850.

As rendas de 156 águas-furtadas vão de 6\$000 a 61\$200, sendo as importâncias mais frequentes 24\$000 (41), 28\$800 (11) e, *ex-aequo*, 19\$200 e 30\$000 (10) e situando-se a média pouco acima de 19\$740.

Regista-se ainda uma cavalaria, em prédio do marquês de Fronteira situado na Rua Áurea, alugada por 19\$200, e um «*Sítio*» por 28\$800. Computaram-se nas águas-furtadas 4 sobreáguas-furtadas, com rendas de 6\$000, 14\$400 e 24\$000 (2).

Quer no que respeita aos andares quer às águas-furtadas aparece (folgadoamente para cima de 130 vezes) a indicação de «frontais», «fronteiros» ou «fronteiras». A indicação em segundo lugar (é sempre indicado primeiro o «andar» e em seguida o «fronteiro») não permitirá que se pense em distinção qualitativa ou quantitativa, devendo tratar-se de diferenciação sem mais significado que a feita hoje entre lados direito e esquerdo¹²; todavia, as rendas (nos casos em que é possível apurá-las sem hesitações), podem ser iguais (36) ou mesmo superiores (41) mas, com mais frequência, são inferiores (57).

Nada surpreende que as rendas sejam bastante mais elevadas em S. Julião, dadas as características, a idade e a localização das construções da «Cidade Nova». A comparação que pode fazer-se com as freguesias anteriormente estudadas conduz a resultados nada surpreendentes: se nas médias dos custos das águas-furtadas não se verificaram diferenças muito acentuadas (valores aproximados a 19\$740 em S. Julião, 15\$860 nos Anjos e 12\$100 no Socorro), já as rendas dos andares, aqui, folgadoamente excedem o triplo das praticadas nas outras freguesias, indo as lojas além do triplo dos valores cobrados no Socorro e do quintuplo dos que o eram nos Anjos.

De entre os 125 prédios relacionados na freguesia destacavam-se, pelo seu rendimento, o 3.º do lado esquerdo da Rua Áurea, propriedade de Rodrigo de Sousa Alcoforado e que rendia 1 070\$000, dois, com rendimentos de 1 122\$800 e 1 126\$920, dos possuídos por José Street na Praça do Pelourinho (onde, além de Sua Magestade, Street era o único proprietário e sendo estes prédios os indicados, respectivamente, em último e primeiro lugar na relação dos 8 que dele eram), o segundo do lado esquerdo da Rua Nova do Almada, pertencente aos herdeiros de Manuel António Pereira e com o rendimento de 1 262\$800, e o segundo do lado esquerdo da Rua Augusta, pertencente a José da Luz de Miranda e que rendia 1 311\$600.

Os valores mencionados situam-se, obviamente, a apreciável distância dos encontrados nas outras freguesias de que tem vindo a fazer-se referência e também bastante mais vultosos eram os rendimentos dos proprietários mais destacados. José Street, dos prédios mencionados e de um outro, na Rua de S. Francisco, recebia 5 987\$800. Seguiu-se José Molina, com os 4 últimos prédios do lado direito da Rua Áurea a um rendimento de 2 795\$600. A viúva de Dionísio Verney recebia 2 141\$600 das rendas de 4 prédios situados na Rua da Conceição, na Rua Nova do Almada e na Rua dos Sapateiros (2).

Além dos proprietários mencionados, que se destacam pelos bens que na freguesia possuíam, outros podem referir-se, destacáveis a outros títulos: os condes de Óbidos e do Redondo tinham prédios na Rua Nova de El-Rei e, na Rua Áurea, o marquês de Fronteira e o conde de Penafiel. A burguesia grada está representada por João Rodrigues Caldas, possuidor de prédio na Rua Augusta.

Encontram-se, além dos particulares, outros proprietários, normalmente privilegiados com isenção tributária; seguidamente se indicam, começando pelos detentores de maior número de propriedades.

Na Rua Nova de El-Rei as duas primeiras propriedades do lado esquerdo são «*Propriedade de S. Magestade de que disfruta o Senado as lojas*» e «*Propriedade de S. Magestade izenta*». Também na Praça do Pelourinho estão relacionadas duas propriedades dos mesmos modos designadas¹³.

Isentas eram também as 4 propriedades dos padres da Boa-Hora (3.º a 6.º prédios do lado esquerdo da Rua Nova do Almada).

A Irmandade do Santíssimo de S. Julião tinha, isentas, 3 propriedades (nas ruas Augusta, Nova de El-Rei e de S. Julião) e 2 tinha a da Conceição (nas ruas da Conceição e de S. Julião).

A Senhora da Oliveira tinha duas propriedades, uma das quais isenta, na Rua de S. Julião.

Propriedades isentas tinham, na Rua Augusta, a Ordem Terceira de S. Francisco, o Hospital e a Patriacal e, na Rua Nova de El-Rei, a Misericórdia. Não isentas eram a propriedade do Senado da Câmara na Rua Nova de El-Rei (3.ª e última no seu lado esquerdo) e a de Santo André na Rua de S. Julião.

Há ainda a mencionar, situada na Rua da Conceição, uma «*Propriedade do D^{or} Luis de Santa Maria Gonsalves izenta nesta Superintendencia*», na Rua dos Sapateiros uma que tinha 156\$000 de isenção «*p.^a patrimonio e tença de dois filhos do Senhorio*» (por isso, sendo o rendimento de 492\$400, os 9% a pagar eram calculados sobre 336\$400) e na Rua Áurea outro com isenção de 140\$800 também para patrimônio e tença de dois filhos do proprietário.

Eram poucas as propriedades sujeitas a pagamento de foros. Por uma na Rua Áurea eram pagos a D. Rodrigo de Noronha 20\$000; na Rua Augusta se situavam aquelas pelas quais D. Gastão recebia 11\$500 e 5 galinhas (ou 1\$000 por elas) e 10\$200 a Irmandade de Santo António dos Nobres; eram na Rua Nova de El-Rei um prédio pelo qual eram pagos 9\$600 à capela instituída por Leonor Francisca e outro pelo qual à Basílica era paga importância não discriminada (dado a propriedade ser isenta).

Personalidades de algum relevo cultural ou social presentes na paróquia não são propriamente abundantes, mas algumas é possível destacar.

Na Rua Augusta moravam José Luís da Silva e Ricardo Gomes Rosado Moreira Fróis, lentes da Aula do Comércio (embora o segundo não venha indicado no livro de Arruamentos, no qual consta como ocupante do andar a viúva Rosado, sua mãe)¹⁴.

Sem dúvida mais conhecidos e talvez mais apreciados que os mencionados docentes seriam Julião Pereira e Marcos Filipe Campodonio, ambos estrangeiros naturalizados¹⁵, ambos estabelecidos com lojas de bebidas (e pagando os maneios mais elevados no ramo e, no caso do primeiro, até o mais elevado de todos os pagos na freguesia). Pereira, «*Neveyro da Caza Real*», de 1775 a 1802 vendeu os seus sorvetes em loja da Praça do Comércio. Marcos Filipe foi proprietário de botequim célebre, conhecido pelo nome do mesmo, botequim estabelecido na Praça do Pelourinho e em cuja inauguração o marquês de Pombal teria comparecido.

Mas parece que a presença mais ilustre da freguesia seja a do gazeteiro António Manuel Policarpo da Silva, identificado por João Palma-Ferreira como autor de *O piolho viajante*, «*sátira a uma sociedade sonolenta e conservadora*», escarpelizadora de «*todos os aspectos que reflectiam o imobilismo português nos fins do século XVIII*», e que às suas intenções e mordência bem como à linguagem «*vivíssima e popular*»¹⁶ em que está escrita deveu uma extraordinária audiência, traduzida em variadas edições ao longo de mais de meio século. Façamos modesto acréscimo ao pouco que se sabe quanto à figura do gazeteiro: em escritura de quitação dada em 1831 Setembro 5 ele está identificado como «*Reposteiro de Numero da Real Camara, Escrivão da Receita da Meza das Carnes Seccas, e Mercador Livreiro com loja debaixo da*

*Arcada do Senado, morador na Rua dos Cappelistas, Freguezia de S. Julião*¹⁷. A referência à «*Arcada do Senado*» localiza a loja na Praça do Comércio e no piso térreo do actual Ministério da Administração Interna. A qualidade em primeiro lugar invocada, a de «*Reposteiro de Numero da Real Camara*», que o acercaria de alguma liberalidade do régio bolsinho (que, em 1831, era o do Senhor D. Miguel) permite alguma ironia ou, alguma dúvida quanto às «simpatias liberais que certamente não deixou de tornar públicas quando, mais tarde, a oportunidade se lhe deparou»¹⁸.

NOTAS

- ¹ Cfr. *Lisboa – revista municipal*, n.º 24 e 26 (2.º e 4.º trimestres de 1988).
- ² Cfr. Augusto Vieira da Silva, *As freguesias de Lisboa*, págs. 37, 38 e 77. As afirmações deste e de diversos outros autores a respeito da antiguidade da paroquial de S. Julião foram compiladas e confrontadas por Edgar de Lima (*Ainda um património católico ... na mão dos protestantes*, pp. 14-17).
- ³ «Lisboa – Esboço Geográfico», *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, n.º 82 (1976), p. 80.
- ⁴ Jorge Gaspar, «A dinâmica funcional do centro de Lisboa», *Finisterra*, vol. XI, n.º 21 (1976), p. 47.
- ⁵ Francisco Santana, «O paço da Praça do Comércio», *Olisipo*, n.º 139-140, 141 e 142-143, pp. 69-87, 44-56 e 133-170, respectivamente.
- ⁶ Indicado pelo Prof. Borges de Macedo a pág. 300 de *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Lisboa, 1963.
- ⁷ Francisco Santana, ob. cit., n.º 142-143, p. 150.
- ⁸ Transcrito por Francisco Santana nas págs. 92 a 95 do vol. I de *Documentos do Cartório da Junta do Comércio respeitantes a Lisboa*.
- ⁹ A pauta acompanha os estatutos, os quais estão datados de 1757 Dezembro 13 e estão aprovados por alvará de 16. Os estatutos e a pauta estão trasladados de F. 90 V a F. 100 V do L.º 105 do Cartório da Junta do Comércio (Torre do Tombo) e foram sumariados de pág. 42 a pág. 46 da obra mencionada na n. anterior.
- ¹⁰ Cfr. Alvará de 1774 Maio 5.
- ¹¹ Um pouco mais avolumada poderia ser, em 1800, a importância a cobrar, pois a partir de alvará de 1770 Maio 11 passou a ser cobrada décima «*ainda dos dinheiros gratuitamente emprestados*»; o alvará foi seguido, em 12, de resoluções remodeladoras das condições de cobrança, a IV das quais determinava «*Que a Décima só se há de cobrar do devedor, que recebeu o dinheiro gratuitamente*».
- ¹² Quase exemplar no escalonamento das rendas, entre os 57\$600 pagos pelo inquilino do 1.º andar e os 27\$600 pagos pelo do 5.º, é o caso do 3.º prédio relacionado na Rua dos Sapateiros. É-o também na quase igualdade entre andares e fronteiros.
- ¹³ Dos ocupantes e vicissitudes por que passou o primeiro dos mencionados prédios de S. M. é feita minuciosa análise no trabalho mencionado na n. 5.
- ¹⁴ Dediquei-lhes notas biográficas em «Contributo para um dicionário de professores e alunos das Aulas do Comércio» (Lisboa, 1974) e «A Aula do Comércio de Lisboa», *Lisboa – revista municipal*, n.º 22 e 23.
- ¹⁵ Julião Pereira era galego e foi naturalizado em 1758, quando já estava em Portugal havia mais de 12 anos; Marcos Filipe, italiano, foi naturalizado em 1775, sendo «*assistente nesta Corte há 6 annos*» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartório da Junta do Comércio*, L.º 105, F. 106 e maço 243 (n.º 319), respectivamente).
- ¹⁶ Prefácio à edição de 1973, pp. 17 e 19.
- ¹⁷ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Cartório Notarial 5 A*, L.º 144, F. 76v.
- ¹⁸ Prefácio citado, p. 20.

Análise de alguma documentação inédita sobre a Lisboa pós-terramoto Problemas da reconstrução (anos de 1755 a 1765)

TERESA DE CAMPOS COELHO

1. Para uma metodologia de estudo da *Lisboa pombalina*

Tivemos oportunidade de observar, em 1992, a estrutura intacta (desde as fundações até à cobertura) de um edifício genuinamente pombalino quando, em pleno coração da Baixa o B. C. P. procedia à demolição de parte de um quarteirão¹ para, no espaço correspondente construir a sua sede, o que nos permitiu analisar pormenorizadamente as características da chamada *gaiola*.

As alterações provocadas nos edifícios dos *centros históricos* por uma crescente terciarização são responsáveis, na maior parte dos casos, pelas patologias observáveis nesses edifícios, e constituem um dos problemas principais com que se debatem os técnicos que têm a seu cargo o estudo, planeamento e conservação desses mesmos centros (basta lembrar-nos do desastre do Chiado). Estas razões, aliadas ao grande interesse que nos últimos anos tem despertado a construção anti-sísmica (quer a nível nacional, quer internacional), reacenderiam a discussão sobre o valor patrimonial do *plano de reconstrução* da cidade empreendido após o terramoto de 1755, e terão estado na origem do estudo que a C. M. L. encomendou sobre a *gaiola pombalina*, partindo da observação do edifício pertencente ao B. C. P.²

Desde então, temo-nos debruçado sobre a problemática da construção pombalina³, interesse esse reforçado quando em 1994, em virtude das obras de renovação do *Museu do Chiado*, foi solicitada a nossa colaboração no estudo da evolução e integração urbana do edifício em que o Museu está instalado (antigo Convento de S. Francisco, numa das zonas da cidade mais afectadas pelo sismo). Na nossa procura de elementos sobre as técnicas construtivas (que, não pretendendo ser exaustiva, não está ainda concluída) depáramo-nos com alguma documentação inédita que, por considerarmos da máxima importância, decidimos divulgar⁴.

A problemática da reconstrução da cidade assenta em três aspectos fundamentais: *modelo urbano*, *equipas* (dirigidas pelo experiente Manuel da Maia, com especial relevo para o trabalho de Carlos Mardel e de Eugénio dos Santos), *técnicas e materiais*.

Se o urbanismo pombalino se pode filiar na *utopia iluminista* vigente na Europa de então, do ponto de vista arquitectónico o seu despojamento formal pode ser simultaneamente justificado quer como herdeiro de uma tradição nacional (encontrando as suas origens no chamado *estilo chão*, profundamente influenciado pela arquitectura militar), quer já como um prenúncio do neoclássico. Estas características estariam intimamente ligadas a questões de índole económica e social, impostas pela urgência da reconstrução da cidade, magistralmente executada pelos experientes engenheiros e arquitectos escolhidos por Manuel da Maia. Do ponto de vista técnico e construtivo, a especificidade do pombalino tem, no entanto, colocado algumas dúvidas quanto à origem da tradicional *gaiola* que, segundo alguns historiadores, poderá ter sido importada pelos engenheiros de Pombal, a partir das experiências levadas a cabo noutras cidades europeias.

O estudo da grande intervenção urbana então posta em prática implica, para além da análise da vasta bibliografia já publicada (de que destacamos a obra pioneira do Professor José Augusto França⁵ e, mais recentemente, os trabalhos de Walter Rossa⁶ e de Raquel Henriques da Silva⁷), a recolha sistemática da documentação que se encontra dispersa nos diferentes arquivos, da qual consideramos fundamentais: *Décimas da Cidade*⁸, *Livros de cordear*⁹, *Inspecção dos Bairros*¹⁰, *Junta do Comércio*¹¹ e *Livros Notariais*¹². Foi nestes últimos que iniciámos a nossa investigação, partindo da hipótese de que se a *gaiola* fosse um sistema construtivo totalmente inovador, deveria ser referido nos diferentes contratos de obra, habitualmente tão pormenorizados na descrição das técnicas e dos materiais.

Este estudo deverá ser complementado, ainda, pela observação pormenorizada dos edifícios, em especial quando estes forem alvo de qualquer tipo de intervenção.

2. O modelo urbano

Com uma intensidade de 9 (o máximo na escala de Gutenberg e de Richter), considerado como um dos maiores da história da humanidade¹⁴, o terramoto terá tornado inabitável mais de dois terços da cidade¹⁵, desastre agravado pelo incêndio que se lhe seguiu. Para uma catástrofe de tais proporções, o número de vítimas (estimado em 10 000 por Moreira de Mendonça¹⁶) parece, no entanto, ter ficado muito aquém do que faria prever um sismo de tal intensidade numa cidade como Lisboa, de ruas esconsas e apertadas, peçadas de edifícios de precária segurança.

Tendo destruído toda a parte baixa da cidade outras zonas, como o Bairro Alto, seriam também grandemente afectadas. O aumento de população então registado nas freguesias de S.^{ta} Isabel e de Santos¹⁷, mostra-nos terem sido estas (tal como toda a parte ocidental da cidade) as que ofereciam melhores condições para a *acomodação possível* da população (na sua maior parte através da construção de barracas de madeira), população essa que o Marquês de Pombal obrigava a permanecer na cidade destruída ao proibir, pela lei de 3 de Dezembro de 1755, toda a construção fora dos antigos limites da cidade.

Para delinear e orientar o projecto de reconstrução Pombal escolheria Manuel da Maia, então com perto de oitenta anos. Iniciando a sua carreira na *Academia de Fortificação*, a sua intensa e multifacetada actividade valera-lhe a sua nomeação, como *engenheiro-mor* em 1754, e contava no seu longo *curriculum* com uma importante experiência em obras de engenharia militar e civil¹⁸, para além de trabalhos como urbanista¹⁹, actividade que se estendia, também, ao campo teórico²⁰.

Logo a seguir ao terramoto, Manuel da Maia explicaria na célebre *Dissertação*²¹ apresentada ao Duque de Lafões (dividida em três partes) quais os princípios que deveriam presidir à reconstrução da cidade (que denominava *renovação*, denunciando já o tipo de intervenção urbana por ele pretendida), e a que não era alheia a sua longa experiência no estudo da reformulação da cidade desejada por D. João V, na qual trabalhava desde o início do século.²

Na *Primeira Parte*²² ao explicar as alternativas possíveis (uma das quais chegava a contemplar mesmo o abandono da Lisboa arruinada, com a formação de um outro centro que se estenderia de Alcântara até Pedrouços) privilegia, de imediato, o 4.^o modo

“arrazando toda a cid.^e baixa, levantandoa com os entulhos, suavizando assim as subidas p.^e as p.^{tes} altas, e fazendo descenso p.^a o mar com melhor correnteza das águas, formando novas ruas com liberd.^e competente, tanto na largura, como na altura dos edif.^{os} q. nunca poderá exceder a largura das ruas“

determinando ainda que, por questões de segurança em caso de uma nova catástrofe, os edifícios deveriam ter dois pisos, no máximo, mesmo quando esta largura permitisse um número maior de pisos²³. Nesta primeira parte indicava, também, a localização do novo palácio real (nunca construído), entre S. João dos Bem Casados e o Convento de Nossa Senhora da Estrela²⁴ cujo projecto, segundo Cirillo Volkmar Machado seria de Eugénio dos Santos, embora Antinori se proclamasse também como seu autor²⁵.

Na *Segunda Parte*²⁶, e escolhido já o tipo de reconstrução (recuperando a parte baixa da cidade), Manuel da Maia descreve as três opções que se põem nessa mesma reconstrução

“...o 1.^o arrasandoa toda e renovandoa toda, tenho por superior e melhor; o 2.^o de conservar as ruas largas, a alargar as estreitas mencionadas tenho por mediado; e o 3.^o de querer também accrescentar ao 2.^o a redução dos becos e travessas a ruas largas tenho por infimo.”²⁷

Escolhendo a primeira recomenda, ainda, que após a avaliação dos terrenos e compensados os seus proprietários dos ajustes que ela implicava, deveriam os mesmos reconstruir as suas casas

“...seg.^{do} os desenhos q. lhes forem comunicados p.^{lo} Architecto do senado o Cap.^{am} Eugenio dos Santos e Carv.^o, p.^a que cada rua conserve a mesma simetria em portas, janellas e alturas”

o qual forneceria, também, para além dos desenhos para a renovação da parte baixa arruinada o desenho para as novas áreas da cidade²⁸, tentando assegurar através de uma certa unidade do desenho urbano, a correcta articulação da cidade antiga com a cidade nova.

Na *Terceira Parte*²⁹ Manuel da Maia, depois de indicar o nome dos engenheiros da Academia Militar por ele incumbidos de traçar as diferentes plantas para a Baixa (com programas bem definidos para cada uma delas), analisa as características dessas mesmas plantas apresentando, ainda, alguns desenhos com a tipologia dos edifícios³⁰. Referenciando os exemplos então mais conhecidos de reconstrução (Londres e Turim), conclui que nenhum deles pode ser rigorosamente aplicado a Lisboa, uma vez que a renovação desta se trata de um processo muito mais complexo, pelo que deverão ser cuidadosamente escolhidas as pessoas que terão a seu cargo este trabalho.

A esta III Parte seguir-se-ia o *Aditamento* de 19 de Abril do mesmo ano, no qual seriam apresentadas as *plantas n.º 5 e n.º 6*, da autoria de Eugénio dos Santos e de Elias Sebastião Poppe, respectivamente, vindo a ser escolhida a de Eugénio dos Santos arquitecto que, entre outros cargos, ocupava desde 1750, o de *arquitecto do Senado*. Este plano³¹ propunha um ordenamento urbano totalmente novo, que só encontrava paralelo no tímido ensaio realizado dois séculos antes, no Bairro Alto. Mantendo as duas praças principais – Rossio e Terreiro do Paço (que passaria a designar-se por *Praça do Comércio* ou *Real Praça do Comércio*), – agora regularizadas, limites norte e sul da nova baixa que se desenvolvia, agora, segundo uma malha ortogonal³³ Esta intervenção estendia-se, também ao Chiado, a ocidente (descendo do Convento da Trindade até S. Paulo), com uma certa rotação de eixo (representado pela Rua Nova do Almada), de modo a fazer a articulação da parte baixa com o Bairro Alto.

Estipulando 60 palmos de largura para as ruas principais (a abertura destas seria confiada a uma equipa liderada pelo Mestre Manoel Martins, e da qual fazia parte o Capitão António Carlos Andreias³⁴) o plano previa, ainda, um complexo sistema de esgotos (com canos de secção rectangular abobadada, de 10 palmos de largura por 13 de altura) que só viria a ser implementado em todas as ruas da cidade depois da publicação do edital de 24 de Maio de 1858³⁵.

A este racional plano urbano se submeteria, também, a própria arquitectura : caracterizado como um edifício de rendimento (razão que justificaria a alteração da sua altura, inicialmente prevista de dois pisos, para quatro - loja, andar de varanda de sacada, dois pisos de janelas de peito, e um 4.º piso de águas fur-tadas), o *edifício pombalino* apresentaria três tipologias diferentes no desenho da sua fachada, com pequenas alterações, de acordo com a hierarquia das ruas.

Definida pelo *engenheiro-mor* a metodologia de intervenção na recuperação da cidade, e escolhido o traçado para a parte baixa, o poder político (materializado na enérgica figura de Pombal) poria em vigor o *corpus* legislativo indispensável à sua implementação³⁶. Por decreto seria retirado ao Senado da Câmara o cargo de inspector geral das obras, agora entregue ao Duque de Lafões, a quem caberia implementar os planos de reconstrução³⁷ assegurando simultaneamente o êxito da mesma, ao escolher Eugénio dos Santos, experiente arquitecto do Senado, para integrar a equipa³⁸. Só em 1764 Pombal devolveria ao Senado o seu poder, ao nomear para presidente do mesmo, o seu irmão Monsenhor Paulo de Carvalho Mendonça.

Se a baixa se destinava a prédios de rendimento, a arquitectura nobre ocuparia preferencialmente a parte ocidental da cidade, desde S. Paulo até à freguesia de Santa Isabel, para a qual estava previsto, como já vimos a construção do novo palácio real.

Os planos de reconstrução da cidade não se limitariam, como tal, à parte baixa da cidade. Provam-no os planos de expansão para norte e ocidente, executados em 1756 (1.ª versão, da autoria de Filipe Roiz de Oliveira) e em 1757 (2.ª versão, da autoria de Carlos Mardel, Eugénio dos Santos, Elias Sebastião Poppe e Carlos Andreis)³⁹, incluindo ainda planos especiais para o Bairro da Fábrica das Sedas, Santa Catarina e Rossio que teriam Carlos Mardel como autor. E em 1764, Reinaldo Manuel traçaria o *Passeio Público*, primeiro jardim público de Lisboa, que ocuparia o antigo *valverde*.

Ainda em 1763 se encontravam por alinhar muitas das ruas, pelo o que os particulares que queriam reedificar as suas casa faziam petições no sentido da sua realização, como se pode concluir do Aviso da Junta do Comércio, do qual constam a relação do que se torna mais urgente fazer na cidade, tal como a abertura das travessas que cortam a Rua Augusta, Rua Aurea e Rua Bela da Rainha⁴⁰.

Embora em 1766 estivessem já edificadas 59 edifícios (31 dos quais na Rua Augusta) e, dez anos mais tarde, perto de 200⁴¹, a reconstrução da baixa estender-se-ia até ao meados do séc. XIX (os terrenos do lado poente do Rossio, de propriedade do Duque do Cadaval, só seriam reedificados entre 1837 e 1845).

Mas os esforços concentrar-se-iam na reconstrução da parte baixa, com a grandiosa obra da Praça do Comércio, Alfândegas e Real Arsenal, para a qual seria nomeado Eugénio dos Santos⁴². Por decreto de 16

de Janeiro de 1758 o rei nomeava a *Junta do Comércio* responsável pela realização das obras de construção das Alfandegas e Praça do Comércio⁴³. Para estas seria necessário o desimpedimento dos terrenos anexos à Patriarcal e Casa da Ópera⁴⁴, a demolição da Torre do Relógio e Casas do Infante D. Pedro⁴⁵, bem como o Corte do Palácio Real⁴⁶.

A concretização de tamanha empreitada, que implicava a execução dos plano delineado, levou à criação da Casa do Risco (que funcionaria no palácio real arruinado na parte que, anteriormente, tinha sido ocupada pela Junta da Casa de Bragança, como se pode concluir da consulta efectuada pela Junta do Comércio em 21 de Julho de 1757), a qual seria chefiada por Eugénio dos Santos, e composta por cinco elementos da sua confiança⁴⁷.

3. As equipas

Na III Parte da sua *Dissertação* Manuel da Maia, ao indicar os elementos designados para a reconstrução de Lisboa, considera

“estarem em primeiro lugar o Tenente Coronel Carlos Mardel e o Capitão Eugenio dos Santos de Carvalho, porque além de serem Engenheiros de profiçam, são também na Architectura Civil os primeiros Architectos.”⁴⁸

Não deixa de ser curioso comparar esta afirmação com o que nos diz Ratton sobre os architectos da cidade, que parece não partilhar da opinião de Manuel da Maia

“Eugenio dos Santos que deo a planta da reedificação da Cidade construiu humas grandes casas ao cimo da calçada da Estrella, com muito ma serventia para carruagens, e sem outra luz na escada que a que entra pelas sobre portas. Carlos Mardel edificou para sua habitação aquella casa que se acha ao lado oriental da Igreja de santa Isabel, junto ao cimetério e por baixo da torre dos Sinos. Manoel Caetano edificou as de que ja fallei. A vista do que todos convirão comigo, que o que tinha melhor tino era João Pedro Ludovici.”⁴⁹

Eugénio dos Santos, seria nomeado chefe da equipa de reconstrução de Lisboa (em especial do Arsenal, Alfandegas e Praça do Comércio⁵¹) e da Casa do Risco, como já vimos, com o ordenado de *um conto e duzentos mil reis por ano*, como se refere num aviso da Junta do Comércio datado de 26/3/1759⁵¹. Mas a sua actividade não se limitaria à Baixa. Em 1759 seria contratado para fazer as alterações ao palácio de D. Rodrigo António de Noronha e Menezes, na Rua do Pombal à Cotovia, acrescentando uma quarta ala a norte

“para ficar quadrado e fechar em redondo ... sendo as janellas e portas como as que fas face p^a a rua do Pombal”,

na qual mais tarde, se sediaria a Junta e, posteriormente, a Imprensa Régia (hoje Imprensa Nacional)⁵² e, no mesmo ano, daria ainda o projecto para o Farol da Guia⁵³.

Após a morte de Eugénio dos Santos seria nomeado Carlos Mardel para o lugar de Director das Obras⁵⁴. Com uma vasta experiência no domínio da arquitectura, nomeadamente militar⁵⁵, a ele se devem os planos para outras partes da cidade⁵⁶ – plano para Santa Catarina⁵⁷, bem como o do Rocio⁵⁸ e Rua de Santo Antão até ao Largo de Santa Marta⁵⁹, Travessa da Bica do Desterro⁶⁰ assistindo, ainda em 1759 e 1760, nos trabalhos dos alicerces da Igreja do Carmo e do Hospital⁶¹.

Na nossa pesquisa deparámos, ainda, com outros architectos. Joaquim de Oliveira, a quem se atribui a autoria da Igreja de Jesus/Mercês em Lisboa⁶², autor do projecto de reformulação do Convento de S. Bento, aparece-nos em 1763 a reconstruir a Quinta da Malvazia em Sacavém, propriedade do Balthazar Pereira do Lago, Sargento-Mor do Regimento do Caes⁶³, bem como quinze lojas e casas nas Tercenas de Santos⁶⁴. E José Monteiro de Carvalho (referenciado apenas como José Monteiro), que viria a ser nomeado architecto das Obras da Fazenda em 1760 em substituição de Eugénio dos Santos⁶⁵, aparece-nos já em 1758 a construir as casas nobres de Francisco de Sousa Coutinho na Calçada de Arroios⁶⁶.

Não cabendo aqui a análise exaustiva dos contratos por nós encontrados, não podemos deixar de referenciar alguns elementos relativos à organização do trabalho (que, tal como hoje, parecia caracterizar-se pela constituição de equipas e sociedades bastante fixas, baseadas numa prática profissional anterior), em especial no que diz respeito às sociedades de empreiteiros. Dessas, alguns nomes aparecem-nos com grande frequência. É o caso de Caetano Tomás⁶⁷, Caetano Jerónimo, António Baptista Garvo⁶⁸, Manuel

Francisco de Sousa, só para citar os mais comuns. Com efeito, numa *escritura de ajuste de contas* de 30 de Outubro de 1758⁶⁹ faz-se referência à sociedade formada em 1750 por Jorge de Abreu (mestre pedreiro das Reais Obras de Sua Magestade), pelo Capitão Manuel Francisco de Sousa, pelo Capitão Francisco Xavier Pinto, por Caetano Tomás, por Manuel Antunes Feyo, pelo Capitão Caetano Jerónimo, e pelo Capitão-Mor da Vila de Mafra, Máximo de Carvalho Viegas

“e que ficara elle Jorge de Abreu sendo Thizoureiro das Obras do Officio de pedreiro, que Sua Mag.^a Mandara fazer na Santa Igreja Patriarchal, e junto â mesma, no Paço, Tribunais, Basilica de Santa Maria, nas do Citio de Nossa Sr^a das Necessidades, na Freguezia de Santos, na Ponte de Alcantara em a obra q. se fez para São Joáo Nepomuceno, e na Obra da Quinta de Joáo Xavier da Sylveira Rebello Cita no Campo pequeno⁷⁰.”

A 20 de Janeiro de 1758⁷¹ havia sido feito, também, outro ajuste referente a um contrato da mesma sociedade efectuado em 1752⁷² (também em 1752 teriam celebrado contrato com João Pedro Ludovici para obras na Tanoaria⁷³). Os mesmos formariam, ainda, sociedade para obras no Convento da Piedade de Setúbal⁷⁴.

Outra sociedade importante foi a formada por João de Sousa, pelo Capitão António Baptista Garvo, por João da Silva, e por José Gomes e Pedro Lima, para a obra das *Águas Livres*, como se pode inferir da procuração dada pelo primeiro (na qualidade de 1.º Mestre Empreiteiro da mesma) a António Baptista Garvo, para que cobrasse os dinheiros dela⁷⁵.

Por último, uma referência a João Ferreira Cangalhas. Formado na escola de Mafra, e pai de Francisco António Ferreira Cangalhas (arquitecto da cidade)⁷⁶, que nos aparece como mestre na Obra do Arsenal, quer nos *Livros de Borrador*⁷⁷, quer em documentos da Junta⁷⁸.

4. Técnicas e materiais – o sistema de gaiola

Se economia e rapidez foram dois dos objectivos principais do plano de reconstrução da cidade, ele só poderia vir a ser implementado recorrendo a um sistema de construção com elementos pré-fabricados de dimensões estandardizadas (o que se estenderia, também, aos elementos decorativos, como os azulejos), permitindo uma fácil montagem no terreno.

Se os princípios urbanistas seguidas na reconstrução da Baixa eram ditados pela preocupação de evitar que, perante um novo cataclismo, a cidade ficasse reduzida a escombros, o sistema construtivo agora implementado tentava também dar resposta aos problemas técnicos que terão sido responsáveis pela destruição de grande parte dos edifícios, através da construção de paredes corta-fogo na separação dos lotes, bem como na adopção das paredes em frontal pombalino ou gaiola:

“dispostas segundo as duas direcções ortogonais dos edifícios, dotadas de uma treliça de madeira preenchida com elementos cerâmicos argamassados, ligam-se às paredes principais através de uma grade de madeira que fica embebida na alvenaria, junto à face interior dos nembos.”⁷⁹

Estas paredes eram constituídas por prumos, travessanhos e diagonais que, segundo José-Augusto França, mediam 15cm x 13cm e 10cm x 13 cm, respectivamente, valores que coincidem com os que foram encontrados em trabalhos recentes na Baixa⁸⁰. A madeira utilizada era, maioritariamente, castanho, carvalho, *pinho da Flandres*, ou *pinho da terra*, (tirado dos pinhais de Alcácer do Sal para a obra do Arsenal, pelo preço de 200 reis cada pau, ou dos pinhais de Leiria para os andaimes da obra dos Jerónimos⁸¹), sendo ainda abundante a documentação da Junta do Comércio sobre a importação de madeira do Brasil⁸².

Alguns decretos isentariam de imposto os materiais usados pela Junta na reconstrução da cidade (como para a obra do Arsenal)⁸³, outros proibiriam mesmo a sua exportação⁸⁴.

A formação dos artífices necessários parece ter sido, também, preocupação da Junta do Comércio. Ao propor a formação da Escola da Imprensa (à Cotovia, como já vimos), propunham ainda a formação de uma *escola de marcenaria*

“Com o mesmo intento, e formalidade propoem a V. Mag.^a Outra semelhante escolla de marcinaria da mayor perfeição, p^o q. há Mestrez de bem conhecido engenho, e entre elles, hum chamado Manoel Angelo, natural deste Reyno. Tambem no pavimento térreo das referidas Cazas há bastante accomodaço para esta Fabrica, da qual se necessita muyto, depois q. a observancia do Cap. 7º da Real Pragmática de 1749 proi-bio a entrada destas manufacturas.”⁸⁵

Nos contratos de particulares examinados, os proprietários põem sempre como condição que se aproveitem, sempre que possível, os materiais existentes. O que terá acontecido, no entanto, ao material das grandes construções destruídas? A documentação encontrada também nos dá alguns esclarecimentos sobre estes assuntos. Por edital de 13 de Março de 1759, a Junta do Comércio anunciava a demolição da Igreja da Conceição, convidando todos os que quisessem arrematar os referidos materiais⁸⁶. Também por *avisos* e *ordens*, quer da Secretaria de Estado, quer da Junta, datados de Maio e Agosto de 1760, se manda que se entregue ao Mestre Jorge Rodrigues, todo o material da demolição do edifício contíguo á Patriarcal, para ser empregue na construção da *Igreja de Nossa Senhora da Memória*, em Belém⁸⁷.

De todos os contratos por nós encontrados, um dos mais importantes é, sem dúvida, o da construção de 40 das 60 casas do Bairro da Fábrica das Sedas (onde nos aparece como mestre pedreiro o mesmo Jorge Rodrigues de Carvalho, e carpinteiro António Rodrigues Gil), pela informação que nos dá sobre a técnica de construção de uma casa genuinamente pombalina⁸⁸, bem como sobre a origem de alguns dos materiais empregues – alvenaria da Pedreira do Carvalhão⁸⁹, cal de Alcântara⁹⁰, da *outra banda ou do estrangeiro*, areia do outro lado do rio.

Se a filiação do plano de Lisboa noutras experiências europeias (como Turim ou Londres) não tem tantos pontos de contacto como inicialmente poderíamos supor, mais problemática é das técnicas construtivas utilizadas, em especial a da *gaiola*, cuja origem pode ser explicada por uma das seguintes hipóteses:

- é um modelo genuinamente português, especialmente inventado pelos engenheiros de Pombal, para uma cidade de grande risco sísmico;
- é um modelo copiado de outras experiências europeias, ainda que possa ter sido adaptado a uma realidade nacional;
- é um sistema construtivo que, tendo sofrido um aperfeiçoamento, continua uma tradição construtiva portuguesa em madeira (cruz de Santo André), tal como se fazia, também, no resto da Europa.

Qualquer que venha a ser a conclusão, não poderá ser ignorada a tradição de construção em madeira, facilmente observável nas estruturas de edifícios pré-pombalinos (cruz de Santo André⁹¹), a que não é alheia a mão de obra especializada que, desde a Idade Média, se aplicava também a uma grande actividade na construção naval, bem como na denominada arquitectura efémera e militar, como se pode inferir da carta enviada de Cochim por Afonso de Albuquerque, ao rei D. Manuel, em 30 de Setembro de 1512⁹². Estes exemplos não deveriam ser estranhos aos engenheiros de Pombal, formados na Academia de Fortificação. O aspecto da Lisboa em reconstrução, com as *gaiolas armadas* nas ruas da Baixa impressionou vivamente os viajantes que a visitaram na segunda metade do séc. XVIII. Até o próprio Carrère, sempre tão pouco tolerante com Portugal e com os portugueses, não ficou indiferente ao emprego da gaiola, como sistema construtivo anti-sísmico

“Os Portugueses adoptaram um processo de construção que consideram como o mais conveniente à salvação das suas casas dos abalos de terra. O conceito em que têm a excelência deste processo inspira-lhes uma completa segurança. Começam por construir uma estrutura das casas em madeira e cobrem-na depois de alvenaria.”⁹³

Mesmo numa região como a Península Itálica onde os abalos sísmicos se fazem sentir também desde tempos imemoriais, o primeiro regulamento anti-sísmico só seria publicado em 1784 (*Reali Istruzioni*), após o grande terramoto de Reggio em 1783⁹⁴. A *casa baraccata* prototipo construtivo do edifício anti-sísmico utilizada na reconstrução de Reggio, apareceria então descrito imediatamente a seguir ao terramoto (e, curiosamente, também com dois andares como previa o projecto inicial para Lisboa), por Placanica com desenhos de Giovanni Vivenzio, médico de corte de Fernando IV⁹⁵. Também Giovan Battista Mori, responsável pela reconstrução da Calábria, descreveria em 1789 a construção utilizada

“As casas não serão totalmente construídas com armadura de madeiras ligadas entre si em cruz de Santo André, com os espaços preenchidos com estuque e cal, uma vez que, ficando muito expostos ao ar, facilmente poderão sofrer alterações (...) e serão utilizadas apenas nas paredes interiores.”⁹⁶

Torna-se evidente que o plano de reconstrução de Lisboa não terá sido desconhecido dos engenheiros que, três décadas depois, empreenderiam a reconstrução do sul da península itálica.

Os contratos notariais por nós examinados até agora não fazem qualquer menção ao sistema de gaiola, parecendo seguir um modelo já anteriormente utilizado, apenas com pequenas variantes. Quererá isto

dizer que os engenheiros de Pombal se limitaram a aperfeiçoar um sistema construtivo tradicionalmente utilizado? Esta parece ser a hipótese mais plausível, embora continue a ser estranho o facto de não ter sido encontrada, na documentação por nós analisada, nenhuma referência às inovações por eles introduzidas. No entanto, em consulta da Junta do Comércio datada de 21 de Julho de 1757, a propósito da necessidade de formação da Casa de Despacho e da Casa Risco refere-se que deverão ser

“ambas edificadas de frontal sobre as paredes do palácio arruinado”⁹⁷.

5. Conclusões

Se o pombalino como método de intervenção urbana é um sistema inovador, pela racionalidade do seu traçado, não se confinando apenas à reconstrução de Lisboa (os mesmos princípios seriam, ainda, postos em prática na construção de Vila Real de Santo António⁹⁸, Porto⁹⁹, Manique do Intendente e Porto Covo), ele não é menos importante como sistema de construção anti-sísmica, muito provavelmente o primeiro da Europa, que entre nós perduraria (ainda que perdendo muito da sua qualidade) até ao início deste século, nos chamados *gaioleiros*.

Se a discussão da reconstrução de Lisboa se tem centrado no papel fundamental desempenhado por Manuel da Maia, Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, muito há ainda por descobrir sobre as intervenções destes e de outros arquitectos. Isto só será possível através de uma investigação mais profunda que cruze os núcleos documentais por nós inicialmente referidos, e que dilate o espaço cronológico aqui ensaiado.

Conclui-se, ainda, que a *mão de obra especializada* continuou a ser fornecida pelas duas grandes escolas - Mafra e Águas Livres - como o prova a constituição das equipas que concorrem às diferentes obras (com uma grande quantidade de capitães, como Caetano Jerónimo e Manuel Francisco de Sousa que no contrato para a Praça do Comércio se apresentam apenas como mestres de obra do ofício de carpinteiro e do ofício de pedreiro, respectivamente¹⁰⁰) cuja formação na Academia de Fortificação, aliada a uma intensa prática militar, deverão ter sido responsáveis pelas alterações introduzidas nas estruturas dos edifícios que, ao aperfeiçoar a chamada *cruz de Santo André*, conduziram ao sistema de gaiola.

NOTAS

¹ Limitado pelas ruas do Ouro, dos Correeiros, de S. Nicolau e da Conceição.

² COIAS E SILVA, Vítor, trabalho de vídeo realizado pela OZ para a D. C. E. O. D., C. M. L., Lisboa 1994. Em 1992 *Collegi de Aparelladors I Architects Tecnicos de Barcelona* colocou a estagiar connosco um grupo de 12 alunos de engenharia e arquitectura de Barcelona que elaborou, também, um trabalho sobre a gaiola pombalina a partir da observação deste edifício, e de outros elementos colhidos sobretudo na Mouraria.

³ Na qual temos tido a colaboração do Sr. Eng.º Vítor Cóias.

⁴ Este tema foi objecto, também, de uma comunicação ao Centro de Estudos Históricos da Universidade Aberta, em Outubro de 1997 (no prelo).

⁵ *Une ville des Lumières: la Lisbonne de Pombal*, Paris 1965 (trad. Portuguesa, Lisboa 1966); *A reconstrução de Lisboa e a arquitectura pombalina*, Biblioteca Breve, vol. 12, Lisboa 1978; Lisboa: Urbanismo e Arquitectura, Biblioteca Breve, vol. 53, Lisboa 1980; *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa 1983.

⁶ *Além da Baixa. Índícios de Planeamento urbano na Lisboa setecentista*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1990. Lisboa 1998.

⁷ *Lisboa Romântica. Urbanismo e arquitectura, 1777-1874*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1977. Policopiada.

⁸ Arquivo Histórico do Ministério das Finanças.

⁹ Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa.

¹⁰ Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Feitos Findos*.

¹¹ Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Arquivo Histórico do Min. do Planeamento e da Administração do Território.

¹² Arquivo Nacional da Torre do Tombo – *Cartórios Notariais*.

¹³ Tendo já levantado a maior parte dos cartórios, escolhemos como baliza cronológica os 10 anos que se seguiram ao terramoto (1755-1765), uma vez que no seu termo haviam já falecido os dois arquitectos mais importantes a quem Manuel da Maia entregara a reconstrução da cidade - Eugénio dos Santos (1711-1760) e Carlos Mardel (c. 1695-1763).

- ¹⁴ DOWRICK, D.J., *Earthquake resistant designs for engineers and architects*, John Wiley & Sons, Ltd. 2nd.Ed, 1987; CÓIAS E SILVA, Vítor, "Um Novo Modelo (e uma Nova Visão) do Edificado Pombalino", in *Monumentos* n.º 6, Setembro de 1997.
- ¹⁵ FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Editora Bertrand, 3.^a Edição, Lisboa 1987, p. 68.
- ¹⁶ MOREIRA DE MENDONÇA, *História Universal dos Terramotos*, 1758; PEREIRA DE SOUSA, *O megasismo do 1.º de Novembro de 1755*, Lisboa 1915, e *O Terramoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal*, Lisboa 1919.
- ¹⁷ PORTUGAL, Fernando, MATOS, Alfredo, «Lisboa em 1758». *Memórias paroquiais de Lisboa*, Lisboa 1974.
- ¹⁸ Trabalhou em 1704 e 1705 em Estremoz, Abrantes, Tancos e Elvas, como ajudante do *Lente de Fortificações* Francisco Pimentel, tendo ainda participado no cerco de Badajoz em 1708.
- ¹⁹ Levantamento de toda a cidade em 1718 (desaparecido); relatório, em 1741, sobre a freguesia de Santa Isabel (onde já deveria residir), no qual, como alternativa ao urbanismo espontâneo que caracterizava o seu crescimento, propunha já medidas que implementassem um urbanismo de feição regular (e ao qual voltaria a referir-se na III Dissertação).
- ²⁰ Com efeito, por convite da *Junta dos Três Estados* seria, em 1708 e 1713, o tradutor de duas obras fundamentais para a prática do urbanismo e da arquitectura militares – *O Governador de Praças*, tratado de António de Ville, e *Diferentes Métodos de Fortificação* de Pfefinger. HORTA CORREIA, José Eduardo, in «Manuel da Maia», *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 278.
- ²¹ FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Bertrand Editora, 3.^a Edição, 1987, pp. 311-326 (segundo a transcrição da "Dissertação" feita por CRISTÓVÃO AYRES in *Manuel da Maia e os Engenheiros Militares Portugueses no Terramoto de 1755*, publicada em 1910).
- ²² Datada de 4 de Dezembro de 1755.
- ²³ Por pressão dos proprietários dos terrenos, que alegavam questões de rentabilidade, o número de pisos viria a ser alterado de dois para quatro.
- ²⁴ FRANÇA, José-Augusto, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Bertrand Editora, 3.^a Edição, 1987, p. 313.
- ²⁵ *Collecção de Memórias relativas ás Vidas dos Pintores, e Escultores, Architectos, e Gravadores Portuguezes, e dos Estrangeiros que estiverão em Portugal*, Lisboa 1823, p.191.
- ²⁶ Datada de 16 de Fevereiro de 1756.
- ²⁷ FRANÇA, José-Augusto, *op. cit.*, p. 317.
- ²⁸ *Ibidem*, pp. 318 e 319.
- ²⁹ Datada de 31 de Março de 1756.
- ³⁰ A planta n.º 1 seria delineada por P. Gualter da Fonseca e F. Pinheiro da Cunha; a n.º 2, por Elias Sebastião Poppe e por seu filho J. D. Poppe; a n.º 3, por Eugénio dos Santos e António Carlos Andreas, a n.º 4, por Gualter da Fonseca. As plantas n.º 5 e n.º a, da autoria de Eugénio dos Santos e de Elias Sebastião Poppe, respectivamente, só viriam a ser apresentadas no *Aditamento* de 19 de Abril.
- ³¹ Publicado por VIEIRA DA SILVA, Augusto, in *Plantas topográficas da Cidade*, Lisboa C. M. L., 1950, planta n.º 4.
- ³² Segundo José-Augusto França, 1.º documento que assim a designa, um *aviso* de Pombal, data de 19 de Junho de 1759 (in FRANÇA, José-Augusto, *op.cit.*, p. 123). No entanto, na pesquisa por nós efectuada essa data recua a 16 de Janeiro de 1758, no documento da sua formação – Doc. 3 em Anexo.
- ³³ Nove ruas de orientação este-oeste, e dez no sentido norte-sul determinavam três tipos diferentes de quarteirões, com predominância dos de dimensão aproximada de 70m x 25m, com um estreito saguão de 45m x 2m.
- ³⁴ A.N.T.T. - *Junta do Comércio. Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fls. 42, 42v, 52v, 53v e 54 – Doc. 1 em Anexo.
- ³⁵ BRASÃO FARINHA, J.S., "Construção da Baixa Pombalina", in *Revista Olisipo*, n.º 5, Dezembro de 1997, p. 51.
- ³⁶ No *alvará* de 12 de Maio de 1758, que estabelecia os direitos e obrigações dos privados na reedificação dos lotes, previa-se um prazo de 5 anos para a mesma. A 19 de Junho do ano seguinte Pombal ordenaria que cada proprietário deveria tomar posse dos seus terrenos, a que se seguiria, a 12 de Julho, o *edital* com a sua distribuição. A 5 de Novembro de 1760, Pombal decretava a instalação dos comerciantes e oficinas nos locais da Baixa. FRANÇA, José-Augusto, *op.cit.*, p. 115.
- ³⁷ OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos.....*, vol. XVI, p.335, in FRANÇA, José-Augusto, *op.cit.*, p. 108, nota 15.
- ³⁸ Como arquitecto e director das obras da Alfandega, Praça do Comércio, Arsenal e autor dos Prospectos da Cidade.
- ³⁹ Ambos no Museu da Cidade.
- ⁴⁰ A.N.T.T., *Junta do Comércio - Registo Geral de Consultas*, L.º 109, fl.148-149 – Doc. 2 em Anexo.
O contrato mais recuado que encontramos para a baixa data de 1760, e seria distratado em 1761, o que se terá devido, provavelmente, ao atraso na abertura das ruas.
- ⁴¹ FRANÇA, *op.cit.*, p.118.
- ⁴² Por decreto de 5 de Abril de 1757 seria nomeado Director da Obra do Real Arsenal e para Juiz Conservador da mesma obra, o Desembargador Ignacio Ferreira Souto. A.N.T.T., *Junta do Comércio - Registo Geral de Consultas*, L.º 104, fl. 53.
- ⁴³ A.N.T.T., *Junta do Comércio - Registo Geral de Consultas*, L.º 105, fl.137v e 138 – Doc. 3 em Anexo.
- ⁴⁴ A.N.T.T., *Junta do Comércio - Registo Geral de Consultas*, L.º 104, fl.60-61v – Doc. 4 em Anexo.
- ⁴⁵ A.N.T.T., *Junta do Comércio - Registo Geral de Consultas*, L.º 105, fl.79, 79v, 117v e 118 – Doc. 5 em Anexo.
- ⁴⁶ A.N.T.T., *Junta do Comércio - Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fl.63 e 71v – Doc. 6 em Anexo.
- ⁴⁷ A.N.T.T., *Junta do Comércio - Registo Geral de Consultas*, L.º 105, fls. 1 e 165 – Doc. 7 em Anexo.
- ⁴⁸ FRANÇA, José-Augusto, *op.cit.*, p. 323.

- ⁴⁹ *Recordações de Jacome Ratton sobre ocorrências do seu tempo em Portugal de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Londres 1813, 3.^a Edição, Lisboa 1992, p. 240.
- ⁵⁰ A.N.T.T., *Cartório Notarial n.º 5B*, L.º 22, fls. 65v e 66. Doc. 8 em Anexo. Este documento é muito interessante também para a história da organização do trabalho, uma vez que nele está bem explícita a preocupação de uma eficiente fiscalização de obra.
- ⁵¹ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fl. 63v.
- ⁵² A.N.T.T., *Cartório Notarial n.º 5B*, L.º 22, fls. 6-7v. – Doc. 9 em Anexo.
- ⁵³ Não transcrevemos aqui o documento de contrato com o empreiteiro, uma vez que a reconstrução dos faróis da costa portuguesa (nos quais terá trabalhado, também, Joaquim de Oliveira), em especial este, será objecto de um artigo nosso na revista *Monumentos*.
- ⁵⁴ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fl. 188. Doc. 10 em Anexo. Após a sua morte, em 1763, a chefia seria dada a D. Miguel Angelo Blasco (Doc. 11 em Anexo), que se distinguiu na expedição ao Brasil no reinado de D. João V.
- ⁵⁵ Sobretudo na direcção, desde 1733, da grande obra das Águas Livres e Chafarizes de Lisboa, sendo-lhe atribuídos os projectos do Palácio do Marquês em Oeiras, Casa de Lázaro Leitão, Casa das Águias, só para citar as obras mais importantes.
- ⁵⁶ Em 1742 fizera, em colaboração com Custódio Vieira, o projecto para o cais novo que se deveria estender desde Belém até ao Cais de Santarém. Seria, ainda, o autor do risco do Bairro da Fábrica das Sedas.
- ⁵⁷ Arquivo Histórico M.E.P.A.T., desenho 75A..
- ⁵⁸ Desenhando, ainda, os seus edifícios, com especial referência ao Palácio da Inquisição, os quais apresentavam já algumas inovações em relação aos do resto da Baixa – varandas de sacada entre duas janelas de peito, telhados duplos de mansarda.
- ⁵⁹ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 109, fl. 148v - Doc. 2 em Anexo.
- ⁶⁰ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fls. 187v. Doc. 12 em Anexo.
- ⁶¹ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fl. 107, 107v e 139. Doc. 13 em Anexo. Trata-se do Hospital Real de Todos-os Santos, mais tarde transferido para o extinto Convento de Santo Antão-o-Novo.
- ⁶² E com intervenção documentada no Convento de S. Bento, reedificação do Quartel do Taboado, e Convento da Ordem Militar de Santiago de Espada. ROSSA, Walter, *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. JOAQUIM DE OLIVEIRA, *op.cit.*, p.329. SOUSA VITERBO, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, 1899-1922, Vol. II, pp. 219-222, reedição de 1988.
- ⁶³ A.N.T.T., *Cartório n.º I*, L.º 563, fls. 39v-41. Hoje só resta a casa, tendo sido destruída a capela a que se faz referência no contrato.
- ⁶⁴ A.N.T.T., *Cartório n.º I*, L.º 563, fls. 87v e 88.
- ⁶⁵ SOUSA VITERBO, *op.cit.*, Vol. II, pp. 175 e 176. São da sua autoria alguns dos mapas das províncias da Beira e Alentejo tendo delineado, ainda, o Bairro de Alfama em 1766. Por sua morte em 1780, seria nomeado Joaquim de Oliveira para o mesmo cargo.
- ⁶⁶ A.N.T.T., *Cartório n.º 5A*, L.º 7, fls. 59-60.
- ⁶⁷ A quem se atribui a autoria da planta de reconstrução da Igreja de S. José delineando, em 1764, a planta do extinto Convento de Santo Antão, para instalação do novo hospital. SOUSA VITERBO, *op.cit.*, Vol. III, pp. 107-108.
- ⁶⁸ Capitão da Escola de Mafra. SOUSA VITERBO, *op.cit.*, Vol. I, pp. 410 (onde aparece como *Garbo*).
- ⁶⁹ A.N.T.T., *Cartório n.º I*, L.º 547, fls. 37-38v.
- ⁷⁰ Este contrato é da máxima importância pois confirma que a intervenção de Caetano Tomás na Obra das Necessidades terá sido apenas empreiteiro, e não como arquitecto. FERRÃO, Leonor, *Dicionário...Necessidades*, *op.cit.*, p. 312. *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*, Lisboa 1994, *passim*.
- ⁷¹ A.N.T.T., *Cartório n.º I*, L.º 543, fls. 87-89.
- ⁷² A sociedade era válida para as obras que qualquer um deles arrematasse, sendo obrigatória a contribuição de cada um deles com igual quantia de dinheiro (sem o que seria excluído), não podendo ser cedida em trespasse a sua posição, mas podendo os herdeiros habilitar-se à mesma.
- ⁷³ A.N.T.T., *Cartório n.º 11*, L.º 604, fl. 10v.
- ⁷⁴ Escritura datada de 14 de Junho de 1760. A.N.T.T., *Cartório n.º I*, L.º 553, fls. 29-33.
- ⁷⁵ Datada de 25 de Janeiro de 1758. A.N.T.T., *Cartório n.º I*, L.º 543, fls. 94v-95.
- ⁷⁶ SOUSA VITERBO, *op.cit.*, Vol. I, p. 163).
- ⁷⁷ Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. A 4 de Maio de 1762 fornecia-se o “*metodo para formalidade com que se deve fazer as Folhas das Obras do Real Arsenal, Praça do comercio, Abertura de Ruas*”. A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 108, fl. 163.
- ⁷⁸ A.N.T.T., *Junta do Comércio- Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fl. 42. Doc. 1 em Anexo.
- ⁷⁹ CÓIAS E SILVA, Vítor, *op.cit.*
- ⁸⁰ CÓIAS E SILVA, Vítor, *op.cit.*
- ⁸¹ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 108, fl. 154v. Este preço nem sempre foi facilmente aceite pelos proprietários dos pinhais que, segundo este documento, terão pedido novas taxas, levando a que ficasse livre o ajuste da madeira para a Obra do Arsenal. A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 105, fl. 112.
- ⁸² Em carta de 17 de Outubro de 1758 para o Rio de Janeiro, endereçada a António e Luiz Pinto de Miranda comissários da compra de madeiras para a Obra do Arsenal, Joaó Luiz de Souza Sayão, Secretário da Junta do Comércio, ao encomendar 300 dúzias

- de consueiras, e mil e duzentas vigas da mesma comissão, não deixa de fazer este interessante comentário “*admira-me q. a madeyra chamada Gonçalo Alvarez naõ seja ahi conhecida, quando nesta Corte ha tanto uzo della*”. A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fl.16.
- ⁸³ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 105, fls.106v, 107-120 (Janeiro de 1758).
- ⁸⁴ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 105, fl.7 (Agosto de 1757). Não indicamos toda a legislação consultada sobre este assunto.
- ⁸⁵ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 105, fl 156 (24 de Abril de 1758).
- ⁸⁶ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fl 53. Doc. 14 em Anexo.
- ⁸⁷ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fls. 169v, 182v-183. Doc. 15 em Anexo. Estamos em crer tratar-se de Jorge Rodrigues de Carvalho que em Setembro de 1761 seria nomeado *mestre pedreiro da Casa das Obras e Paços Reais*, por morte de Jorge de Abreu (este também largamente referenciado nos contratos de sociedade de empreiteiros, nessa qualidade). SOUSA VITERBO, *op.cit.*, Vol. II, p. 403. A 1.ª pedra da Igreja seria lançada a 3 de Setembro desse mesmo ano.
- ⁸⁸ A.N.T.T., *Cartório n.º 5B*, L.º 21, fls. 91v-93v. Doc. 16 em Anexo. Encontrámos este contrato transcrito ainda no mesmo cartório, no L.º 22, fls 6-7v, e nas fls. 21-21v, apenas para sete das casas. Optámos por transcrever apenas o primeiro, uma vez que são semelhantes as técnicas construtivas. Sobre estas tencionamos publicar um outro artigo mais pormenorizado.
- ⁸⁹ Para a Obra do Arsenal e Praça do Comércio a pedra viria de Laveiras, como se pode inferir de uma reclamação dos Padres Brunos. A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fls. 109.
- ⁹⁰ Os fornos de cal pertenciam a Guilherme Stephens, como se pode ver em numerosos documentos da Junta do Comércio, nomeadamente quando este pede em 1761, que lhe adiantem algum dinheiro, para poder continuar com a fábrica, por conta do que a Junta lhe compra para a obra do Arsenal e Praça do Comércio. A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 108, fls. 72v. Já em 1759 Guilherme Stephens tinha pretendido ser assentista das madeiras para as mesmas obras, o que não obteve aprovação da Junta pois “*havendo falta de compradores se tem a junta aproveitado da conjuntura, comprando taboados, e Vigamentos por preços summariamente abatidos, com q. tem feito provimento para todo o anno*”. A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 106, fls. 81.
- ⁹¹ Observada, também, nos edifícios designados por *colombage* (França), *brick nogged* (Inglaterra) ou *fachwerke* (Alemanha).
- ⁹² Publicada no magnífico estudo de José Custódio Vieira da Silva *Arquitectura Efémera – Construções de madeira no final da Idade Média*, Separata da “Revista da Faculdade de Letras”, II Série, Vol. VIII, Porto 1991, pp. 265-273. “*A mim me disseram que Vossa Alteza tinha hum castelo de madeira que abastaria pera cinquent’omeens...eu ho terey melhor gramjeado do que qua foy a vinda de madeira que qua mandastes e venha muy comcertado e mestre dele que ho sayba comcertar com’ho arremos e nam seja muito gramde.*”
- ⁹³ CARRÈRE, J. B. F., *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, Biblioteca Nacional, Lisboa 1989, p. 28.
- ⁹⁴ Por decreto de Pignatelli, vigário de Fernando IV para a Calabria, em 1785 seria aplicado a toda a provincia.
- ⁹⁵ PLACANICA, A., *Istoria e teoria dé tremuoti in generale, ed in particolari di quelli della Calabria e di Messina del 1783*, Nápoles 1783, in BARUCCI, Clementina, *Tecniche costruttive antisismiche nell’edilizia storica della Calabria Meridionale*, ARCO, I Convegno Nazionale, Roma, 27-28 Abril 1993, p. 540.
- ⁹⁶ BARUCCI, *op.cit.*, p. 541.
- ⁹⁷ A.N.T.T., *Junta do Comércio – Registo Geral de Consultas*, L.º 105, fls. 1. Doc. 7 em Anexo.
- ⁹⁸ Para esta, consulte-se HORTA CORREIA, José Eduardo, *Vila real de Santo António. Urbanismo e Poder na política Pombalina*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa 1984.
- ⁹⁹ Para este consulte-se MANDROUX-FRANÇA, Marie Thérèse, *Quatre phases de l’Urbanisation du Porto*, Colóquio Artes n.º 8, 2.ª série, Lisboa 1972; FERRÃO, Bernardo José, *Projecto e transformação Urbana do Porto na Época dos Almadás, 1758/1813. Uma contribuição para o estudo da cidade pombalina*, Porto 1989.
- ¹⁰⁰ Doc. 8 em Anexo.

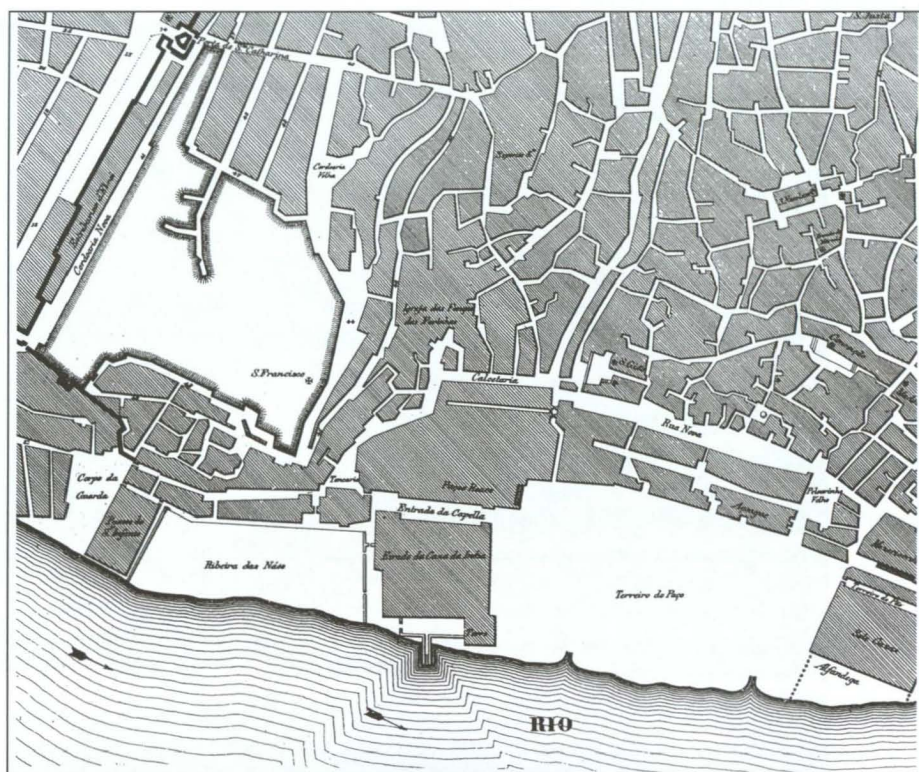


Fig. 1
Excerto da Planta de Lisboa,
delineada por
João Nunes Tinoco em 1650,
onde se pode ver o conjunto
formado pelo
Palácio Real, Patriarcal
e Palácio do Infante.
(in VIEIRA DA SILVA,
op. cit., planta n.º 1)



Fig. 2
Excerto da Planta de Lisboa,
desenhada pela equipa
de Manuel de Maia,
onde se pode ver claramente a diferença
entre a malha urbana medieval e a
racionalidade do novo traçado proposto.
(in VIEIRA DA SILVA,
op. cit., planta n.º 4)



Fig. 3 – Panorâmica do corpo norte da Praça do Comércio



Fig. 4 – Pormenor de uma estrutura de gaiola, observada num edifício da Baixa

Anexos

Documento 1 (Junta do Comércio, Lº 106)

(fl 42)

Avizo da Secrtrº da Junta

A Junta do Commercio destes Reynos, e

seus Domínios tem ordenado ao Mestre Joam Ferreyra Cangalhas, que para mayor commodidade da serventia da Real O-bra do Arsenal, faça desentulhar, e dar passagem ás agoas, que estam detidas no Largo da Igreja de S. Paulo; e me ordena que faça a Vmº este Avizo , para q. mande os Calcetas, q. forem necessarios para a referida obra. Dº . Gº. A Vmº. Junta em 23. De Janeyro de 1759. = Joaó Luiz de Sousa Sayaó. = Snr. Capitaó Engenheyro Dionysio de S. Dionysio. =

Ordem da Junta

O Mestre Joaó Ferreyra Cangalhas mande logo des-entulhar a passagem do largo da Igreja de Sam Paulo, e dar sahida ás

(fl 42v)

às agoas, que se acham detidas no mesmo sitio; para cujo trabalho empregará os calcetas da repartição da Junta, e as mais pessoas, que forem necessariaz . Tendo entendido, que os entulhos não devem ser lançados no Ryo, nem dentro das Propriedades dos particulares. Lixº. A 23. De janeyro de 1759.

Assinada pelo Provedor e Deputados da Junta.

(fl. 52v)

Avizo da Secrtrº de Estado

Sua Magestade tem mandado passar as Ordenz

necessarias ao Desembargador Pedro Gonçalves Cordeyro Preyra, para fazer pôr promptas as Ruas da Cidade; e porque poderaó haver alguns Dónos das Propriedades, que sejaó remissos em concorrer para esta Obra com a parte que lhes toca: Hé o mesmo Senhor servido que a Junta do Commercio destes Reynos, e seus Domínios, mande assistir á dita obra com o dinheyro q. for preciso, por emprestimo : Nomeando as pessoas, que façam os pagamentos, e tomem em lembrança o gasto della, para depois se ratear pelos sobreditos Dónos das Propriedades. Deos Gº. A Vmº. Paço de N. Senhora da Ajuda a 3 de Março de 1759. = Sebastiaó Jozé de carvalho e Mello. = Senhor Jozé Francisco da Cruz. =

(fl. 53v)

Avizo da Secrtrº da Junta

A Junta do Commercio destes Reynos e seus Do-

nios tem nomeado a VM.e para mestre da Obra da abertura das Rú- / as , e as mais Pessoas da Relação incluza para os ministerioz declarados / na mesma Relação : O que participo a VM.º. por ordem da mesma Junta / para que admitta os ditos Nomeados nos Lugares em que devem servir. Deos / Guarde a VM.º. Junta a 8 de Março de 1759 . = Joáo Luiz de / Souza e sayaó. O Senhor Manoel Martins. =

Relação das Pessoas nomeadas para a abertura das Ruas

Mestre para executar as Ordens.....Manoel Martinz

(fl 54)

Primeyro Ajudante do Capitaó Engenhrº.....	Antonio Carlos Andreas
Segundo Ajudante do mesmo.....	Jozé Carlos da Sylva.
Pagador.....	Bernardino de senna costa.
Official p ^a fazer a Folha.....	Jozé da Sylva.
Fiel do Armazem das Ferramentas.....	Fran. ^{co} Xavier da Sylva.
Apontador Geral.....	Miguel Angelo Escarlata.
Outro dito.....	Miguel dos Santos Torres.
Seis Pessoas para Governarem as Esquadras dos trabalhadores, a saber.	Jozé de Barros da Sylva. Estevam Ferreyra. Francisco Eugenio. Joaó Pedro Redmundo. Francisco Jozé de Souza.

Documento 2 (Junta do Comércio, Lº 109)

(fl.148)

Avizo da Secretaríã de Estado

Sua Magestade houve por bem defe-

rir aos requerimentos, que na sua Real Prezença /
se tem feito sobre a desembaraço dos Terrenos, em /
que diversos particulares pertendem continuar a /
reedificaço da Cidade: Havendo por levanta- /
da a prohibiço para se trabalhar nas Obras pú- /
blicas: E ordenado, que se apliquem com prefe- /
rencia os alinhamentos, e aberturas das Ruas, /
e Praças declaradas na Relaçáo, que será com /
este Avizo, assignada por Joaó Gomes de Araujo,
que

(fl.148v)

que serve de Official e Mayor da Secretaríã /
de Estado dos Negocios da Marinha, e Domí- /
nios Ultramarinos: o que o mesmo **Senhor** /
mandou participar ao mesmo tempo ao Arcebis- /
po Regedor, para continuar, pelo que lhe pertence, /
todas as providencias, que necessarias forem. /
O que V.M^e. fará presente na Junta do Commer- /
cio destes Reinos, e seus Domínios, para que /
assim se execute.

O mesmo **Senhor**, attendendo ao /
conhecimento, que Jozé Francisco da Cruz Ala- /
gôa tem dado a experiencia de muito tempo, que /
dirigio as referidas Obras: He servido, outro sim, /
que continue no mesmo exercicio pela parte da re- /
ferida Junta. **Deos** Guarde a V.M^e.Paço
a 19. de Settembro de 1763 = Conde de Oey- /
ras. = Snór Polycarpo Jozé Machado. =

Relaçáo

do que necessita de mais prompta pro- /
videncia na Reedificaço da Cidade

de Lisboa.

Alinhamento da Rua, que vay pe- /
lo Rocio, athe o largo de Santa Marta, na /
conformidade do Plano do Coronel Carlos /
Mar-/

(fl.149)

Mardel, que se acha assignado pelo Conde /
de Oeyras.

Alinhamento das ruas, que fazem /
nos Campos da Parte Occidental da referida Rua, /
e das sette Praças, que fazem na mesma parte oc- /
cidental, athe Saó Pedro de Alcantara, Patri- /
arcal, Collegio Real dos Nobres, e Mosteiro /
do Ratto.

A porção do Terreno, que faz entre o /
Adro de Saó Domingos, e as Cazas de Almada, /
Galvaó e Ayraó, deve ficar livre como hoje se a- /
chaó : Porém he preciso alinhar-se, e cime- /
trizar-se, para ficar servindo de logradouro pú- /
blico, e Páteo Comum a todos os ditos Edifi- /
cios Nobres: E se deve ao mesmo tempo allinhar /
a Rua, que vay das Cazas de Dona Luiza da /
Sylveira, para as Portas de Santo Antaó.

A Rua, que vay do Loretto para /
o Remulares, deve ser tambem allinhada, e des- /
impedida, para se edificar.

Da mesma sorte, a que vay do Arsenal /
athé Saó Paulo, com as Trez Praças, que neste /
terreno se achaó situadas: Demarcando-se os /
Terrenos do Mosteiro do Corpo Santo, e da Fre- /
guesia de Saó Paulo.

Tam-

(fl.149v)

Tambem devem ser logo abertas, e li- /
velladas as Travessas, que cortaó a Rua Augusta; /
a Rua Aurea; e a Rua Bella da Rainha; porque /
querem os Donos daquelles Terrenos, edificar nelles =
João Gomes de Araujo. =

Documento 3 (Junta do Comércio, Lº 105)

(fl. 137v)

Decreto q. baixou á

Junta, encarregando-a da Adimistra- /
ção das Obras de Alfandegas, e Praça /
do Commercio

Havendo-me supplicado os meus Vassallos, q. ne- /
goceaó na Praça de Lisboa, pela Representação, em que me /
offerecêraó o voluntario Donativo, aceito no meu Real De- /
creto da data de dous do mez de Janeyro do anno de mil /
setecentos, e cincoenta e seis: Que sendo hum dos primeyros ob- /
jectos da minha Paternal Providencia o do restabelecimento das /
Alfandegas; Houvesse por bem applicar o referido Donativo /
a huma tao util, e necessaria obra; de sorte, q. naó só a Alfandega do Terreyro do Paço se reedificasse, e ampliasse com todos /
os competentes Armazens, q. faltaváo na q. havia padecido rui-/

na; mas tambem q. o Commercio tivesse huma Praça digna /
da Capital destes Reynos, e com a commodidade necessaria /
para nella rezidirem os Commerçiantes, sem sogeição ás inju-
rias do tempo : E conformando-me benignamente com a so-
bredita Representação: Sou servido, q. logo q. se proceda ás re-
feridas Obras, não só no mesmo Lugar, em q. antes esteve /
a dita Alfandega; mas em todos o maiz Terreno, ou /

(fl 138)

ou seja da minha Real Fazenda, ou de Particulares, que /
necessario for p^a a complecta execução dos Planos da referi-
da Praça, e Edificios a ellas competentes, que /
baixam assignados por Sebastião Jozé de Carvalho e Mello /
do meu Conselho, e Secretario de Estado dos negocios do Reyno /
Correndo as referidas Obras pela Administração da Junta /
do Commercio destes Reynos, e seus Dominios; na mesma/
conformidade, em que por Decreto de cinco de Abril do dito
anno o praticáram com os Armazens, q. se erigiram para /
servirem de Alfandega interina no sitio da Ribeyra /
de Lisboa : E pagando-se os Terrenos particulares, q. forem/
precizos para a dita Obra, na conformidade dos meus/
Reaes Decretos, expedidos para a erecção da dita Alfandega
interina, em doze de Junho do sobredito anno de mil/
setecentos e cincoenta e seis; e pelas suas justas avaliações/
feitas por Louvados perante o desembargador dos Agra-
vos Ignacio Ferreyra Souto, q. Hey por bem nomear Juiz/
Conservador das referidas Obras, com jurisdição privativa/
e recurso immediato á minha Real Pessoa: Sendo az /
mesmas Obras dirigidas pelo Capitaó Eugenio dos Santos /
de Carvalho, em quanto Eu assim o houver por bem, e naó/
mandar o contrario. A mesma Junta do Commercio o /
tenha assim entendido, e o faça executar. Bellem, a deze-
seis de janeyro de mil sette centos, e cincoenta e oito.

Com a Rubrica de S. Mag.^{de}

Registado no Livro segundo da Junta do Commercio, que/
serve nesta Secretaria de Estado dos Negocios do Reyno a /
folhas trinta e nove.

Documento 4 (Junta do Comércio, L^o 104)

(fl 60)

Consulta sobre os lugares que se devem des-
nar para os entulhos, que haó de fazer os Edi-
ficios pertencentes á planta da nova Fabrica /
do Arcenal por naó caberem no vaó da Ribeira /
das naus; como tambem para o recolhimen-
todos Materiais da mesma Obra.

Senhor = fazendo-se examinar pelo Provedor, Secretario, e Procu-
rador desta Junta o terreno em que se devem reparar as ruinas, e /
ampliir os edificios da Ribeira das Naus na forma do Real Decre-
to de S. Mag.^{de} de 5 do corrente, se achou que no recinto da mesma /
Ribeira naó cabem ao mesmo tempo os entulhos do desmancho, e /
os materiais com todos os aparelhos da obra.

Para estas acomodações, e para telheiros da obra de /
Cantaria, de Carpinteiros, do recolhimento da pedra lavrada da /
Torre do relógio, e todo o mais necessario, podem servir os pateos de /
dentro, e de fora da Capela, o Saguão fronteiro á Casa do Theatro /
da Opera, o Claustro da Casa da India, os Armazens que servin-

do em outro tempo para recolher as Carroagens da Reserva, ultimamente receberão tabacos de que já se fez passagem para a nova Alfandega, e todas as Casas de madeira pertencentes até agora ao interino despacho do Tabaco.

Também se faz necessário mandarem-se despejar as lojas que estão alugadas na referida Casa do Theatro, e algumas tavernas situadas na praya do Arco das mentiras; e que V. Mag.^{de} seja servido mandar declarar, que todos os materiais assim de pedra / como de ferragens, que se acharem na Ribeira das naus, e nas ruínas / do Palacio, se podem fazer uzar por esta Junta para a execução da / mesma Obra.

(fl. 60 v)

Parece á junta que deve subir á Real Presença de V. Mag.^{de} a representação dos referidos impedimentos para que se façam promptos os lugares necessários com a determinação de V. Mag.^{de} que mandará o que for servido. Lisboa a 19 de Abril de 1757 = Jozé Roiz~ / Bandeira = Jozé Moreira Leal = Joáo Luis de Souza Sayão = / Joáo Roíz Monteiro = Joáo Luiz Alves = Balthazar Pinto de Miranda = Pedro Roíz Godinho = Manuel Pereira de Faria = Antonio / Ribeiro Neves =

Consulta= Sobre a medição da Casa do Theatro no sitio da Tanoaria, e da maior parte das Obras junto á S.^a Igreja Patriarchal, que se devem demolir, para a erecção do novo Arsenal.

Senhor= Requerem os Mestres Manuel Francisco de Souza, e Caeetano Jeronimo a quem esta Junta elege para Empreiteiros da Obra de muros, e pregos, na do novo arsenal de que V. Mag.^{de} foi servido encarregar-lhe a Direcção, que ainda se lhes não meio a Casa do Theatro no sitio da Tanoaria, como também a maior parte das obras que fizeram junto á Igreja Patriarchal, e que devendo-se demolir logo, aqssim parte das paredes da referida Casa do Theatro, como toda a mais obra que fizeram por sua conta, / se faz necessário que a junta represente a V. Mag.^{de} a precisa instância da ordem para a referida medição. E por que se fez certo / que sem precedencia da referida demolição se não pode dar principio á obra com a disposição conferida por Pessoas da Junta com o Engenheiro Eugenio dos Santos de Carvalho.

Parece á Junta que se faz necessária a prompta determinação de V. Mag. Para se medirem as referidas obras que devem ser demolidas.

Mag. Porém mandará o que for servido. Lisboa a / 19 de Abril de 1757 = Jozé Roiz Bandeira = Jozé Moreira /

(fl. 61)

Leal = Joáo Luiz de Souza Sayão = Joáo Luiz Alves Joáo Roíz / Monteiro = Pedro Roíz Godinho = Manuel Pereira de Faria = Balthazar Pinto de Miranda = Antonio Ribeiro Neves =

Documento 5 (Junta do Comércio, L.º 105)

(fl.79)

Consulta sobre a demolição da Torre do Relógio, e Casas do Serenissimo. Snór Infante D. Pedro para continuação da Real Obra do Arsenal

Senhor. O Capitão Engenheiro Eugenio dos

Santos de Carvalho, Architecto, e Director da Real Obra do Arsenal, e os Mestres Empreiteiros da nova Real Obra, como /
tambem todos os seus Propostos, Aparelhadores, representaõ in- /
cessantemente a esta junta a indispensavel necessid^a. q. há de /
se demolir a Torre do Relogio, q. ficando inclinada pelo Terramoto, /
se mostra hoje em mayor perigo de perder o equilibrio, por se a- /
char desamparada das paredes do palacio, q. se habateram p^a. con- /
tinuaçao das Obras; e affirmaõ alguns dos Trabalhadores q. nos /
dias e noutes das continuadas chuvas, e ventos do mez passado, se ou- /
viram estrondos, que parecêraõ ser de pedras desligadas por dentro /
da mesma Torre.

Sobre todos os refferidos perigos, ainda se

pode considerar mayor, o de ser necessario entrar já na abertura /
do alicerce, q. dista poucas varas da mesma Torre; e assim por este /
movimento, como pela conduçao das pedras de competente grandeza /
do fundam^{to}. Do grande alçado, q. devem sustentar, se ha-de /
fazer hum grande abalo naquelle Edificio, q. segue essa prece-

(fl. 79v)

cedencia, ou motivo, está ameaçando ruina. Assim mesmo /
se faz tambem preciso, p^a fechar o primeyro Armazem, em q. ac- /
tualmente se trabalha pela parte da rua, com as paredes da Caza /
que foy da Opera, que sejam demolidas as Cazas do Serenissimo Se- /
nhor Infante D. Pedro, e todas as que ficaõ da parte da terra /
na dita rua, de quaes tem já por vezes cahido mtos. Pedacos de pa- /
rede, e poderá cahir de todo com a abertura dos alicerces; q. se /
devem logo abrir p^a fechar o dito Armazem.

Parece á Junta q. V.Mag^{de}.

seja servido ordenar q. seja demolida a dita Torre, como tam- /
bem as Cazas do Serenissimo Senhor Infante D. Pedro, e todas /
as q. ficaõ defronte do novo Armazem, p^a. q. este se possa cons- /
truir. Sobretudo V. Mag^{de}.mandará o que for servido. Lix^a. /
a 22 de Dezembro de 1757.

Assignado p^o. Prov^{or}. E Deput^{os}. Da Junta.

(fl. 117v)

**Avizo da Junta ao Capitão
Engenheiro Eugenio dos Santos**

S. Magd^e. Foy servido determinar por Rezoluçao /
de 28 de Janeyro proximo passado, em Consulta da Junta /
do Commercio, q. se mandasse demolir a Torre do Relogio; /

(fl. 118)

como tambem as Cazas do serenissimo Snór Infante D. /
Pedro, e todas as q. ficaõ defronte do novo Armazem, q. se está /
levantando na Real Obra do Arsenal: o que participo a /
V.M^e. de ordem da mesma Junta, p^a q. se entre logo na execu- /
çao da sobred^a Real Determinaçao q. se acha, como todas /
as quais respectivas á mesma Obra, encarregada a V.M^e. /
como Director della. D^s. Gd^s. a V.M^e.. Junta em 6 /
de Fevr^o de 1758.

Joaõ Luiz de Sousa Sayaõ

P. Cap^{to} Eugenio dos
Santos de Carvalho

Documento 6 (Junta do Comércio, Lº 106)

(fl 63)

Consulta sobre a demolição

de huma parte do Palacio da Corte Real,
q. se faz necessaria para a serventia das
Reaes Obras do Arsenal

Senhor: A esta Junta tem dado con- /

ta o Capitão Eugenio dos Santos de Carvalho, Architecto, e Di- /
rector da Real Obra do Arsenal, de que para o competente alinha- /
mento da rua immediata á mesma Real Obra, e que principia /
na Praça do Commercio, e acaba no Largo chamado do Corpo Santo, /
se faz necessario demolir a parte do Palacio da Corte Real, que /
se mostra na Planta, que com esta sobe ; na qual tambem se com- /
pensa a mesma parte do Terreyro, que se deve fazer pública no /
cham do referido Palacio : E sendo vista a proposta, e a Planta, /
que não só conduzem a mais nobre, e regular prospecto da Cidade /
quais são necessarias para a serventia do Arsenal Real, q. pre- /
zentemente para a mayor commodidade das conduções dos mate- /
riaes pertencentes á referida obra.

Parece á Junta q. V.Magestade seja /

servido mandar executar o córte delineado na referida Planta, /
fazendo-se a despeza pela consignaçaõ ads Obras do Arsenal Real /
em cuja utilidade céde principalmente a mesma demoliçam.
Lisboa a 26. de Março de 1759.

(fl 71v)

Avizo da Secretrª. da Junta

*Sua Magestade foy servido conformarse com o pa-
cer da Junta do Commercio destes Reynos, e seus Domínioz,
que havia consultado o Córte do palacio da Corte Real na forma
do Plano, que VMª. Formou, e lhe remeto incluzo, para se executar
com a mais possivel promptidam. Logo que se houver dado cum-
primento á Rezoluçam do mesmo senhor, fará VMª. Entregar
nesta Secretaria o referido Plano; e para a despeza da demolição,
se tem passado ordem ao Mestre da Real Obra do Arsenal, aon-
de compete. Dª. Gª. A Vmª. Junta a 5. De Abril de 1759.
João Luiz de Sousa Saaó.= Senhor Capitão Eugenio dos
Santos de Carvalho.=*

Documento 7 (Junta do Comércio, Lº 105)

(fl 1)

Consulta

Para continuação da/

Real Obra do Arsenal se faz necessaria hua Caza, /
à qual, por haver de servir para examinar o todo, e as /
partes do plano da mesma Obra, chamaó os Mestres, /
a Caza do Risco : Como no recinto da Ribeira das /
Naus não há Edificio dezoccupado, q. possa servir pa =/
ra este Ministerio, nem sitio algum, em q. se haja de /
levantar; occorrendo juntamente, q. sobre a mesma Ca=/
za, q. há de ser de competente extençaó, se pode formar /
outra para o despacho ordinario da junta, q. pre=/
zentemente se acha em distante sitio; sendo am- /
bas edificadas de frontal sobre as paredes do Pa=/
lacio arruinado, na parte q. occupava antigamente/

a Junta da Serenissima Caza de Bragança.

Parece à Junta, q. na refe=

rida e Interina Providencia, ficará satisfeita a ins-/
tante necessidade, q. há de Caza de Risco, e a como-/
didade das partes, q. tem dependencias na Junta.

V. Mag.^{de} porem mandará o q. for servido. Lx^a

a 21 de Julho de 1757.

Assignada pelo Prov.^{or} e deputados da Junta

(fl 165)

Consulta sobre huã conta

do Capitão Engenheyro Eugenio dos Santos
de Carvalho, director das Obras da Praça
do Commercio e Alfandegas.

Snór. O Capitão Engenheyro Eugenio

dos Santos de Carvalho Director das Obras da Praça do Commercio
Alfandegas, e Edeificios a ellas competentes, representou nesta Jun-/
ta pela conta, q. sóbe a Real Prezença de V. Mag.^{de}, quanto se faz /
precizo para o detalhe das Plantas das referidas Obras, estabe-/
lecerse huma caza de Risco em q. trabalhem cinco Pessoas de sua/
eleyçaó, e dependencia, havendo na mesma Caza Mezas, e ins-/
trumentos competentes, p^a a repartição, e divisaó do Risco; e contribu-/
dodo-se com ordenados equivalentes aos Officiaes nomeados para /
estes Ministerios.

A Junta conhece a necessidade de se exe-/
cutar a proposta, assim pela grandeza das Obras, como para que/
a sua Planta se faça perceptivel aos Mestres : e propoem a /
mesma representação a V. Mag. P^a que com tudo determine/
q. for servido. Lx^a a 25 de Abril de 1758.

Assignada pelo Prov.^{or} e deputados da Junta

Documento 8

Contrato para a construção da Praça do Comércio

(26 de Junho de 1759)

Em nome de Deos amen saibão quantos este instrum^{to}. De Contrato e o /
brigaçaó virem que no anno do nascimento de nosso Snór Jezus christo de mil e sete /
centos e sincoenta e nove, aos vinte e seis dias do mez de Junho do d^o anno, em a caza da /
Junta do Comercio do Rn^o. E seos Dominios, estando ahy presentes Joze Franco da /
Crus Provedor da d^a Junta, o D^{or}. Joaó Luiz de Souza Sayaó Secret^a, e os Deputados /
manuel Pereira de Faria, jozé Moreira Leal, Manoel Dantas e Amorim, Ansel /
mo Joze da Crus, Joaó Henriques Martins e Inacio Pedro Quintella; E outros /
estavaó presentes M^{el}.Francisco de Souza mestre de obras do officio de pedr^o. m^{or}.jun /
to á Portaria do Salvador, e Caetano Jerónimo mestre de obras do officio de carpin /
tr^o m^{or}. no Lugar de Alcantra extramuros desta cid^e.; E logo por elles partes /
nos nomes que representaó foi d^o. perante my Tabelliaó e testem^{as}. Abaixo nomeadas que /
a d^a Junta do Comercio estava encarregada por ordem de S. Mag^e.de mandar fazer /
a obra da Praça do Comercio, e para este efeito estaó ajustados com elles Mestres Mano /
el Fran^{co}. De Souza, e Caetano Jerónimo, na forma e com as condiçois seg^{tes}. = Que elles /
Mestres se obrigaó a fazer toda a obra da d^a Praça do Comercio, em q. se comprehen /
dem as Alfandegas que se haó de fazer de novo, tudo na forma do Risco feito pello /
Cap^{am}. Engenhr^o Eugenio dos Santos de Carvalho, Arquitecto e Director da mesma obra /
e asinado pello Ex^{mo}. Sebastiaó Joze de Carvalho e Mello, Secrtr^o de Estado dos ne /
gocios do Rn^o. e conde de Oeiras; e em tudo e por tudo seguiraó elles mestres as detre /
minaçois do d^o Director, ainda que em alguá couza, se exceda o risco = Que a dita /
Junta do Comercio se obriga, a mandar pór prontos ao pee da obra todos os Materiais /
asim de pedra e cal, como de Madeiras de qualquer qualid^e. que forem necessr^{as}., e isto /

naquelle citio que chegado á mesma obra estiver mais dezarbarssado, contanto /
que pello que respeita a obra da parte do Norte; seja dentro do Terreno que discorre do /
chafariz para a mesma parte do Norte, e a que se fizer da parte do Nascente e sul /
se entenderá em igual distancia; e depois de asim postos os Materiais a primeira /
vez, naó será a Junta obrigada a mandar segunda vez chegallos mais = Que taó /
bem a d^a Junta lhe fará prontos os officiais e trabalhadores que necessr^{os}. Forem, recorren /
do para isso ao Dez^{or}. Conservador da mesma Junta = Que elles Mestres pella sua /
parte se obrigaó ambos juntos, e cada hum por ambos a fazerem a d^a obra, a saber: /
a de pedr^o de maóns somente, e a de carpintr^o de maóns e pregos, na forma que se esti /
pulou no contrato da obra dos Armazéns interinos da Alfand^a., e no contrato da obra da /
Rib^a das Naus, sem que elles Mestres fiquem obrigados a mais do que dito fica; e feita /
que seja a dita obra se fará medir e avaliar por Louvados nomeados por huá e ou /
tra parte com asistencia do d^o Arquitecto director, os quais mediraó a dita obra /
e a avaliaraó respeitando ao tempo em que for feita, e de tudopassaraó certidoins /
para por ellas haverem elles mestres o seo pagamento da referida Junta; E que /
rendo elles mestres algum dinhr^o para a continuação da mesma obra, ainda antes /
de acabado o edeficio, a Junta lhe contribuirá com as proporçoens competentes /
á obra que ao tempo tiverem feito; E estando completo qualquer edeficio, ou /
outra qualquer obra, e querendo elles mestres que logo seja medida o faraó /
a saber á Junta que lhes mandará fazer medição prontam^{te}. = Que elles Mes /
tres se obrigaó a fazer huá pronta asistencia na mesma obra, asim para a /

(fl. 66)

para a direcção, como para o expediente della, sendo ambos, ou hú delles ao /
menos, presentes todos os dias de trabalho, e no seo Leg^o. Impedim^{to}. Sendo este /
tal que naó possa asistir, qualquer delles, em tal cazo assistirá sem /
pre na sua falta hú de seos companhr^{os}. E socios, que bem possa suprir as suas vezes /
= Que os alicerces senaó poderaó encher, sem primr^o serem medidos pellas pessoas /
que a junta detreminar, e se tomaraó em hum Livro separado na prezença dos ditos /
Mestres, que taó bem elles asinaraó para que a todo o tempo conste da ver^{de}. Do referi /
do acento = Que elles Mestres seraó obrigados a prontamente estacarem os ali /
cerces Logo que os avizarem que estaó prontos: porque a demora deste trabalho faz /
que muitas vezes se tornem a encher os alicerces de Agoa, o que duplica a /
despeza de ser ançada novamente fora; e que sendo por omissaó fdelles mestres /
fará por conta delles M^{es}.o aumento da despeza = Que faltando elles mestres /
em todo ou parte ao que ficaó obrigados nesta escritura lhe poderá a Junta re /
mover este contrato, e fazer outro de novo com q^m. Lhe parecer, pagando a elles m^{es}. /
a obra que tiverem feito athe esse tempo, e na mesma forma poderaó elles mestres /
pella sua p^{te}. rescindir este mesmo contrato, na falta do implemento das con /
diçoens a que a Junta fica obrigada = Que as cambotas, e simples, necessr^{os}. P^a a /
referida obra, seraó feitas de Jornal por conta da junta, ainda que ademenistra /
das por elles mestres, e sem q. por isso tenhaó interece algum = E nesta forma ouve /
raó elles p^{tes}. por acabada esta escritura, que compmetem comprir e guardar co- /
mo nella se conthem; E em test^o de verd^e. assim o outorgaraó e pediraó, e aceitaraó /
e eu Tabelliaó porqm. Tocar auz^{te}. E declaro que esta se outorgou e asinou no escri /
torio de my T^{mo}. e foraó test^{es}. Presentes Manoel Maciel de Araujo, e Joze Ant^o Pr^a /
e Joze Teix^a Sobrado mercadores e moradores na Rua direita da fabrica da Seda que /
nesta nota assinaraó com elles p^{tes}. a q^m. Conheço e eu ant^o da Silva Freire Tab^{es}. /
o escrevy =

Documento 9

Palácio de Dom Rodrigo Ant^o de Noronha e Menezes

(8 de Junho de 1759)

Em nome de Deos amen saibão quantos este instrumento de Declaração, contra- /
to, obrigação e poncinação virem que no anno do nascimento de nosso Sn^{or} Jezus Chris/

to de mil e sete centos e sincoenta e nove, aos oito dias do mes de Junho, nesta cid.º/
 de Lixª no escritório de my Tabellião, pareceram presentes, a saber: de huá parte o R.º/
 P.º Fr. Caetano de Santa Ines, Religiozo da ordem da S.ª Trind.ª, como proc.º geral/
 que he das Rendas e Juizo da administração da caza do ex.º Dom Rodr.º Antº de/
 Norª e Menezes Gov.º e Cap.º General do Rnº do algarve; e de outra parte M.ª Joze/
 da Silva mestre de obras m.º no bairro da cotovia; E logo por elles p.ºs foi ditto/
 que por escritura de contrato, continuada na nota de my Tab.º em sete de Outrº/
 de mil e setecentos e sincoenta e sete se ajustou e obrigou elle mestre M.ª Joze da/
 Silva, a concertar e reedificar o Palacio do d.º Dom Rodrº Antº de Norª cito nesta ci/
 d.ª na Cotovia, pondo o no seo antigo estado, e isto por preço certo de quinze mil cruz.º/
 por conta dos quais recebeo Logo ao fazer da mesma escritura nove centos e sessenta /
 mil rs. e Logo pouco tempo depois mais duzentos e quar.ª mil rs. de q. passou recibo/
 com os quais se completarão ...mil cruzados, que ficou recebendo adiantadamente/
 e se lhe prometerão dar dous mil cruzados pellas rendas da d.ª adeministração tanto q./
 os ouvesse no cofre, os quais ainda se lhe não pagarão; E que os des mil cruzados restantes os
 cobraria elle mestre pella renda das mesmas cazas, e pello que produzice/
 a terra contigua que se havia reduzir a foros e Prazos miudos, que huá e outra/
 couza lhe fiava concinado para o pagam.º dos d.ºs des mil cruzados, como tudo/
 consta da sobred.ª escritura de contrato a que se referem; e declara elle/
 Mestre que por conta dos ditos des mil cruzados, tem ja recebido da Meza do/
 Bem Comum do Comercio que rezide nas mesmas cazas, por conta do alu/

(folha 45 verso)

aluguel dellas, por huá ves hum conto e seis centos mil rs, e por outra ves trez.ºs/
 mil rs. de q. passou recibos; e por este modo se lhe resta a dever dous contos e cem mil rs/
 q. na forma da d.ª escritura deve haver e cobrar pellos alugueres das d.ªs cazas, e foros e ren/
 dim.º da d.ª terra contigua; e isto alem dos dous mil cruzados que se lhe concinára/
 no cofre da administração e que ainda se lhe não pagarão; e por isso declararão e/
 lles p.ºs nos nomes que representam que se estes tais dous mil cruz.ºs concinados/
 no cofre da adeministração não forem com efeito pagos a elle mestre pello dito/
 cofre, ou por qualq.º outro modo athe o são João do anno de mil e sete centos e/
 sessenta e hum, vencerá elle mestre dahi em diante Juros delles a rezão de sinco/
 por cento ao anno, athe real entrega, e será pago dos Juros e pr.ª pellas mesmas concina/
 coins asima referidas, Logo depois de extintas a outra parcella dos dous con/
 tos e cem mil rs que ainda se lhe dá procuração em cauza propria, e se há nesta p.ºe por de/
 clarada a d.ª escrit.ª de contrato, q. em tudo o mais fica em seo vigor. Outro/
 sim dicerão elles p.ºs que o concerto ou reedificação do d.º Palácio se acha ja acabada e/
 que nella ouvera algú excesso de obra que se devia satisfazer a elle mestre; E porq.º/
 o d.º Palacio, se compoem de tres faces, huá pr.ª o Nacente, outra prª o Poente, e outra prª/
 o Sul, e para ficar quadrado, e fexar em redondo, pertende o d.º Senh.º se lhe acrecente/
 o quarto que lhe falta, e deve fazer face p.ª a banda do Norte e quazi poente, estão a/
 justados em que elle d.º mestre M.ª Joze faça, como com efeito se obriga fazer Logo de/
 novo o d.º novo quarto com o qual fique fexado em quadro o d.º Palacio, na forma do/
 risco do Arquitecto Eugenio dos santos; concorrendo elle mestre com toda a despeza/
 de Materiais e Jornais, e sendo as Janellas e portas como as do quarto q. fas face/
 p.ª a rua do Pombal; e que toda esta obra do d.º quarto novo, se obriga elle Mestre/
 fazer, por preço certo de oito mil cruzados, em cuja quantia entra o excesso de o-/
 bra, feita na reedificação dos outros quartos, por estarem asim ajustados; E que des/
 tes oito mil cruzados será elle mestre pago pellas mesmas concinações de todo/
 o rendim.º do mesmo Palacio, e dos foros e mais rendim.ºs da terra contigua ao mesmo/
 Palacio, de sorte que tanto que pellas d.ªs concinações estiver elle mestre pago da/
 importancia que se lhe está restando da reedificação do d.º Palácio, continuará/
 na cobrança das mesmas concinações, para pagam.º dos oito mil cruzados da /
 obra deste novo contrato, para o que se lhe dá também procuração em cauza propria/
 e faculd.º de tomar posse e fazer penhora; e em testem.º de verd.º: asim o outorgarão/
 pedirão, e aseitaram e eu Tabellião por q.ºm toquar auz.ºe sendo testemunhas presentes/
 o Bacharel Victorino da silva Fr.º meo filho, e João caetano Alz Negrão, meo/

oficial papelista, que nesta nota asinarão com elles p.^{tes} a q.^m confeço serem os pro/
prios aqui contheudos, e eu Ant^o da Silva Freire Tab.^{ao} o escrevy = Intrelinhei = ao anno

Fr Caetano de S.^a Ignês
João Caetano Alz. Negrão

Manoel Joze da Silva
Victorino da Sylva Fr.^e

Documento 10 (Junta do Comércio, L^o 106)

(fl. 188)

Decreto, que baixou á Junta

Hey por bem nomear o Tenente Coronel /

Carlos Mardel para Architecto, e Director das Obras /
do Arsenal, Alfandegas, e Alinhamentos, e Prospectos das /
Ruas da Cidade de Lisboa, de que se achava encarregado /
o Capitam Eugenio dos Santos de Carvalho, fallecido. A /
Junta do Commercio destes Reinos, e seus Domínios /
tenha assim entendido, e faça observar. Palacio de Nos- /
sa Senhora da Ajuda, ao primeiro de setembro de mil /
settecentos e sessenta = Com a **Rúbrica de sua /**
Magestade.=

Documento 11 (Junta do Comércio, L^o 109)

(fl.145)

Decreto, que baixou á junta.

Hey por bem nomear o coronel de Infan- /
teria, em exercicio de Engenheiro, dom Mi- /
guel Angelo Blasco, para Architecto, e Direc- /
tor das Obras do Arsenal, e alfandegas, Ali- /
nhamentos, divizóens, e Prospectos das Ruas /
da Cidade de Lisboa, de que se achava encarrega- /
do o coronel Carlos Mardel, ultimamente /
falecido. A Junta do Commercio destes Rei- /
nos, e seus Domínios o tenha assim entendido, e /
faça observar. Palácio de Nossa Senhora da /
Ajuda, a nove de Setembro de mil settecentos /
sessenta e trez = Com a Rúbrica de S. Mag^e. =

Documento 12 (Junta do Comércio, L^o 106)

(fl.187v)

Avizo da Secretaria de Est^o

Sua Magestade manda remeter á Junta do /
Commercio destes Reinos, e seus Domínios a Copia do
Avizo, que se expedio ao Tenente Coronel Carlos Mardel, /
para mandar abrir a Rua, que desce do Campo do Curral pa- /
ra a Travessa da Bica do Desterro. **Deos G.^a a V.M.^a**
Paço a 31 de Agosto de 1760. = Conde de Oeyras. = /
Senhor Ignacio Pedro Quintella.=

Documento 13 (Junta do Comércio, L^o 106)

(fl 107)

Aviso da Secret^a da Junta

A Junta do Commercio destes reynos e seus

Domínios, sendo-lhe presente que para a Obra do Sualco, que /
se deve fazer no Alicerce da Igreja de Nossa Senhora do /
Carmo, se faz necessario Levantar hum Telheyro na Praça do /
Rocio; me ordena que faça a V. M^{te}. Avizo; para que, pela par- /
te que lhe toca, mande logo demarcar o terreno competente /
para o referido Telheyro, sinalando a parte em que, sem of- /
fença do estrocimento das Rúas, possa ser mais commoda á /
mesma Obra a vizinhança do sobredito Telheyro. D^{ta}. Gu^{ta}.
A V.M^{te}. Junta a 17 de Setembro de 1759. = João Luiz /
de Souza Sayão.= Sn^{ra}. Tenente Coronel Engenheyro Car- /
los Mardel.=

Ordem da Junta

O Mestre Manoel Martins tenha entendido /
O que ao Tenente Coronel Engenheiro, Carlos mardel se man- /
da fazer Avizo, para que faça demarcar o Terreno, em que
(fl. 107v)

se hade levantar o Telheyro na Praça do Rocio; para se /
lavrarem as Pedrarias necessarias no sualco que se deve /
fazer debaixo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo. E /
para que logo se dê principio á referida Obra, procurará o- /
mesmo Mestre saber a determinação do sobredito Tenen- /
te Coronel Engenheyro. Lix^a. A 17 de Setembro de 1759.= /
Assignada pelo Provedor , e Deputados da Junta.=

Avizo da Secr^a da Junta

Sua Magestade he servido, que VM^{te} mande lo- /
(fl. 139)

logo pôr prompto á ordem do tenente Coronel Carlos Mardel /
trez moyos de cal, trez Officiais de alvinéo, e trez Officiaiz
de Carpinteiro, para hum concerto, de que carece o Hospital.
Deos Guarde a V.M^{te}. Paço a 5 de Março de 1760.=
Conde de Oeyras.= Senhor Jozé francisco da Cruz.=

Documento 14 (Junta do Comércio, L^o 106)

(fl 53)

Edital da Junta.

Pela Junta do Commercio destes Reynos, e seus Dominios /
se ha-de arrematar na Caza da mesma Junta no dia Quinze do corrente, /
de tarde, a demolição da Igreja de Nossa senhora da Conceyção da Rua /
nova dos Ferros : Todas as Pessoas, que quizerem lançar no desmancho da /
referida Igreja, e suas Torrez, poderâm hir dar o seu Lanço, porque nesse /
dia se hade arrematar; fazendo por conta da Junta oz Aprestoz de Ma- /
deyras, cabos, e ferramentas necessarias, que se lhe faram promptas. Lx^a. /
a 13 de Março de 1759. = João Luiz de Souza Sayaó. =

Documento 15 (Junta do Comércio, L^o 106)

(fl 169v)

Avizo da Secretaria de Est^a.

Sua Magestade he servido, que a Jun- /
ta do Commercio destes Reynos, e Seus Domínios diexe ti- /
rar ao Mestre Jorge Rodriguez, todas as pedrarias do E- /
defficio, que está contiguo á Patriarchal, nas faces do seu A- /
dro, assim do exterior, como do interior, para se aproveitá-

rem na Obra, que o mesmo Senhor manda fazer no sitio /
de Bellem: Fazendo-se huma exacta rellação da que se
tirar, tanto da quantidade como da sua qualidade, a /
qual se remeterá por esta Secretaria de Estado. E Deos /
Guarde a V^{me}. Paço a 23 de Mayo de 1760.= Fran-/
cisco Xavier de Mendonça Furtado. = Senhor Provedor/
da Junta do Commercio destes Reynos, e seus Domínios.=

Ordem da Junta

O Mestre Manoel Martins dê cum-/
primento ás Ordens de sua Magestade, que se contem/
no Avizo da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino,/
de que se lhe remete a Cópia : E para fazer a relação do nume-/
ro, e qualidade das pedras, se nomêa Agostinho Thomaz,
a quem o mesmo Mestre avizará da parte desta Junta,
para executar esta Ordem na parte que lhe toca : E de tudo
dará conta a seu tempo. Lix^a a 7 de Julho de 1760.=
(fl. 182v)

Avizo da Secretarîa de Est^o

Sua Magestade he servido, que a Junta /
do Commercio destes Reinos, e seus Domínios deixe tirar ao /
Mestre Jorge Rodriguez, a Pedraria do desmancho do Edificio, /
que está contiguo á Patriarcal, para se conduzir para a Igreja /
de Nossa Senhora da Memoria, que o nosso **Senhor** manda fa- /
zer no Sitio de Belem : E que se entreguem ao dito Mestre Jor- /
ge Rodriguez as Madeyras, e Ferro do desmancho das Cazas de /
reserva, e suas anexas, para se pôr em arrecadação : Fazendo-se de /
tudo huma exacta Relação, tanto de quantidade, como de qua- /
lidade, que se remeterá por esta Secretarîa de Estado, na confor- /
midade do Avizo de 23. de Mayo do corrente anno. Deos Ge. /
a V.M^e. Paço a 21 de Agosto de 1760. = Francisco Xavier /
de Mendonça Furtado. = . Snór Ignacio Pedro Quintella. =

Avizo da Secretarîa da Junta

Sua Magestade foy servido ordenar á Junta do /
Commercio destes Reinos, e seus Domínios, por Avizo da Secreta- /
rîa de Estado dos Negocios do Reyno, que ao Mestre Jorge Ro- /
driguez se deixe tirar a Pedrarîa, que sahir do desmancho do /
Edificio, que está contiguo á Igreja arruinada da Patriar- /
cal, para servir em outra Obra, que se hade fazer no Sítio de /
Belem : E ordena outro sim, o mesmo **Senhor**, que ao /
(fl. 183)

ao referido Mestre se entreguem as Madeyras, e Ferro /
das Cazas de Reserva, e suas anexas, fazendo-se de tudo huma /
exacta rellação, tanto da quantidade, como da qualidade. A /
Junta manda participar a V.M^e. a noticia do referido Avizo, /
para que assim o cumpra pela parte, que lhe toca, sem embargo /
de quaesquer ordens em contrário; e nomeya a Agostinho Tho- /
maz para formar a relação, que remeterá a esta Secretarîa logo /
que estiver concluida, para o que V.Me. lhe participará esta /
mesma ordem. **Deos G^o. a V.M^e.** Junta em 22. de /
Agosto de 1760. = Joáo Luiz de Souza Sayaó. = Snór. /
Joáo Ferreyra Cangalhas. =

Documento 16

Construção do Bairro da Fábrica das Sedas

(24/4/1759)

Em nome de Deus amen saibão quantos este Instrum.^{to} de Contrato, e o/brigação virem, que no anno do nascimento de nosso Senhor Jezus Cristo de mil/ e sete centos e sincoenta e nove, aos vinte e quatro dias do mes de Abril do d.^o anno/ nesta cidade de Lx^a em casa da Real fabrica das sedas, estando ahi prez.^{tes}/ a saber. de hũa parte, os Directores da mesma Real fabrica M.^{el} Ferr.^a da Costa, Jo/ão rodrigues Montr.^o, Jozé Francisco da Crus, Anselmo Joze da Crus, e Robertto/ Godin; e de outra parte Jorge Rodrigues de Carvalho mestre de obras do off.^o de Pe/ dreiro, e Ant.^o Rodrigues Gil, mestre de obras do officio de Carpintr.^o moradores nes/ ta Cid.^a; E logo pellos ditos Directores da d.^a Real fabrica me foi aprez.^{do} hú Decre/ to de Sua Mag.^e cujo theor he o seguinte: Por Decreto de que baixa a copia fui/ servido mandar publicar o plano de hum Bairro na na vezinhança da real Fabri/ ca das Sedas, para habitação dos Fabricantes, e Estabelecim.^{to} de Theares do mesmo/ genero; e porque será justo e necess.^o que se dé exemplo á edificação do referido/ Bairro, fundandoce nelle por conta da mesma real fabrica as primeiras mo/ radas que tambem farão maes perceptivel a idea da Planta: Sou servido que7 nas ruas que fazem frente ao Portico, e largo das Agoas Livres, se mandem Le/ vantar sessenta edificios na forma do referido plano, e da planta das mesmas/ ruas que com este baixa assinada por Sebastião Joze de Carv.^o e Mello do / meo concelho, e Secretr.^o de Estado dos negocios do Rn.^o, fazendoce a despeza/ pello cofre da mesma Real fabrica, a que ficão pertencendo os novos edificios/ e o seo rendim.^{to}. Para a Ademenistração da referida obra nomeyo os Directo/ res da real fabrica das sedas, os quais terão Livre e independente disposição/ quanto a formalid.^e do ajuste com os Empreiteiros, e sendolhe necess.^o fazer/ demolir alguns edificios, ou dezempedir o referido terreno, poderão recorrer/ ao Dez.^{or} Pedro Gonçalves Cord.^o Pereira do meo concelho, que serve de reg.^{or}/ na forma do referido Decreto; a Meza da Direcção da Real fabrica das Sedas/ o faça assim executar com a brev.^e pocivel...Nossa Sr.^a da Ajuda a qua/ torze de março de mil e sete centos e sincoenta e nove = com a rubrica de El Rey/ Nosso Snór = Reg.^{do} no L.^a da Fabrica da seda a folhas vinte e duas = E tresllada / do o Concertey com o proprio a que me reporto, que torney a entregar aos ditos Directores q./ com efeito o receberão e se derão por entregues delle; E dicerão elles ditos Directores que/ em observancia do d.^o Real decreto, estavam ajustados com elles Mestres Jorge Roiz/ de Carvalho, e Ant.^o Roiz Gil, em estes haverem de fazer quarenta das ditas moradas / de cazas, por preço de nove centos mil rs cada húa, concorrendo elles mestres com to/ dos os materiais e Jornais, e com as mais condiçõis e clauz.as seguintes = Que elles/ Mestres farão as ditas quarenta moradas de cazas, que hão de servir para Fa/

(folha 92)

Fabricantes de séda, na forma do risco que para este fim se fes, cada húa/ com suas cazas de familia, quintal, e cazas para officiais e aprendizes,/ tudo executado com o melhor material, tanto de pedr.^o como de carpin/ tr.^o na forma seg.^{ta} = obra de Pedr.^o = As paredes serão feitas nas cazas de/ pedra e cal, bem fabricadas, e será a alvenaria da Pedreira do Carvalhão nos/ fundamentos athe o vigam.^{to}, e do vigam.^{to} para sima deve ser Alvenaria/ Rija misturada com alguá molle de melhor qualid.^e, e em sima nas em/ penas das travessas, poderá ser tudo Alvenaria molle para fazer menos/ pezo; o mesmo nos muros que atraveção os quintais, os quais nos seos funda/ mentos devem ser de Alvenaria Rija, fabricadas com cal e areya, e os doze/ palmos q. fas a sua altura, podem ser fabricados com barro, e rebocados =/ Que a cal será de Alcantara da outra banda, ou do Estrangr.^o, a Areya da / banda de alem, sendo esta trapada com dous sestos de Areya, e hum de cal/ sem fazer outra qualid.^e de mistura, excepto nos alicerces, que encontrandoce/ boa qualid.^e de saibro se poderá trapaar para os mesmos hum cesto de areya,/

hum de saibro, e hum de cal = Que as paredes nas frontarias dos quatro La/
dos das cazas devem ser nos seos alicerces sinco palmos de groço e por si/
ma delles no andar baixo quatro palmos athe o vigam.¹⁰, e do vigam.¹⁰ p^a si/
ma athe a simalha tres palmos e meyo, como o risco explica; os alicerces/
das paredes Interiores que devidem as cazas, devem ter sinco palmos de/
alto, e tres palmos e meyo de grosso, e por sima dos alicerces athe o viga/
mento tres palmos, e do vigamento athe a empena dous palmos e meyo, e da/
empena athe o espigão dous palmos, ficando o mestre obrigado a abrir os/
alicerces em altura de sinco palmos, e deitar os entulhos fora, sendo no mes/
mo citio; e cazoque a má qualidade do terreno; ou irregularid.^e delle, fação/
necessr^o fundar mais para baixo, será o mestre satisfeito por isso con for/
me o seo valor; e para neviar, ou endireitar o terreno, se o Mestre fizer/
este trabalho será por isso atendido, como tãobem havendo acrescimo de/
obra lhe será medido e avaliado com atenção ao preço com que elles mestres/
tomão esta obra = Que os sobrearcos das Janellas, portas e Alvenarias serão fei/
tos de abobeda dobrada = Que as simalhas seraó feitas de Tijollo de boa quali/
dade, e correrá toda a roda dos quatro Lados como o risco o mostra = Que os/
cunhais serão de pedraria bastarda, Lavrado de picolla, asim à simalha para/
sima do cunhal será feita de pedra da mesma qualid.^e com o mesmo Lalvor, como/
tambem todos os lanceis das portas e janellas; nas frontarias principais deve/
ser pedra bastarda Lavrada de picolla; os Lanceis das frontarias da parte dos quin=
taes deve ser de pedra moar com o mesmo Lavor, menos as portas das cazinhas nos/
quintais que Levão somente huá couseira de pedraria, e a verga da chaminé deve ser do mesmo/
Lancil, asentada em seos cachorros de pedraria tosca para cobrir de cal, e as suas/
Lareiras de pedra ordinaria = Que as cozinhas serão ladrilhadas de tijollo rebatido/
escacilhados; os frontais serão cheios com huá fiada de pedra molle, outra de tijollo/
Que os tilhados serão Mouriscados e de boa telha = Que os muros dos quin/
taes serão de pedra e barro, embasados, e rebocados com cal, e terão de grosura/
dous palmos e meyo, e doze palmos de alto, incluindo o seo espigão = Que/
as Janellas das Loges levarão acentos de pedraria, e as do andar de sima/
serão resgadas sem acentos, e os peitoris serão de Lansil ordinario =/

(folha 92 verso)

Que os frontais serão asentados os paus de plumo em suas mexas de Alvenaria/
sentadas em massames = Que todas as ombreiras Levarão seos gatos de ferro ordi-/
nario, e nos peitos das Janellas resgadas taóben Levarão seos gatos = Obra de carpintr^o/
= Que os Madeiramentos serão de Madr^a de Castanho aplainada de boa grosura/
em atenção ao grande vão em que emmadeirão, e deve ser feita em forma de Espega/
tto como mostra o risco; este madeiram.¹⁰ Levará frxais de viga de Flandres de palmo/
e meyo quarteados e de mayor comprimento, menos de sessenta e quatro palmos/
de comprim.¹⁰, para apanhar dous váons de cazas; nos topos devem ser curvados,/
em sima huá chapa de ferro pregada de sinco palmos de comprido p.^a segurar am/
bas; o frechal entre as paredes deve ser de madr^a de Carvalho da terra em dentado/
a segurança de chavetas, e cruzetão de Ferro = Que o Guardapó será de Madr^a de Flan/
dres Serrado ao meyo, chanfrado e aplainado, a ripa tãobem de Flandres, e tres /
sintas de taboado tosco por cada lado, huá no ponto, outra no Meyo, e outra nos/
barbates, e haverá hum páo de fileira de Madr^a de Flandres serrado asim = Que/
os vigamentos serão de vigas de palmo e meyo pouco mais ou menos, quartiadas/
como tãobem as pernas das escadas e cadeas por baixo do vigam.¹⁰; nas partes on/
de forem frontais que apanhem o vigam.to atravessado, levará húns Barrotes/
de viga serrada anove, em que peguem os paus de plumo dos frontais, os quais/
haó de ser quinze de Madr^a da terra, em mexados em suas pedras, que p.^a isso se/
haó depór, e a mais madr^a dos frontais poderá ser da terra = Que as cazas dos/
thiares, haó de ser asoalhadas com madr^a pursa, ou outra de semelhantes/
grosuras, e Larguras sendo de Flandres, e o andar das Loges poderá ser aso/
alhado com madr^a de Flandres de outra qualid.^e, não sendo sapia, ou de Ta/
boado ordinario; e o barrotado por baxo do d.^o asoalhado será de pinho da/

terra = Que as portas da rua da frontaria haó de ser de postigo feitas de/
 Madrª de casquinha dobrada, com as ferragens porporcionadas a ellas, e/
 com boas fechaduras; as portas que saem para os quintais, e as das cazinhas/
 dos mesmos quintais e todos os mais interiores, e janellas haó de ser de calhas/
 e aonde ouver pedraria serão os caxilhos de madrª dobrada, e nos caxilhos/
 das janellas sinco perafuzos, e nos das portas dous, e dous cancos de chumbar/
 tudocom as suas ferragéns, proporcionadas a cada huá das referidas couzas/
 e com trancas de dous palhetões nas janellas, sendo tudo de Madrª de Flandres/
 Que os Almarios que se haó de fazer, que saó os que na planta se mostra haó/
 de ser de quatro meyas portas, cada huá com seos repartimentos de parteleiras/
 e os das cazas dos theares haó de ser forrados, e na mesma caza dos theares, hade/
 haver suas grades de balaustres para amparo da boca da escada = Que nas /
 Janellas das cazas dos Fabricantes haverá caixilhos com repartimentos como/
 de vidraça Ingleza para papel, e nas janellas da frontaria pr.^{al} do Pavimento/
 de baxo haverá jeloizias com suas bandr.^{as}, e taboa de abrir com seos curvos/
 e folha de Flandres por sima = Que os portais das cozinhas asim das portas como/
 das janellas serão de Madrª de Flandres aplainada; isto se entende nas cozi-/
 nhas dos quintais = Que as cazas de baxo serão todas forradas com ferro de /
 bruado emcabeiradas as duas de fora, e as mais a topar com as suas abas/

(folha 93)

abas = Que o madeiram.^{io} das cozinhas dos quintais seraõ de trochas de Ma/
 drª de Flandres, plainada, serrada a doze e goardapó plainado = Que/
 todas as referidas condiçõis serão elles mestres obrigados, a observar exacta/
 mente, e em tudo seguir o risco que fica em poder delles Mestres, asinado por/
 elles, e pellos ditos Directores, e pello thenente cor.^{al} carlos Mardel Arquitecto das/
 Reais obras de S. Mg.^o, e havendo alguá duvida, não devem elles Mestres fa/
 zer couza alguá sem dar parte ao d.^o Carlos Mardel como Inspector, Director/
 Arquitecto da d.^a obra, para elle decidir o que for mais conviniente; e no/
 cazo que elles Mestres fação alguá couza mal executada, ou contra o risco/
 deverão elles Mestres desmanchar e refazer tudo à suacusta = Que elles/
 Mestres se obrigão a fazer na forma referida, cada huá das d.^{as} profições/
 mencionadas neste ajuste e contrato trinta e seis contos de reis, e por conta/
 delles, Logo ahy perante mym Tab.^{no} e de testm.^{as} abaxo nomeadas, contarão e re/
 ceberão elles mestres Jorge Roiz de Carvalho e Ant.^o Roiz Gil da mão dos ditos /
Directores trinta e seis contos, digo treze contos e trezentos mil rs em moedas /
 de ouro correntes neste Rn.^o, sem erro, nem falta, de que eu Tab.^{no} dou minha/
 fee, e de q. elles mestres dão quitação á dita Real fabrica da seda. E que/
 dos vinte e dous contos e sete centos mil rs restantes vencerão elles mestres/
 juros de sinco por cento contados dos dias em que forem entregando as chaves/
 de cada huá das d.^{as} moradas despois de acabadas; cuja entregas de chaves/
 farão aós directores da d.^a Real fabrica, digo depois de acabadas; bem en/
 tendido, que asim que se for acabando qualquer das d.^{as} propried.^{as} hirão e/
 lles mestres entregando as chaves dellas aos Directores da d.^a Real Fabrica/
 que de as receberem lhe passarão clareza; E que despois de feitas aquellas/
 propried.^{as} respectivas ao dr.^o que agora recebem adiantadamente da importan/
 cia das outras he que haó de vencer juros, principiados a contar do dia em que/
 forem entregando as chaves da cada huá das tais propried.^{as} de cazas; e á satisfação dos/
 ditos juros e pr.^{al} obrigão elles Directores todos os bens e rendas presentes e futu/
 ros da d.^a Real fabrica, e por especial Iputheca fiquem derogando a geral /
 obrigação dos mais béns e rendas da d.^a Real fabrica; e poderão elles Mestres/
 se quizerem para sua mayorsegurança fazer julgar esta escritura por/
 snn.^{as} e em virtude della fazerem penhora e a presença nas d.^{as} Iputhecas, que p.^o/
 tudo se necessr.^o he se dão elles Directores desde logo por citados = Que as moradas/
 de cazas que fizerem frente para a Praça dos arcos da Agoa Livre hão de fi-/
 car precisamente acabadas athe o Natal prox.^o deste prez.^o anno, e as mais com a mais pocivel/
 brevd.^o e sem demora = Que ao comprimento deste contrato, elles mestres pe/

llo que lhes toca comprir obrigação suas pessoas e todos os bens moveis e de raiz/
prezentes e futuros, e isto ambos juntos e cada hum per sy, e cada hum por am/

(folha 93 verso)

por ambos; e em test.^o da verd.^e asim o outorgarão, pedirão, e aceitarão e eu Tab.^{so} por q.^{em}/
toquar auz.^{te} e declaro que esta se outorgou e asinou aos vinte e sinco do d.^o mes de A-/
bril, sendo test.^{as} prezentes Bento Ferreira de Souza, e Ant.^o Gomes Ribr.^o assist.^{es} na mes/
ma caza da Real fabrica das sedas, que nesta nota asinarão com elles p.^{tes} a q.^m co/
nheço e eu Ant.^o da Silva Fr.^e Tab.^{so} o escrevy = Intrelinhei = precizamente

João Roíz Montr.^o
Manoel Ferr.^a da Costa
Anselmo Joze da Cruz

Jorge Roíz de Carvalho

Bento Ferr.^a de Sousa

Joze Fran.^{co} da Cruz
Roberto Godin

Ant.^o Roiz Gil

Ant.^o Gomes Ribr.^o

Análise de alguma documentação inédita sobre a Lisboa pós-terramoto Organização do trabalho, técnicas e materiais

V. CÓIAS E SILVA

1. Introdução

As investigações da Arq.^a Teresa Campos Coelho sobre a construção pombalina, trouxeram à luz do dia alguns contratos notariais de empreitadas realizadas pouco depois do terramoto de 1755.

A análise desses contratos, do ponto de vista do engenheiro civil, permite, entre outras coisas, reconstituir diversos aspectos do acto de construir e presta-se a algumas breves observações e reflexões.

Se se retroceder no tempo ainda mais que os quase duzentos e cinquenta anos que entretanto passaram, esses contratos ajudam a fixar um instante da evolução do acto de construir em Portugal, ao longo do milénio que agora termina.

Reconstituir essa evolução tem para os construtores de hoje um valor que ultrapassa a simples satisfação da curiosidade: conhecer as construções antigas possibilita aos actuais construtores, nados e criados sob a *ditadura do betão*, fazer um melhor trabalho quando são chamados a intervir nesse vetusto edifício. É que o betão armado, cuja patente foi registada em Portugal apenas em 1896 e não ganhou foros senão nos anos trinta, pouco ou nada tem a ver com as construções antigas. A sua utilização em reforços e alterações tem de ser cuidadosamente ponderada, mesmo que seja tolerável a agressão à autenticidade que, inevitavelmente, ela representa. Três razões principais concorrem para que assim deva ser:



Fig. 1 – Catedral de Noto, Itália, acidente de 1996: a substituição de um piso de madeira por uma laje de betão, contribuiu para agravar os efeitos do acidente provocado pela cedência de uma coluna de alvenaria [Crocì, 1998]

A) O módulo de elasticidade do betão é cerca de trinta vezes superior ao das alvenarias correntes em Portugal [Silva e Soares, 1997]. A grande rigidez dos elementos construídos com o novo material, enxertados no antigo tecido construtivo, pode trazer graves distorções ao comportamento estrutural (Fig. 1);

B) O peso específico do betão chega a ser três vezes o da madeira. Dado que, para os mesmos vãos, as secções de betão armado têm de ser maiores que as de madeira, o acréscimo de massa quando se substitui por betão armado uma cobertura ou um piso de madeira, pode facilmente atingir *quatro ou cinco vezes* o valor original. Este acréscimo de massa origina um aumento proporcional das forças sísmicas;

C) Finalmente, os cortes e demolições que é preciso fazer no antigo tecido murário para nele introduzir os elementos que constituem a prótese cimentícia, tornam a intervenção em obra demasiado traumática, acabando, muitas vezes, por enfraquecer a construção em vez de a reforçar.

Apresentam-se, no Quadro I, alguns dados que ajudam a situar os dez contratos em apreço. Trata-se de três contratos de reconstrução de edifícios existentes e de outros sete de construção nova, entre os quais avulta o contrato da construção da Praça do Comércio.

Quadro I – Dez contratos de construção nova e reabilitação após o sismo de 1755

Design.	Data	Cliente	Construtor	Valor	Obs.
Obras de reparação e reconstrução no Mosteiro de Chellas	1756.08.21	Mosteiro de Chellas	Jozé Antunes, mestre do Ofício de Pedreiro	16 000 cruzados	Foram introduzidas Linhas de ferro"
Obras de reparação e reconstrução numa casa às Olarias	1756.08.28	Francisco de Novais Quezado Pimentel de Faria e Cerveira	José Gonçalves, mestre pedreiro		Foram introduzidas Linhas de ferro"
Edificação de casas na R. N.S. dos Remédios, com 30 pal. de frente e 109 de fundo	1758.08.27	João da Cunha Soares, calafate	Eusébio Gomes da Cruz, mestre carpinteiro	260 000 réis	Alicerces já abertos
Construção de 40 moradas de casas no Bairro da Fábrica da Seda	1759.04.24	Real Fábrica da Seda	José Rodrigues de Carvalho, mestre do obras de ofício de pedreiro e António Rodrigues Gil, mestre de obras de ofício de carpinteiro	900 000 réis cada uma	
Construção de 20 moradas de casas no Bairro da Fábrica da Seda	1759.04.25	Real Fábrica da Seda	Joaquim José dos Reis mestre de obras do ofício de carpinteiro e Estêvão da Silva, mestre de obras do ofício de pedreiro	900 000 réis cada uma	
Construção de 7 moradas de casas	1759.05.10	João Lopes da Silveira	Francisco da Silva e Manuel Rapozo, ambos mestres pedreiros	260 000 réis cada uma	O D.O. põe os materiais
Obra da Praça do Comércio	1759.06.26	Junta do Comércio	Manuel Francisco de Sousa, mestre de obras de pedreiro e Caetano Jerónimo, mestre de obras de carpinteiro	À medição	A junta põe os materiais
Levantar de novo e pôr as casas como estavam antes		André da Silva São Payo	José Pereira, mestre pedreiro	500 000 réis	
Edificação de casas na R. S. João da Mata, com outra frente para a R. N.S. dos Remédios	1759.10.22	João Xavier Teles	Jacinto Izidoro, mestre carpinteiro e Mateus Soares Alva, mercador de madeiras	9 000 cruzados	
Construção nova à R. Augusta, com 44 pal. (9,7 m) de frente	1769.03.17	António Ribeiro da Silva	João Lopes Botelho, mestre carpinteiro	1 conto de réis	O D.O. põe todos os materiais

Os contratos, redigidos com grande minúcia, são celebrados perante o tabelião, “em nome de Deus, amen”, ao uso da época. Assinam-nos, da parte do Dono-da-Obra: fidalgos, mercadores, procuradores de instituições religiosas, os directores da Fábrica da Seda, ou a omnipresente Junta do Comércio e, da parte do empreiteiro, mestres pedreiros e mestres carpinteiros, solidariamente responsáveis.



Fig. 2
Última página do contrato da empreitada de construção da Praça do Comércio



Fig. 3
Casas da Fábrica da Seda; Fachada principal

A Fig. 3 mostra o aspecto que as construções apresentavam já neste século, e a Fig. 4 uma planta de localização da zona da Real Fábrica da Seda [Oliveira, V. M., 1998].

2. Regulamentação

A regulamentação geral seguida na construção é, ainda nos anos que precederam o terramoto, a correspondente às ordenações manuelinas [Oliveira, V. M., 1748].

Quanto à chamada “gaiola pombalina”, admite-se que a maior parte dos detalhes construtivos foram produzidos, depois do sismo, pelos mestres da Casa do Risco, habituados ao desenho das estruturas de madeira dos navios. Estes detalhes foram sendo comunicados aos construtores, provavelmente através de esboços que se perderam rapidamente nas obras [França, 1987]. Deram, entretanto, origem a um saber fazer que perdurou, embora sofrendo pronunciada degradação, até aos anos trinta deste século. Nas “avenidas novas” predominam, ainda hoje, edifícios de uma tipologia construtiva baseada no conceito pombalino, mas já muito aligeirado e adulterado, os “gaioleiros”, em que, em nome da pressa e da economia de materiais, o frontal tecido pombalino desapareceu.

Existem muitas referências a um possível texto regulamentar, da época, especificando a construção da gaiola, o seu dimensionamento e os processos construtivos a utilizar. A memória justificativa do Regulamento de Segurança das Construções contra os Sismos, de 1958, por exemplo, começa com uma curiosa referência ao *regulamento publicado a seguir ao terramoto de 1755*... No entanto, nenhum documento da época foi, até hoje, encontrado. Infelizmente, tudo leva a crêr que esse regulamento nunca existiu sob a forma escrita.

Cabe, assim, ao sismo de 1783, na Calábria, Itália, aparecer referido, na literatura especializada, como origem das primeiras regras técnicas para a construção anti-sísmica, com a adopção de paredes com estrutura de madeira e enchimento de pedra argamassada em vez de alvenaria terrosa. Este sistema inspira-se, no entanto, no sistema construtivo pombalino, já então muito divulgado (veja-se o texto de Carrière, referido mais adiante). Tal é, de resto, reconhecido, por exemplo, por Barucci [Barucci, 1993].

3. O acto de construir e os seus agentes

3.1 Antecedentes

Nos séculos XV e XVI, [Viterbo, 1902], mestres de obras actuando por si ou sociedades de mestres pedreiros e carpinteiros, arrematavam as empreitadas *postas em pregão*, arregimentavam, a seguir, oficiais, aprendizes e escravos, muniam-se das necessárias *achegas* (materiais) e executavam, depois, as obras, segundo a *traça*, o *debuxo* e os *apontamentos* saídos das mãos do arquitecto ou que eles próprios elaboravam.

Do lado do Dono-da-Obra, aparecem referências aos cargos de *Almoxarife*, *Escrivão* e *Homem das obras*, sob a supervisão, sobretudo em obras importantes (por exemplo, todos os trabalhos nos paços reais), de um *Provedor de Obras*. Os palácios e outras construções importantes tinham, em permanência, mestres encarregados da sua manutenção (*caseiros* ou *panceiros*). Por exemplo o adiante mencionado Pero Fernandez de Torres era nomeado, em 1597, mestre de obras do convento de Cristo de Tomar, com a incumbência de nele residir quando decorressem obras e de o visitar, quando não houvesse obras, três vezes por ano.

Os operários eram, normalmente, pagos *ao jornal* e os trabalhos eram, por seu turno, pagos aos mestres empreiteiros em prestações consoante o desenvolvimento da obra. Muitas vezes, como no caso das obras da Praça do Comércio, os pagamentos eram feitos com base na intervenção de *medidores* e *vedores*.

Para facilitar a execução das obras podiam ser passadas aos empreiteiros cartas de privilégio que lhes conferiam direitos excepcionais, como, por exemplo, o *privilégio de bois e bestas*.



Fig. 4 – Casas da Fábrica da Seda; Localização

As obras de *reparo* (reparação), *reforma*ção (recuperação) ou *fortificação* (reforço) ficavam a cargo dos mesmos mestres, e as técnicas utilizadas eram as mesmas da construção original.

Nas pontes, após grandes enxurradas, eram feitas obras de *corregimento* e *cerramento dos boqueirões*.

As intervenções mais importantes eram objecto uma inspecção prévia e da elaboração de um projecto de reparação:

“Ev ElRey faço saber... que por as invernadas passadas derrubarem parte da ponte da villa de Olivença e ser necessario concertarse por não vir a ser o dano maior, mandei a Pero Fernandez de Torres, mestre das minhas obras, que fosse ver a dita ponte e fizesse traça do concerto que lhe parecesse necessario para ficar segura, e conforme a ella se por em pregão a dita obra...”

Ao edifício debilitado por um sismo ou por cedência das fundações podiam ser acrescentados *bota-reos* (contrafortes) ou arcos, tamponados alguns dos vãos ou, ainda, instaladas *linhas de ferro* (tirantes).

3.2 A construção no pós-terramoto

Duzentos anos volvidos, no século XVIII, o acto de construir não tinha sofrido grandes alterações. As obras correntes eram entregues a *mestres empreiteiros*, *mestres de obras*, ou a sociedades de um *mestre pedreiro* e um *mestre carpinteiro* (de casas).

Um mestre empreiteiro podia, sobretudo em obras importantes, contratar os serviços de vários empreiteiros.

Os projectos das construções correntes eram feitos pelos próprios mestres, que tinham o conhecimento do *risco*, só intervindo os arquitectos em obras de maior importância.

Por esta altura, os engenheiros militares (que não os havia ainda “civis”)¹, eram frequentemente chamados a fazer levantamentos e medições e, mesmo, a desenhar plantas de construções religiosas.

Carrière, dando conta das impressões recolhidas durante uma viagem a este país [Carrière, 1796], demonstra ceticismo em relação ao sistema construtivo adoptado na sequência do terramoto:

“Os Portugueses adoptaram um processo de construção que consideram como o mais conveniente à salvaguarda das suas casas dos abalos de terra. O conceito em que têm a excelência deste processo inspira-lhes uma completa segurança. Começam por construir uma estrutura das casas em madeira e cobrem-na depois de alvenaria. Julgam eles que, se a alvenaria derruir, a estrutura de madeira resistirá aos abalos e não ruirá. Mas a alvenaria ruindo, não poderá, ao cair, arrastar com ela qualquer troço da estrutura, ruindo o edifício? E não é também de temer que uma estrutura tão elevada não seja suficientemente resistente aos abalos violentos? Os entendidos que respondam.”

A *gaiola* é considerada uma inovação do urbanismo pombalino, surgida de forma empírica, quando se decidiu que os prédios teriam quatro andares e não os dois andares pretendidos inicialmente por Manuel da Maia (concepção que prevaleceu em Vila Real de Santo António). A autoria é atribuída, pela tradição oral, a Carlos Mardel, que teria realizado, no Terreiro do Paço, um ensaio sísmico da estrutura.

A tipologia estrutural pombalina tem inúmeros antecedentes em vários locais do mundo, embora as aplicações que chegam até nós possam ser ou não determinadas pela preocupação de resistir à acção dos sismos.

Os exemplos mais antigos encontram-se, sobretudo, em regiões de reduzida sismicidade: assim, nas regiões do norte da Europa de influência germânica, surge a pitoresca construção “fachwerk”, no norte da França as “colombages”, nas ilhas britânicas a construção “brick nogged”. As construções alemãs deste tipo, existentes, por exemplo, no Hesse e Baixa Saxónia, remontam ao séc. XIII, mas o sistema era tão eficiente que perdurou até meados do século XIX, ou seja, até ao advento do cimento e do betão.

Os exemplos em regiões de maior sismicidade chegam à actualidade por um processo de “selecção natural”. É o caso da construção tradicional anti-sísmica da Macedónia e da construção “Bondruk” da região balcânica [Sumanov, 1996].

O mesmo princípio tem sido encontrado noutras regiões mais longínquas, como o Tibete, onde são descritas as paredes de frontal “Dhajji-Dwari”.

4. Formação

4.1 Licenciados

Pode dizer-se que, tradicionalmente, as actividades de arquitectura e engenharia em Portugal são essencialmente militares, o que é reflectido pelo próprio ensino.

A primeira escola no âmbito da arquitectura, em Portugal, surge cerca de 1500, com o início do ensino de fortificação, nas instalações da casa da Mina e da Índia, transferido, uns cinquenta anos depois, para o Paço da Ribeira.

À data do terramoto, a antiga “Aula” tinha dado lugar, havia já um século, à Academia Militar da Corte, onde se formavam os arquitectos e os engenheiros.

Com o advento das grandes obras públicas do século XVIII, a profissão de arquitecto inicia, em Portugal, uma progressiva transferência para o sector civil, processo que já se encontra avançado à época da reconstrução pombalina. Nessa altura, as profissões de arquitecto e engenheiro encontram-se, no entanto, ainda personificadas nos mesmos agentes. Ao apresentar Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, Manuel da Maia refere-se a eles como engenheiros de profissão (entenda-se, militares), e *os primeiros* na arquitectura civil (entenda-se, talvez, os mais competentes).

Que liam os arquitectos/engenheiros por alturas do terramoto?

Uma boa ideia é a que resulta do inventário de livros feito por morte de Eugénio dos Santos e Carvalho, que tinha quarenta e quatro anos à data do terramoto e participou, durante mais cinco, no planeamento e arranque da reconstrução de Lisboa.

Da lista de cerca de 150 livros, constam as seguintes obras (mantém-se a grafia constante da lista publicada por Leonor Ferrão [Ferrão, 1994]):

Architecto Militar p. Medina Celi
 Escuela Militar de fortificacion
 Fortificação Moderna
 Engenheiro Portuguez
 Les Travaux de Mars
 Ingenieur françois p. Deidier
 Ataque et Defense des places p. Vauban
 Science des Ingenieurs par Belidor
 Architecture de Davila
 Arte y Uso de la Architectura
 Compendio de Carpenteria
 Parfait Ingenieur françois
 Teoria y Pratica de la fortificacion
 Architectura de Vitruvio
 Quatro primi Libri di Architectura
 Essay sur l'Architecture p. Laugier
 Architecture de Palladio
 Architecture de Vignole
 Architectura de Sebastien Cerlio
 Architectura di Montano
 Architecture de Philibert de L'Orme
 Architecture de Scamozzi
 Parallele d'architecture Ancienne et Moderne
 Architecture de Vitruve p. Perau
 Architectura e Palaci di Roma le piu Celebre
 Architectura di Galli Bibiana

Nota-se, nesta lista, a eventual falta de obras como:

Padre Guarino Guarini, *"Architettura Civile"*, 1737

Derand, François, *"L'Architecture des voûtes ou l'art des traits et coupes des voûtes"*, Nouv. Éd. Paris, A. Cailleau, 1743

Diderot, *"Encyclopedie"*, 1751-1780,

e, também, do já citado manual de Valério Martins de Oliveira *"Advertências aos modernos..."*, de 1748.

Mais tarde, mas ainda a tempo de dar uma idéia de como se trabalhava durante a reconstrução, aparecem obras como:

Mathias Ayres Ramos da Silva d'Eça, *"Problema de architectura civil; a saber: Porque os edificios antigos tem mais duração e resistem mais ao tremor de terra que os modernos?"*, Lisboa 1770. Tradução portuguesa de D'Antoni, por Cypriano José da Silva, de 1791.

Cointeraux, François, *"Architecture périodique ou Notice des travaux et approvisionnements que chancun peut faire ..."*, Paris, Impr. de Vezard & le Normant, 1792

Perronet *"Construire des Ponts..."*, séc. XVIII 1782-1789

Moreira, António José *"Regras de desenho para a delineação das plantas, perfis e perspectivas pertencentes à Architectura militar e civil..."* Lisboa, Typ. de J. da Silva, 1793.

4.2 Operários

Ao contrário da formação superior, a formação dos mestres pedreiros e carpinteiros, que, à altura da reconstrução pombalina, eram os executantes da maioria das obras, continuava a ser eminentemente prática, sendo estas profissões estruturadas (como muitas outras), nos três escalões de *aprendizes*, *oficiais* e *mestres*.

Estes profissionais encontravam-se, no entanto, filiados, desde longa data, em "bandeiras", uma espécie de grêmios ou confrarias, representadas, por seu turno, na instituição dos "Vinte e Quatro Mesteres". Os pedreiros e carpinteiros estavam organizados na confraria de S. José (a quem Valério Martins de Oliveira dedica o seu manual), e a sua bandeira ocupava o primeiro lugar nas procissões [Oliveira, E.F., 1889]. Esta bandeira existe ainda, encontrando-se no Museu da Cidade.

Os diferentes ofícios, ditos *mecânicos*, possuíam regimentos próprios, que fixavam tempos de aprendizagem, o modo como era feito o exame de passagem a oficial e o perfil que deviam possuir os candidatos. Estas organizações desapareceram na altura do liberalismo e não tiveram continuidade num movimento do género do "compagnonnage", que floresceu em França no século XIX. Este movimento, que promovia a excelência no exercício da profissão, integrava uma preocupação de formação dos operários e de socorros mútuos da classe.

Nesta altura, o mestre pedreiro não se limitava a construir, era, muitas vezes, reponsável pela concepção e, de mestre de obras, podia-se, nesta altura, evoluir para arquitecto. Ao invés, um *aprendiz* ou *pensionista* de arquitectura podia ser nomeado mestre de obras.

5. Materiais

O uso dos ligantes hidráulicos foi iniciado pelos romanos no século III com a descoberta das propriedades de certos materiais naturais como o *pulvis puteolanus*, dos estratos vulcânicos da região de Puteoli, em Itália, [De Camp, 1993] ou artificiais, como o pó de tijolo. O uso desses materiais, hoje designados por *pozolanas*, perdeu-se na idade média, e os portugueses desses tempos, apesar de deixarem obra durável em todas as partidas do mundo, não os utilizavam correntemente².

Francisco e Diogo de Arruda, por exemplo, em carta de Mazagão, datada de 31 de Maio de 1514, pediam ao rei D. Manuel que lhes fizesse chegar cal de qualidade: [Viterbo, 1902]:

"...Asy, senhor, que para vosa alteza fazer obra durauell convem que seja ao menos os alicerces de call de Purtugall e pera ser acabada na forma que vosa alteza ordenou mandenos dous mill moyos de call e faremos obra como compre ao seruicho de vosa alteza..."

A cal foi o grande ligante dos portugueses e é ela, sobretudo, que aparece nos escritos sobre construções. Mathias da Silva d'Eça, por exemplo, dá grande relevo à cal feita com o compacto liós, a melhor que se podia obter [Eça, 1770].

Por alturas do terramoto, o inglês John Smeaton [Watson, 1989], redescobre um ligante capaz de fazer presa debaixo de água, experimentando misturas de cal com uma pozolana, o “trass” importado da Holanda, que emprega, com sucesso, na construção do farol de Eddystone. A patente do equivalente ao actual *cimento Portland* só vem a ser registada em 1824, por outro inglês. Em Portugal, só em 1866 é instalada, no vale de Alcântara, a primeira fábrica de cimento.

A propósito de materiais, vale a pena consultar o tratado prático de Valério Martins de Oliveira: “Advertência aos modernos” [Oliveira, V.M., 1748].

Este autor cita os principais materiais utilizados em meados do século XVIII nos diferentes elementos construtivos.

Apresenta-se, no Quadro II, um resumo dessas descrições.

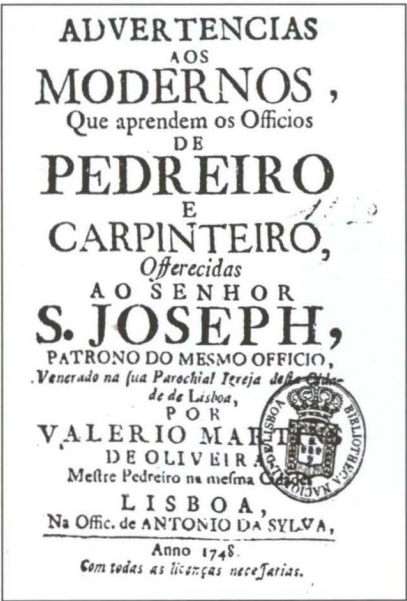


Fig. 5 – Frontispício do manual de Valério Martins de Oliveira

Quadro II – Principais materiais, no tratado de Valério Matins de Oliveira

Elemento	Material
Estacas de fundação, emersas	Carvalho ou oliveira
Estacas de fundação, imersas	Pinho da terra mansa
Abóboda	Tijolo
“Cunhaes, Pedestais, Pilares, Batareus, Enxalsos ou Sobre-arcos, Forros e Abobedas”	Enxilharia
“Simalhas, Frizos, Alquitravas, Capiteis, Bases, Envasamentos, Pilares, Faixas e Degraus”	Pedraria
“Lages”	
Paredes	Pedra e cal, alvenaria seca, de adobes, de taipa ou entulhos e caboucos
Paredes em “tabique de jeço”	Gesso
Paredes em “frontal de alvenaria”	Alvenaria de tijolo
Paredes em “tabique de fasquiado”	Guarnecidos de cal ou de estuque
Arco	Tijolo, pedra

Os contratos das casas da Fábrica da Seda contêm, eles próprios, indicações quanto aos materiais prescritos, que se apresentam no Quadro III.

Quadro III – Materiais mencionados nos contratos das casas da Fábrica da Seda

Elemento	Material
Paredes até ao vigamento	Pedra e cal, alvenaria de pedra da Pedreira do Carvalhão
Paredes, do vigamento para cima	Alvenaria rija misturada com alguma molle
Rebocos	Cal e areia. “Cal de Alcantara da outra banda, ou do Estrangeiro, a Areya da banda de alem, traçada com dous sestos de Areya, e hum de cal”
Cunhais	Pedraria bastarda lavrado de picolla
Frontais	Paus de prumo
Ombreiras	Gateadas com gatos de ferro
Madeiramentos	Castanho
Frechais	Viga de Flandres
Frechais entre as paredes	Carvalho da terra
Vigamentos	Vigas de palmo e meio quarteadas

O já mencionado vale de Alcântara, também referido neste quadro, agrupa, na altura do terramoto, um importante conjunto de indústrias, incluindo um grande número de fornos de cal. Esta actividade cresce ainda mais após o sismo, estimulada pelas exigências da reconstrução da cidade. Guilherme Stephens, por exemplo, requiere, em 1756, licença para construir uma nova fábrica de cal, com dezasseis fornos [Oliveira, G.B., 1995]. Os fornos existentes no vale eram alimentados de bom liós das pedreiras existentes nas cercanias e recebiam, por via fluvial, os tojos e as lenhas procedentes do Ribatejo. Também na zona de Oeiras e Paço de Arcos se explorava, no pós-terramoto, o liós para a construção e para o fabrico de cal, materiais que eram transportados para Lisboa por barco.

6. Tecnologia construtiva

6.1 Recuperação de construções existentes

Para além das grandes demolições feitas sobretudo na zona de intervenção do novo plano de reconstrução (a actual “Baixa Pombalina”), as primeiras intervenções foram no sentido de *apontoar* (escorar), as construções enfraquecidas pelo sismo para permitir a circulação e os trabalhos com um mínimo de segurança.



Fig. 6 – Ruínas da Casa da Ópera.
Notem-se os escoramentos do lado direito

A Fig. 6 mostra o que restou da Casa da Ópera, a seguir ao sismo de 1755. Nota-se que algumas das paredes se apresentam escoradas.

O contrato das obras a realizar no Mosteiro de Chelas, celebrado em 21 de Agosto de 1756 (ver Quadro I), é elucidativo das técnicas de reabilitação estrutural postas em prática no pós-terramoto: são referidas actividades como:

*... fazer uma parede q. se acha arruinada do ponto dos arcos para cima...
... consertar alguns pedassos de paredes e algumas janelas de pedraria q. se achão arruinadas...
... meter umas linhas de ferro nos topos do dito Coro...
... os madeiramentos feitos de novo...
... fazer hum campanario de madeira.. por estar o outro arruinado...
... reparar o Noviciado abaichando mais as paredes das q. se achão arruinadas...*

O contrato de empreitada de uma casa às Olarias, celebrado em 28 do mesmo mês e ano, cita actividades como:

*...telhados todos novos...
...tapar e consertar todas as rachas...
...encher e endireitar os frontais...
...desmanchar e fazer de novo o bocado de parede athe a ultima racha...
...desmanchar a parede athe ao ultimo sobrado da p.e da rua, endireitandosse vergas, e ombreiras, e grossos da parede q. necessario forem para segurança e firmamento de hum frontal...
...meter as linhas de ferro q. o senhorio quizer ...
“de forma q. tudo por dentro e por fora fique muito bem feito e bem reparado e forte, e seguro...”*

Também, por aqui, se verifica que a construção era reabilitada estruturalmente desmanchando e fazendo de novo ou construindo elementos adicionais de material idêntico ao original, usando, possivelmente, uma técnica que os italianos designam por “*scuci-cuci*” (descose e cose). Apenas surgem, como elementos diversos dos materiais tradicionais, as *linhas de ferro*, ou tirantes.

A madeira é, nas construções antigas portuguesas, o segundo material estrutural. Até à vulgarização do betão armado, os pisos e as coberturas eram, nos edifícios correntes, construídos neste material.

As intervenções de reabilitação eram feitas por substituição das peças deterioradas, recorrendo, por vezes a elementos de ferro. Uma estrutura bem concebida deveria possuir uniões que permitissem a substituição parcial, sem necessidade de desmontar toda a estrutura para eliminar os elementos deteriorados.

Alvernaria e carpintaria eram, assim, as artes fundamentais da estrutura das construções portuguesas antigas, desde o século XVI até à vulgarização do betão armado.

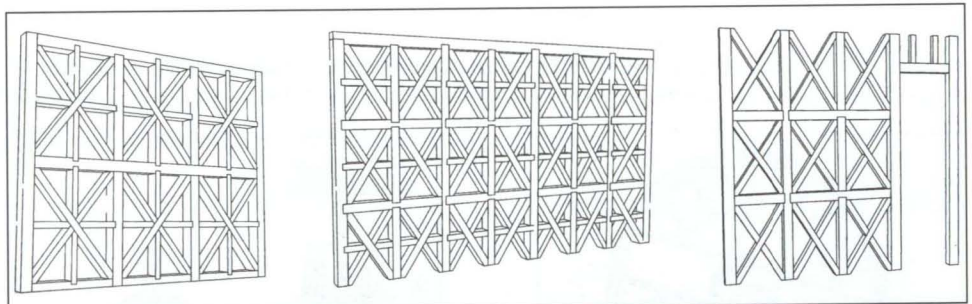
Os contratos de construções novas e de reabilitação de construções danificadas pelo terramoto de 1755 atestam-no com clareza, como mostram os exemplos resumidos no Quadro II e no Quadro III.

6.1.1 Construção nova “anti-sísmica”

Na zona que hoje se designa por “Baixa Pombalina” as antigas construções foram demolidas, o traçado dos arruamentos redesenhado, e surgiu um edificado totalmente novo. A descrição dos vários aspectos

Fig. 7

Três disposições de paredes em gaiola. Note-se a continuidade das diagonais, em fiadas alternadas



construtivos e estruturais dos novos edifícios foi objecto de outras publicações e de um vídeo [Oz, 1995].

Em aditamento ao mencionado no Quadro III, a Fig. 7 mostra os três tipos de frontal encontrados, e a Fig. 8 a disposição do gateamento das ombreiras e os diversos dispositivos de ligação madeira/alvenaria e de confinamento desta última.

Note-se, no entanto, que as casas da Fábrica da Seda são construções pouco importantes, logo, as disposições construtivas “anti-sísmicas” não teriam a mesma expressão que nos edifícios, de maior porte, da Baixa Pombalina.

7. Equipamentos

Os equipamentos utilizados na construção não variaram muito ao longo dos séculos que precederam a época em estudo.

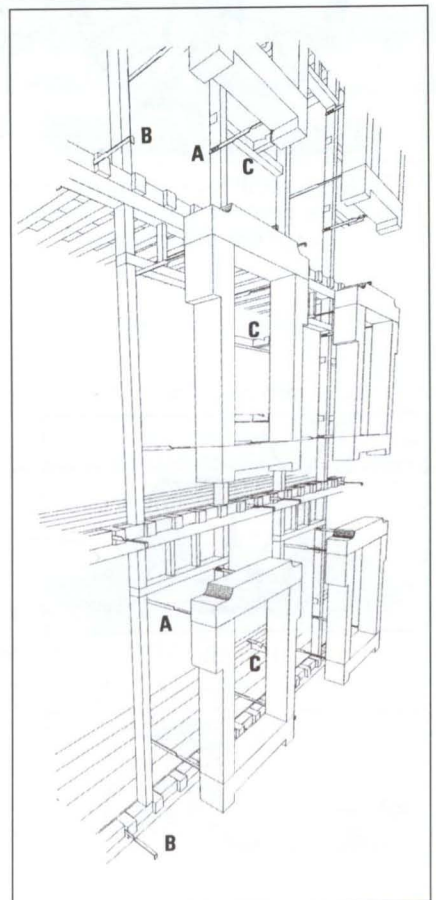
Tratava-se, sobretudo, de engenhos construídos por carpinteiros, alguns dos quais chegaram quase até aos nossos dias. A Fig.

Fig. 8 – Disposição de sistema de gateamento metálico (a alvenaria é suposta invisível, para melhor compreensão das ligações):

A – Entre prumos de guarnecimento interior dos nembos e as cantarias de guarnecimento dos vãos;

B – Entre os pavimentos de madeira e a alvenaria.

A figura representa, também, as “mãos”, “C”, peças de madeira de ligação entre o guarnecimento interior dos nembos e a alvenaria.



10, reproduzida do livro do tenente Luiz Augusto Leitão, [Leitão,1896], mostra alguns equipamentos ainda utilizados nessa altura (a par de outros de construção metálica, mais recentes), em obras de vulto.

A maior parte destes engenhos são em tudo idênticos aos minuciosamente desenhados no livro de gravuras de J.R. Perronet, cerca de um século antes, ou aos das gravuras da versão de Vitrúvio por Perrault, recuando mais um século [Presses Ponts et Chaussées, 1987].

Em iluminuras dos primeiros séculos do milénio (ver Fig. 9), ou, mesmo, em baixo-relevos romanos [De Camp, 1993], surgem figurações de alguns equipamentos que deles não diferem muito.

8. Conclusão

Os dez contratos de empreitada, trazidos a público após mais de dois séculos, foram pretexto para uma breve excursão no tempo, numa tentativa de ajudar a compreender como é que se construía de novo ou se recuperavam as construções em Lisboa, na esteira do grande sismo de 1755.

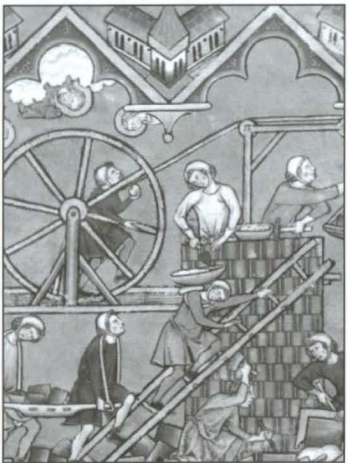
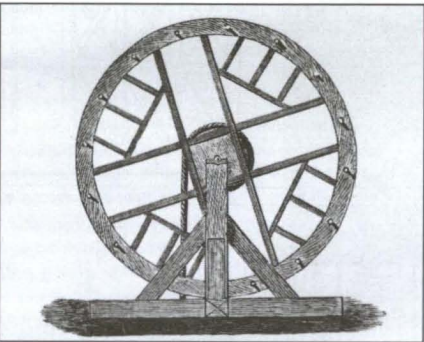
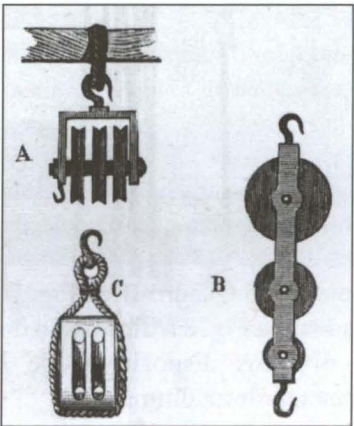


Fig. 9 – Técnicas e equipamentos numa iluminura do séc. XIII (?)

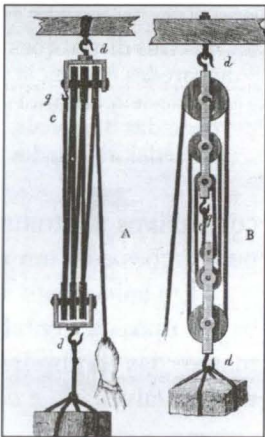
Fig. 10 – Diversos equipamentos utilizados na construção, reproduzidos do livro do tenente Luiz Augusto Leitão, [Leitão,1896].



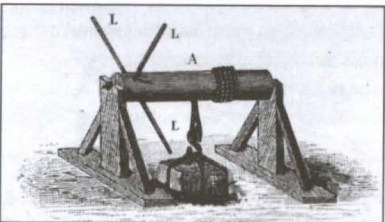
a) Roda (de cavilhas): o diâmetro ia até 6m, o que permitia levantar 1 000 kg com um só homem



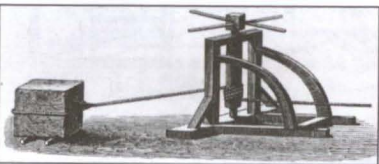
b) Cadernais



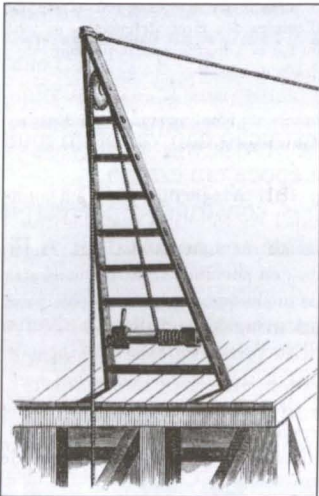
c) Estralheiras: o esforço é dividido pelo numero de cordões (6, na figura)



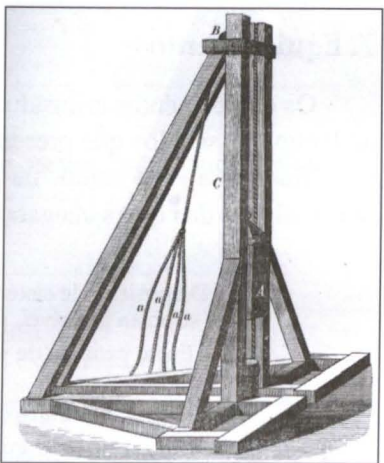
d) Sarilho



e) Cabrestante



f) Cábreá



g) Bate-estacas de tiradores

Os limitados meios tecnológicos então disponíveis levavam a que as intervenções em construções existentes fossem feitas com recurso às mesmas técnicas e materiais originais. Isso possibilitou a lenta consolidação do carácter daquilo que, para as actuais e futuras gerações, constitui um precioso património cultural.

O fenómeno “betão armado” alterou completamente este cenário, sobretudo a partir dos anos 30 do século que ora termina. Com ele, as intervenções não só se tornaram, muitas vezes, atentatórias da originalidade dos velhos edifícios e monumentos, como assumiram aspectos muito mais traumáticos, deixando, frequentemente, as construções com um prognóstico reservado face à possibilidade de ocorrência de outros abalos sísmicos intensos.

Conhecer as antigas tecnologias e materiais é um primeiro passo para o respeito e a salvaguarda do património arquitectónico e viabiliza uma mudança de atitude que, hoje, se torna urgente.

Cita-se, para concluir, a declaração de princípios do GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico:

“Sendo o património arquitectónico obra dos antigos mestres construtores, são os seus sucessores, os construtores de hoje, organizados em empresas devidamente estruturadas, quem está melhor posicionado para realizar, em obra, as intervenções necessárias para a sua conservação e restauro.

Estas intervenções não podem, no entanto, ser abordadas pelos métodos actualmente vulgarizados da Construção Civil e Obras Públicas, antes fazem apelo a um conjunto específico de disciplinas e a uma postura substancialmente diferente, envolvendo maior contenção, rigor e responsabilidade.”

As empresas que, hoje, se dedicam à conservação e restauro do património arquitectónico são as principais depositárias do “saber fazer” que ainda resta e que constitui, ele próprio, património cultural da sociedade. Justifica-se, portanto, a valorização do seu contributo.

NOTAS

¹ Só em 1797 é apresentado ao rei, por José Manuel de Carvalho Negreiros, um projecto de “Regulamento para o Real Corpo de Engenheiros Cíveis”

² A análise petrográfica feita sobre amostras de argamassa do forte português do Bahrain, revelou, no entanto, a existência na composição de cinzas vulcânicas, que poderiam ter a função de lhe conferir hidraulicidade [Silva, 1990].

9. Referências

- BARUCCI, C. – *Tecniche Costruttive Antisismiche Nell' Edilizia Storica della Calabria Meridionale*, Roma, ARCO - Manutenzione e Recupero Nella Città Storica, 1993
- CARRIÈRE, J. B. B. - *Panorama de Lisboa no ano de 1796*, Presidência do Conselho de Ministros, Secretaria de Estado da Cultura. Biblioteca Nacional, Lisboa, 1989
- CROCI, Giorgio – *The collapses occurred in the basilica of St. Francis of Assisi and in the cathedral of Noto*, CIMNE, Barcelona, 1998
- DE CAMP, L. S. – *The ancient engineers*. Barnes & Noble, New York, 1993
- EÇA, Mathias da Silva d' – *Problema de architettura civil*, Lisboa, 1770
- FERRÃO, Leonor – *A Real Obra de Nossa Senhora das Necessidades*, Quelzal Editores, Lisboa, 1994
- FRANÇA, José-Augusto – *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa, Bertrand Editora, 1987
- LEITÃO, Luiz Augusto – *Curso Elementar de Construções*. Arma de Engenharia. Lisboa, Imprensa Nacional, 1896
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de – *Elementos para a história do município de Lisboa*. Typographia Universal, Lisboa, 1889
- OLIVEIRA, Gil Brás de – *A indústria portuguesa do cimento*. Cimpor, Lisboa, 1995
- OLIVEIRA, Valerio Martins – *Advertência aos modernos, que aprendem os ofícios de Pedreiro e Carpinteiro*. Lisboa, 1748

- Oz, Lda. – *Baixa Pombalina – Modelo descritivo tridimensional da estrutura de um quarteirão* (Trabalho realizado para a Câmara Municipal de Lisboa) (Vídeo)
- PRESSES PONTS ET CHAUSSÉES – *Construire des Ponts au XVIIIe Siècle – L'oeuvre de Chaussées – J.R. Perronet* (fac-símile), Presses Ponts et Chaussées, Paris, 1987
- ROSSA, Walter – *Além da Baixa. Índícios de planeamento urbano na Lisboa setecentista*. Ministério da Cultura, IPPAR, 1998
- SILVA, V. Cóias – *Técnicas Avançadas de Apoio ao Diagnóstico em Patologia Estrutural – 2ªs. Jornadas Portuguesas de Engenharia de Estruturas*, Lisboa, 1990
- SILVA, V. Cóias e Soares, Iolanda, – *Vulnerabilidade sísmica dos edifícios “Gaioleiros” de Lisboa e medidas possíveis para a reduzir – 3º. Encontro sobre Sismologia e Engenharia Sísmica. SPES – Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica*. Lisboa, Dezembro de 1997
- SUMANOV, Lazar – *Evaluation of seismic hazards related to existing buildings and protection of cultural heritage and monuments in seismic prone areas*. Seminário Stap/Ordem dos Engenheiros, 1996
- VITERBO, Sousa – *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses. 1902* (fac-símile), INCM, Lisboa, 1988
- WATSON, Garth – *The Smeatonians – The society of civil engineers*. Thomas Telford, London 1989

Sobre Arte Pública, Lisboa e os seus Cultos

MARIA BISPO
JOÃO FILIPE VIEIRA

Pretende-se com esta apresentação sistematizar alguns aspectos caracterizadores da noção de arte pública, assim como dos comportamentos e atitudes face à mesma, entendidos nos diversos e diferentes locais onde estas expressões artísticas se inserem. Alguns dos exemplos são ponto de partida para a análise e a compreensão do leque de manifestações artísticas que humanizam os vários espaços citadinos. Importa esclarecer a deliberada ultrapassagem cronológica, com o objectivo de relacionar as manifestações artísticas entre si e os cultos da cidade, num vaivém de permanências e surgimentos proposto na dialéctica dos séculos XIX e XX.

Aspectos históricos

O desenvolvimento das cidades e a aquisição de novas consciências sociais e políticas resultante de um percurso evolutivo que se processou ao longo do século XIX foram responsáveis pelo trajecto estético da obra de arte pública, que, à data, dava os primeiros passos dentro também de uma filosofia urbanística, vocacionada para servir o colectivo, comemorando através dela as memórias da história.

O aparecimento de novos materiais e a promoção de novas tecnologias derivadas do conhecimento científico, em associação à manifestação artística utilizada para o enobrecimento, não só dos espaços religiosos, mas também dos espaços civis, resultou num elogio de plasticidade que invadiu não só a expressão artística tida como tradicional, como redundou em outras manifestações que posteriormente vieram a ser reconhecidas.

Celebrar a memória de história representando-a figurativamente e vivenciando em simultâneo uma preocupação com o património edificado herdado, cumprir com rituais de culto religioso, enaltecendo-o também através de representações artísticas, promover círculos da actividade intelectual e plástica envolvidas em tertúlias e boémias, cujos espaços se dignificaram pela sua componente pictórica e escultórica, são, grosso modo, as permanências que o século XX vai desenvolver, revalidando-as com a inclusão de outros ritmos e pragmatizando-as quando as tornou mais acessíveis ao cidadão comum.

Nos vestígios dessa viagem que se desenrolou na Lisboa de novecentos descobrem-se espaços de intervenção essencialmente académica, convivente com o aparecimento de posturas artísticas contestatárias que vieram a afirmar-se a partir do último quartel do séc. XIX. Ao desafiarmos o conhecimento histórico e dele recorrermos, poderá eventualmente reflectir-se acerca daquilo que transbordou da tradição mental e que produziu obras de arte tanto no campo da pintura, como no da escultura, ganhando para a arte pública contemporânea dimensões que vêm ultrapassando em grande escala os hábitos, os percursos e os rituais de exclamação, reafirmando cultos já existentes e promovendo novas dinâmicas que o desenvolvimento da urbe aconchegou.

O culto da arte pela arte vem a desenvolver-se ao longo deste período ganhando consciências, produzindo filosofias, dinamizando problemáticas, galvanizando até intervenções de carácter social e político. Deste culto e do seu rasto, reestruturou-se a figura do encomendador e aculturou-se o olhar público, mesmo quando não correspondeu a posturas de reconhecimento e respeito, mesmo quando ainda não a reconhece como tal. Socializou-se a produção artística rescreveram-se sensibilidades que integraram estudos de carácter analítico-psicológico, semióticos e sociais. Evidencia-se assim a arte numa perspectiva de fenómeno relacional sediada na dualidade sujeito/objecto e da qual decorrem duas posturas coexistentes. Nela está a origem dos estudos da objectividade enquanto iconologia e iconografia, bem como o exercício da crítica e da teoria, em torno dos seus factores subjectivos de apreensão, no contexto da “obra aberta”. O artista adquire também outras facetas, ganhando profissionalidade e autoridade, resguardando a sua

capacidade artística. O mecenato torna-se empresarial e invade a área do marketing, legitimando-se pelo arrojo da peça de arte.

A obra de arte assume-se cada vez mais pública e está cada vez mais acessível à sua apreciação, serve cada vez mais cultos, crescendo em vulnerabilidade e tornando-se socialmente mais efémera.

Arte pública

A arte pública, podendo inscrever-se em diferentes correntes estéticas, está vocacionada para servir o colectivo. Assim as diversas expressões artísticas de que se socorre, animam os mais variados lugares, percorridos e frequentados pelos cidadãos, quer sejam cobertos e fechados, quer sejam espaços ao ar livre, onde nos vamos deparando com diversas formas de arte. Uma vez subindo e descendo ruas, percorrendo avenidas, atravessando largos e praças, outras repousando em jardins, frequentando edifícios, tais como tribunais, cinemas, teatros, bibliotecas num usufruto mais humanizado e significativo.

O estudo deste campo de intervenção artística congrega três aspectos relevantes que se prendem com as funções decorativa, comemorativa e simbólica. Das duas últimas parece fazer sentido evidenciar o seu papel na geração e manutenção de identidades e o carácter de suporte plástico colocado ao serviço de rituais. Temos pois formas de arte que animam os espaços públicos e adquirem a maior importância nas comunidades, dada a sua forte articulação e intervenção nas representações sociais. Geralmente as obras que encontramos nos espaços que frequentamos foram efectuadas de propósito para esses locais, mesmo que deslocadas de um sítio para outro, como pode acontecer com a estatuária; podendo, por outro lado, serem peças inicialmente feitas para a residência particular, para a galeria ou espaço privado e colocadas por iniciativas posteriores, em lugares que as fazem adquirir a condição de arte pública.

Assim o conceito de arte pública pode ser avaliado através dos dispositivos que permitem inseri-la nessa categoria, tal como na delimitação das respectivas fronteiras. Deste modo e a título exemplificativo um artista pode ser do domínio público, sem que por isso a sua arte seja pública, o que acontece se esta não cumprir com a condição de estar exposta, nos locais que lhe conferem tal possibilidade. Entende-se por arte pública aquela que está sujeita à observação nos espaços públicos e cuja delimitação importa considerar para efeitos de conservação e restauro, com vista à optimização do seu enquadramento estético e comunicacional, no entendimento das deslocações do cidadão comum, das suas intenções, objectivos e vivências.

Das muitas rotas acessíveis ao deambulatório do cidadão, na procura da obra de arte em locais públicos, a de interior remete-o para espaços privilegiados de elite artística como é o caso da galeria ou do museu, expressamente criados para a admiração. Estes, entre outros locais, exclusivamente votados ao armazenamento e mostra de obra de arte, fazem parte do trajecto deambulatório do cidadão na procura de espaços de admiração artística e de referência cultural e equacionam de forma diferente os aspectos de restauro, manutenção e conservação, já que estes estão sujeitos a normas de protecção. Por outro lado está também assegurada a exposição dos materiais segundo critérios diferenciados, como diferenciados são alguns dos aspectos técnicos e tecnológicos e assim como da própria imagética.

Numa tentativa de sistematização das ideias, a observação da arte pública pauta-se por diversas posturas disciplinadoras das atitudes de compreensão, condicionando o respeito e a admiração, estes adquiridos por tarefas de predisposição. Assim quando é decidida uma visita ao museu ou à galeria, a vontade de percorrer qualquer destes espaços pressupõe logo à partida uma auto subjugação à excelência artística, recheada de cargas emotivas de reconhecimento, mesmo quando os saberes são do nível elementar. Nestes espaços a arte é vista com intencionalidade. De forma diferente, nos outros locais onde se verifica a presença da peça de arte, a inexistência de intencionalidade de apreciação, mesmo que convivente com níveis de saberes mais elaborados, implica o convívio obrigatório com o objecto estético, sem que por isso lhe seja dispensada uma especial atenção.

Lisboa e os seus cultos

A cidade de Lisboa oferece-nos muitíssimos percursos que transcendem as simples rotas de movimento, versados na quantidade de memórias e marcas do tempo visíveis, tanto nas casas como no tecido urbano, através de representações evocativas e presentativas das decorações ou ainda nas obras de arte que

a embelezam. O quotidiano da cidade expresso nas rotinas dos seus habitantes, mostra-nos uma rede de vivências e relações que se processam nos diversos espaços, onde podemos interpretar alguns dos rituais e formas de culto, com que nos cruzamos. Dos lugares a estes associados evidenciam-se diferentes programas decorativos e múltiplas relações de identidade e partilha, de ideias e valores.

Do culto religioso processado nos respectivos templos, ao culto desportivo, boémio, político ou académico, o acolhimento num local apropriado pressupõe uma relação de consentimento e de veneração diferentes, quão diferentes são as atitudes e formas de as ritualizar, concorrendo para uma distinta vocação à exaltação, também consciente e também relacional com o espaço de envolvimento.

De forma diferente correm as dinâmicas de atitude face a espaços de neutralidade simbólica cuja afluência é decidida pelos percursos e ritmos do quotidiano, numa relação de indiferença emocional, ditada grande parte das vezes pela necessidade de outras funções, como por exemplo as de usufruto, que não as de apreciação de acordo com cânones artísticos e que a título de exemplo se cita os jardins, as avenidas e as praças.

Na mesma circunstância mas sob a regência de mitos sociais de fruição, essencialmente de carácter consumista, mesmo que numa perspectiva intelectual ou de geração ou de moda, os percursos fazem-se pelos bares, cinemas, teatros, cafés e revestem-se do conceito de boémia ainda sob égide da tradição, adquirindo porém outras formas de aculturação, através mesmo da instauração de clichés.

As diversas técnicas na expressão plástica pública

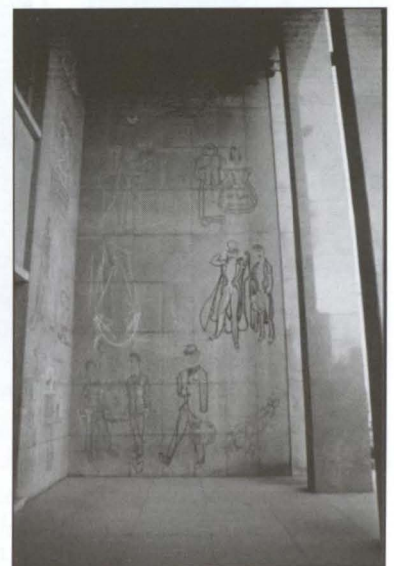
Pelas diversas situações e contextos a que a arte com o propósito público tem que dar resposta, a mesma adquire uma grande diversidade de géneros, técnicas e materiais. Neste sentido é mais coerente organizar a sua abordagem em dois grandes grupos designados pela expressões bidimensional e tridimensional, já que grande parte dos objectos transcendem em muito a morfologia da pintura, assim como outros que tendo parentescos escultóricos se afastam muito da escultura convencional. Da mesma forma que os programas decorativos transbordam de si para uma visão mais globalizante de apreciação do espaço, **enquanto manifestação de uma urbanidade crescente que se diversifica por etapas cronológicas e por movimentos artísticos sucessivos, em ciclos alternantes.**

No domínio da bidimensionalidade

Quando se fala em decoração bidimensional a primeira tendência do pensamento dirige-se para a pintura mural. Esta, efectivamente, tem tido ao longo do tempo uma incidência digna de registo, no que respeita à sua aplicação nas artes decorativas. Na obra pública as suas fronteiras foram largamente ultrapassadas, não só nos ritmos tradicionais seculares, mas também noutros gerados no espaço contemporâneo.

Desenho, azulejo, *grafitti*, óleo, vitral, empedrado e mosaico são algumas das técnicas utilizadas em Lisboa, atribuindo-lhe uma versatilidade, bem conseguida, ao serviço de uma estética urbanística promotora de ambiências, exaltando memórias, interveniente quer cultural, quer socialmente e que em primeira instância cumpre com os cultos da cidade. Destas técnicas dependem materiais e projectos a adequar, distinguindo-se entre si, não só pelo objectivo final, mas também pelo efeito particular que a cada uma está intrínseco. Do seu aspecto decorativo depende uma percepção diferenciada pelas diversas características que, quando cumpridas, interagem para uma globalidade, mesmo quando se evidencia pormenores. Assim a cidade detém compassos a que os olhares se habituaram, perscrutando quase indistintamente um panorama artístico, responsável antes de mais pela criação de envolvimento.

Painéis da Faculdade de Letras de Lisboa da autoria de Almada Negreiros integrado no projecto de arquitectura de Pardal Monteiro. Desenho *grafitado* figurativo, com simbólica alusiva ao conhecimento, comemorando do prestígio de figuras como Fernando Pessoa, cuja presença e disposição funcionam tanto como reforço emblemático de um





espaço direccionado ao desenvolvimento do saber, como incentivo à participação, apelando à entrada como se tratasse de *figuras de convite*.

Banda desenhada sobre azulejo na estação do metropolitano da Rotunda da autoria de Menez. Obra de carácter narrativo, conta *as tragédias e as glórias do reconstrutor da cidade*. Relaciona o espaço com o transeunte pela relação entre o nível inferior e o nível superior, no abaixo e acima do solo aprisionado e contido pela obra pública que caracteriza a Praça da Rotunda/Praça Marquês de Pombal.

Pintura mural da UCCLA (União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas), na Avenida 24 de Julho, realizada por ocasião das comemorações do seu 7.º aniversário (1992). Da autoria de Eleutério Sanches (Angola), Kiki Lima (Cabo Verde), Manuela Jardim (Guiné-Bissau), Ribeiro Couto (Moçambique), Inácio Matsinhe (Moçambique) Mena Brito (Portugal) e Ismael Sequeira (S. Tomé e Príncipe). Pintura colectiva em que cada autor pintou um trecho alusivo à lusofonia, num elogio à convivência de culturas e de laços.



Vitral do edifício Auto-Palace, construído em 1907 por Alexandre

Eiffel, tendo por base o projecto dos construtores civis Veillard e Touzet. É assinado por C. Martins e resulta quer como elemento ilustrativo, quer como elemento decorativo. Através desta técnica evidencia-se a funcionalidade do edifício, sempre ligada ao automóvel, sendo possível perceber a preocupação com a globalidade de um projecto, tido como um todo, operando à semelhança da imagem de marca.



Óleo sobre tela da Casa da Ginginha, no Largo de S. Domingos. Fundada em 1840, tem sido sempre

propriedade da família Espinheira. Trata-se de dois óleos organizados em cada lado da entrada, como que abraçando o cliente, num diálogo masculino/feminino, popular/burgês, incentivando ao consumo dessa bebida, pelos efeitos positivos, revelados numa legenda perfilada na graça, franja da composição plástica que a suporta.

Edifício da Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego. A fábrica remonta a 1849 e o edifício



é de 1865. Revestido a azulejo tira proveito não só do seu efeito decorativo, muito à tradição portuguesa, mas também da resistência do material. Decorado com motivos vegetalistas tem expressas referências



figurativas aos mestres artífices, numa imagética desenvolvida em vários níveis, tantos quantos são os andares.

A pintura mural de características políticas e revolucionárias tira partido da cor e da imaginação, mais do que da técnica (no caso português). Concretiza ideias e plasticiza a informação abstrata. O PCP utiliza uma gramática radicada em símbolos da imagética socialista onde o ritmo cromático para além de alegre, convidativo e potente evidencia também um ideário. Na imagem apresentada (Lisboa –Campolide, 1980) a pintura mural é antes de mais uma convocatória à participação na Festa do Avante, funcionando simultaneamente como agenda das actividades.

O empedrado artístico, resultante de uma expressão plásti-



ca tradicionalmente portuguesa, desenvolve-se numa técnica com parentesco ao mosaico italiano. Tira partido do contraste branco e negro (cálcario/basalto ou Lioz creme e negro de Mem-Martins), muito embora possamos encontrar organizações cromáticas mais ricas. Desde a composição vegetalista e geometrizada à heráldica, da identificação de um espaço, comercial ou não, até às composições mais estruturadas, o empedrado artístico, a calçada á portuguesa é o reflexo da cidade que a cidade pisa, é um tapete com assinatura, num trabalho que fez escola através de artífices que são, nada mais nada menos, *mestres do chão*.

No domínio da tridimensionalidade

A forma de arte tridimensional pode ser encontrada nas sociedades humanas mais primitivas, especialmente relacionada com rituais de carácter religioso. Quer nas civilizações pré-clássicas, quer nas clássicas, quer a oriente, quer a ocidente esta forma de arte recorre das formas e dos volumes, da luz e da sombra, do movimento em inércia e de uma relação espacial animadora de significâncias. Do contexto mitológico ao culto da personalidade, da obra religiosa à civil contempla recursos e possibilidades que lhe permitem diversas abordagens definidoras de géneros, que a título de exemplo se menciona os baixo-relevos ou os ornatos e que regra geral absorvem menor atenção pública.



Desde uma função meramente decorativa á subjugação a um projecto global, o seu trajecto vem legitimando a sua existência per si, pela comemoração do belo, pelo reforço das simbólicas em todas as suas variantes, com todas as suas componentes, servindo-se ou não de cromatismos. O seu potencial tem vindo a abrir-se tanto em termos conceptuais, como na sua utilização, como ainda no emprego dos mais diversos materiais. Vem ganhando território aos espaços que a circundam, retirando melhor partido, proporcionando leituras, apreciações e dinamismos que estão muito para além do seu volume.

Alto relevo em calcário, alusivo á cidade de Lisboa, colocada na fachada principal do mercado do Forno de Tijolo. Com uma modelação quase sumária das formas, de linhas singelas e muito geometrizadas, funciona como



elemento decorativo e como emblema, onde se destacam os corvos e a nau, de forma a marcar a pertença do edifício à edilidade.



Baixo relevo em calcário, alusivo às artes do espectáculo, colocado na fachada principal do edifício do Éden, cujo risco é do arquitecto Cassiano Branco, na praça dos Restauradores. Neste trecho do relevo, podemos observar cenas alusivas à arte cinematográfica, à dança e ao teatro. Esta composição de características académicas, da autoria do escultor Leopoldo de Almeida, denota um gosto por modelos clássicos muito de acordo com as estéticas adoptadas pela ditadura.



Esta representação da figura monstruosa concebida por Camões nos *Lusíadas*, o Adamastor, simboliza o Cabo das Tormentas que vociferava ameaçadoras vinganças aos navegadores que por ali passassem.

Implantada no miradouro de Santa Catarina, da autoria do escultor Júlio Vaz Júnior, esta representação escultórica do Adamastor, é uma imagem com forte dramatismo, acentuado pela cabeça do velho disforme com fortes braços e olhar assustador. Esculpida de forma “bruta” e “grotesca”, parece-nos uma forma criada pela erosão do mar, que suporta uma pequena representação em bronze de um homem, expressando a fragilidade da vida humana.

A recente decoração e arranjo do largo do Martim Moniz, situa-se entre a escultura e a arquitectura, é assim uma forma tridimensional da arte pública. No

trecho que vemos na imagem é interessante o efeito visual da água, tal uma escultura ou conjunto de

esculturas cinéticas, definindo um espaço arquitectónico em cujo interior nos podemos locomover e retirar

partido das sensações visuais tanto quanto do murmúrio que a água desprende na sua queda sobre as grades.



Neptuno, obra do consagrado escultor António Machado de Castro, foi realizada em 1771 e fez parte do Chafariz dos Galegos ou do Neptuno, isto até 1859, foi depois para a Mãe de Água e em 1951 foi para a praça D. Estefânia, onde ainda se encontra hoje. Algumas esculturas tem a condição de património móvel, embora essa mobilidade ocorra em muito poucas e com diminuta frequência. Este deus dos mares, segundo a mitologia, é uma obra elegante, com torção e talhe ao gosto Barroco, mas cujo tema já evidencia uma procura de novas refe-

rências. A figura expressa uma tensão e vitalidade, como se de um momento para o outro fosse arremessar o tridente.

Baixo relevo existente na Av. Sidónio Pais, com a representação de uma figura feminina, olhando para baixo com ar tímido, a qual segura na mão uma pomba como que a referir a sua candura, cuja composição está enquadrada por ramos e folhas de árvore que pode bem fazer-nos lembrar da própria fertilidade. Quase todos os edifícios desta avenida tem baixos relevos na decoração das suas frontarias, o que nos proporciona um percurso agradável. O costume de ornamentar os edifícios desta



forma, tem vindo a perder-se, acentuada essa perda com a separação cada vez maior entre arquitectos e escultores.

Baixo relevo em cerâmica policromada. Um caso em que estamos a observar uma peça que é tanto escultórica quanto pictórica. Esta representação de uma nau, situada no Príncipe Real mostra uma execução fora de modelos académicos e de alguma ingenuidade na representação que se nota um pouco torça. Cumpre a sua função decorativa, como todas as peças que temos vindo a observar e anima a fachada da casa antiga onde se insere.

O *Despertar*, escultura da autoria de Simões de Almeida (sobrinho), realizada em 1912, é das mais belas representações da figura feminina que podemos encontrar em Portugal. Podemos encontrar esta imagem no jardim da Estrela, e observar o duplo simbolismo, entre o acordar do sono e o acordar dos sentidos para a idade adulta. Todos os ângulos desta figura são delicados e expressivos, é uma peça que se observa com prazer a toda a sua volta. Está a ficar bastante danificada, mas dada a sua excelente modelação merecia bem uma nova cópia.



Conjunto escultórico em bronze da autoria de Canto da Maya cujo título em francês: "Beni soit le fruit de tes entrailles", deixa antever a ligação que Canto teve com aquele país. A primeira versão desta obra foi apresentada em 1922 no 15.º Salão de Outono, em Paris, marcando o início da carreira artística do autor naquela cidade. Pertence actualmente à Fundação Calouste Gulbenkian, tendo ornamentado durante algum tempo o espaço defronte do seu edifício sede. É uma figura que expressa um gosto muito delicado á maneira francesa, com um enrolamento muito harmonioso entre as duas figuras. O tratamento dos cabelos e panejamentos é efectuado de modo sumário nestas duas figuras cuja conjugação nos pode transmitir um jogo entre a profunda ternura e a epidérmica sensualidade.



Respeitar e Proteger

Como é possível verificar a arte pública relaciona-se intimamente com os cultos do dia a dia, emergindo em contornos mais definidos e característicos da nossa identidade cultural. O seu global entendimento permeabiliza e absorve rupturas, auxiliando à criação dos mecanismos mentais propiciadores da mudança.

Estando em causa as referências que nos ligam ao passado, não só no campo artístico e plástico, mas também com todos os contextos que lhes estão subjacentes, parece pertinente reafirmar as preocupações com a protecção e salvaguarda do património artístico. A efemeridade que está intrínseca ao objecto (pelos

materiais, técnicas e locais de implantação sujeitos ao factor tempo) e o agravo que lhe imprimimos com todo o tipo de agressões (poluição, usufruto e vandalismo) antecipa consideravelmente a sua morte e por isso o seu desaparecimento.

Paradoxalmente o nosso olhar e a nossa percepção padece da ilusão da sua eternidade, apenas porque temos tendência em a avaliar segundo modelos temporais julgados à nossa medida. Daí que a atenção dirigida à arte pública deve ser equacionada de forma preventiva resguardando-a como o fazemos com os nossos retratos de família, para posteriormente os partilhar com outros parentes e amigos. Se a nossa distração permanecer, aumentando o ostracismo já existente corremos o risco de comprometer, a longo prazo, para as gerações futuras o álbum imagético da nossa história.

Alguns elementos importantes respeitantes à vida e obra de Eugénio dos Santos

MÁRIO DE MENDÓÇA FRAZÃO

I. Um “imbróglia” toponímico

Numa das fontes por mim compulsada para este Colóquio li que na placa toponímica referente a Eugénio dos Santos, nesta Cidade de Lisboa, figuravam com erro quer a data do seu nascimento, quer a do seu falecimento. Decidi-me a constatar se o erro já fora sanado. Levado pela memória de um já longínquo passado dirigi os meus passos para a actual rua das Portas de Santo Antão e rua de S. José. Como é fácil de imaginar, não encontrei a procurada Placa, fora transferida de lugar, de rua.

Recorrendo só então ao *Guia das Ruas de Lisboa*, dirigi-me para a avenida Fontes Pereira de Melo, que atravessei para entrar na avenida António Augusto de Aguiar, durante a travessia permitida pelo semáforo verde interpelei um cidadão residente nesta mesma avenida acerca da localização da rua Eugénio dos Santos; olhou-me com espanto e recobrado deste respondeu-me: isso não é aqui, é lá para a Baixa.

Ignorei a informação e comecei a subir a avenida A. A. de Aguiar, ansioso por encontrar a almejada transversal pouco confiante no Guia decidi-me a interrogar mais pessoas; entrei num estabelecimento e a rapariga que vendia ao balcão disse-me não conhecer a rua procurada dado que estava ali empregada há pouco tempo; no estabelecimento seguinte sucedeu o mesmo mas a empregada sugeriu-me que me informasse no comerciante adjacente, dado que estava ali há muito.

Assim fiz; o proprietário do estabelecimento estava saindo; logo se revelou de tocante amabilidade mas também não conhecia tal rua; convidou-me a acompanhá-lo, «vamos procurar um policia, eles conhecem tudo»; e lá o acompanhei, subindo a avenida; o senhor amável quase delirou ao ver uma ambulância do 112 estacionada, com caixa aberta, esperando um doente; junto da ambulância encontrava-se o motorista e o ajudante; «olhe estes também sabem tudo»; interpelou-os; não conheciam tal rua; o «senhor amável» continuou a acompanhar-me e logo correu para um táxi estacionado no meio do arruamento: «estes também sabem tudo»; o taxista interpelado informou ficar tal rua muito longe, «ali para o Rego».

Não acreditei e, agradecendo, despedi-me do «senhor amável» e retrocedi.

Decidi desistir da sonhada constatação; não percorrera ainda uns vinte metros quando notei, à direita, uma transversal muito sombreada, com agradável aspecto; o seu aspecto sombreado, fresco naquela tórrida manhã, convidou-me a enveredar por ela.

O seu aspecto agradável convidou-me a procurar uma placa toponímica; e lá estava: RUA EUGÉNIO DOS SANTOS.

Não era uma travessa, era uma rua que entrinca na avenida Sidónio Pais. O *Guia* estava certo...

II. Datas mais relevantes no decurso da vida de Eugénio dos Santos

Nasceu na freguesia de N.^a S.^a dos Prazeres, de Aljubarrota em 18 de Março de 1711.

Recebeu no baptismo o nome de Eugénio dos Santos e Carvalho.

Faleceu em Lisboa em 5 de Agosto de 1760.

Casou-se em 28 de Outubro de 1747 com D. Francisca Teresa Maria de Jesus, filha do arquitecto Manuel da Costa Negreiros.

Ao falecer deixou um filho e duas filhas menores.

O filho recebeu o nome de José Manuel de Carvalho e Negreiros.

Foi arquitecto geral dos Paços Reais e do Senado; nascera a 29 de Março de 1752; teve por padrinho o Marquês de Marialva.

Deixou várias obras, quer manuscritas quer impressas.

Uma das filhas recebeu o nome de Maria Eugénia de Carvalho; nasceu a 23 de Março de 1756; era afilhada do Conde de Vila Verde. A outra filha recebeu o nome de Teresa Eugénia de Carvalho; nasceu a 5 de Outubro de 1759. Era afilhada do Conde de Oeiras.

Eugénio dos Santos foi sepultado no Convento de São Francisco da Cidade.

Em 1735, depois de aprovado competente exame, foi admitido no «Emprego de Discípulo da Aula Militar».

Em 1736 passou à Província do Alentejo com o posto de Ajudante do Exército, vencendo 36 000 réis anuais.

Foi admitido na Ordem de Cristo em 24 de Abril de 1747.

Nesse mesmo ano, a 15 de Junho, recebeu a Carta de Mercê da propriedade do ofício de Architecto Supranumerário das Obras dos Paços da Ribeira de Lisboa.

Entrou para a Irmandade de S. Lucas em 06 de Julho de 1747.

Foi cavaleiro professo da Ordem de Cristo e capitão de Engenharia.

Em 1749 é-lhe outorgado o hábito da Ordem de Cristo.

Contava 44 anos de idade à data do Terramoto de Lisboa.

Foi um devotado amigo do Marquês de Pombal.

Na Associação de Arqueólogos (no seu Museu) figurava um retrato a óleo do Architecto.

III. Relação de algumas das obras e empresas levadas a cabo por Eugénio dos Santos

(a relação que segue não obedece à cronologia nem à importância relativas das diversas obras)

- 1 – Foi architecto das obras do Conselho da Fazenda até à data do seu falecimento.
- 2 – Foi architecto da Nova Lisboa e do Palácio Real.
- 3 – Fez o Coleginho da Graça.
- 4 – Fez o Convento da Conceição da Luz.
- 5 – Foi architecto supranumerário das obras dos Paços da Ribeira.
- 6 – Foi autor do plano e das obras da Praça do Comercio.
- 7 – Foi autor das obras da Alfândega.
- 8 – Ainda Ajudante do Exército, a quando da sua passagem à Província do Alentejo, ali foi autor, dentre diversos trabalhos, dos seguintes:
 - restauração do dourado do retábulo da capela-mor da igreja da Praça de Estremoz;
 - construção da igreja de N.^a S.^a das Necessidades;
 - diversas obras no Palácio e no Hospício.
- 9 – Foi eleito Executor e Inspector de todas as Reais Obras de Architectura Civil das Côrtes;
- 10 – Foi um dos seis Medidores de tudo o que pertencia ao Real Serviço.
- 11 – Foi encarregado dos rendimentos das Casas Novas «que se fizeram por Ordem Real ».
- 12 – Na qualidade de Architecto e Medidor da Marinha, visitou e reconheceu o estado das Fortificações da Marinha «quer a parte Norte do Reino quer a parte Sul».
- 13 – Elaborou uma relação do estado das praças, torres e fortes marítimos.
- 14 – Apresentou orçamentos e planos para as respectivas reedificações.
- 15 – Prestou assistência às obras da construção do Hospital das Caldas da Rainha.
- 16 – Pelo espaço de três anos (1756 a 1758) foi Architecto e o Director das Obras da Alfândega Interina, do Real Arsenal e da Nova Alfândega.
- 17 – Elaborou a Planta da Nova Cidade, sobre a qual se procedeu à reedificação.
- 18 – Com outros dois architectos (Carlos Mardel e Elias Poppe), delineou, demarcou e balizou o terreno que medeava entre a Nova Cidade e o alinhamento das suas fortificações.
- 19 – Projectou (ou apenas esquiçou?) a estátua de D. José I (muito provavelmente induzido por

alguém). Este facto ofendeu gravemente o magistral estatutário Machado de Castro, que mostrou saber donde partira tão grave ofensa à Ética artística ...

- 20 – Foi nomeado Medidor de tudo aquilo que pertencesse ao Real Serviço (Paços da Ribeira- 1750).
- 21 – Por ocasião da reconstrução de Lisboa foi encarregado pelo Engenheiro Manuel da Maia (então com idade de 80 anos) da organização de três equipas, cujos chefes vieram a ser três oficiais engenheiros militares: Sebastião Poppe, Carlos Mardel e ele próprio.

IV. Algumas críticas respeitantes às obras de Eugénio dos Santos

- A – Quando serviu na Praça de Estremoz, no posto de Ajudante do Exército, contando 25 anos de idade, ou pouco mais, os louvores por si recebidos refeririam diversos predicados, tais como: Providente, Exímio nos diversos trabalhos, grande Ciência e Capacidade para tudo o necessário. Tão bem ali se houve que veio a ser nomeado para executar as mais diversas Obras de Arquitecto e para Inspector das Obras da Côrte.
- B – Camilo Castelo Branco na sua obra «Perfil de Marques de Pombal» (Obra que se pode considerar como uma das Catilonárias...) escreveu:

«O Marques, com superabundância de dinheiro, de braços, de Engenheiros peritíssimos (Eugénio dos Santos, Carlos Mardel e Manuel da Maia) nada fez de especial que não tivesse feito outro Primeiro Ministro de Portugal a quando dos grandes terremotos, como foram os de 1531 e outros».

- C – Sousa Viterbo e Cirilo Machado nas suas breves alusões biográficas a Eugénio dos Santos como Arquitecto, pouco entusiasmados se revelam a respeito dos seus dotes.
- D – Aquelas opiniões não foram perfilhadas por arquitectos de mérito, como Manuel da Maia que, num seu escrito datado de 1756, considerava Eugénio dos Santos e Carlos Mardel como «primeiros arquitectos».
- E – Júlio Dantas em Lisboa dos nossos Avós refere diversas opiniões de estrangeiros ilustres que visitaram Lisboa no século XIX. Ao mencionar a visita do príncipe alemão Lichnowsky cita:

«... não há comparação possível entre belezas de Génova e as de Nápoles, tão cantadas e a maravilha desse esplêndido anfiteatro doirado pelo sol, coroado pela nobre acrópole do Castelo».

Lichnowsky prossegue, enaltecendo «a bela Sala de Espera pombalina que é o Terreiro do Paço...».

- F – Refira-se que Lichnowsky remata tão lisonjeiros pareceres com uma apreciação muito desfavorável à estátua equestre de D. José I. É curioso que outros ilustres votaram grande apreço à beleza da estátua; assim, Murphy entendia que aquela estátua pertencia ao número das obras-primas.
- G – Referindo-se ao Terreiro do Paço, traça de Eugénio dos Santos, Manuel da Maia considerava-a uma «Jóia da Architectura».
- H – Mais próximo dos nossos dias, Pardal Monteiro declarou numa sua notável conferência:

«Portugal pode orgulhar-se, com sério e indiscutível fundamento, de ter entre os seus filhos um dos mais geniais Arquitectos que - não fossem, às vezes, tão indiferentes ao mérito dos nossos compatriotas – de há muito deveria ser conhecido não só em Portugal como em todo o Mundo, como um dos mais gloriosos nomes da nossa Pátria».

«Que Eugénio dos Santos foi precursor da Architectura e do Urbanismo e que é impressionante o valor deste arquitecto que sem exemplos em que se baseasse tudo soube criar para realizar a obra gigantesca da reconstrução da Cidade».

«Assim, é agora consistente, a mais de dois séculos de distância, o valor do homem que Sebastião José de Carvalho (então ainda Conde de Oeiras) escolheu para projectar a reconstrução de Lisboa...».

- I – Aquando da construção dessa maravilhosa obra que é o Aqueduto das Águas Livres, o Engenheiro que elaborou o estudo do projecto e que dirigiu de início a sua construção, negou-se terminantemente a franquear o Vale de Alcântara. Entendia ele ser preferível contornar aquele vale até Palhavã, atravessar Campolide em túnel e desembocar no Largo do Rato.

Era ele o excelente engenheiro brigadeiro Manuel da Maia.

Sucedeu-lhe na direcção da obra o engenheiro militar Custódio Vieira, que projectou e dirigiu a obra até ao seu termo, decidira-se pela travessia do Vale de Alcântara.

Superou o dificultoso problema recorrendo à construção de arcos ogivais em alvenaria. Daqueles arcos, o mais alto mede 65 metros; é o maior arco ogival do mundo em alvenaria!

Foram seus colaboradores na obra o tenente-coronel Carlos Mardel e o capitão Eugénio dos Santos.

Intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau, n.º 107/111 (Lisboa)

A. M. DIAS DIOGO
LAURA TRINDADE

Introdução

A intervenção arqueológica que efectuámos na Rua de São Nicolau n.º 107/111 decorreu entre 9 e 21 de Agosto de 1990. Tratou-se de uma intervenção de emergência do tipo de arqueologia reactiva, provocada pelo aparecimento de fragmentos cerâmicos e de um pavimento empedrado durante as obras para a construção de uma cave num estabelecimento comercial. Os trabalhos arqueológicos foram efectuados num contexto de acompanhamento da obra, que se encontrava autorizada pelos serviços municipais respectivos.

Nestas circunstâncias, toda a metodologia da nossa intervenção, em área ou profundidade de escavação, assim como a localização dos cortes, obedeceu às necessidades da obra. Foi-nos possível fazer um primeiro registo estratigráfico dos entulhos sobre as estruturas pré-pombalinas (Fig. 5, n-n') após o acerto de um corte já existente (Fig. 10). Posteriormente, e após a limpeza e registo do empedrado, efectuámos uma sondagem com 1,50 m. de largura na área Noroeste da intervenção (Fig. 3), que atingiu 1,30 m. de profundidade sob o empedrado e permitiu registar a sua estratigrafia (Fig. 6, o'-o). Numa segunda fase, foram descobertos vestígios de um edifício que, a Este, bordejava a rua a que correspondia o empedrado inicialmente descoberto, tendo sido escavado o seu interior. Por fim, na área Sudeste da intervenção foi-nos ainda possível registar e escavar internamente um troço de conduta (Fig. 18).

Comentário

O empedrado correspondia a parte do leito da Rua das Manilhas. Esta rua pré-pombalina, situada no bairro do Rossio, tinha uma orientação descendente de Norte para Sul e o comprimento de duzentos e seis palmos (c. 45,30 m.) entre o limite da freguesia de S. Julião e o Beco da Lage. Daqui até ao seu início a Sul, ligando com a Rua dos Fornos, tinha o comprimento de sessenta e três palmos e meio (c. 14 m.). Na frente do Beco da Lage apresentava a largura de 10 palmos, cerca de 2,20 m. (TOMBO, fl. 57).

O edifício, cujos vestígios encontrámos a Nordeste, tornejava da Rua das Manilhas para o Beco da Lage e era uma casa de três andares, pertencentes ao Morgado instituído por Diogo Gonçalves do Prado, e então administrado por Pedro de Souza Pereira Mascarenhas. Tinha uma planta em quadrilátero, de vinte e sete palmos e um oitavo (c. 6 m.) de comprimento na frente para a Rua das Manilhas e trinta e dois palmos e meio (c. 7,15 m.) para o Beco da Lage (TOMBO, fls. 66 e 66v.). Esta última via, também chamada de Beco da Ganhada (OLIVEIRA, IX, p. 43) estabelecia a ligação entre a Rua das Manilhas e a Rua dos Ourives do Ouro (CASTILHO, 1937, Mapa).

As seis primeiras camadas registadas nesta intervenção (Fig. 5) encontravam-se sobre as estruturas pré-pombalinas e correspondiam, na sua maior parte, a aterros posteriores ao Terramoto de 1755. Intensamente utilizados para elevar o nível da Baixa de Lisboa de forma a regularizá-lo e impedir também as frequentes cheias (DIOGO E TRINDADE, 1995, p. 63), os entulhos atingem aqui uma altura média de 1,80 m., encontrando-se as soleiras da loja actual a cerca de 2,60 m. acima das do edifício pré-pombalino. Estes entulhos foram transportados de vários locais da cidade, contendo materiais arqueológicos de cronologias muito díspares, incluindo fragmentos de ânforas romanas (TRINDADE E DIOGO, 1996). Uma sétima camada, de cinzas e muito fina, sobre o empedrado da rua, teve a sua origem no incêndio que se seguiu ao Terramoto.

A sondagem que efectuámos sob o pavimento da rua, permitiu-nos reconhecer duas estruturas e seis camadas (Fig. 6): a oitava, primeira neste contexto, com cerâmicas de várias cronologias e uma moeda de

cinco reis de D. João V (DIOGO E VITAL, 1998, n.º 7), forneceu-nos uma data *postquam* para o empedrado. A moeda, com a data ilegível, mas de módulo menor, terá de ser posterior a 1728.

Não é de forma alguma novidade esta datação para o empedrado de uma rua da Lisboa pré-pombalina. Eduardo Freire de Oliveira recolheu nos seus *Elementos para a História do Município de Lisboa* abundante documentação sobre o arranjo das ruas de Lisboa neste período, que foram em tal quantidade que chegaram mesmo a pôr as finanças da Câmara em sérios embaraços¹.

No caso da Rua das Manilhas, o empedrado encontrava-se muito bem conservado, constituído essencialmente por seixos e raros fragmentos de tijolos, estava organizado a partir de uma espinha central, a uma cota mais baixa, por onde corriam as águas das chuvas. Sob esta espinha foi construído um esgoto (Figs. 4, 7, 12 e 14) que, através de bueiros também centrais à rua, permitia recolher as águas das chuvas e anular assim a principal causa da destruição dos empedrados.

Este esgoto, de secção rectangular, tinha internamente 25 cm. de altura por 30 cm. de largura (Figs. 7, A e 14). Da época do último calcetamento geral da rua, foi cuidadosamente construído em vala, sobre uma camada de 7 cm. de argamassa em que assentava o fundo, constituído por uma fiada de tijolos de 27,5 x 14 x 2,4 cm. Dois muretes laterais, em alvenaria de pedra miúda e tijolos argamassados, suportavam as tampas de pedras calcárias. O interior do esgoto encontrava-se parcialmente preenchido com a nossa camada 19, de apenas 6 cm. de altura e sem materiais identificáveis.

A construção do esgoto tinha violado as camadas 9 e 10. A primeira destas, com uma espessura variando entre os 10 e os 46 cm., apresentava fragmentos de panelas e tigelas islâmicas, para além de um fragmento de púcaro mais recente (Fig. 8, n.º 6 a 9). Também a camada 10, com abundantes cerâmicas de construção muito fragmentadas e sob a camada 9, nos forneceu fragmentos de cerâmica islâmica e posteriores, como é o caso do cântaro n.º 11 (Fig. 8), de forma comum em contextos do Terramoto de 1531. Com materiais também atribuíveis a esta última cronologia, surgiu-nos a Oeste da sondagem, uma pequena bolsa de terra cinzenta, escura e barrenta, com 10 cm. de altura máxima e que designámos por camada 11.

Todas estas três primeiras camadas existentes sob a calçada encontravam-se cobrindo, ou envolvendo dois blocos de argamassa (Figs. 4 e 13) que interpretámos como sendo um masseiro e o lugar de poiso dos baldes. O masseiro propriamente dito, tinha 124 cm. de comprimento por 75 cm. de largura e 22 cm. de altura.

Por fim, sob a camada 11, sucederam-se ainda duas camadas, ambas existentes apenas na área Norte da sondagem e com cerâmicas islâmicas datáveis de inícios do século XII (Fig. 8, n.º 14 a 17). Com abundantes fragmentos de tijolos, a camada 12 era constituída por terra castanho-acinzentada, compacta, com 10 cm. de altura média. Sob esta, a camada 13, de terra amarelo-esverdeada, argilosa e compacta, não foi integralmente escavada em profundidade.

Como já referimos, a continuação das escavações para a construção da cave da loja permitiu-nos encontrar o canto Noroeste de um edifício anterior ao Terramoto de 1755 e que tornejava da Rua das Manilhas para o Beco da Laje. Muito demolido após o Terramoto, tendo as suas paredes exteriores 70 cm. de largura e apenas conservando uma altura máxima de cerca de 25 cm. sobre o empedrado da Rua das Manilhas, foi-nos possível registar-lhe 3,80 m. de fachada nesta rua, de um comprimento total de 6 m., e 2 m. no Beco da Laje, onde o Tombo lhe atribui cerca de 7,15 m. de frente. Na área que nos foi possível reconhecer, apresentava duas portas, cada uma para a sua via, separadas pelo cunhal Sudoeste do prédio. A entrada para a Rua das Manilhas já tinha perdido a pedra da soleira em fase anterior à intervenção arqueológica, preservando no entanto, claros vestígios da sua ombreira Norte. No que diz respeito à entrada para o Beco das Lajes, esta conservava em grande parte a pedra de soleira e apresentava vestígios de se encontrar entaipada à época do Terramoto de 1755 (Fig. 16).

A escavação no interior da casa pré-pombalina atingiu 1,82 m. de profundidade em relação à sua soleira e permitiu reconhecer quatro camadas, que não puderam ser registadas em corte dada a exiguidade da área de escavação e a existência de vestígios de estruturas anteriores (Figs. 4 e 17).

A primeira, camada 14, caracterizava-se por ser de entulhos com abundantes carvões e cobrir os vestígios das estruturas encontradas dentro do prédio pré-pombalino. Correspondendo a um nível imediatamente sob o piso já inexistente do prédio, nela pudemos encontrar um fragmento de tacho de lábio curto e estribo em aba, característico dos níveis do Terramoto de 1531 (Fig. 9, n.º 18).

Sob esta última camada, e já envolvendo os vestígios da estrutura interior, estava a 15.^a. Com uma espessura média de 15 cm., era muito heterogénea, com abundantes bolsas de argamassas e com tonalidade

des variando entre o preto e o amarelado. Nela pudemos encontrar um ceitel de D. Afonso V (DIOGO E VITAL, 1998, n.º 3), assim como um fragmento de taça da segunda metade do século XV ou do primeiro terço do século XVI e outro de um pucarinho (Fig. 9, n.º 19 e 20).

Também a camada 16 nos forneceu um ceitel de D. Afonso V (DIOGO E VITAL, 1998, n.º 4). De terra de entulho, solta, constituída essencialmente por argamassas esbranquiçadas, pedras e fragmentos de cerâmicas de construção argamassados, encontrava-se sob a camada 15 e tinha uma espessura média de cerca de 62 cm. Os materiais cerâmicos que nela encontrámos têm uma cronologia muito homogénea, datáveis da segunda metade do século XV, primeiro terço do XVI (Fig. 9, n.º 23 a 31).

A última camada registada no interior do prédio, a 17.^a, com uma terra acastanhada, solta, argilosa e húmida, não pôde ser escavada em toda a sua profundidade. Esta camada forneceu-nos materiais com uma cronologia semelhante (Fig. 9, n.º 32 a 35) aos da 16.^a, que se lhe sobrepunha.

Por fim, na área Sudeste da intervenção, numa zona muito revolvida pela construção pombalina e arranjos posteriores, correspondendo já ao Beco da Laje, foi-nos ainda possível encontrar e registar um pequeno troço de conduta (Figs. 4, 7 B e 18). Com uma direcção de Oeste para Este, tinha uma orientação distinta da fachada do edifício que ladeava o Beco a Norte, mais próxima do alinhamento dos vestígios da estrutura que encontrámos no seu interior (Fig. 4). Com 1,40 m. de largura, as paredes eram construídas numa alvenaria de pedra argamassada. A sua cobertura encontrava-se ao nível do empedrado da Rua das Manilhas, o que a deixaria visível, podendo residir aqui a origem de um dos nomes do Beco (da Laje).

O facto de esta conduta se encontrar destruída na Rua das Manilhas e parcialmente tapada por um pilar do edifício pombalino, apenas nos permitiu observá-la a Este, onde apresentava um canal interno rectangular com cerca de 57 cm. de altura e 48 cm. de largura média. Todo o canal se encontrava preenchido com a camada 18, de terra cinzenta pouco compacta. Os materiais cerâmicos aqui recolhidos (Fig. 8, n.º 36 a 41) e um ceitel de D Afonso V (DIOGO E VITAL, 1998, n.º 2) apontam para que o esgoto tenha sido desactivada num período compreendido entre os finais do século XV e o primeiro terço do XVI. É de notar que este cano não se encontra referenciado numa relação dos fins do terceiro quartel do século XVI (OLIVEIRA, 1887, I, p. 549-552). De entre os materiais provenientes desta camada, queremos destacar o fragmento de medida bitroncocónica, com uma asa, n.º 37, esgrafitada depois da cozedura com a medida da sua capacidade "XV"².

Conclusão

Como é evidente, encontrando-se os autores a publicar sistematicamente dezenas de intervenções que têm vindo a efectuar em Lisboa desde 1989, qualquer dos estudos não se esgota em si próprio mas está intimamente relacionado com os outros, de modo a ir preenchendo um quadro de questões sobre a evolução urbanística da cidade, ou sobre a caracterização e definição cronológica das formas e variantes de cerâmicas que, muitas vezes, são recolhidas fora de qualquer contexto ou em escavações de metodologias muito discutíveis.

Face ao que acima enunciamos, interessa-nos aqui referir o facto de que os materiais e as estruturas encontrados nesta intervenção se encontram balizados pelas destruições provocadas pela Reconquista de Lisboa em 1147 e pelos terramotos de 1531 e 1755.

Segundo os materiais, este sítio já se encontrava ocupado numa fase tardia do período islâmico de Lisboa, sofreu o desenvolvimento urbanístico manuelino e o terramoto de 1531, altura em que é desactivado o esgoto do "Beco das Lajes". A casa registada terá sido construída após esta data, conservando-se a urbanística do sítio até ao terramoto de 1755, altura em que, como é de conhecimento geral, a reurbanização pombalina muda completamente o seu traçado viário, os limites de propriedades e ordena as novas edificações. Por fim, interessa-nos ainda sublinhar que a nomenclatura que aqui utilizamos para a classificação dos vasos é apenas de recurso, esperando que seja possível calibrá-la com o desenvolvimento dos estudos sobre as cerâmicas portuguesas medievais e modernas

Catálogo

Camada 8

1 – Fragmento de boca e parede de bacia?

Lábio em aba perolada. Paredes carenadas. Pasta rosada, com largo cerne acinzentado, de textura folheada, com calcites, nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfície interna revestida com um engobe creme.

2 – Fragmento de parede e fundo de taça em faiança.

Paredes hemisféricas. Fundo em anel. Pasta amarelada, branda, porosa e muito fina, com pequenos nódulos ocre. Revestida com vidrado branco e decorada com manchas azuis pintadas dentro de ovóides a manganês.

3 – Fragmento de boca e colo de pucarinho.

Pasta laranja-clara, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe alaranjado, a superfície externa apresenta traços verticais de alisamento.

4 – Fragmento de boca e parede de pequena taça.

Lábio boleado, alto e ligeiramente introvertido. Paredes hemisféricas. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre, inclusões negras e quartzos muito abundantes.

5 – Fragmento de boca e parede de tacho.

Lábio curto e introvertido, com um estribo exterior em aba. Paredes troncocónicas, com a face externa canelada. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre, inclusões negras e quartzos abundantes. Superfície externa rosada, manchada, superfície interna rosa-alaranjada.

Camada 9

6 – Fragmento de boca e colo de panela?

Lábio em aba triangular. Colo convexo. Pasta laranja-avermelhada, de textura folheada, com calcites, nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe acinzentado. Conserva vestígios de pintura branca: na parede externa e traços oblíquos sobre o bordo.

7 – Fragmento de boca e colo de púcaro.

Lábio simples, boleado. O colo conserva vestígios de um chanfro. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, inclusões negras e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com um engobe rosado.

8 – Fragmento de boca e parede de tigela.

Lábio oblíquo, em pequena aba. Paredes convexas. Pasta laranja-amarelada, de textura folheada, com calcites, nódulos ocre e quartzos abundantes. Superfícies revestidas com um engobe alaranjado. Conserva traços oblíquos de pintura branca sobre o bordo. O fragmento encontra-se muito calcinado pelo fogo.

9 – Fragmento de boca e parede de tigela.

Lábio introvertido e oblíquo, em pequena aba. Paredes hemisféricas, conservando vestígios de um chanfro. Pasta laranja-acastanhada, de textura folheada, com calcites e quartzos abundantes.

Camada 10

10 – Fragmento de boca e parede de prato.

Lábio triangular. Pasta alaranjada com cerne acinzentado, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe rosa-acinzentado.

11 – Fragmento de boca e colo de cântaro.

Boca alta, com um lábio em aba quadrangular e diferenciada do colo por um ressalto. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe rosado.

12 – Fragmento de boca e parede de taça.

Lábio em aba triangular. Paredes carenadas. Pasta alaranjada com largo cerne acinzentado, de textura folheada, com calcites, nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies laranja-rosadas estando a exterior manchada pela utilização ao lume.

Camada 11

13 – Boca e parede de alguidar.

Lábio em aba perolada e pendente. Paredes troncocónicas. Pasta laranja-acastanhada, de textura folheada, com calcites, nódulos ocre, inclusões negras, pequenas micas e quartzos muito abundantes. Revestida com vidrado verde, queimado e degradado, no interior e sobre dorso do lábio. Superfície externa revestida com engobe bege-acinzentado.

Camada 12

14 – Fragmento de boca e colo de jarro.

Lábio introvertido, em fita alta e saliente. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, nódulos ocre, partículas negras e quartzos muito abundantes. Superfície externa revestida com engobe rosado, apresentando também vestígios de pintura branca.

15 – Fragmento de boca e parede de tigela.

Lábio introvertido, em aba oblíqua. Paredes convexas. Pasta laranja-avermelhada, com largo cerne acinzentado, de textura folheada, com calcites, minúsculas micas e quartzos muito abundantes. Superfícies e fracturas muito calcinadas pelo fogo.

Camada 13

16 – Fragmento de boca e colo de panela.

Lábio de fita, boleado e introvertido. Colo côncavo. Pasta laranja-acinzentada, com cerne acinzentado, de textura folheada, com calcites, nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe negro.

17 – Fragmento de boca e colo de panela.

Lábio de fita, boleado e introvertido. Colo troncocónico. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies cobertas com engobe acinzentado. Conserva vestígios de pintura a branco na superfície externa.

Camada 14

18 – Fragmento de boca e parede de tacho.

Lábio curto e introvertido, com um estribo exterior em aba larga. Pasta bege-alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe laranja-avermelhado. Superfície externa queimada pela utilização.

Camada 15

19 – Fragmento de boca e parede de taça.

Lábio em pequena aba perolada e pendente. Parede convexa e canelada. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe rosa-alaranjado.

20 – Fragmento de boca, asa e colo de pucarinho.

Lábio em pequena aba perolada. Colo extrovertido. Asa ovalada arrancando do lábio. Pasta alaranjada, muito fina e branda, com minúsculos quartzos. Superfícies revestidas com engobe laranja-avermelhado. Conserva vestígios de decoração denteada, brunida no colo.

21 – Peso de rede.

Forma anelar. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, nódulos ocre e quartzos muito abundantes.

22 – Fragmento de boca e parede de testo.

Lábio em aba com barbela. Paredes introvertidas e troncocónicas. Pasta queimada da cozedura. Superfície interna revestida com engobe rosado.

Camada 16

23 – Fragmento de boca, colo, bojo e asa de panela.

Lábio alto, triangular e introvertido. Colo saliente e muito curto, separado do lábio por um chanfro. Asa arqueada, de fita, larga e moldurada, arrancando do lábio. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes.

24 – Fragmento de boca, colo, bojo e asa de panela.

Lábio alto, triangular e introvertido. Colo saliente, convexo e muito curto, separado do lábio por um chanfro. Asa arqueada e ovalada, de face superior nervada, arrancando do lábio. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfície externa revestida com engobe laranja-avermelhado.

25 – Fragmento de boca e colo de bilha.

Lábio alto e perolado. Colo cilíndrico e canelado. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfície externa revestida com engobe laranja-avermelhado.

26 – Fragmento de boca e colo de panela.

Lábio introvertido, em aba quadrangular. Colo curto e côncavo. Pasta bege-alaranjada, com cerne acinzentado, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfície externa revestida com engobe laranja-avermelhado.

27 – Fragmento de boca e bojo de panela. Lábio alto, triangular e introvertido. Colo inexistente. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, minúsculas micas, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes.

28 – Fragmento de boca e colo de bilha, possivelmente com bico.

Lábio perolado. Colo curto e côncavo, com um filete junto ao lábio. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, minúsculas micas, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfície externa revestida com engobe laranja-avermelhado.

29 – Fragmento de boca e colo de panela.

Lábio em aba quadrangular. Colo curto e troncocónico, separado do bojo por um ressalto. Pasta alaranjada, com cerne bege-acinzentado, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfície externa com engobe laranja-avermelhado. O fragmento apresenta as superfícies e fracturas queimadas.

30 – Fragmento de boca e colo de panela.

Lábio em aba triangular. Colo cilíndrico, com um ressalto junto ao lábio. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfície externa com engobe rosa-acinzentado.

31 – Fragmento de boca e colo de cântaro.

Lábio alto e triangular. Colo côncavo e canelado na parte superior. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, minúsculas micas, nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies com engobe laranja-avermelhado.

Camada 17

32 – Fragmento de boca e parede de testó.

Lábio em aba, com barbela. Paredes introvertidas e troncocónicas. Pasta laranja-avermelhada, de textura folheada, com calcites e quartzos abundantes. Superfície externa acinzentada pela utilização.

33 – Fragmento de boca e parede de terrina.

Lábio introvertido, alto e boleado, estribado externamente. Paredes troncocónicas, com um chanfro sob o estribo. Pasta alaranjada, com um pequeno cerne acinzentado, de textura folheada, com calcites, nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe rosado.

34 – Fragmento de boca de cântaro.

Lábio alto e cilíndrico, canelado e separado do colo por um ressalto. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites e quartzos abundantes. Superfícies alaranjadas, manchadas.

35 – Fragmento de boca e parede de prato.

Lábio em aba ovalada e pendente. Parede extrovertida e troncocónica. Pasta alaranjada, com cerne rosado, de textura folheada, com calcites e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe alaranjado, superfície interna alisada.

Camada 18

36 – Fragmento de parede e fundo de candeia.

Bico trilobado. Paredes côncavas. Pasta bege-alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe rosado.

37 – Fragmento de parede e fundo de copo, com uma asa.

Paredes bitroncocónicas, carenadas. Fundo em pé alto, de base em bolacha. Conserva vestígios do arranque inferior da asa abaixo da carena. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e inclusões negras, quartzos muito abundantes. Superfícies com engobe alaranjado, manchado. Apresenta um grafito «XV» gravado após a cozedura.

38 – Fragmento de boca e parede de bacia?

Lábio em aba larga e pendente. Paredes troncocónicas. Pasta laranja-acastanhada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre, micas e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe rosado.

39 – Fragmento de boca, parede e fundo de testó.

Lábio boleado, com pequena barbel na face superior. Paredes troncocónicas e extrovertidas. Fundo simples, de base lisa. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe rosado, queimado na face externa.

40 – Fragmento de boca, colo e bojo de panela.

Lábio em aba quadrangular. Colo curto e troncocónico, separado do bojo por um ressalto. Pasta alaranjada, com largo cerne acinzentado, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfície externa revestida com engobe rosado, manchado.

41 – Fragmento de boca e parede de alguidar.

Lábio em aba, perolado. Paredes troncocónicas. Pasta laranja-acinzentada, com largo cerne acinzentado, de textura folheada, com calcites, inclusões ocre e quartzos muito abundantes. Superfícies revestidas com engobe laranja rosado, a interna foi alisada. Superfícies e fracturas queimadas.

42 – Fragmento de boca, colo, bojo e asa de panela.

Lábio em aba quadrangular. Colo curto e troncocónico separado do bojo pela combinação de um ressalto e de um chanfro. Bojo ovóide, decorado com um chanfro largo e fundo. Asa curta, ovalada, de face superior nervada. Pasta alaranjada, de textura folheada, com calcites, pequenos nódulos ocre e quartzos muito abundantes. Superfície externa revestida com engobe rosado. Superfícies e fracturas queimadas.

Quadro das medidas dos atributos dos exemplares estudados

N.º	Bordo			Colo		Asa		Fundo	
	Diâ.	Alt.	Esp.	Alt.	Diâ.	Lar.	Esp.	Diâ.	Alt.
1	-	19	20	-	-	-	-	-	-
2	-	-	-	-	-	-	-	108	8
3	-	5	3	-	-	-	-	-	-
4	100	7	5	-	-	-	-	-	-
5	-	5	6	-	-	-	-	-	-
6	136	7	10	23	127	-	-	-	-
7	-	2	4	-	-	-	-	-	-
8	290	8	9	-	-	-	-	-	-
9	-	11	12	-	-	-	-	-	-
10	-	10	10	-	-	-	-	-	-
11	148	41	12	-	-	-	-	-	-
12	-	9	12	-	-	-	-	-	-
13	630	28	29	-	-	-	-	-	-
14	146	24	10	-	-	-	-	-	-
15	308	8	13	-	-	-	-	-	-
16	-	9	6	27	-	-	-	-	-
17	-	10	7	31	-	-	-	-	-
18	300	12	21	-	-	-	-	-	-
19	-	6	10	-	-	-	-	-	-
20	100	6	6	15	87	13	9	-	-
21	-	25a	56l	-	-	-	-	-	-
22	-	15	8	-	-	-	-	-	-
23	192	16	13	12	196	40	16	258b	-
24	130	13	13	11	130	23	14	162b	-
25	125	15	13	-	120	-	-	-	-
26	250	11	20	-	238	-	-	-	-
27	136	14	10	-	-	-	-	-	-
28	100	11	10	-	93	-	-	-	-
29	130	17	11	14	122	-	-	-	-
30	-	14	16	15	-	-	-	-	-
31	106	15	9	-	81	-	-	-	-
32	-	13	5	-	-	-	-	-	-
33	-	12	6	-	-	-	-	-	-
34	120	40	5	-	-	-	-	-	-
35	310	16	15	-	-	-	-	-	-
36	-	20a	-	-	-	-	-	-	-
37	-	80c	-	-	-	-	-	38	7
38	300	13	23	-	-	-	-	-	-
39	148	11	6	25a	-	-	-	-	-
40	144	16	12	12	133	-	-	-	-
41	-	26	36	-	-	-	-	-	-
42	128	7	10	10	123	16	11	-	-

LEGENDA: a – Altura total. c – Diâmetro da carena.
 b – Diâmetro do bojo. l – Diâmetro máximo.

Figuras

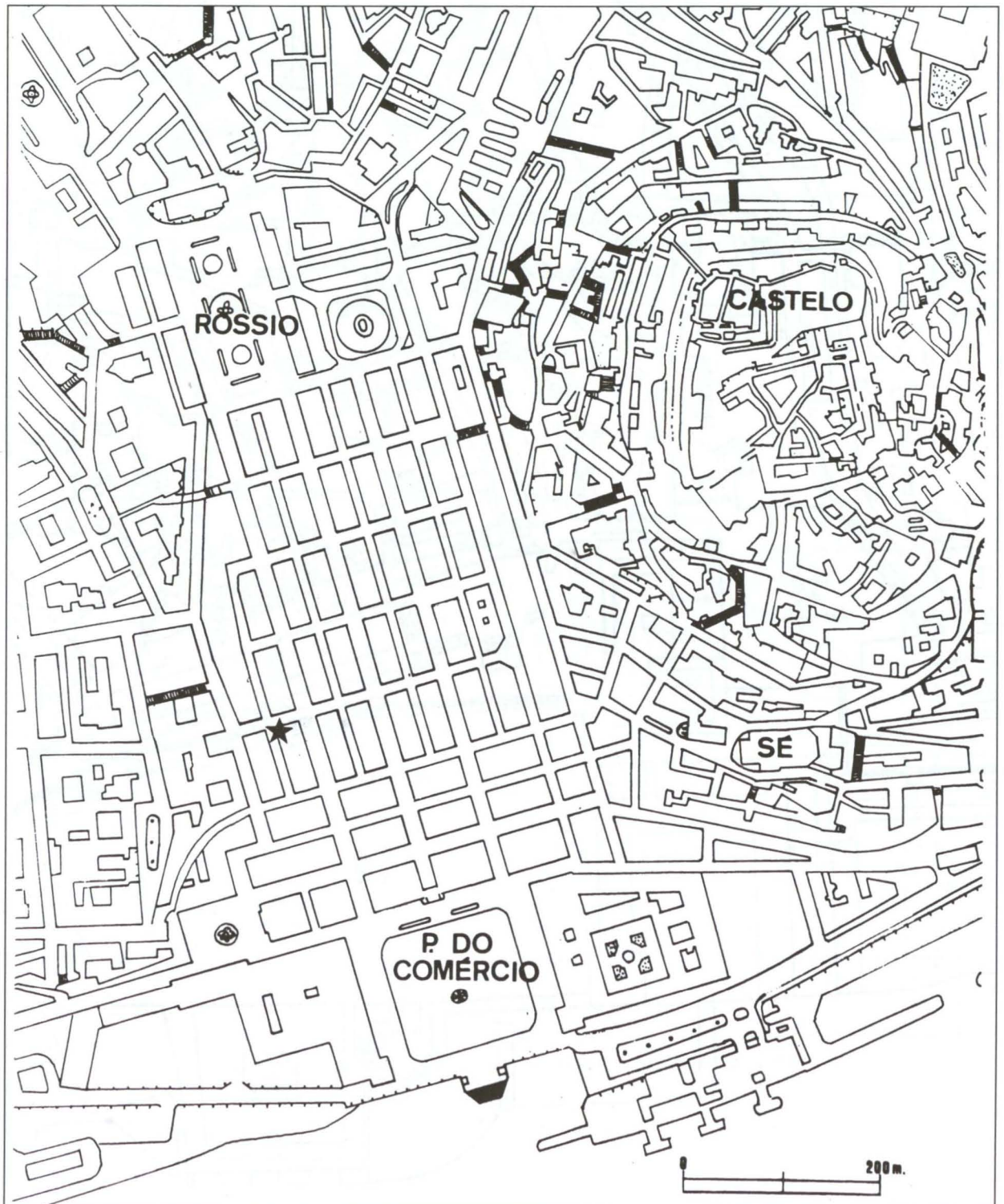


Fig. 1. – Planta de localização geral da intervenção arqueológica

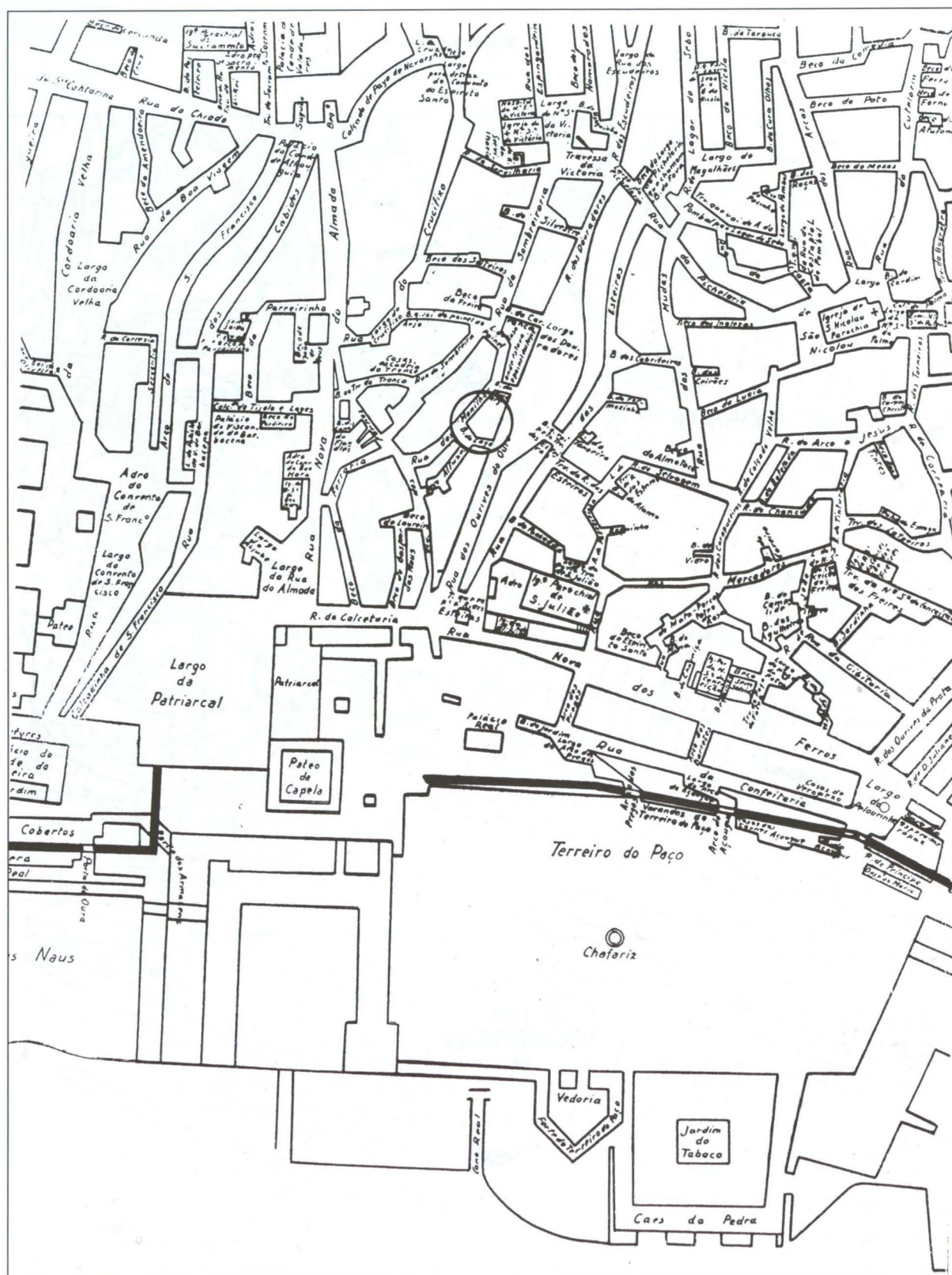


Fig. 2. – Localização da área da intervenção na “Planta de Lisboa anterior ao terramoto de 1755”, reconstituída por José Valentim de Freitas

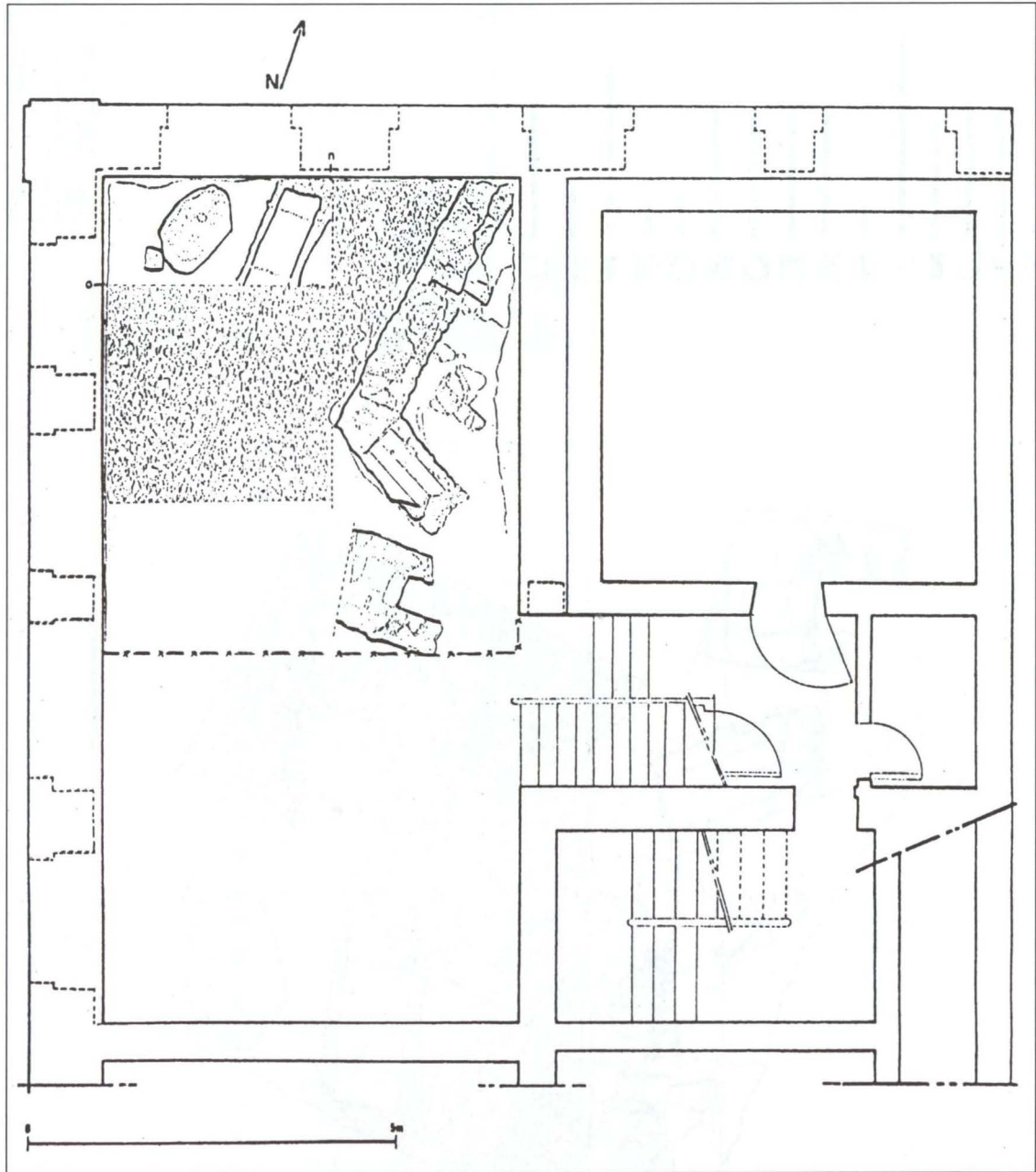


Fig. 3. – Implantação das estruturas pré-pombalinas e localização dos cortes

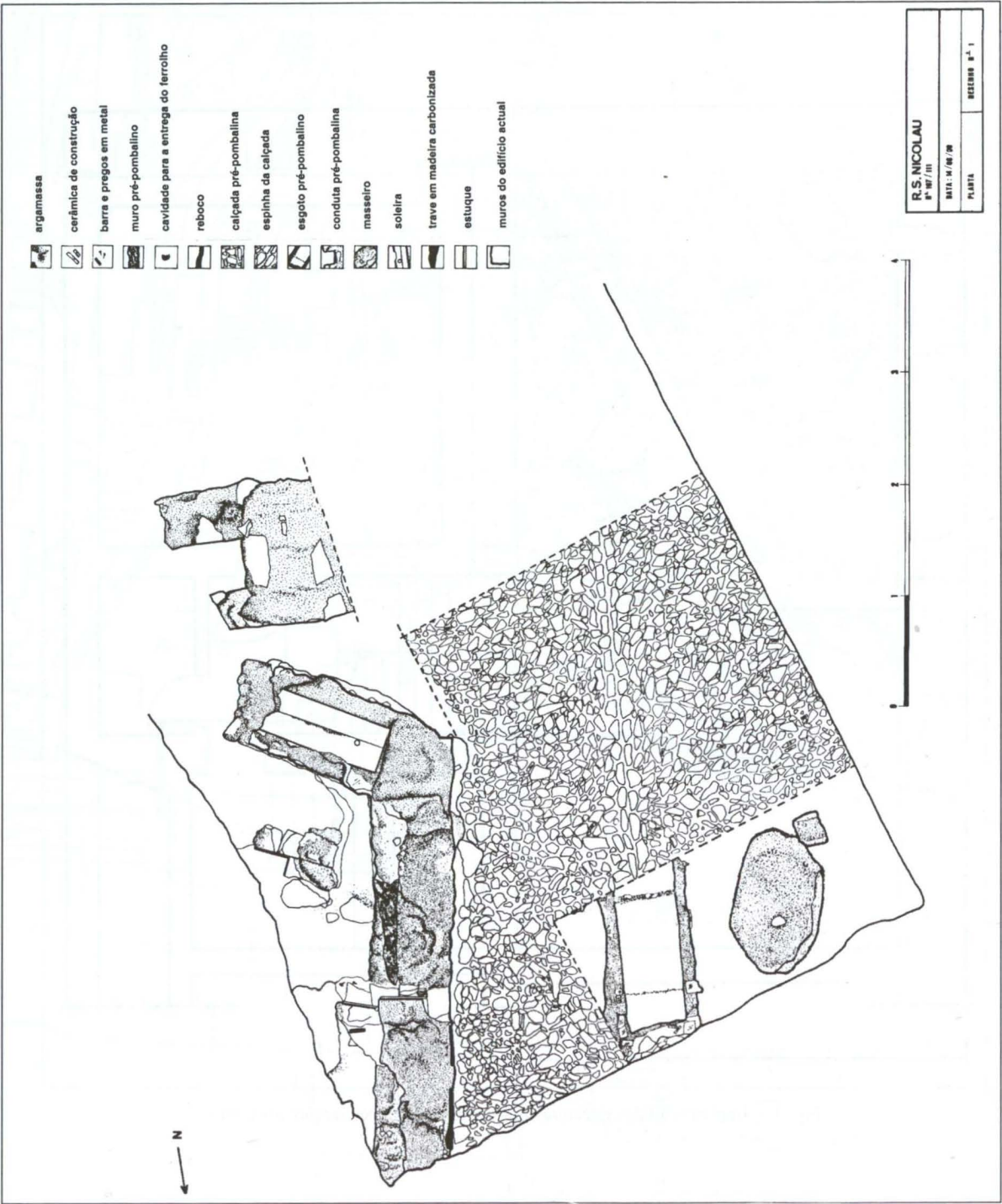


Fig. 4. – Planta das estruturas anteriores ao terramoto de 1755.

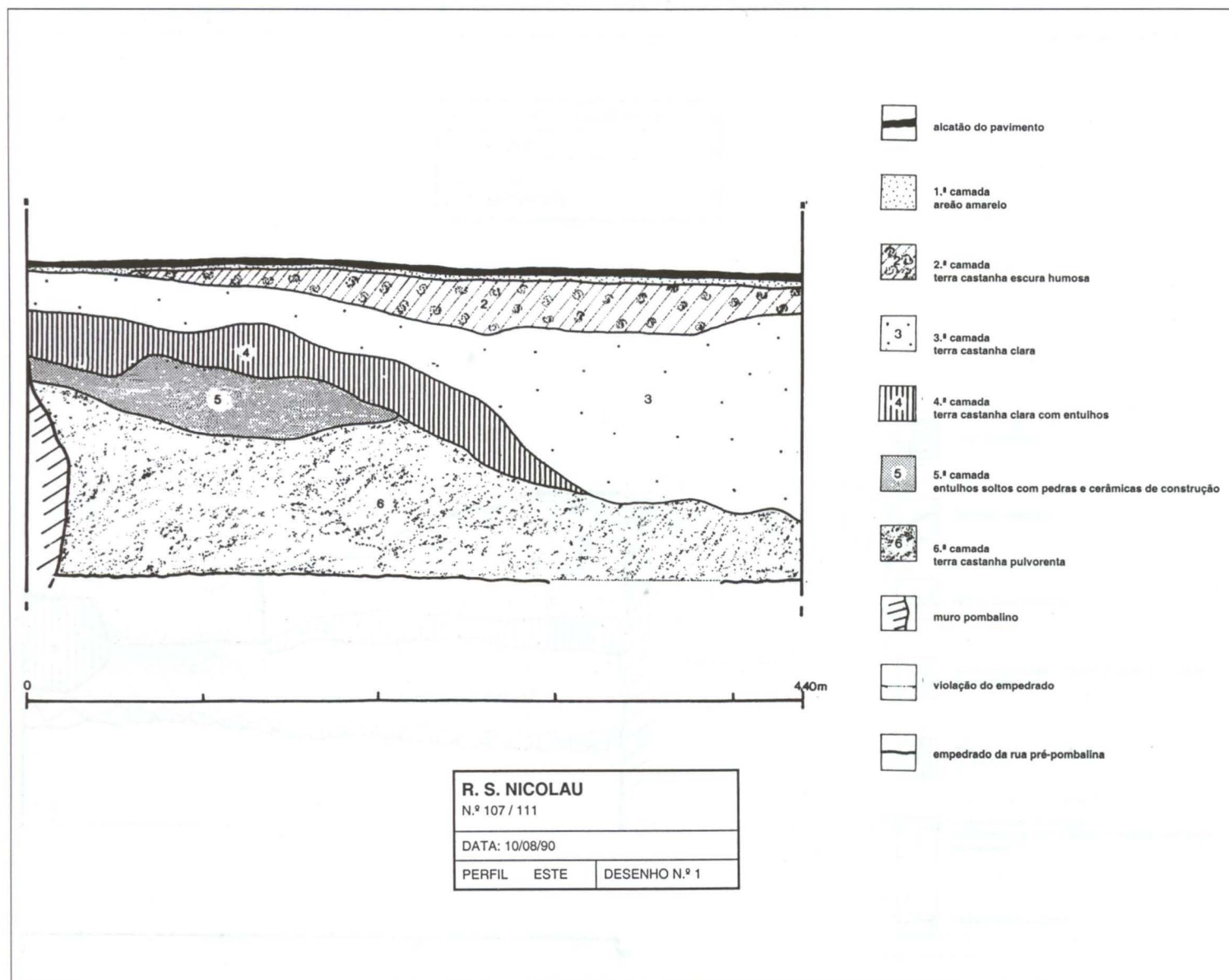


Fig. 5. – Corte n – n' (sobre as estruturas pré-pombalinas).

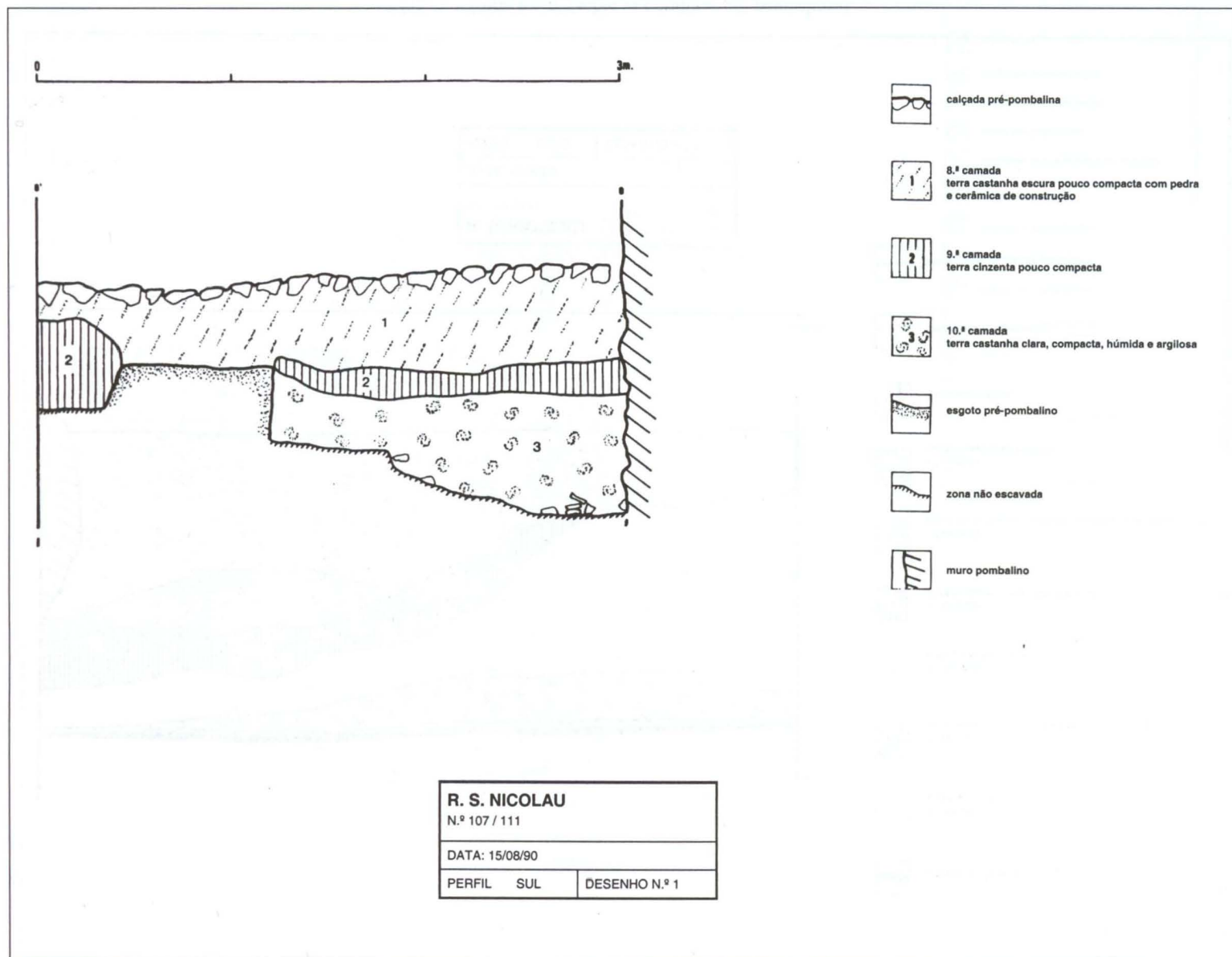


Fig. 6. – Corte o – o' (sob a rua pré-pombalina).

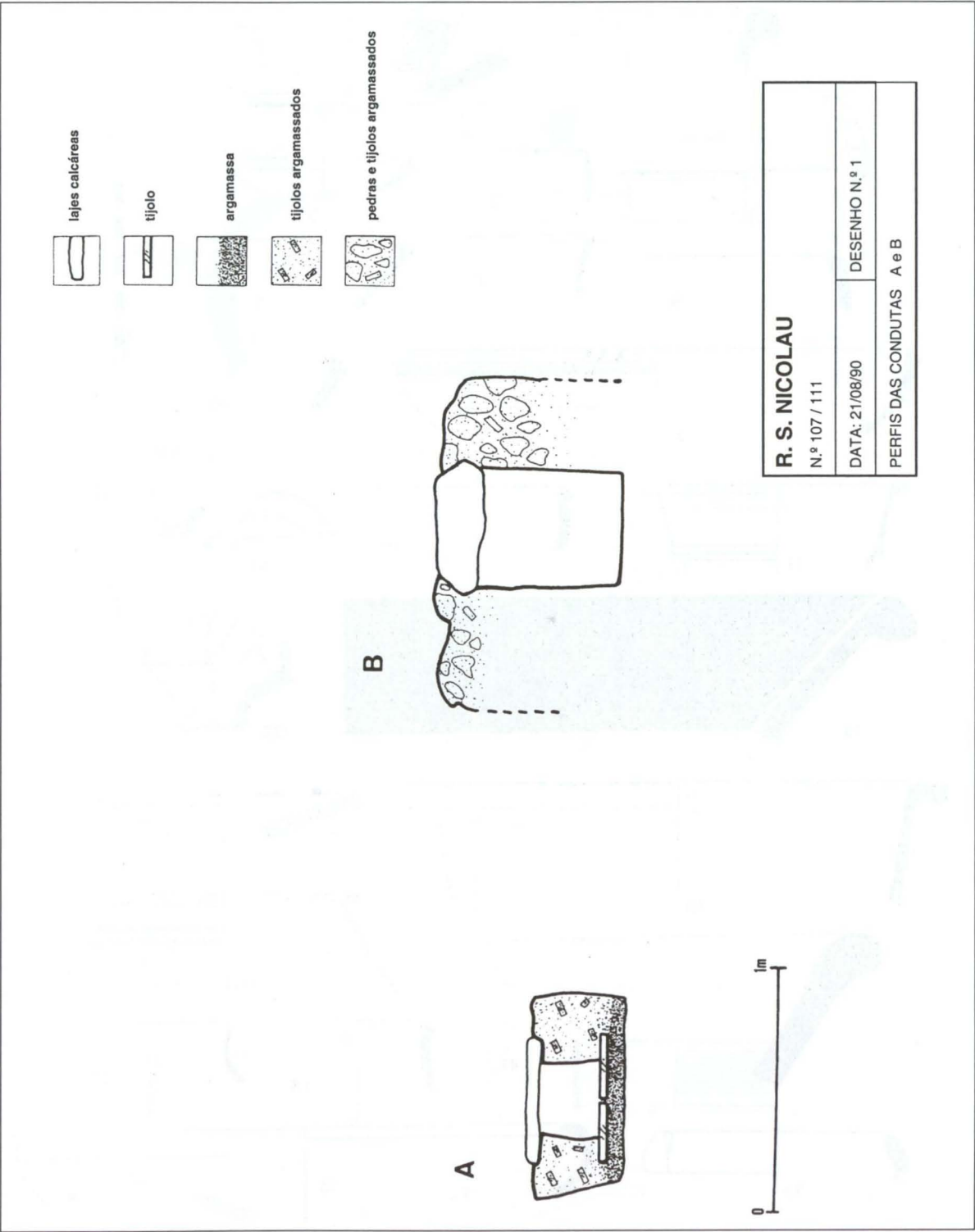


Fig. 7. – Perfis de esgotos.

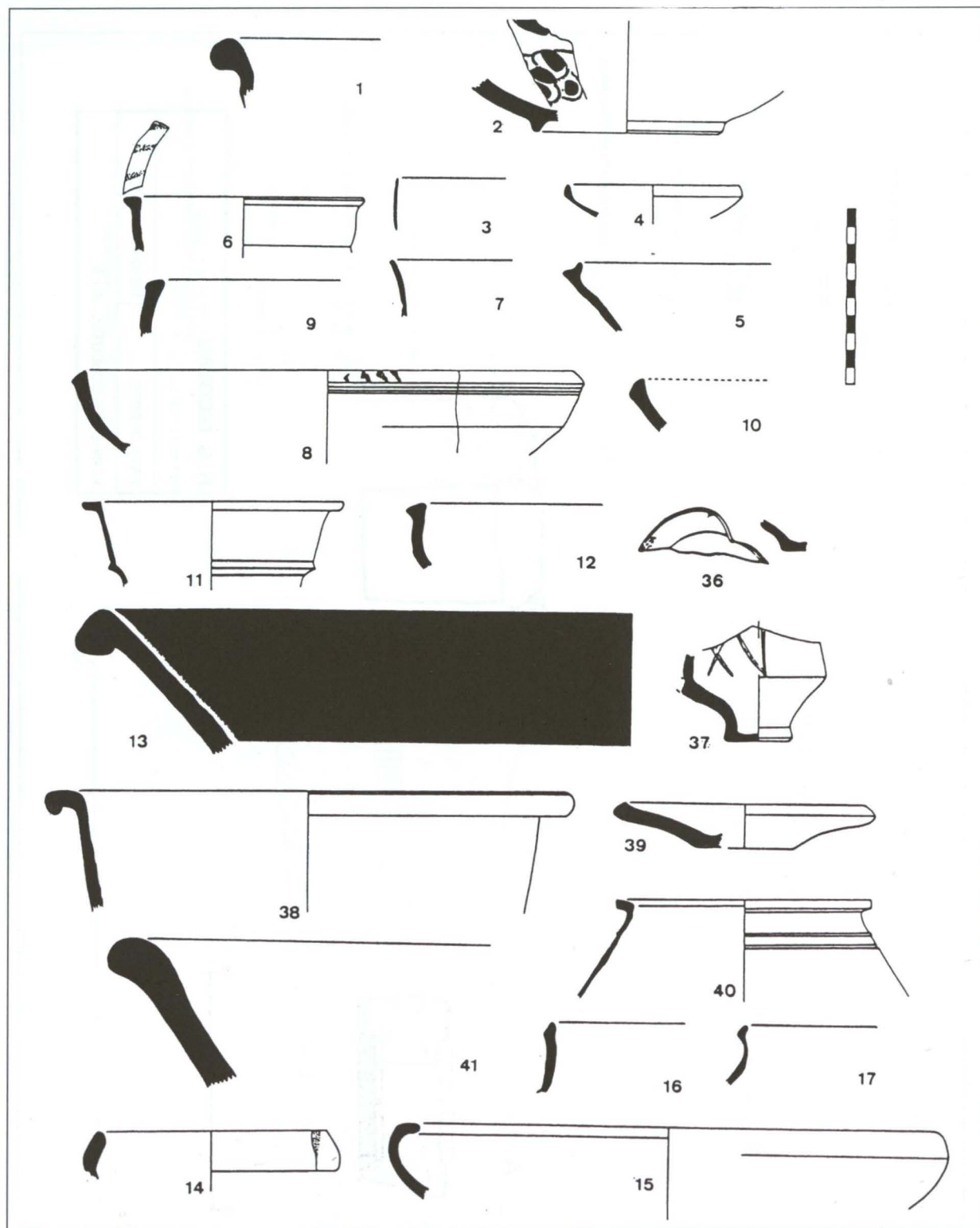


Fig. 8. – Camada 8: n.º 1 a 5. Camada 9: n.º 6 a 9. Camada 10: n.º 10 a 12. Camada 11: n.º 13. Camada 12: n.º 14 e 15. Camada 13: n.º 16 e 17. Camada 18: n.º 36 a 41.

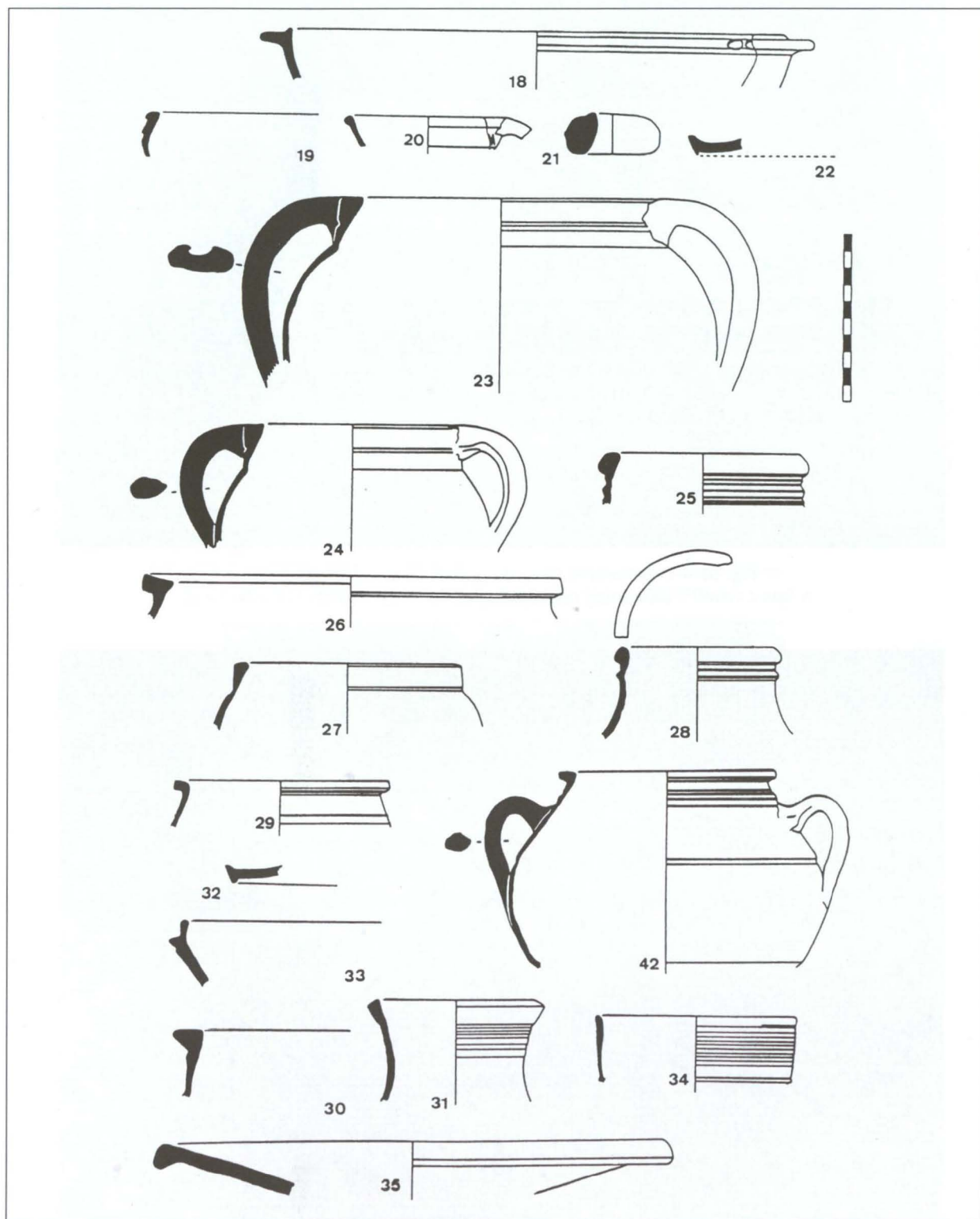


Fig. 9. – Camada 14: n° 18. Camada 15: n° 19 a 22. Camada 16: n° 23 a 31.
Camada 17: n° 32 a 35. Camada 18: n° 42.



Fig. 10. – Vista tirada de Oeste do empedrado da rua pré-pombalina.
A Este é visível o corte com a estratigrafia dos aterros pombalinos (camadas 1 a 6).



Fig. 11. – Vista tirada de Sul da rua pré-pombalina.
Particular da “espinha” do empedrado, de direcção S/N.



Fig. 12. – Vista tirada de Este do esgoto pré-pombalino. A Norte é visível a banqueta da sondagem "A". A ladear o esgoto encontra-se a 10ª camada.

Fig. 13. Vista tirada de Este da sondagem "A". Em primeiro plano é visível o esgoto pré-pombalino, a Oeste encontra-se o masseiro.



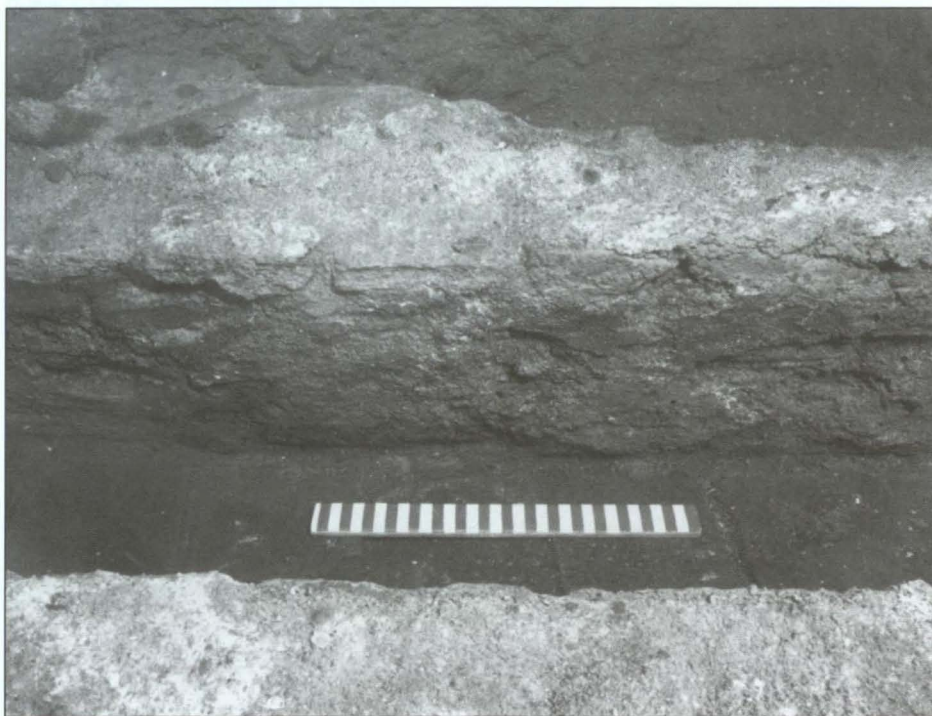


Fig. 14. Pormenor da sondagem "A" vista de Oeste. Vista lateral do esgoto pré-pombalino. São visíveis a soleira de tijolos e o reboco interno dos muretes.



Fig. 15.

– Vista tirada de Sul do edifício pré-pombalino. A Sul vê-se a soleira da porta para o "Beco das Lajes". A porta para a "Rua das Manilhas", a Oeste, já não conservava a pedra da soleira. A Este é ainda visível uma parede-mestra e um arco de fundação do edifício pombalino.



Fig. 16. – Particular tirado de Norte do edifício pré-pombalino. É visível o cunhal do edifício e a soleira da porta para o “Beco das Lajes”. O tijolo e a argamassa sobre a soleira apontam para que a porta se encontrasse entaipada.



Fig. 17

– Vista tirada de Norte da sondagem “B” no interior do edifício pré-pombalino. São visíveis os vestígios de dois muros formando ângulo, pertencentes a uma construção anterior.



Fig. 18. Particular da área Sudeste da intervenção, vista de Este.
Conduta no “Beco das Lajes”.

NOTAS

- 1 Veja-se, por exemplo, OLIVEIRA, XIII, p. 48, 90, 239, 445 e 447, XIV, p. 15, 586 e 587.
- 2 Num artigo recente, sobre cerâmicas datáveis dos séculos XIII-XV encontradas em Lisboa, foi posta em causa a hipótese de estes vasos serem medidas (GASPAR e AMARO, 1997, p. 341). Nas palavras destes Investigadores: "A hipótese de poderem ter servido como medidas de capacidade foi posta de parte uma vez que existem recipientes (Est. 4, 1 e 2) de tamanhos muito diferentes com o mesmo grafito - XII. As peças de menores dimensões apresentam números mais elevados como por exemplo XVIII (Est. 4, 3)". Não temos qualquer dúvida de estarmos em presença de medidas. A sua forma conservou-se com ligeiras alterações até ao nosso século - naturalmente obedecendo agora ao sistema decimal. O facto dos vasos de menores dimensões apresentarem uma numeração maior é perfeitamente natural, já que se referem a divisões: quinze avos será necessariamente menor que uma medida de apenas doze avos.
No *Regimento Dado pelo Tribunal do Senado da Camara ao Officio de Oleiro*, de 13 de Julho de 1792, encontram-se registadas as medidas em barro para líquidos (LANGHANS, 1946, p. 359).

BIBLIOGRAFIA

- AMARO, Clementino; BUGALHÃO, Jacinta e RAMALHO, Maria, 1994, "A baixa pré-pombalina: alguns aspectos urbanísticos", *Actas das V Jornadas Arqueológicas*, I, Lisboa, pp. 227-237.
- CASTILHO, Júlio de, 1937, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, 2.^a ed., Lisboa, S. Industriais da C. M. de Lisboa.
- DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura, 1995, "Duas intervenções arqueológicas em Lisboa (Rua da Madalena e Rua do Ouro)", *Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, 2, pp. 63-75.
- DIOGO, A. M. Dias e TRINDADE, Laura, 1998, "Intervenção arqueológica na Rua João do Outeiro, n.º 36/44, na Mouraria, em Lisboa", *Actas das 2.^{as} Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, Porto, C. M. de Tondela, pp. 253-261.
- DIOGO, A. M. Dias e VITAL, Nestor Fatia, 1998, "Moedas da intervenção arqueológica na Rua de São Nicolau em Lisboa", *Moeda*, XXIII, 1, pp. 27-29.
- GASPAR, Alexandra e AMARO, Clementino, 1997, "Cerâmicas dos séculos XIII-XV da cidade de Lisboa", *La Céramique Médiéval en Méditerranée. Actes du VI^e Congrès*, Aix-en-Provence, p. 337-345.
- LANGHANS, Franz-Paul, 1946, *As Corporações dos Ofícios Mecânicos. Subsídios para a sua História*, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, vol. II.
- OLIVEIRA, Eduardo Freire de, 1882-1911, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, 17 vols., Lisboa, Tipografia Universal.
- TOMBO DA CIDADE DE LISBOA, Manuscrito do ANTT.
- TRINDADE, Laura e DIOGO, A. M. Dias, 1996, "As ânforas romanas provenientes da escavação da Rua de São Nicolau, n.º 107/111, em Lisboa", *Artefactos*, 2, pp. 18-22.

Possidónio da Silva e um Projecto de Banhos Públicos para a Lisboa de Oitocentos

ANA C. N. MARTINS*

«Publicando este projecto, o nosso intuito é apenas dar noticia que há mais de um quarto de seculo um architecto portuguez tentára executar, para ser util à sua patria, pois havia concorrido para a fundação de um estabelecimento de tão reconhecida utilidade».

(Possidónio da Silva, 1865)

Introdução

Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), architecto da Casa Real, já foi objecto de diversas abordagens historiográficas¹. Contudo, e não obstante algumas tentativas mais sumárias nesse sentido, verificamos que as mesmas se têm circunscrito a uma listagem de eventos e actividades que marcariam a vida e obra desta individualidade do nosso meio cultural do século dezanove.

Será, também por isso, que pretendemos proceder, neste nosso pequeno estudo, a uma análise mais detalhada de uma dessas obras, por forma a tentarmos perceber o Homem que se encontraria por detrás dela, inferindo, simultaneamente, o seu pensamento e modos de agir, explicáveis mediante a sua contextualização histórica.

A obra analisada será a de um projecto que delinearía, em meados dos anos trinta, para uma Casa de Banhos Públicos, que perspectivava construir no coração da Lisboa burguesa de oitocentos.

A Concepção Architectónica do Edifício

Sem pretendermos proceder a uma análise verdadeiramente simbólico-formal do projecto em questão (até por não constituir, esse, o principal intuito do presente artigo, relegando-o para uma ocasião mais oportuna)², pensamos ser de toda a pertinência proceder a algumas observações mais generalistas. Acreditamos que, somente assim, poderemos compreender algumas das razões que estariam subjacentes à escolha de Possidónio por um estilo claramente Neoclássico o qual, nos demais países europeus e, nomeadamente, em França, sofreria, então, algumas transformações, sendo paulatinamente substituído por outras linhas estéticas, mais consonantes aos desígnios da crescente burguesia.

Poderemos, assim, proceder a uma conclusão preliminar, ou seja, a da presença de um certo anacronismo inerente à sua proposta, tanto em termos de linguagem architectónica, como decorativa, numa época em que, na época em que Possidónio vivera e estudara em Paris (1825-1833), já teriam surgido e ganhado forma, quer as tendências *Neogóticas*, quer aquelas que espelhavam, a seu modo, uma nova sociabilidade, manifestada com o advento da *Industrialização*, e em resposta às suas próprias necessidades desenvolvimentistas.

Premências essas que se revelariam, por exemplo, na aplicação de novos materiais de construção, dos quais o ferro e o vidro seriam os exemplos mais paradigmáticos. Doravante, eles passariam a ser aplicados, não apenas em meros pormenores decorativos – como teria sucedido, pontualmente, até então –, mas, sobretudo, enquanto partes constituintes da própria estrutura dos novos edifícios que iam sendo edificadas, e de muitos outros que seriam alvo de remodelações, totais, ou parciais.

Consequentemente, Possidónio da Silva dificilmente teria podido ignorar o despontar e desenvolvimento de tais inovações tecnológicas, ponderadas e desenvolvidas, tanto ao nível da *Arquitectura*, como

* Associação dos Arqueólogos Portugueses. Email: anamartins@teleweb.pt

da Engenharia Civil, quanto mais não fosse pelo facto de ambas as matérias serem leccionadas na *École des Beaux-Arts*, de Paris, no seio da qual obteria parte considerável de toda a sua formação académica. Facto esse que não obstaría, contudo, a que os seus corredores se encontrassem repletos da, ainda, preponderante componente neoclássica, expressa por individualidades tão marcantes do seu ensino, como as do seu próprio director, Quatremère-de-Quincy, ou de outros docentes, como Charles Percier, Fontaine e Huyot.

Para além de todo esse lado teórico, Possidónio deveria ter contactado, mais de perto, com projectos elaborados por arquitectos da denominada *nouvelle vague*, como Henri Labrouste – aliás, seu colega naquela instituição de ensino superior –, o qual, à semelhança de muitos outros profissionais da mesma área, entendia ser urgente modificar a forma pela qual os teóricos da Arquitectura Civil se vinham relacionando com as ruínas arqueológicas. Postura essa que culminaria, na sua essência, com os múltiplos e prolongados debates, mantidos com o supracitado director da *École*, que acabariam por colocar em causa, entre muitos outros aspectos, alguns dos princípios, considerados mais «académicos», neoclássicos «puros», largamente difundidos no âmbito da mesma escola.

Para além desses aspectos, não poderia ter deixado de conhecer, igualmente de perto, obras tão exemplares dessa mesma nova linha de pensamento arquitectónico, como as delineadas pelo mesmo H. Labrouste, como a do «Tribunal de Cassation», com o qual ganharia o *Prix de Rome*, em 1824, pouco tempo antes de Possidónio ter chegado à capital francesa. Não poderá ter também ignorado outros dos seus projectos, como os da *Bibliothèque de Sainte Geneviève* e da *Bibliothèque Nationale de Paris*, ambos com uma visível incidência dos elementos vítreo e férreo.

Por outro lado, seria colega do arquitecto Baltard, ao lado de quem trabalharia no *atelier* particular que Ch. Percier manteria na cidade de Paris, e com quem teria permanecido e viajado por terras italianas, durante os dois anos que permaneceria nesse país, concretizando o denominado *Grand Tour* da modernidade e contemporaneidade da Europa cultural e burguesa. Amizade essa que, aliás, se cimentaria e perduraria ao longo da vida de ambos, como bem atesta a sua regular troca epistolar. Consequentemente, poderemos afirmar que Possidónio conheceria, de forma assaz próxima, o conceptualista das famosas *Halles de Paris*, ou seja, o arquitecto que aplicaria, inovadoramente, o ferro e o vidro nas estruturas arquitectónicas dos seus múltiplos projectos.

Para além disso, e aquando do seu regresso a Paris, após a sua longa estada italiana, em 1830, Possidónio interviria pessoalmente nalguns edifícios parisienses que primariam, precisamente, pela aplicação daqueles mesmos elementos nas suas estruturas e zonas decorativas, como no exemplo das obras efectuadas na galeria do *Crystal Palais Royal*, nas quais o ferro e o vidro seriam aplicados pela primeira vez em França.

Por outro lado, patenteamos que Possidónio, já em terras portuguesas, requeria, com alguma frequência, informações mais detalhadas sobre novas formas de construção civil, nomeadamente de estruturas metálicas, junto de alguns dos seus antigos condiscípulos, assim como de algumas das principais empresas que se dedicariam a esse tipo de edificações, nomeadamente de pontes.

Em consequência do exposto até ao momento, poderemos concluir que o projecto de Banhos Públicos, delineado por Possidónio da Silva, em meados dos anos de trinta, para a capital portuguesa, pensado em estilo iminentemente neoclássico, de traços pompeanos, não surgiria em consequência de um desconhecimento que nutriria pelo que de mais inovador se iria fazendo pela Europa fora, em termos construtivos, e de novas linguagens estéticas e arquitectónicas. Na verdade, o seu projecto revelar-se-ia um verdadeiro entrosamento, sobretudo ao nível da sua estrutura de cobertura, de alguns elementos vítreos e férreos, sem os quais, aliás, teria sido difícil alcançar uma outra solução construtiva, nomeadamente ao projectarem-se, para a mesma, amplas entradas de luz para o interior dos diferentes pátios que se encerrariam no seu espaço.

Assim sendo, quais teriam sido as reais razões, pelas quais teria, aparentemente, preferido uma linguagem estética, iminentemente neoclássica, para a construção do seu projecto, porquanto dificilmente conseguiremos conceber que o tivesse feito em consequência «...de uma deliberada vontade de distanciamento para com estas (novas) atitudes [ferro e vidro]»³. Situação tanto mais impensável, uma vez que tornar-se-á relativamente evidente que o projecto em questão constituiria, por si só, um notório apartamento dessas mesmas inovações arquitectónicas. O mais relevante para nós, revelar-se-á, no entanto, a compreensão da razão de ser desse mesmo deliberado, e aparente, distanciamento.

A aparente preferência concedida à linguagem neoclássica na delineação daquele projecto, poder-se-ia ter relacionado com o facto do seu autor ter sido notória e naturalmente influenciado por ela ao longo de toda a sua vida académica, quer enquanto discente da *École*, como, ainda, enquanto estagiário em Roma, país no qual contactaria, de forma bastante directa, com as mais ecléticas e exemplares realidades arqueológicas da Antiguidade Clássica, tanto Romana, como Grega. Aí, terá visitado, admirado, estudado e desenhado algumas das ruínas de edifícios, cuja utilização enquanto termas, teria conhecido até então apenas mediante a leitura de álbuns de reproduções, de gravuras e desenhos, perfeitos por curiosos e cultos viajantes ingleses e franceses, assim como através da leitura de obras de referência, como seriam as de Vitruvius, Palladio, etc. Certamente que tais edificações o terão deslumbrado, tanto pelas suas dimensões, como, ainda, pela vasta complexidade das suas estruturas e zonas de serviço que lhes estariam subjacentes, assim como pelos princípios da vivência quotidiana dessa mesma longínqua Antiguidade, que se encontrariam subjacentes à utilização diária desses mesmos estabelecimentos.

Terá, assim, e então, germinado no espírito de Possidónio a ideia de conceber um projecto daquela mesma natureza, cuja revificação seria unicamente permissível através da revisitação de edifícios de termas da Roma Antiga, ou seja, mediante a aplicação de uma linguagem arquitectónica de linhas marcadamente neoclássicas, porquanto teria sido em solo grego e, subsequentemente, em terras italianas, que esses estabelecimentos surgiram e se implementariam. Seria, a seu modo, uma prestação de verdadeira homenagem que pretenderia efectuar às mentes artísticas da Antiguidade Clássica.

Para além disso, Possidónio teria um conhecimento bastante próximo dos diversos estabelecimentos de banhos públicos, que vinham sendo construídos por toda a cidade de Paris, sobretudo após o advento da Revolução de 1789. Teria, portanto, interiorizado a necessidade da sua larga disseminação, enquanto uma das formas mais fiáveis de afirmação da nova sociabilidade burguesa, bem como um evidente meio eficaz de combate a todo um conjunto de doenças, que então proliferavam, e cuja origem e alastramento se resumiria, precisamente, à ausência de hábitos enraizados de higiene pessoal e periódica. Não obstante, e embora fossem, na sua grande maioria, construídos numa linguagem neoclássica, sê-lo-iam de uma forma menos arrojada do que a manifestada no projecto de Possidónio⁴.

Efectivamente, se a maioria dos edifícios construídos em finais do século XVIII, princípios de XIX, teria seguido uma linguagem arquitectónica neoclássica, eles caracterizar-se-iam pela presença de linhas mais simples, puras, isto é, coadunando-se precisamente ao período da História da Antiguidade Clássica, com a qual melhor se identificariam os novos ventos revolucionários, ou seja, a Atenas de Péricles e a Roma Republicana. No projecto de Possidónio da Silva, por seu turno, constatamos a presença de linhas mais elaboradas, possivelmente inspiradas em monumentos da Roma Imperial. Elementos arquitectónicos esses que se coadunariam melhor a uma Europa pautada pelas sucessivas invasões napoleónicas e, sobretudo, a uma França Imperial Napoleónica, o mesmo seria dizer, a uma França triunfalista.

Essa simbologia, de um quase esplendor, apogeu e triunfo, poderia ser perfeitamente atribuível a uma Lisboa liberal, constitucional – mas monárquica –, na qual começariam já a soprar os ventos da modernidade, e cuja população lutava, na sua grande maioria, pela instauração dos ideais de liberdade, democracia – segundo o entendimento epocal, muito naturalmente –, e civilização.

Muito possivelmente, Possidónio terá pretendido ofertar um projecto arquitectónico à capital do Reino, que, para além de aspirar, implicitamente, iniciar a sociedade lisboeta nos hábitos de higiene particular, e que há muito fariam parte integrante dos costumes da *Europa Ilustrada*, constituiria, em si mesmo, do esplendor da própria capital do país. Situação que se revelaria, sobretudo numa cidade, capital de um Império, e numa altura em que, mais do que nunca, por questões de mera sobrevivência política do Portugal independente, uma forte expressão de solidariedade nacional. Concomitantemente, pretenderia ornamentar a cidade com um belo edifício, que, nas suas próprias palavras, projectara,

«...para mais attrair a attenção e convidar a frequência ao novo estabelecimento, procurar fazer este edificio com certa elegância, e contribuir pela sua perspectiva pouco vulgar a ser concorrido, mais para satisfazer a propria curiosidade examinados do que com a esperança do beneficio resultado no vulgo»⁵.

Será igualmente permissível pensar que, por outro lado, Possidónio, ao pretender, na década de trinta, delinear um projecto que incluísse, tanto a nível estrutural como decorativo, diversos elementos vítreos e férreos – à semelhança do que iria sucedendo um pouco por todo o Mundo Ocidental da época –, viesse a enfrentar alguns obstáculos na sua execução. Dificuldades essas que seriam naturalmente acrescidas pelo relativo atraso que far-se-ia sentir na implementação definitiva do processo industrial entre nós, compara-

tivamente aos países europeus economicamente mais desenvolvidos⁶. Aliás, residiria, nessa, uma das principais razões pelas quais, na década de trinta, a sociedade lisboeta não se encontraria, ainda, suficientemente preparada, esclarecida e sensibilizada, por forma a compreender, aceitar e frequentar uma edificação daquela natureza, e com aquelas características, sobretudo ao evidenciar uma vasta panóplia de elementos vítreos e férreos, que ainda não constariam das suas vivências quotidianas.

Ademais, não se terá revelado um mero acaso, o facto de ter sido, precisamente, Possidónio a introduzir, em Lisboa, a «moda» dos caixilhos metálicos, aplicando-os, primeiramente, na sua residência particular, situada na R. de S.^{to} António, à Estrela. Moradia essa que seria igualmente remodelada a estilo pompeano, no que se denotaria o seu efectivo interesse pela linguagem neoclássica, aplicada em matéria arquitectónica – nomeadamente de interiores –, e por cuja utilização passaria a ficar sobejamente conhecido no meio aristocrático lisboeta, cujos principais membros o requisitariam, doravante, de forma assaz frequente, por forma a que procedesse a obras de remodelação dos seus respectivos palácios, palacetes, *au moderne*.

Em consequência de uma longa ausência de tradição industrial no território português, seria natural que o nosso país carenciasse de profissionais especializados, que viabilizassem um projecto da natureza e envergadura do dos Banhos Públicos. Assim, inferir-se-ia os seus elevados custos, porquanto seria necessário importar alguma matéria-prima, para além da evidente morosidade da sua execução, em consequência da formação que seria imprescindível fornecer aos novos operários, para uma correcta aplicação dos diversos elementos implícitos no projecto inicial.

Poderemos ponderar a coadunação da aplicação, por exemplo, dos elementos férreos, que obrigaria, por inerência, a uma utilização de consideráveis superfícies vítreas, ao projecto elaborado por Possidónio. Analisando atentamente esse mesmo trabalho, verificamos que, na realidade, aqueles elementos construtivos seriam mais adequados aos grandes espaços abertos internos, contrariamente a outras dependências do edifício, que requereriam uma maior privacidade, por parte dos utentes do novo estabelecimento de banhos públicos, como no caso específico das salas de banho individuais.

Consequentemente, os materiais que Possidónio escolheria mais amiúde e preferencialmente para a execução do seu projecto, revelar-se-iam os mais consentâneos aos propósitos e características do mesmo. Para além disso, torna-se claro que, optando pela aplicação de uma linguagem nitidamente neoclássica, tornar-se-ia, logo à partida, e para os mais puristas, contraditória e anacrónica uma aplicação demasiado visível daqueles mesmos elementos construtivos e decorativos. Anacronia essa que se tornaria por demais evidente, numa época e sociedade que não se encontrariam ainda suficientemente sensibilizadas para a sua aplicabilidade.

Uma questão urdirá, no entanto, colocar. Se a arquitectura do ferro não se coadunaria a um projecto daquela natureza e, sobretudo, com as características estruturais inerentes ao projecto de Possidónio, como seria possível que, em 1855, se construíssem os banhos de S. Paulo, em cujo interior seriam amplamente aplicados elementos férreos, e que tão entusiástica e largamente seriam aplaudidos e acarinhados pela população mais exigente da Lisboa de então? Possivelmente, porque seria concretizado vinte anos mais tarde, numa altura em que Portugal teria já entrado na roda infundável e irreversível da *Industrialização*, quando a arquitectura do ferro passara a ser amplamente aceite e aplicada, quando, enfim, a sociedade lisboeta se encontraria mais informada e sensibilizada para toda uma súpula de questões, directamente relacionadas à premência de uma frequente higiene corporal e, consequentemente, ponderava, seriamente, a utilização periódica – e com menos pudor –, de estabelecimentos públicos congéneres.

Não deixará de ser igualmente interessante constatar que Possidónio da Silva, longe de poder ser considerado um profissional da Arquitectura, profundamente arreigado a determinadas concepções e ideias preconcebidas, nomeadamente ao nível de posturas estéticas e linguagens arquitectónicas, acompanharia, pelo contrário, o desenvolvimento da Arquitectura e Engenharia Cívica, nas suas mais diversas vertentes. Interesse e actualização esses que evidenciaria ao longo de toda a sua existência, sem demonstrar qualquer género de preconceito, concernentemente às inovações tecnológicas que se iam sucedendo no decurso do século dezanove. Será disso exemplo, o facto de, a propósito do surgimento de um projecto para construção de um estabelecimento termal em Vizela, delineado pelo arquitecto Cesário Augusto Pinto, Possidónio ter afirmado que,

«...há ainda outro merecimento de subido valor, aquelle de ter o artista dado à fachada deste edificio um carácter appropriado à sua applicação, fugindo de copiar servilmente modelos clássicos romanos, aliás de grande auxilio para este genero de edificações, mas fóra dos usos modernos»⁷.

Constatamos, assim, que, pelo menos em 1877, Possidónio já consideraria que um edifício que fosse construído numa linguagem neoclássica, revelar-se-ia perfeitamente desactualizado, quer relativamente às novas linguagens estéticas, entretanto despontadas e maturadas, quer, ainda, em relação às necessidades populacionais, de um modo geral. Denotamos, no entanto, ainda uma certa preferência pelos modelos clássicos, embora, ainda na sua opinião, não devessem ser reproduzidos de uma forma linear e acrítica. Ademais, seria nessa mesma linha de pensamento, que o autor do projecto para Vizela, afirmaria que

«Poderíamos ter delineado um edificio de estylo mais severo, uma imitação de algum monumento romano... mas além de nos não conformarmos com o anachronismo que sempre se dá em casos idênticos, mobilando e ornamentando o interior à moderna, preferimos adoptar um genero mais em harmonia com os usos e costumes da nossa epoca»⁸.

Poderíamos, ainda, discorrer sobre o facto do projecto delineado por Possidónio não se ter coadunado, na altura, e em termos arquitectónicos, ao tipo de edifícios neoclássicos, com os quais o nosso país, de um modo geral, e Lisboa, muito particularmente, estariam familiarizados. A confirmá-lo, será, talvez, suficiente recordarmos o facto de que alguns dos primeiros edifícios a serem construídos em estilo neoclássico no nosso território, sê-lo-iam inicial e preferencialmente na sua zona norte, e sobretudo na cidade do Porto (onde residia uma vasta comunidade inglesa), no estilo que ficaria conhecido como *neopalladiano*.

Para além disso, se deitarmos um breve olhar sobre três dos edifícios construídos na capital do reino durante o século XIX, compreenderemos mais facilmente a razão pela qual o projecto de Possidónio não se lhes assemelharia arquitectonicamente, nem tão pouco se coadunaria aos ideais neoclássicos lisboetas, e, sobretudo, dos próprios arquitectos que trabalhariam em Lisboa, na altura, assim como da própria sociedade lisboeta, no seu todo. Referimo-nos, muito concretamente, ao Palácio da Ajuda, ao Paços do Concelho, assim como ao Teatro Nacional D. Maria II.

Mentalidades

Antes de tudo, não deveremos olvidar a constatação de que os hábitos de higiene corporal não se encontrariam devidamente desenvolvidos, divulgados e, muito menos, enraizados, no nosso território, como se patentearia nos demais países europeus ocidentais.

Consideramos, por isso, essencial analisar algumas das razões pelas quais a higiene corporal, de carácter frequente e total, não entraria, da forma célere que seria desejável, nos hábitos quotidianos dos portugueses de oitocentos ou, melhor dizendo, dos lisboetas, como uma das formas de discernir a diminuta simpatia que a população da capital nutria pelo projecto de Possidónio.

Na verdade, seria o próprio Possidónio da Silva a afirmar, num dos seus múltiplos artigos, que,

«Entre nós é mais geralmente seguido banhar o corpo por moda, que por hábito de aceio, e por isso as duas casas de banhos que antigamente se estabeleceram em Lisboa...pouco procuradas foram do publico... introduzir n'esta capital o uso dos banhos quentes em edificio publico, e conhecendo qual era a repugnancia que os lisboetas mostravam para adoptar este habito novo...»⁹

Na realidade, num país de tradições marcadamente católicas, como era Portugal, a higiene, em geral, e a corporal, em particular, defrontar-se-ia permanentemente com um importante obstáculo à sua concretização, ou seja, o pudor¹⁰. Pudor esse que levaria parte significativa da sua população a preferir mudar constantemente de roupa interior, de uma brancura imaculada, e lavarem-se parcialmente, a procederem a uma limpeza com um carácter mais geral e profundo. Aliás, o pudor constituiria uma das características mais acentuadas das sociedades europeias ocidentais, despontado essencialmente com o advento e implementação do Catolicismo no seu seio.

Assim, contrapondo-se a um vasto somatório de práticas, consideradas pagãs, muçulmanas e judaicas, os padres da Igreja Católica demonstrar-se-iam acérrimos opositores daquela que considerariam como uma das mais insidiosas actividades populacionais, sobretudo por poder revelar-se um notório retardamento no desenvolvimento e implantação do poder que pretendiam possuir e disseminar, no seio das mais variadas camadas populacionais, que aspiravam catequizar o mais brevemente possível.

Elegendo a mente ou, antes de mais, o espírito, precisamente como aquela essência inerente ao ser humano, que deveria ser convertida no único objecto e objectivo do seu culto, a Igreja relegaria para um plano notoriamente secundário todo um conjunto de questões relacionadas com a matéria corporal, nomeadamente daquelas que dissessem mais directamente respeito às suas próprias necessidades e carac-

terísticas. No fundo, seria o desenvolvimento de um processo de rejeição linear da antiga máxima grega, «*Mente Sã em Corpo Sã*».

Apoiados na propagação e incrementação geral dos perigos inerentes ao denominado *pecado original*, do qual seria principal protagonista a figura feminina, e a sua única vítima, a masculina, e temendo o surgimento e afirmação das chamadas *tentações* carnisais, sublimadas numa altura em que o sacerdócio passaria a ser celibatário, e procurando, quase desesperadamente, assegurar a virgindade feminina – nomeadamente das aristocratas, porquanto considerada como o único garante de uma filiação e descendência legítima (assegurando-se, simultaneamente, a credibilidade das heranças materiais e titulares) –, seria compreensível que a Igreja, enquanto instituição, considerasse condenável qualquer tipo de prática de banhos públicos, dos quais, aliás, subsistiriam, no entanto, ainda alguns exemplos durante a Idade Média.

Na realidade, convirá, talvez, lembrar que o banho, e, sobretudo, os banhos públicos, entravam, no fundo, no domínio do privado, naquele mundo da intimidade em que os corpos se encontrariam totalmente despojados e vulneráveis, sujeitos ao toque, à carícia e à exploração, de forma, frequentemente, impensada, ou até mesmo involuntária. Revelar-se-ia, assim, um domínio completamente incontrolável, desafiando a ordem que se pretendia – eurgia –, impor. Seria um domínio exclusivamente privado, num acesso de verdadeira liberdade e expressividade individual, no decorrer do qual trocar-se-iam ideias, pensamentos, confissões, amores e ódios, num ambiente de acção que a Igreja, conjuntamente a alguns poderes políticos e económicos, receariam seriamente, porquanto mais difícil de controlar e conduzir. Revelar-se-ia, enfim, um meio que, precisamente por ser privado, não permitiria, à partida, a penetração, no seu seio, de estranhos, inoportunos e indesejados.

Consequentemente, os banhos públicos tornar-se-iam uma notória afronta e um claro desafio à autoridade eclesiástica, que tudo pretenderia perscrutar e controlar, por revelar-se, essa, a única forma que encontrara de impor-se, de sobreviver, através da imposição do receio e do temor, promovendo o desprezo e a vergonha pelo próprio corpo, pela sua própria sexualidade, sobretudo no feminino. Seria por influência directa da Igreja, e, nomeadamente, do medo de *realidades*, como as do Inferno e do Purgatório, que as populações começariam a afastar-se da utilização dos banhos públicos, e a procederem, no seu lugar, a operações de higiene na intimidade dos seus lares, no refúgio dos seus quartos particulares. Realização essa que seria efectuada, frequentemente sem qualquer contacto directo com os seus próprios corpos, sem um olhar *pecaminoso* sobre si, lavando-se por zonas, sem se despirem totalmente, usando, par tal, uma comprida camisa de noite.

Na verdade, passar-se-ia a assistir a uma prática de banho episódico, efectuado somente por imposição, ou prescrição médica¹¹. Seria, precisamente, nesse mesmo sentido, que alguns periódicos portugueses de oitocentos, como no caso do *O Panorama*, publicariam alguns artigos, como aquele intitulado *Banhos*, no qual se referia, a dado passo, que,

«Limando a pelle, previne-se o desenvolvimento das empigens e de outras erupções asquerosas, partilha ordinária da escoria do povo: e talvez livra tambem de certas doenças internas, que a sordidez podia produzir, já obstando à passagem da mateeria da transpiração, já fornecendo elementos morbosos à absorpção cutanea»¹².

Seria perspectivando a divulgação das vantagens inerentes à prática de banhos regulares para a saúde individual e pública, que seriam publicados diversos outros artigos, como os que surgiriam em diferentes números de periódicos, como a *Litteratura Illustrada*, *Bibliotheca Familiar e Recreativa* e *Archivo Popular*. Neles, sublinhar-se-iam, insistentemente, todas as vantagens relacionadas com a criação e utilização de estabelecimentos de banhos públicos, noticiando a longa existência de instituições similares no estrangeiro, num verdadeiro esforço de sensibilização das amplas camadas populacionais para o assunto. Tal seria o caso daquele, intitulado *Hum Banho Turco*, no qual se referia que, «... com os progressos da civilização... restituirão os banhos publicos; e apenas existe hoje na Europa cidade de alguma consideração em que não se encontrem estabelecimentos desta classe...»¹³. Incluir-se-iam, nesse mesmo conceito medicinal, os banhos de mar¹⁴.

A maioria desses artigos seria publicada unicamente a partir da década de quarenta. Até então, preponderaria uma outra mentalidade, segundo a qual dever-se-ia tomar banho somente com uma finalidade profilática, ou curativa. Seria um pouco na senda desses mesmos preceitos medicinais, que se publicariam alguns artigos em periódicos nacionais, como no caso do já citado *O Panorama*, num dos quais – Banhos –, se chegaria a afirmar que, «Primeiramente, é um preceito quasi absoluto o tomar banhos com o único fim

do aceio...»¹⁵. Ainda nesse ano, de 1838, a mesma revista publicaria um outro artigo, com o sugestivo título de *Preceitos Geraes de Hygiene Medica e Moral*, no qual se afirmava, a dado momento, que,

«— Os principaes obstáculos, que se oppoem à propagação e vulgarização dos preceitos da hygiene, são..., as paixões e a sensualidade de todos...[e] precisa...de ser ajudada pela prudência e sagacidade. — Os excessos sã por ventura mais damnosos à opulência, do que as privações o são à miseria. De mais siso necessita o rico para sopear a sensualidade, do que de industria o pobre para vencer a penuria... — O uso frequente de banhos enfraquece muito e produz varias doenças...»¹⁶.

Essas últimas palavras evidenciariam um evidente atraso de Portugal, relativamente às investigações médicas que se iam realizando nalguns dos principais países da Europa Ocidental, sobretudo ao nível das doenças dermatológicas. Frase que confirmaria igualmente a leitura que não se efectuaria de muitas das obras estrangeiras sobre essas mesmas temáticas, e que teriam sido, entretanto, publicadas além-Pirinéus, nomeadamente acerca da urgência que haveria em divulgar as vantagens de um asseio pessoal permanente, como uma das formas de combater muitas doenças, algumas das quais grassariam um pouco por todo o território europeu de oitocentos, e contra as quais Portugal não se encontraria imune.

Seria precisamente o enraizamento dessa mesma mentalidade, tão profundamente arraigada nos usos e costumes portugueses, que inviabilizaria, em grande parte, o sucesso de qualquer estabelecimento de banhos públicos que se pretendesse construir entre nós, através da sua crescente e periódica utilização, por parte de um numeroso e abrangente número de cidadãos, sobretudo em Lisboa que, não obstante o panorama generalizado de analfabetismo, que caracterizaria o país, no seu todo, ainda se poderia considerar a cidade mais “ilustrada” do território nacional.

Para além de todo esse somatório de razões, que teriam estado na origem da inconcretização daquele projecto arquitectónico de Possidónio, não poderemos olvidar que o mesmo se encontra datado de 1835, ou seja, de uma época em que a população lisboeta se encontrava, ainda, a reerguer-se de cinco duras realidades políticas, que tinham assolado e devastado o nosso território, desde inícios da centúria de oitocentos, ou seja, das sucessivas invasões francesas, da subsequente retirada da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro, da presença britânica em solo nacional, assim como das intermináveis lutas liberais e da independência do Brasil, para referir apenas as mais marcantes.

Assim, essa revelar-se-ia uma população que, até à época, não teria tido muito tempo disponível para discernir, de forma perfeitamente conscienciosa, o que se passaria para lá das suas próprias fronteiras, fossem elas geográficas, ou psicológicas. Seria precisamente a partir de meados dos anos trinta, que começaria a repensar uma outra Europa, outras realidades, nomeadamente as culturais, nas quais se incluíam questões tão pragmáticas, como os novos hábitos e costumes quotidianos, desenvolvidos à luz de uma nova mentalidade neoclássica, exaltadora de toda uma série de revivalismos vivenciais, que a mesma implicaria.

Não obstante, persistiria uma certa dificuldade em modificar alguns preceitos, secularmente manifestados e cultivados, pela, e no seio da sociedade portuguesa. Aliás, seria uma das mais antigas amizades pessoais de Possidónio, Francisco José d’Almeida, a referir-se a alguns deles, nos seguintes termos:

«...por que as senhoras affasta-as d’ali [estabelecimentos de banhos públicos], a falta de reunião, convivência, e exposição da elegancia dos seus vestuários, uzados antes, e depois do banho, circumnstancias pelas quaes supportam com resignação a falta de elegância, e de illusões, que lhes resulta do toilette repugnante uzado durante o banho, que debalde se tem esforçado para modificar e melhorar»¹⁷.

Situação essa que ocorria no nosso país, enquanto nos muçulmanos, como no caso da Turquia,

«As mulheres, segundo se conta, concorrem aos banhos, com maior frequência que os homens; e o mais cioso marido não se atreveria a impedir a sua de que fosse a elles, pois considerão aquelle acto como mais obrigatório que o de hirem à mesquita. He além d’isso para ellas huma occasião de se reunirem com as suas amigas, e de gosarem os prazeres da conversação»¹⁸.

Efectivamente, seria bastante difícil fazer vingar uma ideia, por muito esbatida que fosse (o que não seria, realmente, o caso), e ainda que o mais generalizada possível, no seio da sociedade portuguesa do segundo quartel de oitocentos, sobretudo atendendo ao facto de que,

«...considerando o banho e outros cuidados como objectos de luxo e inutilidade, os abandonaram, e dentro em pouco o desprezo por estas e outras praticas salutaes se tornou em costume seguido e adoptado por todos»¹⁹.

Evidentemente que poderíamos contrapor esses dados com os obtidos relativamente aos dos banhos de mar. Seria, ainda, o mesmo Francisco José d’Almeida, a afirmar que,

«Nunca me pude convencer, que no paiz havia repugnancia ao uso dos banhos por prazer, e aceio, no estado de saude; porque observando a concorrência, que na estação propria tem os banhos do mar, obtia a prova do contrario»²⁰.

Uma das prováveis explicações, que se encontraria para essa aparente contradição, seria avançada pelo próprio Possidónio da Silva, ao afirmar que,

«... as nossas praias todos os outonos são concorridissimas de pessoas para tomarem banhos do mar; por que ali a moda exige que se appareça com ostentação naquelle logar publico; mas nos estabelecimentos proprios de banhos como eram as pessoas unicamente vistas pelo porteiro e pelos creados, entrando n'elles como que envergonhados (tão difficil é a extirpação dos preconceitos) não se satisfazia a vaidade, e então aquelles estabelecimentos ficaram esquecidos, e os sacrificios de seus proprietários menosprezados!»²¹

Consequentemente, Lisboa e, sobretudo, a sociedade lisboeta, não se encontrariam minimamente preparadas e sensibilizadas, quer para questões de higiene pessoal, como para a necessidade e importância da frequência de estabelecimentos de características e funcionalidades similares ao projectado por Possidónio da Silva.

A Questão Pecuniária

A questão do custo dos bilhetes de acesso aos estabelecimentos de banhos públicos, de um modo geral, revelar-se-ia de não somenos importância em todo o processo de habituação, ou não, de frequentar sistematicamente as suas instalações. Na verdade, ela poderia determinar, à partida, quer o tipo de clientela, como, ainda, a quantidade e assiduidade dos seus eventuais frequentadores e, por inerência, o próprio grau de sucesso dos mesmos, frequentemente expresso na sua longevidade.

Verificamos que a maioria dos estabelecimentos de banhos públicos, construídos em França e, sobretudo, na sua capital, num período que mediaria os finais do século XVIII, e princípios do XIX, caracterizar-se-ia, essencialmente, pelas suas elaboradas estruturas arquitectónicas, pela aplicação de materiais de construção - relativamente dispendiosos -, assim como pelo seu serviço de atendimento e de utilização, que os tornava, aos olhos da população, edifícios de carácter luxuoso e requintado, dignos dos elogios dos frequentadores estrangeiros mais exigentes mas, infelizmente, longe das possibilidades monetárias da maioria dos cidadãos.

Assim, esses não se revelariam estabelecimentos acessíveis a todo o público, funcionando, antes de mais, como estruturas de carácter elitista, seleccionadoras, pela sua própria natureza, da clientela que os frequentaria, permitindo, assim, cuidar e manter uma determinada imagem que pretendiam desfrutar no seio da aristocracia e alta burguesia europeias.

No entanto, constatamos igualmente que, esses, não seriam os únicos estabelecimentos do género, abertos ao público. Na verdade, proliferariam muitos outros edifícios de banhos públicos, notoriamente mais simples, tanto ao nível das suas próprias estruturas, como do tipo de serviços que disponibilizariam aos seus frequentadores, e que seriam construídos, preferencialmente, na maioria dos bairros populares parisienses. Teriam sido edificadas a pensar numa camada populacional mais carenciada, que não possuiria instalações sanitárias nas suas habitações, nem teria os recursos monetários suficientes de molde a frequentar assiduamente os estabelecimentos supracitados. Tanto a construção como a manutenção desses edifícios seriam suportadas financeiramente pelas respectivas municipalidades, porquanto não aufeririam dos lucros necessários que viabilizassem a sua exploração exclusivamente por parte dos seus principais proprietários.

Será interessante verificar que, essa, seria uma das soluções apontadas pelo anteriormente referido Francisco José d'Almeida, para o território nacional. Referiria que, nesses estabelecimentos, deveriam ser,

«... baratos os banhos aponto de estarem ao alcance de todos relativamente, e depois confortáveis, elegantes, e aprasiveis, tanto em localidade como em convivência dignamente policiada, em atenção ás praxes da boa sociedade, e civilisação»²².

Ainda a esse propósito, referir-se-ia, num dos artigos publicados no *Archivo Popular*, que,

«Os banhos não só conveem a muitas moléstias, mas ainda são um poderoso agente de limpeza, especialmente para as classes menos abastadas, para os artistas e trabalhadores. Os governos deviam pois tratar de fazer com que o seu uso se propagasse o mais possivel»²³, prosseguindo, dizendo que, «Ensina-nos a

historia que em Roma, a inspecção dos banhos era uma das principais funções dos edis, que tinham grande cuidado na conservação do preço, e este era tão baixo, que toda a gente os podia frequentar»²⁴.

Pela análise do projecto de Possidónio da Silva, constatamos que o estabelecimento a ser construído, estaria longe de pretender cativar uma clientela tão ecléctica. Na verdade, poderemos mesmo afirmar que se trataria de um edifício assaz luxuoso, donde, um estabelecimento de banhos públicos que seleccionaria, *a priori*, os seus próprios frequentadores. Efectivamente, e se atendermos ao tipo de serviços que o edifício iria disponibilizar ao seu público – que, na sua essência, iriam além dos simples banhos (*Vide infra*) –, depressa concluiremos que seriam praticados preços relativamente elevados na sua entrada. Custos esses que seriam incontornáveis, se se pretendesse manter o seu funcionamento, com todos os requisitos que lhe estariam inerentes.

Isso, para já não referir os elevados custos, exigidos pela construção de um equipamento daquela natureza, quer em termos de toско, quer em termos do seu acabamento, naturalmente acrescidos pela sua linha estética revivalista, evidenciadora de uma linguagem formal bastante recortada, de modo a acentuar os dois eixos perpendiculares entre si, assim como pela utilização de estuques ricamente elaborados, com aplicação de mosaicos e ladrilhos polícromados, possíveis frescos e estatuária, entre outros muitos elementos.

No concernente aos serviços mais elementares, haverá que sublinhar a existência de uma rede de águas quentes e frias, de alguma complexidade, mas com o inconveniente de, embora provir do eixo médio transversal, ter de satisfazer as necessidades dos quartos de banho, situados simetricamente no extremo do eixo médio longitudinal e perpendicular ao anterior, o que encareceria o projecto inicial.

Haverá, ainda, que referir que um equipamento com essas características implicaria igualmente a existência de esgotos pluviais e domésticos, o que, tendo em linha de conta as diferentes funções aí existentes, também comportaria elevados custos.

Em consequência do exposto, poder-se-á inferir que os preços praticados ao público nesse estabelecimento, aquando da sua abertura, seriam evidentemente elevados, justificáveis num edifício com aquelas particularidades, que possuiria, para além de tudo o mais, uma sala de leitura e zona de refeições.

Assim, se tivesse sido construído, o estabelecimento de banhos públicos de Possidónio constituiria, muito possivelmente um insucesso, porquanto, nem Lisboa daria a clientela suficientemente esclarecida e abastada, que justificasse a sua abertura e manutenção, nem tão pouco os lisboetas possuiriam os hábitos de higiene corporal, que os levasse a frequentá-lo, de uma forma relativamente assídua, viabilizando, dessa forma, o projecto, em si, recompensando, simultaneamente, os investimentos que seriam efectuados inicialmente.

O Local Escolhido

Possidónio projectaria os seus banhos públicos para o largo do Passeio Público de Lisboa, ou seja, precisamente para aquele que viria a revelar-se o único local a partir do qual, já nessa altura, se pensaria ser absolutamente indispensável – e até mesmo incontornável –, vir a prolongar-se, física e arquitectonicamente, a capital do Reino, para a sua região norte.

Ainda neste aspecto, poderíamos considerar que o projecto de Possidónio contrariaria o próprio *futuro* da arquitectura lisboeta, porquanto seria nesse mesmo espaço, esventrado através da Avenida – e por todos os outros que passariam a contactar com ela directamente –, que viriam a ser construídos diversos dos prédios *emblemáticos* da Lisboa de finais do século XIX, princípios do XX. Quanto ao Passeio Público, ele seria *transferido*, por assim dizer, para uma zona mais a norte, sendo que poderíamos considerar como seu substituto o actual Parque Eduardo VII.

Assim sendo, será lícito afirmar que Possidónio da Silva não possuiria a suficiente e necessária visão, que lhe permitisse compreender, enquanto arquitecto, que o seu projecto, a ser construído no Passeio Público, não poderia subsistir por muito mais tempo? Terá sido esse local escolhido na sequência de um simples impulso, de um capricho, ou, pelo contrário, terá resultado de uma longa ponderação, e de uma perfeita noção de que, esse, constituiria, à altura, o único local verdadeiramente aprazível de Lisboa, ao qual acorreria a maior parte da sua população e, sobretudo, da sua aristocracia e alta burguesia, de um modo muito particular? Tê-lo-á preferido em função da frequência com a qual essa mesma sociedade utilizaria o Passeio, vislumbrando, assim, uma maior possibilidade de conhecerem e admirarem a sua obra, de, eventualmente, entrarem nela, frequentá-la, e, quiçá, adquirirem outros hábitos de higiene?

Independentemente das razões que estariam subjacentes à concepção desse seu projecto, não nos parecerá completamente lícito afirmar que Possidónio ignorasse totalmente o facto da cidade vir a expandir-se, num futuro, não muito longínquo, para a sua zona norte, ou seja, precisamente a partir do topo norte do Passeio Público. A atestar, não só que deteria esse conhecimento, como até apoiaria esse projecto de crescimento da capital, possuímos uma carta que receberia da Câmara Municipal de Lisboa, na qual se lê, a dado passo que,

«Acabo de ler... uma correspondência firmada por V. Ex.^{cia} ácerca da projectada avenida que do Passeio do Rocio deve seguir até ao Norte da cidade. Nessa correspondência menciona V. Ex.^{cia} outros projectos elaborados por uma comissão de que V. Ex.^{cia} fez parte. Não tinha eu conhecimento do projecto da avenida elaborado por V. Ex.^{cia} e pelos seu falecidos colegas, aliás teria feito menção d'elle no meu relatório, que precede a proposta. Chamarei para elle a atenção do sr. Garcia, engenheiro da camara. Muito me agradou vêr que V. Ex.^{cia} se mostra devido patrono da obra e que também condemna o actual Passeio Publico. Não era de esperar outra cousa de reconhecida illustração e do bom gosto de V. Ex.^{cia}»²⁵.

Esta epístola atesta, não apenas o facto de Possidónio ter elaborado, conjuntamente a outros seus colegas architectos, um projecto para uma avenida, a construir a partir do Passeio Público, ou, quiçá, precisamente para o seu lugar (naturalmente salvaguardando e contextualizando o edifício dos banhos públicos), como também a forma negativa com a qual Possidónio, enquanto profissional de architectura, se relacionaria com o próprio Passeio. Posição essa que seria perfeitamente compreensível, se pensarmos que provinha de alguém que teria vivido o tempo suficiente no estrangeiro – e, para mais, em Paris –, para perceber quão *démodée* se encontraria esse mesmo espaço, em face, quer dos seus congéneres estrangeiros, como, ainda, atendendo ao facto de tratar-se, para todos os efeitos, de um Passeio pertencente a uma capital, não apenas de um Reino, mas, sobretudo, de um Império.

Parece-nos, contudo, importante questionar algo mais: até que ponto Possidónio teria a plena percepção de que o futuro, tanto humano, como architectónico, de Lisboa, encontrar-se-ia, entre outros locais, precisamente ali, na zona ocupada pelo Passeio Público?

Naturalmente que Possidónio não poderia permanecer indiferente às frequentes, e, por vezes, incidentes, críticas negativas, das quais seria alvo o próprio Passeio. Criticismo esse que adviria, quer pelas suas pequenas dimensões – porquanto já não corresponderia, nem ao aumento populacional da capital, nem sequer às exigências estéticas, de uma sociedade que ia crescentemente informando-se acerca do que se ia praticando além-fronteiras, nomeadamente ao nível da construção de parques, de passeios públicos, e de toda uma série de equipamentos que se construíam no seu seio –, quer, ainda, pelo seu aspecto formal.

Porém, até que ponto, já em princípios da década de trinta, se discutiria a questão do alargamento da cidade de Lisboa para norte, a partir da zona do Passeio Público? Até que ponto a capital de um reino, que tinha saído recentemente de uma situação tão precária, e da qual ainda sofreria as suas pesadas consequências, teria espaço para dedicar-se a tais especulações? Não sabemos. Sabemos, no entanto, que Possidónio tinha regressado, então, a Lisboa, proveniente de Paris, há apenas dois anos, com a mente e o espírito repletos das mais díspares e novas informações, ansiando, muito possivelmente, por modificar e melhorar a *sua* capital, fazendo-a evoluir, civilizar, modernizar. Atenderia, no entanto, e antes de mais, ao que se ia fazendo lá fora, em detrimento dos gostos e tendências nacionais, perscrutando as suas próprias mentalidades, formas de ser, estar e sentir, sobretudo da sociedade lisboeta da altura. Se tivesse considerado, seriamente, tais questões, teria verificado que a sua população não se encontraria preparada para compreender e aceitar um projecto daquela natureza, e do facto inquestionável de que as mentalidades sofrem mutações mais lentas do que as económicas, ou até mesmo sociais e políticas.

Interessante será constarmos que, neste âmbito, como em muitos outros, Possidónio obteria a mesma fortuna que a de um outro nome da Architectura portuguesa (se, assim, a poderemos considerar), que, incondicional e amplamente reconhecido e estimado em terras italianas, onde viveria parte significativa da sua existência, seria incompreendido na sua terra natal, para cuja capital – Lisboa –, projectara igualmente todo um conjunto de obras de remodelação e melhoramentos, uma das quais para o seu Passeio Público. Assim, também Alfredo de Andrade, seria vítima de todo um somatório de conhecimentos que possuía, a par da insensibilidade, e até mesmo perfeito desconhecimento, manifestados por parte dos seus compatriotas²⁶.

No entanto, essas serão meras suposições, porquanto não nos poderemos fazer substituir ao próprio autor do projecto em análise.

Problemas Técnicos

Como já foi referido anteriormente, uma das características inerentes ao projecto de Possidónio, seria a de que o mesmo implicaria a preexistência, na zona em que os banhos públicos deveriam ser construídos, quer de consideráveis fontes de água – que possibilitassem o fornecimento constante de água, tanto para os banhos quentes, como o enchimento dos tanques com água fria, a colmatação das necessidades da cozinha, e rega dos vastos buxos, existentes, dentro e fora do estabelecimento –, quer, ainda, de esgotos, através dos quais deveriam escorrer os diferentes detritos e águas utilizadas no seu interior.

Perante tais imprescindibilidades, colocar-se-á, de imediato, uma questão, que será a de saber até que ponto Lisboa, e, sobretudo, a zona do Passeio Público, poderia responder, eficaz e plenamente, a tais premissas utilitárias.

Questão essa, que se revelará tanto mais pertinente, porquanto sabemos, actualmente, que uma das razões que obstará à divulgação e implementação de práticas higiénicas, não só em território português, como um pouco por toda a Europa da altura, seria, conjuntamente ao próprio pudor, a ausência de uma rede de saneamento básico, pelo menos nas suas principais urbes. Seria em consequência dessa mesma ausência, ou fraca presença, que verificamos a representação pictórica de pessoas a lavarem as suas mãos e rosto numa pequena bacia. Na verdade, seria somente com a larga difusão do *tub* (chuveiro), inglês, que se expandiria, verdadeiramente, no continente europeu, a prática da higiene total e frequente, ou seja, apenas em finais do século dezanove²⁷.

E, em Lisboa, que sucedia a esse nível?

Conhecemos as dificuldades com as quais se debateriam, diariamente, os habitantes lisboetas, por forma a proverem, condignamente, as suas residências com a quantidade de água necessária às suas necessidades e actividades quotidianas.

Efectivamente, e até à fundação da Companhia das Águas de Lisboa, entre 1867-1868, bem como à efectivação da captação de água do rio Alviela, somente em 1880, a capital do Reino não dispunha de uma verdadeira rede de distribuição de água ao domicílio. Facto esse que viria corroborar, mais veementemente, a necessidade de construir um, ou vários estabelecimentos de banhos públicos, na capital portuguesa. Contudo, o facto de apenas naquelas datas terem sido solucionados alguns dos problemas de abastecimento domiciliário de água, na cidade de Lisboa, não implicaria, necessariamente, que não tivessem surgido, até então, outros projectos arquitectónicos que pretendessem dotar a capital com esse mesmo sistema.

Com efeito, em 1845, seria apresentado um projecto nesse mesmo sentido, da autoria de um engenheiro inglês, de seu nome, Anthony Bacon. Porém, o seu projecto não vingaria devido a uma série de razões, perfeitamente exteriores às suas características e qualidades. Na verdade, se fosse concretizado, colocaria em causa o trabalho de várias dezenas de galegos, que se dedicariam à distribuição de água pelas residências lisboetas²⁸.

Assim, e atendendo à notória carência de uma sistemática distribuição de água em Lisboa, como ponderar seriamente acerca da construção de um estabelecimento público, com as características do projectado por Possidónio? Esta questão torna-se tanto mais pertinente, porquanto locais, como em Lisboa, que teriam, até à altura, servido de banhos públicos, situar-se-iam preferencialmente junto ao rio, precisamente por ser nessa zona que seria mais fácil de obter a água necessária às funções inerentes a esses mesmos edifícios. Aliás, não constituiria mero acaso o facto dos próprios banhos de S. Paulo terem sido edificadas não muito longe do rio Tejo. É que, tal como seria referido num artigo, publicado num dos periódicos nacionais, intitulado *Curiosidades Archaeologicas*,

«...havia um cano real que recebendo as águas... e que reunindo-has todas buscavam a direcção da rua das pretas...recebia as que vinham do Salitre: e todas estas formavam um rio buscando a direcção das portas de Santo Antão, corriam com grande força pelos canos reaes que cercam a praça do rocio a desaguar no Tejo»²⁹.

Ou seja, a zona do Rossio seria, à altura, uma das poucas existentes em Lisboa, que possuiria canalizações, e que poderiam, de alguma forma, prover suficientemente o fornecimento de águas, quer dos edifícios localizados na área, como nas imediações do seu principal largo. Facto que não seria surpreendente, se pensarmos que essa zona seria considerada a mais “chique” da capital, na qual se localizariam diversos palacetes e casas apalaçadas, pertença da maioria das mais consideradas casas aristocráticas e da alta burguesia do nosso país. Para além disso, poderemos constatar, mediante a análise de algumas gravuras,

publicadas na altura, que o Passeio Público possuiria, na sua zona mais baixa, próximo do portão da sua entrada principal, isto é, precisamente junto ao local para o qual Possidónio teria idealizado a construção do seu projecto, uma enorme fonte, que jorrava constantes quantidades de água.

Residiria, muito possivelmente, nessas mesmas condições privilegiadas – atendendo ao panorama generalizado da Lisboa da época –, uma das razões pelas quais Possidónio da Silva delinearla o estabelecimento dos banhos públicos, precisamente para a zona do Passeio Público. Mas, esta, será uma mera hipótese de trabalho, sobretudo se atendermos ao facto de que a personalidade de Possidónio se caracterizaria, entre outras qualidades, por concretizar, sempre que possível, todos os seus projectos pessoais, fossem eles de que nível fossem. Possivelmente, tanto as canalizações existentes na zona, assim como a força e quantidade com as quais as águas escorreriam através das mesmas, não seriam as suficientes para o devido funcionamento normal de um estabelecimento de banhos públicos, com as dimensões e serviços do delineado por si. Por outro lado, quer essas mesmas quantidades de água, como a frequência do seu provimento, acarretariam consigo alguns problemas acrescidos, para além dos custos de uma permanente vigilância e manutenção do seu correcto funcionamento. Custos esses, que, em princípio, deveriam permanecer a cargo da municipalidade lisboeta, sobretudo se atendermos ao facto de que todas as propostas e realizações de projectos de redes de abastecimento de águas, na cidade de Lisboa, se reportariam a décadas significativamente posteriores à do ponderado por Possidónio.

Não obstante, os obstáculos que surgiriam à viabilização de um projecto dessa natureza, não se limitariam à carência da quantidade de água, imprescindível ao seu bom funcionamento. Na verdade, outro problema se levantaria, mais concretamente, o da inexistência de uma rede de esgotos, quer para escoamento das águas utilizadas nos banhos, nos tanques, na cozinha e na rega, como também das utilizadas nos próprios sanitários.

Pelos dados que conseguimos reunir até ao momento, sabemos que, na altura, a cidade de Lisboa careceria de uma devida rede de esgotos. A prática habitual, por toda a cidade, continuaria a ser a dos meros despejos, realizados directamente do interior das habitações, para a rua, frequentemente atirados através das suas janelas, pelo que se poderá inferir o aspecto consideravelmente imundo e nauseabundo da maioria das ruas lisboetas, para além da evidente fonte de múltiplas doenças, que esses mesmos detritos certamente constituiriam.

Todavia, e tal como para o caso das canalizações, e abastecimento de água ao domicílio, a região da actual baixa pombalina, que incluiria, na altura, o próprio Passeio Público, constituiria uma excepção no sorumbático panorama da capital, revelando-se mesmo uma das poucas capitais da Europa Ocidental que não se encontraria devidamente equipada com uma conveniente rede de esgotos.

Porém, e uma vez tratar-se de uma zona “baixa”, surgiriam, com alguma frequência, complicações nos esgotos, sobretudo quando o nível das águas do Tejo subia excessivamente.

Aliás, será interessante referir, a este mesmo propósito, que, essa, revelar-se-ia uma problemática que interessaria longamente Possidónio, pelo menos a julgar por alguma da sua correspondência particular, a partir de cujos conteúdos poderemos facilmente inferir o questionamento regular que faria a alguns engenheiros estrangeiros, tentando descortinar uma solução ideal para a situação que se viveria em Lisboa. Para além disso, possuiria, na sua biblioteca particular, e muito significativamente, algumas obras que versariam sobre essa mesma problemática, chegando a apresentar, em meados dos anos oitenta, um trabalho, que intitularia *Assainissement de la Ville de Lisbonne*, num dos diversos congressos de Arquitectura Internacional, em que participaria.

Entretanto, e já em 1877, começariam a ser seriamente ponderados alguns projectos para construção de uma vasta rede de esgotos para a cidade de Lisboa. É o que transparece no conteúdo de um dos números do *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*:

«Lê-se na “*Révue Nouvelle de l’Industrie et des Travaux Publicques*”, de 28 do passado [Fevereiro]: “H. Gott apresentou o seu projecto para a canalização de Lisboa. Esta cidade sera dividida em zonas, cada uma destas com o seu cano-colector geral...”»³⁰

Para além desses evidentes factores – que poderiam ter contribuído seriamente para a inviabilização do projecto de banhos públicos de Possidónio –, não deveremos esquecer uma outra questão, de tanta, ou mais, importância. Referimo-nos, muito concretamente, à óbvia necessidade de matéria prima, quer para o normal funcionamento do forno especial do estabelecimento – no qual seriam previamente aquecidos os

roupões de banho –, como dos localizados na cozinha, como, ainda, e, talvez o mais relevante, para o bom funcionamento das caldeiras, nas quais se procederia ao aquecimento contínuo da água, utilizada nos banhos.

Ora, nessa altura, a matéria prima utilizada para finalidades similares, seria a madeira. Contudo, compreendemos que existiria todo um conjunto de dificuldades, que presidiriam à sua sistemática obtenção, nomeadamente para um regular funcionamento, não tanto de edifícios com aquelas características, mas, sobretudo, dos fogões e aquecimento das residências lisboetas, assim como de alguns estabelecimentos de carácter público, mediante a leitura de um dos artigos que seriam publicados no referido *Boletim*, intitulado *Hygiene das Construcções Civis e Publicas*, referindo-se que,

«Até 1833, eram poucas as casas onde se encontrasse “fogão”, e quanto a edificios publicos, em nenhum havia aquecimento»³¹.

Consequentemente, não se revelaria propriamente facilitada a viabilização de um projecto, do género do apresentado por Possidónio da Silva, se tivermos em consideração o facto de que as funções de um estabelecimento de banhos exigiria quantidades consideráveis daquela mesma matéria prima.

Sabemos que a madeira, que chegaria a Lisboa, seria transportada, quer de barco, através do Tejo, quer em carroças, a partir dos arredores da capital. E, se a cidade possuísse um escasso número de fogões de aquecimento, quase todos, naturalmente, pertencentes às casas mais abastadas, tal significaria que, para além da sua difícil e dispendiosa aquisição, o abate de árvores e o seu transporte seriam igualmente complicados, em virtude da ausência de sólidos meios e vias de comunicação. Complicações essas que seriam acrescidas por outros factores, como a falta de resposta contínua às solicitações lisboetas nesse sentido, por parte de quem se deveria encarregar desse tipo de abastecimento.

Pelo facto dos estabelecimentos públicos da capital não possuírem um único fogão de aquecimento, poderemos facilmente deduzir os elevados custos que estariam subjacentes à sua aquisição e manutenção. Consequentemente, o abastecimento de madeira – do qual o projecto de Possidónio necessitaria ininterruptamente, se o seu estabelecimento tivesse sido construído –, acarretaria consigo preocupações e custos acrescidos o que, por si só, encareceria o preço dos bilhetes da sua entrada, conduzindo ao afastamento natural de parte razoável dos seus potenciais frequentadores.

Evidentemente que se poderá especular se o estabelecimento seria mantido unicamente com base na receita obtida com as entradas – o que, refira-se, duvidamos, quer pelas suas ecléticas e dispendiosas funções e serviços, como, ainda, pela quantidade de funcionários, indispensáveis ao seu normal funcionamento –, ou se, pelo contrário, se perspectivava que fosse simultaneamente mantido com subsídios particulares, numa verdadeira manifestação filantrópica, tão ao gosto da época, ou até mesmo mediante uma contribuição camarária. Na verdade, não devemos esquecer que, para todos os efeitos, o edifício deveria ser construído em terrenos municipais.

Aliás, essa comparticipação camarária revelar-se-ia tanto mais lógica e pretendida, porquanto se publicavam, com alguma frequência, diversos artigos que sublinhavam a urgência da existência de uma contribuição pecuniária, quer por parte do Governo, como das próprias municipalidades portuguesas, no sentido de serem construídos e mantidos diversos estabelecimentos de banhos públicos. Essa revelar-se-ia uma das poucas formas, não apenas de viabilizar a concretização de projectos semelhantes, como de chamar ao seu interior uma fatia mais alargada da nossa população, ao permitir-lhes frequentá-los com tarifas baixas. Seria nesse sentido que Francisco José d’Almeida redigiria alguns artigos, nos quais afirmaria, por exemplo, que seria,

«... muito para sentir, que a industria particular do paiz não tenha querido, o melhor dizer, não tenha podido emprender um estabelecimento de banhos publicos em todos os generos...pela inacção, e falta de iniciativa, junta a falta de auxilio, e de boa vontade por parte de quem devia animar, e proteger como fosse possivel aquelle objecto»³², desejando, simultaneamente, que, «... chegue huma época bastante illustrada em que, occupando-se os governos de huma politica hygienica bem entendida, fação incluir nas despesas municipaes dos povos a dos estabelecimentos, e cuidados dos banhos publicos, onde o povo possa encontrar...hum meio eficaz de livrar-se da immundice, origem a mais fecunda de enfermidades»³³.

Pelo exposto, poderemos afirmar que, de certa forma, o projecto de banhos públicos, concebido por Possidónio, não seria facilmente concretizado, se atendermos a todo um conjunto de problemas logísticos que se colocariam, tanto durante a sua fase de construção, como ao longo do seu tempo de funcionamento e manutenção. Problemáticas essas que terão, muito naturalmente, de ser analisadas à luz de todo um con-

texto histórico, de molde a percebermos, o mais plenamente possível, as eventuais razões que estariam na base da sua irrealização.

Condicionalismos Económicos

Como já foi referido anteriormente, o projecto em análise poderia, na verdade, considerar-se bastante ambicioso, sobretudo atendendo ao seu aspecto, algo sumptuoso, tanto ao nível da sua própria estrutura, como ornamental. Luxo esse que seria naturalmente acrescentado pelo significativo número de empregados que os seus serviços implicariam, assim como os próprios requisitos técnicos do edifício. Factores que, no seu cômputo geral, encareceriam o custo final, não apenas da sua construção, como da sua própria manutenção.

Porquanto seria um estabelecimento a ser construído em terrenos camarários, será natural pressupor que parte dos seus custos fosse suportada pela municipalidade lisboeta. Deveremos, no entanto, colocar a seguinte questão: encontrar-se-ia, então, a Câmara da capital portuguesa na posse dos suficientes meios financeiros, que permitissem uma edificação com aquelas características, e sua ulterior manutenção?

Na verdade, não deveremos olvidar que Portugal, em meados da década de trinta, tinha acabado de sair de uma difícil situação interna. Assim, depois do desembarque de D. Pedro na cidade de Lisboa, em 1833³⁴, seguir-se-iam as Batalhas de Almoite e Asseiceira, após as quais seria assinada a Convenção de Évora Monte, e seria ditado o exílio de D. Miguel e subsequente instauração do regime liberal entre nós. Ou seja, no ano imediatamente anterior à apresentação da proposta dos banhos públicos, por parte de Possidónio, o nosso país tinha sido, literalmente, despojado, tanto económica, como psicologicamente, de parte substancial das suas próprias fontes de rendimento (a maioria das quais, pertencentes ao Erário Público), assim como de determinados postulados ideológicos, que tinham orientado as vivências portuguesas até à altura.

Apesar de 1834 ter constituído o ano, durante o qual se procederia à extinção das ordens religiosas, e nacionalização de todos os seus bens, facto é que os cofres públicos se encontravam notoriamente exauridos, quer fosse pelas consequências das prolongadas guerras civis, como pelo pagamento das avultadas dívidas – entretanto contraídas junto de particulares, nacionais e estrangeiros –, pela independência do Brasil, ou até mesmo pelos diminutos dividendos auferidos com a venda, em hasta pública, dos bens eclesiásticos.

A precária situação económica do nosso país, agravada pelos escassos investimentos na nossa agricultura e indústria, ter-se-ia revelado a principal razão, pela qual surgiram, entre 1835-1836, diversos decretos contra a mendicância, enquanto um dos meios encontrados pelo Governo, no sentido de impelir a população desocupada a procurar trabalho. Com essas medidas extremas, pretender-se-ia, igualmente, que, tanto as municipalidades, como particulares, desenvolvessem, precisamente, aqueles sectores da vida económica nacional que teriam permanecido, até então, numa evidente inércia, durante as três décadas precedentes. Por outro lado, esse seria simultaneamente um dos meios pelos quais o Governo tentaria promover a criação de diversos Albergues, dos quais, aliás, Possidónio da Silva se revelaria um dos primeiros promotores, entre nós, no que demonstraria, uma vez mais, a sua vertente filantrópica.

Poderemos, assim, afirmar que, nem Portugal, no seu todo, nem tão pouco a municipalidade da sua capital, em particular, aufeririam dos meios monetários essenciais para a construção e manutenção de um edifício daquela envergadura e natureza. A acrescentar a essa evidência, deveremos relembrar que, a partir, precisamente de 1835, as preocupações, quer governamentais, quer da municipalidade lisboeta, encontrar-se-iam preferencialmente direccionadas para outras premências, nomeadamente as referentes a obras de conversão de alguns dos antigos edifícios, adaptando-os às novas necessidades administrativas, sociais, económicas e políticas.

Nesse âmbito, não seria um mero acaso, o facto de que, das primeiras obras a serem realizadas em Lisboa, uma respeitaria ao resguardo do largo do Rossio e, a outra, à adaptação do antigo Convento de S. Bento às premências de uma nova vida parlamentar do país. Ademais, será igualmente significativo, o facto dessa última obra ter sido realizada por Possidónio da Silva, em apenas 53 dias, o que evidenciaria bem a urgência de iniciar, com a maior brevidade possível, os trabalhos parlamentares, garantindo, assim, a cimentação e sobrevivência do próprio regime liberal, que, assim, os inauguraria. Obra essa, da qual, porém, Possidónio nunca chegaria a receber qualquer tipo de remuneração o que, por si só, seria sintomático das carências pecuniárias, sentidas pelas novas instâncias administrativas nacionais, embora outros

edifícios tivessem sido projectados por arquitectos estrangeiros, aos quais seriam pagas avultadas somas de dinheiro. Mas, essa, constituiria uma tradição bem enraizada nos costumes portugueses, isto é, a de beneficiar outros, que não os talentos nacionais.

Perante esse panorama, poderemos inferir as inúmeras dificuldades com as quais Possidónio se teria deparado, se o seu projecto de banhos públicos tivesse sido concretizado. Assim, numa das cartas que receberia, em 1837, da parte de Pedro António Pereira, referia-se o seguinte:

«O Projecto para o acabamento do Passeio Publico³⁵ oferecido por V. Ex.cia à Municipalidade, foi por ella recebido com especial agrado; e a Camara Municipal de Lisboa me encarrega de participar a V. Ex.cia que approvando muito as suas ideas, não pode desde já intentar essa obra, porque o actual estado do seu cofre lhe não permite satisfazer os desejos que a animam³⁶ pelo comodo dos seus admiradores, e embelecimento da Capital...»³⁷

Considerações Finais

Seria, talvez, vantajoso ponderarmos sobre as razões pelas quais, tendo Possidónio da Silva ofertado o seu projecto à Municipalidade Lisboaeta, em 1835, somente passados dois anos, ou seja, em 1837, é que obteria uma resposta por parte da Câmara da capital portuguesa. Encontrar-se-iam compenetrados noutros projectos, considerados mais urgentes? Ponderariam a inviabilidade de uma tal construção, relegando, assim, para uma ocasião posterior, a manifestação da sua plena recusa? Ou, pelo contrário, teria a ver com toda uma expressão, claramente contrária à postura que Possidónio persistiria em manter, enquanto profissional de Arquitectura, evidenciada por um vasto grupo de profissionais portugueses da área, que não se cansariam, jamais, de criticar negativamente a maioria dos seus projectos de construção e adaptação de diversos edifícios?

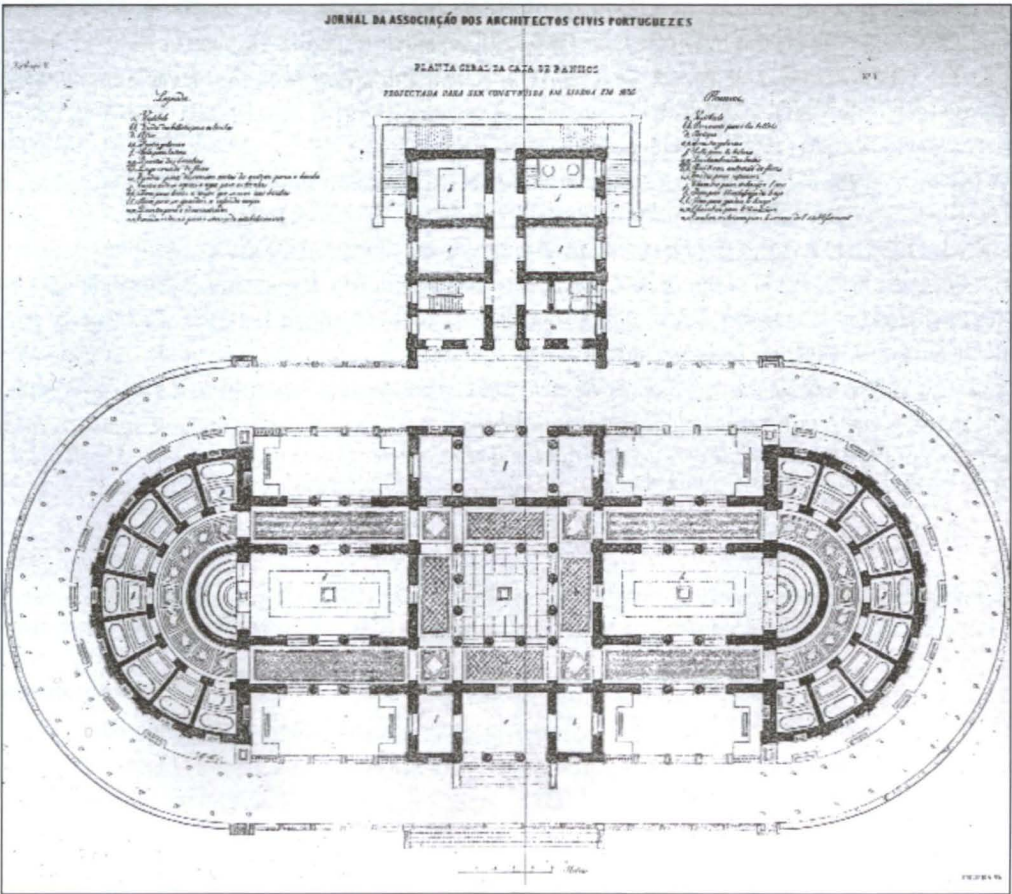
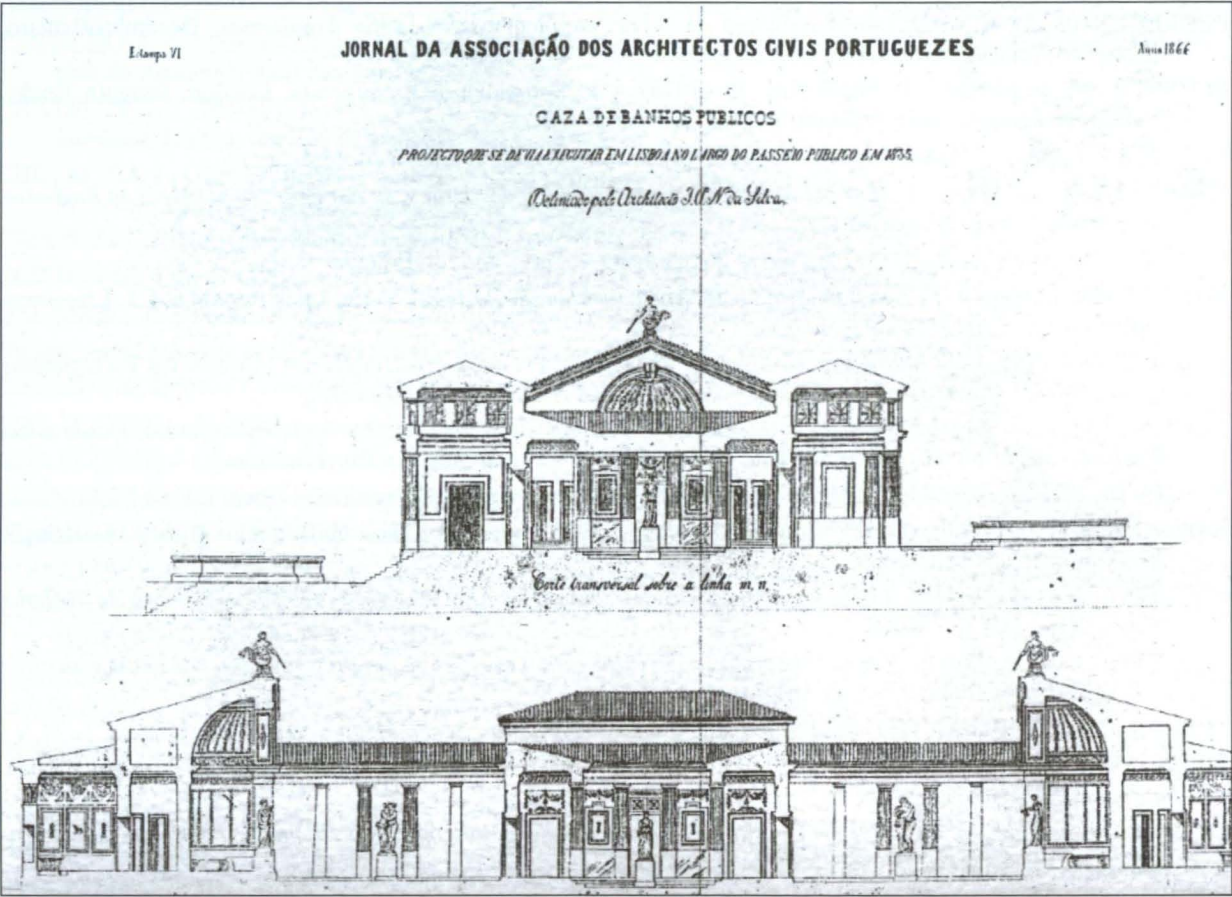
Como poderemos constatar por esta série de problematizações, não pretendemos, de modo algum, ter esgotado todas as hipóteses de trabalho, e até mesmo explicativas, relativamente a este projecto de Possidónio e, sobretudo, das razões pelas quais o mesmo não teria sido acatado, quer pelos seus pares, como pelo poder político lisboeta, para além de uma certa sociedade da capital. Pelo contrário. Pensamos que muitos poderão ser ainda os caminhos a percorrer neste desiderato, e a solução de algumas das questões colocadas poderá residir, muito provavelmente, não numa, mas, antes de mais, num conjunto de razões – possivelmente interligadas –, e perfeitamente compreensíveis, mediante a sua análise e contextualização históricas.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Th. W. (1988) – *Teoria da Estética*, Lisboa, Ed.70.
- ALDROANDI, M. V. (mdlxii) – *Le Antichità de la Città di Roma*, Venetia, Approffo Giodano.
- AMAURY-DUVAL, BALTARD (1803) – *Paris et ses Monuments*, Paris, L'Auteur. «A Norma e a Imaginação. Do Iluminismo ao Romantismo» (1993) – *Tesouros Artísticos do Mundo*, vol. VIII, Lisboa, EdiClube.
- Architecture de Palladio, divisée en quatre livres* (1724) – A la Haye, chez Pierre Gosse.
- Archivo de Architectura Civil*, Lisboa, Typ. Franco-Portugueza
- ARNHEIM, R. (1990) – *O Poder do Centro. Um Estudo da Composição nas Artes Visuais*, Lisboa, Ed. 70.
- ARNHEIM, R. (1997) – *Para Uma Psicologia da Arte*, Lisboa, Dinalivro.
- AUGUSTO-FRANÇA, J. (1985) – *História da Arte em Portugal no Século XIX*, tomo II, Lisboa, Ed. Bertrand.
- BATISSIER, L. (1845) – *Histoire de l'Art Monumental dans l'Antiquité et au Moyen Age*, Paris, Furne et C.^{ie}, Libraires-Éditeurs.
- BAYER, R. (1993) – *História da Estética*, Lisboa, Ed. Estampa.
- BAZIN, G. (1976) – *História da Arte. Da Pré-História aos Nossos Dias*, Lisboa, Livr. Bertrand. *Boletim de Architectura e Archeologia*, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza.
- BONDELET, J. (mdcccxxii) *Traité Théorique et Pratique de l'Art de Bâtir*, Paris, A. Rondelet Fils.
- BOZAL, V., ARNALDO, J., SERRALLER, F. C., et al (1996) – *Historia de las Ideas Estéticas y de las Teorias Artísticas Contemporâneas*, vol. II, Madrid, Visor.
- CÂMARA MANUEL, C. da (1897) – «Joaquim Possidónio Narciso da Silva» *Boletim de Architectura e Archeologia*, 3.^a série, tomo V, n.º 8.

- CARCOPINO, J. (1979) – *A Vida Quotidiana em Roma no Apogeu do Império*, Lisboa, Bertrand.
- CASTILHO, J. de (1897) – *Elogio Histórico do Architecto Joaquim Possidónio Narciso da Silva*, Lisboa, Typographia da Academia Real das Sciencias.
- CHÂTELET, A., GROSLIER, Ph. (1991) – «Do Neoclassicismo até Finais do Século XIX», *História da Arte Larousse*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- CHEVALIER, J., GHEERBRANT, A. (1994) – *Dicionário dos Símbolos. Mitos, Sonhos, Costumes, Gestos, Formas, Figuras, Cores, Números*, Lisboa, Teorema.
- CIRIOT, J.-E (1988) – *Diccionario de Símbolos*, Barcelona, N. C. L.
- CLIFTON-MOGG, C. (1991) – *The Neoclassical Source Book*, N.Y., Rizzoli. *Collection d'Estampes. Divers*, s/d, s/e.
- DAL MASO, L. B. (1984) – *Roma dos Césares*, Firenze, Bonechi-Edizioni.
- Dicionário da História de Lisboa* (1994) – dir. Francisco Santana, Lisboa, Carlos Quintas & Associados.
- Dicionário de Motivos Geométricos no Mosaico Romano* (1993) – Conímbriga, Liga dos Amigos de Conímbriga.
- ECO, H. (1981) – *A Definição da Arte*, Lisboa, Ed. 70.
- ECO, H. (1989) – *Obra Aberta*, Lisboa, Difel.
- EISENHAM, S. F. (1994) – *Nineteenth Century Art. A Critical History*, London, Thames & Hudson.
- ELIADE, M. (1992) – *O Mito do Eterno Retorno*, Lisboa, Ed. 70.
- FLACELIÈRE, R. (1983) – *A Vida Quotidiana dos Gregos no Século V de Péricles*, Lisboa, Bertrand.
- GODOLPHIM, C. (1894) – *Biographia do Socio fundador, architecto e archeologo Joaquim Possidónio Narciso da Silva*, Lisboa, Typographia Universal.
- GOMBRICH, E. H. (1989) – *A História da Arte*, Lisboa, Ed. Guanabara.
- GOMBRICH, E. H. (1979) – *The Sense of Order*, Ithaca/N.Y., Cornell University Press.
- GOURLIER, M. (1832) – *Notice Relative a la Statistique Artistiques de la France, en ce qui Concerne l'Architecture*, Paris, chez Louis Colas, Libraire.
- HANSEN, A. (1978) – *Teorias da Arte*, Lisboa, Editorial Presença.
- HAUSER, A. (1989) – *História Social da Arte e da Cultura*, vol. IV, Lisboa, Vega/Estante Editora.
- HECCHIZ, R. (1995) – «Imaginação», *Enciclopedia Einsudi*, n.º 25, Lisboa.
- HUISMAN, D. (1981) – *A Estética*, Lisboa, Ed.70.
- História da Vida Privada* (1989) – dir. Ph. Ariès e G. Duby, vol. I, Lisboa, Ed. Afrontamento.
- História das Mulheres* (1993) – dir. G.Duby, M. Perrot, vol. IV, Lisboa, Ed. Afrontamento.
- JANSON, H. W. (1984) – *História da Arte. Panorama das Artes Plásticas e da Arquitectura, da Pré-História à Actualidade*, Lisboa, F. C. G.
- KERTMAN, L. E. (1987) – *Istória Kulturi Stran Evropi i Amériki*, Moskvá, Vishaia Shkóla.
- KIBALOVA, L., GERBENOVA, O., LAMAROVA, M. (1989) – *Ilustrirovanaia Enciclopédia Modii*, Maskvá, Artia.
- KOCH, W. (1982) – *Estilos de Arquitectura. A Arquitectura Europeia da Antiguidade aos Nossos Dias*, tomo II, Lisboa, Ed. Presença.
- KRAFT, J. Ch. (mdcccxii) – *Recueil D'Architecture Civile*, Paris, Bauge Ainé, Marchand D'Estampes.
- KRUFT, H.-W. (1990) – *Historia de la Teoria de la Arquitectura*, tomo I, Madrid, Alianza Editorial.
- LARANJO COELHO, P. M. (1930) – *A Correspondência de Possidónio da Silva*, Lisboa, Imp. Lucas & C.ª.
- LE DUC de VALMY (mdcccxiv) – *Le passée et l'Avenir de l'Architecture*, Paris, Michel Lévy Frères, Libraires-Éditeurs.
- LE GOFF, J. (1991) – *As Doenças Têm História*, Lisboa, Terramar.
- L'ÉVEILLE, C. S. (1812) – *Études D'Ombres, a L'Usage des Écoles d'Usage des Écoles d'Architecture*, Paris, chez Treuttel et Wurtz.
- L'Italie, la Sicile, les Iles Éoliennes, L'Ile d'Elbe. La Sardaigne, Malte, L'Ile de Calypso, etc., Venise, Milan, Royaume Lombardo-Venetien et Etats Voisins. Sites, Monuments, Scènes et Costumes* (1836) – Paris, Audot, Libraire-Éditeur.
- Lisboa em Movimento. 1850-1920* (1994) – Lisboa, Lisboa 94/ Livros Horizonte.
- MAURO, L. (s/d) – *Les Anticittà di Roma. Brevissimamente*.
- Nova História de Portugal* (1987) – dir. J. Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, Ed. Presença.
- NOVOTNY, F. (1960) – *Painting and Sculpture in Europe, 1780 to 1880*, London, Penguin Books.
- PALLADIO, M. A. (mdlxvi) – *L'Antichità di Roma*, Roma, Appreffo Giulio Bolano.
- PALLADIO, M. A. (1988) – *Los Quatro Libros de Arquitectura*, Madrid, Ediciones Akal.

- PEDREIRINHO, J. M. (1997) – «Possidónio da Silva, arquitecto 1806-1896» *Arquitectos*, Dezembro/Janeiro, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.
- PEUSNER, N., FLEMING, J., HONOUR, H. (1978) – *A Dictionary of Architecture*, London, Penguin Books.
- Plans pour Constructions Philanthropiques (s/d).
- POLLITT, J. J. (1877) – *Arte y Experiencia en la Grecia Clasica*, Barcelona, Xarait Ediciones.
- PRANGLEY, G. de (1841) – *Essai sur l'Architecture des Arabes et des Mores, en Espagne, en Sicile, et en Barbarie*, Paris, Brockhaus et Avenarius.
- RAMÉE, D. (mdccclx) – *Histoire Générale de l'Architecture*, Paris, Amyot, Éditeur.
- RASCZYNSKY, A. (1847) – *Dictionnaire Historico-Artistique du Portugal*, Paris, Jules Renoir et C.^a, Librairies-Éditeurs.
- RIBEIRO, A. I. (1997) – «Possidónio da Silva – Fundador da Primeira Associação dos Arquitectos Portugueses» *Arquitectos*, Dezembro/Janeiro, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.
- ROCHA DIAS, E. A. da (1907) – *A Real Associação dos Architectos Civis e Archeologia Portuguezes. Desde a sua Fundação até 11 de Novembro de 1889*, Lisboa, Typ. da Casa da Moeda e Papel Sellado.
- ROCHA DE SOUSA, HELDER BAPTISTA (1983) – *Desenho. Área: Artes Plásticas*, Lisboa, Ed. do M. E.
- SANTANA, F. (1997) – «Joaquim Possidónio Narciso da Silva» *Arquitectos*, Dezembro/Janeiro, Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses.
- SEQUEIRA, J. C. D. (1841) – *Breve Tractado das Cinco Ordens de Architectura de Giacomo Barrozo de Vinhola*, Lisboa, Typ. de A.S. Coelho.
- SEQUEIRA, J. C. D. (1848) – *Noções Theoricas de Architectura, seguidas de um breve tratado das cinco ordens de J. B. de Vinhola*, Lisboa, Typ. de J.B. Morando.
- SERRAS E SILVA (1938) – «O Catolicismo e a Higiene» *Separata da Acção Médica*, fasc. VIII, Lisboa.
- SILVA, J. P. N. da (1833) – *O que foi e é a Architectura; e o que aprendem os Architectos fóra de Portugal*, Lisboa, Impressão Silviana.
- SILVA, M.^a dos A. M. C. da (1991) – *O Corpo e a Água. Viagem Etnológica ao Hamman, Passando por Outros Lugares*, Provas de Aptidão Científica e Pedagógica, Lisboa, Universidade Nova.
- SOCIÉTÉ CENTRALE DES ARCHITECTES (mdccclxxv) – *Architecture et Archéologie. Caius Mutius et les Temples de L'Honneur et de la Vertu a Rome*, par CHARLES LUCAS, Paris, Ducher & C.^{ie}.
- STIERLIN, H., PICARD, G. (1993) – *The Roman Empire*, Lausanne, Benedikt Taschen.
- STURGIS, A. M., RUSSEL, M. (1950) – *A Dictionary of Architecture and Building. Biographical, Historical and Descriptive*, III vols., N.Y., MacMillan Company.
- Tesouros Artísticos do Mundo* (1993) – Lisboa, EdiClube.
- TORRE DA MURTA (1902) – «Biografia de Possidónio da Silva» *Boletim de Architectura e Archeologia*, 3.^a série, tomo X, Lisboa, Typographia Franco-Portugueza.
- TRIGGER, B. G. (1992) – *Historia del Pensamiento Arqueologico*, Barcelona, Editorial Crítica.
- TRÉLAT, E. (s/d) – *Le Sitellarium – Étude de Composition Architecturale*, Paris, chez A. Morel et C.^{ie}, Éditeurs.
- VERDELHO DA COSTA, L. (1995) – *Alfredo de Andrade. 1839-1915*, Texto Policopiado, Tese de Doutoramento em História da Arte, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa.
- VIGARELLO, G. (1988) – *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, Lisboa Fragmentos.
- VITRÚVIO (1684) – *Les Dix Livres d'Architecture de Vitruve, corrigez et traduit nouvellement en Français, avec des notes et des Figures, par M. Perrault de l'Académie Royale des Sciences, Docteur en Medicine de la Faculté de Paris*, Paris, Jean Baptiste Coignard.



NOTAS

- ¹ Vide, sobretudo, os artigos publicados por Francisco Santana, um dos nossos investigadores que mais se tem dedicado ao estudo desta personalidade de oitocentos.
- ² G. Vigarello, *O Limpo e o Sujo. A higiene do corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos, 1988, p. 145. Em termos muito gerais, poderemos caracterizar o projecto de Possidónio da Silva, como o faria um viajante estrangeiro, o qual, de passagem pela cidade parisiense, visitaria um dos múltiplos estabelecimentos de banhos públicos, aí existentes, comentando-o da seguinte forma: «Somos recebidos em belos salões voltados para um jardim no centro do edifício, ornamentado com estátuas e fontes. Os quartos de banho estão mobilados com gosto; as banheiras são de mármore e a roupa uma brancura sem mácula...». Verifica-se, assim, uma notória influência dessas mesmas construções, no projecto daquela que Possidónio delinearia para a cidade de Lisboa.
- ³ J. M. Pedreirinho, «Possidónio da Silva, arquitecto 1806-1896», *Arquitectos*, Lisboa, AAP, 1997, p. 23.
- ⁴ M. Gourlier, *Notice relative a la statistique de la France, en ce Qui concerne l'architecture*, Paris, chez Louis Colas Librairie, 1832, p. 29. Em finais do século XVIII, seriam construídos alguns estabelecimentos de banhos públicos, um pouco por toda a França, como no caso dos termas de Vichy e Nérís. O modelo arquitectónico que seria, em geral, seguido na sua edificação, revelar-se-ia o localizado em Poitevin – construído nas margens do rio Sena, em 1761 –, tendo mesmo sido edificadas cinco estabelecimento similares na cidade de Paris, entre 1780 e 1800.
- ⁵ J. P. N. da Silva, «Um projecto de Banhos Públicos», *Archivo de Architectura Civil*, 1.ª série, n.º 4, Lisboa, Typographia Lallément-Frères, 1866, p. 61.
- ⁶ Bastará pensarmos que a máquina a vapor, aplicada à indústria, seria introduzida em Portugal, apenas no ano de 1835.
- ⁷ *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2.ª série, t. II, n.º 12, Lisboa, Typographia Lallément-Frères, 1877, p. 184.
- ⁸ *Ibid.*, p. 186.
- ⁹ *Archivo de Architectura...*, 1.ª série, n.º 4, 1866, p. 60.
- ¹⁰ *História das Mulheres*, dir. G. Duby, M. Perrot, vol. IV, Lisboa, Ed. Afrontamento, 1993, p. 364.
- ¹¹ Essa mesma prescrição médica teria estimulado a criação de instituições, iminentemente vocacionadas para a exploração das qualidades termas de algumas águas nacionais, como se teria revelado o caso específico das Termas das Caldas da Rainha.
- ¹² *O Panorama*, n.º 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1840, pp. 139-142.
- ¹³ *Bibliotheca Familiar e Recreativa*, n.º 10-12, Lisboa, Imprensa Nacional, 1844, p. 116.
- ¹⁴ Banhos de mar esses, aos quais a população lisboeta teria, então, acesso, mediante a utilização das denominadas «barcas de banho», construídas defronte das praias de Santos e da Fundição. Contudo, e atendendo a que, segundo relatos epocais, as suas condições higiénicas revelar-se-iam bastante duvidosas, deixariam, brevemente, de funcionar.
- ¹⁵ *O Panorama*, n.º 2, Lisboa, Imprensa Nacional, 1838, p. 141.
- ¹⁶ *Idem*, n.º 7, 1838, pp. 87-88.
- ¹⁷ *Archivo de Architectura...*, 1.ª série, n.º 4, 1866, p. 57.
- ¹⁸ *Bibliotheca Familiar...*, n.º 10-12, 1844, p. 116.
- ¹⁹ *Litteratura Illustrada*, n.º 11, Lisboa, Imprensa Nacional, 1834, p. 10.
- ²⁰ *Archivo de Architectura...*, 1.ª série, n.º 4, 1866, p. 59.
- ²¹ *Ibid.*, p. 60.
- ²² *Archivo de Architectura...*, 1.ª série, n.º 4, 1866, p. 58.
- ²³ *Archivo Popular*, n.º 1, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849, p. 5.
- ²⁴ *Ibid.*
- ²⁵ IAN/TT, *Correspondência particular, scientifica e litteraria, de J. Possidónio N. da Silva*, t. VII, em 8.ª, 1874, doc. 1067. Inédito.
- ²⁶ L. Verdelho da Costa, *Alfredo de Andrade (1839-1915)*, Texto Policopiado, Tese de Doutoramento em História da Arte, Lisboa, F.C.S.H.U.N.L., 1995.
- ²⁷ *História das Mulheres...*, vol. IV, p. 364.
- ²⁸ *Lisboa em Movimento. 1850-1920*, Lisboa, Lisboa94/Livros Horizonte, 1994, p. 133.
- ²⁹ *Muzeu Historico e Recreativo*, n.º 3, Lisboa, Imprensa Nacional, 1861, p. 9.
- ³⁰ *Boletim de Architectura...* 2.ª série, t. II, n.º 5, 1877, p. 15.
- ³¹ *Ibid.*, p. 89.
- ³² *Archivo de Architectura...*, 1.ª série, n.º 4, 1866, pp. 56-58.
- ³³ *Ibid.*, p. 127.
- ³⁴ Ano, em que Possidónio da Silva também regressaria, definitivamente, ao nosso país.
- ³⁵ Dele, constaria a evacuação das barracas da feira da ladra e a edificação, no mesmo local, do estabelecimento de banhos públicos, delineado por Possidónio.
- ³⁶ Aparentemente teriam tido, no entanto, dinheiro suficiente para financiar, no ano de 1834, e logo após a guerra civil, a primeira grande remodelação que o Passeio Público sofreria. Contudo, teremos de reconhecer que as grandes modificações, entretanto pensadas, para o seu espaço, nomeadamente ao nível do seu alargamento, não seriam concretizadas, precisamente pelas razões evocadas neste mesmo documento.

Boletim

Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1997-1998

No período a que se refere este relatório a acção da Direcção teve como objectivos principais, intensificar os contactos com as entidades oficiais e a Administração do Metropolitano de Lisboa, no sentido de se conseguir a conclusão dos trabalhos de consolidação, recuperação e valorização das Ruínas da Igreja do Carmo. Esses contactos revelaram-se extremamente difíceis devido à falta de diálogo por parte da nova administração daquela empresa, como se pode verificar pelo relato sumário que aqui se apresenta:

16/02/1998 – A Direcção da AAP envia ao Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa uma exposição, solicitando a renegociação do contrato n.º 18/96-ML, por o mesmo não estar a ser integralmente cumprido, causando graves prejuízos à AAP. Não obteve qualquer resposta.

16/03/1998 – A Direcção da AAP volta a escrever ao Presidente do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa, chamando a atenção para o incumprimento do contrato n.º 18/96-ML, celebrado com a AAP, mais uma vez sem qualquer resposta.

21/04/1998 – Perante a não resposta às suas cartas de 07/07/97, 01/09/97, 16/02/98 e 16/03/98, a Direcção da AAP solicita a intervenção do Senhor Ministro do Equipamento Social, Transportes e Administração do Território (MEPAT) junto da Administração do Metropolitano de Lisboa, no sentido de desbloquear esta situação.

24/04/1998 – A fim de alertar a opinião pública para a situação das Ruínas e do Museu do Carmo, a Direcção promoveu uma conferência de imprensa, em que estiveram presentes jornalistas dos principais diários e seminários e de duas cadeias de televisão, e de que resultou a publicação de vários artigos e reportagens televisivas.

14/05/1998 – O Eng.º Manuel Gonçalves, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais visitou as Ruínas do Carmo, a fim de se inteirar da situação e elaborar um memorando para o MEPAT.

27/05/1998 – O Metropolitano de Lisboa, responde finalmente às sucessivas cartas enviadas pela Direcção, numa longa carta, em que se queixa de ter assinado um contrato excessivamente penalizante e procura remeter para outras entidades a responsabilidade pelos atrasos verificados nas obras, afirmando que dentro em breve seria lançada a obra de repavimentação (porém, volvidos quase cinco meses, a referida obra ainda não foi iniciada...).

29/06/1998 – A Direcção envia nova carta à Administração do Metropolitano de Lisboa, informando, nomeadamente que não deixará de exigir, por todos os meios legais, o pleno cumprimento do contrato n.º 18/96-ML.

27/08/1998 – O Arq. Vítor Mestre, da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais visita as Ruínas do Carmo, acompanhado por vários membros da Direcção no tendo-se mostrado disponível para elaborar um projecto de recuperação integrada do Museu e das Ruínas.

28/08/1998 – A Direcção envia uma carta ao Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, solicitando a intervenção daquela Direcção Geral no sentido de desbloquear a situação e se elaborar um projecto integrado de recuperação do Museu e das Ruínas.

Entretanto, e na sequência da aprovação pela Direcção e pelas entidades competentes, do estudo prévio da remodelação da entrada, das torres e das instalações a Direcção encarregou o gabinete «Recupero» de elaborar o respectivo projecto de execução, o qual foi submetido à apreciação do Instituto Português do Património Arquitectónico, que emitiu um parecer favorável. Espera-se assim poder iniciar as obras ainda antes do final do corrente ano civil.

Tendo em consideração a impossibilidade de reabrir o Museu nos meses mais próximos, por motivos que lhe são inteiramente alheios, a Direcção decidiu aceder a vários pedidos de cedência de peças do acervo museológico da Associação para exposições temporárias realizadas em território português, com a condição de as entidades organizadoras se responsabilizarem pelas despesas de seguro e de conservação e restauro das peças cedidas. As peças cedidas foram as seguintes:

- a) Conjunto de sete peças para a exposição «Portugal Islâmico», em exibição no Museu Nacional de Arqueologia desde Junho de 1998;
- b) Prensa de cunhagem, de moeda do século XVII, para exposição temporária na sede do Banco de Portugal;
- c) Baixo relevo Indú com cena guerreira, para a exposição «Os Construtores do Oriente Português», organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, no edifício da Alfândega do Porto, em Outubro e Novembro de 1998. Esta peça encontrava-se, desde a sua entrada no Museu, em muito mau estado de conservação, fracturada em vários pedaços, unidos por uma inestética e ineficaz moldura de ferro, tendo sido limpa e restaurada por uma equipa especializada, a expensas da Comissão dos Descobrimentos.

No que respeita à Biblioteca, a qual se encontra temporariamente empacotada e inacessível, na sala de sessões, devido às obras de consolidação e restauro do resto do edifício, não foi possível desenvolver qualquer actividade no ano associativo ora findo. Devido às circunstâncias, apenas se adquiriram algumas monografias originais, referentes às escavações realizadas no século passado nas palafitas dos lagos suíços, nas cidades e túmulos etruscos, e nas ruínas de Pompeia, e Herculano, que surgiram no mercado especializado, preenchendo assim alguns manuais de Museologia.

Estabeleceram-se também contactos com a família do nosso saudoso Presidente, Dr. Eduardo da Cunha Serrão que, após o falecimento da sua Viúva, ocorrido em Agosto de 1998, manifestou interesse em legar a esta Associação as publicações e restante documentação de carácter arqueológico que ainda tinha em seu poder. Apesar das actuais dificuldades de instalações, a Direcção não podia deixar de dar o seu melhor acolhimento a tão louvável iniciativa, estando neste momento em estudo a aquisição de mobiliário adequado para instalar esse legado.

Em relação ao Arquivo, prosseguiu a sua reorganização, tarefa desempenhada a título gracioso, com a maior competência e zelo, pelo nosso estimado consócio João José Fernandes Gomes. Na eventualidade de as obras de remodelação das torres terem início, o arquivo foi preparado de modo a poder ser rapidamente empacotado e transferido para outro local da sede da Associação.

No que respeita às publicações, está actualmente em preparação um volume da Revista Arqueologia e História, referente às actividades da Associação em 1996-97, esperando que o mesmo seja publicado até final de 1998.

Durante este período foram ainda aprovados, depois de ouvidas as respectivas secções, cinco novos sócios, aos quais se dão as boas vindas.

Neste ano académico procedeu-se ainda à substituição do contabilista que há já vários anos vinha assegurando de forma deficiente e dispendiosa a contabilidade da Associação, por outro, que presta um serviço de muito melhor qualidade, por cerca de um terço do preço.

Lisboa, 20 de Outubro de 1998

O Presidente	O Tesoureiro	O Secretário	O Vogal
(J. Morais Arnaud)	(José B. Domingos)	(Jacinta Bugalhão)	(João Muralha)

Relatório da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1997-1998

O ano académico de 1997-1998 não teve grande actividade, pois continuamos sem poder dispor da nossa Sede a funcionar normalmente, e consideramos deprimente convidar conferencistas para apresentarem as suas comunicações numa sala sem condições, como aquelas que esta sala apresentava este ano. Na verdade, durante praticamente todo o Inverno, a sala que o Metropolitano de Lisboa nos facultava, apresentava-se extremamente deteriorada, as cadeiras arrancadas, plásticos por todo o lado, devido à chuva que caía cá dentro. Solicitamos, assim, encarecidamente, à Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que providencie o regresso à normalidade desta Associação, e que as actividades que lhe são inerentes se realizem na Sede da Associação.

Realizamos apenas três conferências: a primeira, realizada pelo Prof. Doutor Nuno Ferreira Bicho, da Universidade do Algarve, sobre as suas escavações na Lapa do Picareiro, que nos facultou dados muito interessantes sobre as suas pesquisas. De citar ainda o diálogo e discussão que se estabeleceu seguidamente entre o nosso vice-presidente Dr. Fernandes Gomes, que anteriormente tinha lá escavado e os dados acrescidos recolhidos por aquele investigador. A segunda, realizada pelo Prof. Doutor João Carlos de Senna Martinez sobre a sua investigação nas Beiras e intitulada «O Sítio do Bronze Final do Castelo de Beijós». Finalmente o Dr. João Pedro Bernardes, assistente da Universidade do Algarve, encerrou a nossa actividade falando sobre as origens de Collipo, uma importante *civitas* romana, implantada em território túrdulo, tema do seu doutoramento, que, quando concluído, nos dará uma visão muito mais completa da implantação romana na região-centro de Portugal.

Dada a viva interpelação dirigida a esta Secção pelo Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo, na sessão de encerramento de actividades da A.A.P. no ano transacto, e dado que não dispúnhamos, naquele momento, de dados para poder refutar as acusações que nos foram dirigidas, e dado que o erro que se verificou fora da responsabilidade do contabilista desta Associação, muito agradecíamos que a Direcção da A.A.P. esclarecesse, publicamente, os seus sócios, do que de facto se passou com os custos da mesa-redonda sobre o campaniforme, por nós organizada.

Lisboa, 2 de Julho de 1998

A Presidente

O Vice-Presidente

(Teresa Júdice Gamito)

(João José Fernandes Gomes)

Relatório da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1997-1998

Entre 9 de Dezembro de 1997 e 16 de Junho de 1998, a secção de História reuniu cinco vezes, com as seguintes ordens de trabalhos:

9 de Dezembro – Admissão de novos sócios.

24 de Março – Comunicação do Senhor Dr. Francisco de Simas Alves de Azevedo sobre «Emblemática e Sepultura do Conde de Lippe e de sua esposa. Comentários às valiosas averiguações do Senhor Henrique Katzenstein».

24 de Abril – Comunicação do Professor Luís Adão da Fonseca, intitulada «Vasco da Gama e o significado das viagens à Índia», que constitui a Sessão Comemorativa dos 500 anos da Viagem de Vasco da Gama. Pela importância da efeméride, pelas deficientes condições do Anfiteatro do Metro (consequência das infiltrações), e pelo grande número de ouvintes que se esperava (o que efectivamente aconteceu), foi esta reunião, com autorização da Direcção da A.A.P., realizada no Anfiteatro do 4.º andar da Sociedade de Geografia de Lisboa.

16 de Junho – Leitura do relatório.

Lisboa, 16 de Junho de 1998

A Vice-Presidente
(Maria Cristina Neto)

**Relatório da Comissão de Estudos Olissiponenses
da Associação dos Arqueólogos Portugueses
Ano associativo de 1997-1998**

Entre 9 de Dezembro de 1997 e 16 de Junho de 1998, a Comissão de Estudos Olissiponenses reuniu cinco vezes, com as seguintes ordens de trabalho:

9 de Dezembro – Comunicação do senhor Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo, sobre «Manuel Moreira Garcia, uma heráldica que se procura».

20 de Janeiro – Comunicação dos senhores Drs. Dias Diogo e Nestor Fatia Vital, sobre «Estudos das moedas das escavações do Palácio Penafiel».

5 de Fevereiro – Comunicação da senhora Dr.^a Edite Martins Alberto, sobre «Subsídios para o Estudo da integração do Africano na sociedade de Lisboa (1710-1750)».

21 de Maio – Comunicação da senhora Dr.^a Edite Martins Alberto, sobre «As instituições de resgate de Cativos em Portugal no Século XV».

16 de Junho – Comunicação do senhor Dr. Nestor Fatia Vital, intitulada «No V Centenário da Misericórdia de Lisboa – História da Lotaria em Portugal», e Sessão Comemorativa dos 500 anos da Misericórdia de Lisboa.

Lisboa, 16 de Junho de 1998.

A Secretária

Maria Cristina Neto

Relatório da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses Ano Associativo de 1997-1998

A Comissão de Heráldica prosseguiu os seus trabalhos durante o ano académico de 1997-1998, com a presença de oito membros que a constituem.

Realizaram-se 12 sessões, em que foram analisados processos referentes a heráldicas de municípios, freguesias, pessoas colectivas de utilidade pública, administrativa e de outras entidades particulares.

Durante o ano foram emitidos 254 Pareceres e a receita cifrou-se em 5 860 contos, com um movimento de 382 cartas expedidas. Além da apreciação de processos, foram considerados e discutidos outros assuntos: apresentação, apreciação e crítica de obras literárias e artísticas sobre Heráldica, publicadas e produzidas em Portugal e no estrangeiro; oferta de selos, postais e outro material para a colecção da Comissão; estudo de pedra de armas, a pedido de museus, autarquias e outras entidades; prestação de informação e assistência sobre Heráldica a entidades nacionais e estrangeiras, tais como estabelecimentos de ensino, meios de informação, ministérios, empresas, Provedoria de Justiça, indivíduos, etc.

De registar, ainda, a boa colaboração entre a Comissão e a Direcção-Geral da Administração Autárquica, do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

No início do ano associativo, foi recebida a notícia do falecimento do consócio Dr. Miguel de Mello e Castro, membro da Comissão durante muitos anos.

A meio do ano associativo, foi admitido, como membro da Comissão, o Dr. João António Pereira Moital Domingues Portugal.

O Vice-presidente da Comissão

Francisco de Simas Alves de Azevedo

Relatório da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1998-1999

Durante este período a actividade da Direcção, além da gestão dos assuntos correntes, concentrou-se na tentativa de desbloqueamento da situação de impasse a que se tinha chegado no que respeita às obras de consolidação e valorização das Ruínas e do Museu do Carmo. Entre o conjunto de iniciativas tomadas, destacam-se as seguintes:

– 28-11-98: Carta dirigida ao Senhor Ministro da Cultura, solicitando-lhe que intercedesse junto do Senhor Ministro do Equipamento, Planeamento e Administração do Território no sentido de se desbloquear a situação, dado que quer o Metropolitano de Lisboa, quer a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, entidades mais directamente envolvidas no processo, dependem deste ministério;

– Carta dirigida ao Senhor Primeiro Ministro, lembrando que já tinham decorrido 3 anos desde o dia em que prometera publicamente que as Ruínas do Carmo iriam ser consolidadas e valorizadas através do Metropolitano de Lisboa, e que esta empresa interrompera as obras de consolidação e recuperação das Ruínas, após a escavação do segundo túnel, mostrando grande relutância em completar os trabalhos que se comprometera a realizar, e solicitando que pressionasse o MEPAT no sentido de desbloquear a situação;

– Contactos com o Sr. Arquitecto Victor Mestre, da Direcção Regional de Lisboa da DGEMN, encarregado de elaborar o projecto de restauro e reabilitação de pavimentos e coberturas das Ruínas do Carmo;

– Carta dirigida ao Director-Geral da DGEM, solicitando-lhe que enviasse à Administração do Metropolitano de Lisboa o projecto de restauro e reabilitação de pavimentos e coberturas das Ruínas do Carmo, pois esta entidade alegara que as obras ainda não tinham recomeçado devido à falta do mesmo;

– Reunião da Direcção com o Sub-Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, na qual foi prometido que a situação iria ser desbloqueada com a maior urgência, através da adjudicação directa, pela DGEMN, das obras de restauro e reabilitação de pavimento e coberturas;

– Publicação no *Diário da República* de 20 de Maio de 1999 do concurso público para a realização das obras de restauro e reabilitação de pavimentos e coberturas, cujo preço base é de 76 000 contos;

No que respeita ao Museu Arqueológico do Carmo, durante este período em que se manteve encerrado, foram cedidas a entidades oficiais, para exposições temporárias, as seguintes peças:

– Prensa de cunhagem de moeda do século XVII, cedida ao Banco de Portugal para exposição sobre a História do Dinheiro.

– Estela funerária com cena guerreira hindu, cedida ao Museu dos Biscainhos, em Braga, para exposição sobre a «Presença Portuguesa no Oriente».

– Duas pilastras, um capitel e uma estela funerária, ao Museu Nacional de Arqueologia, para prolongamento da exposição sobre «Portugal Islâmico».

Tendo-se verificado que os azulejos dos painéis que se encontravam embutidos nas capelas à face da Nave da antiga Igreja do Carmo caíam com frequência, encarregou-se uma equipa de técnicos de reconhecida competência, formados pelo Museu do Azulejo, de os arrancar das paredes, a fim de serem devidamente limpos e recolocados em suportes adequados.

No que respeita a publicações, foi entregue às Edições Colibri, para publicação, um volume da revista *Arqueologia e História*, no qual se incluem as comunicações apresentadas ao colóquio de homenagem a Possidónio da Silva bem como o Relatório das escavações realizadas nas capelas e no transepto da antiga Igreja do Carmo sob a responsabilidade do Dr. Fernando Rodrigues Ferreira, bem como outros trabalhos apresentados nas secções de Pré-História e História e os relatórios e contas da direcção e os relatórios das secções e comissões, referentes aos anos de 1996 e 1997.

Foi ainda dado apoio logístico e financeiro às actividades das secções e comissões, nomeadamente às reuniões da Secção de Pré-História e História, às Jornadas sobre Lisboa dos séculos XV a XIX, organizadas pela Comissão de Estudos Olisiponenses, e à emissão de numerosos pareceres sobre heráldica autárquica, por parte da Comissão de Heráldica.

Durante este período foram admitidos 18 novos sócios, sendo 10 da Secção de Pré-História e 8 da Secção de História.

A Direcção

Relatório da Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1998-1999

A Secção de Pré-História da Associação dos Arqueólogos Portugueses desenvolveu uma actividade normal durante este ano associativo, dentro das limitações que as condições das instalações do Metro nos permitem. Assim:

22 de Outubro de 1998 – O Professor Doutor Nuno Ferreira Bicho, da Universidade do Algarve, proferiu uma comunicação intitulada: A gruta do Piacreiro, que se revestiu do maior interesse, seguida de animada discussão sobre os novos contributos para a investigação e aspectos originais recolhidos naquele sítio arqueológico.

26 de Novembro de 1998 – O Dr. Carlos Ramos, da Junta Autónoma das Estradas, proferiu uma comunicação intitulada: Implementação do Estudo de Impacte Patrimonial no âmbito da JAE, que se revestiu do maior interesse focando aspectos de grande actualidade para a salvaguarda e conservação do património arqueológico, especialmente quando da implantação de novas auto-estradas.

22 de Janeiro de 1999 – O Dr. José Eduardo Morais Arnaud, do Instituto Português de Arqueologia, proferiu uma comunicação intitulada: O Megalitismo da Coreia do Sul, período e características desconhecidos do meio arqueológico ocidental, onde até há pouco se pensava ter sido aquele um fenómeno predominantemente localizado no Mediterrâneo e na Europa. Lembro aqui o caso de Madagáscar observado há poucos anos. A comunicação foi acompanhada de projecção de diapositivos de muito interesse.

5 de Março de 1999 – O grupo de arqueólogos que constituem a Arqueohoje, representado pelos Drs. Luís Filipe Gomes e Pedro Sobral, proferiu uma comunicação intitulada: Megalitismo na Beira Alta – escavação, valorização e promoção turístico-cultural, que se revestiu de imenso interesse, revelando uma actividade exemplar deste grupo de arqueólogos e da qualidade do seu trabalho na valorização, recuperação e conservação de sítios arqueológicos de grande interesse regional.

22 de Abril de 1999 – A Professora Doutora Teresa Júdice Gamito, da Universidade do Algarve e Presidente desta Secção, proferiu uma comunicação intitulada: A Civilização do Great Zimbabwe e o papel dos Portugueses nos séculos XVI e XVII, que se revestiu de imenso interesse, mostrando as características daquela civilização da Idade do Ferro Africana da África Austral, seu território e características, sendo a primeira documentação histórica que aparece desta época no Zimbabwe, aquela que é constituída pelos relatos dos Portugueses, que, a mandato do rei de Portugal, os contactaram e descreveram nos séculos XVI e XVII.

2 de Julho de 1999 – A Dr.^a Conceição Rodrigues, do Instituto de Investigação Científica e Tropical, proferiu uma comunicação intitulada: A importância do espólio arqueológico da Gruta de Riane – Moçambique (recolha da Missão Antropológica de Moçambique – 1946), que se revestiu de imenso interesse, muito contribuindo para o conhecimento das civilizações que se fixaram naquela zona de África e a recolha de dados obtidos em 1946, pelo Prof. Dr. Santos Júnior, data em que o impacto do colonialismo europeu não era tão forte e ainda se mantinham muitas tradições indígenas.

As actas do Colóquio sobre o Campaniforme não foram ainda publicadas, pois a maior parte dos participantes não enviou ainda as suas comunicações, incluindo os nossos consócios Prof. Doutor João Luís Cardoso e Eng. António Monge Soares. Embora todos tenham prometido enviar os seus trabalhos, contamos que brevemente isso seja possível.

Este relatório foi apresentado e aprovado na Sessão de Encerramento das actividades da Secção de Pré-História de 2 de Julho de 1999.

A Presidente da Secção de Pré-História

Teresa Júdice Gamito

Relatório da Secção de História da Associação dos Arqueólogos Portugueses

Ano associativo de 1998-1999

Entre 10 de Novembro de 1998 e 14 de Junho de 1999, a Secção de História reuniu duas vezes, uma para aprovação de novos sócios, outra para leitura deste relatório.

Há muitíssimos anos que venho referindo a quebra preocupante de participação nesta Secção, por falecimento de muitos vogais, por diversificação de interesse mesmo na Associação, por entradas que se circunscrevem por referência curricular, etc.

Durante anos tentei, com a organização de Colóquios temáticos, uma incentivação de trabalho que se conseguiu com a publicação das Actas, apoiada pelas Direcções de então, excepto o último sobre «Timor – História e Antropologia», em Maio de 1994.

Assim, neste dia, venho propor à Secção a retoma destes Colóquios, independentemente das reuniões mensais desejáveis, do seguinte modo:

- Abril de 2000 - A propósito dos 500 anos da Descoberta oficial do Brasil - Estudos sobre a Expansão Portuguesa.

- Dezembro de 2000 - História do Século XX (1901-2000)

Apesar de constatararmos tratar-se de um problema detectável em associações deste tipo (Sociedade de Geografia de Lisboa, Sociedade de Ciências Médicas, etc.), apelo, aos vogais da Secção de História, a uma participação científica e construtiva, em sequência dos nomes ilustres que nos antecederam. A outra hipótese será a de, alterando o Regulamento Interno, introduzir a obrigatoriedade de um trabalho de qualidade, com periodicidade a determinar.

Lisboa, 14 de Junho de 1999

A Vice-presidente

Maria Cristina Neto

**Relatório da Comissão de Estudos Olisiponenses
da Associação dos Arqueólogos Portugueses
Ano associativo de 1998-1999**

Abriu o ano associativo a Comissão de Estudos Olisiponenses, a 6 e 7 de Novembro de 1998, com o I Colóquio Temático – Estudos de Lisboa – Séculos XV a XIX, com a apresentação de cerca de 30 comunicações, estando entregues quase todos os originais para publicação.

Cumpre-me agradecer, em nome do Presidente e no meu próprio, em primeiro lugar à Direcção, que o tomou possível da forma proposta, como ao Secretariado constituído pela Dr.^a Laura Trindade, então ainda não sócia da A.A.P., e por dois alunos do Curso de História – Variante Arqueologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, José Luís Neto e Jorge Feio, e aos funcionários da A.A.P., José Nascimento, Ana Paula Quaresma e Ana Cristina Macedo, pelo apoio prestado, tornando possível, sem sobressaltos, a execução deste plano.

De 10 de Novembro de 1998 a 14 de Junho de 1999, a Comissão de Estudos Olisiponenses reuniu sete vezes, a saber:

Novembro – Negros e Ultramarinos nos Livros Paroquianos da Freguesia de Santa Justa e Rufina de Lisboa (1851-1853) – Maria Cristina Neto.

Dezembro – Cerâmicas de uso quotidiano na Lisboa do primeiro terço do Século XVI – Laura Trindade e António Manuel Dias Diogo.

Fevereiro – Retrospectiva dos transportes públicos de Lisboa – Nestor Fatia Vital.

Março – Duas medalhas de interesse heráldico e olisipográfico – Francisco de Simas Alves de Azevedo.

Abril – Sobre a intervenção patrimonial no Baluarte do Livramento: a propósito dos baluartes de Lisboa – Laura Trindade e António Manuel Dias Diogo.

Maió – Temas Queirozianos – Guilherme de Oliveira Santos.

Junho – Divagações Garretianas – Francisco Santana.

Lisboa 14 de Junho de 1999

A Secretária

Maria Cristina Neto

Relatório da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses Ano associativo de 1998-1999

A Comissão de Heráldica prosseguiu os seus trabalhos durante o ano associativo de 1998-1999, com a presença assídua dos oito membros. Realizaram-se 15 sessões, em que foram analisados processos respeitantes a heráldica de municípios, freguesias e outras entidades. Durante o ano foram emitidos 195 pareceres ao abrigo da Lei 35/91, de 7 de Agosto, e a receita cifrou-se em 14 005 contos, com um movimento de 295 cartas expedidas.

Manteve-se a boa colaboração com a Direcção Geral das Autarquias Locais, do Ministério da tutela.

Prestaram-se esclarecimentos por via postal, por visita pessoal e por telefone e fax, a várias entidades que à Comissão se dirigiram. Cumpre agradecermos toda a boa colaboração e assistência que a Direcção da Associação nos prestou, para o bom desempenho que julgamos ter executado.

Lisboa, 8 de Julho de 1999.

O Vice-Presidente da Comissão

Francisco António de Simas Alves de Azevedo

Lisboa, Outubro de 2000

Colibri – Artes Gráficas

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Alameda da Universidade

1699 LISBOA CODEX

Tel/Fax 796 40 38

Internet: www.edi-colibri.pt — *E-Mail:* colibri@edi-colibri.pt

